RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

O SILÊNCIO DAS GENEALOGIAS: CLASSE DOMINANTE E ESTADO NO PARANÁ (1853-1930)

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 25/08/00

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

BANCA

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. José Roberto Zan

Profa. Dra. Ana Maria de Oliveira Burmester

Prof. Dr. Aldair Tarcísio Rizzi

Agosto/ 2000

2000189572

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
N.º CHAMADA:
T/Unicamp
OL4s
V. 01 Ex.
TOMBO BC/ 43197
PROC. 16-278/00
C D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 15/12/00
N.º CPD

CM-00149596-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

OL 4 s

Oliveira, Ricardo Costa de
O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930) / Ricardo Costa de Oliveira. - - Campinas, SP : [s. n.], 2000.

Orientador: Edmundo Fernandes Dias.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Elites políticas. 2. Oligarquia. 3. Genealogia - Paraná. 4. Erva-mate – Comércio – Paraná - História. 5. Paraná – Política e governo, 1853-1930. I. Dias, Edmundo Fernandes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Agradecimentos

Agradeço ao Professor Doutor Edmundo Fernandes Dias pela solidariedade com que assumiu a orientação desta tese na sua etapa final e pela capacidade demonstrada na condução deste trabalho.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

SUMÁRIO

VOLUME 1

RESUMO x

INTRODUÇÃO 1

PARTE 1 - APRESENTAÇÃO E FORMAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE 35

1 GRANDE PROPRIEDADE FUNDIÁRIA 36

1.1 A POSSE DA TERRA. O NÚCLEO DURO DA CLASSE DOMINANTE HISTÓRICA 36

1.2 RAÍZES AGRÁRIAS DA CLASSE DOMINANTE PARANAENSE. *O TOMBAMENTO DOS BENS RÚSTICOS DE 1818* 39

1.3 MERCADO INTERNO E CRESCIMENTO EM UMA ECONOMIA COLONIAL INTERIORANA 44

2 PRINCIPAIS NEGOCIANTES E METAMORFOSE BURGUESA 46

2.1 A REPRESENTAÇÃO DOS COMERCIANTES E DONOS DE EMBARCAÇÕES DE 1803. O PERFIL DO CAPITAL MERCANTIL SOB O MERCANTILISMO DESPÓTICO COLONIAL (ANEXO 2.1) 50

2.2 PRINCIPAIS PROPRIETÁRIOS NEGOCIANTES EM 1850. AS GRANDES FORTUNAS NA CONSOLIDAÇÃO IMPERIAL. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO ARTICULADOS (ANEXO 2.2) 52

2.3 OS EMPRESÁRIOS NA FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ (ACP) EM 1890. A FORMAÇÃO DO PERFIL BURGUÊS MODERNO. O EMPREENDEDOR HOMEM BURGUÊS LIGADO À INDUSTRIALIZAÇÃO E À SOCIEDADE URBANA (ANEXO 2.3) 53

2.4 ACUMULAÇÃO ENDÓGENA E REVOLUÇÃO BURGUESA 54

2.5 A UNIDADE HISTÓRICA DA CLASSE DOMINANTE PARANAENSE POR INTERMÉDIO DAS GENEALOGIAS FAMILIARES (COLÔNIA, IMPÉRIO, REPÚBLICA VELHA). ARTICULAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CONTINUIDADE FAMILIAR 56

3 ERVA-MATE 62
3.1 ORIGENS DO PRODUTO 62
3.2 A CONSTRUÇÃO DO GRANDE COMÉRCIO ERVATEIRO 64
3.3 PROCESSO DE TRABALHO DA ERVA-MATE 66
3.4 O PROCESSO DE TRABALHO NO BENEFICIAMENTO ERVATEIRO 72
3.5 A INDUSTRIALIZAÇÃO APRIMORADA DA ERVA-MATE 74
3.6 O LONGO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL-EXPORTADORA DO MATE 78
4 TROPEIRISMO 92
5 ELITE ESTATAL NACIONAL. A FRAÇÃO DETENTORA DO ESTADO IMPERIAL NO PARANÁ 100
5.1 O BACHAREL 102
5.2 O MÉDICO 104
5.3 O ENGENHEIRO 105
5.4 A IMPRENSA 106
6 IMIGRAÇÃO EUROPÉIA 108

PARTE 2 - AÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE 115
1 AÇÃO POLÍTICA 116
1.1 A LUTA POLÍTICA PELA AUTONOMIA E AS BASES DA EMANCIPAÇÃO 116
1.2 AÇÃO POLÍTICA E POSICIONAMENTO NA CENA POLÍTICA FRENTE AO MOVIMENTO LIBERAL DE 1842 118
1.3 A LISTA DE SILVA MACHADO COM OS VITORIOSOS DE 1842 121
1.4 A AÇÃO POLÍTICA PARLAMENTAR PELA EMANCIPAÇÃO 123
2 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL 127
2.1 A PRIMEIRA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ 127
2.2 ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DE 1888-1889 130
3 ASSEMBLÉIA GERAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS 132
4 SENADO 135
5 TÍTULOS DE NOBREZA 136
6 PARTIDOS POLÍTICOS 138
7 GUARDA NACIONAL 142
8 CULTURA E POLÍTICA 143

8.1 A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA TENTATIVA DE HEGEMONIA 147
8.2 CRISE E RECRIAÇÃO 153

PARTE 3 - INSTITUIÇÃO DA CLASSE DOMINANTE 156
1 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 157
1.1 QUESTÕES TEÓRICAS 157
2 DA DIALÉTICA ENTRE O ESTADO E A CLASSE DOMINANTE 163
3 CONSTRUÇÃO DA ESFERA REGIONAL DO ESTADO NO BRASIL 169
4 ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA 173
5 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DAS DECISÕES 176
5.1 O PARANÁ COMO FORMAÇÃO REGIONAL 176

PARTE 4 - MODIFICAÇÃO E CONTINUAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE 186
1 TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO 187
1.1 DE PROVÍNCIA PARA ESTADO 188
1.1.1 Aparelho Regional de Estado Burguês 189
2 CORONELISMO NO PARANÁ 193
3 ESTADO DO PARANÁ NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930) 197
3.1 EXECUTIVO ESTADUAL 197
3.2 LEGISLATIVO ESTADUAL 200
3.2.1 Assembléia Legislativa 200
4 CÂMARA DOS DEPUTADOS 205
5 SENADO FEDERAL 207
6 CONSTRUÇÃO DA CLASSE DOMINANTE HISTÓRICA DO PARANÁ 208

PARTE 5 - IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE 216
1 QUEM É QUEM NO PODER POLÍTICO HISTÓRICO DO PARANÁ 217
2 MATERIAIS PARA A HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DA CLASSE DOMINANTE TRADICIONAL DO PARANÁ 226

CONCLUSÃO 2321
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 249

VOLUME 2

ANEXO INTRODUÇÃO

EXEMPLO DE FAMÍLIAS SENHORIAIS FAZENDEIRAS DE OLIVEIRA VIANNA. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRA, 1981, p.477-490 263

ANEXO PARTE 1, ITEM 1.1

ESTIMATIVAS DOS CAPITÃES-MORES 266

ANEXO PARTE 1, ITEM 1.2

QUADRO GERAL DA RELAÇÃO DAS FAZENDAS E SÍTIOS DE CURITIBA 268

ANEXO PARTE 1, ITEM 2.1

COMERCIANTES QUE ASSINARAM A REPRESENTAÇÃO DE 1803 270

ANEXO PARTE 1, ITEM 2.2

PRINCIPAIS PROPRIETÁRIOS NEGOCIANTES EM 1850 (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, p.298-301) 274

ANEXO PARTE 1, ITEM 2.3

LISTA DOS EMPRESÁRIOS QUE ASSINARAM A FUNDAÇÃO DA ACP - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ EM 1890 (CARNEIRO, 1981, p.12, 13) 276

ANEXO PARTE 1, ITEM 3

LEGISLAÇÃO IMPERIAL SOBRE INOVAÇÕES INDUSTRIAIS NA ERVA-MATE 283

ANEXO PARTE 1, ITEM 4

RELAÇÃO DOS DONOS DE TROPAS QUE PASSARAM PELO REGISTRO DO RIO NEGRO - 1830-1853 289

ANEXO PARTE 1, ITEM 4 (CONTINUAÇÃO) 294

ANEXO PARTE 1, ITEM 5

BACHARÉIS QUE VIERAM PARA O PARANÁ 296

ANEXO PARTE 1, ITEM 6

A BURGUESIA IMIGRANTE DO PARANÁ 308

ANEXO PARTE 2, ITEM 2.1

DEPUTADOS PROVINCIAIS NA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ 315

ANEXO PARTE 2, ITEM 2.2

DEPUTADOS PROVINCIAIS NA ÚLTIMA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL - 1888 321

ANEXO PARTE 2, ITEM 3

DEPUTADOS GERAIS DO PARANÁ 324

ANEXO PARTE 2, ITEM 4

SENADO IMPERIAL 329

ANEXO PARTE 2, ITEM 5

TÍTULO DE NOBREZA 331

ANEXO PARTE 2, ITEM 7

GUARDA NACIONAL EM 1855 333

ANEXO PARTE 2, ITEM 8

INTELECTUAIS "PARANISTAS" 336

ANEXO PARTE 3, ITEM 4

PRESIDENTES DA PRONVÍNCIA DO PARANÁ 338

ANEXO PARTE 3, ITEM 5.1

PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PARANÁ PROVINCIAL 342

ANEXO PARTE 4, ITEM 3.1

PERFIL DOS GOVERNADORES E DOS PRESIDENTES DO PARANÁ REPUBLICANO 354

ANEXO PARTE 4, ITEM 3.2.1

CONSTITUINTE ESTADUAL DE 1892 359

ANEXO PARTE 4, ITEM 4

DEPUTADOS FEDERAIS DO PARANÁ DE 1891-1930 368

ANEXO PARTE 4, ITEM 5

SENADORES DO PARANÁ DE 1891-1930 376

ANEXO PARTE 4, ITEM 6

TÍTULOS DE FRANCISCO NEGRÃO NA GENEALOGIA PARANAENSE 380

ANEXO PARTE 5, ITEM 1

PODER EXECUTIVO 399

ANEXO PARTE 5, ITEM 2

ESTUDO DE CASO DE GENEALOGIA E POLÍTICA NO PARANÁ 436

ANEXO DA CONCLUSÃO

GENEALOGIAS DA CLASSE DOMINANTE ATRAVÉS DOS SÉCULOS E DOS MODOS DE PRODUÇÃO 482

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

RESUMO

O presente trabalho procura analisar e identificar a classe dominante paranaense no período de 1853-1930, da emancipação e criação da Província do Paraná até a Revolução de 1930. Defendemos a tese de que o núcleo da classe dominante paranaense é formado por cerca de cinqüenta famílias históricas que se estruturam primordialmente no período colonial. A partir da estrutura agrária fundada pelo regime senhorial das sesmarias e com o poder dos homens bons no controle dos cargos políticos das vilas coloniais, articula-se a base inicial da classe dominante paranaense. Com os descendentes deste núcleo inicial compõem-se os princípios da base demográfica, social, econômica e política central da classe dominante paranaense. Este complexo conjunto dominante deve ser investigado na evolução de sua base material e em sua economia política formada a partir da erva-mate e do tropeirismo, as principais atividades paranaenses de mercado no século XIX. A vinda de novos quadros da burocracia nacional e a criação de uma burguesia imigrante não alteram completamente o perfil político da região. O projeto de poder e de domínio das grandes famílias históricas atravessa os séculos. A análise dos principais grupos da política do Paraná revela a sua dependência das estruturas tradicionais de parentesco da classe dominante. A investigação da classe dominante enquanto uma totalidade concreta com suas mediações reais está fundamentada na pesquisa de homens reais com suas relações sociais efetivas e suas experiências vividas. A classe dominante paranaense também apresenta uma complexa formação pautada por grupos familiares em suas modalidades de poder e domínio social, econômico, político e cultural ao longo de trezentos anos de história paranaense na sua transmissão de patrimônios. Apesar das grandes transformações ocorridas no século XX, como a modernização capitalista e a modernização burocrática, a presença de elementos das famílias históricas nos quadros políticos do Paraná ainda é considerável e marcante.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

INTRODUÇÃO

Jorge Luis Borges nos relata em um dos seus contos uma fabulosa narrativa a respeito de um jogo de xadrez. O jogo atravessa a duração de várias gerações que o jogam, "*cada indivíduo de uma geração faz uma jogada*" (BORGES, 1994, p.6). Não mais se sabe sobre o prêmio que é jogado, mas que este seria "*enorme e talvez infinito*". Uma partida com a duração de inumeráveis gerações. Cada nova geração recebe uma situação e continua o jogo. E assim sucessivamente, geração após geração.

A metáfora desse fantástico conto é a abertura de uma possibilidade, a de se compreender a história também fabulosa, mas verdadeira, das realidades sociais e políticas brasileiras. Como o xadrez, a sociedade é um todo estruturado temporalmente a partir de regras e relações entre os seus componentes e o seu contexto-cenário. Há um ambiente perpassando uma atmosfera de sociabilidades e interações que ganham sentido dentro de processos e seqüências de duração e continuidade. Forma-se uma densidade do acontecimento com as suas situações passadas. O xadrez também revela e expressa a dinâmica do poder através da dimensão temporal-relacional. O jogo de xadrez é uma metáfora de conceitos estruturais, do próprio conceito filosófico de totalidade. Esse é o "jogo" que queremos acompanhar nesta tese.

Nosso trabalho é um estudo ilustrativo e fortemente empírico sobre a formação da sociedade e dos mecanismos de poder no Brasil. Procuramos investigar o processo de formação dos grupos sociais superiores no Paraná e as suas relações com a economia, a política e a cultura regional. Esta pesquisa começou com a investigação da burguesia da erva-mate e os seus padrões de representação política. Investigávamos a possibilidade de conexões entre a elite econômica e a elite política paranaense do Segundo Reinado e da República Velha.

O sentido da institucionalidade dos grupos superiores é uma expressão histórica da formação social. A sociedade enquanto uma totalidade social concreta estrutura as condições de existência dos grupos superiores. Mediante determinadas relações sociais de produção fundamenta-se um segmento social que, organizado pela propriedade e controle das forças produtivas e dos meios de produção, pode vir a dominar o poder político de uma sociedade. Nesse sentido, podemos nos referir a um grupo social que controla a propriedade da terra e a produção social como uma classe dominante que também poderá ser o grupo politicamente dominante. A lógica de funcionamento de uma sociedade apresentará as condições históricas de existência de sua classe dominante em sua institucionalidade jurídico-política.[1]

O Paraná como Objeto de Estudo

O Paraná surge no século XVII. Paranaguá é elevada a vila em 1648 e Curitiba em 1693. Os Campos Gerais começam a ser ocupados no século XVIII e os Campos de Guarapuava foram conquistados no início do século XIX. Ocupação lenta, difícil e rarefeita. Pela ação política de sua classe dominante, o Paraná se emancipa da Província de São Paulo em 1853. O norte cafeeiro e o oeste do Paraná serão ocupados apenas no século XX. (MARTINS, s.d. e CARDOSO, WESTPHALEN, 1986).

Há um senso comum político segundo o qual o Paraná seria um espaço que separaria a ostensiva presença política do Rio Grande do Sul, da igualmente forte presença de São Paulo. Em algumas histórias políticas parece que os paulistas têm

---

[1]Pesquisas indicam que no Nordeste brasileiro os padrões de continuidade e reprodução são muito mais intensos. Mesmo em São Paulo, a região que passou por maiores diferenças econômicas e que recebeu mais imigrantes (nacionais e estrangeiros) desde o fim do século XIX, também é possível o apontamento de alguns padrões de continuidade na sua elite política e no seu empresariado. Um dos maiores empresários de São Paulo no fim do século XX é Antonio Ermírio de Moraes. A participação de sua família na composição do seu patrimônio empresarial, formado em sucessivas heranças, ilustra conexões entre estruturas de parentesco e a formação da burguesia em São Paulo. A família Ermírio de Moraes possui vínculos com a "tradicional oligarquia nordestina" (SCATIMBURGO, 1998).

fronteira com os gaúchos.[2] Procuraremos demonstrar em nossa tese que o Paraná possui um passado político ativo. A partir de análises regionais podemos apontar novos detalhes e novas determinações para enriquecermos as teorias sociais, políticas e econômicas na formação do Brasil.

A política paranaense teve participação importante em quase todas as crises e momentos de afirmação e construção do Estado Nacional. Desde a formação e integração do Brasil Meridional, a presença daqueles que seriam os paranaenses, ao lado dos outros brasileiros e dos reinóis, já foi apontada e reconhecida. (CARNEIRO, 1944, p.43-54). Tropeiros, aventureiros e soldados paranaenses participaram do povoamento, da defesa do Rio Grande do Sul e das lutas no Prata. Muitas vezes identificados como paulistas, mas na verdade, elementos da Comarca de Paranaguá e de Curitiba. O Planalto Médio do Rio Grande do Sul foi ocupado basicamente por pioneiros paranaenses. (RODERJAN, 1992, p.268-304). Na crise da Regência em 1838, com a Revolta Farroupilha e a ocupação de Lages, as forças da então Comarca de Curitiba foram decisivas, assim como na derrota da sedição de Sorocaba em 1842. Ambos foram eventos que acabariam colaborando para a emancipação e criação da Província do Paraná em 1853. Alguns dos mais violentos episódios da Revolução Federalista e da Armada aconteceram no Paraná em 1894, devido à participação local. A Revolução de 1930 teve uma grande ajuda, quando forças no Paraná se revoltam, colaborando na pressão e na passagem das forças revolucionárias por seu estratégico território e por suas importantes pontes, forçando a derrota em São Paulo dos esquemas políticos da República Velha. A presença da política paranaense também se faz sentir em todos os momentos de crise e inflexão da política brasileira. Em 1961, na defesa da legalidade. Em 1964, na realização do golpe e na sua consolidação. Em 1982, na geopolítica

---

[2]É o caso das análises sobre o movimento de 1930. A presença da política do Paraná foi decisiva no desenrolar dos acontecimentos e foi muitas vezes ignorada pela bibliografia temática. O livro de Bóris Fausto e as análises de Carone não apreenderam o importante papel do Paraná na crise de 1930. O apoio da política e dos militares paranaenses ao movimento revolucionário foi muito importante ao levar a revolução diretamente a São Paulo, colaborando no isolamento das forças do Catete. (OLIVEIRA, 1997).

do PMDB, acarretando o desmonte da ditadura etc. Sempre se reconhece uma dinâmica interna regional que é estruturada e formada pelas dinâmicas nacionais, mas possuindo algumas características específicas dentro de uma autonomia de interesses regionais próprios.

> Ninguém ignora que o Paraná já funcionou muitas vezes como território-tampão, quer nas guerras do sul que marcaram as turbulências das fronteiras platenses, quer nas sublevações internas, cujo êxito ou insucesso dependia da posição dos paranaenses, de que são exemplos as três maiores revoluções que abalaram o país, no Império e na República: A Revolução Farroupilha (1835/1845), a Revolução Federalista (1893/1894) e a Revolução Liberal (1930), lembrando também a Sedição de Sorocaba, em 1842, o levante tenentista de 1924, que daria origem à Coluna Prestes na região paranaense de Foz do Iguaçu, a Campanha da Legalidade em prol da posse do Presidente João Goulart e, afinal, o movimento militar de 1964. Pelo caráter estratégico da terra paranaense, em todos esses movimentos a participação dos paranaenses em termos de simpatia e apoio aberto, de condenação ou de neutralidade, tiveram importantes conseqüências políticas. (AMARAL e COSTA, 1989, p.33).

Ciências Sociais e História Regional

O Paraná, afirma-se, faz parte do Brasil "moderno" e "bem-sucedido". Estado de agricultura desenvolvida e de cidades que são consideradas modelos de planejamento urbano.

A nossa pesquisa focaliza a formação da classe dominante do Paraná. As relações de continuidade entre a classe dominante colonial e a classe dominante do Brasil do século XX apresentam marcantes diferenças regionais. Somente por meio da pesquisa empírica podemos determinar as condições da evolução de uma classe dominante.

O regional é um componente do nacional e só pode ser compreendido na sua relação de uma parte inserida em um totalidade maior. A relação dialética entre o regional e o nacional deve contemplar as especificidades e dinâmicas do parcial. O Paraná, enquanto uma formação regional, possui a sua própria formação social, econômica, cultural e política inscritas dentro dos destinos nacionais. O que leva o Paraná a apresentar as suas particularidades na formação brasileira?

A nossa pesquisa nos forneceu um considerável panorama dos indivíduos que possuíam e controlavam a economia e a política paranaense a partir de algumas conexões nos pioneiros coloniais da região e dos fundamentos nas principais estruturas da sua economia política. A criação da província do Paraná, em 1853, está relacionada com a ascensão da economia regional da erva-mate e do tropeirismo. A sociedade litorânea e campeira da Comarca de Curitiba, com os seus grandes proprietários, participou do projeto de poder que produziu a nova província. Quando listamos extensivamente e de maneira bastante integral os atores econômicos e políticos "paranaenses", constatamos a sua organização em complexas estruturas de parentesco. Essas inúmeras famílias possuíam origens no período colonial. A pesquisa empírica também revelaria que vários desses grupos familiares formariam boa parte da elite política republicana do século XX no Paraná.

Quando começamos a identificar os principais quadros da economia ervateira paranaense, também nos chamou a atenção o fato de serem atores e agentes diretos de ações políticas. Percebemos que quase todos eram aparentados entre si. A sua trajetória indicava a presença de extensas unidades de parentesco, muito longas no tempo.

A maior parte da elite política paranaense do final da República Velha nada mais seria do que netos e bisnetos da elite política de meados do século XIX. E o seu começo apontava para a gênese e o estabelecimento da grande propriedade rural e os primeiros cargos políticos nas vilas de Paranaguá e de Curitiba no século XVII e início do XVIII. Sendo o núcleo da elite política formado por poucas famílias que controlavam a sociedade, a economia e a cultura regional, fomos levados a pensar nos grupos superiores como uma classe dominante, formada estruturalmente a partir de um reduzido conjunto de famílias, bastante aparentadas entre si e compartilhando inúmeros ascendentes em comum. O que não quer dizer que a classe dominante seja formada exclusivamente por estas famílias (ainda que em algumas conjunturas históricas no passado seja quase o caso); há também indivíduos recém-chegados (socialmente ou territorialmente) e bem-sucedidos na sua composição.

Grandes senhores de terras e de homens, negociantes, altos quadros burocráticos, políticos de relevo, militares de alta patente e organizadores culturais pertencem às famílias que formam a classe dominante. Para conhecer a sua gênese e evolução, somente o encadeamento genealógico pode desvelar a sua complexa trama. Ninguém terá uma análise profunda e extensa da classe dominante do Brasil até meados do século XX sem conhecer a genealogia de suas unidades elementares familiares.

O que é e quem forma a classe dominante? A sua materialidade é, fundamentalmente, composta pela sua inserção econômica e pelas formas que assumem no comando da sociedade local e regional. Indivíduos e grupos familiares podem acumular capitais e entrar na classe dominante e também podem paulatinamente ser afastados por um processo de decadência social e econômica. Transformações ocorrem o tempo todo. Também existem as continuidades. Aqui as relações sociais e políticas mais gerais desempenham um importante papel. A gênese local e regional forma o *locus* privilegiado da estruturação dessa classe.

Esse fenômeno de duração e continuidade pode ser percebido de diversas maneiras. Oney Borba em seu livro *Os Iapoenses* aponta algumas descrições sobre a localidade de Castro, situada no norte dos Campos Gerais paranaenses:

> Oligarquia Castrense. Em raríssimos lapsos de seu passado, a direção político-administrativa das freguesias, vilas e cidades dos Campos Gerais não foi oligárquica. Povoados, bairros, vilas e com mais evidências os aglomerados maiores, as cidades, eram dominados e ainda o são, por clã de latifundiários ou de gente com as mesmas idéias e mentalidades dos 'gigolôs de vacas', no dizer prosaico do campeiro interiorâneo. Depois da revolução de 1930, assumiu o comando político em Castro, Otávio Novais, fazendeiro, filho de José Felix Novais do Canto, neto de Manoel Inácio do Canto e Silva - o maior escravocrata de seu tempo na Província do Paraná – bisneto de Ana Luiza da Silva e trineto do Sargento-Mor José Felix da Silva Passos, o senhor da fazenda Fortaleza. Tradicional no domínio, portanto. Latifundiário de origem, de tradição, costumes e de idéias. Foi Prefeito 'revolucionário' !... (BORBA, 1986, p.163-164).

Samuel Guimarães da Costa, escrevendo sobre o centenário da emancipação paranaense, também relata

> sobre uma curiosa coincidência de significado histórico: no ano do centenário (1953) três bisnetos do patriarca Caetano José Munhoz, ocupavam a chefia dos três poderes – Munhoz da Rocha Neto à frente do Executivo, Laertes Munhoz na presidência da Assembléia Legislativa e José Munhoz de Melo como chefe do Poder Judiciário-, valendo lembrar que o citado Caetano José Munhoz participara há cem anos passados, das solenidades de posse do primeiro governador da Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, por sinal homenageado e recepcionado em sua residência. (PARANÁ POLÍTICO, 1989, p.32).

Em 1993, Curitiba cumpriu 300 anos de existência como vila. O então prefeito Rafael Greca de Macedo pertence a uma das principais famílias históricas do Paraná, a família Macedo, família de muitos prefeitos. O primeiro prefeito de Curitiba em 1835 foi José Borges de Macedo, o coronel Joaquim Pereira de Macedo foi prefeito em 1908-1912 e em 1930-1932, Oscar Borges de Macedo e Ribas o foi em 1938. João Macedo de Souza também o foi em 1945,1946 e 1947. A ascendência da família do prefeito Rafael Greca de Macedo pode ser estabelecida para personagens que já detinham o poder político no início da vila de Curitiba em 1693.

Como poderíamos conceituar o que a nossa pesquisa revelou? Como as teorias e as diferentes pesquisas das Ciências Sociais no Brasil trabalham com esse fenômeno de poder? As Ciências Sociais dentro de uma perspectiva associada a Marx e Engels estão vinculadas no aspecto teórico e metodológico ao materialismo histórico.[3] A história é considerada uma ciência social por parte de uma das melhores "escolas historiográficas" do século XX.[4]

O pesquisador que investiga relações entre grupos sociais, interesses econômicos e representação política pode encontrar na bibliografia temática diferentes pespectivas e encaminhamentos metodológicos.[5]

---

[3]Ver A Ideologia Alemã. Karl Marx e Friedrich Engels. Introdução de Jacob Gorender (1989).

[4]Pierre Chaunu. A História como Ciência Social; a duração, o espaço, e o homem na época moderna (1976).

[5]Parte da bibliografia empírica sobre "grupos superiores" no Brasil consiste nas seguintes obras de referência: na formação do Brasil Colônia citamos as obras de Raimundo Faoro (*Os Donos do Poder*) e a de Fernando Henrique Cardoso (*Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*). Para o período do

Na década de 1990 são lançados alguns livros que confirmam aspectos na duração da dominação política pela continuidade da história e da sociedade no Brasil. A existência de um programa de pesquisas, implícito e informal, na análise do Estado-sociedade brasileiro, com referência à longa duração como paradigma explicativo, apontou para novas pesquisas conectando acontecimentos e estruturas, nos marcos da formação política e histórica brasileira.

Império existe a obra de José Murilo de Carvalho (*A Construção da Ordem*). Para a República Velha existem as análises regionais de Joseph Love (*O Regionalismo Gaúcho* e *A Locomotiva, São Paulo na Federação*), Robert Levine (*A Velha Usina, Pernambuco na Federação*), John Wirth (*O Fiel da Balança, Minas Gerais e a Federação*), Marieta de Moraes Ferreira (A *República na Velha Província*), Linda Lewin (*Política e Parentela na Paraíba*), Eul-Soo-Pang (*Coronelismo e Oligarquias*) e Edgard Carone (*A República Velha*). Sergio Miceli estuda as elites no período pós-trinta (*Carne e Osso da Elite*). Ronald Chilcote possui um estudo de caso da composição da classe dominante em Juazeiro (*Classe Dominante e Transição no Nordeste*). Francisco Antonio Doria analisa grupos e famílias da classe dominante em perspectiva genealógica (*Os Herdeiros do Poder*). Como exemplos de perspectivas regionais temos Eliete de Queiróz Gurjão (*Morte e Vida das Oligarquias. Paraíba 1889-1945*) e Marta Zorzal e Silva (*Espírito Santo. Estado, Interesses e Poder*). Também devemos analisar como os autores de obras clássicas procuram conceituar os grupos superiores nas suas pesquisas ensaísticas sobre o Brasil: Nestor Duarte (*A Ordem Privada e a Organização Nacional*), Gilberto Freire (*Casa Grande e Senzala*), Raimundo Faoro (*Os Donos do Poder*), Jacob Gorender (*O Escravismo Colonial*) e Florestan Fernandes (*A Revolução Burguesa no Brasil*).

Nesse importante conjunto de pesquisas existem várias possibilidades conceituais no tratamento dos "grupos superiores" da sociedade. Utiliza-se o conceito de *elites* (Carvalho: 1980, Love: 1982, Wirth: 1982, Levine: 1980, Ferreira: 1989, Miceli:1991); o de *oligarquia* (Carone: 1978, Eul-Soo-Pang: 1979, Lewin: 1993, Gurjão: 1994); o de *estamento* (Faoro: 1991); o de *aristocracia* (Gilberto Freire: 1963); o de *camada senhorial* (Fernando Henrique Cardoso: 1977); o de *senhoriato* (Nestor Duarte: 1939); o de *classes burguesas* (Florestan Fernandes: 1981) ou o de *classe dominante* (Gorender: 1985, Chilcote: 1991, Doria: 1994, Marta Zorzal e Silva, 1995). São diferentes caminhos metodológicos na organização e operacionalização dos resultados das pesquisas.

Além dos diferentes termos conceituais presentes na análise dos "grupos superiores" na sociedade brasileira, existe outra importante divergência. A sociologia política no Brasil parece possuir duas tradições centrais com dois paradigmas básicos na análise da relação entre grupos superiores e o Estado na formação do país. A primeira proposta pode ser resumida com o livro de Nestor Duarte, "*A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*" (1939). A segunda orientação foi sistematizada por Raymundo Faoro, "*Os Donos do Poder*" (1958).

A primeira orientação, de velhas raízes no pensamento político e social brasileiro, identifica um pólo forte na ordem privada e um pólo fraco no Estado. A segunda tradição inverte a primeira interpretação, ao colocar um pólo forte na presença do Estado frente à sociedade. A questão que se apresenta é a fragilidade de base empírica e de identificação fundada sobre pesquisas dirigidas nos ocupantes da "elite". As características do bom ensaísmo não conseguem encobrir a necessidade de profundos e extensivos inquéritos sobre a velha questão de quem governa. Parece-nos que enunciados como "estamento", "senhoriato", "elites" e "classe dominante", só podem significar algo se fundamentados em rigorosas pesquisas que ainda não foram realizadas de maneira suficiente nas Ciências Sociais do Brasil. A própria determinação conceitual das categorias teóricas acima citadas, indica uma compreensão criteriosa das potencialidades e problemas de cada uma em termos empíricos.

A partir desses trabalhos, novas indagações se colocaram para a sociologia política e para a sociologia histórica no Brasil. Os livros que motivaram a nossa pesquisa foram escritos por: Raymundo Faoro: 1994 (*Existe um Pensamento Político Brasileiro?*), Francisco Doria: 1994 (*Os Herdeiros do Poder*), José de Souza Martins: 1994 (*O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta*), Marcel Bursztyn: 1990 (*O País das Alianças. Elites e Continuísmo no Brasil*), João Fragoso e Manolo Florentino: 1993 (*O Arcaísmo como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 1710-1810*). Neste conjunto heterogêneo de textos, existe uma certa unidade que os aproxima e os identifica enquanto questionamento, paradigma ou epistemologia de pesquisa centrado em elementos de continuidade.

O objetivo de nossa tese é o estudo da classe dominante histórica paranaense. A nossa pesquisa está concentrada principalmente no período Imperial e na República Velha. Nossos estudos se ampliam quando queremos analisar a formação da classe dominante no Paraná e como ela continua existindo e atuando dentro das grandes transformações do século XX. A nossa análise fundamenta-se a partir da economia política, reconhecendo e percebendo as distintas frações da classe dominante. Procuramos observar o desenvolvimento da burguesia paranaense dentro das suas condições de estruturação social. Um dos temas centrais da nossa tese são as relações da classe dominante com o Estado, assim como a investigação das formas de ação política e cultural da classe dominante regional.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Nossa Tese

A nossa tese pretende analisar a formação de uma classe dominante regional no Brasil, uma classe que parece não existir, existindo no silêncio. Uma tese de Doutorado recente da USP chega a declarar o Paraná uma terra sem passado (BENEVIDES, 1991). Demonstraremos o contrário, a permanência de uma classe dominante que existe desde o

século XVII no Paraná. Uma classe que também sempre foi firmemente comprometida com a unidade nacional do Brasil, extremamente vinculada com a realidade dominante nacional, sendo formada de famílias de São Vicente, da Bahia, de Pernambuco e de outras regiões brasileiras, além de continuamente ser alimentada por elementos portugueses que forneceram peso e identidade para os segmentos dominantes, desde o Brasil Colônia. Com a grande imigração de outros europeus a partir do século XIX, alguns dos seus descendentes também são ressocializados na cultura política nacional e incorporados na classe dominante. Com o devido aprendizado, são permitidos entre alguns dos seus melhores quadros.

Um outro aspecto que envolve a atuação da classe dominante histórica paranaense foi a formação de alguns dos componentes da nacionalidade. Tema complexo e repleto de questões relacionadas à expressão cultural brasileira. As sociedades podem ser divididas em *assimiladoras* ou *pluriculturais.*[6] O primeiro modelo possui relações identitárias integradoras. O segundo forma enclaves étnicos, culturais e religiosos de diversas maneiras. O Brasil, e logo o Paraná, pertencem preponderantemente ao modelo integrador.[7] A força motora da *brasilidade assimiladora* (a expressão cultural dominante no Brasil, de origem colonial luso-brasileira) foi conduzida principalmente pela classe dominante histórica. A força integracionista e assimiladora das populações remotas à cultura dominante não foram as instituições cívicas, republicanas e nem a escola fundamental de massas. O eixo da constituição de diferentes regiões e populações em um Estado Nacional foi o projeto de poder político do segmento dominante histórico brasileiro. O que levou os descendentes de tupis, bororos, iorubás, ovimbundos, galegos, silesianos, vênetos, asquenazis, drusos, armênios, japoneses e todos os outros a se tornarem brasileiros foi o paradigma político-cultural do processo de conversão do português colonial ao se metamorfosear no brasileiro. Se no Sul do

---

[6]Classificação proposta por Gérard Chaliand em seu artigo O Ritmo das Migrações, Folha de S. Paulo, Caderno Mais! 5-11, 30/8/1998.

[7]Consultar os livros Nacionalização e Ensino (1940) e Integração. Estudos Sociais e Históricos de Carlos Gomes de Oliveira (1984).

Brasil existem muitas populações de origem alemã, italiana e eslava; se na Bahia os descendentes de africanos e na Amazônia os de ameríndios representam a maioria em várias localidades; todos sempre estão com os velhos luso-descendentes que formaram a pedra angular da nação e da sua língua.

O silêncio dos vencedores. A existência de uma classe dominante que parece passar despercebida. Wilson Martins concluiu o seu belíssimo "Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná – Um Brasil Diferente", em 1955, com a seguinte afirmação:

> Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. (MARTINS, 1989, p.446).

Não é bem assim. As pesquisas posteriores de Octávio Ianni (1988) e de Carlos Roberto Antunes dos Santos (1976) revelariam a significante presença da escravidão no Paraná. Os índios também estiveram no território paranaense, até serem paulatinamente destroçados ou integrados. (MOTA, 1994). Se repararmos que a primeira edição do livro de Wilson Martins foi dedicada ao então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, perceberemos o porquê do silêncio dos vencedores. Talvez Bento tenha sido o maior representante político e o mais refinado intelectual orgânico de sua classe no século XX.[8] Bento era filho de um igualmente Presidente do Paraná durante a República Velha (Caetano Munhoz da Rocha), assim como também foi Presidente do Paraná o seu sogro (Afonso Alves de Camargo), pai de sua esposa Flora. O bisavô de Bento foi o tenente-coronel Caetano José Munhoz, senhor de um dos primeiros engenhos de erva-mate a utilizar motor a vapor, continuando a usar escravos negros no novo empreendimento, já tarde no século XIX (LEÃO, 1926, p.247). Na verdade, Bento descende diretamente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis, fundadores de Curitiba em fins do século XVII.

---

[8]Bento lecionava conteúdos "modernos", inclusive sociologia em nível superior, sendo um dos primeiros "professores de sociologia" no poder.

Em pessoas e famílias como a de Bento Munhoz da Rocha Neto encontraram-se o destino e a responsabilidade da classe dominante e dirigente do Brasil e do Paraná. Neste grupo forjaram-se a sociedade, a cultura e a política vitoriosa e dominante no Paraná e no Brasil. No caso do Paraná, procuraremos mostrar a existência de um grupo dominante que atravessa os séculos com um projeto de dominação econômica e política, vitorioso em suas linhas gerais. Projeto histórico, como diria Bento:

> Nós do Sul, que somos psicologicamente um povo de fronteiras porque convivemos com povos oriundos de outras culturas, ouvimos diariamente essa denominação. É tão grande a identificação do brasileiro com o português, que, de São Paulo para o Sul, onde os brasileiros de origem portuguesa já hoje devem estar em minoria sobre brasileiros de outras origens, a nós mesmos, que nos habituamos a essa convivência, nos vem a idéia de, quando encontramos um sobrenome, um apelido português, denominamo-lo de brasileiro. Isso mostra a identificação perfeita entre portugueses e brasileiros. A cultura portuguesa fez a unidade brasileira " [...] "Mas negar a grandeza de nossa ascendência portuguesa é negar o próprio Brasil. Nós, como disse, somos os portugueses da América. Nós, do Sul, temos talvez mais do que outros brasileiros de outras regiões a plenitude dessa certeza, a convicção desse fato histórico e sociológico". (Bento Munhoz da Rocha, 1987, p.643-644 (Discursos).

Existem múltiplos e excelentes trabalhos de famílias singulares sobre as relações entre poder político e econômico e as suas relações entre linhagens e genealogias. O que pensamos ser inédito e original é o estudo da formação de uma classe dominante regional em termos de seu segmento que se estrutura em uma comunidade genealógica integralmente analisada em seus principais aspectos de continuidade política. Desde a implantação das sesmarias pioneiras na área de Curitiba em meados do século XVII até o momento em que escrevemos este texto, no limiar do século XX, transcorreram cerca de dez gerações. As pessoas que atualmente vivem na Curitiba de 1999 e que conseguem identificar antepassados na criação da Vila de 1693, são indivíduos pertencentes basicamente à nona, décima e décima-primeira geração após o enraizamento inicial dos pioneiros fundadores de Curitiba. Quando começamos a estudar a classe dominante paranaense no Segundo Reinado e na República Velha, percebemos que a sua unidade central de parentesco, de poder e de dominação se estruturava com a gênese da comunidade regional, a partir do século XVII.

Estudamos a formação da classe dominante paranaense em três dimensões. Em primeiro lugar, a sua formação material a partir da economia política das principais atividades econômicas do Paraná. Depois, apresentamos as maneiras pelas quais este grupo atua politicamente e culturalmente, ligando estrutura e ação política. Por último, analisamos a partir da construção do aparelho de Estado regional em 1853, a base institucional de algumas relações entre o Estado e a classe dominante, assim como algumas considerações entre as mudanças sociais, econômicas e as mudanças nos tipos de Estado. A experiência de formação específica da totalidade social regional do Paraná permitiu uma grande continuidade de algumas famílias históricas que atravessam todas estas dimensões e enfrentam os desafios de cada conjuntura. Os homens, assim como as estruturas sociais, fazem a história e por ela são constituídos, conforme disse Marx no início do Dezoito Brumário.

> Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX: [s.d.], p.203).

Uma das nossas tarefas finais na tese é a identificação dos grupos familiares e de algumas de suas estratégias políticas, trazendo os homens concretos para a explicação sociológica, e não apenas os processos e as relações sociais que os fundamentam. Veremos que, de Baltazar Carrasco dos Reis, um antigo bandeirante e senhor de sesmaria do Rio Barigüi, em Curitiba, em 1661, descendem diretamente quatorze chefes de poder Executivo com familiares na região do Paraná. Manoel Antônio Ferreira - 1863, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá - 1878/1879/1882/1889, João José Pedrosa - 1880/1881, Generoso Marques dos Santos - 1891, Vicente Machado da Silva Lima - 1893/1894 e 1904-1907, João Cândido Ferreira - 1904/1905/1906/1907, Afonso Alves de Camargo- 1916/1920 e 1928/1930, Caetano Munhoz da Rocha- 1920/1928, Bento Munhoz da Rocha Neto - 1951/1955, Manoel Ferreira Ribas - 1932/1945, Clotário de Macedo Portugal - 1945/1946 e Mário Pereira - 1994,

no Paraná. Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Presidente de Santa Catarina de 1923-1925 e Diogo Antônio Feijó, Regente do Império. Carlos Cavalcanti de Albuquerque - 1912/1916 e Mário Alves Monteiro Tourinho - 1930/1931, ocuparam o poder Executivo no Paraná e se casaram com mulheres que descendiam também diretamente daquele fundador de Curitiba em questão. (NEGRÃO, 1926 e 1927, v.1 e 2). As relações entre estruturas de poder e de parentesco estão firmadas.

Marco Teórico

- **Classe Dominante, Bloco no Poder e Fração Detentora do Aparelho de Estado**

A fundamentação do conceito de classe dominante está ancorada na lógica da economia política compreendida na institucionalidade específica do modo de produção capitalista. Existem diversas possibilidades metodológicas de conceituação de classe dominante. Este conceito antes de tudo revela a unidade de diferentes grupos proprietários (familiares ou não) que organizam os meios de produção, consomem rendas e heranças, comandam o processo produtivo e são politicamente dominadores e ideologicamente hegemônicos. Nossa tese é de que a classe dominante histórica no Brasil foi composta preponderantemente por vários grupos familiares que transmitem a sua posição em complexos mecanismos de reprodução, por vezes, extremamente longos no passado.

A classe dominante não constitui um bloco único, compacto e composto de interesses homogêneos e monolíticos. A sua unidade resulta da diversidade das frações nela reunidas que possuem autonomias específicas e interesses próprios dentro do conjunto da classe dominante.

O conceito de frações autônomas de classe foi desenvolvido por Poulantzas no seu livro *Poder Político e Classes Sociais* (1977, p.74, 82). Uma fração de classe existe como força social quando a sua existência econômica produz efeitos pertinentes na política e na ideologia, revelando com a sua atuação na luta de classes, a sua presença

distinta. A análise dos "efeitos pertinentes" de uma fração autônoma de classe nas estruturas e relações políticas e ideológicas no campo das lutas de classe depende sempre da conjuntura de uma situação histórica concreta. *Só através do seu estudo se poderá circunscrever as relações dos limites e das variações, e assim se caracterizar os "efeitos pertinentes"*. (POULANTZAS, 1977, p.79).

A unidade e a diversidade da classe dominante são questões políticas também centradas no Estado. Não sendo a classe dominante um grupo totalmente harmônico, homogêneo e isento de disputas, mas que tem de manter a sua unidade no Estado perante as classes dominadas, levanta-se o conceito de bloco no poder, enquanto unidade de diferentes frações da classe dominante com conflitos internos organizados no Estado. O conceito de bloco no poder,

> "*indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista*". (POULANTZAS, 1977, p.229).

A unidade própria do Estado é realizada pela classe ou fração hegemônica que controla preponderantemente as políticas governamentais, atendendo prioritariamente os seus interesses, mas também contemplando os interesses das outras forças sociais no interior do bloco no poder, garantindo, assim, a unidade do Estado como fator de organização da classe dominante sob a égide da força hegemônica. (POULANTZAS, 1977, p.133-137, 293-300).

A princípio, o conceito de fração autônoma da classe dominante, como o conceito de classe social, fundamenta-se na economia política e na divisão social do trabalho. A presença de efeitos pertinentes na esfera da política e da ideologia é o resultado da relação das forças em presença. O conceito de bloco no poder e de hegemonia também podem ser objetos de reflexão para uma pesquisa sobre realidades sociais e políticas pré-capitalistas.

Um outro conceito desenvolvido por Poulantzas é o da classe ou fração detentora do aparelho de Estado.

> Esta última é, em Marx, a classe ou fração em que se recruta o pessoal político, burocrático, militar, etc, que ocupa as "cúpulas" do Estado. Encontramos esta análise, em forma sumária, nos textos de Marx sobre a aristocracia fundiária na Grã-Bretanha. É neste sentido que ele declara: os Whigs são os representantes aristocratas da burguesia comercial e industrial. Sob condição da burguesia abandonar a uma oligarquia de famílias aristocratas o monopólio do governo e a posse exclusiva dos cargos... eles ajudam-na a conquistar todas as concessões que se mostraram inevitáveis e prementes no processo dos desenvolvimentos sociais e políticos... Os interesses e os princípios que, entretanto, eles defendem, aqui e ali, não são propriamente falando, os seus, antes lhe são impostos pela evolução da burguesia. (POULANTZAS, 1977, p.244-245).

- **Definição de Família Histórica enquanto Componente da Classe Dominante Tradicional**

Dentro do conjunto da classe dominante podem existir estruturas de parentesco enquanto uma das modalidades de reprodução social. A nossa tese analisa a contribuição das famílias tradicionais na composição da classe dominante paranaense. Pensar essa dimensão da classe dominante é pensar um conjunto de famílias, antes que um conjunto de indivíduos. Vários autores clássicos apontaram a importância de também se pensar o *locus* do Poder nas origens do Brasil a partir de extensas unidades de parentesco: os clãs rurais de Oliveira Vianna e as grandes famílias patriarcais de Gilberto Freyre. (OLIVEIRA VIANNA, 1939, p.180; FREYRE, 1985, XXXIII). Em um país como o Brasil existe uma relativa continuidade e reprodução do poder econômico e político da classe dominante desde o período colonial. Somente a pesquisa empírica pode avaliar em que proporção isso ocorre. Para responder a tal questão, realizamos esta pesquisa sobre o Paraná. Semelhante unidade de análise está centrada na longa duração. É na verdade uma ponte entre o passado e o século XX. O eixo unificador de uma problemática política no Brasil passa pela reflexão de como é possível a permanência e a preservação de elementos importantes de uma arcaica estrutura social que

sobrevive e se adapta aos novos desafios e às grandes mudanças que a sociedade nacional viveu nas últimas décadas e nos últimos séculos. Mecanismos sociais de permanência de velhas estruturas, práticas sociais e estilos de exclusão são viabilizados através de um complexo conjunto de estruturas familiares conectadas ao poder político, aos privilégios e ao controle de várias modalidades de patrimônios e capitais sociais. As unidades complexas do exercício desta realidade histórica são formadas e constituídas por grandes unidades sócio-políticas de parentesco: as famílias históricas[9].

Como a temática sociológica e histórica sobre a questão familiar é bastante diversificada, gostaríamos de mencionar que estamos investigando estritamente algumas das relações entre famílias da classe dominante e poder político.[10]

A definição de família histórica nos foi sugerida por Apolinário Ternes no seu livro a respeito do centenário do Senador Carlos Gomes de Oliveira. (TERNES, 1994, p.96). Uma família histórica é um grande complexo de unidades de parentesco com eixos históricos e políticos de longa duração em uma determinada região. Geralmente as famílias históricas têm uma gênese fundiária a partir de bens de raiz fundamentados na posse de terras com sesmarias coloniais. Possuem a sua evolução mais ou menos conhecida. Vários dos seus membros, em cada geração, ocuparam posições econômicas, sociais, culturais e políticas de destaque no plano regional e eventualmente nacional. Seus membros foram senhores de sesmarias, pertenceram às governanças das vilas como "homens bons", foram pessoas de

---

[9]Obviamente que qualquer indivíduo ou família são seres históricos, independentemente de classe social. O fato é que apenas famílias da classe dominante tradicional construíram, produziram e acumularam uma memória genealógica e política do seu passado inscrita nos discursos genealógicos tradicionais. Famílias escravas, índias e subalternas não deixaram discursos organizados sobre a sua memória ideológica na mesma maneira que os grupos que conceituamos como as *famílias históricas da classe dominante tradicional.*

[10]Não estamos interessados no estudo social ou antropológico das famílias no Brasil, a partir de investigações sobre as mulheres, o cotidiano, os aspectos demográficos ou as mentalidades, o que é um campo de estudos em expansão mas de fora do nosso objeto de pesquisa. Obras como *Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade* (1987) analisam aspectos demográficos, sociais e antropológicos da temática familiar no Brasil, nosso interesse, porém, são as relações de longa duração das famílias da classe dominante com o Poder e o Estado na dominação política existente nos marcos do nosso estudo.

cabedais ou militares, tiveram grandes residências rurais e urbanas, solares e sobrados, ocuparam importantes cargos políticos através dos séculos e são os nomes das ruas, avenidas e logradouros de nossas cidades, atestando a sua permanência.

Exemplos de famílias históricas e um modelo de um paradigma familiar, no caso os Doria no Brasil, nos foram oferecidos pelo excelente livro de Francisco Antonio Doria: 1995, III. Uma família histórica é uma *família de elite na classe dominante* (DORIA, 1995, p.64). Também existe o esboço da apresentação de uma família histórica na análise por nós feita sobre a família Oliveira de São Francisco do Sul-Joinville. (Oliveira: 1995, 89).[11]

As famílias históricas da classe dominante não se confundem com as outras modalidades de famílias encontradas na sociedade brasileira. Formadas no período colonial, atravessando o Império e alcançando ainda substanciais períodos da organização republicana do século XX. Oliveira Vianna já indicava que o tipo de família que formava o complexo senhorial,

> "*não é o mesmo que o da família do povo-massa dos campos; nem o da família negra; nem o da família sertaneja; nem o da família da plebe urbana*". (OLIVEIRA VIANNA, 1974, p.208).

---

[11] A bibliografia acadêmica sobre estudos empíricos das famílias históricas no Brasil é pequena. Os principais estudos, além da importante obra de Francisco Antonio Doria, Os Herdeiros do Poder, englobam ainda os estudos dos " brazilianistas " Darrel Levi sobre a família Prado: 1977 e o estudo de Linda Lewin, Política e Parentela na Paraíba: 1993. Existe uma tese defendida na USP em 1985 que trabalha com as relações entre famílias e genealogia. É o estudo de Lucila Reis Brioschi - Família e Genealogia: Quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro (1758-1850). Dois estudos sobre famílias e poder em Minas Gerais: Cid Rebelo Horta - Famílias Governamentais de Minas Gerais: 1965 e a pesquisa de José Murilo de Carvalho - Barbacena: A Família, a Política e uma Hipótese: 1966. Para o Paraná, existe um estudo sobre a família Rocha Loures, de Maria Cristina Pieruccini: 1996. Um resumo da literatura sobre o tema das estruturas familiares e a sua conceituação social e política foi escrito por Florestan Fernandes em seu texto - A Família Patriarcal e suas Funções Econômicas: 1996, 74. Outro clássico é o Lutas de Famílias no Brasil, de Luiz Aguiar Costa Pinto, de 1946. (2a ed. 1980). O grande reservatório e manancial de fontes sobre as famílias históricas está fora das teses universitárias. É constituído pelo acervo genealógico brasileiro, espalhado de diferentes formas e maneiras por vários textos e instituições.

O conceito de família histórica representa uma forma específica de organização de alguns dos elementos superiores da classe dominante. É verificável empiricamente na estrutura social brasileira.

As origens das famílias históricas muitas vezes são arcaicas e distantes no tempo. Joaquim Nabuco escreveu no seu clássico – Um Estadista do Império (1997, 67-68) que os jornais praieiros afirmavam que a carreira política de seu pai (o Senador Nabuco de Araújo) era devida ao seu casamento na *oligarquia* dos Cavalcanti, de Pernambuco.[12]

A genealogia é um importante auxiliar da análise política das famílias históricas. Ela permite revelar histórias reais das gerações navegando nos tempos. São os longos itinerários do Poder, atravessando modos de produção, tipos de Estado e diferentes cenários políticos.

- **A Relação entre Famílias Históricas e Classe Dominante Tradicional**

No Brasil Colônia e no Brasil Império a classe dominante era formada quase integralmente a partir de extensas unidades sociais de parentesco. Nas áreas rurais predominavam grandes famílias possuidoras de grandes propriedades e numerosos

---

[12]"A influência da família Cavalcanti não é um fato de 1835, mas de tempos remotos; essa influência não é obra do poder ou da revolução, mas procede da natureza das coisas; é a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga, rica, e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas: na primeira Legislatura de 1826 cinco membros dessa família foram eleitos deputados; na segunda e terceira legislaturas seis Cavalcantis obtiveram essa honra popular; essas eleições foram anteriores à presidência do sr. barão de Suassuna... Esses Cavalcantis antes da nossa emancipação política já figuravam como capitães-mores, tenentes-coronéis, coronéis e oficias de ordenança e milícia e em todos os cargos da governança; os engenhos, que a maior parte deles têm, foram havidos por heranças transmitidas por seus maiores, e não adquiridos depois da revolução; enumerai os engenhos da província e vos damos fiança de que um terço deles pertence aos Cavalcanti...(...) Nestas circunstâncias, com estes predicados e elementos, e no estado normal da sociedade, é impossível que essa família não exerça influência; uma família antiga, rica, numerosíssima, composta de membros que sempre ocuparam as melhores posições sociais, e foram condecorados e aforados, só não terá influência quando a sociedade estiver transtornada, quando todos esses elementos de uma influência regular e legítima estiverem obliterados pelo predomínio da violência, pela confusão da anarquia, pelo revolvimento da sociedade. (José Thomaz, citado por Joaquim Nabuco: 1997, 63). A hegemonia da família Cavalcanti sobre o Partido Conservador pernambucano devia-se ao seu controle de grande parte da propriedade territorial da província. A sua importância representava diversos círculos formados pelas antigas famílias. Sobre a genealogia dos Cavalcanti de Albuquerque, consultar Bittencourt, 1965.

escravos. A nascente burguesia mercantil do período colonial também se estruturava em unidades de parentesco com outras famílias da classe dominante. A pouca e pequena mobilidade social era representada quase isoladamente por imigrantes reinóis portugueses, a partir de características de empreendimentos econômicos individualistas. O imigrante procurava se inserir em atividades econômicas que permitissem a acumulação de capitais e o progresso nas hierarquias sociais a partir de sua capacidade pessoal e senso de oportunidade de obtenção de excedentes baseados na exploração de outros. Muitos chegavam com poucos recursos no Brasil e conseguiam através do comércio e do trabalho certa prosperidade, mais garantida ainda pelo fato de serem porventura alfabetizados e possuírem conexões sociais privilegiadas em Portugal ou no Brasil. Tão logo conseguissem galgar posições, passavam a se inserir nas estruturas de parentesco formadas pela classe dominante brasileira. A classe dominante brasileira até o século XIX era formada preponderantemente por famílias históricas de caráter pretensamente senhorial e aristocrático. A estruturação dessa classe na forma específica conhecida no Brasil Colônia e no Império é uma conseqüência do modo de produção escravista colonial. Até mesmo na principal fração mercantil do Brasil Colônia essas características eram a regra. Manter relações sociais com a grande propriedade rural, com a alta burocracia de Estado, possuir títulos militares e ser contribuidor benemérito da Igreja e de obras assistenciais eram os requisitos para as honrarias de Estado e o prestígio e reconhecimento na classe dominante.

Gilberto Freyre elabora em Casa Grande e Senzala o conceito de família patriarcal como a estrutura central da colonização.

> A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 1963, p.83).

▪ A Presença das Famílias na Formação do Capital Mercantil no Brasil

Também no estudo de Riva Gorenstein sobre os negociantes de grosso trato no Rio de Janeiro do final do período colonial, a presença e o papel das estruturas familiares são igualmente verificadas.[13]

Pretendemos responder através de nossa pesquisa que a relação entre as famílias históricas do Paraná, a formação da burguesia e a composição da classe dominante regional, seguem o mesmo processo de produção. O conceito por nós utilizado de classe dominante é mais amplo que o conceito de burguesia. Consideramos a burguesia como o elemento central da classe dominante no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a classe dominante engloba não apenas a burguesia, mas seus quadros políticos, burocráticos, jurídicos e ideológicos.

A estrutura demográfica central para o recrutamento e para a formação histórica de agentes e grandes atores na fração detentora do aparelho de Estado no Paraná, no

---

[13] Os negociantes do Rio de Janeiro colonial casavam os seus filhos entre famílias de negociantes ou de burocratas que promoverssem os seus negócios. Muitas vezes os fazendeiros do interior também integravam esquemas matrimoniais com essas principais famílias de negociantes. Casamentos com a nobreza eram mais raros (Gorenstein: 1992, 195-196).

João Luís Ribeiro Fragoso também reconhece a organização familiar como uma das bases dos negociantes do Rio de Janeiro colonial. "*Aliás, a atuação comercial, tendo por base os laços familiares, é uma realidade que se enquadra no padrão empresarial pré-capitalista. (...) Seja como for, esse caráter familiar dos empreendimentos mercantis limitava ainda mais a quantidade de seus comerciantes de grosso trato. Essa elite, a partir de tal quadro, fica restrita a um diminuto número de famílias. Infelizmente, não nos foi possível estabelecer as estratégias familiares utilizadas pelos negociantes em sua vida empresarial. Entretanto, estudos realizados para outras praças mercantis da América Colonial demonstram o peso de tais práticas na montagem e preservação de fortunas comerciais. Susan Socolow, por exemplo, verifica que dos 77 comerciantes residentes listados em Buenos Aires, no ano de 1802, 53 (68,8%) eram parentes. Quatro anos depois, quando da confecção de uma nova lista de negociantes, 12 dos 24 empresários sem vínculos de parentesco não aparecem mais. A importância das relações familiares adquire maior peso quando nos lembramos que em um ambiente pré-capitalista, caracterizado pela instabilidade das flutuações econômicas e pelas poucas opções de negócios, as estratégias extra-econômicas interferem de maneira decisiva nos processos de enriquecimento*" (FRAGOSO, 1992, p.271).

As relações entre linhagens familiares e capitalismo formam um tema que só pode ser respondido por meio de pesquisas empíricas. Trabalhos recentes continuam apontando relações entre a construção da classe dominante, a formação da burguesia e a atuação de dinastias familiares como um complexo de mediações históricas. É o caso do livro de Michel Pinçon e de Monique Pinçon-Charlot - *Grandes Fortunes. Dynasties Familiales et Formes de Richesse en France*, publicado em 1996

período definido por nossa Tese, foi preponderantemente fornecida pelo conjunto de famílias históricas. O que não limita a classe dominante a ser formada apenas por estas famílias históricas, cada vez menos extensivas com o aprofundamento da modernização capitalista e burocrática na sociedade brasileira.

- **Questão de Método. Classe Dominante, Famílias Históricas e Genealogia**

Nós não compartilhamos de certa posição teórica nas ciências sociais que afirma uma crise dos paradigmas e declara a "morte do conceito de classe social" [14]. Recorremos a Jean-Paul Sartre[15] para podermos progredir na nossa pesquisa. Quando analisamos a classe dominante e nos colocamos como investigadores, devemos evitar imaginá-la como uma entidade pronta e acabada, uma singularidade geral, formal e universal. Devemos proceder a uma pesquisa que aponte para a realidade viva do conceito. Procuramos esclarecer o processo histórico da nossa investigação como uma totalidade viva e concreta, tal como o método heurístico de Marx procede.

O marxismo deve examinar os homens reais a fundo. Um grupo real não pode ser transformado em uma coletividade insuficientemente estudada. Analisar e investigar um grupo de homens reais envolve a experimentação das relações sociais estruturais e ativas pelas quais o grupo se forma.

Uma das questões cruciais para o desenvolvimento do marxismo como a ciência da história que o caracteriza, é a construção das mediações e das disciplinas auxiliares. A economia política é um instrumento de pesquisa importante para a investigação das condições materiais da classe dominante. As relações entre a economia e o conjunto da

---

[14]Uma discussão sobre esta questão pode ser encontrada em Huw Beynon. *A Classe Acabou? Reflexões sobre um Tema Controverso*: 1996.

[15]Resgatamos o texto do autor - Questão de Método, Prefácio à Crítica da Razão Dialética. Julgamos de interesse o item II, O Problema das Mediações e das Disciplinas Auxiliares. (SARTRE, 1984, p.127).

totalidade social devem ser estabelecidas para se evitar uma visão determinista. Nesse sentido, a genealogia é uma valiosa contribuição para a pesquisa de um grupo. Ela permite a análise temporal dos itinerários familiares ao longo dos séculos. Esta disciplina auxiliar informa sobre a gênese e os processos constitutivos de grupos familiares cujas informações primárias podem ser lidas, traduzidas e convertidas, desde que a coleta de dados seja orientada a partir de teorias críticas, em bases para o estabelecimento das classes sociais como totalidades vivas, compostas de homens e mulheres reais na história em suas efetivas relações sociais.

Uma das mais interessantes colaborações recentes no estudo da classe dominante brasileira é o livro de Francisco Antonio Doria - *Os Herdeiros do Poder*. O seu grande mérito é a reabilitação dos estudos genealógicos para o debate das ciências sociais. A sua orientação aponta que para se pensar o Poder no Brasil deve se entender de genealogia; caso contrário, não se entenderão os aspectos da lógica do poder da classe dominante histórica no Brasil. Importantes elementos da dominação política estão centrados na esfera da reprodução do poder político através das gerações. Com ingressos e saídas, mas com padrões de continuidade específicos.[16]

- **O Escravismo Colonial como Modo de Produção e a Organização das Famílias como uma Base da Classe Dominante**

Jacob Gorender em seu clássico *O Escravismo Colonial*: 1985 discute aspectos da classe dominante em duas passagens diretas. No capítulo XVIII item 5 (Gorender: op. cit., 390-397), os sesmeiros e ao longo do capítulo XXV (pp. 546-562), Plantadores e Mercadores.

---

[16]Os estudiosos da classe dominante regional do Paraná têm o imenso privilégio de possuir uma vasta literatura genealógica sobre a elite paranaense. A *Genealogia Paranaense*, obra de Francisco Negrão em seis volumes, disponibiliza uma imensa massa de informações de interesse para a nossa pesquisa. O autor seguiu tradicionais procedimentos investigativos no campo genealógico, constituindo-se em fundamental recurso para aqueles que desejam conhecer e pesquisar a formação da classe dominante real do Paraná enquanto uma totalidade histórica concreta e viva. Certamente que um instrumento como a genealogia deve ser rigorosamente verificado e considerado no seu método e na sua exatidão a partir de outras fontes.

Na configuração do modo de produção escravista colonial, as grandes famílias representavam a unidade básica e a estrutura elementar da classe dominante senhorial. As origens sociais portuguesas da elite colonial brasileira indicam uma relativa heterogeneidade de camadas sociais. Esta seria uma outra pesquisa que merece ser realizada. A principal fonte são os títulos genealógicos regionais tradicionais[17]. Encontram-se desde setores mais ligados à nobreza em Pernambuco e na Bahia, até camadas mais simples em São Paulo (DORIA, 1995, p.56-60). Ainda maior foi o número de sesmeiros que receberam sesmarias ao longo dos trezentos anos coloniais e de possuidores de grandes propriedades rurais, o que amplia ainda mais a base social da formação do senhoriato rural brasileiro. A "*força da escravatura*" passa ser um dos requisitos para se receber uma sesmaria no Brasil.[18] (GORENDER, 1985, p.394).

A organização da classe dominante em um conjunto de estruturas familiares revela o perfil aristocrático e hierárquico do Estado Escravista Moderno no Brasil[19]. Esta forma de regime político expressa as relações reais no mundo da produção e na posse das terras.

O próprio capital mercantil estava inserido na lógica de funcionamento da reprodução de uma sociedade fundada nas bases do escravismo colonial. Os próprios membros da elite mercantil tendiam a se tornar rentistas urbanos, senhores de engenho e fazendeiros.

---

[17]O *Catálogo Genealógico* de Jaboatão para o Nordeste, de Borges da Fonseca - *Nobiliarquia Pernambucana*, de Pedro Taques - *Nobiliarquia Paulistana*, de Jorge Godofredo Felizardo - *Genealogia Riograndense*, de Artur Rezende - *Genealogia Mineira*, de Silva Leme - *Genealogia Paulistana* e de Francisco Negrão - *Genealogia Paranaense*. Os seus índices foram publicados pelo Instituto Genealógico Brasileiro.

[18] "*Realmente, para se obter sesmaria naquela época - no dizer de Veiga Cabral, governador do Rio Grande do Sul- não bastava ter 'posses de escravos e sementes de animais criadores'. Estas posses eram uma condição; mas, não eram tudo. Era preciso mais esta: ser-se 'cabeça de casal': -'A mente de S. M. - dizia Veiga Cabral em 1783 - parece dar preferência, entre todas as classes de pessoas, aos lavradores e estanciados cabeças de casal, que tiverem maior número de escravos e gados para povoar e cultivar os sobreditos terrenos* "... "*Ter parentela, para poder leva-lá à empresa do povoamento e agricultação do solo a colonizar, era título de preferência e assegurava direito a concessões mais generosas*". (OLIVEIRA VIANNA, 1982, p.472-473).

[19]Uma tentativa de definição do Estado Escravista Moderno no Brasil foi apresentada por Décio Saes em *A Formação do Estado Burguês no Brasil*: 1985.

> Na verdade, muito mais do que a busca de segurança, a transformação do grande comerciante carioca em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais. Tratava-se, enfim, de uma estrutura cujo funcionamento tinha como pré-condição a constituição de relações de poder. (FRAGOSO e FLORENTINO, 1993, p.107).

A presença das famílias como a base organizacional da classe dominante da Colônia denota apenas um aspecto fundado no modo de produção escravista colonial e no regime político aristocratizante correspondente ao seu tipo de Estado. Na ausência de uma sociedade civil burguesa estruturada até o século XIX, a ordem privada das famílias foi um importante elemento na formação social brasileira.

- **Formas Fenomênicas dos "Grupos Superiores" nas Pesquisas das Ciência Sociais no Brasil**

A classe dominante é uma expressão da totalidade social. A pesquisa da classe dominante pode conduzir a conceituações que se revelam inadequadas na determinação efetiva das suas relações e dimensões. O conhecimento imediato das formas de dominação pode conduzir o pesquisador apenas às aparências dos fenômenos, sem atingir a sua lógica profunda de funcionamento – "*toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente*". (MARX, 1985, p.271).

A literatura das Ciências Sociais oferece um variado conjunto de conceitos na interpretação teórica e na operacionalização empírica da análise e estudo dos grupos superiores na formação da sociedade brasileira. Esse conjunto de versões conceituais segue opções epistemológicas dentro dos marcos da teoria social e política. Várias pesquisas denotam fragilidades e imprecisões nessa questão. Um exemplo pode ser extraído de Caio Prado Junior, um dos principais autores brasileiros do século XX. Para o

escritor do clássico *Evolução Política do Brasil*, seriam grandes burgueses nacionais os latifundiários escravocratas do Império (PRADO JUNIOR, 1957, p.81).[20]

Existem outras maneiras de compreender como se formaram os grupos dominantes na política e na sociedade brasileira. Entre elas os de elite, oligarquia e estamento.

Muitos autores utilizam metodologicamente o conceito de "elite política" para estudar os grupos superiores ou socialmente dominantes em uma sociedade. O conceito de elite política é baseado em uma minoria politicamente ativa que controla os processos de tomada de decisão política. É uma seleção dos melhores e mais privilegiados atores políticos nos mais importantes postos institucionais[21].

José Murilo de Carvalho relaciona a elite política nacional do Império com a análise dos grupos de ministros, senadores, deputados gerais e conselheiros de Estado. (CARVALHO, 1980, p.47). Elite política foi resumida por Marieta de Moraes Ferreira em seu estudo sobre o Rio de Janeiro na Primeira República (1989 e 1994) como,

> os grupos que, no período estudado, monopolizavam os mecanismos de poder mantendo vínculos com a classe econômica e socialmente dominante. Ao destacarmos esses grupos, estamos querendo evitar o rígido determinismo dos fatores não políticos, particularmente econômico sobre as decisões políticas. Sem pretender negar a base classista da elite política fluminense, queremos chamar a atenção para o fato de ela não esgotar sua ação como a representante dos proprietários de terra, ou como uma simples executora dos interesse desta classe dentro do aparelho de Estado. (FERREIRA, 1989, p.24 e 1994, p.30).

A elite política é metodologicamente identificada como o conjunto dos atores que ocuparam os cargos e as posições políticas no aparelho de Estado. Joseph Love, John Wirth e Robert Levine procuram definir a elite política na sua trilogia sobre o poder regional na República Velha (LOVE, 1982, WIRTH, 1982, LEVINE, 1980) como

---

[20]Essa observação foi apontada por Carlos Nelson Coutinho em: Uma Via "não-clássica" para o capitalismo em História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Junior (1989).

[21]Um resumo da teoria das elites na ciência política pode ser encontrado em Ettore A. Albertoni - *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites* (1990).

> um grupo definido de detentores de importantes posições nos partidos e nos governos dos Estados, nos anos que vão da proclamação da República ao Estado Novo. Assim, do ponto de vista estatístico, a elite é uma população mais do que uma amostra. (WIRTH, 1982, p.317).

Os autores apontam os ocupantes de 17 ou 18 cargos estaduais e 17 de nível federal na composição da elite que participa da estrutura efetiva de poder.

Ao contrário dessas várias modalidades de "elitistas", o eixo central da condução do nosso trabalho é a questão da produção social das elites. Utilizamos o conceito de classe dominante baseado na constatação da duração da dominação política a partir de poucos grupos sociais. Não estamos interessados apenas em analisar quem manda ou quem ocupa momentaneamente o poder. Procuramos as fontes de produção social das estruturas de poder e a sua reprodução. Em nossa interpretação, a continuidade e a hereditariedade representam um dos eixos da duração que diferencia o conceito de classe dominante do de elite. O conceito de elite não revela as estruturas de parentesco em suas conexões com o poder político.

O conceito de oligarquia é bastante difuso. Como sinônimo de poder ou governo de poucos, não determina concretamente as relações sociais e políticas que procura expressar. Eliete de Queiroz Gurjão o define como;

> Oligarquias aqui entendidas como grupos que controlam determinados setores da economia e exercem o comando da política local. Representam grupos de parentes consanguineos ou unidos por laços de compadrio ou matrimônio; ou ainda, por identidades de interesses econômicos ou políticos. (GURJÃO, 1994, p.89).

O conceito de oligarquia e o de aristocracia apreendem de forma muito abstrata e genérica o fenômeno dos grupos no poder do Brasil. Octavio Ianni chega a conceituar o Estado brasileiro anterior à Revolução de 1930 como um Estado Oligárquico, uma modalidade de Estado Burguês para o autor (IANNI, 1991, p.25).

O conceito de estamento segue uma orientação mais complexa derivada da teoria de Max Weber.[22] Raimundo Faoro o denomina de uma corporação de poder estruturada como uma comunidade (FAORO, 1991, p.45). *O estamento, implantado na realidade estatal do patrimonialismo, não se confunde com a elite, ou a chamada classe política* (Faoro, 1985, p.741). *A elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático* (op. cit., p.742). O estamento também não se confunde com as classes sociais. O estamento patrimonial passa a estamento burocrático na evolução política nacional, de acordo com Faoro.

O conceito de estamento burocrático *faoriano* não consegue ser identificado empiricamente pelo autor. José Murilo de Carvalho, em sua análise da burocracia imperial, tece acertadas críticas à insuficiência de sua determinação concreta.

> Vimos que não há base empírica para se falar em estamento burocrático. O corpo de funcionários se dividia vertical e horizontalmente, não possuía estilo próprio de vida, não tinha privilégios legais, não desenvolveu mecanismos de proteção de sua homogeneidade e autonomia. Não se estamentalizou a burocracia como um todo, não se estamentalizou a Igreja, não se estamentalizaram os militares. Havia sim, setores mais ou menos burocratizados, mais ou menos coesos, como os magistrados, os militares, o clero, que disputavam entre si, e em alianças com setores externos, maior peso nas decisões políticas e maior parcela dos benefícios do poder. (CARVALHO, 1980, p.131).

O conceito de elite possui uma grande importância na operacionalização de metodologias empíricas de análise dos grupos políticos. No entanto, a teoria das elites não permite a compreensão do sentido profundo de formação e de unidade nos princípios de coesão interna das elites, nem mesmo formula um conceito de burocracia e de Estado, além de não avaliar as hierarquias de poder e os elementos das políticas empreendidos pelas elites.

---

[22]Max Weber em - Economia e Sociedade - afirma: Denominamos "estamento" uma pluralidade de pessoas que, dentro de uma associação, gozam efetivamente a) de uma consideração estamental especial e eventualmente, também, portanto, b) de monopólios estamentais especiais. Os estamentos podem originar-se a) primariamente, de um modo de vida estamental próprio e, dentro deste, particularmente, da natureza da profissão (estamentos por modo de vida e profissão), b) secundariamente, de modo carismático-hereditário, com base em pretensões eficazes de prestígio, em virtude de descendência estamental (estamentos por nascimento), c) da apropriação estamental de poderes de mando políticos ou hierocráticos). (1991, p.202).

▪ OLIVEIRA VIANNA como o Clássico das Famílias Senhoriais

O autor que primeiro examina a gênese, estrutura e funcionamento das grandes famílias em sua relação com as instituições do Estado na continuidade dos séculos foi Oliveira Vianna.

> É claro que, com esta modalidade de instalação das primitivas famílias patriarcais - principalmente nos primeiros séculos -, a solidariedade familiar e a formação conseqüente dos clãs parentais eram decorrências naturais. Da contigüidade das instalações resultou logicamente a sua solidariedade. E desta solidariedade forçada e da sua continuidade no tempo tudo o mais: a tradição da unidade da família e o complexo da família senhorial, com todos os seus deveres de assistência, especialmente no campo eleitoral... (OLIVEIRA VIANNA, 1982, p.482).

Oliveira Vianna aponta em *Populações Meridionais do Brasil* a importância dos clãs rurais como a base de organização social da Colônia. Ainda que menos poderoso que algumas estruturas clânicas européias, seriam a forma da unidade política primordial da sociedade brasileira. Os clãs rurais seriam o núcleo da solidariedade social e o centro de agregação da sociabilidade na formação do Brasil. O regime de clãs constituiria a alternativa à ausência de instituições sociais e políticas para a população. Um clã representaria um grupo social organizado em torno dos senhores rurais com suas famílias, agregados e protegidos (Oliveira Vianna: 1982, 147-161, Capítulo VIII, Gênese dos Clãs e do Espírito de Clã). A unidade elementar dos clãs seria a família senhorial.

O clã rural, o clã fazendeiro teria outra forma de solidariedade social organizada pelo grande domínio que era o clã feudal, a organização da solidariedade do povo-massa e da plebe dos campos. O "*complexo do feudo*" apresentaria uma base organizacional e política para o autor (OLIVEIRA VIANNA, 1982, p.465).

O complexo da família senhorial brasileira foi descrito por Oliveira Vianna em *Instituições Políticas Brasileiras* (O "Complexo da Família Senhorial" e os Clãs Parentais: 1982, 467-499). Uma família era composta pelo patriarca e pelo seu grupo doméstico de filhos, genros, criados, protegidos e agregados. Um conjunto de famílias formava um clã

parental, com laços de consangüinidade e de afinidade. As causas da solidariedade entre famílias senhoriais e entre os clãs dependiam das ameaças enfrentadas na conquista e colonização. Lutas contra índios, escravos, piratas, rivais europeus e outros clãs endureciam a elite colonial. A gênese de uma estrutura clânica se forjava a partir de variações locais como um senhor de engenho, senhor de sesmaria, fazendeiro, senhor de currais ou estancieiro. A gênese fundiária é central na construção da "nobreza da terra", os "homens bons" que moldam as Câmaras das vilas coloniais. Os desbravadores e pioneiros colonizavam os sertões com as suas parentelas e clãs. As relações endogâmicas ou o compadrio conectavam as principais famílias entre si.

Oliveira Vianna oferece inúmeros exemplos de formações familiares na implantação colonial através do Brasil.[23] (OLIVEIRA VIANNA, 1982, p.475-482, ver Anexo 1). Através da estrutura das famílias senhoriais e dos clãs parentais, organizações aristocráticas das grandes famílias, fundamenta-se a base de solidariedade social no Brasil. Os clãs rurais passariam a ser a base dos clãs eleitorais no Império. A organização dos partidos seguiria a orientação dos clãs parentais e senhoriais.

> O clã parental é uma organização aristocrática. É uma espécie de Ordem da Cavalaria das grandes famílias dominicais. Foi enorme a sua influência no Período Colonial e, ainda maior, no Período Imperial e na República. (OLIVEIRA VIANNA, 1982, p.466).

Em sua última grande obra, *Instituições Políticas Brasileiras*, o autor aponta a presença das estruturas de parentesco na gênese e evolução da sociabilidade política brasileira. A carga ideológica de Oliveira Vianna já foi indicada por diversos autores.[24] O ponto forte do autor é a relação entre os interesses e a ordem das famílias dominantes e a conformação das estruturas políticas brasileiras. A contribuição do autor deve ser

---

[23]Ver o anexo correspondente a introdução, Exemplo de Famílias Senhoriais Fazendeiras de Oliveira Vianna.

[24]Um balanço crítico da obra de Oliveira Vianna pode ser encontrado na coletânea - *O Pensamento de Oliveira Vianna*, organizada por Élide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes. Editora da Unicamp, 1993.

analisada dentro de uma perspectiva crítica, no entanto, o trabalho empírico desenvolvido na investigação do *complexo da família senhorial e dos clãs parentais* demonstra relevância e originalidade para os pesquisadores preocupados com essa temática. (OLIVEIRA VIANNA, 1974, p.207-241).

O Objeto da Pesquisa

O objeto de nossa pesquisa é a contribuição das famílias históricas tradicionais na classe dominante paranaense no período de 1853 até 1930. O objetivo de nossa pesquisa é o de se responder às seguintes indagações: o que é a classe dominante no Paraná do passado (1853-1930)? Como ela se forma? Quem são os seus membros, agentes e atores ? Em que institucionalidade e em qual economia política elas formam e são formadas ? Quais as suas divisões e os seus conflitos? Quais os seus grandes grupos familiares em suas sucessivas gerações?

Na nossa pesquisa, os barcos atravessam a baía de Paranaguá, os tropeiros cruzam as araucárias e os senhores vigiam os seus escravos ao olharem as lavouras e os rebanhos. O silêncio dos bastidores também é confeccionado à sua maneira.

Para fins de análise, a Tese está estruturada em um tópico dedicado ao marco teórico e ao objeto da pesquisa e cinco partes: 1 - Apresentação e Formação da Classe Dominante. 2 - Ação e Representação da Classe Dominante. 3 - Instituição da Classe Dominante. 4 - Transformação do Estado. 5 - Identificação da Classe Dominante. Os marcos temporais da pesquisa, 1853-1930, atendem a critérios lógicos na organização do Estado e da classe dominante. 1853 representa o ano de emancipação da Comarca de Curitiba e a sua elevação a Província do Império. 1930 significa uma importante mudança nas características do regime político. Quando ampliamos os limites referidos, assim o fazemos para ilustrar a ênfase em algumas das estruturas e elementos argumentativos apresentados e desenvolvidos ao longo da tese.

Em termos gerais, a nossa pesquisa procura ancorar qualquer argumento de tese ou pressuposto teórico anterior em material empírico investigado e registrado em nossa pesquisa. O cerne das fontes empíricas apresentadas pela nossa pesquisa são biografias sociais, econômicas e políticas de atores da classe dominante em suas estruturas de parentesco e genealogias. Para avaliarmos a importante questão da mudança de um modo de produção escravocrata para um modo de produção capitalista, verificamos um conjunto de transformações nas relações e práticas sociais e econômicas, assim como nos valores, nas práticas políticas e nas mentalidades. Quais estruturas mudam e quais permanecem? E igualmente importante, em quais atores, pessoas e indivíduos?

Assim, a primeira parte caracteriza os fundamentos da história econômica e da economia política no Paraná. Nele registramos a formação da classe dominante através de suas estruturas elementares como o controle de um regime de propriedade fundiária e as nascentes bases do comércio da região. Com os processos estruturais da economia política, criam-se os primeiros atores dominantes que forjarão a dominação econômica e o modo de produção na região. Determinados tipos de forças produtivas, relações sociais de produção, redes econômicas e formas de desenvolvimento e de distribuição de mercadorias através de territórios na conexão de mercados específicos, estruturam os agentes que controlam os meios de produção. Investigamos a base econômica da classe dominante regional em suas estruturas e processos produtivos, assim como a sua evolução e modernização. Também apontamos algumas questões sobre o processo da transformação burguesa no Paraná. Daí emergem as famílias e os indivíduos da classe dominante.

A segunda parte marca a ação e representação da classe dominante. A partir dos elementos formados e configurados na primeira parte, passamos à dimensão da ação política, enquanto ação orgânica de interesses. Investigamos as condições pelas quais se forma uma esfera de interesses comuns que são compartilhados por um grupo específico com maneiras distintas de intervenção no cenário político. Analisamos as maneiras pelas quais os atores e os interesses formados na primeira parte se articulam entre si no campo

das instituições e da luta de classes em situações concretas. Também procuramos observar a questão das relações entre cultura e política como uma forma de composição de interesses e identidades em comum. É a maneira pela qual os intelectuais de uma classe pensam e criam um determinado imaginário ideológico comum com representações políticas acerca de seu grupo.

A terceira parte trata da criação do aparelho regional do Estado da Província do Paraná a partir das conexões debatidas na primeira e na segunda parte. É uma incursão a alguns dos componentes institucionais da esfera regional do Estado no Brasil. Analisamos elementos formadores do Estado no Paraná Imperial e algumas de suas principais políticas públicas.

A quarta parte aponta para a transformação processada no Estado brasileiro entre o Império e a República. Verificamos, ainda, a construção de um Estado de tipo burguês no Brasil e as suas principais características, com ênfase nas conseqüências regionais desta modificação. Verificamos os novos mecanismos de representação de interesses na forma federal e republicana. A proclamação da República segue a desagregação da ordem escravista e os impasses da Monarquia no Brasil frente aos novos interesses sociais, econômicos e políticos regionais.

A quinta parte apresenta um resumo histórico sintética da contribuição das tradicionais estruturas de parentesco na formação da classe dominante paranaense. Avaliamos a dimensão da continuidade e da longa duração da dominação política da classe dominante no Paraná. Identificamos os principais indivíduos e famílias da classe dominante histórica do Paraná. Apresentamos dados qualitativos e quantitativos da presença das famílias históricas tradicionais no processo de formação da classe dominante do Paraná em seus personagens concretos e biográficos. Esta parte sintetiza, ilustra e personifica as anteriores. Resumimos cerca de cinqüenta famílias históricas do Paraná nas suas principais estratégias e posições de poder econômico e político na região em trezentos anos.

Na conclusão, retomamos o eixo principal da nossa hipótese – a presença de um conjunto de famílias tradicionais inseridas na classe dominante que atravessa os séculos com um projeto hegemônico de dominação e reprodução do poder político no Paraná. Seguimos de maneira indutiva reflexões pertinentes para a análise da classe dominante brasileira, a partir do estudo de caso político-histórico paranaense. Avaliamos os mecanismos de continuidade e de ruptura desta ordem tradicional na região, analisando as principais estruturas de poder e alguns dos principais cargos institucionais do Paraná com poder de decisão. Observamos que alguns setores da velha e histórica classe dominante passam à condição de classe controladora do aparelho de Estado.

PARTE 1

APRESENTAÇÃO E FORMAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE

1 GRANDE PROPRIEDADE FUNDIÁRIA

1.1 A POSSE DA TERRA. O NÚCLEO DURO DA CLASSE DOMINANTE HISTÓRICA

A estrutura inicial da classe dominante é a posse da terra. A história agrária do Brasil é a história política do acesso e controle das propriedades agrárias pelo senhoriato rural. A fundação da classe dominante tem um dos seus mais fortes pilares na posse do bem de raiz primordial, representado pela terra. Na legitimidade outorgada pela Coroa para os grandes proprietários, mediante o instituto das sesmarias, verifica-se a mediação entre o Estado Colonial e os proprietários. Muitas vezes a concessão de uma sesmaria era apenas um reconhecimento oficial por parte da Coroa de terras que já eram ocupadas pelo proprietário há bastante tempo. A concessão de sesmarias reproduzia juridicamente a dominação política e econômica de fato, uma vez que os solicitantes deveriam ter posição social e escravos suficientes para justificar, garantir e conseguir a sua sesmaria. O sesmarialismo com a formação de um senhoriato rural possui características fundamentais na construção de relações de prestígio e de poder. (OSÓRIO SILVA, 1996, p.37-75).

O grupo social superior que tem direito às sesmarias em função de seus cabedais e escravos, passa a formar as estruturas elementares do poder político local no Brasil Colônia. Nos documentos antigos, é referido como "*a nobreza da terra*", "*as principais famílias da vila*" ou detém o conceito de "*homens bons*". Este grupo social de origem heterogênea era composto de diferentes matrizes sociais. Desde pessoas humildes em Portugal, e que no Brasil tornaram-se aventureiros, comerciantes ou senhores da guerra, até aqueles identificados como elementos oriundos da baixa nobreza e mesmo da grande fidalguia portuguesa. Estes quadros formam e representam um papel político fundamental

na governança das vilas brasileiras.[25] A gênese do senhoriato rural colonial estrutura uma categoria social marcada por representações ideológicas específicas de distinção e de visão de mundo hierarquizante e escravocrata. Os "homens bons", adaptando-se aos ambientes locais da Colônia, articulam algumas das primeiras estruturas e cenários políticos originalmente brasileiros. É a célula inicial da classe dominante brasileira.

A posse da terra e de sesmarias sempre teria sido um empreendimento familiar quando não clânico. Quase não se encontravam pioneiros isolados nas regiões de fronteira, mas a presença de patriarcas com os seus grupos parentais, seus agregados e recursos nas duras condições iniciais de colonização e implantação colonial. A posse da terra era a mais segura reserva de riqueza no Brasil Colônia e a melhor garantia de permanência na classe dominante por parte das principais famílias.

A instituição das sesmarias moldava o acesso restrito à propriedade da terra, sendo uma prerrogativa dos que possuíam cabedais e escravos para ocupar terras e pleitear a sua concessão.

O padrão de posse da terra na colonização do Paraná segue o tradicional padrão das sesmarias. A vinda de colonos atraídos pela mineração e pela pecuária forma o substrato inicial da concessão de sesmarias no litoral e nos planaltos.

Marina Lourdes Ritter lista a existência de 8 grandes sesmarias no litoral e 12 nos campos de Curitiba no século XVII (RITTER, 1980, p.221-223). Através dos descendentes deste primeiro grupo de colonizadores, ligados a elementos da "nobreza" da Capitania de São Vicente, forma-se a coluna central da classe dominante do Paraná, à qual se agregarão outros elementos futuros.

Basta observar a sucessão de descendentes a partir do Capitão-Povoador de Curitiba, Matheus Martins Leme, que com o seu vizinho de sesmaria, Balthazar Carrasco dos Reis, formam os principais povoadores com sesmarias pioneiras na região de

---

[25]Ver o anexo parte 1, item 1.1. Os Capitães-Mores das Vilas do Paraná.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Curitiba. Se acrescentarmos os descendentes de João Rodrigues Seixas, primeiro escrivão da Vila de Curitiba, mais os descendentes de João Rodrigues de França, Capitão-Mor de Paranaguá de 1707 até 1715, mais os do Capitão-Mor Gabriel de Lara e os do Provedor Manoel de Lemos Conde, com estes 6 grupos familiares teremos o tronco dos povoadores e fundadores da classe dominante do Paraná. Todos bastante aparentados entre si.

Para o século XVIII, Marina Lourdes Ritter encontrou 10 sesmarias em Paranaguá, 3 em Antonina, 3 em Porto de Cima, 7 em Morretes, 1 em Guaratuba, 1 em Caiobá, 18 próximas a Curitiba, 8 nos campos de São José dos Pinhais e Ambrósios, 6 na Lapa, 4 em Campo Largo, 6 em Piraquara e Canguiri, 12 em Palmeira, 13 em Ponta Grossa, 20 em Castro, 20 em Tibagi, 9 em Jaguariaíva e 1 em Itararé. O total de sesmarias citadas no século XVIII é de 141 concessões no território "paranaense". (RITTER, 1980, p.224-248).

Havia limites para a concessão de sesmarias, como aconteceu em 1704, quando membros da família do Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida solicitaram 14 léguas quadradas de sesmaria nos Campos de Castro e o pedido foi negado em bloco, mas seria atendido de maneira separada e em partes. (RITTER, 1980, p.143).

A região de Curitiba já exportava gado para São Paulo desde 1703. Em 1772, Afonso Botelho apresentou uma relação das fazendas e sítios de Curitiba. (RODERJAN, 1992, p.83). Na verdade, tratava-se das fazendas a oeste dos Campos Gerais, área de expansão que começa a ser ocupada com sesmarias a partir de 1706. (RITTER, 1980, p.130). A relação de 1772 apresenta 29 fazendas e 100 sítios. Os sítios dedicavam-se a produtos de subsistência e eram trabalhados principalmente por seus proprietários. Das 29 grandes fazendas, apenas em seis residiam os seus proprietários. As outras eram propriedades de pessoas que viviam em Curitiba, Paranaguá, Santos e São Paulo. Pela listagem apresentada, percebe-se que muitos proprietários eram absenteístas e que o reduzido número de escravos demonstra uma economia em estruturação (ver Anexo 2).

1.2 RAÍZES AGRÁRIAS DA CLASSE DOMINANTE PARANAENSE. *O TOMBAMENTO DOS BENS RÚSTICOS DE 1818*

Um relatório sobre as propriedades rurais feito em 1818 apresenta uma visão da situação agrária da geração que viveria o processo de emancipação política nacional. O *Tombamento de Bens Rústicos* é um documento interessante que revela a situação fundiária um pouco antes do início do grande comércio ervateiro da região do Paraná. (RITTER, 1980, p.197-206).

Paranaguá é a mais antiga localidade paranaense. Porta de acesso Atlântica do Paraná, está localizada em uma esplêndida baía repleta de entradas e rios. Desde meados do século XVI as primeiras expedições portuguesas ocupam a área, um povoado formado nos fins do século XVI foi elevado a Vila em 1648. Em 1660 sedia a Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Prospera em função da mineração no seu entorno. Em 1697 recebe uma Casa de Fundição dos Quintos de Ouro. Incorporada à Capitania de São Paulo por compra da Coroa em 1711, Paranaguá passa a sede de Ouvidoria em 1723 e sede de Comarca em 1725 (Anibal RIBEIRO FILHO, 1967). Registrava Paranaguá 429 propriedades com 675 escravos em 1818, de acordo com o *Tombamento*. A principal forma de aquisição de terras era a posse. Os seus principais produtos comercializáveis eram a farinha de mandioca, o arroz e aguardente.

Principais Proprietários

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Alferes José Bernardo Munhós			9	vendeu 24 alqueires de arroz
Capitão Antonio José Leite Penteado Bastos			8	vendeu 18 alqueires de farinha
Dorotéia Lima Monteiro de Matos	sesmaria	meia légua de (aforada)		
Capitão Manoel Antonio Correia	dono de embarcações em Paranaguá		20	
Antonio Ferreira de S. Paio	herdou uma sesmaria	600x300 braças	4	
Capitão Manoel José Gonçalves de Morais	sítio	800 braças	8	um engenho de aguardente
Capitão Francisco Xavier dos Santos Borges	sítio	1500 braças	12	um engenho de aguardente
Capitão Manoel Antonio Pereira	uma propriedade e 3 sítios aforados	meia légua	20	2 fazendas com engenhos de arroz

Guaratuba é a outra localidade litorânea paranaense. Situada defronte de uma pequena baía, tornou-se Vila em 1771 por razões estratégicas durante o período Pombalino. De acordo com o *Tombamento* de 1818 possuía sítios menores e mais modestos, um total de 101 propriedades com 111 escravos. A posse da terra era a principal forma de aquisição. Havia muitos pardos que possuíam pequenos sítios e eram jornaleiros.

Principais proprietários

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Inácio Cardoso e filhos	uma sesmaria	1 légua	14 escravos	produziam farinha com um lucro de 100$000
Capitão Miranda Coutinho	um sítio aforado a Joaquim Francisco da Silva	meia légua	5 escravos	ganhos de 140$000

Antonina fica no extremo oeste da baía de Paranaguá. Passou a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar em 1714; à condição de Vila em 1797. De acordo com o *Tombamento* de 1818 havia em Antonina 221 propriedades, sendo 25 no rocio. Dedicavam-se a produtos para o abastecimento interno, como arroz, aguardente, feijão e madeira. Havia 612 escravos. A forma principal de aquisição de terras era a compra. Apenas 12 proprietários não residiam em suas terras.

Principais proprietários

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Alferes João Batista Cardoso	um sítio	1500 braças	10 escravos	um engenho de aguardente, vendera 15 pipas
Manoel José Rendon		2000x15000 braças	15 escravos	comerciara 67 alqueires de farinha de mandioca
Alferes José de Souza Coutinho		100x1500 braças	5 escravos	venda de 10 alqueires de farinha
Antonio Ribeiro da Fonseca		300x1500 braças	12 escravos	um engenho de pilar arroz e vendas de 200 alq. de farinha
Antonio Pinto		500x1000 braças	16 escravos	200 alq. de arroz
Capitão Antonio Ferreira de Oliveira	sesmaria	meia légua	10 escravos	um engenho de aguardente com produção de 26 pipas e 100 alqueires de farinha

Morretes situa-se na planície do Rio Nhundiaquara, entre a Serra do Mar e a baía de Paranaguá. Tornou-se Município em 1841. Pelo *Tombamento* de 1818 possuía 43 propriedades, sendo 11 no rocio. Das situadas no rocio, 7 foram compradas, 3 herdadas e 1 foi uma concessão de sesmaria. Havia 107 escravos.

Principais proprietários

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Capitão José Joaquim Pinto do Vale e 4 filhos	uma sesmaria e um sítio	meia légua de quadra	8 escravos, 3 agregados	um engenho de arroz e produzira 80 alqueires de farinha no ano
Capitão Manoel Gonçalves do Nascimento		1000 braças [2]	20 escravos	um engenho de aguardente. Lucro de 80$000
Maria Gomes	sesmaria		9 escravos	
Alferes Antonio Correia Pimentel		100x150 braças	9 escravos e 3 agregados	um engenho de arroz. Lucro de 200$000
Ana Gonçalves Cordeiro		300 braças^2	11 escravos	vendera 30 alqueires de arroz

Curitiba foi o ponto de articulação português no primeiro planalto. Elevada a Vila em 1693. A vegetação era dominada pelos *Pinheiros Brazilicos.* O clima semitemperado permite o cultivo de produtos europeus. Havia figos, pêras, maçãs, ameixas, pêssegos, marmelos, nozes e castanhas. Havia muita erva-mate nativa. Os *Curytibanos* seriam, para Aires de Casal, o autor da *Corografia Brazilica* de 1817, os "*mais apessoados, e robustos entre os Paulistas: recolhem abundancia de trigo, e milho com algum arroz: criam gado cavallar, e muar com grande quantidade do vaccum, de cujo leite fazem alguma manteiga, e bons queijos...*" (AIRES DO CASAL, 1945, p.232). Passou a ser sede da Comarca em 1812. O *Tombamento* de 1818 registrava 512 propriedades e 445 escravos. A principal forma de aquisição de terras era a compra com 198 casos, a posse com 164, herança e dote com 146 e apenas 4 casos de propriedades adquiridas por sesmaria. 444 propriedades possuíam até 500 braças. No planalto, vendiam-se toucinho, carne seca, mate, trigo, fumo, feijão e milho.

Principais proprietários

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Capitão Antonio Ribeiro de Andrade	sesmaria	500x3000 braças	15 escravos	vendera 280 bois e 60 potros
Herdeiros de Salvador Nunes	sesmaria	1500x4520 braças		economicamente ociosa
Tenente José Pinto Bandeira	Fazenda do Pururnã	uma légua em quadra	3 escravos	
Capitão Francisco Carneiro Lobo	sesmaria	1 x2 léguas	sem escravos	
Capitão José da Costa Pinto			19 escravos	vendera 100 bois, 30 alqueires de trigo e 20 de milho e feijão. Possuía 150 reses e 20 potros

São José dos Pinhais fica no primeiro planalto. Constituída como Freguesia em 1757. Tornou-se Município em 1852. Pelo *Tombamento* de 1818 possuía 205 propriedades com 206 escravos. A maioria era de pequenos proprietários. Predomínio da aquisição de terra pela herança.

Principais proprietários

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Capitão Antônio Gonçalves de Morais		1500x3000 braças	7 escravos	produção de milho e feijão
Capitão-Mor Jacinto Jorge (residia em Santa Catarina)			um escravo que administra a propriedade com outros 5 escravos	
Cabo Manoel Ferreira de Melo		1600x3000 braças	4 escravos e 1 agregado	

Campo Largo (Município em 1871) e as terras a oeste nos Campos Gerais apresentavam no *Tombamento* de 1818 a presença de 46 propriedades e 314 escravos, predominando o acesso à terra por meio da herança. Entre a maioria dos sítios estavam

grandes fazendas; 27 fazendas escravistas produziam para o Rio de Janeiro, São Paulo e Paranaguá, com grande produtividade para os padrões da época e da região. Os Campos Gerais são campos naturais que fascinavam os europeus com o seu ambiente temperado, região de pastagens. Auguste de Saint-Hilaire apelidou os Campos Gerais "*de paraíso terrestre do Brasil*" (SAINT-HILAIRE, 1978, p.27). Os limites ao oeste dos Campos Gerais eram disputados com os índios coroados (Kaingang) nos séculos XVIII e XIX.

Principais proprietários (terras nos Campos Gerais)

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Capitão-Mor José Carneiro morava em Paranaguá		1500x3200 braças	14	gado comercializado em São Paulo e no Rio de Janeiro
Rita Maria	Fazenda da Cancela	10000x6000 braças	30	
Tenente Manoel Elias de Araújo	Fazenda das Pugas	2250x375 braças	10	

No sudoeste de Curitiba, no caminho dos tropeiros ficava a localidade da Lapa, a Vila do Príncipe. Formada Freguesia de Santo Antonio da Lapa em 1769. Elevada a Vila em 1806. O *Tombamento* de 1818 contava 182 propriedades e 393 escravos com pecuária exportada para o Rio de Janeiro e São Paulo. Havia a presença de proprietários absenteístas.

Propriedade na Lapa

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Alferes Bernardo José Pinto	3 fazendas		17 escravos	

Ao norte dos Campos Gerais ficava a localidade de Castro. Instituída como Freguesia de Santana do Iapó em 1770. Elevada a Vila em 1789. Pelo *Tombamento* de 1818 registrava 231 propriedades com 571 escravos. Havia grandes proprietários pecuaristas e sitiantes que se dedicavam ao tropeirismo.

Principais proprietários de Castro e terras ao norte dos Campos Gerais

NOME	PROPRIEDADE	EXTENSÃO	ESCRAVOS	PRODUTOS
Capitão Carneiro Lobo	Fazenda Jaguariaíva	9000x1500 braças	30 escravos	vendeu em 1818 200 bois, 40 potros, 10 mulas e produziu 150 alqueires de milho e 50 de feijão
Capitão Francisco Teixeira de Azevedo	Fazenda Carambeí	7500x6000 braças	13 escravos	
Capitão-Mor José Carneiro Lobo		2250x2025 braças	8 escravos	
Sargento-Mor Manoel José Novais	Fazenda São Bento	6000x9000 braças	11 escravos	vendeu 56 cavalos e 250 vacas
Tenente-Coronel José Félix da Silva Passos	Fazenda Fortaleza	13500x18000 braças	40 escravos	
idem	Fazenda Maracanã	6000x3000 braças	12 escravos	
idem	Fazenda Taquara	4500x1200 braças	10 escravos	
Inácio Santos Palhano	Fazenda Periquito	3750x5150 braças	6 escravos	
idem	Fazenda Faxinas	3000x3000 braças	10 escravos	
Joaquim Carneiro Lobo	Fazenda Charco Grande		7 escravos	
idem	Fazenda Faxinal		sem escravos naquele momento	

1.3 MERCADO INTERNO E CRESCIMENTO EM UMA ECONOMIA COLONIAL INTERIORANA

Quando comparamos a situação fundiária de 1772[26] com 1818, percebemos o constante crescimento das propriedades rurais no Paraná, que, mesmo se dedicando a produtos de subsistência e ao mercado interno, apresentavam ritmos econômicos positivos e com expansão. Da mesma forma, a modesta base da economia do Paraná do século XVIII mostrava lentos, mas seguros sinais de crescimento. A ocupação dos Campos de Guarapuava em 1809 é um sinal dessa tendência de crescimento. O caso da formação das comunidades campeiras no Brasil meridional é um típico exemplo de como foi possível a

[26]Ver o anexo da parte 1, item 1.2. Quadro Geral das Fazendas e Sítios de Curitiba.

existência de uma economia colonial centrada no abastecimento e no mercado interno com fluxos mercantis próprios e ritmos de crescimento independentes das grandes tendências da economia externa. A presença de lógicas e flutuações próprias segue a indicação de Fragoso (1992, p.101-126).

O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire observou e reconheceu em 1820 as particularidades e a distinção da região de Curitiba. Uma nova região, com um perfil específico consolidado a partir de componentes estruturados em um período considerado de baixa conjuntura na economia colonial.

> Do outro lado de Itararé, pelo contrário, começa um mundo novo para os que vêm do norte da Província de São Paulo. Os campos têm outro aspecto, os produtos não são os mesmos, e há nas raças uma diferença notável: os habitantes do norte de São Paulo são, em sua maioria, descendentes de portugueses e índios, ao passo que a maior parte dos curitibanos pertence à raça européia; finalmente a quinta comarca tem talvez menos analogia com as outras do que a Dinamarca com relação ao Languedoc, salvo as diferenças de religião e de língua. Homens que vivem a 110 léguas de uma região, que a desconhecem totalmente e estariam completamente errados se a julgassem segundo os padrões da sua própria região terão condições de administrá-la de forma conveniente ? Não há ninguém, creio eu, que não responda essa pergunta negativamente. (SAINT-HILAIRE, 1978, p.118).

2 PRINCIPAIS NEGOCIANTES E METAMORFOSE BURGUESA

A burguesia é a estrutura central da classe dominante na formação do modo de produção capitalista. Teórica e analiticamente devem ser realizadas as devidas mediações entre a formação e o desenvolvimento da classe social constituída pelos grupos burgueses e a implantação do conjunto da sociedade e do Estado Burguês.

O conceito de burguesia relaciona a classe dos grandes capitalistas proprietários dos meios de produção sociais. São os possuidores de grandes capitais e os empregadores de força de trabalho assalariada. (BOTTOMORE, 1987, p.54). Na etapa de formação e de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a burguesia promove um longo processo de acumulação de capitais.[27]

O Brasil surgiu no século XVI estreitamente ligado ao mercado mundial. Os vínculos externos na gênese da sociedade brasileira são claros na construção da população vinda da Europa e da África. A criação do mercado interno é um processo qualitativamente longo. O principal elemento nas relações sociais de produção no Brasil colonial era o trabalhador escravo. A transformação do trabalhador escravo para o trabalhador assalariado é um processo de séculos. A presença de escravos vai lentamente diminuindo na composição da população brasileira a partir do fim do tráfico de escravos em 1850. Em 1888, quando da abolição formal da escravidão, apenas uma minoria da população ainda era escrava. No Brasil como um todo, com exceção de algumas regiões, a escravidão vai se tornando uma relação social cada vez mais insignificante, minoritária e diminuída nos períodos finais do século XIX.

---

[27]No Brasil, a evolução de formas de capitais mercantis e a presença de mercadores e negociantes locais, a partir do Brasil Colonial, começaram a ser pesquisados por autores como Jacob Gorender (1981), Riva Gorenstein (1993), João Luís Ribeiro Fragoso (1992) e Manolo Garcia Florentino (1995), dentre outros.

A transformação do modo de produção escravista brasileiro para formas capitalistas também segue induções externas. As pressões sobre o tráfico atlântico criam preocupações, limitações e inseguranças nas formas de reprodução da economia escravista. As transformações industriais na Grã-Bretanha e a sua pressão contra o tráfico escravocrata no Atlântico ajudam a interromper as fontes externas de reprodução do modo de produção escravista no Brasil. A transição para o trabalho assalariado só iria se completar em meados do século XX, quando as últimas formas de relações sociais de produção pré-capitalistas (especialmente no campo) vão desaparecendo.

As pesquisas feitas no Rio de Janeiro sobre os comerciantes brasileiros do final do período colonial[28] colocam uma nova perspectiva na internalização dos agentes comerciais na sociedade brasileira. De acordo com o censo de 1872, o número de total de comerciantes e a sua razão por 1000 habitantes livres era de:

PROVÍNCIA	HABITANTES LIVRES	COMERCIANTES	RAZÃO	LUGAR
Rio de Janeiro	716.120	36.232	50,6	1.º
Rio Grande do Sul	367.022	9.872	26,9	2.º
Paraná	116.162	2.556	22,0	3.º
São Paulo	680.742	9.755	14,3	10.º
Minas Gerais	1.669.276	14.974	9,0	16.º
Piauí	178.427	982	5,5	20.º

FONTE: Censo de 1872 (História da Vida Privada no Brasil. v2. p.470)

A maior densidade de comerciantes do país estava concentrada no Rio de Janeiro e a menor, no Piauí. O Paraná apresentava a terceira maior razão, atrás apenas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. São Paulo, a base de reflexões de algumas teorias

[28]São os trabalhos de Riva Gorenstein - Comércio e Política: O enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830), João Luís Ribeiro Fragoso - Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830) e Manolo Garcia Florentino - Em Costas Negras: Uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).

sobre "a revolução burguesa", é uma região mais atrasada no processo de transformação burguesa e na formação de frações mercantis no século XIX.[29]

Procuraremos apontar uma seqüência de momentos da configuração e estruturação da burguesia paranaense no século XIX. Seguiremos a evolução e o desenvolvimento de formas do capital mercantil em suas articulações com o mundo senhorial e escravista, até a consolidação do capital industrial autóctone da burguesia da erva-mate na região.[30] Selecionamos três registros fundamentais para captarmos a presença e atuação do processo de formação da burguesia paranaense. O primeiro momento é revelado por um documento de protesto dos negociantes e comerciantes de Paranaguá contra a rigidez do Antigo Regime, em Paranaguá, em 1803. O segundo, pela apreciação do perfil dos principais negociantes do litoral no início da década de 1850. Por último, analisamos a composição da burguesia paranaense quando da criação da Associação Comercial do Paraná em 1890, quando já se encontrava estruturada uma fração da burguesia industrial na região.

Existem relações de parentesco entre alguns dos principais nomes que representam a formação da burguesia paranaense no decorrer do século XIX. As três listagens são documentos muito representativos dos agentes econômicos locais, abrangendo quase a

---

[29]O conceito de revolução burguesa conhece uma de suas principais formulações na obra de Florestan Fernandes - *A Revolução Burguesa no Brasil* (1981). "A revolução burguesa é uma revolução social, econômica e política. Trata-se da implantação da ordem social competitiva, a consolidação de um situação de mercado e a formação de dois tipos-humanos, o fazendeiro de café e o imigrante (Fernandes: 1981, p.29-30). Por que se deveria conceituar um processo de séculos como uma revolução? A formação do modo de produção capitalista no Brasil leva séculos até se processar. O conceito de modo de produção não é um conceito privilegiado por Florestan Fernandes. A consolidação de uma economia de mercado e a criação de uma mentalidade capitalista são componentes da formação do modo de produção burguês. Florestan Fernandes parece estar esboçando a configuração do modo de produção burguês em São Paulo. No caso do Paraná, por exemplo, não existiu nenhuma fração ligada ao café no século XIX.

[30]A temática da transformação burguesa deve ser analisada dentro da evolução histórica da classe dominante. A questão de quando começa a revolução burguesa é fixada por Florestan Fernandes na descolonização de 1822. Data tardia e já avançada, na nossa opinião, no processo de formação da fração mercantil brasileira. O modelo de Florestan Fernandes não consegue apreender as transformações na formação da fração mercantil brasileira no período colonial. Ver Fragoso e Florentino, 1993.

totalidade dos principais atores econômicos nos períodos em questão. O processo de transformação burguesa também foi conduzido no Paraná pelas novas gerações da tradicional classe dominante, em uma nova roupagem burguesa, como foi o caso da burguesia da erva-mate. A entrada em cena de novos personagens, como os imigrantes, não conseguirá alterar o domínio do poder político na República Velha pelos tradicionais setores da classe dominante, o que nos leva a pensar em uma metamorfose burguesa de alguns quadros da velha classe dominante histórica do Paraná.

A classe dominante engajou-se na luta abolicionista do Paraná, tendo mesmo participado da fundação do Clube Abolicionista de Curitiba. Dele faziam parte Antonio Ricardo do Nascimento, Ildefonso Pereira Correia (maior empresário ervateiro do Paraná) e Bento Munhoz da Rocha. *A Câmara Municipal de Curitiba, em sessão de 24 de dezembro de 1887, já autorizara o seu presidente, comendador Ildefonso Pereira Correia a nomear uma comissão "para libertar o município"* (PILOTO, 1938, p.55). Manoel Francisco Correia, o único senador pelo Paraná, também assumiu uma posição favorável à libertação dos escravos. No litoral, os esforços do comendador José Ribeiro de Macedo conduziram à libertação de todos os escravos de Porto de Cima. Até o próprio Visconde de Nácar, ferrenho escravocrata, no debate da Lei do Ventre Livre, concedia cartas de liberdade. (PILOTO, 1938, p.73-74, 94). Podemos afirmar, com certeza, que os principais elementos da classe dominante paranaense ou se engajaram ativamente a favor do fim da escravidão ou pelo menos não resistiram a esse projeto. O senador Manoel Francisco Correia, destacado membro do Partido Conservador, declarava em discurso no dia 19 de dezembro de 1887 – "*Graças a Providencia, acha-se o Paraná em condições excepcionalmente favoraveis para a terminação da questão servil. Nenhuma fonte de riqueza repousa sobre o trabalho escravo. A immigração forneceu braços para o movimento industrial e para o serviço domestico. O desapparecimento da escravatura nenhum abalo economico produzirá. Ha um escravo para cem pessoas livres*". (PILOTO, 1938, p.73).

2.1 A REPRESENTAÇÃO DOS COMERCIANTES E DONOS DE EMBARCAÇÕES DE 1803. O PERFIL DO CAPITAL MERCANTIL SOB O MERCANTILISMO DESPÓTICO COLONIAL[31] (ANEXO 2.1)

Ao lado do proprietários rurais, com eles se identificando e se opondo, estão os comerciantes. Há vários níveis de comerciantes. Os pequenos mascates viajantes, os pequenos taberneiros e os donos de secos e molhados, representando o pequeno comércio. O comércio de secos e molhados em parte é controlado pelos "homens bons". Lourenço Ribeiro de Andrade, dos primeiros paranaenses a ter estudado em Coimbra, era grande proprietário de terras em Curitiba de onde foi Capitão-Mor. Possuía desde 1765 uma loja de secos e molhados em Curitiba (RITTER, 1982, p.32). O comércio de maior trato é constituído pelos negociantes que participam dos fluxos do comércio inter-regional e interatlântico. Estes são o objeto de nosso interesse.

Desde o século XVIII que se estrutura um segmento comercial no litoral paranaense. Estes comerciantes dedicavam-se principalmente ao comércio de farinha de mandioca, produto que Paranaguá remete esporadicamente desde o século XVII (WESTPHALEN, 1976, p.73-76). No início do século XIX, os comerciantes de Paranaguá já são relativamente numerosos, cientes de seus interesses e se organizam através de ações políticas. Em 1803 se identificam 28 comerciantes e proprietários de embarcações que vendem farinha de mandioca, aguardente, arroz e outros produtos para o Rio de Janeiro e outras praças ao norte. A representação de 1803 era dirigida junto ao Rei, para protestar contra medidas do Capitão-General Governador da Capitania de São Paulo, Antonio José de França e Horta. Tais medidas obrigariam as embarcações de Paranaguá a passarem necessariamente por Santos no seu rumo ao norte, o que prejudicava os comerciantes da baía de Paranaguá. A proibição da navegação de cabotagem beneficiaria poucos grandes armadores e comerciantes de Santos, que criariam um monopólio de exportação e

[31]Ver o anexo parte 1, item 2.1. A Representação de 1803.

controlariam os preços dos gêneros exportados. (RODRIGUES ALVES, 1986, p.37). Dos 28 nomes[32] que constam na representação dos comerciantes e donos de embarcações de 19 de setembro de 1803 (WESTPHALEN, 1974, p.142), 17 deles permitem que possamos acompanhar a formação de agentes e grupos familiares que constituíram os principais negociantes do futuro Paraná Provincial.

Dentre os signatários identificados, constatamos a grande presença de imigrantes portugueses no grupo, ao lado de agentes importantes na política local. As atividades comerciais também estavam associadas com a posse de fazendas e de escravos. Um interessante dado é a comparação entre as duas formas de riqueza, como no caso de Francisco Xavier Pinto, negociante. Era natural do Bispado de Braga, onde nasceu em 1732, falecido com testamento em Curitiba em 1805. Francisco foi Juiz Ordinário e Presidente da Câmara de Curitiba. Como Sargento-Mor fez parte da malfadada expedição a Guarapuava e Tibagi organizada por Afonso Botelho. Seus filhos e genros ocupariam posteriormente os campos de Guarapuava. Foi proprietário da importante fazenda da Ferraria, com duas casas de telhas, monjolo e dependência, com 400 braças de frente e duas léguas de fundo de sesmaria de terras, tudo avaliado por 160$000. Possuía no Barigüi terras de criação de gado vacum e cavalar, avaliadas em 24$000. Era proprietário das fazendas de São Lourenço e Montenegro, em Castro. Igualmente era sua uma casa de sobrado de pedra e cal junto a Alfândega de Santos, avaliada em 532$000. O seu inventário chegou a 20:540$000. (NEGRÃO, p.317-8, v.4). Podemos observar a abrangência de suas atividades econômicas e o valor de um bom imóvel urbano em relação às fazendas no interior, valendo muito mais um sobrado urbano em Santos que grandes extensões de terras no interior "paranaense".

---

[32]Não conseguimos identificar onze dos signatários. Não deixaram registros de suas riquezas ou presença nas famílias da *Genealogia Paranaense* de Francisco Negrão: Antonio Gonçalves da Rocha, João Manuel da Costa, Joaquim José Leite da Costa, Jorge Vieira, José Caetano Soares, José Gonçalves Rocha, Manuel Francisco Carvalho, Manuel José da Costa, Pedro Nunes, Ricardo Pereira Leal, Thomé Simões Daniel.

2.2 PRINCIPAIS PROPRIETÁRIOS NEGOCIANTES EM 1850. AS GRANDES FORTUNAS NA CONSOLIDAÇÃO IMPERIAL. CAPITALISMO E ESCRAVIDÃO ARTICULADOS[33] (ANEXO 2.2)

Quando Antonio Vieira dos Santos (1951/52, p.298-301) lista os principais negociantes de Paranaguá em 1850, o Paraná vivia há mais de três décadas a comercialização e o beneficiamento das exportações de erva-mate, que produzira as grandes fortunas e os grandes comerciantes do litoral. Os grandes negociantes articulam extensas estruturas econômicas no Paraná. São grandes empreendedores conectando os mercados externos com as economias interiores, conectando o mundo rural da erva-mate com os mercados urbanos. Não se deve confundir os grandes negociantes de grosso trato com a miríade de pequenos e médios comerciantes. Os últimos atuam nas vilas empobrecidas e nos interiores do país, com as suas vendas de secos e molhados, procurando ganhar e ampliar os seus limitados excedentes em uma economia rural influenciada pelo auto-abastecimento. Os negócios da erva-mate originaram um seleto grupo de negociantes, com grandes capitais para os padrões regionais da época. Ao contrário dos pequenos comerciantes que preocupam as Posturas Municipais, os agentes ervateiros serão influentes atores no poder político do Paraná Imperial.

Poucos grupos familiares detinham o grande negócio comercial no litoral. A família Correia, Guimarães, Pereira e Gonçalves Cordeiro, todos com parentescos entre eles. José Leandro da Costa era neto de Ricardo Carneiro dos Santos (NEGRÃO, p.402, v.3). Através dos casamentos dos filhos de Manoel Gonçalves Cordeiro do Nascimento, existe uma conexão entre a importante família dos Gonçalves Cordeiro do Nascimento com as famílias Correia, Ricardo dos Santos e Guimarães. (NEGRÃO, p.149-154, v.4).

---

[33]Ver o anexo parte 1, item 2.2. Os Principais Proprietários Negociantes de 1850.

2.3 OS EMPRESÁRIOS NA FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ (ACP) EM 1890. A FORMAÇÃO DO PERFIL BURGUÊS MODERNO. O EMPREENDEDOR HOMEM BURGUÊS LIGADO À INDUSTRIALIZAÇÃO E À SOCIEDADE URBANA[34] (ANEXO 2.3)

As características burguesas já ganharam identidade e acompanham o perfil das modernas forças produtivas. A economia de mercado e as condições da industrialização geram perfis biográficos correspondentes ao modelo de homem burguês de Sombart e de Schumpeter (SOMBART, 1928 e SCHUMPETER, 1961). As relações entre burguesia e política podem ser observadas nos modernos empresários: Ildefonso Pereira Correia e em Joaquim Monteiro de Carvalho.

Na última década do século XIX, Curitiba era uma cidade consideravelmente estruturada e regida pelos aspectos mais dinâmicos do modo de produção capitalista no Brasil. Angelo Dourado, médico baiano radicado no Rio Grande do Sul, descrevia o ambiente curitibano em 1894, quando da revolução federalista - "*Curitiba é uma cidade nova, que pela sua posição topographica e geographica, será no futuro uma das mais bellas cidades, como o Paraná será um dos mais ricos estados do Brasil, se até lá ainda houver uma nação que se chame brazileira. Por toda parte ve-se fabricas a vapor; uma verdadeira cidade industrial. Sua população é boa, educada, progressista*". (DOURADO, 1896, p.182).

Dos 39 empresários que assinaram a lista de fundação da ACP (Anexo 2.3), 28 possuíam comprovadamente fortes vínculos de parentesco com famílias originárias no período colonial e estão listados na Genealogia Paranaense de Francisco Negrão. O maior empresário paranaense, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, era neto do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira, e também era neto de Manoel

---

[34]Ver o anexo parte 1, item 2.3. Os Fundadores da Associação Comercial do Paraná.

Francisco Correia, integrante da representação de 1803 e dos apontamentos de 1850. Logo, o maior empresário paranaense descendia de tradicionais grupos familiares ligados ao capital mercantil na região.

Os empresários presentes na formação da ACP em sua grande maioria, eram filhos, netos e descendentes das principais famílias proprietárias nos séculos XVIII e XIX. Indivíduos que não articularam bases e vínculos familiares no século XIX não conseguiram se manter nos níveis superiores do empresariado paranaense. A permanência no empresariado seguia visíveis componentes de pertencimento às estruturas de parentesco do Paraná do fim do século XIX.

2.4 ACUMULAÇÃO ENDÓGENA E REVOLUÇÃO BURGUESA

O crescimento populacional do Paraná é constante desde o final do século XVII, o que atesta uma economia em lenta, mas em progressiva implantação.

Estimativa Populacional

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1720	3.400
1772	7.627
1780	13.349
1800	21.843
1816	27.097
1822	32.074
1836	42.890
1854	62.258
1862	88.489
1872	126.722
1890	249.491
1900	327.136
1920	685.711
1940	1.236.276

FONTE: COSTA e GUTIÉRREZ, 1985, p.13 e Censo Demográfico

A formação da economia paranaense é a trajetória de uma sociedade de lento crescimento no seu início. Incursões escravocratas pream os índios carijós, atraindo os primeiros brancos. Pequenos e intermitentes surtos de mineração de significado local atraem povoadores entre o final do século XVI e o século XVIII. Os pioneiros passam a se dedicar a uma economia de subsistência, baseada na pecuária, e posteriormente voltam-se ao tropeirismo. No final do século XVIII e no início do século XIX, articula-se uma pequena estrutura comercial, montada principalmente no comércio de farinhas do litoral. No decorrer do século XIX, esta evoluiria e constituiria a base que organizaria a economia da erva-mate. A economia da erva-mate é regionalmente fundamental e seria original em sua história econômica (ver item 3).

A luta contra as dificuldades geográficas, o isolamento e a pobreza oferecem uma trajetória singular para a economia do Paraná. Diferente de outras regiões do país, uma vez que o mercado interno e os mercados platinos são centrais para o tropeirismo e para a economia ervateira do Paraná. Concordamos com João Luís Fragoso, ao afirmar que a economia brasileira no século XIX, era mais do que uma plantagem escravista-exportadora.[35] No caso do Paraná, observamos vários elementos que apontam a existência de uma reprodução ampliada de sua economia a partir de determinações, estímulos e capitais internos. Certamente que a presença de elementos indutores externos e capitais externos à região representam importantes elementos. Todavia, a existência de uma lógica socioeconômica interna representa o elemento preponderante da formação econômica do Paraná tradicional. Os ritmos de sua expansão têm elementos ligados às realidades internas. Esta realidade socioeconômica constituída de recursos humanos, capitais e infra-estrutura material, vai lentamente sendo criada. Ainda que seja muitas vezes pobre e frágil, podemos entender como a economia paranaense procurou objetivamente relacionar-se com atividades mais rentáveis e ligadas aos mercados de fora da região. Mercados nacionais, no caso do tropeirismo; internacionais, no caso da erva-mate.

---

[35]A problemática em questão foi desenvolvida na parte A - Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora em História Geral do Brasil, 1990.

Nesse sentido, não concordamos com Pedro Calil Padis que em seu importante trabalho – Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná (1981), analisava a mineração, o tropeirismo e a erva-mate como economias periféricas e dependentes.

> A atividade mineradora ocorreu em razão de interesses europeus. A ervateira comportou-se sempre em função de estímulos provindos do exterior. Quando qualquer problema perturbava o comportamento da demanda externa do produto, a atividade econômica sofria retrocessos. A atividade madeireira em quase nada diferiu da extração do mate. E quando pretendeu assumir um comportamento mais independente, malogrou. O tropeirismo foi apenas um reflexo, uma conseqüência, de uma atividade que nada tinha a ver com o Paraná, a qual, por sua vez, era também um reflexo, uma conseqüência de uma outra muito maior: a mineração.

(PADIS, 1981, p.213). Não pensamos que estas atividades tenham sido meros reflexos externos. Foram duras conquistas de alternativas econômicas de uma frágil sociedade e economia, pobre e pequena, que, assim, viabilizava empreendimentos mais rentáveis que a mera subsistência. Para a mineração, o tropeirismo e a erva-mate, dinâmicas internas foram ativadas, conectadas e relacionadas, permitindo substanciais progressos econômicos e o crescimento da sociedade paranaense. A partir destas atividades, seria formada a plataforma para a acumulação capitalista moderna no Paraná.

2.5 A UNIDADE HISTÓRICA DA CLASSE DOMINANTE PARANAENSE POR INTERMÉDIO DAS GENEALOGIAS FAMILIARES (COLÔNIA, IMPÉRIO, REPÚBLICA VELHA). ARTICULAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CONTINUIDADE FAMILIAR

A trajetória do comércio e dos grandes negociantes através do século XIX revela o processo de formação da burguesia paranaense. Pelo itinerário das principais famílias que atravessam o século com a acumulação mercantil, seguimos o rumo da formação da acumulação capitalista. Existe uma base remota na mineração. Continua com o comércio de farinhas de Paranaguá e passa pelo comércio ervateiro, com o seu processo econômico que avança para formas industriais mais sofisticadas no final do século XIX. Ao se analisar a

gênese da constituição do modo de produção capitalista em sua lógica de reprodução social, percebe-se uma transição. O século XIX assiste a formas de transição de um modo de produção escravista, estruturado em um regime de acumulação com um modo de regulação aristocrático e senhorial, para formas tipicamente burguesas e industriais.

Existem conexões envolvendo os primeiros estabelecimentos fundiários do Paraná, com a pecuária, com a mineração, com o nascente comércio e com a formação da sua estrutura socioeconômica do início do século XIX.

O ouro no antigo território do Paraná apresentou uma baixa produtividade em termos gerais, mas não devemos desprezar o seu papel como um dos elementos na gênese da formação da sociedade paranaense e na sua capacidade de criar uma primeira acumulação de riquezas locais. Estas seriam a base de capitais para as outras atividades. Havia em Paranaguá uma Casa dos Quintos, onde era fundido o ouro em pó (NEGRÃO, 1920, p.39). O Capitão-Mor João Rodrigues de França possuía em 1712, lavras de ouro em São José dos Pinhais. Em 1743, o Padre José Rodrigues de França e Paulo da Rocha Dantas obtiveram concessão para lavra no Ribeirão do Arassatuba (NEGRÃO, 1920, p.41-41). Membros das famílias e descendentes de Matheus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis estiveram associados com as minas em vários momentos. É o caso de Balthazar Vellozo e Silva e de Gaspar Carrasco dos Reis (NEGRÃO, 1920, p.42). O Capitão Antônio da Veiga, o Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, o Guarda-Mor Francisco Martins Lustoza, Zacarias Dias Cortes, o Padre Christóvão da Costa Oliveira e o Coronel Manoel Gonçalves Guimarães, entre outros, envolveram-se com atividades auríferas. (NEGRÃO, 1920, p.42-55). Mesmo com as dificuldades e a baixa produção, também associadas às diversas maneiras de se enganar a fome tributária do Fisco da Coroa, podemos apontar que a mineração de ouro construiu um significativo reforço à acumulação original de capitais no antigo Paraná. A partir de uma arcaica base formada, foi possível a preparação para a economia agrícola das farinhas e dos outros produtos

exportados no final do século XVIII. Assim se articularam os antecedentes remotos dos capitais do empreendimento ervateiro no início do século XIX. Basta analisarmos as genealogias das famílias que estiveram à frente dessas atividades econômicas. Por exemplo, dos Rodrigues França para os Correia e de Domingos Cardoso de Lima, possuidor de minas de ouro em Morretes e Anhaya, avô de Maria Magdalena de Lima, casada com Manoel Gonçalves Guimarães, que, por sua vez, seria o avô de Manoel Antônio Guimarães, o Visconde de Nácar. (NEGRÃO, p.38-86, v.5). Há uma conexão familiar entre as atividades mineradoras de Domingos Cardoso de Lima com as grandes famílias ervateiras do século XIX: os Antonio Ricardo dos Santos, os Modesto Gonçalves Cordeiro, os Nascimento, os Loyola e os Miró.

Quando analisamos atores sociais como Francisco Xavier Pinto em 1800, Manoel Antonio Guimarães em 1850 e Ildefonso Pereira Correia em 1890, assistimos às diferentes formas possíveis da acumulação de riquezas e de empreendimentos econômicos na sociedade paranaense e brasileira durante aqueles períodos.

A transformação burguesa pode ser considerada como um longo processo socioeconômico e político que consolida o regime capitalista no Brasil (FERNANDES, 1981, p.13). Um dos eixos de análise deste conjunto de mudanças pode ser a investigação das mentalidades, valores, comportamento e práticas sociais, econômicas, políticas e culturais dos principais atores envolvidos.[36]

Socialmente e economicamente podemos identificar no Paraná um período de grandes transformações centradas nas décadas de 70 e 80 do século XIX. A limitação progressiva da escravidão. o crescimento do trabalho livre assalariado, a precoce industrialização do beneficiamento de erva-mate e a formação de uma fração burguesa

---

[36]"Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil". (FERNANDES,: 1981, p.20).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

industrial-exportadora de erva-mate, representam a implantação hegemônica do modo de produção capitalista na região. Este processo pode ser personalizado ao compararmos a figura de Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, o maior exportador de erva-mate da década de 80, com Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar, o maior exportador de erva-mate nos períodos anteriores. O perfil burguês e modernizador de Serro Azul contrasta com o perfil tradicional de Nácar. Uma pesquisadora chegou a conceituar Serro Azul de empresário schumpeteriano, devido a sua visão progressista e inovadora na condução de seus empreendimentos. (COSTA, 1981, p.13).

Se na classe dominante já podemos identificar empresários burgueses de mentalidade e práticas capitalistas avançadas para a época no Paraná, politicamente, os acontecimentos de 1888 a 1891 promoveriam as condições institucionais para a criação e formação de um tipo de Estado burguês no Brasil (SAES, 1985) e, por conseguinte, no Paraná.

A estruturação do modo de produção burguês no Brasil enfrentava a seguinte ordem de problemas na virada do século XIX para o século XX: economia agro-exportadora dependente e vinculada à forte concorrência com os produtos importados que inibiam o desenvolvimento industrial nacional (subordinação da indústria à agricultura), baixos índices de capitais e de produtividade industrial, fracas demandas e mercados rarefeitos (fragilidade na acumulação capitalista); massas rurais semi-assalariadas e incapazes de representarem eixos de consumo (relações de produção pré-capitalistas no campo); Estado sem projeto industrial de desenvolvimento nacional (bloco no poder nacional hegemonizado pela burguesia cafeeira), dentre outras razões.

No Paraná, a grande exceção era a pujante indústria da erva-mate e, em determinadas áreas, um modelo fundiário de pequena e média produção rural mercantil, implantada com as colônias de imigrantes europeus. A vinda de imigrantes era uma outra fonte de modernização burguesa. Muitos imigrantes eram provenientes de regiões industriais e traziam a mentalidade e o "saber-como" característicos da modernidade e do individualismo empreendedor burguês. Mesmo os imigrantes provenientes de regiões

atrasadas dedicavam-se ao progresso material nas várias formas possíveis. Isto porque a imigração é uma seleção de pessoas que almejam à mobilidade social; o imigrante não cria o processo de transformação burguesa, ele é mais um dos seus componentes.

O que denota atenção é o fato de que as antigas famílias históricas participam da mudança e da implantação do novo modelo burguês. Às vezes existem notáveis transformações e contrastes entre pais e filhos, mas dentro das mesmas famílias.[37]

A sociedade e a economia progrediam no sentido capitalista. A diferença entre o ritmo industrial capitalista brasileiro e estadunidense em parte também se explica pela grande diferença de imigrantes europeus que os Estados Unidos receberam. Nas regiões brasileiras que se beneficiaram com a vinda de novos recursos humanos, logo se estrutura um processo de crescimento econômico e industrial. É o caso das regiões coloniais do Rio Grande do Sul, de Blumenau, de Joinville e das áreas de São Paulo que receberam forte imigração. E parte do Paraná também se beneficiou diretamente da imigração européia.

A diferença entre o processo da transformação burguesa acontecido no Paraná e em São Paulo durante o Segundo Império e a República Velha reside na diferença da economia política da erva-mate e do café. Em que pese o grande contraste quantitativo da produção e renda do complexo cafeeiro em relação ao do mate, um aspecto é fundamental: a economia da erva-mate não possuía no Paraná a esfera da lavoura e conheceu um intenso processo de revolução industrial setorial na década de 70 e 80 do

---

[37]É o caso do próprio Barão do Serro Azul, da família Correia (NEGRÃO, 1928, p.300-338). O seu irmão Manoel Francisco Correia era o senador imperial pelo Paraná. Com o seu tio, Manoel Euphrasio Correia (casado com Alice Guimarães, filha de Nácar) eram os chefes do Partido Conservador do Paraná. O Barão do Serro Azul era um empresário industrial inovador. O filho de Manoel Euphrasio, o jovem Euphrasio Correia morreria no combate da Armação, em Niterói, em 1894, defendendo os seus valores de jovem acadêmico republicano extremado. Outro exemplo notável de aburguesamento ocorrido na economia da erva-mate é o caso dos Oliveira de Joinville. João Gomes de Oliveira, um dos maiores proprietários de escravos do norte de Santa Catarina, tão tradicional que manteve parte de seus escravos até a abolição (quando faliu), teve como filho ao bem-sucedido Procópio Gomes de Oliveira, que seria industrial, Prefeito de Joinville e Presidente da Associação Comercial de Joinville. Uma mudança de pai para filho entre um modo de produção escravista, agrário e rural para outro capitalista, industrial e urbano. (OLIVEIRA, 1995, p.98).

século XIX (ver item 3 do presente trabalho). Daí resulta que a burguesia industrial-exportadora da erva-mate preserva a sua posição hegemônica e tradicional no Paraná do início do século XX, o que significa um padrão de continuidade social e um círculo social mais fechado ao ingresso de imigrantes na política e nos aparelhos de Estado durante boa parte do século XX. Ao contrário do que aconteceu com São Paulo, onde a origem social da burguesia industrial está mais relacionada com os imigrantes (PERISSINOTO, 1994, p.163). No Paraná, as famílias tradicionais e históricas participam e promovem aspectos fundamentais no processo de modernização e industrialização regional. Com isto, a continuidade da classe dominante vinda do período colonial será muito mais substancial.

Não podemos nos referir ao secular processo de transformação burguesa como uma "*Revolução Burguesa*" porque o paradigma principal é a permanência substancial de grupos sociais tradicionais no controle do poder político da República Velha e a modernização conservadora. A estrutura fundiária foi preservada, assim como os interesses agrários dominantes. A concentração de renda e o seu modelo brasileiro de distribuição permanece no século XX. Também se verifica no século XX um projeto político autoritário com diversas manifestações e que igualmente possui raízes no passado nacional. A continuidade de tradicionais segmentos sociais no poder político e a sua capacidade parcial de aburguesamento, em alguns casos, apontam para a perspectiva de continuidades que a transformação burguesa não consegue romper. Esse processo também pode ser analisado como uma metamorfose burguesa. O "antigo regime" se acomodando e se articulando com o novo. Ao invés da revolução, das rupturas e das inflexões, assiste-se à conciliação e à coexistência. Era preciso que tudo mudasse para que tudo permanecesse como estava. "*Não há movimentos revolucionários nacionais, a valer, senão contra o estrangeiro, ou contra-revolucionários de dentro. Só há contra-revoluções nacionais, não revoluções*". (FERNANDO PESSOA, 1980, p.286).

3 ERVA-MATE

3.1 ORIGENS DO PRODUTO

A erva-mate é considerada o chá sul-americano. É ingerida como uma infusão ou bebida alimentícia que produz efeitos nutricionais, digestivos e estimulantes com um sabor e aroma muito característicos.

A erva-mate, como a batata, o milho, a mandioca e o cacau é uma contribuição nativa dos indígenas americanos; era utilizada pelo grande grupo Guarani. Em termos gerais, o espaço Guarani acompanhava as áreas naturais de ocorrência da erva-mate no período que antecede a chegada dos europeus no século XVI e no início do século XVII. Com as notáveis exceções da planície litorânea ao sul de Cananéia, no atual litoral do Paraná e de Santa Catarina, onde se encontravam os guaranis ou carijós mas não cresce a erva-mate, e nas áreas interioranas ocupadas pelos povos Jê onde havia erva-mate mas não guaranis.

O mate é originário das folhas de uma árvore que mais lembra um arbusto nativo das florestas subtropicais e semitemperadas entre os paralelos 20° e 30° Sul. A sua área natural de ocorrência abrange o norte do Rio Grande do Sul, os planaltos de Santa Catarina e do Paraná, o sul do atual Mato Grosso do Sul, o Paraguai e a região de Missões na Argentina. A erva-mate ou *Ilex paraguariensis* é uma árvore eminentemente interiorana que evita os litorais.

A ocupação espanhola do Paraguai e da região de Guaíra estrutura determinada economia do mate com o trabalho forçado dos guaranis. Com a chegada dos Jesuítas e a percepção do papel do mate na vida e nos hábitos alimentares dos colonos e índios, organiza-se uma rede econômica do mate como forma de integração e controle na vida política das grandes missões jesuíticas. O mate, que chegou a ser uma bebida proibida, deixa de ser

recriminado e torna-se um dos esteios da organização econômica e ideológica dos Jesuítas na região (LINHARES, 1969, p.3, 46).

Os interesses dos espanhóis e dos Jesuítas visando ao controle do mate e de sua mão-de-obra indígena relacionavam-se com a grande lucratividade do negócio (AIRES DE CASAL, 1817, p.155), o de maior lucro na região. O consumo do mate espalha-se pelos domínios espanhóis: as reduções jesuíticas, as povoações do Paraguai, do Paraná, o estuário do Prata e também na vertente andina, desde o Chile até o Peru e a atual Bolívia.

Com as incursões bandeirantes, Portugal ganha acesso às regiões naturais da erva-mate a leste do Paraná com a destruição e o despovoamento das Missões de Guaíra. Inicialmente o mate era mais conhecido entre os luso-brasileiros pelo termo de congonha. Esta palavra seria de origem caingangue (MARTINS, 1926, p.2-23) ou tupi (LINHARES, 1969, p.70). Mas, através do grande comércio com o Prata, a partir de 1835, o termo "mate" torna-se mais utilizado (MARTINS, 1926, p.22).

É pela penetração e a conseqüente ocupação e povoamento luso-brasileiro através de Paranaguá e do planalto de Curitiba que se recebem as primeiras notícias sobre a erva-mate no Brasil. Um dos primeiros registros é a Resolução Régia de 1722 apresentada pelas informações fornecidas pelo Ouvidor Geral da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardinho. Dado o estado de pobreza nas vilas do sul do Brasil, estas poderiam negociar a congonha com a Colônia do Sacramento. As vilas seriam Paranaguá e Curitiba, especialmente, onde a congonha é naturalmente abundante. Esta foi a primeira vista das possibilidades de comércio do mate entre o Planalto de Curitiba e os mercados platinos (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, n.1, p.123-4).

A Resolução Régia produziria poucos efeitos práticos. A congonha era utilizada no Rio de Janeiro como uma curiosa planta medicinal, como se verifica em uma carta do Vice-Rei do Brasil, o Conde de Bobadela a um ministro português. (MARTINS, 1926, p.21). O que atesta o uso da erva-mate por parte de "*elevadas classes sociais brasileiras*".

Desde a gênese da comunidade paranaense que trocas de produtos entre o planalto e a marinha animavam um incipiente comércio que atravessava a Serra do Mar.

No Contrato das Passagens de 1777, que era a forma de tributação de fretes entre a Serra e o litoral por parte da Junta da Fazenda, a congonha era incluída como um dos itens dos gêneros taxados (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, Morretes, 51). Em 1804 a Câmara de Paranaguá também inclui a congonha como item a ser taxado no Contrato das Passagens do Cubatão (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, Paranaguá, 18). O Mapa Geral da Exportação da Capitania de São Paulo revela que na Vila de Paranaguá de 1805 a 1807 foram comercializados arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, trigo em grão, congonha, madeiras, betas, meios de solas, couros de boi, café, cal, feijão, toucinho, peixes e outras miudezas (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, Paranaguá, 183).

Outro documento da Câmara de Curitiba de 14 de maio de 1777, quando da grande mobilização do exército de seis mil homens para a guerra no sul, requisitava uma série de recursos materiais. Esses recursos seriam incompatíveis com o nível de vida material dos curitibanos, que desde a decadência das minas possuíam quase que como a única atividade negociável a congonha, que era trocada "*desde os seus tataravós*" por produtos como o sal e outros gêneros essenciais à vida no planalto. Retornando-se quatro gerações, alcançamos os primórdios da fundação da vila nos fins do século XVII, o que indica a precocidade e importância das trocas de congonha para a subsistência além Serra (LINHARES, 1969, p.77-78).

3.2 A CONSTRUÇÃO DO GRANDE COMÉRCIO ERVATEIRO

Dois acontecimentos políticos marcam o destino econômico da erva-mate da Comarca de Curitiba e Paranaguá no início do século XIX: A abertura dos portos em 1808 com a vinda da Família Real e o processo de independência nos países platinos.

Com a abertura dos portos, o comércio exterior e o intercâmbio de pessoas, mercadorias e informações tornam-se mais fluentes. Já o processo de independência do Paraguai obstaculiza o seu comércio de erva-mate com a Argentina. O Uruguai foi

temporariamente incorporado ao Brasil. Novas oportunidades para a erva-mate paranaense se viabilizaram frente àquelas transformações de ordem política internacional.

Saint-Hilaire, que viaja através do Paraná no início de 1820, relata os efeitos dessas mudanças nas atividades econômicas da Comarca de então. Na sua passagem pela fazenda Borda do Campo, no sopé do planalto com a Serra do Mar, o autor presencia o novo processo de preparação do mate. Novo porque era preparado de acordo com o método utilizado no Paraguai. Na fazenda havia um paraguaio que abandonara o seu país devido à guerra e que ensinava o processo hispano-americano (SAINT-HILAIRE, 1978, p.89). Como posteriormente o próprio Saint-Hilaire demonstraria, a árvore do mate era da mesma espécie tanto no Paraguai como em Curitiba, o que fazia a diferença na qualidade e no preço era o processo de preparação. Alguns dias depois, quando o autor está Serra abaixo no Porto de Paranaguá, este conhece um capitão de um barco que estaria de partida para Montevidéu com uma carga de mate (SAINT-HILAIRE, 1978, p.106). O que é uma referência da presença do comércio de longo curso com o Prata.

Antes de 1820 o mate era preparado em Curitiba e Lapa, mediante processos rudimentares envolvendo pilões de soque com trabalho escravo de índios e negros (MARTINS, 1926, p.200).

A vinda para a Comarca de Curitiba e Paranaguá de pessoal qualificado com as técnicas de processamento e comercialização do mate nos espaços ervateiros hispano-americanos acarretaria transformações. Um desses novos agentes sociais é Francisco Alzagaray, argentino de Santa Fé que vivera no Paraguai e comercializava erva-mate, chegando em Paranaguá no início de 1820. (CARNEIRO, [s.d.], p.84-102), (WESTPHALEN, 1986, p.248). A importância de Alzagaray foi apontada em primeiro lugar por Antonio Vieira dos Santos. O seu papel de representante comercial e inovador nos processos de fabricação, beneficiamento e colocação do mate em surrões é reconhecido pelo autor que o considera um "*benfeitor estrangeiro*". (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, Paranaguá, 124). Alzagaray teria estabelecido a primeira fábrica de soque no litoral paranaense. (SOUZA ARANHA, 1967, p.11), (Serviço de Informações do Ministério da Agricultra, 1929, p.3).

Em 1821 teria chegado a Paranaguá outro empresário da erva-mate, o catalão Manoel Miró, que também teria vivido e trabalhado no Prata. Miró seria proprietário de engenho em Morretes nas próximas décadas e deixaria descendentes no Paraná. (CARNEIRO, [s.d.], p.102), (LINHARES, 1969, p.119). A concorrência nas atividades ervateiras marcou o negócio do mate na abertura dessa nova fase.

3.3 PROCESSO DE TRABALHO DA ERVA-MATE

Sendo a erva-mate o resultado de um processo de trabalho que tem como objeto os ramos da árvore de mesmo nome e dada a abundância natural de ocorrência da erva-mate nas florestas dos planaltos do Paraná, conclui-se que na economia política do mate não há a esfera da produção entendida como agricultura ou lavoura. Diferentemente da Argentina das primeiras décadas do século XX onde se organizaram grandes plantações de erva-mate, no espaço paranaense a atividade inicial do processo de trabalho de elaboração do mate é de caráter extrativista: a coleta.

A coleta da erva-mate é o início do processo de trabalho nos ervais naturais. A primeira etapa é o corte, quando se utilizam instrumentos cortantes (facões, machados, foices) para a obtenção de galhos da árvore, que assim é podada. Deve-se deixar uma pequena quantidade de ramos e folhas próximo dos galhos grossos para que a árvore continue suas funções vitais e se regenere para um próximo corte, que deve ser espaçado em cerca de três anos para bons resultados na formação de novas ramagens. O corte deve acontecer de dia, quando as folhas estiverem secas do orvalho noturno. Assim que são obtidos os galhos, deve-se, no mesmo dia, sob pena de serem rebaixados a qualidade e o aspecto do produto, proceder-se ao sapeco, que consiste em se tostar rapidamente e levemente os galhos. Estes éstalam e as folhas se desidratam para que o produto permaneça com a sua cor verde característica e os elementos do mate se fixem sob a ação deste processo térmico. A erva sapecada é quebrada e reunida em feixes prontos para a próxima etapa.

Os feixes ou molhos de erva são encaminhados para a secagem. Para uma melhor qualidade, a secagem deve ser feita também no mesmo dia do corte e do sapeco. Esta é a operação na qual a erva sapecada é submetida ao calor de maneira indireta. O calor ou a fumaça deve ser constante e regular. O produto deve receber mais de dez horas de calor. Para a realização da secagem é preciso uma rústica suspensão de paus e cobertura denominada de carijó. Um aperfeiçoamento dessa estrutura resulta no barbaquá que evita o contato mais direto com a fumaça, através da colocação de canais e ductos para o calor.

Terminada a secagem segue-se ao **cancheamento** ou a trituração. Como no sapeco, existe um prazo para que a qualidade do produto não se deteriore. Depois da secagem deve-se canchear ou malhar o produto em até três dias. Para isto utilizam-se porretes que reduzem o produto a quase um pó de folhas e gravetos. Este depois é peneirado para que resíduos a partir de certo tamanho sejam afastados.

O resultado depois do corte, sapeco e cancheamento é chamado de erva cancheada. Já é apta para o consumo, mas de baixa qualidade e cheia de impurezas. A erva cancheada é o insumo para os engenhos de erva-mate e moinhos que finalmente produzem a erva beneficiada de superior visual, gosto e qualidade, após maior refinamento e mistura. (SAINT-HILAIRE, 1978, p.88-89), (MARTINS, 1926, p.173-182), (CARNEIRO, [s.d.], p.87-88), (COSTA, 1989, p.7-8).

Para a boa qualidade do produto após estas operações no seu processo de trabalho, deve-se conhecer bem os detalhes e macetes que vão desde a época do ano adequada para o corte, os tipos de madeira para a produção de fogo e calor, as distâncias, as quantidades de erva, os limites de tempo em cada processo e entre eles, enfim, um conjunto de informações específicas que só a prática oferece. Daí a importância da tradição de anos para um bom resultado. Também aí estavam as diferenças entre a velha experiência espanhola herdada dos jesuítas que contrastava o fabrico no Paraguai com o da Comarca de Curitiba antes da chegada do pacote técnico e dos especialistas hispânicos.

Os jesuítas possuíam o monopólio da organização comercial e os seus segredos de processamento. (SOUZA ARANHA, 1967, p.7).

Com a presença natural de amplos ervais e a constituição de um mercado de erva-mate, as primeiras atividades de preparo do mate tornaram-se disponíveis para ricos e pobres, velhos e meninos, homens e mulheres das regiões ervateiras. Zacarias de Góes e Vasconcelos, o primeiro presidente da Província do Paraná, já alertava para este efeito democrático da coleta e dos primeiros preparos do mate, cuja simplicidade e fácil acesso afastariam as populações de labutas agrícolas mais conseqüentes e do risco que uma crise poderia acarretar para a economia da Província. (Relatório de Zacarias em 1854).

Possivelmente o trabalho escravo, índio e negro teria sido utilizado na coleta da congonha no século XVIII e XIX (IANNI, 1988, p.58-60). A própria concentração do processo de trabalho na coleta e preparação da erva cancheada é repleta de termos e palavras de origem indígena-*guarani* (MARTINS, 1926, p.129-142). Por exemplo: carijo ou jirau, utilizado na secagem, uru – o trabalhador que cuida e mexe na erva-mate durante a secagem no alto da barbaquá.

As relações sociais de trabalho desenvolvidas durante as fases de preparo do mate, da coleta até a erva cancheada, variam historicamente a cada período e a cada região ervateira. No espaço do atual Paraná, nos planaltos a leste, a escravidão teve importância marginal. Certamente que em uma sociedade escravista, os escravos foram utilizados nos processos de coleta e elaboração primária da erva (corte, sapeco, secagem e cancheamento). Porém, a parte mais importante deste trabalho era realizada pela população livre (já nos engenhos, como veremos, a participação escrava é acentuada).

Analisando os mapas de habitantes do Paraná por localidade, constatamos que as áreas de extração ervateira não apresentam crescimento no número de escravos durante o grande surto da expansão da erva-mate no início do século XIX (COSTA, GUTIERREZ, 1985).

No primeiro planalto, onde as atividades ligadas à erva-mate são preponderantes e crescem ao longo do século XIX, o impacto da economia do mate (extração e beneficiamento) não revela crescimento proporcional do número de escravos.

Já nos Campos Gerais, incluindo-se a Lapa, Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Tibagi, percebe-se um determinado aumento na presença de escravos. Havia uma proporção direta entre o crescimento das atividades pastoris (pecuária, tropeirismo e invernada) nos Campos Gerais e o crescimento dos escravos.

Os dados para o litoral também não apresentam crescimento da proporção de escravos em correlação ao estabelecimento das atividades ervateiras na marinha.

Em termos gerais, as estatísticas disponíveis para o Paraná não apontam a correlação entre o aumento da taxa de escravos por habitante livre nas décadas de 1820 a 1850, quando ocorre a expansão das atividades ervateiras.

Podemos pensar que a principal mão-de-obra empregada nas atividades da coleta e preparo inicial do mate no Paraná foi constituída por homens e mulheres livres. *O Dezenove de Dezembro*, o jornal oficioso e por muitos anos o único jornal criado com a Província do Paraná, noticiava na sua edição de sábado, 7 de outubro de 1854, que a erva era trabalhada no centro da Província na sua coleta por homens jornaleiros que vendiam o produto para os estabelecimentos do litoral.

Na década de 1830 é possível a identificação de mais de trinta (34) senhores de engenho Serra acima e Serra abaixo (WESTPHALEN, 1974, p.144-145). Em 1826 a erva-mate já representa quase setenta por cento (69,81%) da exportação total do porto de Paranaguá. Este manteve mais contato comercial com Montevidéu do que com o Rio de Janeiro e os portos nacionais. Também se negociava com Buenos Aires e com o Chile (WESTPHALEN, 1962, p.22,36).

Em 1836 o mate contribuiria com cerca de 85% do valor total das exportações feitas por Paranaguá. (LINHARES, 1969, p.235). De acordo com as informações estatísticas de Daniel Pedro Müller publicadas em 1838, Paranaguá teria exportado no ano financeiro de 1835/36 os seguintes gêneros:

EXPORTAÇÃO DE PARANAGUÁ EM 1838

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR (EM RÉIS)
erva-mate	84.602 (arrobas)	169:204$000
Arroz	2.795 (alqueires)	6:149$000
açúcar (exportado)	1.099 (arrobas)	2:417$800
Café	86 (arrobas)	283$800
Doce	4 (arrobas)	12$800
Aguardente	$18^{1/2}$ (pipas)	740$000
Madeira	0	3:591$320
Lenha	41.600 (achas)	132$800
Chifres	2.095 (número)	104$750
Cal	$168^{1/2}$ (milheiros)	1:617$600
Betas	6.942 (peças)	1:664$000
amarras,viradores e estopa	9 amarras, 1083 viradores e 69 (arrobas de estopa)	1:527$000
carne seca	4.252 (arrobas)	8:504$000
Milho	46 (alqueires)	36$000
farinha de mandioca	200 (alqueires)	168$000
Goma	23 (barricas)	92$000
Feijão	60 (alqueires)	156$000
rolos de fumo	235 (número)	1:410$000
varas de algodão	280 (número)	89$600
TOTAL		197:900$470

FONTE: MÜLLER, 1978, p.233-34

De acordo com o Regimento das Câmaras Municipais do Império de 1° de outubro de 1828, as Câmaras deveriam reelaborar como nova esfera de competência as posturas relativas à vida municipal. Esta foi a oportunidade para que as Câmaras de Paranaguá e Curitiba realizassem um balanço da nova economia ervateira nos municípios em questão e elaborassem as primeiras normas e legislações envolvendo as suas atividades.

Vieira dos Santos, ao elogiar a importância e a preciosidade da árvore da erva-mate, nas suas memórias históricas referentes ao ano de 1829, aponta o crescimento do comércio, da navegação, os melhoramentos urbanos e os novos edifícios e fábricas relacionados às atividades ervateiras desde 1820. Relaciona 13 fábricas na freguesia de Morretes. O autor também calcula a descida de 19 mil animais do continente de Curitiba

para a marinha carregados com o total de 104.500 alqueires de mate. (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, Morretes, p.205-8).

De 1831 a 1850 a posição relativa da erva-mate no valor das exportações nacionais passa de 0,3% para 1,3%, incluindo-se na lista dos oito principais produtos de exportação. (SOUZA ARANHA, 1967, anexos tab 1). Este crescimento relativo é ainda mais significativo porque é concomitante com a primeira arrancada do café no Vale do Paraíba. O mate representaria a seguinte proporção no cômputo global das exportações brasileiras: (Anos/%) - 1831-1840/ 0,5%, 1841-1850/ 0,9%, 1851-1860/ 1,6%, 1861-1870/ 1,2%, 1871-1880/ 1,5%, 1881-1890/ 1,2%, 1891-1900/ 1,3% e 1900-1910/ 2,9%. (PRADO e CAPELATO in: FAUSTO, 1989, p.299).

No espaço de vinte anos entre 1830 e 1850 implantaram-se cerca de 70 fábricas de socar erva, quase todas de águas fluviais, o que motivaria séria disputa judicial a respeito do uso de águas fluviais no rio Guarumbi. Muitos dos novos engenhos eram levantados em terrenos nacionais, cumprindo-se certas formalidades. De fato há uma corrida no fabrico de erva-mate no período caracterizado por forte concorrência. Na freguesia de Morretes havia 12 fábricas de soque, sendo 11 movidas a água e uma com animais. Na estrada do Arraial, 13; todas eram movidas a águas. No rio Guarumbi há 2. Do Porto de Cima até as Campinas há 18. Das Campinas até Curitiba, 6. No circuito de Curitiba há 8, e só uma é movida por animais. De Curitiba à freguesia de Campo Largo e Lapa há mais 8. A expansão ervateira faz surgir a localidade de Porto de Cima com 86 prédios urbanos, arruamentos regulares, 8 lojas de negócios, 10 armazéns de molhados e tavernas e 20 fábricas de soque de erva. (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, Morretes, p.312-14). O autor chega a comparar a explosão econômica causada pelo mate com as minas de Potosi e da Califórnia. Zacarias de Góes e Vasconcelos enumera a existência de 90 engenhos de mate no Relatório Provincial de 1854.

A lógica da concorrência e os interesses em manter um negócio sempre na frente dos concorrentes para receber os suprimentos vindos de Serra acima provocam

verdadeira dispersão de engenhos rumo ao caminho dos insumos. De Morretes, os engenhos se expandem rio acima. Seguem os caminhos adiante para alcançarem Curitiba, que tem a primeira fábrica de soque montada em 1831/ 32. Também se chegou até a Lapa no interior. (Vieira dos Santos, 1950, Morretes, p.314/315). A concorrência inter-engenhos promove a dispersão e a descentralização das unidades produtivas de beneficiamento de mate entre 1820 e 1850.

Se em 1835/36 a exportação de Paranaguá fora de 84.602 arrobas (MÜLLER, 1978, p.233), em 1849 a exportação já alcançaria cerca de 400.000 arrobas - 6.000.000kg. (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, Morretes, 477), (LINHARES, 1969, p.91). O que significou um crescimento de quase 500% em um período de aproximadamente 15 anos.

3.4 O PROCESSO DE TRABALHO NO BENEFICIAMENTO ERVATEIRO

O século XIX conheceria três fases na estruturação da economia política do mate no Paraná. De acordo com Temístocles Linhares (1969, p.172), a primeira fase correspondeu à precariedade e à rusticidade dos pilões de soque manuais com o emprego de índios e negros como força de trabalho escrava. Seria a economia limitada da congonha elaborada em Curitiba e na Lapa. A segunda fase se iniciaria com a vinda de conhecedores das técnicas e da comercialização do mate originários dos países da bacia do Prata hispano-americanos.

Esta fase começaria a partir do início da década de 1820 e significaria uma grande expansão comercial com o acesso aos mercados platinos e chilenos de longo curso. Acontece também o "*boom*" da construção de engenhos de Paranaguá para Antonina e Morretes até o estabelecimento no planalto. A energia motriz utilizada é a energia hidráulica, o que induz a uma reformulação do ritmo do processo de trabalho nas operações de beneficiamento da erva cancheada.

Um engenho de mate é uma pequena fábrica. A parte fundamental é o forno, que era de vários tipos. A maior parte dos engenhos do período em questão ocupava menos de dez homens (na segunda fase). O processo de trabalho nos engenhos de soque consistia em aprimorar a matéria-prima recebida, que era a erva cancheada. A erva era novamente submetida aos processos de secagem (torrefação), separada a seguir para ser submetida à coagem através de peneiras específicas para a eliminação de impurezas e elementos estranhos. A próxima etapa era a moagem através de pilões. Cada uma dessas operações era cuidadosamente controlada com o esforço do trabalho constante. Depois da moagem a erva resultante é uma mistura mais fina de pó de erva-mate com pequenos raminhos, o produto final do processo de trabalho nos engenhos: a erva beneficiada. A última tarefa era o ensurroamento da erva beneficiada em surrões (alforjes) de couro bovino. O surrão vinha úmido como a forma de embalagem característica do produto. Continha em média cinco arrobas (+ 70kg) de erva que, ao secar, garantia como resultado final um material duro e flexível ao mesmo tempo. O surrão era a forma mais adaptada às dificuldades do transporte rudimentar da erva por meio de pequenas embarcações, canoas, mulas e cavalos. (N. CARNEIRO, 1965, p.28), (MACEDO SOARES, 1875), (LINHARES, 1969, p.165-166).

A jornada de trabalho era quase de sol a sol (onze horas). Um engenho hidráulico conseguia produzir em média 90 arrobas/dia ou cerca de 1.350kg.

Quanto ao caráter das relações sociais de produção na segunda fase da economia ervateira, a dos engenhos hidráulicos, há a presença de jornaleiros e escravos, com tendências para o aumento e preponderância do trabalho livre, mas a presença da escravidão arrasta-se quase até o fim do século com abolição.[38]

---

[38]Uma das mais fortes declarações envolvendo a presença de escravos negros na segunda e mesmo na terceira fase da produção de mate é o comentário de Ermelino de Leão, ao escrever sobre o engenho do Coronel Caetano José Munhoz: "*Éramos muito crianças, mas muito nos impressionou a demorada viagem do motor, do locomóvel destinado ao engenho, que era uma novidade para a terra, pois só dois motores - o do Barão e o do Coronel Caetaninho existiam em Curitiba, havendo outro anterior na Serraria da Companhia Florestal Paranaense, dirigida pelo Dr. Antonio Rebouças. Os operários do engenho eram todos escravos que durante o trabalho, somente vestidos com uma tanga de aniagem ou*

Mesmo com a existência de escravos trabalhando nos engenhos Serra acima, no que contrariamos a Linhares (1969, p.239-240) e Magnus Pereira (1990, p.62-65), acontecia sem dúvida alguma a desagregação do escravismo, passando o trabalho livre nos engenhos da terceira fase a serem a linha tendencial. O senador Manoel Francisco Correia pronunciava a 19 de Dezembro de 1887 um discurso em que ainda denunciava a escravidão no Paraná, mesmo considerando-a terminal (PILOTO, 1938, p.73).

3.5 A INDUSTRIALIZAÇÃO APRIMORADA DA ERVA-MATE

A terceira fase começa a partir da metade da década de 1870 quando a Estrada da Graciosa ficou pronta e permitia a circulação do transporte de carroças entre o planalto e a marinha. Como na passagem da primeira para a segunda fase, há um salto qualitativo e quantitativo nas forças produtivas e no processo de trabalho da economia ervateira.

---

saco velho, apresentavam um aspecto curioso: à negra epiderme aderia um pó verde e as sobrancelhas, bigodes e cabelos cobriam de camadas intensas de ouro-verde. " Indiscutível relato da presença de escravos negros trabalhando em um engenho a vapor.(LEÃO, 1926, Dicionário v.I, fasc. II, p.247).

Também João de Mio (1951) refere-se a trabalhadores negros, sem dúvida já livres, uma vez que as reminiscências do autor são pós-Lei Áurea (1888-1950). Mas podemos associar a grande concentração de trabalhadores negros nos engenhos como uma conseqüência da utilização de escravos em períodos anteriores. O fato de não terem se dispersado e continuado na atividade em uma época de forte imigração européia e crescimento da população branca de Curitiba não deixa de ser um indício da associação entre escravos negros e engenhos de erva-mate na metade do século XIX.

Outro argumento importante para se afirmar a presença da escravidão ainda na segunda e terceira fase é o *modus vivendi* escravista da geração que nasce no início do século XIX (1801-1821). O comprometimento com as relações sociais escravistas ainda é forte. O próprio Coronel Caetano José Munhoz possuía escravos domésticos "*para a recepção ao Conselheiro Zacarias, mobilizaram-se todas as forças da casa. As escravas, muito bem tratadas, os mais perfeitos tipos femininos da raça africana e que constituíam patrimônio da família, foram aplicadas no serviço íntimo, ajudando no preparo da cozinha, na confecção dos mais variados produtos de pastelaria, na doçaria e no adorno interior da habitação*", (LEÃO, 1926, Dicionário v.1, f.2, p.246). Igualmente o Visconde de Nácar, Manoel Antonio de Guimarães, uma das maiores figuras da atividade ervateira no século XIX, era comprometido ideologicamente com a instituição da escravidão, da qual foi grande proprietário de escravos. Nácar foi radicalmente contra o gabinete Rio Branco que votaria a Lei do Ventre-Livre em 1871. "*Manuel Euphrasio Correia, seu genro e Deputado Geral foi contra Rio Branco por causa do Visconde de Nácar*" (LEÃO, 1926, p.1194). Porém, já no fim de sua vida, Nácar passaria cartas de liberdade para escravos. (Piloto: 1938,19).

Uma primeira conseqüência locacional é o retorno das atividades de beneficiamento para o planalto. Curitiba foi especialmente privilegiada, passaria a acolher novos capitais e novas unidades produtoras.

Um dos principais agentes responsáveis pela transformação foi Francisco de Camargo Pinto. Nasceu no então município de Curitiba, em 1° de outubro de 1843. Figura de grande interesse e capacidade inventiva. Depois de estudos locais foi para o Arsenal de Marinha da Corte. Com grande talento, foi enviado para a Europa, para completar seus estudos como bolsista do Império. Passou pela Alemanha e depois para a Inglaterra onde teria se formado em engenharia naval. Grande conhecedor de máquinas e técnicas ligadas ao vapor, em 1877 tirou uma patente relacionada ao vapor (*Slide geard-Slides for steam and fluid pressure engines*). Retornando ao Brasil em 1878, passou a se interessar pela produção e beneficiamento do mate. Introduziu inovações em um dos engenhos de Luis Manoel Agner, que chegou a decuplicar a sua produção, tornando-se um engenho modelo do novo paradigma de produção. Sua revolução técnica no processo de trabalho dos engenhos relaciona-se com as seguintes invenções:[39]

1) moedor mecânico;
2) abanador mecânico;
3) separador mecânico;
4) torrador;
5) secador;
6) misturador mecânico.

Mesmo na coleta primária, outros aperfeiçoamentos foram projetados. Os seus adiantados conhecimentos de mecânica, metalurgia e máquinas motrizes e operatrizes encontram conexões com seus contactos na Europa e respaldo prático em Curitiba na figura do imigrante alemão Gottlieb Müller, empresário de uma fundição e de José Hauer,

---

[39]Ver o anexo parte 1, item 3. A Legislação Imperial sobre Inovações Industriais na Erva-mate.

proprietário da maior casa de ferragens de Curitiba. O Barão do Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia, grande empresário da fabricação da erva-mate, fornece-lhe condições financeiras e industriais para as suas invenções. Francisco Camargo Pinto decepciona-se com a proclamação da República e com o fuzilamento do Barão de Serro Azul durante a Revolução Federalista. Recolhido em suas propriedades, faleceu em 1.° Agosto de 1903.[40]

A utilização da energia motriz do vapor que primeiramente começa no engenho de João Antonio Pereira Alves, em Paranaguá, em 1857, mas com poucos resultados, encontra a partir da década de 70 motores a vapor no planalto, na pioneira serraria de Antônio Rebouças na Graciosa e nos engenhos do coronel Caetano José Munhoz e do major Luis Manuel Agnes. (N. CARNEIRO, 1965, p.32). A terceira fase é a do maior uso das máquinas a vapor. Há uma maior racionalização no processo de beneficiamento, mais integração nas operações, que já possuem um nítido caráter fabril e industrial. A etapa da embalagem sofre modificações com a substituição dos rudes surrões por barris de madeira que eram também integrados em processos automáticos de acondicionamento e colocação de tampas como o marcador mecânico. (LINHARES, 1969, p.180). Francisco Camargo Pinto também inventa em 1883 uma máquina para enlatar a erva. (N. CARNEIRO, 1965, p.36).

Todas essas mudanças visavam ao aprimoramento da qualidade do produto e à diminuição de custos. Mudanças gerais como o fim do gosto de fumaça e a melhor estética na apresentação da forma de mercadoria do produto, agora embalado em barricas de madeira com rótulos elegantemente impressos com especificação da marca e do produtor, revolucionam a atividade ervateira. Na terceira fase há inclusive a formação de indústrias auxiliares como a madeireira, a metalúrgica e a litográfica. O número de operários empregados nos engenhos da terceira fase ou nas fábricas de beneficiamento de mate cresce ao lado da grande ampliação de produtividade e produção. Couty refere-se a unidades que chegam a empregar de 12 a 14 operários com produção diária de 2.000 a 3.000kg (LINHARES, p.188). Haveria 110 engenhos na Província, mas apenas a metade seria eficiente.

---

[40]Uma biografia de Francisco Camargo Pinto foi escrita dor David Carneiro, [s.d.], p.110-115.

O que teria motivado o conjunto de transformações técnicas e produtivas na atividade ervateira foi o aumento da concorrência. No início de 1880 a Argentina começa a montar seus próprios engenhos de beneficiamento, comprando erva cancheada para beneficiá-la em unidades próprias localizadas no rio Prata. Também a erva cancheada era exportada e contrabandeada do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. E ainda começava a se formar um parque moageiro de beneficiamento no norte de Santa Catarina. Joinville tinha sete moinhos de mate, dos quais três a vapor. (N. CARNEIRO, 1965, p.36), (Relatório Carvalho de 1884). O Paraguai era sempre um concorrente, apesar de estar ficando para trás na disputa comercial do mate. Com o incremento da concorrência, a procura por vantagens competitivas se tornaria mais crucial, dado o sistema competitivo de livre mercado que caracterizou a economia do mate naquela conjuntura. Em 1881 o Paraná fornecia cerca de 3/5 do mate consumido na América do Sul. (Relatório Pedrosa, 1881), (LINHARES, 1969, p.182).

Com o conjunto de inovações, projetadas e executadas por Camargo, a indústria ervateira alcança o século XX com um moderno perfil de indústria alimentar e de bebidas. O engenho David Carneiro e Companhia trabalha com 58 operários, mais 15 na barricaria, mais 20 no empacotamento, 5 no transporte, fora o pessoal no escritório e dois gerentes (VITOR, 1913, p.139). Na segunda década do século XX, a fábrica Iguaçu já dispunha de dínamo e acumulador próprio para energia elétrica. (VITOR, 1913, p.141, 143). O controle do capital por parte do processo de trabalho e da força de trabalho se completa. A chaminé de tijolos da fábrica Macedo tem a altura de 36 metros e o seu espetáculo esfumacento é um símbolo da modernidade que impressiona os seus contemporâneos (PRUNERA, 1913, p.60), (MAGNUS PEREIRA, 1990, p.80).

De 1820 até 1920, em um século, ocorre uma pequena revolução industrial no processamento do mate, com efeito dinâmico para as suas atividades contribuintes (metalurgia, madeireira, litografia). A origem dos capitais que permitem a acumulação primitiva e a capacidade de financiamento dos engenhos na primeira arrancada de 1820 até 1850 é originária de capitais locais e da incrementação de renda da atividade ervateira. (IANNI, 1988, p.88).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

3.6 O LONGO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL-EXPORTADORA DO MATE

A estrutura comercial da economia política do mate ligada à comercialização e exportação do mate também é controlada localmente. Para compreendermos a história da acumulação primitiva de capitais no Paraná e a formação das estruturas e agentes comerciais correlatos, devemos analisar a sua trajetória.

Desde o século XVII existia uma exportação e comercialização de farinha de mandioca do litoral paranaense para outras regiões do Brasil, para a Colônia do Sacramento e para o abastecimento militar nas guerras do Sul (WESTPHALEN, 1976, p.73). Com exportações de longa distância, ainda que irregulares durante o século XVIII para Sacramento, Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e mesmo para o Reino, consolida-se uma tradição de comércio e o interesse de autonomia por parte de Paranaguá, que desde 1726 já pretendia os mesmos privilégios do Porto. (WESTPHALEN, 1976, p.74-75). Devido ao regime do mercantilismo colonialista, o comércio de Paranaguá lutava contra imposições da Capitania de São Paulo que obrigariam a passagem do comércio e a subordinação necessariamente a Santos. As restrições também proibiam o comércio direto com Paranaguá, como em 1745 e 1765. Paranaguá possuía maiores vínculos econômicos com o Rio de Janeiro do que com Santos. Desde 1780, Paranaguá também exporta farinha de trigo e arroz pilado. (WESTPHALEN, 1976 p.75). No litoral, desde as últimas duas décadas do século XVIII que se levantaram engenhos de fazer aguardente e começara a plantação de arroz. (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, Paranaguá I, 178). Uma Carta Régia de 1796 garantia direitos de liberdade de navegação para Paranaguá. (WESTPHALEN, 1986, p.248).

O comércio de cabotagem entre Paranaguá e o Rio de Janeiro, *"pequeno mas regular e contínuo"* (WESTPHALEN, 1974, p.142), viu-se mais uma vez ameaçado quando o Capitão-Geral governador da Capitania, Antônio José de França e Horta, procurou centralizar o comércio da Capitania de São Paulo através de Santos, levando o comércio de Paranaguá a perder sua autonomia. Como protesto é dirigida uma

representação para o Rei em 1803. Esse documento - assinado por 28 comerciantes, inclusive o Capitão-Mor de Paranaguá e o de Antonina (WESTPHALEN, 1974, p.142-143), é a primeira ação orgânica dos comerciantes paranaenses no século XIX. Uma intervenção política que revela a unidade de ação na procura de seus interesses.

Em 1825 houve novo protesto por parte de comerciantes e proprietários de embarcações quando o Intendente da Marinha de Santos ordena a retirada dos carpinteiros de Paranaguá. (WESTPHALEN, 1974, p.144). Em 1836 foram listados 30 negociantes importadores e exportadores que atuavam na Alfândega de Paranaguá. (WESTPHALEN, 1974, p.145). O crescimento do comércio e do número de comerciantes acompanha a primeira expansão da erva-mate na segunda fase.

O que proporcionou o rápido crescimento dos engenhos de erva-mate na década de 20 e 30 do século XIX foi a estrutura econômica e a acumulação de capitais previamente existentes. Os negócios envolvendo a farinha de mandioca, os engenhos de aguardente e de arroz que possibilitavam exportações por Paranaguá, permitem a utilização, o financiamento e o deslocamento de capitais para a construção da economia exportadora e processadora de erva-mate beneficiada nos engenhos. Muitos dos proprietários de engenhos de erva-mate também possuíam propriedades rurais lidando com mandioca, engenhos de aguardente e de arroz.

SENHORES DE ENGENHO DE ERVA-MATE NA DÉCADA DE 1830 (WESTPHALEN, 1974, 145)	
ENGENHOS NO LITORAL	ENGENHOS SERRA ACIMA
Antonio Vieira dos Santos	Antonio Falcão Bastos
Fidélis José Carrão	Baltazar Fernandes
Hipólito José Alves	Duarte Vaz Torres
Ignacio Loyola e Silva	Evaristo Alves de Araujo
Ignacio José da Costa	Fidelis José Carrão
Joaquim Americo Guimarães	Gonçalo Francisco Guimarães
José Ignacio de Loyola	João Batista de Andrade
Manuel Antonio Figueira	João Antonio Ferreira

continua

SENHORES DE ENGENHO DE ERVA-MATE NA DÉCADA DE 1830 (WESTPHALEN, 1974, 145)

conclusão

ENGENHOS NO LITORAL	ENGENHOS SERRA ACIMA
Manuel Antonio Guimarães	João Gonçalves Franco
Manuel Lourenço Fontes	João Teixeira de Oliveira Franco
Manuel Gonçalves Marques	Joaquim Elísio Ferreira
Manuel Ribeiro de Macedo	Joaquim José Monteiro
Modesto Gonçalves Cordeiro	Joaquim de Souza Ferreira
Vicente Antonio Rodrigues Borba	João de Souza Dias Negrão
	Manuel Antonio Figueira
	Manuel Antonio Ratier
	Manuel de Bastos Coimbra
	Manuel Joaquim de Souza
	Manuel José da Cunha Bittencourt
	Manuel Gonçalves de Moraes
	Miguel de Oliveira

Antonio Vieira dos Santos nos oferece uma bela descrição, no espírito de Fernand Braudel, sobre a grande baía de Paranaguá na sua Memória Histórica. O seu capítulo 4 é uma "*descrição hidrográfica das grandes e formosas baías de Paranaguá, os rios que nelas deságuam em toda sua circunferência e os estabelecimentos de agricultura mais notáveis em suas margens*". A baía de Paranaguá, com a sua distância para o oeste de cerca de 40 km e sua largura de cerca de 20 km na maior distância, é na verdade um complexo de pequenas baías dentro de três maiores. Na baía vem desaguar mais de 80 rios navegáveis por longas distâncias. As numerosas ilhas somam mais de 30 entre grandes e pequenas. A baía localizada entre montanhas e manguezais possui solo fértil e florestas exuberantes, o autor passa a descrever as localizações das atividades humanas e econômicas dentro deste conjunto.

As plantações de mandioca, milho, cana, café, arroz, bananas são descritas. Também os engenhos de cana, arroz e mandioca, as olarias, os estaleiros, as serrarias, e os

rocios urbanos. (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p.71-83). Com este contexto de suporte e de apoio se desenvolveriam os primeiros engenhos de mate em Paranaguá e em Morretes.

Vieira dos Santos lista os principais negociantes de Paranaguá em 1850. O crescimento do comércio leva ao crescimento das embarcações que em quarenta anos (1810) passaram de quatro ou seis de pequena capacidade, para uma frota local de 37 embarcações de todas as classes, que são propriedades diretas dos negociantes de Paranaguá. (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, Paranaguá, p.299). Este crescimento segue o crescimento do comércio marítimo desde o início do beneficiamento da erva-mate em 1820.

Os negociantes de grosso trato também possuem edificações urbanas, fazendas de agricultura, engenhos de arroz, aguardente, mandioca e algumas dezenas de escravos. Comercializam e também investem diretamente no processo de beneficiamento da erva-mate, sendo proprietários de engenhos de soque. Há uma fusão entre o comércio e a produção (beneficiamento) de erva-mate, mas nem todos os grandes proprietários fazendeiros são também comerciantes, pois Vieira do Santos lista em outra classe apenas os proprietários fazendeiros, sendo que muitos se dedicam somente às grandes fazendas e plantações como as de café e às plantações e engenhos de arroz, mandioca e cana (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, Paranaguá, p244-300).

Os comerciantes exportadores de erva-mate, dos quais muitos também são importadores e proprietários de engenhos de erva-mate, representam a última esfera integralmente nacional na participação da economia política da erva-mate que é enviada para os mercados internacionais hispano-americanos. No Prata, por exemplo, a erva é recebida e vendida por consignatários. (WESTPHALEN, 1974, p.44). A maior parte deles seria futuramente composta por estrangeiros. Com o desenvolvimento do comércio exportador chega a surgir um novo agente: os comissários. Estes formariam grandes estoques de mate nos mercados consumidores. Como intermediários conseguem em algumas conjunturas especular com os preços e ganhar grandes lucros. Já no século XX, o

presidente do Estado do Paraná, Vicente Machado, tentaria criar uma grande empresa para colocar esta etapa do negócio sob a proteção do Estado, num monopólio estatal da exportação; mas o livre-cambismo dos ervateiros seria contrário à medida. (LINHARES, 1969, p.252-273), (MAGNUS PEREIRA, 1990, p.14).

A partir da década de 1880 o papel dos intermediários finais aumentou em importância. De simples importadores e consignatários, os negociantes argentinos passam a processar e beneficiar o mate, tornando-se moageiros. Uma das brechas para a estruturação industrial ervateira argentina foi o fato de parte das exportações brasileiras ser enviada sem marca, ficando sob controle de empresas argentinas que controlavam o consumo final e passavam a ter grande vantagem como etapa final. (BACILA, 1946, p.12-16-36). A Argentina desenvolvera um sistema de plantações de erva-mate em Missiones, que iniciado nas primeiras décadas do século XX, permitiria a auto-suficiência na década de 30. (BACILA, 1946, p.38-39). Com o declínio de exportações de erva para a Argentina, a produção e a exportação brasileira diminuiriam igualmente na década de 1930. (BACILA, 1946, p.173).

A análise da economia no período de 1820 até 1880-1890 é a análise da formação da fração da burguesia brasileira ervateira. O primeiro autor a conceituar o empresário ervateiro como burguesia industrial foi Francisco Magalhães Filho (MAGALHÃES, 1972). Um tratamento mais elaborado foi utilizado por Magnus Pereira que visualiza a sua precocidade burguesa no tocante à utilização do trabalhador livre (MAGNUS PEREIRA, 1990, p.52-62-64), pela tecnificação (op. cit., 11-67) e pelo controle burguês do processo produtivo com a subordinação dos trabalhadores e de saberes (op. cit., 52-60). Em que pese o autor ainda utilizar conceitos confusos como o de "*burguesia bacharelesca*" (sic) ao se referir aos segmentos dos Campos Gerais, Magnus Pereira avança em muito a reflexão conceitual na elaboração de categorias para a análise da sociedade paranaense.

Com o vislumbre de Francisco Magalhães e o desenvolvimento de Magnus Pereira, produz-se um salto de qualidade frente às excelentes descrições de David Carneiro, Temistocles Linhares e Cecília Westphalen, que se referiam ao segmento social em questão como proprietários de engenho, engenheiros de erva-mate ou como empresários. Odah Regina Guimarães Costa utiliza o conceito do modelo schumpeteriano para a análise do Barão do Serro Azul como empresário no sistema capitalista, dínamo do processo de desenvolvimento (COSTA, 1981, p.13). Octávio Ianni foca a sua análise para as relações sociais de produção sem se definir pela determinação social e econômica da classe dominante (IANNI, 1988, p.86-90).

A utilização do conceito de burguesia para a determinação da classe dominante ervateira é importante para a compreensão das origens do modo de produção capitalista. De acordo com Jacob Gorender, há duas variantes na formação do capitalismo: o feudalismo e o escravismo colonial. No Brasil "*a acumulação originária do capital se processou no âmbito do escravismo colonial e tendo este como a fonte da própria acumulação. A estruturação do modo de produção capitalista é um complexo processo de transformações históricas que se completa quando a burguesia e os trabalhadores assalariados livres constituem o mundo do trabalho no contexto das relações de mercado onde capital e trabalho se articulam através da lógica de funcionamento da sociedade capitalista. O grande agente organizador do modo de produção capitalista é a burguesia industrial cuja atuação não consiste apenas na apropriação de mais-valia, mas também na promoção de sua criação*" (GORENDER, 1986, p.11). A transição entre o escravismo colonial e o modo de produção capitalista presencia alterações nas práticas e na origem das mercadorias negociadas pela burguesia mercantil que convive e se beneficia do escravismo colonial. O que fundamenta o modo de produção capitalista é a exploração dos trabalhadores assalariados livres (e não como escravos ou servos) como agentes diretos do processo de criação do valor (GORENDER, 1986, p.11).

Ao comentar o fenômeno Mauá pela sua imponência e visibilidade como prenúncio do advento do capitalismo, Gorender chama a atenção para processos menos conhecidos na transição entre o escravismo e o capitalismo. " *Do ponto de vista da formação da burguesia industrial e da afirmação do modo de produção capitalista, muito maior importância tiveram as centenas de pequenos e médios empresários que, dos anos 40 aos 80 do século XIX, instalam e administram, em vários pontos do país, fábricas têxteis e de artigos de vestuário, de massas e outros produtos alimentícios, de cerveja, de chapéus, de calçados, de peças de mobiliário, de artigos de cerâmica, de materiais de construção, de implementos para a agricultura,etc. A princípio, algumas dessas fábricas empregaram escravos ao lado de operários livres. As vezes, a força motriz veio inicialmente da roda de água e só depois da máquina a vapor*". (GORENDER, 1986, p.13). Certamente que a atividade ervateira tinha características muito próprias. Era um produto sem concorrente internacional devido ao controle nacional dos ervais nativos (depois da crise e afastamento do Paraguai). O mate era um produto de exportação que revelava um comércio entre o Brasil e o Cone Sul, um pré -Mercosul. O mate era um intercâmbio entre economias pré-industriais que conduziu a industrialização do seu processamento no Paraná do final do século XIX.

A utilização adequada ao nosso ponto de vista para as condições de conceituação da burguesia industrial do mate só apresenta validade para a terceira fase já referida e nas situações de assalariados livres. Apenas nas décadas de 1880 e 1890 os engenhos de erva-mate sofreram inversões em novas forças produtivas, estão mais automatizados e tecnificados e há maior controle sobre os trabalhadores da erva-mate. Somente preenchidos estes critérios, podemos nos referir plenamente à burguesia industrial da erva-mate no Paraná.

PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS DE ERVA-MATE EM TORNO DA DÉCADA DE 1880[41]

CURITIBA	CAMPO LARGO	LITORAL[42]	OUTRAS LOCALIDADES ESPECIFICADAS
Antonio Alves de Araujo	Agostinho Ribeiro de Macedo	Antonio Ricardo dos Santos	Em Timbu: Francisco de Almeida Torres
Antonio Rodrigues da Costa	Antonio Carlos Küster	Antonio Polidoro	Em Timbutuva: João de Almeida Torres e Mariano de Almeida Torres
Caetano José Munhoz	Daniel Oliveira Portela	Cipriano José da Costa	No Barigüi: Antonio Ricardo dos Santos e dos herdeiros de Vicente Ferreira da Luz
Francisco Borges de Macedo	Domingos A. Cunhas	Francisco José Pereira da Silva	Na Lapa: Loyola e Rebello
Francisco Fasce Fontana	Francisco Custódio Natel	Guilherme Xavier de Miranda	Na Palmeira: Joaquim Alves e Ribas, e João de Araújo França
Francisco Heráclito dos Santos	Francisco Pinto de A. Portugal	João de Souza Dias Negrão Jr	Em Ponta Grossa: José Joaquim Pereira Branco
Guilherme Xavier de Miranda	Jaime Pinto de A. Portugal	José Antonio de Loyolla	Em Guarapuava: Herdeiros de Generoso B. de Coimbra
Ildefonso Pereira Correia	João Ribeiro de Macedo	José Antonio dos Santos	
Joaquim Alves de Araujo	José de Almeidas Torres	Joaquim José Alves	
João Carvalho de Oliveira	Visconde de Nacar e Filhos	José Pinto Rebello	
José Pinto Rebelo	Viuva Macedo	José Ribeiro de Macedo	
J. Ventura de Almeida Torres		Manuel Cordeiro Gomes	
Luiz Manoel Agner		Manuel Salustiano Gonçalves Marques	
Matias Taborda Ribas		Ricardo Negrão	
Vitorino Correia		Rufino Gonçalves Cordeiro	
Zacarias de Paula Xavier		Vicente Ferreira de Loyola e Viúva Loyola. Ibidem	

[41]Fonte: (WESTPHALEN, 1974, p.149).

[42]Em São João da Graciosa, Porto de Cima, Morretes, Anhaia e Antonina.

Antes da consolidação da burguesia industrial da erva-mate existe um longo processo de transição. Desde o século XVII, XVIII a XIX, acompanhamos a formação do capital mercantil e de uma elite mercantil que convive com relações sociais de produção escravistas e articula as sua condições gerais de existência dentro do modo de produção escravista colonial.[43]

A trajetória do capital mercantil de Paranaguá segue um primeiro momento articulado ao mercado interno com as exportações de farinhas de mandioca que acompanham os ritmos e flutuações econômicas internas à economia colonial. A presença de uma pequena estrutura econômica produtora de mandioca, aguardente e arroz, com o seu pequeno núcleo e estrutura comercial, promoveria a gênese de um pequeno capital comercial que no Paraná do início do século XIX, articulado com o abastecimento do mercado interno e se ampliando com os negócios ervateiros, primeiramente fundamentado através de relações escravistas, conduzirá à formação da burguesia industrial exportadora de erva-mate no fim do século XIX.

A partir de 1820 consolida-se uma nova rota de longo curso com os mercados platinos e chilenos e concomitantemente a formação de uma nova estrutura beneficiadora do novo produto de exportação que é a erva-mate beneficiada. De 1820 até 1880 percebemos a acumulação mercantil mediante as exportações de erva-mate e a transição e convivência entre o trabalho escravo e o trabalho livre, que permite um crescimento da atividade que leva a uma pequena "revolução industrial" no setor.

As flutuações e as oscilações das exportações e do preço da erva-mate dependem de fatores internos e externos. Luiz Fernando de Souza Aranha verifica a presença de ciclos de longa duração e de curta duração no mercado do mate (SOUZA ARANHA, 1967, p.18-21). Atravessando boas e más conjunturas, as exportações de erva-

[43]Pesquisas como a de João Luís Ribeiro Fragoso revelam os limites do capital mercantil e a reprodução da economia colonial escravista. (Fragoso: 1992).

mate crescem de 1820 até 1930, quando decrescem para níveis inferiores e se interrompe a estatística progressista do aumento das exportações de mate.

O impacto na sociedade paranaense da formação da burguesia do mate foi considerável. Em termos nacionais o Paraná era uma unidade pequena, logo as transformações regionais representam uma pequena escala na esfera nacional. Regionalmente, as conseqüências para o Paraná da década de 70 do século XIX foram imensas. Elementos fundamentais da modernização do Paraná foram lançados naquela conjuntura.

A década de 1870 é o ponto de inflexão, quando a formação da burguesia do mate já pode ser reconhecida. Ainda que se constate a presença de escravos, mesmo nos engenhos modernos do mate, a dissolução da escravidão caminhava a rápidos passos e os trabalhadores livres assalariados já são preponderantes na vida econômica. Na década de 1870, finalmente a estrada da Graciosa ficou pronta e assiste-se à concentração de engenhos de erva-mate no planalto, no sentido inverso de cinqüenta anos atrás. A economia planaltina, e principalmente a de Curitiba, se robustece. Também já vimos que é a partir dessa mesma década que novas inversões em forças produtivas revolucionam quantitativamente e qualitativamente os engenhos de mate. Com a Lei do Ventre Livre e as mudanças do Gabinete Rio-Branco, mesmo os mais conservadores membros da classe dominante já sabem que os dias da escravidão se aproximam do fim. Para a economia da erva-mate a Guerra do Paraguai travada de 1865 a 1870 foi um bom negócio. Com o fechamento das exportações paraguaias, com as operações militares, nas quais o mate era considerado artigo de primeira necessidade, e com as rendas do financiamento da guerra circulando no Prata, as exportações de mate crescem muito e alcançam outro patamar de atividade, superior a 10.000t.

Na vizinha província de São Paulo, com o fim do tráfico atlântico de escravos e a implantação da economia cafeeira a partir de 1850, começa um fluxo de saída de escravos do Paraná para São Paulo. As grandes demandas por mão-de-obra para as novas regiões cafeeiras de São Paulo e a rentabilidade do negócio cafeeiro acarretam a

drenagem de parte dos escravos paranaenses para São Paulo. A partir da década de 1950, vários Relatórios dos Presidentes de Províncias afirmam que a exportação dos escravos e a sua tributação por parte da Província do Paraná significava uma fonte de arrecadação de receita. Em 1858, Liberato de Matos fixa a meia-sisa de venda de escravos em 50$000 por escravo. Em 1867 o imposto arrecadado pela Província sobre a saída de escravos "*era quase igual ao imposto sobre animais*", isso numa região que se dedicava ao tropeirismo. (Relatórios 1865-1867), (Balhana, Machado, Westphalen, 1969, p.98). Em 1877/79 a receita originária dos movimentos de escravos corresponderia a 33:596$00, ou 7% da renda total do exercício de 451:113$00 (IANNI, 1988, p.114). Em 1886 as taxas de escravos ainda significariam receitas para a Província (IANNI, 1988, p.114).

Já nos referimos anteriormente ao fato que a coleta e o preparo inicial da erva-mate eram atividades acessíveis, fáceis, de pouco trabalho e lucrativas para os lavradores do planalto e para os homens livres pobres. Isto significa que, em uma conjuntura de grande crescimento da erva-mate, com aumento dos seus preços e grande demanda, haveria carência de mão-de-obra para a lavoura, uma vez que os trabalhadores preferiam a mais rentável coleta da erva. O fato foi ainda mais agravado com a saída dos escravos para São Paulo. O resultado desta equação é uma severa crise de abastecimento e carestia, fenômenos já antigos correlacionados como conseqüência de conjunturas de crescimentos da economia do mate (MAGNUS PEREIRA, 1990, p.34-39), (SANTOS, 1995).

A crise de mão-de-obra e de abastecimento causa um novo regime fundiário e demográfico no primeiro planalto, especialmente em Curitiba e nos seus arredores na década de 1870. Forma-se um conjunto de colônias de imigrantes europeus ao redor de Curitiba com o apoio oficial. Os imigrantes são pequenos proprietários que integrarão um circuito de abastecimento e pequena produção mercantil que transforma o perfil étnico, social e econômico de Curitiba e imediações. Este regime fundiário e demográfico será uma das mais importantes e originais conseqüências da economia ervateira para a região.

A indução econômica proporcionada pelo desenvolvimento ervateiro também estimula outros setores. O setor metalúrgico é incentivado. Em 1878 iniciam-se as atividades de Gottlieb Müller. As forjas Müller também se especializam em equipamentos para as fábricas de erva-mate, equipamentos que inclusive são exportados para a Argentina. (VÍCTOR, 1913, p.156).

A organização operária em Curitiba começa ainda no século XIX. Em 1896 é fundada a Sociedade Beneficiente dos Trabalhadores da Erva-Mate. (N. CARNEIRO, 1965, p.104). Desde 1891 já circulava a imprensa operária com o jornal "*Operário Livre*" de "*Agostinho Leandro da Costa, fundador do primeiro jornal proletário no Brasil com vida razoavelmente longa*". (N. CARNEIRO, 1965, p.99-100).

O mate foi um dos principais responsáveis pela emancipação política do Paraná de São Paulo em 1853. A economia do mate também estrutura o sistema de transportes do Paraná. A Estrada da Graciosa, a primeira ligação carroçavel entre o litoral e o planalto, foi concluída no início da década de 1870. Foi financiada entre o Governo Central e o Provincial graças ao mate. Também a estrada de ferro entre Paranaguá e Curitiba, construída de 1880 até 1885, continha no seu contrato de construção uma garantia oferecida pelo futuro frete "*que o mate lhe daria*" (LINHARES, 1969, p.236). A navegação fluvial a vapor no Rio Iguaçu é mais uma conseqüência da economia do mate. Desde 1882 navegava-se em um trecho que vai do Porto Amazonas até União da Vitória. Mais uma vez o frete do mate garantiria a existência desta linha de transporte (LINHARES, 1969, p.202-204). A economia da erva-mate foi a responsável pela modernização dos portos paranaenses. Por causa do mate, consulados estrangeiros foram abertos no Paraná, atraindo negócios e imigrantes.

Se a economia do mate no Paraná estabeleceu as condições para a vinda dos imigrantes europeus e um regime fundiário centrado na pequena e média propriedade rural e na pequena produção mercantil, o mate igualmente se beneficia do trabalho imigrante e ajudaria no estabelecimento e na assimilação destes, ao fornecer mais uma

fonte de renda e trabalho. Pierre Denis chega a dizer que: " *O mate salvou as colônias do Paraná*" (in: IANNI, 1988, p.243). O preparo inicial do mate, o seu transporte, o seu beneficiamento auxiliaram também na estruturação da economia de base colonial, centrada no trabalho das famílias imigrantes nas áreas rurais do primeiro planalto, no vale médio do Iguaçu e no sudoeste do Paraná. (LINHARES, 1969, p.243) (PADIS, 1981, p.177-178).

O presidente da Província João José Pedrosa calculava em 1881 que o Paraná fornecia cerca de 3/5 do mate consumido na América do Sul (Relatório Pedrosa, 1881, p.33). O Professor Couty, que esteve no Paraná em 1879, avaliava o número de engenhos de mate na época em 110, dos quais só a metade operava com eficiência (in: LINHARES, 1969, p.189). A elevada produtividade e rentabilidade do mate podem ser inferidas no relatório do Presidente Faria Sobrinho em 1886. A renda provincial era de 800:000$000. O mate fornecia 20,5%. Dos 200.000 habitantes avaliados para o Paraná, 10.000 se ocupariam do mate, o que significa uma colaboração deste grupo de 16$400 per capita para o orçamento, enquanto o restante 190.000 contribuiriam com uma renda média de 3$300 per capita (LINHARES, 1969, p.234). O comércio exportador é controlado por um pequeno grupo. Quinze comerciantes enviam erva para o exterior em 1880 pelo porto de Paranaguá. Praticamente apenas dois grandes comerciantes (Serro Azul e Nácar) enviavam por meio de seus negócios quase 75% do total das exportações paranaenses. Ainda nesse tempo, 16 grandes proprietários de engenhos de beneficiamento se destacam em Curitiba. Suas fábricas, as de maior projeção e importância, eram quase todas a vapor. (WESTPHALEN, 1974, p.149). Em 1910, de uma exportação paranaense total de cerca de vinte e cinco mil contos, o mate representava mais de vinte mil ou 4/5 do que era exportado (N. CARNEIRO, 1965, p.115). Em 1911, vinte comerciantes ou firmas exportavam mate por Paranaguá. Em 1924/25 registraram-se 64 firmas exportadoras de mate por todo o Estado do Paraná. Uma só firma exportava sozinha quase a metade do

valor total (WESTPHALEN, 1974, p.150). Em 1938, quando da criação do Instituto Nacional do Mate, "*eram 30 mil produtores contra 30 empresas exportadoras*". (COSTA, 1989, p.60).

Firmas exportadoras de erva-mate em 1925. Diretoria do Arquivo Público e Estatística do Estado do Paraná. (WESTPHALEN, 1974, p.151).

PARANAGUÁ	ANTONINA	CURITIBA	PONTA GROSSA
Arlindo Suplicy de Lacerda	Antonio R. Macedo	David Carneiro	Anselmo Ascani
Alves e Costa	B. Bandeira Ribas	Francisco Fido Fontana	Conrado de O. Guimarães
Claudionor do Nascimento	Cia. Nacional de Navegação Costeira		Galliano Galiera
Cia. Nacional de Navegação Costeira	E. de Leão e Cia		J. Pompeu
Cid Miró	Guimarães e Cia		Oscar Domingos Serra
F. Germano e Cia	Henrique H. Gomm e Cia		
Felipe da Cruz e Irmão	Indústria Matarazzo do Paraná		
Guimarães e Cia[44]	João Cordeiro		
Hermógenes e Cia	Soc. A. Zacharias		
Irmãos Bley Miró e Ferreira Neves e Cia	Viúva Marçallo e Cia		
Otto Segui			
Picanço e Cia			
Rocha e Cia			
Urbano Medeiros			

[44]Esta firma era a sucessora dos empreendimentos do Visconde de Nácar (a original foi fundada em 1830) e realizava quase a metade das exportações de erva-mate. Era a mais antiga firma do Paraná e talvez do Brasil. (Kretzen: 1951, 108, 315).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

4 TROPEIRISMO

Como o tropeirismo representa a esfera mercantil e a circulação de um comércio de longa distância de animais, para analisá-lo, devemos em primeiro lugar observar a formação da sociedade campeira e pastoril do criatório e da pecuária que lhe está subjacente e com a qual o tropeirismo se conecta e se articula.

O rebanho bovino e os cavalos foram introduzidos no planalto curitibano com os primeiros povoadores. Nas primeiras petições e solicitações de sesmarias em 1661 e 1668 já são citados os currais na região do rio Barigüi em Curitiba (RODERJAN, 1992, p.27). O clima e a vegetação de campos naturais entre matas de araucária viabilizavam a estruturação da pecuária no primeiro planalto, onde os arraiais e a atividade mineradora existiam desde meados do século XVII.

O Ouvidor Geral da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardinho, quando esteve visitando Curitiba em 1720, já se referiu ao comércio de gado de Curitiba para São Paulo via Campos Gerais e Sorocaba. O gado era exportado desde 1704. Em alguns anos foram levados de 800 até 1.000 cabeças de bois e cavalos para Sorocaba e para as Minas de Cataguazes (Gerais). (MARCONDES, 1923, p.19).

O grande mercado de Minas Gerais, regido a ouro, provocou um ativo estímulo para a produção, o comércio e o transporte de gado entre os campos de Curitiba e as Minas (ZEMELLA, 1990, p.59). Esta expansão incrementou não apenas os Campos Gerais, mas também promoveu a abertura das ligações terrestres entre os Pampas gaúchos e os Campos Gerais de Curitiba, através do caminho do Viamão.

Por ordem de 2 de outubro de 1727 do General da Capitania, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, foi incumbido ao Sargento-Mor Francisco de Souza Faria abrir uma rota entre o continente do Rio Grande e os Campos de Curitiba, para trazer gados e cavalgaduras (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, Paranaguá, p.134). Souza Faria estabeleceu o caminho via Araranguá, pelo litoral, subindo então a Serra e alcançando os Campos

Gerais de Curitiba em 1730 (MOREIRA, 1975, p.792-49). No ano seguinte, Cristóvão Pereira de Abreu, nomeado por Pimentel, "*Inspetor da nova estrada e chefe dos comboios de gado e cavalgaduras do Rio Grande do Sul*", transportou cavalgaduras desde a Colônia do Sacramento. Abreu retificaria e melhoraria o caminho (MOREIRA, 1975, p.680-84). Em 1736/37, abriu uma nova variante a partir da Guarda (Santo Antônio da Patrulha), que se tornaria muito mais interessante como rota direta ao norte da Lagoa dos Patos (MOREIRA, 1975, p.699).

Na primeira metade do século XVIII, os Campos Gerais foram ocupados por sesmarias e fazendas de pecuária. O absenteísmo dos proprietários era a norma quase geral. Os proprietários moravam em São Paulo, Santos, Paranaguá e Curitiba, principalmente. As fazendas eram administradas por capatazes e funcionavam por relações sociais escravista (PINHEIRO MACHADO, 1968, p.31). Ainda em 1772 ocorriam o absenteísmo dos proprietários e o escravismo, em alguns casos, o próprio capataz- fazendeiro é um escravo (RODERJAN, 1992, p.83).

A região da pecuária ao norte dos Campos Gerais foi organizada mediante sesmarias, que se tornaram grandes latifúndios. Em 1704, por exemplo, o Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida solicitou uma imensa área no norte dos Campos Gerais para si e sua família. Dada a pretensão do pedido em bloco de mais de 14 léguas, este foi recusado. Mas cada membro da família pediu separadamente sesmarias de três léguas em quadra, no que eles foram atendidos pela Coroa (RITTER, 1980 p.143). Além disso, o filho de Pedro Taques de Almeida, José de Gois e Morais, tentou comprar a Capitania do Marquês de Cascais, entre Paranaguá e a baía de Santana em 1709. A sua proposta de compra motivou a própria Coroa a adquirir a referida Capitania. (BORBA, 1986, p.15).

Com as atividades tropeiras ligando os Pampas com os Campos Gerais e com Sorocaba, desde 1731, começaram a surgir pontos de concentração e de descanso na forma de pousos. Com o crescimento da população e da economia, entre os latifúndios, os caminhos das tropas e as vias de comunicação, começaram a surgir algumas pequenas propriedades e sítios. (RITTER, 1980, p.177-181). Eram propriedades de homens livres pobres e agregados.

Dedicavam-se a produzir gêneros de subsistência, possuíam um pequeno número de gado e às vezes alguns escravos (PINHEIRO MACHADO, 1968, p.34).

Na segunda metade do século XVIII, ocorreu a ocupação da banda sul dos Campos Gerais, na região da Lapa. Vai se organizando a sociedade campeira e pastoril dos Campos Gerais, fundamentada nas grandes fazendas, na criação de animais e na escravidão. Nas brechas dessa estrutura, formava-se um conjunto de pequenos sítios, importantes para a subsistência e a conformação da população não-escrava da região. Uma certa vida urbana se implantaria então, no século XVIII e XIX, nas localidades da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva inicialmente. Uma vida urbana centrada na administração, na religião e no pequeno comércio da região, onde os fazendeiros apenas vão em momentos especiais.

Os habitantes dos Campos Gerais ainda tinham problemas com os índios que obstaculizavam os avanços para o oeste. Ao lado disso, as requisições por parte da Coroa de homens e bens para as sucessivas guerras no sul contra os espanhóis, drenavam recursos de uma região que já era carente. A situação de guerras constantes contra o Kaingang ao oeste e contra o castelhano ao sul configurava uma classe dominante militarizada e com um estilo de vida e mando adequados aos valores da violência e da conquista.

A consolidação de uma economia pastoril nos Campos Gerais, estruturando uma sociedade campeira com grandes fazendeiros moradores no local e pequenos sitiantes, levaria no século XIX a uma relativa saturação dos limites dos Campos Gerais. Essa sociedade produziria a anexação de novos setores territoriais em Guarapuava (1810) e Palmas (1839), cuja paisagem e vegetação também eram de campos naturais com matas de araucária. O que lhes possibilitou reproduzir nas novas áreas o mesmo regime fundiário, econômico e social. Com estas colonizações encerravam-se as áreas de campos no sul do Paraná e a sociedade pastoril encontrava os seus limites.

As potencialidades pastoris dos Campos Gerais não se revelaram das maiores. Após a posse dos campos, esses sofreram contínuas subdivisões. As queimadas anuais e a baixa renovação dos rebanhos acarretaram baixa produtividade na produção de gado na

região. Isto significava que quanto mais ao sul, melhor era o preço e melhor era a qualidade dos animais. (CARNEIRO, 1963, p.57). Daí a intensificação do fluxo de transporte de animais do sul do Rio Grande, do Uruguai e da Argentina para os mercados ao norte do Paraná. Os Campos Gerais seriam uma região de passagem. Desde meados do século XIX a produção da pecuária não mais seria a atividade preponderante nos Campos Gerais (Barão do Tibagi in: Relatório de 1860, p.72). Então, a invernada vai sendo a maneira mais prática de se obter renda na região.

A invernada significava o arrendamento temporário de uma fazenda com seus pastos e sua infra-estrutura para os animais de passagem provenientes do sul para a grande feira de Sorocaba.

Os dados demonstram o rápido crescimento no número de animais transportados nas atividades do tropeirismo. (GOULART, 1960, p.156-157). De acordo com Aluísio de Almeida, o seu pico acontece por volta de 1850-1860, com cerca de 100.000 animais vendidos em Sorocaba. A partir daí, começa uma tendência de declínio, ainda mais acelerada com a construção das estradas de ferro. (Dicionário, 1991, p.52).

Os mercados para os muares no século XIX situavam-se nas economias do açúcar, em São Paulo e no norte fluminense, no café, em sua marcha pelo Vale do Paraíba Fluminense e por São Paulo e nos tradicionais mercados mineiros. Tropas foram vendidas também desde Mato Grosso até a Bahia, alcançando até o Maranhão. (NEGRÃO; p.110, v.5).

O tropeirismo significa a comercialização de tropas de animais, sendo o tropeiro o seu negociante. O tropeirismo é a superestrutura mercantil da economia pastoril e da pecuária. O tropeirismo é uma atividade econômica inserida nos quadros do capital mercantil. É um processo de acumulação de capitais centrado nos objetivos do lucro. O tropeirismo era o "*melhor emprego de capital que se apresentava ao fazendeiro dos Campos Gerais*" (LAVALLE, 1974, p.82). Um empreendimento aberto a elementos de todas as classes sociais, desde aqueles com poucos recursos até ricos fazendeiros com os seus agentes

condutores, desde grupos com poucos animais, muitas vezes para uso próprios, até tropas com milhares de animais, em grandes comboios.

O tropeirismo, como um comércio de animais entre regiões distantes mais de mil quilômetros entre si, constituiu todo um conjunto de relações creditícias e financeiras entre os agentes das diversas regiões vinculadas aos negócios. Em vista das dificuldades do transporte, da obrigatoriedade do pagamento de impostos e da demora na venda final dos animais, os capitais investidos ficavam empatados por muitos meses e anos na atividade, desde a compra de animais nos Pampas, até a sua venda nas feiras em Sorocaba. Tudo isso demandava um considerável tempo, levando-se em conta as distâncias e a oportunidade de boas vendas a serem realizadas. O longo tempo de maturação dos capitais investidos acarretou a formação de uma rede de empréstimos e de sociedades entre os tropeiros com vistas a compensar as longas ausências. O tropeirismo envolvia uma série de agentes financeiros, empréstimos e créditos, como parte indispensável para a sua realização.

O tropeirismo envolvia a formação de sociedades entre parentes (pais, filhos, irmãos, genros) e entre pessoas ligadas por relações de compadrio e de amizade. Uma viagem de muitos meses até os Pampas e a volta com tropas de animais que deviam, às vezes, esperar boas condições de venda em Sorocaba, acarretavam anos de ausência das fazendas. Adiantamentos auxiliavam nas necessidades financeiras entre o início e o fim das jornadas. Também o imposto no Registro do Rio Negro obrigava os tropeiros a apresentarem fiadores, para poderem atravessar mais esta etapa. Os fiadores eram sempre pessoas de posses e de liderança política, que assim também aumentavam e reforçavam a sua influência (LAVALLE, 1974, p.94-5). A listagem com os nomes dos fiadores registrados no Rio Negro foi pequisada por Lavalle (1974).[45]

---

[45]Ver o anexo parte 1, item 4. A Relação de Tropas e os Fatores do Registro de Rio Negro (1830-1853).

A atividade tropeira em si própria era uma aventura com baixas despesas, fora a compra dos animais e a questão da tributação e da venda. A vida simples dos tropeiros em longas marchas, utilizando escravos ou pagando baixos salários aos camaradas, quase não oferecia custo, mas sim riscos inerentes a vida nos interiores do sul do Brasil do século XIX, tais como ataque de índios, animais selvagens, florestas, travessias de rios, doenças e zootias.

A grande rentabilidade oferecida pelo tropeirismo levou pessoas de várias origens a investirem no negócio. Através de sociedades com participações de capital e de créditos, comerciantes abastados, médicos, funcionários públicos, sacerdotes e até proprietários de firmas importadoras do litoral do Paraná participaram dos negócios do tropeirismo. Os lucros dos tropeiros eram investidos em novas propriedades, colocados em firmas ou casa bancárias e mesmo investidos em ações do Banco do Brasil. Antes de 1850, parte dos lucros se destinavam também a compra de escravos. (LAVALLE, 1974, p.76, 91).

A partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos, progride a participação do trabalho livre e do assalariamento no tropeirismo. O trabalho livre sempre foi bastante relevante para esta atividade em função das particularidades do negócio. Nesse período, começava uma inflexão no caráter das relações sociais de produção na pecuária e no tropeirismo. É a desagregação da sociedade campeira escravocrata. Após 1870, investimentos em títulos financeiros tornam-se comuns. O Barão dos Campos Gerais, David dos Santos Pacheco, um dos maiores tropeiros do Paraná, a partir de 1865, preferia aplicar seus lucros em apólices da dívida pública e ganhar com seus juros, o que evidencia um forte processo de capitalização dentro das atividades do tropeirismo. (WESTPHALEN, 1995, p.79).

A decadência do tropeirismo após 1870 é acelerada. Com o advento das ferrovias, as mulas estavam superadas como meio de transporte. A diminuição do tropeirismo é diretamente proporcional ao crescimento ferroviário nas décadas de 1870 e 1880.

Também pesavam as deficiências dos Campos Gerais enquanto uma região pastoril, cujas condições eram inferiores na qualidade dos pastos e solos em comparação

com a Campanha dos Pampas (VALVERDE, 1985, p.199-201). As limitações espaciais de áreas de campos no Paraná, cerca de 33000 km^2 ou 16% do Paraná (Valverde citado por Pinheiro Machado, 1968, p.51), compartimentadas entre si nas seções dos Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas, não permitiram acomodar a produção local e as invernadas para dezenas de milhares de animais vindos do sul nos anos de pico do tropeirismo. As subdivisões das fazendas, as queimadas anuais, a ausência de aprimoramentos genéticos e a falta de técnicas de zootecnia, contribuíram para aprofundar a crise da pecuária paranaense no final do século XIX, quando o tropeirismo igualmente havia se reduzido a uma sombra do que representara antes das ferrovias. As fazendas auto-suficientes passaram a viver do negócio das invernadas. Muitas delas seriam repartidas por herdeiros que vivem em cidades, muitas seriam vendidas em retalhos nos negócios de terras para a colonização de imigrantes europeus no fim do século XIX e começo do XX. (Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, 1969, p.98, 154-155).

Seguindo a norma geral da formação social nacional, há a transição entre a escravidão e o trabalho livre, quer nas atividades do tropeirismo, onde há preponderância do trabalho assalariado, quer no trabalho nas fazendas e na criação propriamente dita, que passa de relações sociais escravistas para o trabalho livre. A crise na esfera da produção pecuária acelera a transformação na estrutura de riqueza e de posse privada. Os bens de raiz e as grandes propriedades fundiárias são colocadas de lado frente a títulos financeiros e a padrões urbanos de valor, revelando uma nova estratégia da classe dominante envolvida com o tropeirismo e com as fazendas de criatório. Estes passam a investir em novas formas de riquezas no final do século XIX. Há exemplos de que alguns dos mais importantes personagens destes setores não confiam mais no tropeirismo e nem nas fazendas como fontes de rendas seguras, confiáveis, e nem como garantias patrimoniais consistentes. Todo um estilo de vida foi alterado no final do século XIX na sociedade campeira.

A fração da classe dominante paranaense relacionada com a acumulação capitalista mercantil no tropeirismo não consegue completar a sua transição para a formação de uma

burguesia estruturada.[46] A crise do tropeirismo e da pecuária no final do século XIX desorganiza a base econômica dos setores dominantes dos Campos Gerais. Ao contrário da pecuária gaúcha que promoveria a criação da pecuária vinculada com a existência de indústrias-afins (PESAVENTO, 1986 p.73-75), a fração paranaense dedicada ao tropeirismo tem de reciclar as suas atividades e abandonar os padrões campeiros que lhe tinham proporcionado um modo de produção nos últimos duzentos anos. No inventário de Jesuíno Marcondes de 1904, este que foi um dos herdeiros de uma das principais famílias de fazendeiros e tropeiros dos Campos Gerais, por exemplo, a presença da propriedade rural era insignificante. Jesuíno não mais possuía terras, sua renda provinha de investimentos em títulos da dívida pública (PINHEIRO MACHADO, 1968, p.47).

No Paraná, a região de Guarapuava ainda consegue manter a sua sociedade pastoril por algum tempo a mais, devido a melhores condições de produção e a maior distância dos novos agentes: a ferrovia e a imigração européia. Nos Campos Gerais, os velhos centros de Castro, Palmeira e Lapa cedem a vez para Ponta Grossa, que será o novo centro da região com o intermédio dos novos componentes de centro ferroviário e ponto de imigração. Estes promoverão um novo comércio e uma nova industrialização, que já não dependem exclusivamente das velhas estruturas como as fazendas, a pecuária e o tropeirismo. A economia da madeira começa a ganhar destaque no século XX. A partir de 1940 viria a se tornar importante produto de exportação (LAVALLE, 1981, p.14).

A desagregação do passado nos Campos Gerais abre as portas para o novo. Se um dos valores que restam aos setores dominantes eram as propriedades fundiárias, que se valorizavam com o crescimento demográfico e econômico, a sua venda estará associada como um vínculo, uma corrente entre os velhos e os novos interesses. Os negócios com terras e a especulação imobiliária e fundiária fariam escola em um Estado como o Paraná, com várias fronteiras abertas e terras devolutas, aptas a negociatas de terras envolvendo os poderes públicos e os interesse privados.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

[46]Ao contrário da burguesia ervateira que consolida a transição e articula a indústria.

5 ELITE ESTATAL NACIONAL. A FRAÇÃO DETENTORA DO ESTADO IMPERIAL NO PARANÁ

Para melhor compreender a composição ampliada da classe dominante paranaense no século XIX, torna-se necessário agregar um importante segmento social transferido do Império para a Província do Paraná. Trata-se de um conjunto de agentes sociais qualificados que surgem com o processo de modernização burocrática do Brasil nesse século. São os quadros jurídicos, médicos, militares e técnicos vinculados ao aparelho de Estado, criados pela transformação e modernização da burocracia. São profissionais de alto nível educacional e com cursos superiores, que vão ocupar novas posições, cargos e funções em uma ou em várias dessas categorias ao mesmo tempo. Constituem as altas esferas administrativas do Império e representam a elite estatal nacional.

O conceito de elite estatal foi inspirado em Ralph Miliband. São as pessoas que ocupam as posições dirigentes nas instituições do Estado. (MILIBAND, 1972, p.72-73). A elite estatal é na sua formação no início do século XIX um apêndice da classe dominante. O seu destino social é o de se massificar e ampliar. No século XX será um dos pilares dos futuros estratos médios urbanos. A sua ampliação resultará na sua composição como um dos elementos formadores da classe média brasileira do século XX. No início do século XIX, ter um curso superior e ser membro da elite estatal ainda guarda características e traços senhoriais. Esta categoria começa a se submeter a um franco processo de assalariamento com o desenvolvimento capitalista. A sua evolução e crescimento acarretará o alargamento da sua base social de recrutamento a partir de novas origens sociais dos seus membros no século XX. A elite estatal configurava o destino político de importantes segmentos da classe dominante. Muitos setores passavam da propriedade rural para funções no aparelho de Estado. Esse é o processo de formação da *fração detentora do Estado*. Um conjunto de famílias da classe dominante deslocava-se do controle dos meios de produção para o controle dos meios burocráticos dos diferentes ramos do aparelho de Estado. São famílias e elementos

que passam pelo abandono de posições dominantes na economia para as atividades no Estado. Muitas vezes é uma conseqüência da decadência econômica que conduzia ao anteparo no funcionalismo. É a classe dos que *vivem com os olhos voltados para a munificência do Governo*, como afirmou Joaquim Nabuco (1949, p.160), um dos primeiros autores a observá-la. No seu livro *O Abolicionismo*, há diversas passagens ilustrativas do processo de formação da classe detentora do Estado como uma fração diferente da classe economicamente dominante.

> Das classe que esse sistema fez crescer artificialmente a mais numerosa é a dos empregados públicos. A estreita relação entre a escravidão e a epidemia do funcionalismo não pode ser mais contestada que a relação entre ela e a superstição do Estado-providência. Assim como, nesse regimen tudo se espera do Estado, que, sendo a única associação ativa, aspira e absorve pelo imposto e pelo empréstimo todo o capital disponível e distribui-o, entre os seus clientes, pelo emprego público, sugando as economias do pobre pelo curso forçado, e tornando precária a fortuna do rico; assim também, como conseqüência, o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a nossa sociedade mais culta: todos eles ou foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não eles, seus filhos... O funcionalismo é, como já vimos, o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão... as profissões chamadas independentes, mas que dependem em grande escala do favor da escravidão, como a advocacia, a medicina, a engenharia, têm pontos de contato importantes com o funcionalismo, como sejam os cargos políticos, as academias, as obras públicas. (NABUCO, 1949, p.158-159).

Esses agentes sociais muitas supriam cargos de rotatividade burocrática em nível nacional, e a eles mesmos cabia a estrutura do processo de modernização da sociedade e do Estado no período, uma vez que mantinham posições relevantes em cada uma das instituições nas quais se apóia o poder estatal.

Os membros desses quadros geralmente eram egressos ou possuíam relações com a classe dominante. A própria seleção e a educação superior já revelavam uma distinção e parte de uma estratégia da divisão social e política do trabalho própria das classes dominantes. A sua educação e o emprego destes agentes no aparelho de Estado, quer na burocracia civil ou militar, garantiam a especificidade desse segmento no conjunto da classe dominante.

Esses quadros provinham principalmente de centros formadores. A origem regional muitas vezes se identificava com as províncias do Norte, Mas precisamente o Nordeste.[47] As razões para a vinda de agentes qualificados do Nordeste (principalmente da Bahia e de Pernambuco) e do Rio de Janeiro, vinculavam-se com a antigüidade e sedimentação da formação social daquelas regiões. Algumas das escolas de formação superior lá estavam localizadas. A Faculdade de Direito em Olinda-Recife e a de Medicina em Salvador. O Rio de Janeiro, como a capital do Império e sede da Corte, mediatiza o trânsito e a distribuição da elite estatal nacional.

Alguns dos integrantes da "burocracia nacional" ingressam na classe dominante paranaense por casamento. O matrimônio representava uma importante aliança entre setores da elite estatal com os grandes proprietários e negociantes da província. Os quadros de fora nele encontravam boas condições sociais, riquezas materiais e conexões com parentelas locais importantes. Os tradicionais grupos dominantes paranaenses também expandiam as suas privilegiadas redes políticas com o casamento de suas filhas, por conseguinte, ampliavam a sua influência sobre setores do Estado Imperial.

5.1 O BACHAREL[48]

O bacharel em Direito constituiu um dos elementos do processo de modernização do Brasil do século XIX.[49] Figura indispensável para a formação da burocracia estatal e para o processo de consolidação institucional do Estado. Os bacharéis

---

[47]Conceito que só se firma após 1930 (Perruci: 1978, 92).

[48]Ver a anexo parte 1, item 5. Os Bacharéis Vindos para o Paraná.

[49]Duas visões sobre o bacharelismo no século XIX podem ser encontradas em AlbertoVenancio Filho, *Das Arcadas ao Bacharelismo* e Sérgio Adorno, *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Uma listagem nominal e cronológica dos bacharéis em Direito no Paraná do século XIX pode ser encontrada em David Carneiro, *Formação do Espírito Jurídico, Galeria de Ontem e Hoje*: 1963, 449-468.

também associavam-se à maior densidade de contratos e relações burguesas em uma sociedade civil em expansão e carente de regras e ordenamentos típicos do direito burguês. Representavam, ainda, figuras centrais no debate das idéias, na literatura, no jornalismo e na própria formação da inteligência nacional.

Em uma sociedade em transição entre o escravismo e o capitalismo, os bacharéis em Direito serão intelectuais da ordem, agentes do Estado e um dos vetores para as idéias mais avançadas. Igualmente seria este o perfil dos bacharéis na Província do Paraná.

Boa parte dos bacharéis que atuaram no Paraná Provincial vieram de fora da região. Muitos eram originários das regiões mais antigas do país e com menos dinamismo econômico. Foi um itinerário de muitos jovens bacharéis das velhas famílias da classe dominante do norte do Império. Com a relativa estagnação da economia do nordeste açucareiro, muitos passaram a encontrar empregos jurídicos nas localidades emergentes do sul do país.

A vinda de bacharéis originários do Nordeste também é uma realidade durante a República Velha. Dos 29 desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná entre 1891 e 1929: 15 são do "norte", 9 paranaenses, 4 paulistas e 1 de naturalidade desconhecida (TOURINHO, 1990, p.480). Também entre os procuradores gerais da Justiça, a importância dos bacharéis nordestinos é grande. Dos 19 procuradores entre 1892 e 1930: 7 são nordestinos, 7 são paranaenses, 4 são paulistas e 1 de naturalidade ignorada. (TOURINHO, 1990, p.481).

Igualmente tiveram boas relações os bacharéis formados em São Paulo. Antonio Candido Ferreira de Abreu, formado em São Paulo em 1845, casou-se na família Guimarães e foi o primeiro Deputado Geral do Paraná após a emancipação. Também Laurindo Abelardo de Britto formou-se em direito em 1851 e se casou com a filha de Manoel Ignácio do Canto e Silva, um dos maiores latifundiários do Paraná. Sérgio Francisco de Souza Castro, nasceu em Iguape, São Paulo, em 1841. Teve importante vida política no Paraná Provincial e foi Presidente da Constituinte Republicana do Paraná em 1892. Os jovens bacharéis casavam nas velhas famílias da classe dominante do Paraná.

5.2 O MÉDICO[50]

Existe um livro de Júlio Moreira sobre a História da Medicina no Paraná, cobrindo apenas o período colonial. O exercício da medicina era realizado por "*curiosos de cirurgia e medicina*" (MOREIRA, 1953, p.106). A presença de boticários também era apontada. A importância política dos interessados na prática médica pode ser percebido através do casamento de Manoel de Oliveira Franco com Escolástica Joaquina de Sá Ribas, de importante família curitibana. Manoel de Oliveira Franco era filho do Ajudante de Milícia João Gonçalves Franco, nascido em 1777 no Arcebispado de Braga, era comerciante, boticário e vacinador em Curitiba. João Gonçalves Franco era casado com Escolástica Angélica Bernardina, filha do tenente coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso, nascido no Porto em 1765, e tendo recebido um atestado da Câmara de Curitiba, em 1807, declarando-o do "*lugar que exercita de curioso de cirurgia e medicina*". (MOREIRA, 1953, p.106, 111). (NEGRÃO, p.461-462, v.2, p.559-560, v.4,). No século XIX a medicina evoluía e o Paraná começa a importar médicos como Joaquim Ignácio Silveira da Motta, José Candido da Silva Muricy e outros que casaram com importantes famílias da classe dominante do Paraná.

Muitos médicos passavam a se dedicar à política como conseqüência dos seus serviços profissionais. O melhor exemplo foi o do Doutor Leocádio José Correia, do importante grupo familiar dos Correia do litoral. Era abolicionista e foi vereador em Paranaguá e deputado provincial (Carneiro: 1963, 495). Também teria grande carreira política o Doutor João Cândido Ferreira, diplomado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Foi Prefeito Municipal da Lapa em 1892-1896, tendo tido importante papel durante a Revolução Federalista e no cerco da Lapa, quando participou do lado florianista. Foi Deputado Estadual e Deputado Federal. Era Vice-Presidente do Paraná quando faleceu o titular Vicente Machado. Assumiu a presidência do Estado em 1907. Foi eleito para o próximo período, mas teve de renunciar frente a uma articulação política contrária

[50]Ver a anexo parte 1, item 5. Os Médicos Vindos para o Paraná.

ao seu nome e que reunia os antigos adversários de 1894 (a *Coligação*). [51] Depois continuou a sua carreira médica, afastado da política.

Os vínculos entre a medicina, profissão de elite no século XIX e a classe dominante acontecem em vários níveis. O seu recrutamento alcançava apenas os setores superiores e a sua prática profissional conduzia a relações políticas privilegiadas com os interesses dominantes.

5.3 O ENGENHEIRO[52]

A engenharia como profissão técnica consolida-se no século XIX, associada à engenharia militar, à construção civil e à construção de infra-estrutura de transportes (estradas, portos, ferrovias, etc.). Apenas em 1858 o ensino militar é separado do ensino de engenharia civil (NAGAMINI in: VARGAS, 1994, p.153).

A maior parte dos engenheiros, devido a sua formação, possuía vínculos com o Rio de Janeiro. Apesar de sua estada ser reduzida, muitos deixaram importantes contribuições na sua passagem pelo Paraná, chegando mesmo alguns a se enraizarem nos setores dominantes do Paraná Província, através de casamentos.

Com o período provincial organiza-se a vinda de engenheiros militares por parte do Estado. Também chegam civis para construir a infra-estrutura viária da Província. O primeiro grande objetivo é a ligação de uma estrada carroçável entre o planalto e a marinha.

Com a assistência técnica dos engenheiros da elite estatal nacional, vindos de fora, articulam-se os serviços com a presença de "contratadores", agentes locais que recrutam mão-de-obra e organizam as empreitadas. Geralmente os contratadores são personagens de grande prestígio e poder na Província, membros da classe dominante regional. Esta é uma primeira composição entre os engenheiros e a classe dominante paranaense.

---

[51] Ver o livro Bastidores Políticos de Ottoni Maciel; 1925.

[52] Ver a anexo parte 1, item 5. Os Engenheiros Vindos para o Paraná.

O melhor exemplo foi o caso do Engenheiro Militar Francisco Antonio Monteiro Tourinho. Participou de obras como a Estrada Graciosa, a chamada estarda do Mato Grosso e a construção de diversos prédios públicos. Ficaria no Paraná casado em importante família paranaense do litoral.

O papel dos engenheiros como empreendedores capitalistas também pode ser analisado através de João Teixeira Soares. Natural de Minas Gerais, foi o engenheiro responsável pela construção da estrada de ferro que ligava Paranaguá a Curitiba. Unindo técnica com finanças, passaria a ser um dos mais importantes articuladores financeiros de financiamentos e créditos para a construção ferroviária. Amigo do magnata Percival Farquhar, envolveu-se na construção da São Paulo-Rio Grande na qualidade de financista. Era membro de diversas entidades ligadas a *Brazil Railway* como o *Credit Foncier du Br*ésil e o *Banque Française et Italiene pour L' Amerique du Sud.*

5.4 A IMPRENSA

Não havia imprensa na região antes da emancipação. O número de analfabetos era muito elevado e a educação não era interessante para escravos e homens pobres livres. O controle da imprensa era uma atividade essencialmente política para os novos poderosos da província. A nova unidade política deveria criar a imprensa sob a sua completa tutela e oficialismo, traços que ainda durante muito tempo marcariam a imprensa do Paraná.

Com a instalação da Província em 1853, o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcellos, mandou vir do Rio de Janeiro, Cândido Martins Lopes, tipógrafo e jornalista. Este trouxe seus equipamentos e passou a editar o primeiro jornal paranaense, *O Dezenove de Dezembro*, a partir de 1854. Com este veículo que recebia verbas oficiais e publicava os atos oficiais, começa a atividade de imprensa e editorial no Paraná.

Cândido Martins Lopes foi procurador fiscal interino da Tesouraria Provincial, Juiz de Paz e Vereador em Curitiba. Seus descendentes casariam com famílias de destaque da terra, o que lhe valeu um título na obra, Genealogia Paranaense de Francisco Negrão. (NEGRÃO, p.109, v.6).

O único jornal existente no começo da província, *O Dezenove de Dezembro*, convivia com a ambigüidade de ser também o órgão oficial da publicação e divulgação dos atos oficiais, e de receber pagamentos do governo para tal. Um retrato da vida cultural e comercial do Paraná é vislumbrado em suas páginas. Também um retrato da sociedade escravista, com muitas notícias de venda de escravos e denúncias de fugas. A imprensa no Paraná surgia se articulando com as estruturas de parentesco e poder dominantes da região desde o seu início.

6 IMIGRAÇÃO EUROPÉIA[53]

A imigração européia foi possibilitada pela economia da erva-mate e pela crise da escravidão paranaense. A partir da década de 1860, os emergentes cafezais na vizinha Província de São Paulo passam a atrair escravos do Paraná, que para lá são vendidos (Ianni: 1988, 113). A erva-mate oferecia condições de renda para boa parte da população livre, sendo que o café em São Paulo atraiu muitos dos já reduzidos quadros de escravos da Província. A conseqüência é uma crise de abastecimento e a carência de produtos de subsistência. (SANTOS, 1995, p.36).

O que também viria a facilitar a implantação da imigração foi o caráter do aburguesamento da classe dominante. Esta, no final do século XIX, já não necessitava de uma dependência rigorosa do controle fundiário para as suas estratégias de reprodução, podendo, e inclusive querendo, vender terras não utilizadas ou sub-utilizadas com as atividades do mate e da pecuária/ tropeirismo/ invernada, para efeitos de lucros resultantes da venda fundiária de terras para a imigração.

A primeira fase imigratória foi a de alemães para os interstícios florestais entre o litoral e os campos do planalto, entre 1820 e 1850. Composta de membros daquele grupo que ocuparam as regiões florestais entre o litoral, já povoado desde o século XVII e XVIII por vicentistas e açorianos, e os campos do planalto - o corredor do tropeirismo e da pecuária, extensivamente ocupado pela sociedade pastoril e pelo caminho das tropas entre o sul e Sorocaba.

A região florestal nas escarpas da Serra é o cenário da localização das colônias de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul; São Pedro de Alcântara, Blumenau e Joinville em Santa Catarina. A conseqüência geopolítica é o cerco aos grupos de índios Xocleng,

---

[53]Ver o anexo parte 1, item 6. A Burguesia Imigrante do Paraná.

os bugres do planalto. A vertente do norte do caminho do Viamão é o Caminho da Mata, que se limita com o Rio Negro. Ao sul do Rio Negro, há uma extensa área florestal até se alcançar os campos ao norte de Curitibanos. Nessa área florestal, seria localizada a colonização de alemães no Rio Negro em 1829.

Uma das importantes conseqüências desta fase, foi a vinda espontânea de alemães para Curitiba. Originários principalmente da colônia Dona Francisca (Joinville), estabeleceram-se principalmente ao norte do rocio, formando diversas chácaras na região. A sua vinda a partir de 1850 é promovida pelo clima mais ameno do planalto e pela situação econômica favorável da recém-instalada capital da mais nova província do Império em 1853.[54] Dois precoces imigrantes alemães vieram para a Lapa, desempenhando um papel na contribuição alemã para a sua classe dominante, a partir de casamentos com famílias de importância local. Trata-se de Frederico Guilherme Virmond e Eugênio Westphalen, que chegaram em torno de 1830.

O segundo modelo de implantação de imigrantes seria uma fase caracterizada pela localização de colônias em lugares relativamente desabitados e nos sertões distantes. Há uma certa visão utópica a moldar a motivação particular na imigração, quase sempre organizada em bases individuais. As suas experiências (Martins: 1941) foram:

- **1847**. Colônia Teresa. Fundada pelo médico suíço João Maurício Faivre, localizada no sertão do rio Ivaí, com o apoio do Governo Imperial e da Imperatriz. Apenas 10 franceses, dos 87 encaminhados, lá chegaram. A colônia logo se desorganizaria com a morte de Faivre em 1858. Passaria a ser mais uma localidade no sertão com nacionais, pouco restando da presença européia.

---

[54]Roberto Avé-Lallemant em sua Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858, apontou que "Em Curitiba o salário é quase o dobro do de Dona Francisca. Jovens que, ao chegarem da Europa, pelas condições difíceis ainda existentes nas colônias alemãs, não podem logo comprar terra, por falta de dinheiro, ou querem primeiro adquirir alguma experiência trabalhando como jornaleiro, têm escolhido, em grande número, a Cidade de Curitiba como seu ponto provisório de trabalho..." (1953, 279).

- **1852**. Superagüi. Organizada em 1852 na ilha do Superagui, no litoral norte do Paraná por Carlos Perret Gentil, sem auxílio do Governo. Em 1858 eram 60 colonos suíços estrangeiros e 436 nacionais. A colônia exportava café, arroz, farinha, conserva de peixe, aguardente e vinho. Com a morte de Gentil, desestruturou-se.

- **1860**. Assungui. A mais de 100 Km. de Curitiba. Fundada com o apoio do Governo e com imigrantes alemães, ingleses, franceses e outros. Também não consegue prosperar.

- **1889/1890** Colônia Cecília. Segue o modelo de localização distante. Criada por anarquistas italianos. (SOUZA, 1970). Um dos filhos do membro da Colônia Exicio Cini, seria Hugo Cini, empresário da indústria de bebidas do mesmo nome em Curitiba. (SOUZA, 1970, p.185).

A terceira fase foi marcada pela formação de colônias ao redor de Curitiba.[55] Seria caracterizada pela proximidade da área urbana de Curitiba. Foi a experiência mais fecunda e a mais original da imigração européia no Paraná.

Com a intensificação do fluxo e o estabelecimento de imigrantes, surge a categoria social burguesia imigrante.[56] Esse segmento social geralmente é representado por imigrantes que trazem uma estrutura de classe "*pré-fabricada*" (Dean, s/d, p.59-60). Quase sempre já possuíam experiências no comércio, na manufatura e detinham conhecimentos técnicos; pertenciam à classe média. Muitos já tinham tido experiência ou

---

[55]A implantação de um cinturão de colônias européias ao redor dos arrabaldes de Curitiba é um modelo único no país. O estabelecimento das colônias de imigrantes ao redor de Curitiba, devido a sua importância e por tratar-se de uma política local de Estado, será analisada em outra parte deste trabalho (ver item 3/4.2).

[56]A formação da burguesia imigrante em São Paulo foi estudada por Warren Dean no seu livro sobre "*A Industrialização de São Paulo*".

eram de áreas urbanas. Também perceberam vantagens nas demandas econômicas das massas de imigrantes, com seus hábitos de consumo específicos, sejam os alimentares, têxteis, residenciais e de serviços em geral. A burguesia imigrante possuía a vantagem do conhecimento da língua e das necessidades do mercado de consumo das massas urbanas e rurais européias. A burguesia imigrante mantinha contatos com fontes de capitais e de fornecedores nos países europeus.

É possível um levantamento da importância da burguesia imigrante no período provincial. Altiva Balhana e Cecília Westphalen analisam os anúncios comerciais publicados no jornal *O Dezenove de Dezembro*, relativos a empresas comerciais e industriais. Esta é uma amostragem que atinge basicamente Curitiba, onde o jornal era editado. A participação dos anúncios de firmas não luso- brasileiras passa de 25% em 1854 -59 para 32% em 1860-69, 36% em 1870-79 e 43% em 1880-89. No total dos anúncios, entre 1854-1889, as firmas luso-brasileiras detêm 62,75% do total anunciado; os imigrantes e seus descendentes: alemães 20,09%, italianos 6,59%, franceses 6,74% e outros 3,83%. (BALHANA, WESTEPHALEN, 1986, p.251-252).

A presença dos imigrantes se fez sentir em quase todas as atividades econômicas. Dos 52 municípios do Paraná avaliados no período de 1890-1929, em números de empresas comerciais e industriais, os brasileiros estão presentes em 51 municípios, apenas não se encontrando na antiga Colônia de Antonio Olinto, de alemães do Volga. Os brasileiros têm o predomínio em 42 municípios. Os alemães em dois, os italianos em três. Os eslavos em quatro. Os sírios-libaneses em um.

No total das empresas registradas pela Junta Comercial entre 1890 e 1929,[57] de acordo com a origem étnica, os brasileiros possuem 34,7% das empresas de Curitiba, os

---

[57]As informações sobre o empresariado paranaense na República Velha são oferecidas pela análise das estatísticas da Junta Comercial do Paraná. Entre 1890 e 1929, foram registradas 4.644 empresas, constatando-se 2.448 em Curitiba e 2.196 no interior do Estado. Do total, 7,6% foram registradas na década de 1890, 11,8% na década de 1900, 23,8% na década de 1910 e 57,6% na de 1920 (Balhana, Westphalen, 1986, p.256).

alemães 32,0%, os italianos 17,2%,os sírios e libaneses 7,8%, os eslavos 5,6% e os outros grupos 2,7%. No interior do Paraná, a distribuição étnica segue a seguinte divisão: brasileiros 44,8%, alemães 15,5%, italianos 12,9%, sírios-libaneses 15,0%, eslavos 10,1% e outros 1,7%. (BALHANA, WESTPHALEN, 1986, p.272).

Durante a República Velha, os brasileiros controlam os negócios com o capital inicial médio acumulado mais elevado, graças principalmente aos estabelecimentos ervateiros e as casas de comissões, representações, consignações, seguros e imobiliárias. Os alemães tinham maior participação em algumas das novas áreas industriais, como as fábricas de tecidos de algodão, lã e meias, fitas e metro, fósforos, tabletes alimentícios, sabão, vidros, celulose e papel, adubos e instrumentos musicais. Os italianos controlavam a produção de massas alimentares e fermentos. No total dos capitais iniciais acumulados pelas empresas comerciais e industriais do Paraná, entre 1890 e 1929, os brasileiros possuíam 47,0%, os alemães 26,7%, os italianos 12,7%, os sírios-libaneses 6,5%, os eslavos 4,2% e os outros grupos 2,9%. (Balhana, Westphalen: 1986, 276-282). Mesmo com a forte imigração, os brasileiros detinham praticamente a metade dos capitais iniciais acumulados entre 1890 e 1929. Ainda que a participação dos empresários de outras origens étnicas nos setores dinâmicos tenha sido representativa, principalmente nos setores industriais modernos, a participação brasileira era maior nos mais importantes setores econômicos para o Paraná, como era o caso da erva-mate até 1930.

A imigração polonesa que foi quantitativamente superior em termos demográficos, não produziu uma camada burguesa comparável àquela formada pela imigração alemã ou italiana. As razões sociais vinculam- se ao caráter rural mais atrasado da Polônia do século XIX, ocupada e oprimida pelo Império Alemão, pela Rússia Czarista e em menor escala pelo Império Austro-Húngaro. As deficiências na educação desses imigrantes, com o grande número de analfabetos, a frágil base técnica de uma região pré-industrial e uma economia camponesa nas suas regiões de origem, não promoveram condições para a formação de uma grande burguesia imigrante polonesa. Mas vários

proprietários ligados a estabelecimentos comerciais de origem polonesa surgiram em Curitiba. (TOURINHO, 1990, p.193).

O maior destaque libanês foi a trajetória de Miguel Antun. Imigrante de origem libanesa, chegado ao Brasil em 1884. Em 1893, mudou- se para Tomazina, no Norte Pioneiro do Paraná. Dedicou-se ao comércio. Em 1899, casa-se com Cecília Bernardina Silva e passa a assinar Miguel Antonio Vieira. Em 1905, nasce seu filho Avelino Vieira, que serria o fundador do Banco Bamerindus. (NOGUEIRA, 1986; Brandão, [s.d.]).

O sucesso dos imigrantes relacionava-se à rapidez e velocidade com que se adaptavam à sociedade e à cultura tradicional brasileira. Os mais dinâmicos eram ressocializados e aprendiam a conviver com a língua e com a atmosfera social, econômica, política e cultural dominante.

A história da imigração européia no Paraná não é apenas composta de empreendimentos bem-sucedidos. Os fracassos na experiência de Superaguí, na implantação dos teuto-russos nos Campos Gerais, as dificuldades em Assungui e o relativo fracasso da colonização italiana em Morretes impõem certa reflexão. Não são os imigrantes sozinhos que iniciam a modernização econômica e a industrialização. Eles vêm no bojo desses processos de transformação que ajudam a fortalecer e implantar nas regiões nas quais eles podem se estruturar.

O sucesso ou o fracasso da colonização européia não depende necessariamente do clima. As colônias Dona Francisca (Joinville) e Blumenau prosperaram em baixadas e vales de verões extremamente quentes e úmidos, enquanto os alemães do Volga fracassaram no clima mesotérmico dos Campos Gerais. A imigração européia decolou com o fundamental apoio do Estado. As subvenções e a intervenção oficial foram essenciais para a vinda e sobrevivência dos imigrantes no Paraná. E somente foi bem-sucedida na presença de mercados e de meios de transporte previamente disponíveis para o escoamento de seus produtos. Além disso, os brasileiros ensinavam a utilização dos recursos materiais e dos produtos agrícolas da região, tarefa indispensável para os procedentes do velho continente. Logo, esta só sobreviveu na presença de populações brasileiras previamente a apoiando. Sem o auxílio direto da população brasileira, a

imigração não se estabelece. Como a mais nova capital de Província do Império, Curitiba seria um grande magneto para os imigrantes europeus do Paraná e de Santa Catarina.

As boas relações com a classe dominante brasileira também seriam fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico das colônias. O papel da família Flores em Blumenau (tronco dos Konders) e do clã dos Oliveiras em Joinville (tronco dos Gomes de Oliveira e Abdon Batista) representa vitais articulações políticas daquelas localidades na República Velha.[58]

Os capitais sociais e econômicos trazidos pelos imigrantes, ao lado da férrea vontade de reiniciar uma nova vida no Brasil que caracterizava a maioria deles, igualmente desenha a nova estrutura de classes na diferenciação social entre as massas de imigrantes.

A imigração italiana não desenvolveu a área de Morretes, mas teve papel importante na área de Curitiba. Os teuto-russos do Volga abandonaram em largo número a sua área pioneira de colonização dos Campos Gerais. Os alemães que reimigram da região de Joinville e Blumenau para Curitiba no século XIX, encontram um cenário melhor preparado no Paraná do que nas duras condições pioneiras naquelas localidades. A imigração isolada fracassa. Uma das melhores experiências foi a implantação eslava nos arredores de Curitiba, durante a gestão provincial conservadora de Lamenha Lins (1875-1877). Esta original experiência ajudou a configurar o modelo urbano da região de Curitiba. Este modelo de reforma agrária de caráter semi-urbano será melhor discutido na parte 3, item 4.2.

A diferenciação interna entre os imigrantes europeus leva alguns grupos familiares a imitarem o *familismo* da velha classe dominante luso-brasileira. Os imigrantes enriquecidos tendiam a reproduzir a sua posição de classe privilegiada.

---

[58]Tais articulações políticas mantém a tradição de continuidade genealógica do poder naquelas duas regiões consideradas das mais modernas no Brasil e ainda cobrem a política catarinense na década de 1990. Do lado das velhas famílias de Joinville, o Governador (1986-1990) Pedro Ivo Figueiredo de Campos e do lado das velhas famílias de Blumenau, o Governador (1991-1994) Antonio Carlos Konder Reis. (Oliveira, 1996, p.109) e (Doria, 1995, p.XXIX).

PARTE 2

AÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

1 AÇÃO POLÍTICA

A ação política é a maneira pela qual a maior parte de uma classe atua politicamente na defesa de seus interesses. Uma classe se forma não apenas sob processos estruturais de criação no campo das possibilidades da economia política, ela também se faz primordialmente pelos seus próprios processos ativos, suas experiências e sua presença na cena histórica cultural, ideológica e política. O conceito de classe está inserido nas relações históricas, mas uma classe somente existe totalizando antes de tudo pessoas reais e contextos reais. Esta é a lição de E. P. Thompson no seu clássico *The Making of the English Working Class*.

A questão da teoria da ação tem sido tratada por vários autores.[59] O que procuraremos apresentar nesta parte do trabalho é um exemplo de como atua uma classe por intermédio de seus principais representantes. Como se organiza a manifestação de interesses políticos na conquista de objetivos políticos. Analisaremos a luta política pela emancipação provincial do Paraná, perseguida pela classe dominante.

1.1 A LUTA POLÍTICA PELA AUTONOMIA E AS BASES DA EMANCIPAÇÃO

A emancipação do Paraná de São Paulo em 1853 é um tema central da bibliografia regional paranaense. Está presente em todas as interpretações sobre o Paraná e também é o objeto de estudo de literatura própria.

A tradição de autonomia de Paranaguá em relação a São Paulo vem da prévia existência da Capitania de Paranaguá, criada em 1660, como herdeira da velha Capitania

---

[59]O debate sociológico sobre as dimensões da ação coletiva pode ser encontrado em Pierre Bourdieu, *Raisons Pratiques. Sur la Théorie de l'action* (1994).

Hereditária de Santana, desenhada nas terras meridionais do lote original de Pero Lopes de Souza. Apenas em 1710, com a formação da Capitania Real de São Paulo é que Paranaguá e Curitiba passam a se integrar na nova unidade criada (MARTINS, [s.d.] p.370-371). Os interesses pela autonomia não seriam eliminados, surgiriam novamente com novas bases organizacionais.

Logo no início do século XIX, houve a representação dos comerciantes e donos de embarcações, de 19 de setembro de 1803, contra a arbitrariedade do capitão-general governador da Capitania de São Paulo, que prejudicava os interesses do comércio de Paranaguá. Esta é uma das primeiras ações políticas do comércio local em defesa de seus interesses, revelando o início do processo de consciência política da nascente presença dos negociantes na vida local. A representação contempla a capacidade de articulação política deste segmento na defesa de seus interesses. Constitui um marco do projeto político baseado na sua ação orgânica precoce.

No espaço de dez anos, houve pelo menos duas manifestações políticas de cunho separatista. Em 1811 formulou-se uma representação da Câmara de Paranaguá para o Príncipe Regente Dom João, que objetivava a autonomia da Comarca. "*Senhor- Esta Commarca de Paranaguá, sendo tão dilatada a sua extensão (não menos que o reino de Portugal) esta pouco povoada e na maior indigencia e miseria que se pode considerar, por não ter um governo q'observe e veja tudo de mais perto,...*" (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, p.219).

Em 1821, quando do juramento de obediência à Constituição das Cortes de Lisboa, eclodiu o episódio conhecido como a Conjura Separatista, organizado por alguns milicianos e notáveis locais. O Capitão Floriano Bento Viana comandaria o movimento. No entanto, por falta de iniciativa ou de bases políticas, o movimento acabou não se efetivando. Floriano Bento Viana foi o único a tomar uma atitude no meio do silêncio geral. (MARTINS, [s.d.], p.231).

Em 1825 um protesto seria novamente liderado pelos comerciantes, desta vez contra o Intendente da Marinha de Santos que ordenara a retirada de todos os carpinteiros de Paranaguá. Reagiram a mais uma tentativa de intervenção na economia local, o Capitão-Mor e 16 comerciantes e donos de embarcações (WESTPHALEN, 1974, p.143-144).

Apesar do interesse político pela emancipação, os cuidados com a ordem imperial eram respeitados e defendidos contra movimentos considerados radicais ou republicanos. Em 1835 estoura a revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul. O Coronel Manoel Francisco Correia Junior foi um dos grandes organizadores da Guarda Nacional da Comarca de Curitiba, em 1832, logo após a sua criação. Em 1838 os rebeldes ocupam a vila de Lages e ameaçam realizar incursões nos planaltos da Comarca ao sul do Rio Negro. Em 1838 e 1839 são enviadas tropas para o Paraná com a intenção de combaterem os farroupilhas ao sul. Com uma formação militar heterogênea, comandada pelo Brigadeiro Xavier da Cunha e composta por tropas de 1ª linha, da Guarda Nacional de Curitiba dirigida por João da Silva Machado e mais a Guarda de Paranaguá, Antonina e voluntários da Lapa, retoma-se Lages. Posteriormente, elementos desta formação tentaram penetrar no Rio Grande do Sul, mas os imperiais foram derrotados no Passo de Santa Vitória. (CARNEIRO, 1995, p.147-161).

A classe dominante da Comarca optava pela unidade imperial antes de tudo.

1.2 AÇÃO POLÍTICA E POSICIONAMENTO NA CENA POLÍTICA FRENTE AO MOVIMENTO LIBERAL DE 1842

O grande teste para a ação política da classe dominante paranaense seria a Revolta Liberal de 1842.[60] As suas causas estavam relacionadas com a recomposição do centralismo da ordem imperial a partir da Maioridade de Dom Pedro II em 1840. Dentro do processo de centralização em curso, ocorreu a queda do Ministério Liberal em 23.3.1841. Os

[60]A literatura sobre o movimento de 1842 foi sistematizada pelo livro de Aluisio de Almeida, "*A Revolução Liberal de 1842*". Nele nos baseamos para a sua análise.

conservadores chegariam ao poder com um ambicioso projeto político no sentido de fortalecer tal centralização de poder no Império. Em 23.11.1841, o Conselho de Estado é recriado. Vinte dias depois (3.12.1841), era implementada a reforma do Código de Processo Criminal, significando a retirada de certas prerrogativas do poder local.

A disputa entre conservadores e liberais repercute intensamente em algumas províncias onde os liberais possuem certas bases políticas. Na Província de São Paulo, o complexo jogo político requeria habilidades por parte dos conservadores. O baiano José da Costa Carvalho, então Barão de Monte Alegre, foi indicado como presidente Provincial, tendo como uma das principais tarefas a precaução contra as organizações secretas dos liberais mais exaltados.

Em 1.5.1842 a Assembléia é dissolvida no Rio de Janeiro e novas eleições seriam convocadas. Para os liberais radicalizados seria o estopim da revolta lentamente acalentada.

O movimento liberal de 1842 ficaria conhecido em São Paulo como a Sedição de Sorocaba. Esta era uma das áreas economicamente mais ativas da província devido ao comércio de animais. Havia grandes fortunas pessoais e expressiva arrecadaçãopara o Tesouro provincial. Foi indicado como chefe do movimento uma das figuras locais mais proeminentes, Rafael Tobias de Aguiar, que já fora presidente da Província. Feijó, outro célebre político liberal, apoiou o movimento que teve fortes bases em Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Constituição, Capivari e Itapetininga, além do Vale do Paraíba paulista.

Monte Alegre e o comandante das tropas legais, o então Barão de Caxias, perceberam a crucial importância da Comarca de Curitiba. Se esta permanecesse fiel à legalidade, separaria e impediria a possível junção dos dois inimigos da ordem imperial: os farroupilhas e os liberais de Sorocaba. Caso se juntassem, ameaçariam o centro do poder com conseqüências imprevisíveis. O Presidente da Província de São Paulo entra em contato com João da Silva Machado, o líder tropeiro do Paraná, que é enviado para a Comarca de Curitiba no intuito de garantir a sua legalidade frente à sedição, com a promessa da sua futura

emancipação. Silva Machado rapidamente retornou ao Paraná - pela primeira vez era utilizado um barco a vapor - chegando a Antonina, de lá rumou para os planaltos, onde havia simpatias pela causa liberal. Os simpatizantes foram reorientados para o apoio militar contra a sedição ao norte, logo, colaborando com o seu isolamento e derrota.

Monte Alegre e os conservadores agiram com rapidez na capital e sua região, também articulando seus elementos em algumas localidades como Campinas, Mogi-Mirim e Franca. O então Barão de Caxias era o estrategista e comandante do Exército Pacificador. Os liberais tentaram avançar para São Paulo, mas foram derrotados em Venda Grande, perto de Campinas, em 6 e 7 de junho, o que demonstrou a sua fragilidade militar. Os liberais recuaram para Sorocaba, que foi ocupada por Caxias em 20 de junho.

O Movimento de 1842 está repleto de influências regionais. O próprio jornal dos revoltosos se denominava "*O Paulista*", e inúmeras colocações regionalistas entravam em jogo no discurso liberal. O movimento é derrotado nacionalmente ao ser isolado em várias "ilhas revoltosas", facilmente suprimidas uma a uma. Os liberais do Vale do Paraíba paulista provocaram violências no seu ímpeto revolucionário em Silveiras e em Taubaté. A resposta legalista também foi contundente com a retomada da situação. Silveiras, por exemplo, foi saqueada na contra-revolução. Noventa anos depois, (1932), novamente Silveiras seria violentamente ocupada, em episódio que se pode entender como uma repetição da rebeldia política paulista contra o poder central. Em Minas Gerais, o movimento liberal só explodiu em julho. Em 20 de agosto, Caxias bate os revoltosos liberais mineiros em Santa Luzia. O Norte do Império estava impotente desde as últimas rebeliões frustradas, somente em 1848 os pernambucanos se levantariam pela última vez. Os liberais não pegaram em armas no Rio de Janeiro. No Vale do Paraíba fluminense, alguns liberais auxiliam financeiramente o governo em defesa da ordem. Resende, Piraí, Valença e Vassouras desejam a estabilidade e a ordem garantidas pela prosperidade do café a um país exausto de conflitos civis e sociais naqueles últimos dez anos.

Caxias constitui a vitória pessoal de uma proposta política que significou a vitória da Corte, do Rio de Janeiro, o centro econômico e político do Império, do qual Caxias era a maior espada. Haviam vencido as frações da classe dominante interessadas em um Estado mais centralizado e unitário. "*Paulistas ! chegou o momento de mostrardes se sois homens ou vís cobardes ! Ou se dirá- ainda há paulistas - ou os paulistas de hoje valem menos que as mulheres ! Coragem paulistas ! Mostrai-vos como livres e não como escravos!* " (ALMEIDA, 1944, p.116-117). Essa é a fala de Feijó decepcionado com os paulistas após a derrota do movimento. Rafael Tobias de Aguiar segue a rota de fuga para o Rio Grande do Sul, onde Caxias, já presidente da Província, o aprisionaria no fim de 1842.

Em 1844 caía o Gabinete Conservador. Os liberais voltavam ao poder. Os revoltosos foram anistiados e o próprio Dom Pedro II visita Sorocaba, distribuindo fartamente comendas e homenagens. A paz volta à classe dominante brasileira. É o ensaio da *Pax* Imperial de 1848-1889.

1.3 A LISTA DE SILVA MACHADO COM OS VITORIOSOS DE 1842

Logo após as notícias da derrota do movimento liberal paulista, em 1.7.1842, João da Silva Machado envia uma correspondência de Curitiba ao Barão de Monte Alegre, presidente da Província de São Paulo, com uma relação de pessoas da Comarca "*que trabalharam a bem da ordem. Também enviou uma lista de boas pessoas – bem estabelecidas – com que se deve formar barreira contra as tentativas republicanas, pois pela distância e por falta de relações com a Corte, não tem esta gente obtido fitas: (comendas) mesmo não as tem procurado, e parece-me ser um incentivo para os ligar mais ao Soberano e ajudar-nos nos negócios do Sul*" (CARNEIRO, 1954, p.60-62).

Na primeira relação, Silva Machado aconselhava a concessão da Comenda de Cristo a Agostinho Ermelino Leão (Doutor Juiz de Direito). A Comenda de Cavaleiro do Cruzeiro deveria ser recebida por:

Manoel Antonio Guimarães (Coronel Chefe do Regimento de Paranaguá)	Balduíno de Almeida Taques (Coronel Chefe do Regimento de Cavalaria)
Antonio José Araújo (Capitão)	Miguel Marques dos Santos (Tenente-Coronel)
Domingos Inácio de Araújo (Capitão)	Vicente Antonio Rodrigues Borba (Capitão)
Antonio José Pereira Branco (Tenente)	José Caetano de Oliveira (Alferes)
Joaquim José Pinto Bandeira (Major)	Manoel Martins de Araújo (Capitão)
Antonio Mauricio da Costa Guimarães (Tenente)	João de Oliveira Franco
Antonio José Vieira Ramalho (Tenente-Coronel)	Manoel de Oliveira Franco

A segunda relação contemplava aqueles que deveriam receber a Comenda da Ordem de Cristo:

Joaquim Gonçalves Guimarães (Capitão)	Manoel Mendes Leitão (Capitão)
Manoel Gonçalves de Moraes Roseira	Padre João Abreu Sá Sotto Maior
José Borges de Macedo (Alferes)	Padre Isaias Ribeiro de Andrade
Joaquim Roberto de Oliveira	Manoel Inacio do Canto e Silva
Antonio José de Madureira e Sá (Alferes)	José Joaquim de Andrade Silva (Tenente)
Joaquim José Borges de Macedo (Tenente-Coronel)	Joaquim José da Cunha Bittencourt
Francisco Teixeira da Cunha	Leandro José da Costa
Bento Antonio da Costa (Major)	Modesto Gonçalves Cordeiro
Francisco Antonio Pereira (Capitão)	Hipólito José Abreu (Capitão)
Ricardo José da Costa Guimarães	Antonio de Sá Camargo
Manoel da Cruz Carneiro	Lourenço Marcondes Ribas (Tenente)
David dos Santos Pacheco	Francisco de Paula Ferreira Ribas

Esses nomes e essas famílias que já possuíam poder econômico e prestígio local, com as condecorações do Império teriam seus *status* ampliados enquanto bloco no poder da futura Província do Paraná. A grande ausência foi a de Manoel Francisco Correia, que havia sido excluído do movimento de 1842. Chefe do Partido Conservador, fora estrategicamente afastado para que os liberais dos planaltos pudessem apoiar a causa legal e a João da Silva Machado no embate de 1842, uma vez que sua presença desgostaria os chefes liberais de serra acima. Este afastamento magoou profundamente a Manoel Francisco Correia, no entanto, os seus filhos teriam carreiras de escol no Império.

1.4 A AÇÃO POLÍTICA PARLAMENTAR PELA EMANCIPAÇÃO

Conforme o prometido, em 30.8.1842, José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre, enviou ao Ministro do Império, Candido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí, uma carta pedindo a separação da Comarca de Curitiba[61] e justificando a emancipação (CARNEIRO, 1954, p.75-77). Com a substituição de Monte Alegre na presidência de São Paulo após a derrota liberal, havia assumido o também baiano e conservador José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de Macaé, que encaminhou a representação da Câmara de Paranaguá favorável a emancipação para o Imperador. O projeto de emancipação foi levado à Assembléia Geral na sessão de 29.4.1843 por Carlos Carneiro de Campos. Em nome do governo Imperial, pronunciou-se Joaquim José Torres, Visconde de Itaboraí, que representaria a posição do Imperador. Também apoiou o projeto Joaquim José Pacheco. Na sessão de 19.6.1843, o deputado por Minas, Bernardo Jacinto da Veiga, defende a emancipação.

Os argumentos apresentados pelos defensores da emancipação apontavam para o papel de fronteira da Comarca de Curitiba com o Rio Grande do Sul, Argentina e Paraguai. Além de estarem indefinidos os limites com o território das Missões. Igualmente se apresentavam as condições econômicas da Comarca e se colocava que esta mantinha relações comerciais mais intensas com o sul e com a Corte, estando o porto de Santos como um inconveniente intermediário.

O projeto da emancipação contava com o apoio dos conservadores e de políticos baianos, mineiros e fluminenses. A contra-ofensiva partiu de Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, que a 9.8.1843 apresentou uma proposta de emenda ao projeto de Carneiro de Campos, elevando a Comarca de Sapucaí em Minas, à condição de Província.

---

[61] A Comarca de Curitiba era a Quinta Comarca de São Paulo até a Lei n. 437 de 17 de julho de 1852, quando passou a ser a de número dez. (Romaguera *in* Gazeta do Povo, 29 de junho de 1997). (CARNEIRO, 1954, p.88).

A estratégia para barrar o projeto visava dividir os seus simpatizantes, como o próprio ministro do Império Marquês de Sapucaí, que foi especialmente constrangido no nome do seu título com a proposta de elevação da Comarca de Sapucaí. O projeto parou em agosto de 1843, pois mais informações foram solicitadas, significando o seu adiamento temporário. Com a substituição de Macaé da Presidência da Assembléia Geral nos fins de 1843 por Manoel Inácio Cavalcanti de Lacerda Albuquerque – Barão de Pirapama, o projeto deveria esperar pelas informações solicitadas (CARNEIRO, 1954, p.75-84).

Com a queda do Gabinete Conservador de 1843, assumiria o Gabinete Liberal de 2.2.1844. O projeto de emancipação foi novamente sustado.

A rotatividade política do Império traria outra vez os conservadores ao poder em 1848. As disputas entre os partidos políticos permeavam o ambiente. A revolta liberal de 1848 em Pernambuco mais uma vez revelara tensões armadas entre os conservadores e os liberais. As Câmaras, com o retorno conservador de 1848, passam a ser quase completamente conservadoras. No Gabinete de 22.9.1848, José da Costa Carvalho, agora Visconde de Monte Alegre, passava a ocupar a Pasta do Império e a partir de 6.10.1849, assumia a chefia do Gabinete com a Presidência do Conselho. A emancipação voltaria à cena com força. Na legislatura de 1850, quando se discutia no Senado a elevação da Comarca do Amazonas à categoria de Província, estava também incluída a Comarca de Curitiba na mesma emenda processual, apresentada por João Batista de Oliveira, Barão de Aguapeí. Agora, a luta parlamentar contaria com o apoio imediato de Honório Hermeto Carneiro Leão. A oposição paulista no Senado tenta barrar e confundir o projeto com o apoio dos Senadores Paula Souza e Vergueiro. Carneiro Leão apresenta uma emenda na forma de artigo propondo a elevação das Comarcas do Alto Amazonas e de Curitiba, que se tornariam as províncias do Amazonas e do Paraná. O Senador baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, Visconde de Abrantes, apoiou o projeto, mas com a pressão da oposição, a emenda foi desmembrada. A criação da Província do Amazonas foi aprovada no mesmo dia, 28.8.1850. Posteriormente, o projeto que criava o Paraná foi aprovado no Senado e enviado para os Deputados. A Câmara dos

Deputados fora dissolvida no começo de 1849 e a nova Câmara que havia tomado posse em 1.1.1850 era francamente conservadora.

O sistema eleitoral do Império garantia para o Gabinete indicado a vitória nas eleições (FAORO, 1991, p.353). Em 1852, os conflitos entre conservadores e liberais explodiram na Província de São Paulo. Na capital, os membros da Câmara Municipal entraram em conflito com o presidente da Província. O presidente dissolveu a Câmara e chamou o conservador Barão de Iguape para formar outra, de acordo com os seus interesses. (LEVI, 1977, p.193). As eleições de 1849 vencidas pelos liberais foram anuladas em Curitiba. Novas eleições foram realizadas e vencidas pelos conservadores em 1850, quando os liberais denunciaram violências e fraudes. Nas eleições de 1852 em São José dos Pinhais, aconteceu um tiroteio com vários mortos. Seria o principal motivo para a queda do presidente de São Paulo, Joaquim Octavio Nébias.

Outras ocorrências políticas, contribuíram para atrasar ainda mais a Lei da emancipação do Paraná, as guerras no Prata, a extinção do tráfico negreiro, a Lei de Terras. Em 11.5.1852, assumia o novo Gabinete Conservador de Itaboraí. Na Legislatura de 1853, na sessão de 17.8.1853, o projeto ainda sofria a oposição dos representantes de São Paulo, o Conselheiro Nébias e Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

A presença do mineiro Antonio Candido da Cruz Machado foi decisiva para que, a 29.8.1853, fosse aprovada a Lei n.° 704, elevando a Comarca de Curitiba à Província do Paraná.

A emancipação da Comarca de Curitiba teve como finalidade diminuir a importância dos liberais paulistas e criar uma nova Província sob domínio conservador. (BELOTO, 1990, p.82-97). Um dos principais artífices da Província do Paraná foi Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos primeiros a sugerir o nome Paraná, quando no Senado apresentou a sua emenda de elevação da Comarca de Curitiba. Paraná (Visconde) também seria o nome de seu título de nobreza, agraciado em 26.1.1852. Se a Província do Paraná nasceu com a Lei 704 de 29.8.1853, logo depois, a 6.9.1853, começaria o

Gabinete da Conciliação com o Marquês do Paraná (título em 2.12.1854) como o seu Presidente de Conselho.

Para o sucesso da emancipação colaboraram as seguintes forças políticas: o apoio do Imperador, o apoio da cúpula do Partido Conservador, o apoio de mineiros, baianos e fluminenses, e a classe dominante regional, sempre se posicionando em bloco, a favor da emancipação, com todas as suas frações.

2 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL

2.1 A PRIMEIRA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ[62]

A primeira Assembléia Legislativa paranaense formada após a emancipação é o fórum mais representativo dos interesses sociais que compuseram o novo bloco no poder regional com a criação da Província do Paraná.

Os seus integrantes podem ser classificados a partir de algumas estruturas centrais de poder social, econômico e político.

Os grandes proprietários rurais representam um importante grupo social na Assembléia. Manoel Ignácio do Canto e Silva, Manoel de Oliveira Franco, Manoel Antonio Ferreira e Manoel Gonçalves de Moraes Roseira possuíam grandes extensões de terras e significavam os interesses agrários dominantes.

Representando o litoral e a economia da erva-mate estavam presentes Manoel Antonio Guimarães (futuro Visconde de Nacar), Modesto Gonçalves Cordeiro, Manoel Gonçalves Marques e Manoel Leocádio de Oliveira. Todos ou eram proprietários de engenhos ervateiros ou estavam vinculados ao comércio do produto em Questão.

O tropeirismo e a pecuária nos Campos Gerais estavam representados por David dos Santos Pacheco (futuro Barão dos Campos Gerais), enquanto que Guarapuava se fazia representar por Antonio de Sá Camargo (futuro Visconde de Guarapuava). O veterano Joaquim José Pinto Bandeira, deputado provincial na primeira Assembléia de São Paulo, também trazia a sua experiência política.

A grande novidade na primeira Assembléia Provincial paranaense era o "segmento jovem" representado pelos bacharéis. Esta nova elite política do Império teria um papel fundamental na padronização e modernização burocrática. Eram bacharéis:

---

[62]Ver o anexo parte 2, item 2.1. As Biografias dos Primeiro Deputados Provinciais do Paraná.

Francisco José Correia, José Lourenço de Sá Ribas, José Matias Gonçalves Guimarães, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Manoel Francisco Correia.

Padrão de representação política da primeira Assembléia Provincial.

DEPUTADOS PROVINCIAIS	CATEGORIA SOCIOECONÔMICA			
	Grande Propriedade Rural	Erva-mate	Tropeirismo	Bacharel
Manoel Ignácio do Canto e Silva	X			
Manoel de Oliveira Franco	X	X		
Manoel Antonio Ferreira	X			
Manoel G. de M. Roseira	X			
Manoel Antonio Guimarães	X	X		
Modesto G. Cordeiro	X	X		
Manoel G. Marques		X		
Manoel L. de Oliveira		X		
David dos S. Pacheco	X		X	
Antonio de Sá Camargo	X		X	
J.J. Pinto Bandeira	X			
Francisco J. Correia	X		X	X
José Lourenço de Sá Ribas	X			X
José M. G. Guimarães	X			X
Jesuíno Marcondes	X		X	X
Manoel F. Correia	X	X		X
Antonio José de Faria	X			
Fernando Antonio de Miranda				
Francisco de Paula Ferreira Ribas	X			
José Joaquim Marques de Souza				

Padrões de representação política

A análise da composição da primeira Assembléia Legislativa do Paraná afirma a presença direta na elite política regional dos principais atores econômicos da Província, os veteranos da grande propriedade rural, os comerciantes ervateiros e tropeiros.

Os bacharéis eram os filhos da grande propriedade e herdeiros das tradicionais famílias da classe dominante do Paraná. A diferença entre eles e os grandes agentes econômicos é marcada pela diferença de idade, geração e formação. Ambos pertencem aos mesmos grupos familiares. A produção de um segmento de bacharéis por parte da classe dominante paranaense é um importante fenômeno cultural e político da metade do século XIX. É um processo de diferenciação na classe dominante em relação à construção institucional do Estado Nacional em diferentes níveis.

O poder político se exercia mais através de carreiras especializadas na burocracia Imperial do que na simples posse de terras, patrimônio insuficiente para gerar grande rendas. A produção de bacharéis por parte da classe dominante paranaense, no entanto, se revelaria incapaz de atender a demanda político-institucional. Até o fim da República Velha, haveria uma grande importação de bacharéis do norte do país para o Paraná.

A relação entre os bacharéis enquanto agentes preferenciais da elite política imperial e os tradicionais membros e integrantes da economia da classe dominante se revela pela conformação da estrutura de parentesco que une os dois conjuntos. A diferença passa por distintas experiências geracionais políticas.

Dos suplentes que assumem posteriormente, dois são padres, o que revela o papel secundário do clero na representação política regional.

2.2 ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DE 1888-1889[63]

Podemos analisar a representação política de 1888[64] como uma ponte para o período republicano. Os deputados provinciais da última legislatura paranaense do Império, em sua quase totalidade, seriam importantes políticos na República. Os interesses ervateiros e os interesses ligados à grande propriedade e à pecuária continuavam fortes. As mesmas famílias reatualizavam o seu poder, como os Correia, os Alves de Araújo, os Camargo, os Ricardo dos Santos, um neto do Visconde de Nácar e um Silveira da Motta, bisneto do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas.

Padrão de representação política no fim do Império

DEPUTADOS PROVINCIAIS DE 1888-1889

DEPUTADOS PROVINCIAIS	GRANDE PROPRIEDADE RURAL	ERVA-MATE	TROPEIRISMO	FORMAÇÃO SUPERIOR	FAMÍLIA HISTÓRICA
Amazonas de Araújo Marcondes	X				X
Antonio Alves de Araújo	X	X			X
Antonio F. de Correia Bittencourt					X
Antonio Joaquim Ribeiro					X
Antonio Ricardo do Nascimento	X	X			X
Antonio Ricardo dos Santos Filho	X	X			X
Artur Ferreira de Abreu					X
Brazilio Ferreira da Luz	X				X
Coriolano Silveira da Motta					X
Domingos Antonio Xavier					
Generoso Marques dos Santos	X			X	X
Ildefonso Pereira Correia		X			X
João M. Ribeiro Vianna		X			X
João de Menezes Doria				X	
José Antonio de Camargo Araújo		X		X	X
José de Freitas Saldanha	X				X
Luis Antonio Xavier					
Luiz Manoel Agner		X			
Manoel Alves de Araújo				X	X
Pedro Ferreira Maciel					X
Theotonio Marcondes de Albuquerque	X				X
Tertuliano Teixeira de Freitas					
Tristão Cardoso de Menezes					
Vicente Machado				X	X

[63]Ver o anexo parte 2, item 2.2. As Biografias dos Últimos Deputados Provinciais do Paraná.

[64]A lista dos deputados provinciais é fornecida por Maria Nicolas, *130 anos de Vida Parlamentar Paranaense. 1854-1984.* (NICOLAS, 1984, p.165-173)

Teriam carreira política destacada na República Velha os seguintes deputados Provinciais da última legislatura Imperial: Vicente Machado, João de Menezes Dória, Luiz Antonio Xavier, Ildefonso Pereira Correia, Generoso Marques dos Santos, Brazílio Ferreira da Luz, Arthur Ferreira de Abreu e Amazonas de Araújo Marcondes. A presença das famílias históricas da classe dominante segue em maioria.

3 ASSEMBLÉIA GERAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS[65]

Com a criação da Província do Paraná em 1853, os representantes paranaenses passam a participar da 9ª Legislatura da Câmara dos Deputados.

A lógica de funcionamento da representação geral do Paraná Imperial consistia nos seguintes critérios:

1) Ser Bacharel. Dos doze deputados, nove eram bacharéis em Direito, a categoria central para a burocracia Imperial. Dois eram médicos e apenas um não possuía curso superior.
2) A preferência por "jovens" adultos (mais de trinta anos e menos de cinqüenta), uma especificação da representação política enviada à Corte através dos genros e filhos dos principais agentes econômicos do Paraná.
3) Pertencer por nascimento ou casamento ao núcleo central das famílias históricas da classe dominante do Paraná Imperial. Apenas Zacharias de Góes e Vasconcelos, que foi o primeiro presidente da Província e o médico baiano Joaquim Dias da Rocha escaparam desta condição.

---

[65]Ver o anexo parte 2, item 3. As Biografias dos Deputados Gerais do Paraná.

PADRÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS DEPUTADOS GERAIS NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

NOME/LEGISLATURA	NASCIMENTO	FORMAÇÃO	CARREIRA	PARENTELA
Antonio Candido Ferreira de Abreu/1854	São Paulo	Bacharel em Direito por São Paulo	Juiz de Direito	Genro de Manoel Antonio Guimarães, Visconde de Nácar
Jesuíno Marcondes/ 1857, 1864, 1867	Palmeira/PR/1827	Bacharel em Direito/SP	Deputado Provincial, Geral, Ministro	Filho do Barão do Tibagi e da Viscondessa do Tibagi
Zacarias Góes de Vasconcelos/1861	-	-	Primeiro Presidente do Paraná	-
Joaquim Igna cio Silveira da Motta/1861	Bahia/1818	Formado médico na Alemanha.	Delegado. Diretor Geral de Instrução Pública. Vice-Presidente do PR.	Genro de Lourenço Pinto de Sá Ribas.
Laurindo Abelardo de Britto/1864, 1867	Montevidéu/1827	Bacharel em Direito por SP	Presidente de SP.	Genro de Manoel Inácio do Canto e Silva.
Manoel Francisco Correia/1869, 1873	Paranaguá/1831	Bacharel em Direito por São Paulo	Senador. Conselheiro de Estado	Família Correia
Joaquim Dias da Rocha/1869	Bahia	Médico	Diretor da Instrução Pública	
Manoel Euphrásio Correia/1873, 1876, 1885, 1886	Paranaguá/1839	Bacharel em Direito por SP	Presidente da Província de Pernambuco	Família Correia
Manoel Alves de Araújo/1878, 1882, 1885, 1886	Morretes/1832	Bacharel em Direito por São Paulo/1861	Vice-Presidente do PR. Ministro da Agricultura	Família Alves de Araújo. Genro do Barão dos Campos Gerais
Sérgio F. de Souza Castro/1878	Iguape-SP/1831	Bacharel em Direito por SP/1852	Presidente da Constituinte Republicana do PR de 1892	Descendente do Primeiro Provedor das Minas de Paranaguá, Manoel Lemos Conde/1674
Generoso Marques dos Santos/1882	Curitiba/1844	Bacharel em Direito por SP/1865	Presidente e Senador do PR republicano	Família Marques dos Santos
Manoel Antonio Guimarães/1888	Paranaguá/1813	Chefe do Partido Conservador do PR.	Assumiu como suplente, devido a morte de seu genro, Manoel Euphrásio Correia	Família Guimarães

O núcleo do poder político do Paraná Imperial estava concentrado nas seguintes estruturas de parentesco:

- ***Família Guimarães***. Manoel Antonio Guimarães, chefe do Partido Conservador, maior ervateiro do Paraná até a década de 1870. Foi Deputado Geral e teve dois genros deputados gerais. Casamentos com a família Correia, Ferreira de Abreu e Miró.

- ***Família Marcondes de Oliveira e Sá***. Através de Jesuíno, chefe do Partido Liberal, representa o poder do latifúndio dos Campos Gerais com o tropeirismo e a pecuária. Casamento com Alves de Araújo.
- ***Família Sá Ribas***. O genro de Lourenço Pinto de Sá Ribas, Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Grande propriedade na região de Curitiba.
- ***Família Silva***. Laurindo Abelardo de Britto, genro de Manoel Ignácio do Canto e Silva, um dos maiores latifundiários e pecuarista do Paraná.
- ***Família Alves de Araújo***. Interesses ervateiros e casamentos com a família do Barão dos Campos Gerais e com os Marcondes de Oliveira e Sá.
- ***Família Correia***. Interesses ervateiros. Casamentos com a família Guimarães.

4 SENADO[66]

O Senado do Império era composto por membros vitalícios. O Senado representava uma das mais almejadas posições políticas do Império, era a coroação de uma carreira política. O Paraná somente teve dois senadores durante o período Imperial. (TAUNAY, 1978): João da Silva Machado (Barão de Antonina) e Manuel Francisco Correia.

Os dois representantes do Paraná contrastaram duas gerações e dois padrões de carreira política: dos fundadores do Império para os filhos do Império.

O Barão de Antonina representa o poder da grande propriedade, do tropeirismo e da pecuária. Foi a geração que construiu o Estado Imperial. Manoel Francisco Correia, da poderosa família Correia, representou a construção da geração posterior, os filhos do Império que alcançam posições como altos quadros burocráticos do Império. Suas raízes vinculavam-se aos interesses da erva-mate no Paraná.

Podemos perceber como um conceito de experiência geracional política é importante para distinguirmos as formas de articulação das mentalidades políticas e padrões de carreiras institucionais em diferentes conjunturas. Os jovens da década de 1880 já estariam mais próximos da mentalidade republicana de fazer política.

---

[66]Ver o anexo parte 2, item 4. As Biografias dos Senadores Imperiais do Paraná.

5 TÍTULOS DE NOBREZA[67]

Os títulos de nobreza representavam uma forma de aproximação entre a Coroa e os grandes proprietários no Segundo Reinado. Os títulos não eram hereditários, pois significavam, antes, uma mediação entre o Estado Imperial e a classe dominante, principalmente com os grandes proprietários rurais. Havia concentração de titulares entre os grandes cafeicultores do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, com quase 300 titulares. Os Leite Ribeiro de Vassouras possuíam 8 barões e 2 viscondes. Os Avelar tinham 6 barões e 3 viscondes. (CARVALHO, 1988, p.20).

Com as Leis Abolicionistas, os títulos passam a se caracterizar não apenas por uma forma de cooptação dos grandes proprietários, mas também como uma tentativa de compensação frente aos prejuízos da extinção da escravidão. O número de títulos de barões concedidos em 1860-64 foi de 51 e em 1885-89 foi de 238, sendo 173 em 1888-89. (CARVALHO, 1988, p.20).

De um total de 1065 títulos de nobreza concedidos por Pedro II, observa-se a seguinte proporção: barões 76,81%, viscondes 26,57%, condes 3,94%, marqueses 1,88% e apenas um duque 0,09%. (CARVALHO, 1988, p.19). Os títulos de barão e de visconde eram mais utilizados por aqueles que possuíam terras, poder e riqueza ao nível local. Os títulos superiores eram concedidos para aqueles que desempenharam elevadas posições na burocracia Imperial, no entanto, a maior parte dos que pertenciam às esferas do poder político não possuía títulos.

Os mecanismos para a concessão dos títulos seguiam alguns padrões:

- Diretamente do Imperador. Este foi o caso do pacote de comendas concedidas após a visita do Imperador em 1880. O poder pessoal de Dom

[67]Ver o anexo parte 2, item 5. Os Titulares Paranenses do Império.

Pedro II foi decisivo, como no caso do Barão de Guaraúna, quando até mesmo os conselheiros do Imperador foram contrários, como Buarque de Macedo. As alforriações promovidas por Domingos Ferreira Pinto agradaram o Monarca.

- Intermediação política. É o caso dos titulares das famílias dos mais importantes políticos da Província. Manoel Francisco Correia - Ildefonso Pereira Correia (seu irmão). Jesuíno Marcondes - Querubina Rosa Marcondes de Sá (sua mãe). Manuel Alves de Araújo - David dos Santos Pacheco (seu sogro). Interessante é o fato de que os agentes que possuíam poder político e seguiam carreiras burocráticas no Estado Imperial não eram titulados, mas sempre eram concedidos títulos a membros de seus grupos familiares.

6 PARTIDOS POLÍTICOS

Os dois partidos[68] existentes no Império, o Conservador e o Liberal, refletiam as posições da classe dominante; ambos representavam igualmente a grande propriedade rural. Porém, os funcionários públicos preponderavam (inclusive magistrados e outros burocratas) no Partido Conservador, enquanto os profissionais liberais aglutinavam-se mais no Partido Liberal, mas ambas as categorias estavam presentes nas duas agremiações. Os comerciantes também se dividiam entre os dois partidos. Uma diferença substancial estava na maior representação da agricultura de exportação pelo Partido Conservador, enquanto os setores econômicos ligados ao mercado interno estavam mais associados ao Partido Liberal. Com isso, acontecia uma clivagem regional: a Província do Rio de Janeiro era predominantemente conservadora, a Bahia e Pernambuco eram equilibradas entre os dois partidos e províncias como São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul concentravam-se mais no ideário liberal.

O bloco que estrutura o Império é formado por proprietários rurais, burocratas, magistrados e o comércio de exportação. Estes setores tinham interesse na centralização e na firme manutenção da ordem social, base da agenda política do Partido Conservador, na sua tarefa da construção da ordem. Já o Partido Liberal, ao propor a descentralização atendia mais aos interesse localistas das suas bases. Porém, tal estrutura partidária na prática não, se mostrava absolutamente rígida. Por exemplo, na condução das grandes reformas, os partidos não atuavam homogeneamente.

---

[68]Um dos escritos mais completos sobre os partidos políticos do Império é o texto de José Murilo de Carvalho - *Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia* (CARVALHO, 1981, p.155-176)

O termo patronagem[69] é a expressão adequada para o conjunto de idéias e práticas políticas corriqueiras na cultura política do Império. Sintetiza ações como patrocinar, proteger, defender e favorecer freguesias e clientelas mediante o uso das estruturas do Estado com a distribuição de benesses e o direito de concessão de cargos públicos. Nesse quadro, as famílias dominantes representavam uma grande fonte de capital político. A esfera eleitoral e as suas relações políticas eram baseadas nas grandes famílias extensas com os seus agregados, seus compadrios e suas clientelas. Os mecanismos de força, fraude e personalismo dominavam as eleições. As relações políticas seguiam processos pautados pelo parentesco, amizade, partido político e co-participação no governo. (GRAHAM, 1990, p.18 e 238).

Oliveira Vianna, em *Instituições Políticas Brasileiras* se refere a transformação dos clãs feudais e parentais em clãs eleitorais. A base de organização dos partidos acompanhava as antigas solidariedades entre os clãs rurais e as suas arregimentações. Os meios de aliciamento eram representados pelas benesses e cargos que o governo poderia oferecer. As formas democráticas e eleitorais obrigaram os clãs senhoriais a uma forma superior de solidariedade política na defesa de seus privilégios contra os outros clãs. Ainda havia a certeza da rotatividade no poder entre os partidos, com o Imperador exercendo o poder moderador. (OLIVEIRA VIANA, 1982, p.501-515).

No Paraná a divisão partidária acompanhava a linha nacional. Os ervateiros ligados à agricultura de exportação e ao comércio externo apoiavam majoritariamente o Partido Conservador. Os tropeiros dos campos do interior, vinculados à economia do mercado interno, preferencialmente eram liberais. A grande propriedade fundiária estava distribuída entre os dois partidos. O litoral era mais vinculado ao Partido Conservador, enquanto os Campos Gerais eram mais ligados ao Partido Liberal. O Primeiro Planalto de Curitiba era mais disputado, tanto é que em 1852 aconteceram violentos incidentes eleitorais.

---

[69]As formas de condução política no Império já foram apresentadas por Richard Graham em seu livro " *Patronage and Politics in Nineteenth -Century Brazil*".

O Partido Conservador era formado pelo núcleo de parentesco das principais famílias do litoral, os Gonçalves Cordeiro, os Guimarães, os Correia e os Ricardo do Santos. Todos descendentes do Capitão-Mor de Paranaguá João Rodrigues de França (ver Anexo Genealógico JRF.2.1.7.2 e JRF.2.1.7.4).

O núcleo do Partido Liberal era formado pela família dos fundadores de Palmeira, nos Campos Gerais. Antonio de Sá Camargo, Visconde de Guarapuava e o seu primo Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, com matrimônio entre os Alves de Araújo, que tinham por sua vez também matrimônio com os Pacheco (ver Anexo Genealógico).

O padrão eleitoral acompanhava as grandes linhas partidárias da divisão do poder entre os períodos conservadores e liberais. Em 1853, houve o predomínio conservador com a conciliação. Em 1862, o domínio de liberais e progressistas. Em 1868, o retorno dos conservadores que durou até 1878, quando houve mais um período liberal que se estendeu até 1885. O último período conservador alcançou até junho de 1889. Em novembro de 1889, os liberais seriam afastados com o golpe republicano. As eleições para a Assembléia Geral espelhavam a situação política de quem estava no governo, com as constantes intervenções do Imperador nas mudanças de gabinetes.

Eventualmente surgiram problemas, como nas eleições de 1876, quando em um período conservador foram eleitos os liberais Sérgio de Souza Castro e Manoel Alves de Araújo. Reconhecidos no Paraná, não foram reconhecidos pela Comissão de Poderes da Assembléia Geral dominada pelos conservadores. Com a reforma Saraiva de 1881 introduzindo o voto direto, a divisão tornou-se patente, permitindo que as duas últimas legislaturas apresentassem um candidato liberal e outro conservador, o que refletia a realidade política da Província.

Apesar das divisões entre as duas principais frações da classe dominante regional do Paraná, refletidas entre os dois partidos imperiais, a convivência política e a rotatividade no poder era a regra geral. As situações de conflito aberto eram esporádicas. Os principais conflitos que chegaram a *manu militari* podem ser observados em 1849, 1852, 1875 e 1883. (WESTPHALEN, 1996, p.56, 60, 62).

O mais grave e violento conflito entre as diferentes frações da classe dominante do sul do Brasil foi seguramente a Revolução Federalista de 1893-1895. Suas causas estão vinculadas à implantação do sistema político-partidário republicano no sul do Brasil. A sobrevida relativa dos quadros do antigo Partido Liberal nos estados sulinos provocou um choque com o regime uni-partidário da República. O confronto deveu-se às dificuldades dos antigos liberais em se integrarem no novo sistema político republicano. Em termos gerais, os liberais que se tornaram a força política mais importante e hegemônica no sul com o desmantelamento do antigo Partido Conservador, passam com a República a nova denominação de federalistas. Ao perceberem que a rotatividade entre os partidos no poder não seria possível na nova forma republicana, criaram-se as condições para a resolução de divergências políticas no campo militar.

A Revolução Federalista no Paraná esteve vinculada com a movimentação das tropas gaúchas e com a Revolta da Armada. O Paraná não foi apenas o local de importantes combates, mas a participação e a presença de políticos e de tropas paranaenses nos dois lados foram elementos decisivos no desenrolar dos acontecimentos de 1894 que selaram a derrota dos federalistas.

A tendência geral entre as diferentes frações da classe dominante era a de rotatividade no poder político e de convivência. A conciliação entre os grupos da classe dominante em projetos políticos comuns como em 1842 (unidade necessária para a emancipação da comarca) e em 1908 (coligação republicana e criação do novo Partido Republicano Paranaense) era mais importante para a classe dominante paranaense do que os seus enfrentamentos.

O trauma da Revolução Federalista foi tão grande entre a classe dominante que em 1944 se organizou o Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Naquele que foi o primeiro congresso de história realizado no Paraná, a sociedade dominante paranaense procurou realizar uma catarse simbólica dos acontecimentos de cinqüenta anos atrás (Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894, p.1944).[70]

---

[70]A bibliografia sobre a Revolução Federalista é relativamente extensa. No Paraná pode-se consultar a obra de David Carneiro - O Paraná e a Revolução Federalista: 1982.

7 GUARDA NACIONAL[71]

A Guarda Nacional era outra forma de mediação entre a classe dominante e o Estado Imperial. A Guarda Nacional nada mais era que a atualização da velha instituição das ordenanças e milícias coloniais. Na realidade, era a militarização da classe dominante, sob o apanágio do Estado. Naquela conjuntura, a Guarda Nacional era mais uma organização para-militar. Não possuía regulamentos específicos, armas e uniformes padronizados. A sua composição era bastante heterogênea. É muito mais importante um título da Guarda Nacional, do ponto de vista do seu valor simbólico, como capital político, do que a sua efetividade militar.

Em uma sociedade escravista, em contato com índios, com revoluções e guerras externas, entende-se o papel abrangente da Guarda Nacional no Paraná do século XIX. O quem é quem da classe dominante é um imenso desfile de patentes militares.[72] Participam da Guarda Nacional os grandes proprietários de terras, os comerciantes e mesmo os bacharéis em Direito das famílias locais de importância. Muitas vezes as pessoas são vinculadas a duas ou a mais categorias sociais ao mesmo tempo. A presença dos comerciantes ervateiros e tropeiros é uma constante nos comandos da Guarda Nacional.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

[71]Ver o anexo parte 2, item 7. A Guarda Nacional do Paraná, 1855.

[72]O tema da Guarda Nacional foi estudado por Jeanne Berrance de Castro, *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850* e por Fernando Uricoechea, *O Minotauro Imperial*.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

8 CULTURA E POLÍTICA

Quando estudamos a formação de uma classe, podemos estudar a sua formação estrutural inserida em um conjunto de forças produtivas e relações sociais de produção. Podemos descrever de maneira empírica, através de documentos históricos, os comerciantes, os negociantes e os proprietários de engenhos de erva-mate da década de 1810 até praticamente a década de 1920. Esta listagem apresenta os principais personagens, empresários e exportadores ligados a atividade ervateira no Paraná. É o retrato de família da fração ervateira da classe dominante brasileira no Paraná.

Podemos avaliar suas estratégias mercantis, as suas práticas econômicas e o próprio processo de formação da burguesia e da industrialização paranaense dentro da metodologia da economia política. Dessa maneira, observamos a formação de uma classe em si, a partir de relações materiais e econômicas da economia política da erva-mate, do tropeirismo ou da imigração. Com a existência empírica da classe, podemos relacionar os seus representantes políticos e ideológicos, através da pesquisa da elite política paranaense e de seus escritores.

As relações entre cultura e política podem ser recortadas a partir de diversas questões e problemas. Uma das possíveis abordagens é o relacionamento entre frações da classe dominante e cultura. Quando se procura analisar os processos e práticas culturais da classe dominante, alguns pontos se destacam.

Em primeiro lugar, a classe dominante tem que construir, projetar, manter e resguardar em termos culturais as formas políticas de sua dominação. A classe dominante organiza um ativo processo político-cultural de dominação que se caracteriza por oferecer direção política a outros grupos na forma de consenso e luta política contra os opositores.

Esse processo dinâmico de dominação/direção político-cultural é conceituado como hegemonia por Antonio Gramsci nos Cadernos do Cárcere.

> O critério metodológico sobre o qual é preciso basear o próprio exame é o seguinte: que a supremacia de um grupo social manifesta- se de duas maneiras: como "domínio" e como "direção intelectual e moral". Um grupo social é dominante de grupos adversários que tende a "liquidar" ou a submeter também com a força armada, e é dirigente de grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governativo (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois,quando exerce o poder e mesmo se o tem fortemente na mão, torna-se dominante mas deve continuar a ser também "dirigente ". (Gramsci: 1978, 276).

Nessa passagem do "Ressurgimento", Gramsci aponta o caráter intelectual e moral da organização e construção da hegemonia através do pólo consenso/coerção. Gramsci também procura pensar o papel dos intelectuais e a organização da cultura.

> A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto da superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, ficando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para a cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de "privados") e o da "sociedade política ou Estado", que correspondem à função da "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico". Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 1982, p.10-11).

Esse extrato *d'Os Intelectuais e a Organização da Cultura* define também uma categoria e uma camada específica: os intelectuais. Estes podem ser o objeto concreto de uma análise científica, em seu contexto político e cultural em relação ao social e a tarefa da construção da consciência política em seus processos históricos. Os intelectuais são os agentes que podem se ligar "organicamente" aos novos grupos e aos novos interesses sociais. Os intelectuais ocupam um lugar privilegiado dentro da concepção de Gramsci de "bloco histórico", "*no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma - sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais*". (GRAMSCI, 1981, p.63).

Tais concepções orientam este exame das relações entre a formação da classe dominante paranaense e a criação da esfera regional do aparelho de Estado do Paraná.

O que nos interessa para a presente seção é o processo de constituição de uma identidade regional e a formação do conjunto de interesses homogêneos por parte da classe dominante local, ou seja, a constituição de uma consciência de si enquanto fração distinta da de outras frações da classe dominante e das outras classes subalternas. Este é um processo político-cultural de percepção de um grupo como agente singular e com condições de ser um ator político coletivo.

Karl Marx ao finalizar O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte, assim se referia à definição de classe em relação ao campesinato na França: "Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que os separam uma das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não se constituem numa classe". (MARX, [s.d.], p.277).

Observamos então que uma classe para se estruturar precisa não apenas de condições econômicas, mas de condições culturais que representem uma comunidade de interesses em termos de organização política. É um fazer-se como classe, uma experiência cultural que define uma classe para si. Ora, esse é o paradigma que norteia o trabalho de E. P. Thompson - *The Making of the English Working Class.*

A emancipação da Comarca de Curitiba da Província de São Paulo, em 1853, está vinculada ao processo de crescimento econômico e material das atividades de comercialização da erva-mate e do tropeirismo. Ambas promovem negócios de longa distância no mercado externo (mate) e no mercado interno (tropas); são atividades consideradas como fatores de desagregação da economia escravista e em franco processo de construção de relações capitalistas no final do século XIX. A questão que se apresenta é de que maneira um conjunto de proprietários de engenho de erva-mate, tropeiros, comerciantes e proprietários rurais da 5ª Comarca de São Paulo passariam a unificar os seus interesses com vistas à criação da nova província e organizariam uma intervenção homogênea na cena política do Império, durante o agitado período regencial e de estabilização do Segundo Reinado. A constituição de uma identidade regional e de um conjunto de interesses homogêneos da classe dominante local, baseada nessas atividades, articula um projeto cultural, um projeto político e uma intervenção na cena política de apoio à legalidade imperial contra as agitações do sul, a Farroupilha (1835-1845), e ao norte, a Revolta Liberal de Sorocaba em 1842. Estes acontecimentos revelaram na Corte, a importância do apoio político da 5ª Comarca de São Paulo, culminando na emancipação e na criação da nova província, de acordo com os costumes dominantes locais. Diferentes indivíduos, de diferentes frações locais da classe dominante regional teriam de articular um projeto regional, enquanto uma nova composição política, formando a "fração regional paranaense da classe dominante brasileira". Este é um projeto político-cultural.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

8.1 A CONSTRUÇÃO CULTURAL DA TENTATIVA DE HEGEMONIA

Podemos mapear o cenário cultural com o surgimento de textos e discursos que procuram organizar e escrever a memória das classes dominantes e construir o sentimento de comunidade política regional[73]. São as bases de um movimento de idéias denominado de "paranismo",[74] um imaginário da classe dominante paranaense. Existe uma relação envolvendo aspectos da produção cultural e de idéias do "paranismo" e a expansão e crise da fração ervateira da burguesia paranaense. Esse grupo social desenvolveu estratégias de construção hegemônica frente aos outros setores da classe dominante e às classes subalternas. Os elementos político-culturais elaboraram uma imagem, uma memória, um discurso sobre a identidade paranaense em suas relações com os interesses materiais dominantes no Paraná. A relação entre cultura e política pode ser concebida e destacada dentro de um processo histórico que apresente a riqueza da experiência de formação de uma classe em sua procura de auto-imagem e auto-identidade. A construção de sua consciência de classe, a representação política do imaginário social de uma classe.

O primeiro autor a apresentar um discurso sobre a comunidade "paranaense" foi Antonio Vieira dos Santos. Nascido em 1784 em Portugal, veio para o Brasil em 1797, fixando-se em Paranaguá. Serviu em cargos e funções públicas e religiosas. Inicia a historiografia paranaense com o lançamento de sua obra - *Memória Histórica, Chronológica, Topografica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e Seu Município*, concluída em 1850. Esta é uma descrição de aspectos geográficos, naturais e político-

---

[73]A reflexão sobre a produção das identidades e do imaginário regional em São Paulo foi desenvolvida por Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Ufanismo Paulista*: 1992. Em Minas Gerais, Maria Arminda Arruda do Nascimento, *Mitologia da Mineiridade*: 1989 e Ruben George Oliven, *A Construção Social da Identidade Gaúcha in A Parte e o Todo*: 1992.

[74]Estamos interessados na produção ideológica sobre o Paraná realizada por autores tradicionais como Ermelino Leão, Francisco Negrão, Romário Martins, David Carneiro e Bento Munhoz da Rocha Neto. Uma outra interpretação sobre o paranismo e alguns elementos de sua evolução pode ser encontrada em Luís Fernando Lopes Pereira, *Paranismo: o Paraná Inventado. Cultura e Imaginário no Paraná da I República*. (1997).

institucionais da Câmara de Paranaguá, a quem é oferecida a obra. No segundo volume, constam informações demográficas, econômicas e urbanísticas. Em 1851, publica a Memória Histórica, Chronológica, Topográfica e Descriptiva de Villa de Morretes e de Porto Real vulgarmente Porto de Cima.

Antonio Vieira dos Santos era um proprietário de engenho de erva-mate, os livros foram escritos no momento mais agudo da batalha institucional pela emancipação. É uma tentativa de se estabelecer culturalmente a comunidade paranaense, principalmente o eixo do litoral. Vieira dos Santos faleceria em 1854. Ele casou-se com Maria Ferreira de Oliveira, de uma das principais famílias do Paraná. Chegou a escrever a primeira genealogia paranaense sobre as famílias Freire e França, base do Terceiro Volume da Genealogia Paranaense de Francisco Negrão (v.3, p.32, 47).

Também em prol da emancipação da Comarca, vemos o trabalho de pressão política exercido no Anuário Sigaud e no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, através de artigos escritos pelo tropeiro curitibano, Francisco de Paula e Silva Gomes. É interessante a observação que naquela conjuntura do Império, já havia esse tipo de propaganda político-jornalística na Corte, onde Paula Gomes defendia e apresentava argumentos comprovatórios da necessidade da emancipação e da viabilidade da futura província. Paula Gomes não era homem de letras, mas um tropeiro e ardoroso defensor da emancipação. Continuaria na sua vida de tropeiro no sul, sendo assassinado perto de Cruz Alta em 1857.

Com a criação da nova província, o primeiro presidente, Zacarias de Góes e Vasconcelos, estabeleceria a primeira tipografia curitibana e o primeiro jornal, *O Dezenove de Dezembro* (em homenagem à data da lei que criou a província), que também cumpria o papel de boletim oficial dos atos e medidas do novo governo provincial. Para esse fim, veio para Curitiba, Cândido Lopes, que possuía a Tipografia Lopes em Niterói. O Dezenove de Dezembro perduraria até 1890, sendo um excelente documento político-

cultural para análise da sociedade paranaense durante o Império. Neles estão retratados anúncios, acontecimentos culturais, a vinda de companhias de teatro, as ocorrências de festividades, informações sobre tendências políticas etc.

Com o fim da escravidão, o aumento da imigração e a República, surgem outros desafios à hegemonia da classe dominante paranaense. O novo espaço do Estado do Paraná na República Federativa teria de ser redefinido. As questões de limites territoriais com outros estados (o Contestado com Santa Catarina e disputas com São Paulo e Mato Grosso) e a formação de uma sociedade civil burguesa, orientavam as problemáticas emergentes nas relações entre política e cultura no novo regime.

A resposta político-cultural a esses desafios foi a elaboração do movimento de idéias chamado o "paranismo". Três autores são responsáveis por essa efervescência: Ermelino Agostinho de Leão (1874-1932), Francisco Negrão (1871-1937) e Romário Martins (1874-1948).[75]

Podemos perceber que há um salto qualitativo na organização da cultura paranaense, com a inclusão de novos temas e assuntos. Novos aparelhos culturais surgem como o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense em 1900, o Centro de Letras do Paraná em 1912 e a Academia Paranaense de Letras em 1923. O "paranismo" pode ser avaliado como uma resposta de intelectuais ligados à classe dominante local frente às ameaças provenientes de outras classes dominantes regionais. Havia as ameaças nos problemas de limites e os problemas das crises da erva-mate na década de 20. Os autores eram vinculados tanto ao Estado do Paraná, quanto às atividades da erva-mate (pessoalmente ou com relações familiares próximas). Agostinho Ermelino de Leão (Título Rodrigues de França), Francisco Negrão (Título Rodrigues Seixas) e Romário Martins (através de sua mulher, Título Xavier Pinto), descendiam de tradicionais linhagens da classe dominante paranaense. (NEGRÃO, v.2-203, v.3-293, v.4-320).

---

[75]Ver o anexo parte 2, item 8. Os Intelectuais Paranistas.

Dentre os principais eventos culturais da República Velha no Paraná, destaca-se a criação da Universidade do Paraná, em 1912, de acordo com alguns critérios a mais antiga do Brasil, e apropriadamente denominada por Ruy Wachowicz de *Universidade do Mate* (1983), tal a sua relação com o ambiente ervateiro no Paraná. A criação da Universidade estava relacionada com as disputas territoriais no Paraná, sendo um grande desafio para a sua classe dominante elaborar uma identidade própria e responder principalmente às ameaças provenientes com os acontecimentos do Contestado com Santa Catarina. A Universidade também representaria parte do esforço de nacionalização e socialização dos imigrantes estrangeiros na cultura brasileira e local. Igualmente o Simbolismo constituiu um movimento forte no Paraná; um paranaense, Andrade Muricy, foi um dos seus grandes intérpretes em nível nacional. A precoce industrialização do mate, as colônias de imigrantes e o surgimento de uma classe média criaram uma atmosfera curitibana moderna o suficiente no começo do século XX para servir de base para propostas culturais alternativas, bizarras e exóticas.[76]

Esse investimento na construção cultural correspondeu a um processo de tentativa de hegemonia regional. Francisco de Oliveira ajuda a esclarecer essa questão ao definir região como "*o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição* " (FRANCISCO DE OLIVEIRA, 1978, p.29). Ora, o "paranismo" é uma interpretação cultural resultante de ameaças e problemas contra a classe dominante regional paranaense, em meados da República Velha. Os intelectuais que elaboraram o "paranismo" não deixariam de ser intérpretes dos receios e angústias da classe dominante paranaense, principalmente de sua fração ervateira com a crise da erva-mate e os litígios territoriais.

---

[76]Sobre as "*idéias*" na Curitiba do início do século, de caráter esotérico e anti-clerical, consultar Carlos Alberto de Freitas Balhana, *Idéias em Confronto* e Valfrido Pilotto, *A Estirpe Apostolar de Dario Vellozo*.

Retomando o argumento de Francisco de Oliveira: "Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de "região" que se queira introduzir seja a da dimensão política. Isto é, de como o controle de certas classes dominantes "fecha" a região. Essa dimensão política não é uma distância separada da econômica; pelo contrário, é ou será da imbricação das duas distâncias que poderá surgir mais completo o conceito que aqui se propõe, pelo menos na tradição teórica do marxismo. O "fechamento" de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de "produção" (FRANCISCO DE OLIVEIRA, 1978, p.31). A análise de Francisco de Oliveira ficaria mais ampla e inteligível com a presença da dimensão cultural e do conceito de hegemonia na definição dos aspectos do regionalismo. Porque o regionalismo também é uma produção cultural, a construção de uma classe dominante regional é um processo de construção de identidades, de valores e de experiências. O "paranismo" é uma resposta de crise da identidade da região. Logo, há um esforço, uma demanda por bens político-culturais em uma determinada conjuntura. Surge a "geração dos paranistas" (todos nasceram por volta de 1870). Em determinadas conjunturas, uma classe dominante produz um tipo de intelectuais e um tipo de discurso regionalista. (KEINERT, 1978).

Com a Revolução de 30 e o Estado Novo de 37, o regionalismo cede vez a um Estado autoritário e centralizador. Novas questões e novos desafios se colocam. No Paraná, ocorre a criação do território do Iguaçu, que subtrai uma parcela territorial do Estado. Alguns postos importantes na interventoria eram ocupados por adventícios. A identidade paranaense era questionada como se não existisse.

David Carneiro (1904-1990), membro de uma família de proprietários de engenho de erva-mate, escreve em 1944 o livro "*História Psicológica do Paraná*". O livro é uma das maiores tentativas de se estabelecer a "identidade paranaense". Está dividido em três partes: Alma, Aplicação Sociológica e Ação Cultural. É um balanço das condições históricas, morais, psicossociais e culturais da formação paranaense. O que teria motivado a realização

do livro seria um artigo feito por Wilson Martins, então possuindo cargo no Governo do Estado e considerado "adventício", por não ter nascido no Paraná. Martins, no seu artigo, negava a existência de atividades culturais no Paraná. A resposta de David Carneiro valeu-lhe um processo no Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo, do qual foi absolvido. (PUGLIELLI, 1991, p.17).

David Carneiro com o seu livro realiza o último e mais completo ato de uma forma de "paranismo". Inclusive, porque depois de 30, com a crise material da economia exportadora de erva-mate e os seus contínuos problemas devido ao crescimento da produção argentina em Missiones, a burguesia do mate perderia a sua direção no bloco de poder regional. Procura elaborar uma psicologia com o "*retraimento excessivo*", a "*complacência exagerada*", a "*antropofagia*" entre os paranaenses. Tudo isso acarretaria espaços para os "*adventícios*" terem posições de destaque e domínio. É o mais importante livro sobre o "paranismo". Ou seja, a reflexão intelectual já pensa a situação de um *status quo* em crise. Mas assim parece se situar a relação do pensamento com um contexto, que só é amplamente percebido, quando este está deixando de ser, tornado possível com uma crise.

David Carneiro tenta fundamentar as raízes de uma cultura paranaense, suas tradições, seus problemas, sua história, seus marcos e seus principais personagens. A própria formação da "comunidade política paranaense" é discutida no livro. Na última parte, Carneiro discute a "incrementação de uma unidade cultural", mostrando a sua percepção e grande sensibilidade nas relações entre política e cultura.

> A tradição é indispensável, tradição doméstica, como tradição coletiva, de comuna ou município ou província, para que nelas se forme a consciência política, essa mesma consciência política que ainda não existe para o paranaense como há para o gaúcho, o paulista, e o mineiro; e ela só se pode formar aos poucos, com esforço lento e perseverante, quer seja empírica ou sistemática essa formação de consciência que enfim há de vir.
> Façamos alguma coisa; pregando um sermão, escrevendo um verso ou colocando uma pedra num edifício, o essencial é não parar em meio do caminho. Seguir no século seguinte, bem como nos consecutivos, a missão individual e coletiva que vimos apontando, é tornar-nos dignos do que têm escrito, pensado, ensinado, estabelecendo grandeza que existe, embora desconhecida da grande maioria. Tal é a missão geral de todos nós.
> É brasilidade e paranismo, porque este sentimento não se separa daquele, para os que nascem na terra das araucárias!..." (CARNEIRO, 1944, p.107).

8.2 CRISE E RECRIAÇÃO

A partir da redemocratização de 1945, o Paraná já sentia o peso das novas áreas de expansão. O norte cafeeiro e o sudoeste colonial criavam novos Paranás a partir da ocupação paulista-mineira ao norte e gaúcho-catarinense ao sudoeste. A fração ervateira era substituída por novos grupos politicamente ativos nas tarefas de direção política.

Wilson Martins publica em 1955 o livro "*Um Brasil Diferente*", em que trata do impacto dos imigrantes no Paraná, o Paraná europeu e loiro. Enfim, o Paraná resultante da imigração e colonização. Nada que lembre o esforço de continuidade do "paranismo" em situar uma comunidade política tradicional no Paraná. O próprio Wilson Martins polemizara com David Carneiro anos antes.

Também em 1953, Temistocles Linhares lança "*Paraná Vivo*", tratando de uma nova síntese entre o Paraná tradicional e os novos Paranás. A família de Linhares também era oriunda dos antigos quadros sociais da erva-mate, seu pai foi Edgard Cordeiro Linhares, abastado industrial da erva-mate, casado com Cecília de Bittencourt. (NEGRÃO, p.27, v.5).

A expressão política das velhas elites paranaenses na década de 1950 foi *Bento Munhoz da Rocha Neto* (1905-1973).[77] O governo de Bento Munhoz da Rocha foi uma tentativa de se acompanhar as imensas transformações que o Paraná conhecia na década de 1950. Sua tarefa foi a de consolidar Curitiba como capital de todo novo Paraná, no que criou o "Centro Cívico" em Curitiba, um distrito contíguo ao centro urbano e sede de órgãos do Estado. Sua ação cultural também foi atenta a novidades e demandas de novas forças sociais regionais. Bento, enquanto intelectual e político, herdeiro das velhas

---

[77]Filho e genro de governadores da República Velha, ele mesmo foi governador do Paraná (1951-55). Bento foi presidente por quatro vezes do Círculo de Estudos Bandeirantes de Curitiba, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, membro da Academia Paranaense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Centro de Letras do Paraná. Professor Emérito da Universidade Federal do Paraná. Bento foi professor de sociologia e escreveu vários livros sobre temas sociais políticos.

tradições da antiga fração ervateira (sua família era proprietária de engenhos), soube criar bases administrativas e ideológicas para o novo Paraná em rápida expansão econômica. Deixou uma obra de síntese, no plano administrativo, institucional, político e cultural. (KUNHAVALIK, 1996).

Separamos algumas passagens escritas por Bento, como introdução ao livro "*História do Paraná*" de 1969. "Da Necessidade de Divulgação da História Paranaense":

> Nenhuma região brasileira tanto quanto a paranaense, exige, atualmente, não apenas a ampliação das pesquisas de sua História, de que Romário Martins plantou os marcos definitivos, mas, sobretudo, sua divulgação intensiva.
> O Paraná povoou-se subitamente, diante dos nossos olhos. De repente ficou cheio, numa geração que pode assistir o coroamento da longa preparação, com que as lideranças do passado, com plena consciência das possibilidades paranaenses, foram delineando a realidade de hoje.
> Toda a atual expansão paranaense esteve antes na mente dos homens que tiveram as responsabilidades, tanto políticas quanto sociais e econômicas, em nosso Estado.
> Nada do que se tem feito deixou de ser previsto, numa quase intuição da gente de vanguarda, em nosso passado. (MUNHOZ DA ROCHA, 1969, p.11).

E ainda:

> É preciso dizer a gente nova do Paraná que superação não é negação pura e simples, nem negação de tudo, mas antes, desde que o sentido dialético está implícito em sua inspiração –ainda que com seu desconhecimento – a superação é negação mas, ao mesmo tempo, absorção.

"*A gente nova do Paraná precisa conhecer a formação da terra que é sua, e é, sobretudo, a terra de seus filhos. Precisa saber porque o Paraná atraiu, chamou com tanta força, em determinado momento. Precisa conhecer a diversidade do Paraná para compreender como ele é. Para perceber a síntese que o Paraná representa*". (MUNHOZ DA ROCHA, 1969, p.17).

Teoricamente, a fala de Bento tem correspondência nesta reflexão de Raymond Williams:

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é exceto analiticamente, um sistema ou estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com

pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembramos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recuada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que são as suas próprias pressões. (WILLIAMS, 1984, p.115).

PARTE 3

INSTITUIÇÃO DA CLASSE DOMINANTE

1 ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1.1 QUESTÕES TEÓRICAS

A grande tarefa de se trabalhar com o Estado passa pela construção de teorias que o reconheçam como instituição relativamente autônoma, sem os problemas do reducionismo (seja estatal ou societal). A questão de uma teoria mais ampla do Estado consiste em uma orientação heurística, que valorize a pesquisa e os Estados concretos, em conjunturas históricas bem definidas.

Pensamos que as relações entre as classes dominantes e o Estado podem ser estabelecidas estruturalmente. Somente através da pesquisa estas relações estruturais podem ser apreendidas e demonstradas. As ações políticas concretas se revelam em sua riqueza e singularidade frente ao Estado em estudos de caso bem fundamentados e documentados.

O Estado é uma organização política e institucional que expressa os interesses da dominação de classe; é uma entidade distinta da classe dominante e diferenciada das classes. O Estado brasileiro é uma ramificação e um desdobramento do Estado português de alguns séculos atrás. Sendo o Estado lusitano a primeira experiência de Estado Nacional, a sua presença é muito acentuada na formação brasileira.

> O Estado, não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século décimo nono. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução da Família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. (...) (BUARQUE DE HOLANDA, 1963, p.129).

A proposta marxista inspirada em Poulantzas: 1977 e realizada por Décio Saes: 1994, oferece uma concepção relacionando o Estado e a dominação de classe. A sua problemática teórica é a dos tipos de Estados em correspondência com tipos diversos de relações de produção. Essa concepção do Estado oferece a análise da reprodução das relações de produção através das diferentes formas do direito, compreendido como um sistema de normas imperativas que dominavam ideologicamente os agentes da produção, disciplinando e regularizando as suas múltiplas relações. O Direito não apenas engloba as suas instituições efetivas mas também a lei e a condução da sua aplicação (SAES, 1994, p.34).

A outra estrutura que é propriamente política é o burocratismo do Estado, o sistema de organização da burocracia. Cada tipo de Estado apresenta um modo de atuação na reprodução das relações sociais de produção e logo, um modo de organização dos recursos materiais e humanos do Estado em relação aos outros aspectos da sociedade e economia. (SAES, 1994, p.38).

A transformação burguesa do Estado brasileiro pode caracterizar rupturas e modificações estruturais no aparelho de Estado e nos seus elementos. Mesmo assim, existem materiais para definir-se teoricamente o Estado Imperial, ainda que sejam necessários estudos mais específicos da dimensão política do Império e reveladores dos processos políticos.

Um Estado como o Império brasileiro possui uma história precedente. Existe toda uma herança político-administrativa que em termos institucionais, resulta em um efeito de inércia institucional. Na esfera regional, observamos como a estrutura das Capitanias se prolonga pelo Império e pela República, em certos aspectos institucionais. Esses mecanismos institucionais da esfera regional do Estado no Brasil possuem específicas correspondências com a possibilidade de uma esfera regional do Estado, estruturada na presença de economias regionais como centros de referência e poder no Brasil. A existência do regional no Brasil seria um fenômeno de longa duração. A longa estruturação da esfera regional do Estado no Brasil e a sua

continuidade é um dos traços mais característicos da política nacional. Também é uma questão de se analisar o seu aparato institucional e organizacional como uma estrutura modeladora de comportamentos políticos. Nesta questão da esfera regional do aparelho de Estado no Brasil, o processo de formação e evolução do Estado leva a uma determinada configuração da sociedade, a um *locus* da representação política e dos conflitos políticos brasileiros.

As questões colocadas pela concepção neo-institucionalista podem servir como uma orientação imediata. Theda Skocpol em seu artigo "*Bringing the State Back In*" (1993), apresenta renovado interesse na percepção de análise do Estado como ator e como estrutura institucional configuradora da sociedade. O foco de análise do papel dos Estados em relação às economias e sociedades, capacitaria a análise de numerosas entidades de Estados-sociedades concretos, em posições competitivas e interdependentes. Esta concepção neo-institucionalista teria como inspiração os conceitos de Max Weber sobre o Estado. Estes contrastam com as análises mais centradas na sociedade civil, características da conjuntura dos séculos XVIII e XIX nas formações mais desenvolvidas da Europa Ocidental, onde uma sociedade burguesa em progresso, conflitaria com Estados que seriam remanescentes parciais do Antigo Regime. A emancipação da Comarca de Curitiba faz também parte do processo de construção do Estado Imperial e foi orientada em boa parte pela burocracia deste Estado.

A formação da esfera regional de um Estado revela a própria lógica da formação dos Estados, bem como os efeitos da sua estrutura institucional nos objetivos, capacidades e alianças dos grupos politicamente ativos. O processo político-institucional condiciona ritmos e padrões de políticas governamentais, a partir da ação de grupos sociais. As distintas estruturas dos Estados influenciam possibilidades de ação coletiva e alianças políticas.

O neo-institucionalismo como perspectiva de análise do Estado lança luz sobre o papel da estrutura institucional do Estado no desenrolar dos acontecimentos históricos. Também proporciona um resgate da história administrativa, do direito administrativo e do escopo de competências institucionais em determinado Estado. A relevância da

perspectiva é ainda mais apropriada para a análise do Estado-Socidade brasileiro. Herdeiro do Estado lusitano, a preponderância do Estado na história brasileira é marcante. Ao contrário de uma perspectiva mais centrada na sociedade burguesa em formação, como alguns casos na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, no Brasil, o peso do Estado, enquanto ator e configurador de relações sociais é bastante destacado. A emancipação do Paraná não contaria com os escravos e nem com os homens pobres livres porque eles não possuíam cidadania e nem participavam das decisões. A emancipação foi, principalmente, um movimento de dentro das instituições imperiais.

Com as considerações apresentadas, podemos investigar os seguintes eixos que definem o tipo de Estado Escravista Moderno: o direito, o burocratismo, a política de Estado, a relação entre as classes dominantes e a estrutura, a forma e as principais políticas de Estado. Décio Saes começou a tarefa em seu livro, *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)*. Há a disponibilização do direito brasileiro (1831-1888), do modo de organização do aparelho de Estado, quanto a sua burocracia (funcionalismo, judiciário, Guarda Nacional), da política de Estado (política relacionada à escravidão, às terras, política tributária, monetária, financeira, imigração) e sua relação e definição como elementos do Estado Escravista Moderno, em sua garantia e reprodução da ordem escravocrata.

A esfera regional do Estado Imperial foi uma experiência de como se formou o caráter centralizado do Império. Desde a centralização promovida no Rio de Janeiro, com a vinda da família Real em 1808, até o processo de Independência, articula-se um centro de poder na Corte através da Constituição de 1824, que resiste a todas as provas, inclusive a tentativa descentralizadora promovida pelo Ato Adicional de 1834. Com as explosões sociais e políticas conhecidas como as rebeliões regenciais, segue-se o período conhecido como o "Regresso" de 1837, que reafirma o caráter centralizador do Império, com a Lei da Interpretação e as Leis de 1840 e 41. A riqueza da cena e do processo político resulta em análises que apresentam a esfera política como um campo relativamente autônomo,

onde grupos politicamente ativos, indivíduos e partidos disputam posições, realizando o conflito político.[78]

Se delimitamos como objeto a esfera regional do aparelho de Estado Imperial, possuímos um marco temporal (1822-1889). A tarefa inicial é a descrição do organograma da estrutura institucional do Estado, para que possamos situar a questão regional. Esta é a tarefa imediata da análise do objeto. É a visão do todo, a apresentação da estrutura institucional de um Estado. Em primeiro lugar, identifica-se uma organização política e administrativa. O Império brasileiro consiste na sua Constituição, na sua divisão de poderes, nos seus ministérios, nos Conselhos de Estado, na Câmara dos Deputados, no Senado, na justiça, na sua esfera regional (com as províncias) e na esfera municipal (com os municípios). Podemos conhecer as estruturas institucionais, suas subdivisões, suas atribuições, sua lógica de funcionamento, suas relações políticas internas e externas. Também temos acesso às regras do sistema eleitoral e ao programa dos partidos políticos. O imediato é o início do processo de conhecimento, com o acesso às informações que descrevem o Estado como uma organização e um sistema administrativo, burocrático, tributário, jurídico e militar, em seu funcionamento e em suas disposições.

O período Imperial é significativo porque é o período de formação do Estado Nacional. A estrutura administrativa[79] do Império era pautada pela Constituição outorgada de 1824 com as suas reformas constitucionais. O poder moderador era delegado privativamente ao Imperador. O poder executivo era chefiado pelo Imperador que o exercia através dos ministros de Estado. Eram seis os Ministérios: Império, Estrangeiros,

---

[78]Quanto aos estudos das elites políticas no período, existe o excelente estudo de José Murilo de Carvalho - "*A Construção da Ordem - A Elite Política Imperial*", seguido da segunda parte, "*Teatro de Sombras - A Política Imperial* ". É uma análise da formação, composição e papel da elite política no Brasil Imperial. A segunda parte é mais diretamente relacionada com o Estado, como as políticas do orçamento, da abolição, de terras e o Conselho de Estado. Como o livro procura discutir mais a elite política, não há uma preocupação direta com a teoria do Estado, ainda que muitas análises passem substancialmente pelo Estado. José Murilo de Carvalho não oferece um conceito de Estado, porque também esse não é o seu objetivo.

[79]Para as informações institucionais da organização do Império foi consultada a obra de Vicente Tapajós, *História Administrativa do Brasil*. Volume 9. *Organização Política e Administrativa do Império*: 1984.

Justiça, Fazenda, Guerra e Marinha. Dez formações ministeriais no Primeiro Reinado. (1823-1831). Treze no período regencial (1831-1840). Trinta e seis no Segundo Reinado (1841-1889). Em 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros e formalizado o governo de gabinete, com o parlamentarismo do Segundo Reinado.

No Primeiro Reinado foram criados dois Conselhos de Estado,[80] colocar uma pequena nota situando quais eram. O mais importante foi o terceiro, o criado no Segundo Reinado, em 1841, com doze conselheiros ordinários e doze extraordinários. Importante órgão de consulta e elaboração política, que durará até o final do Império.[81]

O poder legislativo era composto pela Assembléia Geral. Esta era formada pela Câmara dos Deputados (mandato temporário de 4 anos) e pelo Senado (vitalício). O sistema eleitoral e os partidos políticos ilustravam as disputas entre diferentes interesses na classe dominante.

O poder judicial era dividido em juizados de primeira instância (juízes de paz, municipais, de direito, de órfãos e o conselho de jurados). As Relações e o Supremo Tribunal de Justiça se ocupavam das questões mais importantes que não eram resolvidas nas instâncias de base. Os códigos (criminal, comercial). No direito observava-se a base legal da escravidão.

A administração provincial representava a esfera regional do aparelho de Estado. Possuía o poder legislativo, composto inicialmente pelos Conselhos Gerais, substituídos pelo Ato Adicional de 1834 pelas Assembléias Legislativas (com deputados provinciais eleitos). O poder executivo era a Presidência das Províncias, cargo nomeado pelo Imperador e por ele destituível.

A organização da esfera local do aparelho de Estado era representada pela administração municipal. As tradicionais Câmaras Municipais com as suas estruturas políticas locais.

---

[80]O primeiro foi criado logo após a dissolução da Constituinte em 13 de julho de 1823. O segundo foi criado após a outorga da Constituição e se reuniu em 24 de abril de 1824.

[81]Ver *O Conselho de Estado. O Quinto Poder*? José Honório Rodrigues. Senado Federal, Brasília. 1978.

2 DA DIALÉTICA ENTRE O ESTADO E A CLASSE DOMINANTE

Na introdução da presente tese, nós nos referimos as duas tradições da sociologia política brasileira. A primeira formulação representada por Nestor Duarte aponta a ordem privada como o fator central da evolução política brasileira. A segunda interpretação coloca a presença do Estado como o elemento primordial na nossa história política. Os estudiosos desses eixos de análise são apresentados no quadro a seguir.

ÊNFASE NA ORDEM PRIVADA	ÊNFASE NO ESTADO
Nestor Duarte - *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*	Raymundo Faoro - *Os Donos do Poder*
Maria Isaura Pereira de Queiroz - *O mandonismo local na vida política brasileira*	Vitor Nunes Leal - *Coronelismo, Enxada e Voto*
Richard Graham - *Patronagem e Política no Brasil do Século XIX*	José Murilo de Carvalho - *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*
Simon Schwartzman - *Bases do Autoritarismo Brasileiro.* (São Paulo)	Simon Schwartzman - *Bases do Autoritarismo Brasileiro.* (Rio de Janeiro e Minas Gerais)

A compreensão da história política brasileira só pode ser empreendida através da sua explicação enquanto um processo dinâmico em curso. Nesse processo, as teses parciais podem ser sintetizadas em um movimento concreto nas relações de formação entre a classe dominante e o Estado.

A tese da ordem privada ganha sentido ao analisarmos as práticas políticas da classe dominante frente ao aparelho de Estado. Quanto mais local for a sua esfera e mais antiga na história colonial, maior será a tendência do controle privatizante e patrimonial das classes dominantes. O tradicional mandonismo, através do qual os poderosos se utilizavam do Estado.

Já a tese da forte presença do Estado nos fenômenos sociais, econômicos e estratégicos da formação brasileira aponta para o relevante papel do Estado na configuração nacional.

A síntese dialética entre as duas posições já foi vislumbrada por alguns autores. Fernando Uricoechea em O Minotauro Imperial - "O esquema proposto por este trabalho como o mais adequado à interpretação dessa questão durante o Império é aquele que concebe a interação da autoridade central com o poder local como um processo complexo, composto de antagonismos relativos, identidades relativas, e autonomias relativas entre os dois atores. O Estado gozava de uma relativa autonomia que lhe permitia eventualmente antagonizar grupos privados e vice-versa. Simultaneamente, compartilhava-se de algum grau de identidade com grupos privados que tornaram possível a esse poder antagonizar outras facções, e assim sucessivamente. Nem um monismo administrativo, nem um monismo agrário podem capturar dialeticamente todos esses aspectos do processo histórico. Era da essência do processo certo dualismo que se manifestava, por um lado, num governo relativamente centralizado e, por outro, numa oligarquia agrária relativamente poderosa, sendo que a eficiência daquele – dada a natureza patrimonial e diletante do governo local – dependia da cooperação litúrgica angariada desta última. Cada um deles era fraco sem o outro. Afirmar qualquer dos dois independentemente do outro é fazer violência ao desenvolvimento concreto e transformar o que essencialmente representa um antagonismo dialético numa cadeia de estágios evolutivos - no melhor dos casos - ou, no pior deles, ignorar o momento oposto do processo caindo então num monismo arbitrário". (URICOECHEA, 1978, p.108-109).

Em nossa opinião, os conceitos de feudalismo e de patrimonialismo são insuficientes para a análise da formação social brasileira. Ainda que possam ser utilizados para ilustrar aspectos específicos de algumas relações políticas, não conseguem apreender a lógica de funcionamento mais geral da sociedade de classes. Julgamos mais conveniente a conceituação do modo de produção escravista colonial como definido por Jacob Gorender, 1985 e de Estado escravista colonial como apresentado por Décio Saes, 1985.

A dialética entre a ordem privada e o Estado também foi apreendida por Décio Saes: "Portanto, o Estado escravista colonial é, simultaneamente, o Estado das classes

dominantes locais e o Estado das classes dominantes portuguesas. Ao propor tal fórmula, não queremos fechar os olhos para as contradições que se desenvolveram entre os dois pólos ou mesmo no seio das classes dominantes locais; queremos, isto sim, sublinhar a necessidade de se levar em conta a unidade entre eles, inclusive para compreender a verdadeira natureza das contradições que se estabeleceram entre ambos. Para que possamos melhor compreender essa relação complexa, onde coexistem a unidade e a contradição, devemos aplicar, na análise do Estado escravista, o conceito que Poulantzas desenvolveu no quadro de uma teoria do Estado capitalista: o conceito de bloco no poder. Segundo Poulantzas, "...o bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes, sob a égide da fração hegemônica". (SAES, 1985, p.93).

A ênfase na ordem privada é o espaço político da ação dos grupos da classe dominante local. Geralmente são os proprietários rurais e os comerciantes locais na sua ação frente ao aparelho municipal do Estado ou os cargos locais e regionais. O seu papel enquanto fração da classe dominante subalterna dentro do bloco no poder indica a sua fragilidade perante as esferas superiores do aparelho de Estado. No período colonial, a fração hegemônica se identifica com os grandes grupos mercantis e com a alta nobreza da Corte em Portugal. No Brasil Imperial, a grande propriedade exportadora escravocrata iria cada vez mais perdendo a sua hegemonia dentro do bloco no poder para os grandes grupos mercantis e a nova burguesia cafeeira no fim do século XIX.

O conceito de bloco no poder apresenta as conexões entre as diferentes frações da classe dominante e o Estado. É a unidade contraditória das relações políticas envolvendo os conflitos entre as classes e as frações da classe dominante. A unidade do poder de Estado é realizada pela fração hegemônica (Poulantzas: 1977, 298). O Estado representa todas as frações e grupos da classe dominante de maneira diferencial e contraditória. As disputas e os conflitos entre frações da classe dominante e o Estado são muito comuns. Mesmo o senhoriato rural que controlava o aparelho municipal do Estado conhecia determinados aspectos da autonomia relativa da ação dos quadros do Estado.

A presença do Estado se fazia sentir também em nível municipal. As vilas do sul do Brasil (Laguna, São Francisco do Sul, Curitiba e Paranaguá) receberam entre 1719 e 1721 a visita do Ouvidor e Corregedor Geral da Capitania de São Paulo - o Ouvidor Pardinho. O desembargador Rafael Pires Pardinho é um paradigma de carreira burocrática no século XVIII. Formado em leis em Coimbra. Juiz de Fora nas vilas de Santiago de Cassem e Lines (CARNEIRO, 1963, p.297). Fazia parte da Relação do Porto quando foi nomeado para a Ouvidoria de São Paulo. Retornou para ser desembargador da Casa de Suplicação de Lisboa. Novamente vem para o Brasil para ser o primeiro Intendente dos diamantes no Tijuco, Minas Gerais, quando já tinha setenta anos. Em 1736 reformou o regimento dos guardas-mores e superintendentes de Minas. Voltando para Lisboa, morre com mais de noventa anos como Ministro do Conselho Ultramarino. O Ouvidor Pardinho praticamente recriou as Vilas do Sul.[82]

---

[82]Um exemplo de sua atuação em São Francisco do Sul: " Como se depreende ao at. 26 dos Provimentos da correição efetuada em Paranaguá, determinou também que o cargo de capitão-mor fosse preenchido por eleição, de acordo com o Regimento das Ordenanças e leis extravagantes, o que não não se fizera aqui até então, e, possivelmente, como em Paranaguá, proveu, de conformidade com as Ordenações, sobre a obrigação que tinham os juízes e oficiais da Câmara e "homens bons da governança", de frequentar o culto divino, dando assim, exemplo aos demais moradores da vila; da Câmara assistir incorporada à procissão de Corpus Christi, acompanhando com as suas varas o Estandarte até a matriz, sob pena de multa de duas patacas: dos habitantes da vila e seus arredores assistiram também à mesma solenidade, sob pena de multa de uma pataca, e de todos os moradores das ruas por onde passasse a procissão mandarem roçar a testada de suas casas e enfeitá-las com palmas, ramos e outros ornamentos, sob pena de multa de duas patacas: recomendou-se a defesa da terra, evitando-se a invasão de estrangeiros e a incursão de corsários que a todo o instante roubavam as posições do Sul e outras do Estado; regularizou a eleição de juízes e oficiais da Câmara e almotacéis, admoestando-lhes que observassem, no que lhes dissessem respeito, as Ordenações do Reino, de que mandaria para aqui um exemplar; organizou a escrituração da receita e despesa do conselho; ordenou a cobrança dos subsídios de todas as bebidas e peças de pano de algodão que se vendessem na vila; proibiu que os juízes e oficiais da Câmara tributassem o povo; determinou que anualmente se pusessem em praça os subsídios, firmando a Câmara contrato com os que por eles mais dessem; recomendou que a Câmara comunicasse ao general governador da Capitania todos os fatos que ocorressem, tais como o aparecimento de navios estrangeiros na costa, a sua chegada ao porto e se nele fizeram desembarque; que a mesma Câmara não consentisse, pelos meios ao seu alcance, que nenhum navio estrangeiro entrasse no porto e examinasse a sua entrada e ancoradouro, e que ninguém entrasse em relações comerciais com a sua tripulação, sob pena de perder todos os seus haveres; estabeleceu a obrigação de ser declarada à Câmara a quantia de ouro extraída, afim de que os faiscadores fossem a Paranaguá pagar o quinto real; deixou instruções sobre a nomeação e os deveres do escrivão da Câmara e do tabelião, sobre devassas gerais, prisões, inventários, dinheiro, curadores e tutores de órfãos, testamentos, bens de ausentes, regimento de custas; enfim proveu sobre uma infinidade de coisas tão

Os interesses do Estado em termo geral sempre se relacionaram com a fiscalidade, a questão da arrecadação e extração de recursos das localidades. O eterno problema dos impostos e as suas estruturas de captação. As frações das classes dominantes locais sempre foram alvos preferenciais. Um outro interesse eram as formações militares e a geopolítica conduzida pelas esferas superiores do Estado. A estratégia ofensiva dirigida pela dinastia dos Braganças (de D. João IV-1640 até D. Pedro II-1889) de expansão ao sul, sempre demandava recursos humanos e materiais para as expedições de conquista e guerra na bacia do Prata. Os recrutamentos forçados e as requisições de produtos eram o preço a ser pago para as incursões contra os kaingangues e os castelhanos ao oeste e ao sul.

A relação entre a classe dominante e o Estado não pode nem deve ser analisada como uma relação isenta de contradições. Existem os conflitos entre as diferentes frações da classe dominante pela égide e direção nas políticas governamentais e os confrontos do Estado como representante coletivo e geral dos interesses da classe dominante contra os interesses imediatos e particulares de membros dessa própria classe. Os exemplos da força do Estado no cumprimento de suas tarefas e metas políticas na história do Paraná Colonial e Imperial são abundantes,[83] o que não invalida a tese de que o Estado representa e defende a ordem e os interesses da classe dominante como um todo frente aos setores subalternos.

---

minuciosamente que deveria ter posto em embaraços a gente da governança ainda não afeita aos negócios intrincadíssimos da administração e da justiça tal como Pardinho, estrito cumpridor da lei, agora vinha estabelecê-los, sujeitando os responsáveis pelos destinos da vila e penalidades rigorosas e sobrecarregando-os de encargos jamais imaginados nestes confins, até então entregues aos caprichos dos mais hábeis e dos mais espertos." (Costa Pereira, 1984, p.70-74-75).

[83]No período pombalino, o tenente-coronel Afonso Botelho determina uma série de medidas militares para exploração, conquista e defesa do Paraná que demandavam pesados recursos para a sociedade regional em sua pobreza. A pequena classe dominante regional e a população pobre tinham de arcar com as solicitações provenientes do Estado sem condições de protesto (Carneiro: 1986). O primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, veio disposto a mostrar o rigor da sua autoridade na condução das coisas públicas. Por pequenos incidentes no cumprimento burocrático mandou prender Manoel Ribeiro de Macedo, membro da família Macedo e demitiu o Procurador da Fazenda Provincial, José Matias Gonçalves Guimarães, Deputado Provincial, 5^0 Vice-Presidente da Província e Chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional da Capital, membro do importante clã regional dos Guimarães. (Carneiro: 1994, 72-73), (Negrão, V2, 267).

No bloco no poder regional consideramos a fração ervateira como a fração hegemônica da classe dominante regional. Esta fração será o segmento de maior poder e influência na condução das políticas governamentais da Província do Paraná. O poder da fração dos grandes proprietários ligados ao tropeirismo e a pecuária também é muito importante, desafiando em vários momentos a hegemonia da fração ervateira. A legislação ervateira do Paraná será um dos melhores exemplos dos atendimentos dos interesses ervateiros por parte da esfera regional do aparelho de Estado no período estudado.

3 CONSTRUÇÃO DA ESFERA REGIONAL DO ESTADO NO BRASIL

A formação do aparelho regional do Estado no Brasil é parte fundamental da história do Estado e da história política brasileira. Apesar disso, existe certa carência de estudos políticos cobrindo o nível da esfera regional do Estado no Brasil. São poucos os estudos diretos, se comparados com a esfera local do Estado (os municípios) e com a esfera central (Governo Geral, Império e República).

A construção do aparelho regional do Estado Colonial é uma obra relacionada com a expansão territorial e com o estabelecimento de economias e sociedades regionais na vasta colônia portuguesa da América do Sul.

Um aspecto que denota atenção na estrutura institucional do Estado brasileiro é a continuidade e a persistência da esfera regional do aparelho de Estado.

A gênese da esfera intermediária do Estado, representada pelo desenho das Capitanias Hereditárias entre 1534 -1536, lança um padrão original dentro da tarefa de colonização e de formação do Estado Colonial. Elas articulam as primeiras estruturas políticas e administrativas do Estado brasileiro (TAPAJÓS, 1983), (GRAÇA SALGADO, 1985). Desse projeto original de implantação da colonização do Estado frutificaram a Capitania de Pernambuco, a do Espírito Santo e a de São Vicente (São Paulo), que atravessariam toda a história política brasileira a partir de sua criação institucional entre 1534-36.

A estrutura administrativa das capitanias não apresentava padrões regulares e sistematizados. Conflitos de jurisdições e de vinculações político-administrativas eram comuns. Em 1663, porém, já passa a existir um único Regimento Geral para os Capitães-Mores, emitido pelo Governo Geral com a intenção de proceder à padronização administrativa. No entanto, a estrutura continua incoerente e flexível nas relações entre o

Estado português nos seus órgãos metropolitanos, o Governo Geral, as principais Capitanias, as Capitanias Subalternas e as Capitanias Hereditárias.

Com a riqueza do ouro fluindo no início da século XVIII, em 1709 é extinta a Capitania Hereditária de São Vicente, sendo criada a Capitania Real de São Paulo e Minas. Em 1720 estas são separadas nas distintas Capitanias de São Paulo e Minas Gerais. Em 1718 a Capitania do Espírito Santo é incorporada à Coroa. Em 1738 começa o governo de Santa Catarina, distinto mas subordinado ao do Rio de Janeiro. Em 1748 são criadas as Capitanias de Goiás e de Mato Grosso. Em 1758 origina-se o Piauí. Em 1760, o Rio Grande de São Pedro forma-se como capitania subordinada ao Rio de Janeiro.

O período pombalino, de 1750-1777, promoveu uma política de centralização administrativa. Em 1763 o Rio de Janeiro passa a sede do Governo Geral. Em 1774 é extinto o Estado do Maranhão e Grão Pará. Pombal também acelera a extinção das últimas Capitanias Hereditárias, tarefa incluída no fortalecimento e na centralização do poder real, característica do seu período.

O período joanino representa a criação de componentes da infra-estrutura institucional no Brasil, sede do Reino Unido. A Capitania de Alagoas é criada em 1817, após o movimento revolucionário pernambucano. Sergipe também é reorganizada por D. João VI, em 1820. A política dos Braganças no Brasil será a política de se combater revoltas com o regionalismo. Alagoas foi emancipada devido à rebelião de Pernambuco, no período de Dom João VI. O Paraná foi emancipado como reflexo da Sedição de Sorocaba, no período de Dom Pedro II.

A formação da estrutura institucional regional do Estado principia em 1534-36; organiza-se no período pombalino e é completada no início do século XIX. No final do Reino Unido são dezoito as capitanias que se transformariam nas dezoito províncias do Império (não contando a efêmera incorporação da Cisplatina).

As capitanias possuíam uma base organizativa, administrativa e política com poderes tributários, fazendários e jurídicos. Constituíam unidades de poder desenhadas no período colonial e que se destinavam à longa duração.

Duas novas províncias surgem durante o Império, sendo que ambas tiveram experiências, ainda que frágeis, como Capitanias Subalternas: o Amazonas em 1850 e o Paraná em 1853.

As vinte províncias do Império transformam-se nos vinte Estados da República.

A grande questão que se coloca do ponto de vista da teoria do Estado, sob a perspectiva institucionalista, é a indagação da maneira pela qual esta mesma estrutura geo-institucional e geopolítica se adapta ao Estado Colonial, ao Estado Imperial e ao Estado Republicano. As mudanças internas na estrutura institucional da esfera regional do Estado devem atender às próprias transformações do Estado em suas tipologias e formas de organização. Mas há continuidade e inovações na estrutura institucional da esfera regional entre formas de Estado unitárias ou federativas, e mesmo entre tipos de Estado em relação à dominação de classe escravista moderna ou burguesa.

O fato é que desde os últimos anos do Reino Unido, passando pelos primórdios da independência e a consolidação do sistema político do Império, as províncias são o *locus* da representação política.

Isto significa que a estrutura institucional da esfera regional do aparelho de Estado é a condição da representação política; forma a própria base da representação política.

Dada essa condição política na história do Estado brasileiro, podemos observar que os conflitos políticos ocorridos na sociedade são substancialmente filtrados e mediados pela estrutura institucional da esfera regional do Estado. A evolução política brasileira convive com essa marca institucional.

Mesmo com a industrialização, a questão da mediação dos acontecimentos políticos por meio das instituições regionais ainda é uma realidade, como na redemocratização de 1945, na crise de 1961, no movimento de 1964 ou mesmo na redemocratização e nas eleições de 1982, por exemplo.

Observa-se que a específica formação do Estado brasileiro pode ser um importante elemento na configuração das relações políticas no Brasil. Os efeitos e a

organização da estrutura institucional do Estado influenciam os objetivos, as metas, as capacidades e as alianças entre os grupos politicamente ativos. Basta pensar a relação entre os grupos sociais conservadores do Nordeste e a burguesia de São Paulo, através da estrutura institucional do Estado brasileiro. Este pacto político que caracteriza o Estado brasileiro depois de 1930, por exemplo, revela a capacidade de construção do capitalismo com desenvolvimentos desiguais e associados na sociedade brasileira, o novo e o arcaico convivendo dentro de condições de possibilidade oferecidas pelas estruturas institucionais do Estado, sobremaneira através do desenho e da configuração de sua esfera regional de poder político. As elites políticas dos Estados nordestinos e a burguesia paulista dividem espaços, papéis e benefícios dentro de seus interesses representados nos marcos institucionais do Estado brasileiro (Aspásia Camargo: 1992).

4 ESTRUTURA JURÍDICO-POLÍTICA

Uma interpretação oferecida pela concepção marxista coloca questões importantes e centrais no debate da teoria do Estado. A relação entre o Estado e a sociedade dividida em classes conduz à questão da organização do poder político como expressão da dominação de classe. Diferentes modos de produção informam a correspondência entre tipos de Estado e formas de relações de produção.

De que maneira a tradição marxista na teoria do Estado apresenta perspectivas, problemáticas e respostas para a operacionalização de pesquisas?
Uma obra situada neste paradigma e que procura analisar o Estado Imperial como uma de suas preocupações é o trabalho de Décio Saes.[84] *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891).* Saes procura analisar a estrutura jurídico-política que permitiu a reprodução das relações de produção escravistas, entendo que tal estrutura fundamenta-se no direito e na burocracia.

A escravidão, como relação social, estava prevista em Lei, através de passagens de vários códigos legais. As Ordenações Filipinas, legislação civil do Brasil até 1855, a consolidação das Leis de 1855, o Código Criminal de 1830 e mesmo o Código Comercial de 1850 pautaram-se na realidade da escravidão. O direito escravista informa o modo de organização do aparelho de Estado, ao não permitir o acesso dos membros da classe explorada às atividades do Estado, como funcionários dos seus aparelhos.

O Estado Escravista Moderno, com seu caráter pré-burguês, a partir da reprodução das relações sociais de produção escravistas, possuía como conseqüência da sua organização burocrática a ausência de critérios e regras de recrutamento em função da competência

---

[84]A parte que mais nos interessa é o capítulo II.4. O Estado Escravista Moderno no Brasil Pós-Colonial (1831-1888).

individual. Isto proporcionava a carência de uma hierarquização das tarefas de Estado e a não separação entre os recursos materiais dos proprietários dos meios de produção e os recursos materiais do Estado, assim como a personalização das funções públicas.

Outro item utilizado na conceituação do Estado Escravista Moderno é o caráter de sua política de Estado. Primeiramente, o Estado Imperial atuava na legitimação das relações sociais escravistas e na repressão militar de revoltas e contestações à ordem escravocrata. O Estado e os proprietários de escravos sofriam intensa pressão externa (política contrária ao tráfico por parte do Império Britânico) e interna (escravos, setores abolicionistas), objetivando o fim do tráfico e da escravidão.

Como resultado da luta de classes e da luta política, o Império é obrigado a promover um conjunto de medidas e leis aparentemente anti-escravistas, para conseguir estender e prolongar a manutenção da escravidão até quase o fim do século XIX, quando as pressões e reivindicações abolicionistas conseguem o término da escravidão

A política econômica do Estado Imperial também se identifica com a política escravista de Estado. A Lei de 1850 - a Lei de Terras, afirmava que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas mediante o título de compra. Era uma tentativa de bloqueio do acesso da terra para os pequenos proprietários não-escravistas. A Lei Hipotecária de 1864 incluía os escravos como objeto de hipoteca. Uma análise de legislação tributária também indica o poder e a influência da grande propriedade escravocrata na deliberação da política econômica.

O caráter centralizado do aparelho de Estado Imperial é um aspecto fundamental do Estado Escravista Moderno. Tanto a forma monárquica como a estrutura centralizada corresponderam, no plano político, à garantia de manutenção, organização e reprodução de uma ordem e de um mercado nacional de escravos - a forma política mais adequada ao domínio da grande propriedade, do grande comércio e da ordem servil do trabalho escravo. Um Estado centralizado defendia a ordem escravocrata como um todo, contra eventuais ameaças regionais e setoriais, contrárias à ordem dominante.

A partir destes conceitos relacionados com a estrutura e com a lógica de funcionamento da esfera regional do aparelho de Estado Imperial, podemos configurar algumas das questões político-administrativas da Província do Paraná.

O Estado Imperial apresentava características unitárias em sua forma de Estado. O cargo de Presidente de Província era uma prerrogativa do Imperador e representava a conexão mais direta entre o centralismo do Império e as Províncias. O Presidente da Província era o agente da Corte, do Gabinete, da situação no poder.

O Paraná conheceu de 1853 até 1889: 53 períodos, 27 presidências, 41 presidentes em exercício e 26 períodos de vice-presidência e retorno presidencial (Carneiro: 1994, 18). O padrão temporal de exercício do cargo era curto; a média de permanência no cargo foi de cerca de oito meses por período, o que acompanha a média das outras províncias. O sistema político e administrativo das províncias do Império era baseado na rotatividade de uma elite estatal nacional que assumia vários cargos no Império.[85]

[85]Ver o anexo parte 3, item 4. Os Presidentes da Província do Paraná.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DAS DECISÕES

5.1 O PARANÁ COMO FORMAÇÃO REGIONAL

O Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, um dos maiores intelectuais e organizadores da política do Império, assim descrevia a questão institucional da administração das províncias – "*cada província deve ter: um presidente, seis vice-presidentes, um secretário da presidência, uma assembléia provincial, uma secretaria da assembléia, uma tesouraria geral, uma dita provincial, um chefe de polícia e uma secretaria de polícia. São mais sessenta ou setenta funcionários reduzindo muito, pela maior parte de ordem elevada, e um avultado acréscimo de despesa. A criação de uma província importa a de mais comarcas, municípios e freguesias, porque é essa a inevitável tendência das assembléias provinciais. Portanto, além do pessoal que o novo território arvorado em província já tem, como juízes de direito, municipais, de órfãos e suplentes, escrivães e tabeliães, promotores, vereadores, secretários, fiscais, coletores e seus escrivães, delegados e subdelegados, suplentes, juízes de paz, escrivães, jurados, etc, não falando nos oficiais da Guarda Nacional, tem de acrescer sessenta a setenta funcionários acima nomeados, com o considerável séquito de despesas que trazem, e isto em um país no qual a escassez de pessoal idôneo, mormente em províncias centrais e pobres, é um gravíssimo obstáculo à boa administração*" (Uruguai, 1862, p.63-65). O argumento do conservador Visconde de Uruguai é contrário a criação de novas províncias, porém, percebe-se porque uma estrutura institucional uma vez existente é difícil de ser suprimida. Francisco Iglesias, em seu estudo sobre a "Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889)", estabelece que devido às freqüentes substituições dos presidentes de Província nomeados pelo Imperador, o que mantinha a

continuidade administrativa era o já existente núcleo burocrático provincial: "*o que salvou do caos a administração foi a existência da máquina auxiliar do Governo. As repartições de Obras Públicas, de Instrução e da Fazenda é que asseguram a marcha dos negócios e explicam a relativa continuidade administrativa*". (IGLESIAS, 1958, p.53).

Procuraremos analisar a esfera regional do Estado Imperial brasileiro a partir do exemplo da Província do Paraná. Dentro das várias concepções ou perspectivas de análise do Estado existentes, poucas apresentam maiores considerações sobre a dimensão regional do Estado no Brasil. O nosso objeto de estudo é específico: nossa análise parte da indagação das razões da emancipação da Província do Paraná em 1853. Para responder a essa questão é preciso operacionalizar elementos especificamente políticos, em termos de conjuntura, relações de força, demandas e atividades de grupos de pressão e indivíduos dentro do sistema político do Império.

O surgimento do Paraná como unidade regional do aparelho de Estado Imperial é um processo que parte de um projeto político de emancipação da 5a Comarca de São Paulo, a Comarca de Curitiba, no início do Império. Aqui reside a importância de se analisar o papel da elite política regional e as suas demandas e pressões políticas durante o período. De grande relevância é a cena política durante a Farroupilha e a Revolução Liberal de 1842, em São Paulo, quando a posição pró-Corte da Comarca significou o apoio político por parte dos setores conservadores do Império para a emancipação. A luta de bastidores e a luta parlamentar que culmina em 1853 com a criação da nova província, significam para a classe dominante paranaense uma nova convivência com novos elementos político-institucionais.

Com a criação da Província do Paraná formou-se um núcleo burocrático-institucional. Pelo conjunto de leis, podemos avaliar o escopo administativo do primeiro governo provincial em sua atuação pioneira.

Como no Império a esfera local do aparelho de Estado dependia do nível provincial, a maior parte dos decretos são relativos aos municípios. A preocupação com a

questão tributária ocupou o segundo maior número de leis e regulamentos, revelando os cuidados que a Província tinha com a sua base de arrecadação. A implantação político-administrativa da nova unidade também constitui um grande número de deliberações nos anos iniciais. Os temas como segurança e educação também são colocados regularmente. A agenda econômica começa a ser definida pelas novas políticas públicas. Foi de especial importância o Regulamento da Erva-mate de 1854.

A divisão temática das políticas públicas da gestão de implantação da Província do Paraná seguiu a seguinte divisão em função de legislações:[86]

- Organização político-administrativa da Província. Marcou a necessidade de se institucionalizar a infra-estrutura estatal da Província. Foram as medidas que estabeleceram a capital em Curitiba, a divisão da província em três comarcas, a elevação de capelas curadas e povoados a freguesias, e a elevação da freguesia de Ponta Grossa a condição de vila - Leis n.º 1, 2, 5, 21, 30, 32, 34. Total de 7.
- Organização do aparelho de Estado provincial. Foram as medidas destinadas à instalação burocrática da Província. Foi a criação do Tesouro Provincial e a regulação dos emolumentos cobrados na Tesouraria de Fazenda, e a criação da Secretaria do Governo e o seu regulamento - Portarias de 20.12.1853, 12.1.54, 10/6/54 e Regulamento de 12.4.54. Total de 4.
- Organização da Assembléia Legislativa. Criação da base institucional legislativa do Paraná - Leis n.º 3, 6. Total de 2.
- Formação da estrutura tributária. Abrangia a questão da arrecadação provincial. Incorpora e regula os impostos do registro de animais do Rio Negro, tributa líquidos e peças de pano de algodão pelas barreiras, estabelece a divisão do imposto do mate pelos municípios, legisla sobre a décima

[86]Ver o anexo parte 3, item 5.1. Principais Políticas Públicas do Paraná Provincial.

urbana, reses, leilões, aguardente e depósitos judiciais. – Leis n.° 4, 10. Ofício de 10.4.1854. Regulamentos de 10/8/54 tropas no Rio Negro, 5.10.54 décima urbana, 14.12.54 reses, 14.12.54 leilões, 14.12.54 aguardente, 14.12.54 depósitos judiciais. Total de 9.

- Decretos referentes a esfera local (vilas e Câmaras Municipais). São as posturas e regulações municipais - Decretos n.° 11, 12, 13, 14, 15, 16, 23, 24, 25, 27. Total de 10.
- Educação. Legisla sobre o ensino primário e secundário da província.- Leis n.17,31. Portarias de 25/1/54, 1/6/54, 5/10/54, 31/12/54. Total de 6.
- Segurança. Trata-se da organização da polícia - Leis n.7,8,20. Regulamento de 5/12/54. Total de 4.
- Orçamentos. São as leis que fixam os orçamentos da província e dos municípios. - Leis n. 18,35 (Câmaras Municipais) e 19,36 (Província). Total de 4.
- Imigração e colonização - Leis n.26,29. Total de 2.
- Transporte. Construção da estrada da Graciosa - Lei n.9.
- Apoio econômico (trigo). Estímulo do governo à plantação de trigo - Lei n.28.
- Criação do Arquivo Público. Visa a preservação da memória política e burocrática da província - Lei n.33.
- Religião e irmandades. Dispõe sobre os estatutos das irmandades. - Lei n.37.
- Correio. Estabelece o correio em São José dos Pinhais. - Portaria de 10/6/54.
- Erva-mate. Legisla e regula aspectos econômicos do principal produto exportado pelo Paraná. - Regulamento de 6/10/54.

A gestão do pernambucano Adolfo Lamenha Lins pode ser considerada um dos períodos de maior relevo na administração do Paraná Provincial.

O seu período durou de maio de 1875 até julho de 1877, um dos mais longos da história provincial paranaense. Participaram de seu governo como Secretário, o sergipano José Justiniano de Mello e Silva e o engenheiro militar Francisco Monteiro Tourinho, como Diretor do Departamento de Obras Públicas.

Adolfo Lamenha Lins nasceu no Recife em 1845. Descendia de uma tradicional família pernambucana, era neto do Marquês do Recife. Bacharel em Direito pelo Recife, em 1867. Foi Promotor Público em Alagoas. Secretário do Governo, Deputado provincial e presidente da Província do Piauí. Era favorável à libertação dos escravos, sendo Diretor da Sociedade Emancipadora do Recife. (Carneiro: 1994, 259-264), (Ricardo dos Santos: 1995, 8-9).

A sua obra mais notável foi a sua política de imigração e colonização. A partir de algumas experiências anteriores de implantação de colônias na região de Curitiba, como a Argelina (1869), Pilarzinho (1870), São Venâncio (1871) e Abranches (1873), estabelece um modelo de reforma agrária[87] e colonização na periferia de Curitiba, ao formar diversas colônias com imigrantes proprietários de pequenos lotes de terra. Ao contrário das experiências anteriores a 1869, quando as colônias ficavam distantes de núcleos urbanos, Lamenha Lins estrutura um cinturão colonial ao redor de Curitiba. Implantou as colônias de Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, Lamenha, Dom Augusto, Dom Pedro, Tomás Coelho e Riviére. Ao lado de cerca de 2.000 imigrantes que vieram espontaneamente para Curitiba, somariam-se quase 4.000 colonos, basicamente poloneses, que iriam alterar substancialmente o perfil demográfico e econômico da região de Curitiba, que possuia pouco mais de dez mil habitantes em 1872. (Relatório de Lamenha Lins: 1877, 81). Também foi criada a Colônia Nova Itália, em Morretes, em abril de 1877. Muitos dos imigrantes italianos para lá destinados reimigrariam posteriormente para Curitiba. (BORGES: 1990, p.25).

---

[87]Reforma agrária no sentido de transformação fundiária, uma vez que terras ociosas ou sub-utilizadas na periferia de Curitiba foram divididas e entregues aos imigrantes europeus. Tal modelo não se aplicava aos homens pobres livres ou aos ex-escravos da própria província.

O que permitiu semelhante política foi a crise de subsistência, a carestia e a aproximação do fim da escravidão. Outro elemento fundamental que permitiu a vinda de numerosos imigrantes no final da década de 70, reside na boa situação fiscal da província. As receitas provinciais estavam em alta. A política conservadora também agradava aos antigos proprietários, que vendiam as suas terras a um bom preço para o governo provincial estabelecer as colônias. Muitos dos vendedores de terras para a implantação de colônias eram correligionários políticos da situação (RICARDO DOS SANTOS, 1995, p.97,98). O negócio era tão atraente, que o Partido Liberal tentaria fazer o mesmo nas suas bases dos Campos Gerais e na Palmeira em 1878, mas fracassaria, no célebre caso dos alemães do Volga. (RICARDO DOS SANTOS, 1995, 105-107).

A gestão de Lamenha Lins promoveu reformas educacionais no Liceu e na criação da Escola Normal. Fundou o Museu Paranaense. A estrada da Graciosa foi melhorada e foram construídos 21 km de estradas naquela que seria a ligação com o Mato Grosso, e que atingia Campo Largo. O Engenho Central de Morretes também foi outro de seus empreendimentos; nele contou com a sociedade de poderosos locais, como Antônio Ricardo dos Santos, José Celestino de Oliveira e Antônio Gonçalves do Nascimento. (RICARDO DOS SANTOS, 1995, p.17).

Em julho de 1877, após ter deixado a Presidência do Paraná, Lamenha Lins assume o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização no Paraná, ocupando-o até dezembro de 1877. (RICARDO DOS SANTOS, 1995, p.30-31).

Em 5 de janeiro de 1878 assumia o Gabinete Liberal de Sinimbú, encerrando o domínio conservador de quase dez anos. A 7 de fevereiro de 1878 assumia a Presidência do Paraná, o vice-presidente, o conselheiro Jesuíno Marcondes. A direção da política colonizadora se modificaria sob orientação liberal. A nova área de implantação dos colonos seriam os Campos Gerais em Ponta Grossa (Colônia Otávio), Palmeira (Colônia Sinimbú) e Lapa (Colônia Virmond), estabelecidos durante a gestão de Rodrigo Otávio de

Oliveira Menezes. Os imigrantes seriam os alemães do Volga. Estes empreendimentos fracassariam, causando grande polêmica nos meios políticos, no Senado e na Câmara.[88]

Os beneficiados pela venda de terras incluem José Marcondes, irmão de Jesuíno (VARGAS e CHAVES, 1987, p.47), José Mariano Ferreira Ribas (Vargas e CHAVES, 1987, p.50), Joaquim Alves de Araújo, Henrique Alves de Araújo, José Celestino de Oliveira (RICARDO DOS SANTOS, 1995, p.89, 97). O Barão de Nácar, Manoel Antônio Guimarães foi o agente dos vapores que transportaram de volta os russos-alemães. (RICARDO DOS SANTOS, 1995, p.106).

A gestão de Lamenha Lins revela a capacidade modernizadora da administração da Província por parte do Governo Imperial. A política de imigração e reforma agrária desenvolvida em Curitiba foi muito avançada para a época. Igualmente, a economia ervateira iniciava a sua terceira fase de produção, com a constituição de um parque industrial moderno para as condições daquele tempo. O Engenho Central de Morretes também representou um moderno papel de agro-indústria para o litoral paranaense. A fusão de interesses entre o governo provincial e a classe dominante regional pode ser percebida pelas vendas de terras para esses empreendimentos, significando um seguro desenvolvimento econômico para o Paraná. A fusão de interesses nacionais, os interesses da burocracia Imperial e os interesses da classe dominante regional (que alguns anos antes permitiram a emancipação de 1853), conformam uma forte presença política no Paraná, proporcionando a rica experiência da reforma agrária e implantação de colonos europeus na periferia de Curitiba.

A legislação da Província do Paraná sobre a questão ervateira representava um conjunto de políticas públicas extremamente original. Formuladas na maior sociedade e economia ervateira do Brasil, da América do Sul e do mundo, o Paraná na segunda metade do

---

[88]A polêmica na Câmara dos Deputados de setembro/outubro de 1879 está parcialmente transcrita no livro de Túlio Vargas e de Maria Chaves (1987, 85-163).

século XIX. A fração ervateira era a fração hegemônica do bloco no poder da Província. O atendimento a algumas de suas demandas sociais, econômicas e políticas gerou um expressivo número de leis e decretos abrangendo a erva-mate em diversos dos seus aspectos produtivos. As políticas públicas para a erva-mate,[89] que eram objeto de constante cuidado e supervisão da Província do Paraná, podem ser divididas nas seguintes dimensões:[90]

- Organização da produção ervateira (taxa tributária).
- Mecanismos de fomento à produção do mate.
- Controle de qualidade do produto comercializado.
- Pesquisa tecnológica no setor ervateiro.
- Medidas punitivas.
- Difusão do consumo do mate.

O orçamento constitui uma arena de disputa entre os interesses das diferentes frações da classe dominante por recursos. O conflito passa pela sua arrecadação e despesa.

> O orçamento indicava, no entanto, muito mais do que a disputa entre legislativo e executivo. Refletia o conflito entre a burocracia, entre a máquina do Estado, sempre em busca de maiores recursos, e os grupos dominantes na sociedade, aqueles de se podiam extrair estes recursos. Representava o conflito interno de uma elite política que hesitava entre as necessidades do governo, que ela dirigia, e os interesses dos proprietários que ela devia representar. Traduzia, enfim, o conflito entre os vários grupos de proprietários com interesses e demandas distintas em relação ao poder público. (CARVALHO, 1988, p.23-24).

A análise do primeiro orçamento da Província do Paraná revelava disposições interessantes. A despesa comum do orçamento votado pela Assembléia Legislativa e sancionado por Zacarias de Góes e Vasconcelos em 18 de setembro de 1854 foi de 123:641$760 para o exercício de 1.7.1854 até 30.6.1855. O principal elemento de despesa foram as obras provinciais, representando 34% do total. Em segundo lugar ficaram as

---

[89]Tal lista foi pesquisada por Ana Christina Vanali para uma monografia de fim de curso por nós orientada. (Vanali: 1995, anexos)

[90]Ver o anexo parte 3, item 5.1. Políticas da Erva-mate.

despesas da administração e arrecadação de rendas com 17% do total. O dinheiro gasto com a segurança pública era maior do que o da educação.

Total da despesa: 123:641$ 760

1 - Assembléia Legislativa Provincial 11:000$000
Subsídio a 20 Deputados 6:000$000
2 - Secretaria do Governo 5:450$000
3 - Culto Público 3:020$560
4 - Engenheiros da Província 3:600$000
Ordenado a um engenheiro da Província 1:200$000
5 - Obras Provinciais 42:100$000
6 - Polícia e Segurança Pública 15:721$200
7 - Instrução Pública 13:240$000
8 - Catequese e Civilização dos Indígenas 1:600$000
9 - Sustento, Vestuário e condução dos presos pobres 2:000$000
10 - Administração e Arrecadação das rendas 21:110$000
11 - Despesa Eventual 4:800$000

A principal fonte de receita provincial era o imposto sobre os animais na passagem do Rio Negro, significando 68% do total. Os interesses da fração dominante ligada ao tropeirismo e ao Partido Liberal sempre estiveram preocupados com os problemas dos mercados internos e com a autonomia regional em função desse quadro. Já a fração ervateira da classe dominante paranaense, preponderantemente localizada com os seus interesses no litoral e no comércio de exportação (e também de importação), dirigiam as suas atenções para as políticas alfandegárias centrais, responsabilidade do Império e das bases sociais do Partido Conservador.

A receita comum total de 176:400$000 para o mesmo período

1 - Dízimo. Imposto dos produtos da lavoura e indústria saídos da Província 6:000$000
2 - Imposto sobre aguardente 2:400$000
3 - Imposto sobre reses 14:000$000

4 - Meia siza de escravos 3:000$000
5 - Décima de prédios urbanos 10:000$000
6 - Novos e velhos direitos 1:200$000
7 - Décima de heranças e legados 6:000$000
8 - Despacho de embarcações 300$000
9 - Imposto de Casa de Leilões e Modas 200$000
10 - Direito sobre escravos saídos da Província 400$000
11 - Meio por cento dos depósitos 600$000
12 - Emolumentos da Administração das rendas provinciais 1:000$000
13 - Imposto sobre os animais do Rio Negro 120:000$000
14 - Imposto sobre as reses exportadas para fora da Província 10:000$000
15 - Multa por infração de regulamentos 300$000
16 - Receita Eventual 1:000$000
Receita das Barreiras (Itupava, Rio do Pinto e Graciosa) 26:000$000
Despesa com as estradas e com barreiras 11:600$000

O Orçamento proposto pela Lei no 962, de 31 de outubro de 1889, para o ano financeiro de 1890, marca o último orçamento provincial.[91] A análise comparativa entre as estruturas de orçamento de 1854 e a de 1889, com uma diferença de 35 anos, demonstra a modernização burocrática e o avanço na contabilidade capitalista. A frágil estrutura burocrática da Província do Paraná foi ampliada e novas preocupações com a política tributária surgiram em função de uma economia de mercado que se tornara mais complexa. Itens econômicos específicos passam a compor o objetivo fiscal do governo provincial. Se no primeiro orçamento a meia siza sobre os escravos ainda denuncia uma sociedade escravista, o último orçamento do Paraná Imperial revelava as novas necessidades burguesas em consideração.

[91]Ver anexo parte 3, item 5.1. Despesas e Receitas da Província do Paraná em 1889.

PARTE 4

MODIFICAÇÃO E CONTINUAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE

1 TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

Os acontecimentos de 15 de novembro de 1889 que surpreenderam o país também surpreenderam o Paraná. A fácil vitória do golpe republicano e a aceitação da nova situação política deveram-se ao velho centralismo monárquico, tão criticado pelos republicanos, mas que em 15 de novembro foi utilizado pelos novos donos do poder. A queda do Império foi aceita pelas províncias como se fosse mais uma queda de Gabinete, com a tradicional obediência e disciplina por parte dos Presidentes de Províncias. O centralismo monárquico estava tão bem enraizado na Província e tão bem articulado com as ordens do Rio de Janeiro que até mesmo no fim do Império este ainda funcionou. Paradoxalmente, a situação de descaso com as instituições monárquicas era acentuada, o que explica a ausência de defensores do regime derrubado por um golpe militar em plena crise política.

O movimento republicano era fraco no Paraná (BOEHRER, [s.d.], p.175-178). Havia poucos militantes em clubes pequenos e mal organizados. O eleitorado era escasso. O movimento republicano era um insignificante reflexo do que acontecia depois de 1870 no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os republicanos históricos anteriores a 1889 que desempenhariam papéis de importância na República Velha paranaense foram: *José Francisco da Rocha Pombo* – fundou em Morretes o periódico "*O Povo*", em 1879. *Vicente Machado da Silva Lima*, candidatou-se a deputado provincial quando era estudante de Direito em São Paulo, em 1881. Em 1887 foi eleito para a Assembléia Provincial como monarquista, mas retornou para o campo republicano. Em 1889 candidatou-se para a Câmara dos Deputados e obteve apenas 30 votos entre 918 do 2º distrito. *Fernando Simas* – foi eleito vereador republicano em Paranaguá em 1886. Também foram republicanos históricos – *Ubaldino do Amaral*, *Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva*, *Manoel Correia Defreitas*, grande propagandista republicano, presenciou o 15 de novembro no Rio de Janeiro, e *Emiliano Perneta*.

Após as notícias do levante no Rio de Janeiro, o último Presidente da Província – Jesuíno Marcondes – convocou uma reunião política com a presença de membros do seu Partido Liberal e do Partido Conservador, para avaliarem a situação. Decidiram que nada mais havia a se fazer frente aos fatos consumados. Com a adesão, começaram a pensar a nova estrutura partidária.[92]

1.1 DE PROVÍNCIA PARA ESTADO

A transformação verificada entre o Estado Imperial e o Estado Republicano significou a passagem entre um tipo de Estado Escravista Moderno para um tipo de Estado Burguês (SAES, 1985, p.181-192). A abolição dos escravos em 1888, a proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891 significaram componentes no processo de formação do Estado Burguês no Brasil. Com o estabelecimento de novas normas do direito burguês e a reorganização do aparelho de Estado, conforme o burocratismo burguês, assiste-se a importantes transformações na estrutura jurídico-política do Estado brasileiro.

Uma das conseqüências da transformação processada entre 1888 e 1891 foi a passagem da esfera regional do aparelho escravista moderno - as Províncias, para a nova unidade da esfera regional do aparelho de Estado burguês - os Estados. Foi uma mudança entre um Estado Monárquico semi-absolutista e unitariamente centralizado para a República Federativa. O poder político nos executivos regionais passaria da velha

---

[92]O telegrama enviado por Jesuíno Marcondes para Deodoro e para o interior da Província comunicava o seguinte (Porto: 1990, 187-191): "General Deodoro, presidente do governo provisório. - Rio. - Ontem dei por finda minha missão, em vista telegrama de V. Exª. ao comandante brigada encarregando-o manutenção ordem. Partido liberal Paraná adere fatos consumados e servirá nossa pátria com governo provisório. Curitiba, 17 de novembro de 1889. - J. Marcondes."

"Às estações telegráficas da província, para darem publicidade.- Curitiba, 17 de novembro de 1889. – República proclamada. Família Imperial expatriada. Governo provisório geral e provincial organizados. Constituinte convocada. Nestas circunstâncias finda minha missão oficial, anuncie ao governo provisório adesão do partido liberal do Paraná aos fatos consumados e sua dedicação à pátria. Conto ter assim interpretado os sentimentos do Paraná e a necessidade suprema de auxiliar a obra de reconstrução da grande pátria brasileira. - J. Marcondes."

burocracia de Estado Imperial para as nascentes burguesias regionais, que viriam a controlar diretamente o aparelho regional de Estado. Com as novas autonomias federativas, a dominação por parte das classes dominantes regionais seria mais direta.

Ocorrem alterações na própria estrutura do aparelho regional de Estado com a República. Passava-se de uma organização burocrática do Estado Escravista Moderno para uma nova composição do Estado Burguês. A estrutura administrativa do Império era composta pela Secretaria do Governo, pela Inspetoria do Tesouro e pela Diretoria da Instrução Pública e Obras públicas. Com a República, organizam-se novos ramos burocráticos em um novo organograma estrutural do aparelho regional de Estado do Paraná, que será formado por três secretarias: a dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução; a das Finanças, Comércio e Indústrias e a das Obras Públicas e Colonização (PACHECO, [s.d.], p.251). A presença mais acentuada do direito burguês e do burocratismo burguês se reflete na esfera regional do aparelho de Estado, nas leis e na Constituição Estadual.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

1.1.1 Aparelho Regional de Estado Burguês

Uma das principais conseqüências políticas na passagem para a esfera regional do aparelho de Estado de tipo burguês na República é o caráter federativo e o controle político dos executivos estaduais pelas classes dominantes regionais. Uma das características do Império fora a forma unitária, a forma mais adaptada e segura à ordem escravista. O Império fora incapaz de promover a descentralização, pois assim colocaria em risco o seu próprio tipo de estrutura de Estado. Ruy Barbosa já afirmara: " *Eu era, senhores, federalista, antes de ser republicano. Não me fiz republicano, senão quando a evidência irrefragável dos acontecimentos me convenceu de que a monarquia se incrustara irredutivelmente na resistência à Federação.*" (RUY BARBOSA, 1946, p.148).

No Estado Burguês da República Velha, as políticas governamentais dos seus aparelhos regionais estariam orientadas no sentido dos interesses burgueses.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

No caso do Paraná, um dos efeitos dessa mudança foi o controle do governo do Estado pela burguesia regional, ao contrário da Província do Paraná, quando a presidência era um cargo nomeado pelo Império e ocupado por membros da burocracia imperial e da elite estatal nacional. Predominava uma burocracia nacional sem condições de garantir a representação orgânica direta dos interesses da classe dominante regional e a continuidade nas políticas governamentais do aparelho regional do Estado Imperial.

Nesse recém-criado Estado Burguês houve uma nova orientação nas suas políticas governamentais.

Na área econômica há a possibilidade de maior gestão efetiva de políticas regionais de intervenção na produção, circulação, comercialização e consumo das atividades e mercadorias regionais. Existe um maior poder e maior continuidade por parte dos Estados e das classes dominantes regionais na ingerência da economia regional; uma ação mais consistente do que a atuação anterior das limitadas províncias. Em decorrência, surge uma política econômica muito mais complexa, em uma sociedade mercantil emergente, centrada nas condições do mercado.

A política fundiária passa ao controle estadual porque as terras devolutas passam à esfera de competência dos Estados da República. No Império, as terras devolutas pertenciam à esfera central. Na República Velha, os interesses privados na especulação e posse das terras devolutas e na colonização do Paraná articulam-se com a política regional. O resultado seria o aumento de pressões e de conflitos fundiários. Os movimentos sociais de protesto se avolumariam. As negociatas de terras relacionavam-se com importantes políticos paranaenses, como Afonso Camargo, que foi presidente do Legislativo e do Estado. A guerra sertaneja do Contestado vincula-se a esta problemática fundiária. Por exemplo, Afonso Camargo seria advogado da *Brazil Railway* e da *Lumber*, companhias associadas ao magnata Percival Farquhar. (QUEIROZ, 1966, p.73-77). A diferença entre a política burguesa de terras contrasta com a política provincial, quando até uma Colônia anarquista se estabeleceu no interior do Paraná, a Colônia Cecília!

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A política tributária e fiscal entre as Províncias e os Estados também foi alterada. Na República, os Estados podem decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias, imóveis rurais e urbanos, sobre a transmissão de propriedade e sobre indústrias e profissões (ROURE, 1979, p.65). Os orçamentos estaduais passam a ter maior substância e autonomia frente ao estreito campo de manobra tributária das Províncias no Império. Também podem os Estados na República realizar empréstimos externos. Os Estados começam a subvencionar empresas, promover isenções e apoiar as atividades capitalistas em vários sentidos, desde a questão do mercado de trabalho, ao auxiliar a emigração, até a defesa dos produtos regionais em vários níveis, em síntese, a defesa dos interesses burgueses.

O Estado do Paraná também atua na reforma do campo judiciário. A justiça estadual se organiza. Criam-se os Códigos do Processo Civil, Comercial e Criminal. Uma sociedade com novas normas pautadas pelo direito burguês começa a se estruturar através do crescimento da justiça e do direito burguês em suas características formais.

Para a política de defesa e segurança há a criação da Força Militar do Estado. Se em 1889 havia 1 oficial e 133 praças, em 1899 havia 21 oficiais e 649 praças e em 1926, 57 oficiais e 1.079 praças. A força teria dois comandantes mortos em combate, o Tenente Coronel Cândido Dulcídio Pereira, morto no cerco da Lapa, em 1894, e o Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, morto na luta contra os camponeses do Irani, em 1912. (BARDELLI, 1941, p.9-10).

Com a formação do Estado do Paraná, percebe-se o embrião do direito burguês e as características do burocratismo burguês na estruturação do aparelho regional de Estado na República Velha, em comparação com a situação provincial no Império. Isto é um começo de orientações que prosseguiriam pelo futuro, mas a participação de membros das classes exploradas, os concursos para ingresso na burocracia, as normas técnicas e racionais de organização, a burocracia permanente e com níveis hierárquicos de promoção de posições e outros traços do Estado burguês, começam a se organizar, ainda que mais no plano formal que no real. A formação do burocratismo burguês é um lento processo,

mas os novos componentes já representavam elementos de modernização burocrática significativos frente às derrubadas do Estado Monárquico anterior, de caráter semiprivado na estrutura de cargos da burocracia provincial.

Os próprios administradores republicanos já começam a desenhar um perfil mais burguês e ligado ao Paraná.

2 CORONELISMO NO PARANÁ[93]

O conceito de coronelismo indica uma limitação específica da sua tipologia a determinados comportamentos circunscritos ao regime político da República Velha.[94]

Décio Saes afirma que "*o coronelismo designa um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas. Mais precisamente, o coronelismo é um conjunto de práticas político-eleitorais que participam, de modo peculiar, da dupla função do Estado burguês: desorganização das classes trabalhadoras e unificação da classe dominante sob o comando hegemônico de uma das suas frações*" (SAES, 1994, p.87).

O coronelismo depende da presença de relações de produção pré-capitalistas no campo, relações de dominação e dependência pessoal (op. cit., 89). A sua existência está vinculada à convivência entre as estruturas do Estado burguês democrático com as estruturas da classe dominante nas regiões rurais, o senhoriato rural com as suas grandes propriedades de terras. O controle do processo político-eleitoral por parte da fração local da classe dominante produz o fenômeno do coronelismo. A posição subalterna dos proprietários rurais no bloco do poder é uma conseqüência da sua posição política defensiva e preservadora da ordem agrária tradicional, o que caracteriza a sua orientação adesista ao governo mediante a sua fraqueza perante o Estado (op. cit., 104-109).

O coronelismo aponta para uma análise das relações políticas entre o senhoriato rural – a fração dos grandes proprietários rurais com as outras frações do bloco no poder

---

[93]Ver o anexo parte 4, item 2. Os Principais "Coronéis" do Paraná na República Velha.

[94]Sobre o debate conceitual das definições de coronelismo existe o já referido texto de José Murilo de Carvalho, *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*: 1997. Em outra perspectiva, o texto de Décio Saes, *Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma reinterpretação*: 1994. Para o Paraná temos a monografia de Mônica Helena Harrich da Silva, *O Fenômeno do "Coronelismo" no Paraná da Primeira República*: 1996.

(a unidade da classe dominante na sua relação com o Estado). A forma democrática do regime político do Estado burguês brasileiro da República Velha possibilita o fenômeno do coronelismo. Os proprietários rurais dominam as grandes massas de trabalhadores e dependentes na lavoura e no campo, porém, a posição dos proprietários de terra no bloco do poder é uma posição subalterna frente às frações mais dinâmicas do modo de produção capitalista (capital cafeeiro, capital comercial, capital industrial e mesmo o capital ligado aos bancos nacionais e internacionais).

A presença do senhoriato rural é muito mais antiga do que o coronelismo da República Velha. A sua formação origina-se no período colonial. A fração dos proprietários rurais possui séculos de experiências, organização e relações com o Estado no país.

O critério eleitoral não é o critério decisivo na formação do coronelismo. Existem eleições no Brasil desde o período colonial. As eleições para os cargos municipais eram uma prerrogativa dos "*homens bons*". A democracia era uma categoria possível para os elementos da "*nobreza*" colonial que possuíam direitos no regime aristocrático do escravismo colonial. A ampliação do corpo eleitoral veio com as eleições para as Cortes de Lisboa em 1821. Essas seriam a primeira eleição geral brasileira. Foi realizada de maneira imprecisa e flexível em um complexo processo eleitoral em quatro graus. Em 1822 se realizariam eleições para o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Os representantes da Constituinte de 1823 foram escolhidos em dois graus. A Constituição Imperial de 1824 e a legislação de 1842 definiam dois atores da cena eleitoral: os votantes, como os que participavam das eleições no primeiro grau e os eleitores, os de segundo grau. Mesmo com o caráter censitário do regime eleitoral do Império, a lei ordinária nunca definiu o que seria a renda líquida. (PORTO, 1989, p.17, 25, 31, 35, 37).

Quase quarenta anos depois, a Lei Saraiva (1881) estabeleceu a votação direta. A definição do corpo eleitoral e o conceito de cidadania foram sendo restringidos ao longo do Império. Em 1821, a legislação se baseou na legislação espanhola que era

copiada da constituição revolucionária francesa de 1791. As regulações eleitorais do Império de 1824, 1846 e 1881 limitaram cada vez mais o eleitorado. Em 1872 o número de votantes foi de 1.097.698 – 10,8% da população brasileira (13,0% da população livre). Em 1886, depois da Lei Saraiva de 1881, o número de votantes foi de 117.022 – 0,8% da população. A eleição mais disputada da República Velha em 1930 chegou a 1.890.524 votantes – 5,6% da população brasileira. (CARVALHO, 1988, p.140,141). Podemos afirmar que até o regime político de 1945 são muito reduzidas as eleições realmente competitivas na política brasileira. As eleições nada mais eram que legitimações de cima para baixo do partido ou do grupo político no poder.

O coronelismo não tem relação direta com o novo federalismo criado com a República, ainda que ambos sejam conseqüências da formação do Estado burguês no Brasil. Mesmo Estados unitários conhecem fenômenos semelhantes ao coronelismo (SAES, 1994, p.114).

No Império, não havia coronelismo (tal como conceituado acima) por um motivo central: o tipo de Estado Escravista Moderno que caracterizava o Império não possuía normas centradas no direito burguês que afirmassem a igualdade jurídica entre todos. O direito vigente no período monárquico era centrado na distinção entre os seres humanos a partir da existência da escravidão como categoria legítima (aplicada aos escravos) e dos privilégios (restritos aos que possuíam os plenos direitos políticos e excludentes da massa de homens pobres livres). A conseqüência político-eleitoral do Estado Escravista Moderno era a sua tendência progressiva e estrutural à limitação da cidadania, tal como aconteceu com o corpo de votantes na história eleitoral do Império. Ainda que antes da Lei Saraiva de 1881, tivessem ocorrido eleições com massas de votantes em primeiro grau superiores às médias da República Velha, o caráter do regime político aristocrático de eleições em dois graus colocava a responsabilidade eleitoral no segundo grau com o reduzido número de eleitores da elite. Já na República, ainda que a cidadania fosse restrita, as eleições eram realizadas dentro de um ambiente jurídico pautado no direito burguês.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Com a República, o direito real burguês tinha de se adaptar formalmente nas áreas rurais pré-capitalistas às relações de dependência pessoal que caracterizavam a dominação de classe dos proprietários rurais.

O coronelismo só é possível em um Estado burguês e na presença de formas de sufrágio, já que é a prática político-eleitoral dos proprietários de terra locais enquanto fração subalterna do bloco no poder. Esta é a forma de articulação política dos proprietários rurais pré-capitalistas no bloco do poder no Estado burguês brasileiro. As relações sociais pré-capitalistas em um ambiente jurídico e um sistema eleitoral de um Estado burguês acarretam as formas de dominação e controle do coronelismo.

A utilização de patentes militares era muito comum na elite política da República Velha, principalmente na esfera local do aparelho do Estado. Na década de 1920, a Câmara Municipal de Curitiba era composta por vereadores todos com patentes militares: presidente - coronel João Antonio Xavier, major Percy Withers, coronel Constante de Souza Pinto, coronel Antonio de Almeida Torres, coronel Joaquim Augusto de Andrade, coronel Wenceslau Glaser, major Francisco Timotheo Simas, major Jordão Mader, major Joaquim da Silva Sampaio, major Homero Ferreira do Amaral, coronel Sezefredo Camargo e coronel Affonso Augusto da Cunha. (CAPRI & OLIVERO, 1923, p.132).

Se na moderna capital do Estado a elite política local é composta integralmente por políticos com patentes militares, no interior, nos municípios baseados no poder dos tradicionais setores da grande propriedade, a presença dos coronéis é ainda mais atuante. Em meados da década de 1920, o interior do Paraná apresentava grande penetração de interesses comerciais por meio das atividades ervateiras e das madeireiras. Ligada a esses setores, a presença de sobrenomes imigrantes começava a aparecer na política local.

A maior parte dos chefes políticos listados possuía conexões familiares com as famílias históricas e com os títulos genealógicos formadores da classe dominante paranaense.

> Esses homens - **homens bons das povoações** - em situação econômica folgada, a maioria sem grandes luzes, em caso de morte substituídos por filhos, genros ou sobrinhos, durante 50 anos constituíram a infra-estrutura que sustentou o Partido Republicano Paranaense. O exemplo vai servir para o Partido Social Democrático que sustentará Manoel Ribas e Moisés Lupion até 1961. (TOURINHO, 1986, p.431).

3 ESTADO DO PARANÁ NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

3.1 EXECUTIVO ESTADUAL[95]

Podemos dividir a República Velha em quatro fases. Nesse período, o chefe do poder executivo recebe diferentes denominações: durante o governo provisório utilizava-se o título de governador; a Constituição de 4.7.91 restabeleceu o título de presidente, como no período Imperial; a Constituição de 7.4.92 adotou a denominação de governador e uma emenda de 1904 restabeleceu o título de presidente, válido no Paraná até o movimento de 1930. (CARNEIRO e VARGAS, 1994, p.77).

Implantação Republicana 1889-1894. Esta fase seria caracterizada pelas acomodações iniciais do novo regime e pela dura prova da Revolução Federalista no sul do Brasil. A primeira fase pode ser subdividida através da seguinte formulação:

Governos Provisórios na implantação republicana 1889-1891.

Presidente do Estado Constitucional 2.6.1891-29.11.1891. *Generoso Marques dos Santos*. Junta Governativa 29.11.1891-25.2.1892.

Francisco Xavier da Silva 25.2.1892-25.2.1896 e *Vicente Machado* 1893/1894. Revolução Federalista 1894.

Com o golpe republicano de 15 de novembro de 1889, assume o governo do Paraná o Comandante do 5° Distrito Militar, o General Francisco José Cardoso Júnior, que governaria de 17.11.1889 até 4.12.89. Substituído pelo Almirante José Marques Guimarães, que governou de 3.12.89 até 18.2.90. O próximo governador provisório foi Ulasdilau Herculano de Freitas, genro de Francisco Glicério. Seu curto período foi de 18.2.90 até 4.3.90. Seguem-se Américo Lobo Pereira (4.3.90-28.7.90) e Inocêncio

[95]Ver o anexo parte 4, item 3.1. Perfil dos Governadores e Presidentes do Paraná Republicano.

Serzedello Correia (28.8.90-3.11.90). O último governador provisório foi o General José Cerqueira de Aguiar Lima (27.12.90-3.6.91). Durante o seu período ocorreram as eleições para o Congresso Legislativo. Com a reorganização dos partidos, boa parte do antigo Partido Liberal forma a nova União Republicana, constituída pelo General Cardoso Júnior, Generoso Marques, Emygdio Westphalen, Joaquim Ignacio Silveira da Motta Júnior, José Pacheco dos Santos Lima, Menezes Dória, Chichorro Júnior, José Celestino de Oliveira Júnior, José Gonçalves Lobo e outros (Negrão, V3, 380). A UR chefiada por Generoso Marques dos Santos, com o apoio do General Cerqueira de Aguiar Lima, consegue a vitória nas eleições, sendo eleito o primeiro governador Republicano Constitucional do Paraná pela Assembléia Legislativa. Generoso Marques toma posse em 2/6/91. Os republicanos com o apoio de alguns conservadores organizaram o Partido Republicano Federal (Vargas: 1970, 116). A confusão de siglas era grande. Os simpatizantes dos federalistas de 1894 seriam os antigos liberais.

O primeiro governo constitucional de Generoso Marques seria curto, de 2.6.91 até 29.11.91. Com a renúncia do Presidente Marechal Deodoro da Fonseca e com o poder nas mãos do Marechal Floriano Peixoto, todos os governadores que tinham apoiado Deodoro são depostos. Assume uma Junta Governativa composta por: Roberto Ferreira (militar do exército), Bento Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho. Estes dissolvem o Congresso Estadual e convocam eleições para a escolha do novo governador e da constituição estadual. A nova força hegemônica é o Partido Republicano Federal, formado por republicanos históricos e alguns antigos conservadores e liberais. A nova Constituição Estadual foi promulgada em 7.4.92 e Francisco Xavier da Silva foi escolhido como governador, assumindo em 25.2.92, tendo como vice Vicente Machado.

Tempo de guerra. Em janeiro de 1894, as forças federalistas conquistam Paranaguá. Começa o governo revolucionário federalista do Paraná. Foram governadores: Teófilo Soares Gomes (15.1.94-21.1.94), João Menezes Dória (21.1.94-24.3.94), Francisco José Cardoso Júnior (24.3.94-3.4.94), Tertuliano Teixeira de Freitas (3.4.94-

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

5.4.94) e Antonio José Ferreira Braga (5.4.94-1.5.94).

Consolidação do Regime 1894-1908. Com a derrota da Revolução Federalista e o retorno de Vicente Machado, restabelecia-se o governo anterior. O próximo governador foi José Pereira dos Santos Andrade (25.2.1896-25.2.1900). Novamente foi reeleito o governador Francisco Xavier da Silva (25.2.1900-25.2.1904). Seguido pelo presidente Vicente Machado da Silva Lima (25.2.1904-3.3.1907).

A Coligação de 1908. Com a morte de Vicente Machado, articula-se um grande conchavo político contra João Cândido Ferreira, vice de Vicente Machado, que deveria ser o próximo presidente do Paraná. Com o apoio do senador Pinheiro Machado, que se colocou contra João Cândido pelo fato deste estar apoiando Afonso Pena e David Campista, realizou-se uma operação política de veto contra João Cândido, a partir do senador Manoel de Alencar Guimarães. João Cândido renuncia e um novo acordo histórico entre os antigos pica-paus e os maragatos é formado, assumindo Xavier da Silva a Presidência e Generoso Marques a Vice-Presidência. Um novo Partido Republicano Paranaense foi criado. Para um pequeno Estado como o Paraná, bem como para o sistema partidário da República Velha, a realidade de partidos republicanos estaduais únicos era quase uma imposição do regime político vigente. Depois do governo de Francisco Xavier da Silva (6.2.1908-25.2.1912), segue-se o de Carlos Cavalcanti de Albuquerque (25.2.1912-25.2.1916), quando acontece a crise social do Contestado.

O rodízio Camargo-Munhoz da Rocha 1916-1930. Dentro do regime político oligárquico da República Velha, ocorreu a concentração de poder entre dois políticos que representavam e simbolizavam as velhas frações dominantes. Afonso Alves de Camargo (25/2/1916-25/2/1920 e 25/2/28-5/10/30), representando os proprietários de terra e as forças sociais dos Campos Gerais e de Guarapuava; Caetano Munhoz da Rocha (25/2/1920-25/2/1924 e 25/2/1924-25/2/1928), representando os setores dominantes do litoral e os interesses ervateiros. O poder de Afonso Camargo se estruturou depois que o

senador Alencar Guimarães vetou a chapa de Bartolomeu de Souza e Silva na Convenção do Partido Republicano Paranaense, de dezembro de 1914, preferindo lançar Xavier da Silva ao Senado e Alberto de Abreu e Carvalho Chaves à Câmara. O senador Pinheiro Machado que controlava politicamente o Senado Federal, apoiou a dissidência do PRPr, denominada de Concentração Republicana, a partir do Rio de Janeiro. Afonso Camargo convenceu Ubaldino do Amaral a sair candidato pelo Senado. Mesmo com a ampla vitória de Ubaldino no pleito, Pinheiro Machado anula várias urnas na verificação no Senado e dá a vitória a Xavier da Silva. O P.R. Paranaense rompe com Pinheiro Machado, que seria assassinado algum tempo depois, permitindo o controle do PRPr por Afonso Camargo. Em 1919, ocorre outra dissidência, quando Afonso Camargo indica como seu substituto na Presidência do Paraná a Caetano Munhoz da Rocha. Generoso Marques, Luiz Xavier e Ottoni Maciel renunciam aos seus lugares no Diretório do PRPr. (MACIEL, 1925, p.129-198), (VARGAS, 1976, p.168-172).

3.2 LEGISLATIVO ESTADUAL

3.2.1 Assembléia Legislativa

A Constituinte Estadual Republicana de 1892[96]

Dos 28 Deputados, 19 pertencem às famílias históricas do Paraná. Observa-se o aumento da complexidade da representação, inclusive com um deputado ligado à classe operária (Agostinho Leandro da Costa). Seis eram jovens republicanos históricos (Albino José da Silva, Francisco de Almeida Torres, Joaquim José Pedrosa, Vitor Ferreira do Amaral e Silva, Leôncio Correia e Vicente Machado. Os quatro últimos são membros de famílias históricas da classe dominante paranaense).

---

[96]Ver o anexo parte 4, item 3.2.1. As Biografias dos Deputados da Constituinte Estadual de 1892.

PADRÃO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONSTITUINTE REPUBLICANA DE 1892 NO PARANÁ

NOME	OCUPAÇÃO	ATIVIDADE POLÍTICA	ESFERA DE INTERESSES	FAMÍLIA HISTÓRICA
Sérgio Francisco de Souza Castro	Bacharel em Direito	Secretário de Polícia, Deputado Geral	Burocracia	X
João Manoel Ribeiro Vianna	Comerciante de erva-mate	Presidente da Câmara de Antonina, Coronel da GN	Burguesia da erva-mate	X
Ernesto de Campos Lima		Coronel		X
Agostinho Leandro da Costa	Fundou o jornal Operário Livre		Classe operária	
Alberto José Gonçalves	Vigário de Curitiba. Bispo de Ribeirão Preto/SP 1908	Deputado Provincial e Estadual. Senador	Religião	X
Albino José da Silva	Professor, jornalista	Republicano histórico	Imprensa	
Artur Ferreira de Abreu		Presidente da Câmara de Paranaguá. Senador		X
Artur de Almeida Sebrão		Médico do Exército		
Carlos Cavalcanti de Albuquerque	Engenheiro Militar	Presidente do Paraná em 1912		X
Carlos Meissner				
Francisco de Almeida Torres	Deputado Federal	Engenheiro civil	Empresário madeireiro	
João das Chagas Pereira				X
Joaquim Alfredo Garcia Terra				
Joaquim Pereira de Macedo	Prefeito de Curitiba. Coronel da GN	Ervateiro. Montou o primeiro moinho de trigo do PR	Burguesia da erva-mate	X
Joaquim José Pedrosa	Prefeito de Curitiba	Jornalista		X
Jerônimo Cabral Pereira do Amaral	Bacharel em Direito pelo Recife	Juiz	Campo jurídico	
José Correia de Freitas		Jornalista		X
José Gonçalves de Moraes	Presidente da Câmara de Morretes	Jornalista, comerciante		X
Leôncio Correia	Deputado Federal			X
Luiz Braga de Carvalho		Comerciante em Curitiba		X
Manoel José de Faria e Albuquerque	Militar			X

continua

PADRÃO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CONSTITUINTE REPUBLICANA DE 1892 NO PARANÁ

conclusão

NOME	OCUPAÇÃO	ATIVIDADE POLÍTICA	ESFERA DE INTERESSES	FAMÍLIA HISTÓRICA
Manoel de Alencar Guimarães	Bacharel em Direito	Deputado Federal. Senador		X
Ottoni Ferreira Maciel		Presidente da Câmara de Palmeira. Deputado Federal		X
Randolpho Pereira Serzedello	Médico			
Vicente Machado		Presidente do Paraná		X
Vitor Ferreira do Amaral e Silva	Médico	Primeiro Reitor da Universidade do Paraná	Presente na criação da ACP.	X
Zacharias de Paula Xavier	Empresário do setor de louças		Interesses industriais. Presente na criação da ACP.	X
Lufrido Costa	ervateiro			

Assembléia Legislativa do Paraná - 1926-1927[97]

Com a reforma da Constituição Federal em 1926, passa o Paraná a elaborar a Constituição Estadual de 30 de março de 1927 (COSTA, 1995). O Presidente Artur Bernardes realizou a reforma constitucional de 1926, obrigando os Estados a se adaptarem aos novos princípios constitucionais federais. As limitações do federalismo vigente colocavam novas normas para assegurar o predomínio da integridade nacional, o livre exercício dos poderes públicos estaduais e a reorganização das finanças dos Estados-membros. (FANCKIN, 1974, p.92).

Em uma das últimas legislaturas da República Velha, observa-se a continuação do padrão histórico da dominação política do Paraná. Os interesses ervateiros continuam representados pelo empresário Francisco Fido Fontana, casado com a filha do Barão do Serro Azul, e membro da família Leão e Correia. Um dos maiores artífices da Constituição Estadual de 1927 foi Manoel de Oliveira Franco, neto do Brigadeiro Manoel

[97]Ver o anexo parte 4, item 3.2.1. Deputados Estaduais de 1926-1927.

de Oliveira Franco, presente na primeira Assembléia do Paraná, em 1854. Os Alves de Araújo, os Ribas, os Pinto Rebello lá estavam representados. Os Camargos possuíam o seu nome de confiança: Romualdo Baraúna, casado com a irmã de Affonso Camargo. O deputado José Pinto Rebello Júnior também era cunhado de Affonso Camargo. Os Munhoz da Rocha estavam com Leônidas do Amaral Ferreira, que foi casado com a filha de Caetano Munhoz da Rocha. O sogro de Caetano Munhoz da Rocha era o deputado Alfredo Xavier de Almeida. Os velhos federalistas contavam com o decano Coronel Teófilo Soares Gomes, casado no ramo Alves de Araújo. Os intelectuais eram representados por Romário Martins, casado com Benedicta de Menezes, descendente do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto. O deputado Frederico Mascarenhas Martins é filho de um dos primeiros povoadores de Ponta Grossa, pertencente a sua primeira Câmara. O poder político "oligárquico" dos coronéis, proprietários rurais e comerciantes continua.

Padrão da representação política na Reforma Constitucional elaborada pela Assembléia de 1926-1927.

NOME	NATURALIDADE OCUPAÇÃO	CARREIRA POLÍTICA	INTERESSES	FAMÍLIA HISTÓRICA
Abílio Peixoto da Silva	Baiano. Bacharel em Direito	Diretor e Secretário de Estado	Burocracia e justiça	
Alcidino Gonzaga Pereira	Paranaguá. Padre		Religião católica	X
Alfredo Romário Martins	Curitiba. Tipógrafo, funcionário público		História e cultura paranaense	X
Alfredo Xavier de Almeida	Rio Negro. Tabelião, ervateiro	Presidente da Câmara de Rio Negro	Erva-mate e criação de gado e cavalos	X
Antonio Diniz de Faro Sobral	Sergipe. Bacharel em Direito	Juiz	Fazendeiro	
Cézar Torres	Campo Largo. Farmacêutico	Prefeito de Campo Largo. Coronel da GN Presidente do PRPr		
Didio Iratym Affonso da Costa	Guarapuava. Oficial da Marinha	Prefeito de Paranaguá	Escritor e historiador	X
Domingos Soriano da Costa	Coronel. Capitalista			
Eliseu de Campos Mello São Paulo	Bacharel em Direito. Jornalista	Juiz de Direito. Prefeito de Ponta Grossa	Fazendeiro, ervateiro, madeireiro	
Ernani Nogueira Zani	Militar do Exército			X

continua

conclusão

NOME	NATURALIDADE OCUPAÇÃO	CARREIRA POLÍTICA	INTERESSES	FAMÍLIA HISTÓRICA
Francisco Fido Fontana	Curitiba	Presidente da ACP	Burguesia da erva-mate	X
Frederico Mascarenhas Martins		Prefeito de Tibagi		X
Guilhermino Baêta de Faria	Minas Gerais. Engenheiro militar			
Gustavo Lessa de Souza				
Hildebrando César de Souza Araújo	Importador e industrial			X
Hugo de Barros	Rio de Janeiro Bacharel em Direito/PR			
João da Silva Sampaio	Lapa. Comerciante e Proprietário de gráfica.		Imprensa	
José dos Santos Ribas				
José Pinto Rebello Júnior.	Curitiba.	Secretário do Interior, Justiça.		X
José Kemnitz Moreira Lima				
Leônidas do Amaral Ferreira	Lapa. Médico.			X
Lysandro Alves de Araújo	Fazendeiro e industrial em Ponta Grossa	Coronel.		X
Manoel de Oliveira Franco	Curitiba. Bacharel em Direito	Secretário da Fazenda e Justiça	Direito Constitucional	X
Nicéphoro Falarz	Professor			
Piragibe de Araújo	Palmas. Médico	Secretário de Saúde. Prefeito de Clevelândia		X
Pretextato Pennafort Taborda Ribas	Empresário	Presidente do Banestado	Empreendimentos capitalistas	X
Romualdo Antonio Baraúna	Bahia. Engenheiro Agrônomo	Prefeito de Guarapuava. Comissário de Terras		X
Teófilo Soares Gomes	Antonina. Industrial	Um dos chefes federalistas em 1894		X

4 CÂMARA DOS DEPUTADOS[98]

Dos 27 indivíduos que foram deputados federais no Paraná durante a República Velha, 19 pertencem às famílias históricas. A representação federal do Paraná era considerada como um espaço relativamente menos fechado que o senado por parte dos grupos tradicionais. Muitos dos deputados eram pessoas de fora do Estado e que conseguiram boas relações políticas no Paraná. O republicanismo histórico também possuía algumas ligações com as famílias históricas. A presença de militares na primeira legislatura acompanhava as tendências da proclamação da República. Com a consolidação republicana, observa-se o firme controle da política paranaense por parte dos velhos grupos da classe dominante paranaense.

DEPUTADOS FEDERAIS DO PARANÁ NA REPÚBLICA VELHA

NOME E PERÍODO	NATURALIDADE	OCUPAÇÃO	CARREIRA	CONEXÃO COM FAMÍLIA HISTÓRICA
Bellarmino Au gusto Mendonça Lobo, 1891	Barra Mansa/RJ	Engenheiro militar	Veterano da Guerra do Paraguai. Ministro do STM.	Não
Fernando Machado Simas 1891	Paranaguá/1851	Farmacêutico	Republicano histórico	Sim. Casado com Helena Gutierrez, neta de Manoel Francisco Correia
Marciano Augusto Botelho de Magalhães, 1891	Rio de Janeiro/ 1848	Militar	Veterano da Guerra do Paraguai	Não
Eduardo Mendes Gonçalves, 1891	Paranaense	Engenheiro civil, Jornalista	Republicano histórico Presidente da Câmara de Curitiba	Sim
Bento José Lamenha Lins, 1894, 1897, 1900, 1903, 1909, 1912	Recife/ 1866 Filho do Presidente da Provincia do PR Adolpho de Lamenha Lins	Bacharel em Direito	Juiz, Chefe de Polícia, Secretário de Justiça e de Finanças	Sim. Casado com Helena de Loyola, viúva de Vicente Machado
Francisco de Almeida Torres, 1894	Curitiba	Engenheiro civil. Proprietário de olaria e serraria	Republicano histórico	Não
Brazilio Ferreira da Luz/ 1894, 1897	Curitiba	Médico militar	Deputado Provincial, Senador	Sim

continua

[98]Ver o anexo parte 4 item 4. Deputados Federais do Paraná de 1891-1930.

DEPUTADOS FEDERAIS DO PARANÁ NA REPÚBLICA VELHA

Conclusão

NOME E PERÍODO	NATURALIDADE	OCUPAÇÃO	CARREIRA	CONEXÃO COM FAMÍLIA HISTÓRICA
Manoel de Alencar Guimarães/ 1894, 1897,1900,1903, 1906	Buenos Aires	Bacharel em Direito pelo Recife	Juiz, Chefe de Polícia, Senador	Sim. Neto do Visconde de Nácar
Leôncio Correia/ 1897	Paranaguá.		Republicano e abolicionista	Sim. Família Correia
João Cândido Ferreira/ 1900	Fazenda Taboão, Lapa	Médico	Prefeito da Lapa. Presidente do Paraná	Sim
Carlos Cavalcanti de Albuquerque,1900, 1903,1909	Rio de Janeiro, 1864	Engenheiro Militar	Presidente do Paraná. Senador	Sim.Casado com Francisca, irmã de Caetano Munhoz da Rocha
Cândido Ferreira de Abreu/ 1903		Engenheiro civil	Prefeito de Curitiba. Senador	Sim. Neto do Visconde de Nácar
Antonio Augusto de Carvalho Chaves, 1904, 1906, 1909	Macaíba, RN. 1875	Bacharel em Direito por SP	Promotor. Secretário de Fazenda e Justiça. Presidente do CAE no Estado Novo	Não. Já a sua filha se casa na família Silveira da Motta
João Menezes Dória, 1906	Curitiba, 1861	Médico	Um dos chefes federalistas em 1894	Não
Vítor Ferreira do Amaral e Silva, 1906	Lapa, 1862	Médico	Presente na criação da ACP Primeiro Reitor da Universidade do Paraná	Sim
Manoel Correia Defreitas, 1909, 1912	Paranaguá, 1853		Republicano histórico	Sim
Luís Antonio Xavier, 1912, 1915, 1918	Curitiba, 1856		Tabelião de Notas Secretário de Finanças. Prefeito de Curitiba	Não
Luiz Bartolomeu de Souza e Silva 1912, 1915, 1918, 1921	Rio Preto/ MG 1864	Militar e jornalista	Na vaga de Luiz Xavier	Não
Alberto Ferreira de Abreu, 1915	Paranaguá, 1853	Engenheiro militar		Sim. Neto do Visconde de Nácar
João David Pernetta, 1915, 1918	Curitiba, 1874	Engenheiro civil		Sim
Ottoni Ferreira Maciel, 1918	Palmeira, 1870	Escreveu "Bastidores Políticos"	Deputado Constituinte Estadual de 1892	Sim
Afonso Alves de Camargo, 1921	Guarapuava, 1873	Bacharel em Direito	Presidente do Paraná	Sim
Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, 1921, 1924, 1927 1930	Bananeiras, PB. 1883	Bacharel em Direito	Promotor Público. Chefe de Polícia	Sim. Concu- nhado de Affonso Camargo. Casados com mulheres da família Pinto Rebello
Plínio Gonçalves Marques, 1921, 1924, 1927, 1930	Antonina, 1883	Médico. Sócio de Firma industrial		Sim
Eurides Cunha 1924, 1927	Campo Largo	Bacharel em Direito por São Paulo. Grande proprietário	Prefeito de Jaguariaíva e de Curitiba	Não
Arthur Martins Franco, 1924, 1927, 1930	Campo Largo, 1876	Engenheiro civil. Grande proprietário	Comissário de Terras. Secretário de Fazenda	Sim
João Moreira Garcez, 1930	Curitiba, 1885	Engenheiro civil	Diretor de Obras Públicas. Sec. da Fazenda. Prefeito de Curitiba	Sim

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

5 SENADO FEDERAL[99]

Dos quinze senadores do Paraná na República Velha, quatorze pertencem às famílias históricas da classe dominante. Ubaldino do Amaral, senador na Constituinte, teria vínculos com os Amaral Gurgel (Vargas: 1976,61). Francisco Xavier da Silva, apesar de não pertencer a nenhuma das grandes famílias históricas, era neto de um grande fazendeiro português dos Campos Gerais.

NOME DO SENADOR	CHEFIA DO EXECUTIVO	FAMÍLIA HISTÓRICA
Ubaldino do Amaral		Pertenceria a família Amaral Gurgel
José Pereira dos Santos Andrade	X	X
Generoso Marques dos Santos	X	X
Vicente Machado	X	X
Arthur Ferreira de Abreu		X
Alberto José Gonçalves		X
Joaquim Rezende de Lacerda		X
Brazílio Ferreira da Luz		X
Candido Ferreira de Abreu		X
Francisco Xavier da Silva	X	
Manoel de Alencar Guimarães		X
Carlos Cavalcanti de Albuquerque	X	X
Afonso Camargo	X	X
Luiz de Albuquerque Maranhão		X
Marins Alves de Camargo	X	X

[99]Ver o anexo parte 7, item 5. Senadores do Paraná de 1891-1930.

6 CONSTRUÇÃO DA CLASSE DOMINANTE HISTÓRICA DO PARANÁ

A classe dominante é uma formação social heterogênea, mas unificada por um eixo principal no controle das riquezas materiais, simbólicas e na posse de um conjunto de capitais sociais e políticos que permitem a sua reprodução, assim como o exercício da dominação e do poder político. A classe dominante compõe um bloco no poder que "*indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista*". (POULANTZAS, 1977, p.229). O bloco no poder é formado pelas diversas frações que apresentam uma unidade contraditória. O conceito de bloco no poder não se resume apenas à formação capitalista, pode ser operacionalizado na análise de formações pré-capitalistas, como no caso do Estado Escravista Colonial no Brasil. (SAES, 1985, p.94-95). O conceito de bloco no poder indica os complexos e contraditórios relacionamentos da classe dominante com o Estado.

A classe dominante se organiza e se unifica no Estado.

> Se tentarmos agora tomar em consideração as características do Estado capitalista em relação às classes e frações dominantes, podemos constatar que esse Estado apresenta uma unidade própria, conjugada com a sua autonomia relativa, não na medida em que constitua o utensílio de uma classe já politicamente unificada, mas na medida em que constitui precisamente o fator de unidade do bloco no poder. Não se trata, portanto, de forças sociais repartindo entre si o poder institucionalizado; trata-se, sim, de várias classes e frações presentes no terreno da dominação política, que só podem contudo assegurar essa dominação na medida em que estejam politicamente unificadas. O Estado extrai a sua unidade própria dessa pluralidade de classes e frações dominantes na medida em que a relação entre elas, não podendo funcionar sob a forma de repartição do poder, necessita do Estado como fator organizador da sua unidade propriamente política. Essa unidade, realizada sob a égide da classe ou fração hegemônica, corresponde assim à unidade do Estado como fator de organização dessa classe ou fração. Nesse sentido, a unidade do poder de Estado reside, em última análise, na sua relação particular com a classe ou fração hegemônica, no fato da correspondência unívoca do Estado com os interesses específicos dessa classe ou fração. (POULANTZAS, 1977, p.297-298).

A fração ervateira da classe dominante paranaense foi aquela que durante mais tempo organizou a hegemonia dentro do bloco no poder regional na periodização estudada de 1853-1930. A legislação ervateira aponta a sua égide no aparelho de Estado durante vários momentos. A força da fração dos grandes proprietários de terra ligados ao tropeirismo e à pecuária também conheceu momentos de poder. A análise da unidade da classe dominante revela uma formação mais ampla da sua produção social histórica real.

Podemos pensar nas condições sociais da produção da classe dominante paranaense em uma dimensão ampla, enquanto um grupo social extenso. Não devemos ter em referência apenas o limitado número de indivíduos que, em cada geração ou conjuntura, possuem e ocupam as maiores e melhores posições e privilégios de destaque na economia e na política. Devemos avaliar os complexos grupos sociais que fornecem a cada período os atores e quadros principais da política dominante. Não devemos apenas estudar os principais personagens no ápice da cena econômica e política a cada geração. Se o nosso foco de análise permanecer somente nas grandes personalidades, deixaremos de avaliar as pesadas unidades familiares e de parentesco que possibilitaram a infra-estrutura da produção e da performance da elite política. A classe dominante é visível a partir dos detentores de grandes fortunas, dos ocupantes dos mais elevados cargos políticos e dos grandes gestores da cultura e ideologia oficial. Porém, a riqueza, o poder e o prestígio mudam de mãos e de famílias a cada geração, nas rodas da fortuna e da *virtù*. No entanto, e o que é mais significativo em nossa pesquisa, a glória do poder de mandar e a soberba dos cabedais permanecem basicamente limitados a um conjunto extenso de grupos familiares que constantemente alimentaram e forjaram a classe dominante paranaense no período estudado.

Uma importante colaboração nos é oferecida por Daniel Bertaux (1979), em seu livro – "*Destinos Pessoais e Estrutura de Classe. Para uma crítica da antroponomia política*". Bertaux pensa as relações entre os destinos pessoais e a estrutura de classe como uma distribuição dos seres humanos nos níveis e lugares definidos pela estrutura de

classe. Essa distribuição é representada por fluxos coletivos entre lugares coletivos a partir de uma estrutura de classe pré-determinada. (Bertaux: 1979, 49-51). "*O lugar principal da produção antroponômica é a família*" (op.cit., 64). A reprodução das relações sociais de produção passa pela distribuição das pessoas dentro de lógicas sociais específicas, que delimitam as posições coletivas em questão. O lugar de nascimento, o casamento, as conexões sociais e todo um conjunto de interações sociais, estatisticamente, determinam o perfil de uma pessoa na estrutura de classes. As redes de relações no seio das frações da classe dominante são um traço central e necessário para a sua permanência entre os segmentos superiores da sociedade. Os laços de solidariedade potencial que unem os formandos de uma determinada instituição educacional, como, por exemplo, as Escolas de Direito no Império, ilustram a produção social e política de pessoas que viveriam e ocupariam determinadas posições na estrutura de classe e no aparelho de Estado do Brasil do século XIX. Merece consideração o fato de que na classe dominante, os capitais, as terras e as propriedades estão vinculados mais a estruturas familiares do que a simples posse individual.

Também as conexões matrimoniais de parentesco e de amizade são coletivas e escapam às simples aparências. Múltiplas famílias e longas linhagens estão por trás de muitos empreendimentos da classe dominante. (Bertaux: 1979, 147, 281, 282). Muitos desses contatos são de difícil apreensão. Vejamos um pequeno caso paranaense relatado pelo Coronel Ottoni Maciel, no seu livro, "*Bastidores Políticos*" (1925), a respeito de suas relações com Caetano Munhoz da Rocha. "*Eu sou, talvez, um dos poucos políticos a quem ele dispensa maiores atenções. Nunca deixou de visitar-me quando aqui venho. Temos ligações de família, - pois a sua única irmã, pela qual tem verdadeiro desvelo, é casada com um meu sobrinho afim, ao qual paraninfei no ato do casamento*". (MACIEL, 1925, p.180).

A análise da classe dominante na formação paranaense é estruturada a partir de sete grandes formações genealógicas. Unidades privilegiadas de parentesco que atravessam o tempo relativamente abertas e flexíveis na incorporação de poucos novos e "valorosos"

elementos que continuamente se agregam nos grupos originais. Nesses grupos reside o poder político histórico do Paraná. A morada do poder foi formada pelos grupos de Manoel de Lemos Conde, Gabriel de Lara, Mateus Leme, Baltazar Carrasco dos Reis, João Rodrigues Seixas, João Rodrigues França e Domingos Cardoso de Lima. O eixo essencial de concentração do poder político pode ser reduzido ainda mais. Com os títulos de Carrasco dos Reis, Rodrigues Seixas e Rodrigues de França, se visualiza o núcleo duro, o centro de gravidade da classe dominante do Paraná. A sua reconstituição genealógica é a reconstrução dos mecanismos de poder e riqueza no Paraná. Analiticamente é possível a reconstituição da maior parte da classe dominante da história do Paraná com a sua evolução genealógica. Matematicamente e estatisticamente, configurou-se o poder político a partir dos seus membros. Basta fazer como nós fizemos, por exemplo, uma atualização da obra de Francisco Negrão, Genealogia Paranaense, que parou em 1930. Os herdeiros do poder de 1930 até o final do século XX lá estavam "anonimamente" citados, muitas vezes como desconhecidas crianças ou jovens que em breve assumiriam as posições de comando e destaque no conjunto da classe dominante paranaense.

A certeza estatística de semelhante afirmação pode ser empiricamente aferida pela verificação de um dado. A grande obra de Francisco Negrão foi encerrada quando do seu falecimento em 1937. Desde então já foi possível a inclusão de novos governadores dentro de pessoas e jovens desconhecidos daquela época, listados dentro dos três títulos centrais por nós apontados na Genealogia Paranaense. É o caso de Manuel Ribas, Bento Munhoz da Rocha Neto, Ney Braga e Pedro Viriato Parigot de Souza. Estatisticamente, a chance de novos grandes personagens oriundos daqueles três troncos é muito grande.

O Paraná foi uma das regiões que mais transformações conheceu nos últimos 150 anos no país. A vinda em massa de imigrantes brasileiros e europeus colaborou com profundas mudanças e na criação de novas economias e novas sub-regiões. No entanto, a presença dos sete grandes grupos revela uma continuidade. Por isso mesmo, devemos analisar sociologicamente a classe dominante histórica paranaense não apenas pela sua ponta

visível e brilhante, como a parte acima do nível da água em um *iceberg*. Mas também devemos analisar as formações ainda maiores e menos visíveis e brilhantes que permanecem em sua maior parte *submersas*, consistindo no arcabouço da estrutura superior.

Quando analisamos essa classe dominante em um período de 30 anos, por exemplo, podemos mapear os grandes ricos e as grandes fortunas, os governadores, os senadores, os prefeitos, os deputados e todo um conjunto de grandes gestores. Se procedermos a análise da classe dominante em 300 anos, devemos analisar grandes formações de parentesco e uma complexa estrutura familiar, abrangendo personagens mais obscuros, como os outros irmãos, sobrinhos, primos e ramos mais distantes dos que ocupam os grandes cenários de riqueza e poder da elite a cada conjuntura. Porque a partir desses personagens colaterais, podem estar os avoengos dos grandes nomes da elite dos próximos 50 anos. Porque as cartas da classe dominante paranaense foram preferencialmente redistribuídas entre os que se abrigaram nos limitados grupos familiares de tradição. Foi uma redistribuição interna, uma rotatividade entre grupos de parentesco, ainda que em diferentes níveis de parentesco entre si, compartilhando muitos antepassados em comum. Foi um jogo de cartas marcadas.

A classe dominante pode ser metaforicamente comparada com uma árvore frondosa. Em um primeiro olhar é representada pelos seus ramos mais floridos e com frutas, que em uma conjuntura específica, representa rigorosamente e de fato, a elite social e política de indivíduos dominantes, em um sentido mais preciso, delimitado e rigoroso. Mas, nessa árvore existem outros ramos e galhos que estão continuamente produzindo, ou já produziram, os indivíduos das elites passadas e futuras. Ramos ou famílias que podem se revezar como os mais importantes dali a algumas décadas, em outras conjunturas. Demograficamente e socialmente, ambos os ramos e ambas as famílias estão na mesma árvore, em um mesmo conjunto social. Assim, a formação e a evolução da classe dominante paranaense pode ser pensada em termos demográficos como um fenômeno de um grupo populacional através dos séculos. Uma pessoa pode

esporadicamente ingressar nessa classe dominante. Quanto maior for o sucesso individual do novo rico, ou do novo poderoso, mais a sua família tenderá a contrair relações e casamentos com membros mais antigos (e muitas vezes em um processo de relativa decadência) da velha classe dominante, na presença de famílias mais tradicionais. Com isso, mantêm-se as regras de continuidade dos grupos da classe dominante, continuamente preservando a sua posição pela incorporação de novos valores. Também, membros da classe dominante podem ir se afastando das posições e da renda da classe dominante e eventualmente se afastar por completo, inclusive perdendo a memória familiar do seu passado. E pior ainda, perder os contatos e a rede de conexões e capitais sociais que caracterizam a classe dominante e os segmentos superiores, o que geralmente impede uma queda brusca para fora, abaixo de determinadas condições sociais.

O processo de desligamento da classe dominante ou das posições mais privilegiadas dura algumas gerações, fora tragédias muito raras. O que é mais comum, é uma família que ascendeu rapidamente, igualmente descer bruscamente, desaparecendo em poucas décadas do grande cenário da riqueza, do poder e das posições mais privilegiadas. Alguém que suba rápido, sem estabelecer vínculos com as famílias tradicionalmente dominantes, corre o risco de sair para fora da classe dominante, em um processo de ascensão e queda de menos de cem anos. Uma família para se consolidar na classe dominante paranaense, no período estudado, precisou de pelo menos 150 anos para nela firmar fortes conexões, como foi o caso dos Munhoz, Camargo, Macedo e Guimarães.

A base demográfica da classe dominante paranaense formou-se a partir dos pioneiros de São Vicente que ocupam o litoral e o planalto de Curitiba no século XVII. Ao núcleo inicial originário de São Paulo, especialmente de Santana da Parnaíba, foi adicionada uma intensa imigração de portugueses do Norte, no século XVIII e XIX. No século XIX, verifica-se com o Estado Imperial, a vinda de setores da elite estatal do nordeste brasileiro. A partir dos fins do século XIX, aconteceu o ingresso de imigrantes e de descendentes de europeus não-ibéricos. Também se constata um grande intercâmbio entre as classes dominantes das regiões adjacentes, do litoral sul de São Paulo e do

nordeste de Santa Catarina, de origens semelhantes à classe dominante do Paraná. Elementos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro são verificáveis, assim como hispânicos, com o mate e o tropeirismo.

Uma formidável visualização da classe dominante do Paraná nos é oferecida pela obra genealógica de Francisco Negrão " *Genealogia Paranaense*". A obra está dividida por títulos genealógicos, cada um deles representa a descendência de um personagem socialmente importante para o Paraná. O título é o retrato da evolução de uma rede de parentesco, a partir da família do titular, em um efeito progressivo, em cascata. Todos os personagens de um título têm vínculos de parentesco, ou ancestrais em comum, por mais distantes e remotos que sejam. Negrão nos oferece vários títulos genealógicos, demonstrando a sua evolução demográfica até o século XX:[100]

Em termos de importância política, o núcleo duro da classe dominante paranaense é formado com os títulos Carrasco dos Reis, Rodrigues Seixas, Rodrigues França e Cardoso de Lima. Neles confluíram os ramos mais antigos e mais importantes dos títulos pioneiros dos Laras, de Mateus Leme e o de Lemos Conde (Moraes Cordeiro).

A partir dos quatro grandes troncos familiares que constituem o cerne da classe dominante do Paraná, com uma estruturação política de quase trezentos anos de organização familiar reconhecida, podemos compor unidades familiares menores, pertencendo isoladamente a um ou a vários dos troncos centrais. Listando as famílias que ofereceram titulares da alta elite política, famílias economicamente importantes e ainda aquelas com ideólogos da identidade paranaense, ou com todas essas características reunidas na síntese que é uma classe dominante concreta, teríamos, como diziam os antigos documentos coloniais, uma lista "*das principais famílias*":[101]

---

[100]Ver o anexo parte 4, item 6. Títulos Genealógicos do Paraná.

[101]Ver o anexo parte 4, item 6. Famílias Históricas do Paraná.

As ramificações dos antepassados em comum nas famílias históricas é muito grande. Procurando calcular o tronco do título mais importante na fundação de Curitiba, o de Mateus Leme por exemplo, podemos observar que vários grupos familiares podem comprovar ser descendentes do Capitão-Povoador de Curitiba. É o caso dos Muricy, Ferreira da Luz, Loyola, Munhoz, Machado da Silva Lima, Rocha Loures, Oliveira Franco, Oliveira, Miranda Coutinho, dentre outros grupos de Curitiba e de São Francisco do Sul. (Negrão, V4, Título Mateus Leme. Incompleto), (Nascimento: ind. Títulos Miranda Coutinho, Gomes de Oliveira, Carvalho Bueno), (FRANCO, 1941, p.157, Arvore B).

A maior parte das famílias históricas do Paraná podem traçar vários antepassados dentre os homens que assinaram a fundação da vila de Curitiba em 1693, ou possuem como antepassados alguns dos Capitães-Mores de Paranaguá.

A presença de grupos familiares na tradição histórica dominante atende a critérios objetivos na ocupação de posições de poder político. São famílias que possuíram alguns dos seus membros como: Sesmeiros e "homens bons" da administração colonial. Chefes do Poder Executivo regional - presidente da Província e do Estado e governadores, prefeitos de municípios importantes. Altos quadros da esfera regional do aparelho de Estado - secretários de Estado. Membros da representação paranense no poder legislativo - senadores, deputados gerais e federais, deputados estaduais (os mais importantes), e um grande número de vereadores e outros cargos políticos locais. Importantes lideranças empresariais, presidentes da Associação Comercial do Paraná e da Federação das Indústrias do Paraná. Membros de altas esferas do poder judiciário - desembargadores, conselheiros do Tribunal de Contas. Quadros ideológico-culturais, como os mais importantes escritores e organizadores da identidade paranaense e das suas instituições culturais e educacionais.

PARTE 5

IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE DOMINANTE

1 QUEM É QUEM NO PODER POLÍTICO HISTÓRICO DO PARANÁ

Procuraremos dimensionar a participação das famílias históricas do Paraná na formação e gestão das suas principais estruturas de poder político. Apenas a firme pesquisa empírica pode detectar em que nível a presença de atores políticos vinculados aos títulos genealógicos centrais na formação da classe dominante do Paraná forma a composição do poder paranaense.

Dos oito paranaenses que foram Ministros de Estado até 1964,[102] sete (Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Manuel Francisco Correia, Manuel Alves de Araújo, Bento Munhoz da Rocha Neto, Aramys Taborda Athayde, Ney Amintas de Barros Braga e Flávio Suplicy de Lacerda) possuíam vínculos nas famílias tradicionais da classe dominante. Apenas o Ministro do Trabalho de João Goulart, Amaury de Oliveira e Silva não pertencia às famílias tradicionais da classe dominante.

Todos os 11 Presidentes de Província do Paraná Imperial[103] são integrantes de quatro grupos familiares dominantes do Paraná (títulos Baltazar Carrasco dos Reis, João Rodrigues Seixas, João Rodrigues França e Cardoso de Lima, linhagens com forte presença histórica na classe dominante paranaense).

Dos 30 Chefes do poder Executivo Republicano do Paraná[104]

- **17** pertencem aos títulos familiares históricos e hegemônicos desde a formação pioneira do Paraná. Generoso Marques, Vicente Machado, Santos Andrade, João Cândido Ferreira, Carlos Cavalcanti, Affonso Camargo,

---

[102]Ver o anexo parte 5, item 1. Paranaenses que foram Ministros de Estado até 1964.

[103]Ver o anexo parte 5, item 1. Paranaenses na Presidência da Província.

[104]Ver o anexo parte 5, item 1. Os Governadores e Presidentes do Paraná Republicano.

Caetano Munhoz da Rocha, Mário Tourinho, Manoel Ribas, Clotário de Macedo Portugal, Bento Munhoz da Rocha, Adolpho de Oliveira Franco, Ney Braga, Algacyr Guimarães, Parigot de Souza, João Elísio Ferraz de Campos e Mário Pereira.

- **4** pertencem a grupos que, apesar de não serem fundadores ou pioneiros do Paraná, participaram da formação da região, desde meados do século XVIII até o fim do século XIX. Francisco Xavier da Silva, Brasil Pinheiro Machado, Moysés Lupion e Roberto Requião
- **2** pertencem a grupos familiares de estruturação política no Paraná com menos de 100 anos. Famílias com o capital político construído a partir do século XX. Paulo Pimentel e Emílio Hoffmann Gomes.
- 7 não possuem relações de parentesco com os grupos históricos do Paraná tradicional. Sendo famílias novas na política (geralmente de capital político formado no Norte do Paraná ou de novos imigrantes). Mário Gomes da Silva, Haroldo Leon Peres, Emílio Hoffmann Gomes, Jayme Canet, José Hosken de Novaes, José Richa, Álvaro Dias e Jayme Lerner.

A inflexão está representada a partir dos anos cinqüenta/sessenta, com a entrada no jogo político do norte paranaense com os seus novos atores políticos. Antes de 1960, o domínio dos grupos históricos é quase completo. Depois de 1960, assiste-se a uma sociedade cada vez mais moderna, urbana e complexa. No entanto, a participação política das famílias históricas ainda é considerável.

Dos 56 Prefeitos Listados de Curitiba[105]

- **23** descendem diretamente ou se casaram com mulheres dos títulos centrais na formação da classe dominante do Paraná (Títulos Carrasco dos Reis,

[105]Ver o anexo parte 5, item 1. Prefeitos de Curitiba - 1893-1999.

Rodrigues Seixas, Rodrigues de França e Cardoso Lima). Cândido Ferreira de Abreu, Guilherme Xavier de Miranda, Cyro Veloso, Jorge Meyer, Cícero Gonçalves Marques, Ignácio de Paula França, Arthur de Souza Ferreira, Antonio Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira de Macedo, Percy Withers, João Moreira Garcez, Oscar Borges de Macedo Ribas, Alexandre Beltrão, João Macedo de Souza, Alô Guimarães, Algacyr Munhoz Mader, Raul de Azevedo Macedo, Antenor Pamphilo dos Santos, Lineu Ferreira do Amaral, Ernani Santiago de Oliveira, Mario Affonso Camargo, Ney Braga, Rafael Greca de Macedo.

- **14** pertencem ou se casaram em títulos e em famílias de tradição política estabelecida no Paraná desde antes do século XX. Luiz Antonio Xavier, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, João Antonio Xavier, Claudino Ferreira dos Santos, Eurides Cunha, Aluízio França, Nicolau Mader Júnior, Carlos Heller, Angelo Lopes, Hostílio de Souza Araújo, Wallace Tadeu de Melo e Silva, Iberê de Mattos, Ivo Arzua Pereira, Roberto Requião.
- **19** começaram recentemente o seu capital político, sem tradição política familiar histórica identificada. Avelino Lopes, Jorge Lothario Meissner, Rozaldo de Mello Leitão, Arnaldo Beckert, João Kracik Neto, Ney Leprevost, Amâncio Moro, Erasto Gaertner, Milton Anselmo da Silva, José Luiz Guerra Rego. Augusto Toaldo Túlio, Elias Karam, Edmundo Leining Saporski, Erondi Silvério, Omar Sabbag, Jaime Lerner, Saul Raiz, Maurício Fruet e Cássio Taniguchi.

Dos 52 Secretários de Justiça do Paraná entre 1892 e 1975[106]

- **32** são membros ou familiarmente relacionados com títulos históricos de maior importância política na formação da classe dominante do Paraná (Títulos Mateus Leme, Baltazar Carrasco dos Reis, Rodrigues Seixas, Cardoso de Lima, Moraes Cordeiro e Góes Siqueira). João Ferreira Leite, Jerônimo Cabral Pereira do Amaral, Caetano Alberto Munhoz, Antonio Augusto de Carvalho Chaves, Octávio Ferreira do Amaral, Bento José Lamenha Lins, Marins Camargo, Enéas Marques, Manoel de Oliveira Franco, Alcides Munhoz, José Pinto Rebello Júnior, João Ribeiro de Macedo Filho, João Pernetta, Clotário de Macedo Portugal, Catão Mena Barreto Monclaro, Francisco Martins Franco, Eurípedes Garcez do Nascimento, Oscar Borges de Macedo Ribas, Manoel Lacerda Pinto, João Teophilo Gomy Júnior, Aramis Athayde, Laertes de Macedo Munhoz, Alô Guimarães, Guataçara Borba Carneiro, Alcides Pereira Júnior, Antonio Lustosa de Oliveira, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, Afonso Camargo Neto, Gaspar Peixoto Costa, Lauro Rego Barros, Plautó Miró Guimarães, José Munhoz de Mello.
- **7** são membros de famílias de expressiva influência política desde o século XIX. É o caso de Luiz Antonio Xavier, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Oscar Martins Gomes, Hostílio César de Souza Araújo, Renato Gurgel do Amaral Valente, Rubens Requião e Túlio Vargas.
- **13** são personagens relativamente novos na política paranaense, seja por serem de outras regiões do país, ou imigrantes e seus descendentes recentes no Paraná. O poder político do século XX. Omar Gonçalves da Motta,

[106]Ver o anexo parte 5, item 1. Secretaria da Justiça do Paraná - 1892-1975.

Fernando Flores, Raul Vaz, Roberto Barrozo, José Colombino Grassano, Felipe Silveira Bittencourt, Júlio Farah, João de Mattos Leão, Lauro Fabrício de Mello Pinto, Ruy Ferraz de Carvalho, Mário Faraco, Octávio Cesário Pereira Júnior, Zacharias Seleme.

Dos 35 Senadores do Paraná entre 1854 e 1979[107]

- **20** pertencem às famílias tradicionais da formação da classe dominante do Paraná (Títulos Carrasco dos Reis, Rodrigues Seixas, Rodrigues França e Cardoso de Lima). João da Silva Machado, Manoel Francisco Correia, Santos Andrade, Generoso Marques, Vicente Machado, Arthur Ferreira de Abreu, Alberto Gonçalves, Brazílio Ferreira da Luz, Candido Ferreira de Abreu, Manoel de Alencar Guimarães, Carlos Cavalcanti, Affonso Camargo, Luiz Maranhão, Marins Camargo, Flávio Carvalho Guimarães, Alô Guimarães, Adolpho de Oliveira Franco, Ney Braga, Francisco Rodrigues Costa, Affonso Camargo Neto.
- **5** pertencem à famílias de reconhecida projeção política no Paraná. Francisco Xavier da Silva, Arthur Ferreira dos Santos, Othon Mader, Moysés Lupion, Rubens de Mello Braga.
- **10** pertencem aos novos personagens que politicamente iniciaram um novo capital político no Paraná. Ubaldino do Amaral, Roberto Glasser, Gaspar Duarte Vellozo, Abilon de Souza Naves, Nelson Maculan, Amaury de Oliveira e Silva, João Mattos Leão, Octávio Cesário Pereira Júnior, Francisco Leite Chaves, José Richa.

---

[107]Ver o anexo parte 5, item 1. Senado do Paraná - 1854-1979.

Em 110 Desembagadores Listados na História do Poder Judiciário do Paraná de 1891 até 1981[108]

Foram identificados 73 desembargadores como vinculados às famílias e aos títulos genealógicos de tradicional e histórico domínio político, social e econômico no Paraná. (Incluídos os Desembargadores com conexões familiares identificadas em todos os títulos da Genealogia Paranaense, de Francisco Negrão).

Foram identificados 28 desembargadores como bacharéis nascidos no Norte do país. (Região Nordeste e Norte).

Dos 19 presidentes da Associação Comercial do Paraná de 1890 até 1975,[109] 17 pertencem ou possuem fortes vínculos familiares (se casaram ou os seus filhos se casaram) com os títulos genealógicos presentes na criação do Paraná, no final do século XVII e início do século XVIII (Títulos Carrasco dos Reis, Rodrigues Seixas e Rodrigues de França). As famílias Correia (Barão do Serro Azul), Carneiro (o sucessor dos negócios do Barão do Serro Azul), Guimarães (os herdeiros do Visconde de Nácar) e Macedo possuem mais da metade dos presidentes da ACP.

A presença empresarial da classe dominante tradicional do Paraná, através da burguesia ervateira, revela a sua capacidade de transformação e hegemonia do século XVII até o século XX.

Os dois Presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná[110] também apresentam relacionamentos de parentesco nas famílias históricas da classe dominante. Heitor Stockler de França (Presidente de 1944 a 1958) era casado com Brazilia Taborda Ribas (família Ribas) e Lidio Paulo Bettega (Presidente de 1958-1968) era casado com

---

[108]Ver o anexo parte 5, item 1. Tribunal de Justiça do Paraná - 1891-1981.

[109]Ver o anexo parte 5, item 1. Associação Comercial do Paraná. Galeria dos Presidentes - 1890-1975.

[110]Ver o anexo parte 5, item 1. Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Presidentes - 1944-1968.

Semiramis Seiler, filha de João Viana Seiler, que foi Presidente da Associação Comercial do Paraná.

O Banco do Estado do Paraná[111] foi criado durante a gestão de Afonso Alves de Camargo na Presidência do Paraná em 1928. Dos 26 presidentes do Banestado entre 1928 e 1979, conseguimos identificar 11 presidentes que pertencem a famílias com interesses econômicos e políticos enraizados no Paraná desde pelo menos o final do século XIX.

No Conselho Administrativo de Estado do Paraná no fim do Estado Novo,[112] todos os 4 nomes que o conformaram possuem vínculos com famílias que dominam politicamente o Paraná há mais de duzentos anos.

O Conselho Administrativo de Estado foi substituído pelo Tribunal de Contas do Estado[113] em 1947. Dos 20 Conselheiros, conseguimos identificar 9 conselheiros com vínculos em famílias de políticos ou membros das famílias históricas.

O campo ideológico-cultural segue a mesma tendência de forte presença das famílias históricas da classe dominante no controle cultural. Dos 119 escritores analisados na Academia Paranaense de Letras[114] (a Cadeira n.º 38 não teve um primeiro ocupante):

- 82 pertencem aos títulos listados por Francisco Negrão.
- 60 possuem conexões com os títulos pioneiros (Carrasco dos Reis, Rodrigues Seixas, Rodrigues de França e Moraes Cordeiro).

O velho poder das famílias tradicionais na nova *mídia* se faz representar por Francisco da Cunha Pereira.[115] Francisco da Cunha Pereira controla o maior Jornal

---

[111]Ver o anexo parte 5, item 1. Banco do Estado do Paraná - 1928-1977.

[112]Ver o anexo parte 5, item 1. Conselho Administrativo de Estado.

[113]Ver o anexo parte 5, item 1. Tribunal de Contas do Estado do Paraná - 1947-1994.

[114]Ver o anexo parte 5, item 1. Academia Paranaense de Letras - 1936-1995.

[115]*Francisco Cunha Pereira Filho*. Nascido em 1926, em Curitiba. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná em 1949. Oficial da Reserva do Exército, fez o curso do CPOR na arma de cavalaria. Proprietário da Televisão Paranaense, afiliada à Rede Globo no Paraná. Proprietário da Gazeta do Povo, o maior jornal paranaense no fim do século XX. Francisco é filho do desembargador Francisco

paranaense, A Gazeta do Povo e a Televisão Paranaense, afiliada da Rede Globo. A longa genealogia do poder desse personagem cobre o tronco dos Buenos de São Paulo, o de Baltazar Carrasco dos Reis e também é descendente do Capitão-Mor de Curitiba em 1750, Rodrigo Felix Martins. A longevidade é uma característica dessa importante família. O pai de Francisco, o Desembargador Cunha Pereira faleceu em 1999 com mais de cem anos de vida.

A análise do poder paranaense só pode ficar completa com a inclusão de mais um forte e decisivo componente. O poder das armas.[116] A investigação de algumas das principais lideranças militares do Paraná apontou para indivíduos que possuíam fortes vínculos de parentesco com os grupos tradicionais da classe dominante paranaense. Essas conexões entre estruturas de parentesco tradicionais com as forças armadas pode ajudar a compreender o papel político destas ao longo do século XX enquanto os guardiões do *status quo*. Em cada conjuntura histórica e a cada desafio político, os "militares" desempenharam a sua tarefa histórica de assegurar a ordem. O Capitão Francisco de Lemos Mathozo Mouratto lutou contra o Quilombo dos Palmares no século XVII. O Sargento-Mor José de Miranda Coutinho lutou na Colônia do Sacramento contra os espanhóis no século XVIII. O Tenente-Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal foi nomeado Comandante da Real Expedição de Conquista de Guarapuava em 1809. O Tenente Manoel Ricardo Carneiro disparou contra o cruzador britânico Cormorant em 1850, quando esse barco adentrou na baía de Paranaguá na procura de traficantes de escravos. O Major Clementino dos Santos Pacheco lutou contra índios no embate de Três Serros, em 1856 em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. O Tenente Fidêncio Leme do Prado fez a Guerra do Paraguai. Eufrásio Correia combateu pela República no combate da

---

Cunha Pereira. Pelo lado materno, através de sua mãe Julinda Ferreira, é neto do Presidente do Paraná João Cândido Ferreira. Descendente de Baltazar Carrasco dos Reis. (Sperandio: 1977, 58-60). (Negrão, 430, p.v.I).

[116]Ver o anexo parte 5, item 1. O Poder das Armas.

Armação em Niterói, durante a Revolta da Armada. O Coronel Candido Dulcídio Pereira morreu pelo florianismo durante o cerco da Lapa, em fevereiro de 1894. O Alferes Angelo Mendes de Almeida Sampaio lutou no sertão da Bahia contra o reduto de Canudos. O Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, Comandante da Força Pública do Paraná, morreu lutando contra os camponeses do Contestado em 1912. O Capitão Leônidas Marques dos Santos morreu em combate contra os "revolucionários" de 1924 em Catanduvas. O Coronel Plínio Alves Tourinho chefiou ao movimento de 1930 no Paraná. O Capitão Augusto Scherer Ferreira de Abreu participou da Segunda Guerra Mundial na Força Expedicionária Brasileira. O General de Exército Antonio Carlos Muricy participou ativamente do movimento de 1964 e foi cotado para a Presidência do Brasil em 1969.

Todos eram ligados aos grupos tradicionais por parentescos.

2 MATERIAIS PARA A HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DA CLASSE DOMINANTE TRADICIONAL DO PARANÁ

A unidade histórica da classe dominante tradicional paranaense pode ser investigada e comprovada a partir da seguinte perspectiva política:

1) Listagem das sesmarias coloniais do Paraná. Trabalho já feito por Marina Ritter. A estrutura inicial de formação do senhoriato rural. A base da grande propriedade escravista no Paraná. Os primeiros grupos familiares da classe dominante.
2) Estrutura de poder do século XVII e XVIII. Os Homens Bons. Listagens dos fundadores das povoações paranaenses. Os principais cargos políticos coloniais. Capitão-Mor, Vereador, Juiz Ordinário, Juiz de Órfãos, Almotacé. Existem informações sobre os principais nomes, mas existem lacunas para a sua descrição completa. A articulação política colonial da classe dominante.
3) Listagens indicativas da riqueza no final do século XVIII e no século XIX. Utilizamos:
    a) A listagem das fazendas e sítios de Curitiba de 1772.
    b) O Tombamento dos bens rústicos de 1818.
    c) A representação dos comerciantes e donos de embarcações de 1803.
    d) A listagem de Antonio Vieira dos Santos sobre os principais negociantes de 1850.
    e) Os empresários na formação da Associação Comercial do Paraná.
4) Fração ervateira:
    a) Senhores de engenho de erva-mate na década de 1830.

b) Proprietários de engenhos de erva-mate na década de 1880.

c) Firmas exportadoras de erva-mate em 1925.

5) Tropeirismo:

a) Relação dos donos de tropa que passaram pelo Registro do Rio Negro. 1830-1853.

c) Relação dos fiadores do imposto do registro do Rio Negro. 1830-1854.

6) Elite Estatal Nacional. Principais bacharéis, médicos e engenheiros vindos para o Paraná Provincial.

7) Principais representantes da burguesia imigrante.

8) Lista com os vitoriosos de 1842.

9) Primeiros e últimos Deputados Provinciais do Paraná.

10) Deputados Gerais.

11) Senadores. 1854-1889.

12) Titulares nobiliárquicos do Paraná.

13) Comando da Guarda Nacional em 1855.

14) Chefes do poder executivo paranaense na República Velha.

15) Constituintes Estaduais de 1892.

16) Constituintes de 1927.

17) Deputados Federais na República Velha.

18) Senadores. 1891-1930.

19) Chefes do poder executivo paranaense até 1997.

20) Prefeitos de Curitiba até 1997.

21) Secretários de Justiça do Paraná. 1892-1975.

22) Ministros de Estado paranaenses.

23) Senadores paranaenses. 1889 - 1979.

24) Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná. 1891-1981.

25) Presidentes da Associação Comercial do Paraná. 1890-1975.

26) Presidentes da Federação das Indústrias do Estado do Paraná. 1944-1968.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

27) Presidentes do Banco do Estado do Paraná. 1928-1979.

28) Tribunal de Contas do Paraná. 1947-1994.

29) Academia Paranaense de Letras.

30) Carreiras militares.

A classe dominante paranaense histórica atende ao seguinte conjunto de estruturas materiais e políticas:

- **Século XVII e XVIII** - Grande propriedade rural escravocrata dedicada a subsistência e a pecuária. Mineração. Altos quadros administrativos locais (Capitão-Mor).
- **Século XIX**. Consolidação do capital mercantil. Atividade ervateira conduzindo a formação da burguesia da erva-mate. Elite estatal nacional. Surgimento da burguesia ervateira. Desagregação da escravidão.
- **Século XX**. Consolidação da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista. Estruturação das diferentes frações da burguesia. Modernização burguesa e burocrática.

Pelas análises a seguir apresentadas,[117] podemos comprovar núcleos de continuidade da classe dominante paranaense, desde a sua estruturação no século XVII até meados do século XX. Apesar do ingresso de novos elementos, o continuísmo de quadros oriundos das famílias históricas é bastante acentuado.

---

[117]Ver o anexo parte 5, item 2. Estudo de Caso de Genealogia e Política no Paraná - 1661-2000.

NÚCLEO HISTÓRICO DA CLASSE DOMINANTE PARANAENSE

NOME DA FAMÍLIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Alves de Araújo		X	X	X				X	X	X			X			X			X	X	X	X							
Bittencourt				X				X	X															X						
Borba				X															X		X								X	X
Braga		X			X														X	X		X	X	X						X
Camargo	X				X			X	X			X		X		X	X	X		X	X	X	X	X			X			
Carneiro			X	X																					X		X		X	
Cavalcanti de Albuquerque	X													X	X		X	X						X						X
Corrêa		X			X				X																					
Correia		X	X	X					X	X	X	X			X	X						X			X					X
Ferreira da Luz	X			X													X	X						X						
Ferreira de Abreu	X					X				X					X		X	X		X			X							X
Ferreira do Amaral	X	X	X												X		X		X	X	X			X				X	X	
Garcez		X															X			X										
Guimarães		X	X	X	X			X	X	X		X	X		X		X	X	X	X	X		X		X		X	X	X	X
Lacerda		X		X	X													X			X	X	X	X					X	
Leão				X		X		X											X								X		X	
Loyola		X		X																				X						
Macedo	X	X	X	X				X											X					X	X	X	X		X	
Machado da Silva Lima	X														X							X						X	X	
Marcondes de Oliveira e Sá	X				X			X	X	X		X							X			X							X	
Marques dos Santos	X							X	X	X				X				X			X		X						X	
Mercer														X																
Miró				X	X																X									

continua

NÚCLEO HISTÓRICO DA CLASSE DOMINANTE PARANAENSE

conclusão

NOME DA FAMÍLIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Munhoz	X		X	X									X	X					X		X	X		X					X	
Muricy	X					X																							X	X
Negrão		X		X																									X	
Oliveira */ Norte de SC	X	X	X	*										*	*	*			*	*			*	*	*				*	*
Oliveira Franco		X		X	X			X	X							X			X		X		X						X	
Pacheco		X			X			X	X			X																		
Pimpão		X	X						X																					
Pinto Bandeira	X							X	X				X																	
Pinto Rebello		X	X	X	X											X					X									
Ribas	X	X	X	X	X			X	X										X	X	X					X	X		X	
Requião Mello e Silva						X													X	X			X							
Rocha Loures	X	X			X																			X						
Santos		X		X										X				X	X				X							
Silveira da Motta		X			X		X		X	X														X					X	
Simas		X															X							X						
Siqueira Cortes	X	X																						X						
Sotto-Maior		X						X																					X	
Taques	X	X			X			X							X															
Tourinho		X				X													X										X	X
Vimond		X																											X	
Westphalen		X			X																			X						

*Equivalente em Santa Catarina.

CONCLUSÃO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

CONCLUSÃO

Quando nós procuramos observar as pesquisas sobre elites, classes dirigentes, grupos dominantes e poder no Brasil na sua fonte regional, duas questões se colocam: qual a relação entre os interesses socioeconômicos e o Estado? E quem ocupa o poder?

O primeiro autor que aponta para a determinação empírica e analítica dos grupos dominantes e suas estruturas de poder dentro da longa duração é Oliveira Vianna. O complexo da família senhorial é a base dos clãs rurais. Os clãs parentais e os clãs feudais formam a base dos clãs eleitorais do século XIX. A articulação entre estruturas de parentesco e estruturas políticas de poder é o fundamento da nossa solidariedade e ordem política no Império e na República Velha. "*A vida política do Império se fez com o material e a mentalidade que os três séculos coloniais nos prepararam: o Brasil do Império (Estado-Nação) continuou o Brasil Colônia (Estado-Império) ou este se projetou por aquele adentro*". (OLIVEIRA VIANNA, 1982, p.532).

Um dos trabalhos, já clássicos, dos mais importantes para o estudo e análise das elites políticas do Império, a tese de José Murilo de Carvalho, *Elite and State-Building*, traduzida como *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*, utiliza as informações biográficas como uma das metodologias no estudo dos grupos de elite. As "*fontes de dados biográficos e os problemas encontrados em seu levantamento são discutidos no Apêndice. Há mais informações disponíveis sobre ministros, senadores e conselheiros, razão pela qual nosso esforço se concentrou nesses grupos. A tentativa de completar informações só foi interrompida quando o rendimento do esforço se aproximava de zero. Mesmo assim, informações sobre alguns aspectos importantes, como a ocupação dos pais, freqüentemente não eram encontráveis. Parece-nos, no entanto, que melhoria significativa na qualidade e*

quantidade das informações só será possível através de intenso e extenso levantamento de obituários em jornais e de material genealógico sobre grupos familiares. Esse levantamento não nos foi possível fazer". (CARVALHO, 1981, p.48).

O mapeamento de elites políticas com forte caráter empírico foi uma metodologia trazida pelos *brazilianistas*, que estudaram as elites regionais da República Velha na seguinte divisão: Joseph Love – São Paulo, John Wirth - Minas Gerais e Robert Levine – Pernambuco. As questões da federação, do desenvolvimento econômico, do poder e da composição da elite política foram analisadas de acordo com a organização regional. Esse tipo de investigação oferece uma das possibilidades para se estudar o poder no Brasil. Agora, o segundo passo, e que explicaria o primeiro, seria a configuração genealógica e familiar do poder na longa duração.

A comparação entre a elite política de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco durante a República Velha e o Império, ofereceria um padrão de continuidade que escapa ao analista que permaneça em uma conjuntura. Outra *brazilianista*, Linda Lewin, em *Política e Parentela na Paraíba*, consegue uma visão mais profunda ao lançar bases históricas um pouco mais amplas no estudo da oligarquia de base familiar na Paraíba. A compreensão da elite política da República Velha envolve a compreensão da elite política Imperial que envolve a compreensão da elite colonial. O estudo do poder pode, então, ter uma base regional e local, desde que estruturada em um padrão de longa duração. O que a nossa tese procura apresentar é o caráter empírico de continuidade de núcleos da classe dominante a partir do Brasil Colônia. Os novos ingressos e as novas formas da classe dominante se estruturam com o que permanece. A dinâmica de entradas e saídas não altera a existência de alguns núcleos de permanência e de continuidade ao longo dos séculos. Alguns autores compreenderam e indicaram esta base de construção do poder político no Brasil. Oliveira Vianna e mais recentemente Francisco Antonio Doria trabalharam à sua maneira essa tese.

A continuidade é social e biológica, como indicam as genealogias.[118] A grande questão que se apresenta é a esfera da reprodução de capitais sociais, econômicos e políticos na sua transmissão. O jogo das heranças materiais e espirituais da classe dominante. O novo se formando a partir e com o arcaico. Essa dimensão foi percebida no recente livro de Fragoso e Florentino, *O Arcaísmo como Projeto*. A compreensão da complexidade da história e da política da classe dominante brasileira.

A continuidade e as suas tramas na formação do Brasil, é tema que penetra a obra dos grandes ensaístas pertencentes às velhas famílias, ainda que radicalmente contrários ao seu velho mundo ou cientes de suas profundas transformações. Não deixavam de ter a forte intuição da continuidade. Foram os Oliveira Vianna, os Gilberto Freyre, os Sérgio Buarque de Holanda, os Caio Prado Júnior. O eixo da continuidade não está apenas no Estado, como intuía Raimundo Faoro, mas no cerne da sociedade brasileira, que em si, seria uma profunda amálgama entre sociedade e Estado, entre classe dominante e instituições políticas.

A Rocha Viva da Nacionalidade.[119] *Classe Dominante e Estado no Brasil*

O conceito de patrimonialismo conhece uma grande variedade de definições na ciência política brasileira.[120] A indissociação entre a esfera pública da privada é uma das características centrais do fenômeno da dominação patrimonialista.

---

[118]Ver o anexo da conclusão. Genealogias da Classe Dominante através dos Séculos e dos Modos de Produção.

[119]Este termo foi elaborado por Euclides da Cunha nos Sertões. "Quer isto dizer que neste composto indefinível - o brasileiro- encontrei alguma coisa que é estável, um ponto de resistência recordando a molécula integrante das cristalizações iniciadas. E era natural que, admitida a arrojada e animadora conjetura de que estamos destinados à integridade nacional, eu visse naqueles rijos caboclos o núcleo de força da nosssa constituição futura, a rocha viva de nossa raça". (Euclides da Cunha:1963, 468-469). De acordo com o nosso ponto de vista, a rocha viva estaria muito mais do lado das famílias históricas da classe dominante do que nos infelizes sertanejos. Estaria mais em homens como o Alferes Angelo Mendes de Almeida Sampaio, nascido no Paraná em 1875, descendente de tradicionais ramos paranaenses. Morreu em combate em Canudos, no dia 2 de outubro de 1897, no assalto final contra os sertanejos, ao avançar pelas trincheiras centrais do reduto de Canudos. (CARNEIRO, 1963, p.178-182).

[120]As referências obrigatórias passam por Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder* e Simon Schwartzman, *Bases do Autoritarismo Brasileiro*.

A formação da classe dominante brasileira no período colonial aponta para o domínio de grandes famílias rurais. A existência de uma fração mercantil colonial, demonstrada através de recentes pesquisas coloca a necessidade de uma composição da classe dominante muito mais complexa do que imaginavam os autores que visualizavam uma formação dominada apenas por famílias patriarcais rurais.

A questão que mais nos interessa é a relação entre as grandes famílias da classe dominante com o Estado. Dois pólos se destacam: aquele que coloca a ênfase na preponderância do privado sobre o público, como é o exemplo de Nestor Duarte (*A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*). O outro pólo é representado por Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*) ao apresentar um Estado que tolhe a sociedade subjacente.

A influência das grandes famílias da classe dominante com a sua órbita privada no controle do público através da patronagem, do clientelismo, dos privilégios, dos favoritismos e da corrupção é notória e endêmica na política brasileira. Devemos nos lembrar que o nosso primeiro clássico político se chama *A Arte de Furtar*, escrito anônimo do século XVII, providencialmente reeditado durante o governo de Fernando Collor de Mello na Presidência da República. De outro lado, a influência e o peso do Estado na formação brasileira é muito abrangente. Sem o Estado "forte" não haveria a grande expansão dos séculos XV e XVI, não haveria o grande projeto de expansão colonial e não teríamos possivelmente nem a língua portuguesa na metade da América do Sul (talvez nem na Europa). Existe uma dialética do processo político brasileiro entre esses dois momentos parciais que se complementam na sua dinâmica.

A esfera privada realçada por Nestor Duarte coloca um eixo privilegiado no pólo da formação do senhoriato como a base da organização política nacional.

> O poder político do senhoriato se desdobra, porém, sem sair de suas mãos. Se antes, o senhoriato mandava em suas terras, impondo aos elos de sua influência e poder economico toda uma população que volteava, em seus degraus sucessivos, em torno da propriedade senhorial, mando tanto mais forte quanto se fundava na dissociação dessa sociedade dividida em núcleos fechados bastando a si mesmos, com a nova ordem política, ele, apenas era chamado a continuar esse mando e poder nas esferas e redobras do Estado.

> Esse desdobramento que vai ser, antes de tudo o exercício desse poder da aristocracia rural em outra posição, vinha por em função e movimento a nova ordem estatal.
> Realizado este fenômeno, tanto mais fatal quanto o poder político se encerra nas mãos dos que detêm o poder econômico, a organização política brasileira iria começar a sua história às costas dessa poderosa ordem privada que, se a carregava, também a conduzia. Como não se modificara a sociedade colonial, a sua dispersão, a sua desintegração, à falta de vínculos sociais mais gerais e amplos, essa ordem privada continuaria a ser a única organização de base e de estrutura superior do império, e dentro dela este teria de conseguir e formar uma futura sociedade política.
> É esta penosa diferenciação política de uma sociedade de elos, sentimento e poder privados tão arraigados, a história mais profunda, por vezes ignorada e despercebida, de nosso processo político. O Estado, a se apoiar comprometido nessa ordem privada, viria confirmar a velha definição, com tanto ranço medieval, de Diderot de que o "Estado é uma reunião de famílias. (DUARTE, 1939, p.181-182).

Nestor Duarte avalia com grande perspicácia a dimensão de continuidade e de representação entre os interesses privados da classe dominante com o Estado. O que lhe escapa é a dimensão e a força enquanto entidade institucional que este Estado possuiu.

O Estado brasileiro é "forte". O Estado Colonial possuía uma relativa força em algumas áreas de atuação porque era o Estado dos setores sociais dominantes. Uma análise comparativa histórica mundial aponta para o fato de o Estado português ser uma potência organizacional relativa ao padrão vigente no século XVI. A participação do Estado no empreendimento colonial foi decisiva na conquista e colonização do Brasil. Na luta contra as outras potências européias, o diferencial de qualidade do aparelho lusitano de Estado pesou a favor dos portugueses na vitória da guerra pela posse do território brasileiro, seja contra os estrangeiros ou contra os grupos indígenas. Na construção do Estado Nacional, o poder político do Estado foi preservado na sua capacidade de direção política para a manutenção da ordem social e econômica baseada na escravidão. A capacidade seletiva de aplicação da lei e da ordem sempre foi muito objetiva a partir dos interesses dos donos do poder. O Estado representa os interesses gerais, coletivos e os objetivos de longo prazo da dominação da classe dominante. Para atingir a esses objetivos o Estado aparentemente deve se autonomizar.

> O Estado, armado desde Avis e Bragança, cultiva exigências maiores e superiores aos recursos da nação". (Faoro: 1991, 388). "Somente a perspectiva histórica dará o traço que completará o quadro. O estamento como categoria autônoma, superior à sociedade, emancipado do caudal triturador da história, - este o problema não solvido. Quatro séculos de hesitações e de ação, de avanços e de recuos, de grandeza e de vacilação serão a resposta de um passado teimosamente fixado na alma da nação. Estado e nação, governo e povo, dissociados e em velado antagonismo, marcham em trilhas próprias, num equívoco renomado todos os séculos, em contínua e ardente procura própria. (FAORO, 1991, p.93-94).

O problema não resolvido em Nestor Duarte, que Faoro constata, é a ampla e intensiva presença do Estado na formação brasileira. Vejamos a insuficiência da interpretação de Nestor Duarte neste segundo ponto, quando analisa o Estado: "*Anárquica, sem ser porém desorganizada ou revolucionária, seja dito de passagem, a sociedade colonial tem, entretanto, uma outra organização sólida, indestrutível que é sua própria estrutura de base- é a ORGANIZAÇÃO PRIVADA.*

Dentro dela, o Rei de Portugal, a representar um poder político ausente, longínquo, além de fraco e desnecessário, deve guardar, apenas, um papel de senhor eminente de terras." (DUARTE, 1939, p.121).

O problema não resolvido por Raymundo Faoro, que Duarte constata, é a questão dos fundamentos da representação de interesses no Estado. O conceito *faoriano* de estamento é quase uma categoria mística, sem nenhuma base empírica de averiguação reconhecível oferecida pelo autor. O Estado, para Faoro, parece flutuar e ser uma entidade absolutamente estrangeira e independente dos interesses na sociedade:

> O Estado não é sentido como o protetor dos interesses da população, o defensor das atividades dos particulares. Ele será, unicamente, monstro sem alma, o titular da violência, o impiedoso cobrador de impostos, o recrutador de homens para empresas com as quais ninguém se sentirá solidário. Ninguém com ele colaborará – salvo os buscadores de benefícios escusos e de cargos públicos, infamados como adesistas a uma potência estrangeira.Os senhores territoriais, a plebe urbana, cultivam na insubmissão impotente, um oposicionismo difuso, calado, temeroso da reação draconiana. Cria-se, em toda a parte, o sentimento de rebeldia informe, que se traduz em estranho conflito interior, com a vontade animosa na propaganda e na palavra, débil na ação e arrependida na hora das conseqüências. O inconfidente é bem o protótipo do homem colonial: destemperado e afoito na conspiração, tímido diante das armas e, frente ao juiz, herege que renuncia ao pecado,

> saudoso da fé. Ao sul e ao norte, os centros de autoridade são sucursais obedientes de Lisboa: o Estado, imposto à colônia antes que ela tivesse povo, permanece íntegro, reforçado pela espada ultramarina, quando a sociedade americana ousa romper a casca do ovo que a aprisiona. A colônia prepara, para os séculos seguintes, uma pesada herança, que as leis, os decretos e os alvarás não lograrão dissolver." (FAORO, 1991, p.165).

Apesar das considerações sobre a força (relativa) da presença e do poder do Estado brasileiro desde as suas raízes coloniais, com uma esfera própria do poder do Estado, este representa os setores centrais da classe dominante e a eles deve permanecer relacionado. O Estado é forte contra os seus inimigos externos e de classe. Também é forte contra membros isolados da classe dominante, fora do grupo no poder e que por acaso tentem desafiar o seu poder regulador e ordenador. Mas o Estado é fraco na sua capacidade de impor de maneira objetiva e universal a lei e a ordem na construção da esfera da administração pública devido à sua porosidade relativa à própria classe dominante que o controla.

A posse do governo significa o uso de uma máquina de Estado forte que sempre utilizou a violência como argumento central por parte do grupo no poder. As três dimensões que caracterizam o Estado, nível local, regional e central, auxiliam na dialética do Estado brasileiro, que é ao mesmo tempo forte e privatizável. Entre o Estado e a ordem das grandes famílias da classe dominante há representatividade e complementaridade ao mesmo tempo que também há oposição e incompatibilidade. Eventualmente o Estado pode se opor contra interesses particularistas e imediatos de um membro ou de membros da classe dominante para representar os interesses coletivos e estruturais da classe dominante a longo prazo. Somente compreenderemos a complexidade da relação entre a classe dominante e o Estado através da razão dialética. Indivíduos da classe dominante não tem poder isoladamente contra o Estado. Mas é este Estado que a representa nos seus interesses (coletivos) e mantém as estruturas de seu modo de produção. O Estado é formado pela própria classe dominante na origem dos seus quadros e a classe dominante

está fundida com o Estado para existir enquanto classe e se reproduzir estruturalmente. Mas é preciso se ressaltar que a unidade contraditória entre a classe dominante e o Estado através do bloco no poder não anula as autonomias relativas entre os dois componentes desse processo histórico dinâmico. Não concordaríamos, no entanto, com teses que afirmam a autonomia da burocracia ou da classe dominante sem a sua unidade dialética. A razão da lógica formal não consegue apreender as contradições da relação dialética entre classe dominante e Estado, no sentido por nós discutido. A dimensão dialética da questão foi percebida por autores como Fernado Uricoechea (1978, 109) ainda que o seu instrumental weberiano tenha impedido uma análise e determinação mais concreta da classe dominante. Décio Saes também percebe o processo dialético ao apontar o Estado escravista colonial como o Estado das classes dominantes locais e o Estado das classes dominantes portuguesas. (SAES, 1985, p.93).

As diferenças entre o pólo privilegiado por Nestor Duarte - a ordem privada, e o pólo destacado por Raymundo Faoro - o Estado e o estamento - também passam pelo foco de análise da esfera do aparelho de Estado. Ao nível da esfera local, as Câmaras Municipais, a "democracia" específica dos "homens bons" indicam um controle mais direto pela classe dominante local, mas no qual a presença do Estado sempre se fez sentir em suas ordenações e regulações. Posteriormente, seria a base de poder da grande propriedade rural e do coronelismo na República Velha. A esfera central do Estado Colonial, o Estado do Brasil, representa o espaço de domínio da grande política portuguesa, da Coroa e das classes dominantes portuguesas no Brasil. Com a independência será o centro de poder das frações hegemônicas do bloco no poder no Império (grande propriedade escravista e capital mercantil exportador) e na República (burguesia comercial, burguesia industrial, burguesia financeira). A esfera regional das Capitanias no final do período colonial será a esfera mais disputada e a mais tensa, nas quais as contradições foram mais intensas. As críticas ao despotismo dos Capitães-

Generais no comando das Capitanias nas últimas décadas antes da Independência foram constantes. Com a Independência e a formação de um Estado mais unitário, a esfera regional fica controlada, presa e submetida ao poder central. Com a República Velha passa a ser a esfera de disputa das classes dominantes regionais que formam na nova federação os seus blocos no poder regionais.

O Estado brasileiro representa a instituição de um grupo étnico luso-brasileiro primordial que forma a base da classe dominante brasileira no século XVI. Este segmento traz o seu Estado que, como eles vêm de fora, aqui conquista e se adapta às situações locais com a inclusão de algo da nova terra. A sua dinâmica de funcionamento também é dialética. Organizam um poder local com elementos democráticos de base entre eles, os que são da classe dominante, e ao mesmo tempo se articulam com um aparelho de Estado absolutista, autocrático, pesadamente regulador da vida social e repleto de hierarquias e procedimentos autoritários e tirânicos. Sempre existiu um grão de democracia e uma tradição eleitoral-representativa na política da classe dominante brasileira. Centrada nas instituições locais das Câmaras Municipais das vilas e cidades brasileiras, foram a escola do poder político representativo e da autonomia da elite nacional.

A tradição "democrática" das classes dominantes no exercício do poder das Câmaras Municipais não deve ser desprezada. Desde o período colonial existe uma prática de escolha e influência das classes dominantes locais na esfera municipal do aparelho de Estado. Os vereadores, os juízes e outros cargos municipais representavam, ainda que eventualmente, um sistema competitivo entre os "homens bons coloniais". Mesmo a escolha do cargo de Capitão-Mor recebia essa influência democrática de base restrita, mas algumas vezes com algum caráter de escolha eleitoral. A vida política colonial é um jogo dialético entre as pressões das esferas centrais e regionais do Estado Colonial e as dinâmicas das Câmaras Municipais.

A base social da classe dominante e do Estado na nossa formação foram as famílias históricas da classe dominante. A sua origem portuguesa (ou através de famílias européias radicadas em Portugal antes de virem para o Brasil) representou a vitória da língua portuguesa no Brasil. O seu sentido mais unitário e homogêneo foram as bases da unidade nacional entre grupos que se identificam com as mesmas características étnicas, sociais, econômicas, culturais e quando não com os mesmos sobrenomes do norte ao sul da imensa colônia portuguesa da América. Doria e Barata calculam em cerca de 250 grupos familiares a base de poder colonial nordestina na formação da classe dominante brasileira (DORIA, 1995, p.24). Se acrescentarmos um número semelhante para o centro-sul do país (cerca de 250 grupos familiares entre o século XVI e XVIII), com as duas somas de cerca de 500 grupos familiares, teremos a verdadeira "rocha viva da nacionalidade" da formação brasileira. Euclides da Cunha se enganou ao apontar o sertanejo como a rocha viva. Quem cria instituições, guerreia, faz política e cultura dominante, elege de verdade e é eleito são os membros desta categoria social, até meados do século XX. A classe dominante tem que conseguir vencer e derrotar a sempre presente resistência das classes subalternas.

A dominação da classe dominante dos principais aparelhos e campos sociais de poder do país leva a uma preponderante reprodução do poder pelas mesmas famílias nas gerações seguintes.

Entre a classe dominante existem vários conflitos. Ela não é uma formação monolítica. O processo de modernização das forças produtivas provoca transformações no Estado e na composição da classe dominante. A extensão da verdadeira democracia, a formação do conceito de cidadania e a tentativa de universalização dos direitos para toda a população brasileira são os grandes desafios do século XXI.

A relação entre poder político e estruturas de parentesco é definida pela transmissão e reprodução do poder e dos complexos patrimônios sociais, econômicos,

políticos e culturais da classe dominante a cada geração. Semelhante passagem é de difícil percepção. A grande prova reside no intenso interesse da classe dominante em ocupar diretamente o *locus* do poder político, sempre que possível. Quase nunca a classe dominante deixa provas documentais sobre as suas relações perigosas de favorecimento e de privilégios entre os grupos dominantes e o Estado. Muitas vezes o cerne das negociações entre os ocupantes de altos cargos públicos com empresários e membros da classe dominante é um segredo de Estado. Ao contrário, quem procurar provas materiais nos papéis e discursos das políticas públicas, a partir de fontes documentais que apresentem a performance estatal, poderá ter muitas vezes uma visão distorcida da estrutura do Estado frente à classe dominante. O que não pode ser ocultado, e aí residem as provas substanciais das relações entre o Estado e a classe dominante, é o conjunto de titulares dos interesses dominantes na ocupação e gestão dos cargos públicos estratégicos.

A melhor forma de se conhecer as práticas políticas da classe dominante é quando os grupos ou as frações da classe dominante entram em conflito. São momentos ocasionais, preciosos, quando irrompem as acusações.[121] "*Brigam os compadres, e as comadres descobrem as verdades; diz muito acertadamente o annexim popular.* Esta frase foi escrita pelo deputado federal gaúcho Alfredo Varela no mais virulento ataque contra a elite política paranaense do início da República Velha. O raro livro intitulado: *As Oligarchias no Brazil - Ataque a do Paraná* representa um material muito curioso. Com o passar dos anos, a história das elites políticas parece um imenso tratado de grandes estadistas. As críticas oposicionistas escritas são raras e o discurso oficial produz uma ideologia apologética do situacionismo. O silêncio é produzido.

O historiador paranaense David Carneiro na *Biografia* do seu pai, o Coronel Carneiro: 1938, apresenta Alfredo Varela como um maragato gaúcho que "*resolveu tomar*

---

[121]Não foi gratuito do nosso ponto de vista que a crise que levou ao *impeachment* e a renúncia de Fernando Collor de Mello tenha sido deflagrada pelo seu próprio irmão. Início da escalada dos movimentos sociais oposicionistas que culminaram no impedimento do Presidente da República.

a defesa dos maragatos paranaenses contra Vicente Machado" (Vicente Machado foi a maior liderança da política paranaense do início da República Velha). A polêmica, por volta de 1904, chegou até o ponto que Varela foi ameaçado por Vicente Machado se desembarcasse em Curitiba. "*A tal pé chegara más coizas que o assunto se fês questão de honra. O Dr. Vicente Machado rezolveu que o Dr. Varela não dezembarcasse aqui, nem que tivesse de impedil-o á mão armada. E nesse propozito armou toda a polícia, transformada em capangada a paizana. Os elementos do governo ficaram ao redor do Palacio do Congresso, praça Eufrazio Correia e adjacencias. As previzões eram de um horrível morticinio porque os maragatos foram esperar o seu campeão, em armas, e no trem que vinha de Paranaguá, estavam todos igualmente armados. Papai, que por cauza de acalorada discussão, não se dava mais com o sogro* (o coronel Joaquim Monteiro), *estava na plataforma da estrada de ferro. Meu Avô Paterno e mais um cunhado do Papai, esperavam Varela como a um correligionario. Meu Avô Materno e mais dois cunhados do Papai eram picapaus*". O final feliz da história revela o bom senso do Deputado Varela que julgou prudente retornar para não provocar uma batalha campal na praça da estação, o que o tornou *digno da nossa benemerencia*, diria o autor (Carneiro: 1938, 38). O episódio revela bem como a classe dominante estava dividida entre ela mesma, passando por divisões familiares internas nas posições em conflito.

No tocante às denúncias de Alfredo Varela no seu libelo acusatório contra o senador Vicente Machado, listamos o seguinte conjunto de denúncias: fraudes eleitorais, indicações discricionárias de correligionários para a Assembléia, Câmaras dos Vereadores e poder Judiciário, interferências e desmandos na condução da justiça paranaense, transferências de militares da guarnição de Curitiba, beneficiamento da estrada de ferro em detrimento da deterioração da estrada carroçável da Graciosa - pelo fato de Vicente Machado ser advogado da Companhia Férrea, acusações de comportamento sexual psicopatológico, cessão de terras públicas em contratos clandestinos, roubo do erário do Estado, contrabando, falsificação de moedas, arrecadação pessoal de impostos para fins

particulares, roubo das folhas do livro de assentos e batismo da Igreja de Castro, covardia na Revolução de 1894, roubo de subvenções dirigidas à implantação de uma indústria de seda no Paraná, roubo de uma quantia de subscrição destinada à alforria de uma escrava etc. (Varela: 1903, 40-83).

As denúncias apresentadas seriam *picuinhas* da oposição ou uma ilustração das práticas políticas da República Velha? Dificilmente os poderosos deixam *provas* de irregularidades em documentos. Este é um problema metodológico delicado para quem estuda a classe dominante, o conhecimento de suas verdadeiras relações de poder, muitas vezes realizadas em outras dimensões. Se é difícil na contemporaneidade, afinal o Presidente Fernando Collor não foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, imaginemos a detecção de provas especiais na República Velha e no Império.

À Procura da Classe Dominante Perdida

O crescimento do Paraná no século XX foi acelerado. De um dos últimos Estados em população da Federação no início do século para uma das cinco maiores economias do Brasil.[122]

Ao mesmo tempo que a economia e sociedade paranaense se consolidavam, modificações políticas no bloco do poder regional aconteciam. O poder das velhas famílias vem diminuindo rapidamente no Paraná[123] desde a segunda metade do século XX. Isto desde a consolidação de uma sociedade mais urbana, industrial e burguesa nas

---

[122]"Tudo é Brasil, mas uns, para o nosso grau de evolução, têm tudo, e outros, mesmo para o nosso grau de evolução, nada têm. É através de núcleos, de faixas regionais, que se progride no Brasil.

O que pretendemos é fortalecer o nosso núcleo. Temos elementos notáveis para realizá-lo e começamos agora a atingir uma intensidade de desenvolvimento que, na verdade entusiasma. Está chegando a nossa vez ". Discurso na Câmara dos Deputados em 1946 (Munhoz de Rocha,1987, p.185).

[123]A análise da composição dos aparelhos de poder indica que houve uma diminuição na composição de membros da famílias tradicionais da classe dominante nestes aparatos institucionais Ver item 1 do capítulo anterior 5.

últimas décadas do século XX. Este é um fenômeno nacional. Conforme relata César Barreira ao apresentar um depoimento colhido no interior do Ceará pelos idos dos anos 80: "*Hoje nós não temos mais aquelas grandes famílias. Aquelas famílias que eram donas de grandes propriedades e que nós conhecíamos as origens de todas elas. Hoje não, qualquer pessoa pode ganhar uma eleição, é só ter dinheiro.Qualquer doutorzinho pode ser deputado. Aqui mesmo o prefeito é um comerciante, que eu nem sei direito de onde ele veio. Antes não acontecia isso, para ser político tinha que ser de uma grande família, ou era Feitosa ou era casado com uma Feitosa*" (Proprietário nos Sertões dos Inhamuns), (BARREIRA, 1992, p.45).

A diminuição do poder das grandes famílias é uma realidade no final do século XX. Ainda que importantes destaques prolonguem as velhas tradições, socialmente já se observa a produção de novas elites estruturadas na modernização burocrática e na modernização burguesa. Como estes novos setores da classe dominante e da elite política transmitirão seus patrimônios sociais e políticos? Uma rápida análise indica que os novos atores que ingressam na política paranaense também podem tender a reproduzir alguns aspectos do velho *familismo*. Por exemplo, muitos dos novos políticos atraem seus familiares para o campo da política. Tal é o caso dos Annibelli (Antonio Annibelli e seu filho Antonio Martins Annibelli têm mandatos sucessivos de 1946 até 1998, sem interrupção), dos Belinati (Antonio Belinati foi vereador, deputado estadual, deputado federal e prefeito de Londrina; a sua mulher Emília Belinati foi deputada estadual e vice-governadora e o filho do casal é candidato a deputado estadual em 1998), dos Dias (Álvaro Dias foi vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e governador; o seu irmão Osmar foi secretário de Agricultura e senador), dos Richa (José Richa foi governador e seu filho Beto Richa foi deputado estadual), dos Vanhoni, dos Fruet, dos Stephanes, dos Derosso e de muitos outros. Este seria, porém, um objeto para uma outra pesquisa.

A classe dominante tradicional foi formada centralmente (o que não significa exclusivamente) pelas velha famílias históricas até aproximadamente a década de 1940/50. O primeiro governador do Paraná sem vínculos de parentesco com as famílias históricas paranaenses foi o empresário Paulo Pimentel, eleito em 1965. A formação de novos setores burgueses estruturados a partir de imigrantes desenha um novo cenário empresarial. A decadência da velha e poderosa burguesia da erva-mate coincide com a crise do mate na década de 1930. Mas a influência dos velhos donos do poder atravessa o século XX, como revela o exemplo de Ney Braga. A velha classe dominante tradicional assumiu durante boa parte do século XX, no Paraná, a função de classe controladora do aparelho de Estado.

Outro exemplo é o de Roberto Requião de Mello e Silva, membro de uma família que desde o século XIX ocupa cargos no Estado. Respondendo a uma pergunta que o indagava por que saiu candidato à Prefeitura de Curitiba em 1985:

> Era uma disputa familiar. O meu desejo de ir à Prefeitura de Curitiba estava preso ao fato de meu avô ter sido camarista em sua época - quando os Vereadores eram chamados de camaristas-, e como camarista ter exercido algumas vezes a direção do Município. E meu pai depois foi Vereador e foi Prefeito na época das nomeações, nomeado pelo Bento Munhoz da Rocha Neto. Meu pai, posteriormente, veio a perder uma eleição para a Prefeitura, exatamente para o Ney Braga. Fiquei carregando dentro de mim aquelas idéias que meu pai tinha para a Cidade. Papai tinha uma visão muito específica de Curitiba. Na época, uma cidade de 116.000 habitantes, quando foi Prefeito. Ele imaginava uma cidade com com cinturão verde de abastecimento. Tinha já uma briga pesada com o pessoal do transporte coletivo. Ele via o transporte coletivo como um serviço a ser prestado à Cidade e achava que os empresários se serviam da Cidade com um mal transporte e preços muito altos. Eu cresci vendo a briga do meu pai contra estes interesses e o seu desejo de realizar um Projeto. Até hoje tenho na minha escrivaninha a plataforma política do meu pai para a cidade." (FARIA e SEBASTIANI, 1997, p.250-251).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRC

Terminamos a nossa pesquisa com uma referência ao trabalho de Arno Mayer, *A Força da Tradição.*[124] Em que medida as forças do antigo regime configuraram a história e a política européia da primeira metade do século XX? Podemos pensar em um paralelo, em que medida as forças sociais de um Brasil profundo e passado prolongam as suas posições bem dentro do século XX, com peculiares conseqüências do seu perfil autocrático e conservador na formação das crises no regime democrático e na elaboração da concepção de cidadania brasileira vigente no século XX. Homens como Flávio Suplicy de Lacerda e o General Muricy, típicos herdeiros do poder das sesmarias curitibanas do século XVII, tiveram destacado papel na investida do último surto de autoritarismo brasileiro no regime de 1964. O próprio Presidente golpista, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco pertence à velha oligarquia do Piauí, onde Francisco da Cunha de Castelo Branco, irmão do primeiro Conde de Pombeiro, lá se fixou no começo do século XVIII. (DORIA, 1995, p.26).

Ney Aminthas de Barros Braga. Dos Costa Barros, família histórica nacional. Dos Braga – que carregam gente da elite da Lapa e do Paraná tradicional consigo. Ney, que foi prefeito de Curitiba, governador do Paraná duas vezes, senador, ministro de Estado duas vezes, diretor-presidente de Itaipú Binacional, um dos últimos (?) grandes representantes das famílias históricas afirma em seu livro de memórias: "*Nasci em uma família tradicional da Lapa*''. Quando procuramos avaliar o que isto significou, o autor se corrige adiante: *Somos da classe média e quase todos assalariados, pois a empresa da família foi vendida...* (BRAGA, 1996, p.14, 21). Típico silêncio dos vencedores.

O Paraná não é uma terra sem memória ou sem história. A questão passa pela percepção de como a sua classe dominante histórica construiu um pacto de silêncio sobre si própria e sobre a política regional.

---

[124]Mayer afirma que "A tese de deste livro é a de que os elementos pré-modernos não eram os remanescentes frágeis e decadentes de um passado quase desaparecido, mas a própria essência das sociedades civis e políticas situadas na Europa. Isso não significa negar a importância crescente das forças modernas que solaparam e desafiaram a antiga ordem. Mas significa sustentar que até 1914 as forças de inércia e resistência contiveram e refrearam essa nova sociedade dinâmica e expansiva no interior dos *anciens régimes* que dominavam o cenário histórico europeu". (Mayer, 1990, p.15,16).

Para se compreender o Paraná no Brasil é preciso um resgate do seu passado. *"Precisa de reencontrar os esforços dos que através dos tempos foram teimosamente estudando a realidade nacional com toda ferramenta da cultura universal, a fim de proporem rumos de modernidade que não cortassem com os legados recebidos e conseguissem a tão difícil eficiência. O desafio está em não deixar de ir buscar a seiva às raízes mas saber modelar uma nova pátria segundo as exigências do porvir".* (GODINHO, 1990, p.10).

E o que é a pátria?

"A pátria é uma associação, no mesmo solo, dos vivos com os mortos e com os que hão de nascer". (Henry Bordeaux, in: MARCONDES, 1926, p.64).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Paranaense de Letras. (1995). Biobibliografia. CR&C/ Verbo. Curitiba.

Adorno, Sérgio. (1988). Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Aires de Casal. (1817). Corografia Brasilica. INL 1945.

Amaral, Manoel Luiz e **Costa**, Samuel Guimarães. (1989). Assim é o Paraná. Scientia et Labor. Curitiba.

Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. (1944). Governo do Paraná. Empreza Gráfica Paranaense Ltda.Curitiba.

Andrade Muricy. (1976). O Símbolo. À Sombra das Araucárias. Departamento de Imprensa Nacional.

Aranha, Luiz Fernando de Souza. (1967). O Mercado Ervateiro. Dissertação em Economia, USP.

Arruda, Maria A. do Nascimento. (1989). Mitologia da Mineiridade. Brasiliense. São Paulo.

Bacilla, Antonio. (1965). O Drama do Mate. Editora Guaira.

Balhana, Altiva; **Pinheiro Machado,** Brasil; **Westphalen,**Cecília. (1969).

História do Paraná. Grafipar.

Balhana, Carlos Alberto de Freitas. (1981). Idéias em Confronto. Grafipar/SEED. Curitiba.

Barão de Tibagi. *in* Relatório da Presidência da Província do Paraná em 1860. Typ. C. M. Lopes. Curitiba.

Barbosa, Rui. (1946).Obras Completas de Rui Barbosa. Vol XVII, tomo I. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro.

Bardelli, Carlos. (1941). Subsídios Para a História da Força. Separata Avulsa.

Barreira, César. (1992). Trilhas e Atalhos do Poder. Conflitos Sociais no Sertão. Rio Fundo Editora. Rio de Janeiro.

Beloto, Divonzir Lopes. (1990). A Criação da Província do Paraná : A Emancipação Conservadora. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia. PUC/ São Paulo.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Benevides, Cezar Augusto Carneiro. (1991). Terra Sem Passado. Um Estudo do Paraná Contemporâneo. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Bertaux, Daniel (1979). Destinos Pessoais e Estrutura da Classe. Para uma crítica de antropronomia política. Zahar.

Beynon, Huw (1996). A Classe Acabou ? Reflexões sobre um Tema Controverso. Dados, Revista de Ciências Sociais. V39, N2. IUPERJ. Rio de Janeiro.

Bezerra da Silva. (1997). Frase escrita no Jornal do Brasil de 5 de agosto de 1997.

Boehrer, George C. A. (sem data). Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889). MEC, SD. Departamento de Imprensa Nacional.

Borba, Oney. (1986). Os Iapoenses. Editora Litero-Técnica. Curitiba.

Borges, Jorge Luis. (1994). A Última entrevista. Nicolau, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, nº 55, ano VIII.

Borges, Lúcio. (1990). A Imigração Italiana em Morretes. o Formigueiro. Curitiba.

Bottomore, Tom (ed) . (1987). A Dictionary of Marxist Thought . Blackwell. Great Britain.

Bourdieu, Pierre. (1994). Raisons Pratiques. Sur la théorie de l'action. Seuil.

Braga, Ney. (1996). Tradição e Mudança na Vida Política. Entrevista a Adherbal Fortes de Sá Junior. Ed. do Autor. Curitiba.

Brandão, Ignácio de Loyola. (sem/ data). Olhos de Banco. Avelino Vieira. DBA Artes Gráficas.

Braudel, Fernand. (1989). Uma Lição de História de Fernand Braudel. Zahar.

Braudel, Fernand. (1980). On History. Chicago.

Buarque de Holanda, Sérgio. (1963). Raízes do Brasil. Editora Universidade de Brasília

Burke, Peter. (1991). A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989). UNESP.

Bursztyn, Marcel. (1990). O País da Alianças. Elites e Continuismo no Brasil. Vozes.

Camargo, Aspásia. (1992). A Federação Acorrentada. ANPOCS.

Capri & **Olivero**. (1923). Estado do Paraná. Empreza editora Brasil. São Paulo.

Cardoso, Jayme e **Westphalen**, Cecília. (1986). Atlas Histórico do Paraná. Livraria do Chain, Editora. Curitiba.

Carneiro, David. (1950). A História do Incidente Cormoran. Edição da Municipalidade de Paranaguá.

Carneiro, David. (1986). Afonso Botelho de São Payo e Souza. Estante Paranista Nº26. Lítero-Técnica. Curitiba.

Carneiro, David. (1938). Biografia do Coronel David Carneiro e cartas escritas por ele a seus filhos. Typ. do Jornal do Commercio. Rodrigues & Cia. Rio de Janeiro.

Carneiro, David. (s/d). Fasmas Estruturais da Economia do Paraná. Imprensa da Universidade do Paraná.

Carneiro, David. (1963). Galeria de Ontem e de Hoje. Papelaria Max Roesner Ltda. Curitiba.

Carneiro, David. (1954). História da Emancipação do Paraná. Instituto de Pesquisas Históricas e Arqueológicas. Curitiba.

Carneiro, David. (1994). História do Período Provincial do Paraná. Banestado.

Carneiro, David. (1944). História Psicológica do Paraná. Edição do Dr. Dicesar Plaisant. Tip. João Haupt & Cia. Curitiba.

Carneiro, David. (1995). O Paraná na História Militar do Brasil. Farol do Saber. Curitiba.

Carneiro, David. (1982). O Paraná e a Revolução Federalista. Secretaria da Cultura e do Esporte. Indústria Gráfica Gonçalves.

Carneiro, David. (1981). Perfil Histórico da Associação Comercial do Paraná e Galeria dos Presidentes.Repro-set. Curitiba.

Carneiro, David **e Vargas**, Túlio. (1994). História Biográfica da República no Paraná. Banestado. Curitiba.

Carneiro, Newton. (1965). Um Precursor da Justiça Social. David Carneiro e a Economia Paranaense. s/ed.

Carone, Edgard. (1983). A República Velha II. Evolução Política (1889-1930). Difel. São Paulo.

Carvalho, José Murilo de. (1980). A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial. Editora UNB.

Carvalho, José Murilo de. (1966). Barbacena : A Família, a Política e uma Hipótese. Revista Brasileira de Estudos Políticos. N° 20.

Carvalho, José Murilo de. (1997). Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo : Uma Discussão Conceitual. Dados. Revista de Ciências Sociais. V40, N2. IUPERJ. Rio de Janeiro.

Carvalho, José Murilo de. (1988). Teatro de Sombras. A Política Imperial. IUPERJ/ Vértice. Rio de Janeiro.

Castro, Jeanne Berrance de. (1979). A Milícia Cidadã : A Guarda Nacional de 1831 a 1850. Brasiliana, V359. Ed. Nacional. São Paulo.

Cerqueira, Eli Diniz **e Boschi**, Renato Raul. (1986). Estado e sociedade no Brasil : uma revisão crítica. bib N 1. Cortez Editora. São Paulo.

Chaves, Maria de Lourdes Marques. (1995). Voltando ao Passado. Histórico de determinadas Indústrias e Casas Comerciais de Curitiba. Vitória. Curitiba.

Chaves, Maria L. M. **e Vargas**, Túlio. Sérgio de Castro. (1987). Biografia do Presidente da Constituinte Republicana do Paraná de 1892.Editora Lítero-técnica. Curitiba.

Chilcote, Ronald H. (1991). Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste. TAQ/ Edusp. São Paulo.

Costa, Iraci Del Nero **e Gutierrez,** Horácio. (1985). Paraná. Mapas de Habitantes . 1798-1830. IPE/ USP.

Costa, Odah Regina Guimarães. (1981). Ação Empresarial do Barão do Serro Azul. Grafipar.

Costa, Samuel Guimarães (1989). A erva-mate. Ed. da UFPR.

Costa, Samuel Guimarães. (1995). História política da Assembléia Legislativa do Paraná. AEL.

Costa, Samuel Guimarães. (1989). Governos de 1947 a 1989. *in* Paraná Político. Livro III. Editora Folha Econômica Ltda . Curitiba.

Costa, Samuel Guimarães. (1988). O último Capitão-Mor 1782-1857. Sientia et Labor. Editora da UFPR. Prefeitura de Paranaguá.

Costa Pereira, Carlos da. (1984). História de São Francisco do Sul. Editora da UFSC/PMSFS. Florianópolis.

Cunha, Euclides. (1963). Os Sertões. Campanha de Canudos. Editora Universidade de Brasília.

Dean, Warren. (sem data). A Industrialização de São Paulo. Difel. São Paulo.

Dean, Warren. (1989). A Industrialização Durante a República Velha. *in* História Geral da Civilização Brasileira. (org.) Boris Fausto. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. (1984). FGV/ CPDOC. Forense Universitária/Finep.

Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. (1991). Livraria do Chain, Banestado. Curitiba.

Doria, Francisco. (1994). Os Herdeiros do Poder. Revan.

Duarte, Nestor. (1939). A Ordem Privada e a Organização Política Nacional. (Contribuição a Sociologia Política Brasileira). Brasiliana V172. Companhia Editora Nacional.

Faoro, Raymundo. (1994). Existe um Pensamento Político Brasileiro? Ática.

Faoro, Raymundo. (1973,1991). Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro. Editora Globo.

Fausto, Boris. (1986). A Revolução de 1930. Historiografia e História. Brasiliense. São Paulo.

Fernandes, Florestan. (1996). A Família Patriarcal e Suas Funções Econômicas. *in* Revista USP. São Paulo.

Fernandes, Florestan. (1981). A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaios de Interpretação Sociológica. Zahar. Rio de Janeiro.

Ferreira, Marieta de Moraes. (1989). A República na Velha Província. Rio Fundo. Rio de Janeiro.

Ferreira, Marieta de Moraes. (1994). Em Busca da Idade de Ouro. As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Editora UFRJ.

Ferreira, João Carlos Vicente. (1996). O Paraná e seus Municípios. Editora Memória Brasileira. Maringá.

Ferreira da Silva, Lina Gorenstein. (1995). Heréticos e Impuros. Coleção Biblioteca Carioca. Prefeitura do Rio de Janeiro.

Florentino, Manolo Garcia. (1995). Em Costas Negras : Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX). Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.

Fragoso, João **e Florentino**, Manolo. (1993). O Arcaísmo Como Projeto Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro. Diadorim.

Fragoso, João Luís Ribeiro. (1990). Economia brasileira no século XIX : mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. *in* História Geral do Brasil. Maria Yedda Linhares (org.). Editora Campus. Rio de Janeiro.

Fragoso, João Luís Ribeiro. (1992). Homens de grossa aventura : acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Arquivo Nacional.

Franco, Arthur Martins. (1941). Arvores de Costado. Revista Genealógica Brasileira. Ano 11. 1° sem.1941. N°3. Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro.

Freyre, Gilberto. (1963). Casa Grande e Senzala. Editora Universidade de Brasília.

Freyre, Gilberto. (1985). Sobrados e Mucambos. Coleção Documentos Brasileiros - 66. Livraria José Olympio Editora. 7 ed. Rio de Janeiro.

Godinho, Vitorino Magalhães. (1990). Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII - XVIII. Difel. Lisboa.

Gorender, Jacob. (1981). A Burguesia Brasileira. Brasiliense. São Paulo.

Gorender, Jacob. (1985). O Escravismo Colonial. Ática. São Paulo.

Gorenstein, Riva. (1993). Comércio e Política : O Enraizamento de Interesses Mercantis Portugueses no Rio de Janeiro.(1808-1830). Biblioteca Carioca. Imprinta. RJ.

Goulart, José Alípio. (1960). Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil. Conquista. Rio de Janeiro.

Graham, Richard. (1990). Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil. Stanford University Press. California.

Gramsci, Antonio. (1981). Concepção Dialética da História. Civilização Brasileira.

Gramsci, Antonio. (1978). O Ressurgimento *in* : Obras Escolhidas. Martins Fontes.

Gramsci, Antonio.(1982). Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Civilização Brasileira.

Guimarães, Alô. (1973). Visconde de Nácar - O Homem, O Político, O Patriarca. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Volume XVIII.

Heidegger, Martin. (1977). Heidegger e a Política. O caso de 1933. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.

História do Poder Judiciário no Paraná. (1982). SCE. Serena. Curitiba.

Horta, Cid Rebelo. (1965). Famílias Governamentais de Minas Gerais. Segundo Seminário de Estudos Mineiros. UFMG. Belo Horizonte.

Ianni, Octávio. (1988). As Metamorfoses do Escravo. Hucitec/Scientia et Labor.

Iglesias, Francisco. (1958). Política Econômica do Governo Provincial Mineiro. (1835-1889). INL.

Keinert, Ruben Cesar. (1978). Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná. Dissertação de Mestrado. USP.

Kretzen, João. (1951). As Grandes Potências Econômicas no Estado do Paraná. Escritório Sul-Brasil Econômico. Curitiba. Times do Brasil. São Paulo.

Kunhavalik, José Pedro. (1995). Bento Munhoz da Rocha Neto : Trajetória Social e Política e sua gestão no Governo do Paraná. Monografia de Graduação do Curso de Ciências Sociais. UFPR.

Avé-Lallemant, Roberto. (1953). Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858. INL.

Lavalle, Aida Mansani. (1974). Análise Quantitativa das Tropas passadas no Registro do Rio Negro. 1830-1854. Tese. Universidade Federal do Paraná.

Lavalle, Aida Mansani. (1981). A Madeira na Economia Paranaense. Grafipar. Curitiba.

Leão, Ermelino Agostinho de. (1926) Diccionario Historico e Geographico do Paraná. Empresa Graphica Paranaense.Curityba.

Levi, Darrel. (1977). A Família Prado. Cultura 70 - Livraria e Editora S/A. São Paulo.

Levine, Robert. (1980). A Velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira. 1889-1937. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Lewin, Linda. (1987). Política e Parentela na Paraíba. Um Estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar. Record. Rio de Janeiro.

Linhares, Temístocles. (1969). História Econômica do Mate. CDB138, José Olympio Editora.

Love, Joseph. (1982). A Locomotiva. São Paulo na Federação. 1889-1937. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Love, Joseph. (1975). O Regionalismo Gaúcho. Perspectiva. São Paulo.

Macedo, F. R. Azevedo. (1995). Conquista Pacífica de Guarapuava. Farol do Saber. Fundação Cultural de Curitiba.

Macedo Soares, Antonio Joaquim. (1875). O mate do Paraná.

Maciel, Ottoni. (1925). Bastidores Políticos. Sem Editora. Curitiba.

Magalhães Filho, Francisco de. (1972). Evolução Histórica da Economia Paranaense. Revista Paranaense de Desenvolvimento. n 28, jan/fev.

Marcondes, Moysés. (1923). Documentos para a História do Paraná. Typografia do Annuario do Brasil. Rio de Janeiro.

Marcondes, Moysés. (1926). Pae e Patrono. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Typographia do Anuario do Brasil. Rio de Janeiro.

Martins, José de Souza.(1994). O Poder do Atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta. Hucitec.

Martins, Romário (sem data). História do Paraná. Editora Guaíra Ltda. Curitiba.

Martins, Romário. (1926). Ilex-Mate. Grafica Paranaense .

Martins, Romário. (1941). Quantos Somos, Quem Somos. Dados para a História e a Estatística do Povoamento do Paraná. Empresa Gráfica Paranaense. Curitiba.

Martins, Romário. (1944). Terra e Gente do Paraná. Empresa Gráfica Paranaense. Curitiba.

Marx, Karl. (sem data). O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. *in* Obras Escolhidas. Alfa Omega.

Mayer, Arno J. (1990). A Força da Tradição. A Persistência do Antigo Regime. Companhia das Letras. São Paulo.

Miliband, Ralph. (1972). O Estado na Sociedade Capitalista. Zahar. Rio de Janeiro.

Mio, João de. (1951). Notícias históricas sobre a erva-mate e seus engenhos de beneficiamento. Boletim do I.H.G.E.P. n.5 (3-4) jul/dez 1951.

Moreau, Pierre. (1979). História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e relação da viagem ao país dos tapuias. Reconquista do Brasil, 54. Itatiaia/ Edusp. São Paulo.

Moreira, Júlio Estrela. (1975). Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Imprensa Oficial.

Moreira, Júlio Estrela. (1953). História da Medicina no Paraná. Subsídios para o estudo do período colonial. Imprensa Oficial do Estado.

Mota, Lúcio Tadeu. (1994). As Guerras dos Índios Kaingang. A História Épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Editora da Universidade de Maringá.

Muller, Daniel Pedro. (1978). Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo em 1837. Governo do Estado.

Munhoz da Rocha, Bento. (1969). Introdução. *in* Balhana, Pinheiro Machado, Westphalen. História do Paraná. Grafipar.1969.

Munhoz da Rocha, Bento. Discursos parlamentares. (1987). Perfis parlamentares; 32. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Brasília.

Nagamini, Marilda. (1994). *in* Vargas, Milton (org). História da Técnica e da Tecnologia no Brasil. Unesp.

Nascimento, Antonio Roberto. (inédito). Gente de São Francisco do Sul. Títulos Carvalho Bueno, Gomes de Oliveira, Miranda Coutinho, Oliveira Cercal. Datilografado.

Negrão, Francisco. (1920). As minas de ouro da Capitania de Paranaguá. (1640-1649). Edição D'O Itiberê. Paranaguá.

Negrão, Francisco. Genealogia Paranaense. (1926) Primeiro Volume. Impressora Paranaense.

Negrão, Francisco. Genealogia Paranaense (1927) Segundo Volume.. Impressora Paranaense

Negrão, Francisco. Genealogia Paranaense (1928) Terceiro Volume.. Impressora Paranaense

Negrão, Francisco. Genealogia Paranaense (1929) Quarto Volume. Impressora Paranaense

Negrão, Francisco. Genealogia Paranaense (1930) Quinto Volume. Impressora Paranaense

Negrão, Francisco. Genealogia Paranaense (1950) Sexto Volume. Impressora Paranaense

Nicolas, Maria. (1984). 130 Anos de Vida Parlamentar Paranaense. 1854-1984. Assembléia Legislativa.

Nicolas, Maria. (1977). O Paraná na Câmara dos Deputados. Imprensa Oficial.

Nicolas, Maria. (s/d). O Paraná no Senado. Imprensa Oficial.

Nogueira, Mauro R.. (1986). Avelino Vieira. Biografia Dinâmica. Educa. Curitiba.

Oliveira, Francisco de. (1978). Elegia para uma re(li)gião. Paz e Terra.

Oliveira, Ricardo Costa de. (1997). Notas sobre a política paranaense de 1930-1945. *in* Revista de Sociologia e Política N° 9. Curitiba.

Oliveira, Ricardo Costa de. (1995). Oliveiras Entre Alemães. Estudo de Caso da Classe Dominante no Nordeste de Santa Catarina. Da Lavoura Escravista para a Indústria e Política. *in* Revista de Sociologia e Política N^{os} 4/5. Curitiba.

Oliveira Vianna, F. J. (1939). Populações Meridionais do Brasil. CEN. São Paulo.

Oliveira Vianna, F. J. (1982). Populações Meridionais do Brasil e Instituições Políticas Brasileiras. Biblioteca do Pensamento Político Republicano - 14. Câmara dos Deputados. Brasília.

Oliven, Ruben George. (1992). A Parte e o Todo. A Diversidade cultural no Brasil-Nação. Vozes. Petrópolis.

Orlandi, Eni Puccinelli. (1995). As Formas do Silêncio. No Movimento dos Sentidos. Editora da UNICAMP. Campinas.

Pacheco, Ivens Lagoano. (sem data). Retrospectiva Histórica da Secretária da Justiça do Paraná. 1892 a 1976. Imprensa Oficial. Paraná.

Padis, Pedro Calil. (1981). Formação de uma Economia Periférica : O Caso do Paraná. Hucitec/ SCE-PR.

Pereira, Magnus Roberto de Mello. (1990). Fazendeiros, Industriais e Não-Morigerados. Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense. Tese de Mestrado em História.UFPR.

Perissinoto, Renato. (1994). Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha. Editora da Unicamp. Campinas.

Perruci, Gadiel. (1978). A República das Usinas. Paz e Terra.

Pesavento, Sandra Jatahy. (1986). Pecuária e Indústria. Formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Movimento. Porto Alegre.

Piazza, Walter F. org. (1994). Dicionário Político Catarinense. Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Pieruccini, Maria Cristina. (1996). Os Rocha Loures. Uma Família Paranaense em Trezentos Anos de História. Posigraf. Curitiba.

Piloto, Valfrido. (1990). A Estirpe Apostolar de Dario Vellozo. Edição do Autor. Curitiba.

Piloto, Valfrido. (1938). Paranistas. Curitiba.

Pinçon, Michel e Monique Pinçon-Charlot. (1996).Grandes Fortunes. Dynasties Familiales et Formes de Richesse en France. Documents Payot.

Pinheiro Machado, Brasil. (1968). Formação Histórica. *in* Campos Gerais. Estruturas Agrárias. Edição do departamento de História. UFPR.

Pinto, Luiz de Aguiar. (1980). Lutas de Famílias no Brasil. Companhia Editora Nacional. São Paulo.

Porto, Manoel Ernesto Campos. (1990). Apontamentos para a História da República. CNPQ/ Brasiliense. São Paulo.

Porto, Walter Costa. (1989). O Voto no Brasil.Da Colônia à Quinta República. Gráfica do Senado Federal.

Poulantzas, Nicos. (1977). Poder Político e Classes Sociais. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo.

Prado, L. C. **e Capelato**, M.H.R. (1989). A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República *in* III O Brasil Republicano (org) Boris Fausto. Bertrand Brasil.

Prunera, Antonio de. (1913). Relatorio geografico, comercial, industrial y mercantil del Estado del Paraná.

Puglielli, Hélio de Freitas. (1991). Para Compreender o Paraná. SEEC. Curitiba.

Queiroz, Maria Isaura P. de. (1976). O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios. Alfa-Omega. São Paulo.

Queiroz, Maria Isaura P. de. (1992).Ufanismo Paulista. *in* Revista USP/ 13.

Queiroz, Maurício Vinhas de. (1966). Messianismo e Conflito Social. A guerra sertaneja do contestado : 1912/1916. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Relatórios dos Presidentes de Província. Biblioteca Pública do Paraná.

Ricardo dos Santos. Ayrton. (1995). Lamenha Lins e o Engenho Central de Morretes. *in* Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Volume X LIX. Curitiba.

Ritter, Marina Lourdes. (1980). As Sesmarias do Paraná no Século XVIII. IHGEPr. Curitiba.

Ritter, Marina Lourdes. (1982). A Sociedade nos Campos de Curitiba na Época da Independência. Pallotti. Porto Alegre.

Roderjan, Roselis Vellozo. (1992). Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional. Estante Paranista, nº 36. IHGEPr.

Rodrigues, Agostinho José. (1954). o Paraná na FEB. Imprensa Oficial. Curitiba.

Rodrigues Alves, Odair. (1986). Os Homens Que Governaram São Paulo. Livraria Nobel/ Edusp.

Rodrigues, José Honório (1978). Conselho de Estado. O Quinto Poder? Senado Federal.

Romaguera Netto, Luiz. (1992). Gertrudes e o Padre Camargo.Reproset. Curitiba.

Roure, Agenor de. (1979). A Constituinte Republicana. Senado Federal. Brasília.

S. Thiago, Raquel. (1988). Coronelismo Urbano em Joinville. O Caso de Abdon Baptista. Edição Governo de Santa Catarina.

Saes, Décio. (1985). A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891). Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Saes, Décio. (1994). Estado e Democracia : Ensaios Teóricos. Coleção Trajetória 1. IFCH. UNICAMP.

Saint-Hilaire, Auguste de.(1978). Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Itatiaia/Edusp.

Salgado, Graça (coord.). (1985). Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial. Nova Fronteira. Rio de Janeiro.

Santos, Carlos Roberto Antunes dos. (1976). L'Économie et la Societé Sclavagistes ou Parana (Brésil) de 1854 a 1887. Paris. Tese de Doutorado, Université de Paris X - Nanterre.

Santos, Carlos Roberto Antunes. (1995). História da Alimentação no Paraná. Farol do Saber.

Sartre, Jean-Paul. (1984). Questão de Método. Os Pensadores. Abril Cultural. São Paulo.

Schumpeter, Joseph. (1961). Teoria do Desenvolvimento Econômico. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro.

Schwartzman, Simon. (1982). Bases do Autoritarismo Brasileiro. Editora da UNB. Brasília.

Silva, Lígia Osorio. (1996). Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da Lei de 1850. Editora da Unicamp.

Silva, Mônica Helena Harrich. (1996). O Fenômeno do "Coronelismo" no Paraná da Primeira República (1889-1930). Monografia de Graduação. DECISO/UFPR.

Skocpol, Theda. (1993). Bringing the State Back in : Strategies of Analysis in Current Research. Cambridge University Press.

Sombart, Werner. (1928). Der Moderne Kapitalismus.

Souza, Newton Stadler de. (1970). O Anarquismo da Colônia Cecília. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Tapajós, Vicente. (1984). História Administrativa do Brasil. V 9. Organização Política e Administrativa do Império. Funcep. Brasília.

Tapajós, Vicente. (1983). História Administrativa do Brasil. V. 2. A Política Administrativa de D. João III . Funcep. Brasília.

Taunay, Affonso de. (1978). O Senado do Império. Senado Federal.

Tavares de Lyra, Augusto. (1978). Instituições Políticas do Império. Senado Federal.

Ternes, Apolinário. (1994). Carlos Gomes de Oliveira - dossiê dos 100 anos. A Notícia/ UFSC.

Thompson, E. P. (1980). The Making of the English Working Class. Pelican Book.

Tourinho, Luiz Carlos Pereira. (1986). Toiro Passante. II - Tempo de Província. Lítero-Técnica.

Tourinho, Luiz Carlos Pereira. (1990). Toiro Passante . III - Tempo de República Velha. Estante Paranista 34. Gráfica Rocha.

Tribunal de Contas do Estado do Paraná. 47 Anos de História. (1994). Serena. Curitiba.

Uricoechea, Fernando. (1978). O Minotauro Imperial. Difel.

Uruguai, Visconde do. (1862). Ensaio do Direito Administrativo. s. ed. Rio de Janeiro.

Valverde, Orlando. (1985). Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Vozes. Petrópolis.

Vanali, Ana Christina. (1995). Diretrizes das Políticas Públicas da Erva-Mate no Paraná Provincial (1853-1889). Monografia de Graduação. UFPR - Deciso. (dat).

Varela, Alfredo. (1903). As oligarchias no Brazil. Ataque a do Paraná. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro.

Varnhagen, Francisco Adolfo de. (1978). História Geral do Brasil. V 2. Melhoramentos.

Vargas, Túlio. (1973). A Última Viagem do Barão do Serro Azul. O Formigueiro. Curitiba.

Vargas, Túlio. (1996). Breve Memória do Banestado. Banestado. Curitiba.

Vargas, Túlio. (1970). O Indomável Republicano. O Formigueiro. Curitiba.

Vargas, Túlio. (1976). Senhor Senador. Senhor Ministro. (1976).Grafipar. Curitiba.

Venâncio Filho, Alberto. (1982). Das Arcadas ao Bacharelismo. Perspectiva. São Paulo.

Veríssimo, Ignácio José. (1939). André Rebouças através de sua Auto-Biografia. CDB 20. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro.

Vieira dos Santos, Antonio. (1950). Memoria Historica, Chronologica,Topographica e Descritiva da Villa de Morretes e do Porto Real vulgarmente Porto de Çima. Edição do Museu Paranaense.

Vieira dos Santos. (1951-1952). Memoria Historica, Chronologica, Topographica e Descritiva da cidade de Paranaguá e seu município. 2V. Edição do Museu Paranaense.

Victor, Nestor. (1913). A Terra do Futuro. Tip. Jornal do Commercio.

Wachowicz, Ruy C. (1983). Universidade do Mate. Edição da APUFPR. Curitiba.

Willians, Raymond. (1984). Marxismo e Literatura. Zahar.

Westphalen, Cecilia. (1962). O Porto de Paranaguá - estudos de micro-conjuntura. Boletim do Conselho de Pesquisas da Universidade do Paraná, Depto. de História.

Westphalen, Cecilia. (1974). Os Comerciantes Paranaenses na Conjuntura Ervateira. Boletim do Departamento de História da UFPR, n 21.

Westphalen, Cecilia. (1976). As Farinhas de Paranaguá, in A Moderna História Econômica. Coord. Carlos Pelaez e Mircea Buescu. APEC.

Westphalen, Cecilia. (1995). O Barão dos Campos Gerais e o Comércio das Tropas. Curitiba.

Westphalen, Cecilia. (1996). Política Paranaense do século XIX. Revista Paranaense de Desenvolvimento Econômico. N. 87. IPARDES. Curitiba.

Westphalen, Cecilia e Balhana, Altiva. (1986). Demografia e Economia : O Empresariado Paranaense 1829-1929, in Brasil : História Econômica e Demográfica, Iraci Del Nero Costa (org.). IPE/ USP.

Wirth, John. (1982). O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira. 1889-1937. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Zemella, Mafalda P. (1990). O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII. Hucitec-Edusp.

FONTES

Academia Paranaense de letras.

Arquivo Público do Paraná. Ofícios.

Arquivo Nacional. Atos do poder. Decretos Imperiais.

A Gazeta do Povo.

A REPÚBLICA.

Biblioteca Pública do Paraná. Seção paranaense.

Estado do Paraná. Leis, Decretos e Regulamentos.

Relatórios dos Presidentes de Província.

Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

O Dezenove de Dezembro.

Jornal do Brasil.

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

O SILÊNCIO DAS GENEALOGIAS : CLASSE DOMINANTE E ESTADO NO PARANÁ (1853-1930)

ANO 1895 2

VOLUME II
Campinas - SP
AGOSTO DE 2000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ANEXOS

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ANEXO INTRODUÇÃO

EXEMPLOS DE FAMÍLIAS SENHORIAIS FAZENDEIRAS DE OLIVEIRA VIANNA. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS, 1982, p.477-490

FAMÍLIA	REGIÃO	LOCALIDADE
Monteiro de Barros	Minas Gerais	Mata Mineira
Almeida Prado	São Paulo	Oeste e Noroeste de SP
Sá Fortes	Minas Gerais	Barbacena
Lima Duarte	Minas Gerais	Barbacena
Andradas	Minas Gerais	
Miranda Jardim	Minas Gerais	
Nogueira Penido	Minas Gerais	
Paula Lima	Minas Gerais	
Miranda Ribeiro	Minas Gerais	
Vidal	Minas Gerais	
Badaró	Minas Gerais	
Rodrigues Silva	Minas Gerais	
Vidigal	Minas Gerais	
Portugal	Minas Gerais	
Rezende	Minas Gerais	Lagoa Dourada
Ribeiro Junqueira	Minas Gerais	
Toledo Piza	Minas Gerais	Sul-Campanha
Castelhanos	Minas Gerais	"
Afonso	Minas Gerais	"
Vilhena	Minas Gerais	"
Breves	Rio de Janeiro	Resende-BarraMansa-Piraí
Teixeira Leite	Rio de Janeiro	Vassouras-Valença-Paraíba do Sul
Avelares	Rio de Janeiro	"
Correia e Castro	Rio de Janeiro	"
Manhães	Rio de Janeiro	Campos
Barcelos	Rio de Janeiro	"
Barroso	Rio de Janeiro	"
Peçanha	Rio de Janeiro	"
Nogueira	Rio de Janeiro	Resende/Bananal
Almeida	Rio de Janeiro	"
Valim	Rio de Janeiro	"

continua

continuação

FAMÍLIA	REGIÃO	LOCALIDADE
Furquim Werneck	Rio de Janeiro	Vassouras
Ferreira Leal	Rio de Janeiro	Pádua-Paraíba-Pomba
Pereira	Rio de Janeiro	"
Marmelo	Rio de Janeiro	"
Gonçalves	Rio de Janeiro	"
Toledo Piza	Rio de Janeiro	"
Barbosa Castro	Rio de Janeiro	"
Monteiro de Barros	Rio de Janeiro	Médio Paraíba
Vieira de Carvalho	Rio de Janeiro	Cantagalo-Madalena
Moraes Martins	Rio de Janeiro	"
Veiga	Rio de Janeiro	"
Vale	Rio de Janeiro	"
Leite Ribeiro	Rio de Janeiro	Barra Mansa-Resende-Vassouras
Azeredo Coutinho	Rio de Janeiro	Saquarema
Macedo Soares	Rio de Janeiro	"
Machados	Rio de Janeiro	"
Cotrim	Rio de Janeiro	"
Magalhães	Rio de Janeiro	"
Silveira	Rio de Janeiro	"
Duarte	Rio de Janeiro	"
Oliveira Vianna	Rio de Janeiro	"
Reis	Rio de Janeiro	"
Leme	Paraná	Curitiba
Carrasco dos Reis	Paraná	Curitiba
Lins	Paraíba	Várzea
Monte e Silva	Ceará	Icó
Feitosa	Ceará	Icó
Brito Peixoto	Brasil Meridional	Laguna
Lins	Paraíba	Várzea
Cavalcanti de Albuquerque	Pernambuco	
Queiroz Lima	Ceará	
Feitosa	Ceará	Cariri
Montes	Ceará	Cariri
Argolos	Bahia	Passé
Monizes	Bahia	Iguape e Caipe
Bulcões	Bahia	Paramirim
Calmons	Bahia	Patatiba
Borges	Mato Grosso	

continua

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

conclusão

FAMÍLIA	REGIÃO	LOCALIDADE
Fernandes	Mato Grosso	
Ponce	Mato Grosso	
Fonseca e Silva	Goiás	
Leme	São Paulo	
Prado	São Paulo	
Moraes e Barros	São Paulo	
Queiroz Telles	São Paulo	
Vergueiro	São Paulo	
Souza Queiroz	São Paulo	
Paula Souza	São Paulo	
Almeida Prado	São Paulo	
Souza Aranha	São Paulo	
Paes de Barros	São Paulo	
Lara	São Paulo	
Cardoso de Almeida	São Paulo	
Alves Lima	São Paulo	
Silva Telles	São Paulo	
Cunha Bueno	São Paulo	
Amaral Souza	São Paulo	
Freitas Valle	São Paulo	
Taques	São Paulo	

ANEXO PARTE 1, ITEM 1.1
ESTIMATIVAS DOS CAPITÃES-MORES

Capitães-Mores de Paranaguá. (E. Leão, 1926, p.321-322; NEGRÃO, 1926, p.71-77)

Gabriel de Lara 1656-1682

Thomaz Fernandes de Oliveira 1683-1689

Gaspar Teixeira de Azevedo 1689-1692

Francisco da Silva Magalhães 1692-1707

João Rodrigues França 1707-1715

Antonio Garcia 1716-1717

André Gonçalves Pinheiro 1717-1731

Anastacio de Freitas Trancoso, o velho 1732-1742

João Francisco Laynes 1743-1763

Antonio Ferreira Matoso 1763-1766

Manoel Nunes de Lima 1765-1766

Antonio de Souza Pereira 1778

José Carneiro dos Santos 1766 e 1789

Joaquim José dos Santos 1792

Manoel Antonio Pereira 1801

Curitiba

Francisco Xavier Pissaro 1732-1743 (Carneiro: 1995, 99).

Leão de Mello e Vasconcelos 1743-1748

Rodrigo Felix Martins 1748-1765

Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade 1765-1799

Antonio Ribeiro de Andrade 1800-1821

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Guaratuba

Miguel de Miranda Coutinho 1771-1793

Manoel de Miranda Coutinho 1795-?

Crispim de Miranda Coutinho? 1822

Antonina

Francisco Rodrigues Ferreira 1798

Manoel José Alves

Lapa

Francisco Teixeira Coelho

Francisco de Paula Teixeira Coelho - 2.° Capitão-Mór

Castro

José Carneiro Lobo

ANEXO PARTE 1, ITEM 1.2 - QUADRO GERAL DA RELAÇÃO DAS FAZENDAS E SÍTIOS DE CURITIBA

AFONSO BOTELHO - 1772. DO RIO PITANGUI AO ITARARÉ

Nº	FAZENDA	PROPRIETÁRIO	RESIDÊNCIA	FAZENDEIRO	DISTAN CIA EM LÉGUAS DA ESTRADA	DO IAPÓ	ESCRAVOS	
							M	F
1	Cambiju	D. Ana Siqueira	Santos	Domingos Siqueira	0	12	8	6
2	Taiaioca	D. Ana Siqueira	Santos	Antonio Luiz	0	10	6	8
3	São Bento	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	Antonio de Lima	6	6	3	1
4	São João	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	Antonio Pereira dos Santos	3	5	5	3
5	Carambei	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	Antonio dew Souza Pimentel	0	3	4	0
6	Boqueirão	Cap. Miguel Rodrigues Ribas	Curitiba	Vitor Mariano Ribas	0	3	4	0
7	Cercado	João Gonçal ves Barreiro	----------	Manoel Antonio Pires	2	3	0	0
8	Curralinho	Governa dor do Bispado	----------	Angelo de Toledo	1 e 1/2	8	4	1
9	Furnas	Nossa Senhora das Neves	----------	Administrador: Cap. Francisco Cardozo de Menezes fazen deiro Escravo Boa Ventura				
10	Santo Amaro	Sarg. Mor. Cristóvão Pinheiro	Paranaguá	Vicente Alves da Costa	3	7	2	1
11	----------	PantaleãoPedr oso de Morais	Na Fazenda	----------	6	9	1	0
12	----------	Ana Mendes	Furnas	----------	1 e 1/2	9	2	1
13	Maracanand u	D. Maria dos Passos	Santos	Miguel Luis da Costa	4	4	0	0
14	Socavão	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	João Pompeu	3	4	5	0
15	Tucum	Cap. Miguel Rodrigues Ribas	Curitiba	Vitor Mariano Ribeiro Ribas	3	5	1	0
16	Tabor	Sarg. Mor Cristóvão Pinheiro	Paranaguá	Luis Castanho	2	4	6	4
17	Boa Vista	Cel.Francisco Pinto do Rego	São Paulo	João Batista Pereira	0	18	3	0

continua

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AFONSO BOTELHO - 1772. DO RIO PITANGUI AO ITARARÉ

conclusão

Nº	FAZENDA	PROPRIETÁRIO	RESIDÊNCIA	FAZENDEIRO	DISTAN CIA EM LÉGUAS DA ESTRADA	DO IAPÓ	ESCRAVOS	
							M	F
18	Pinheiros	Cel. Francisco Pinto do Rego	São Paulo	JoÃo Batista Pereira		14	0	0
19	Morungava	Sarg. Mor Antonio Franciscode Andrade	Parnaíba	Pedro Pereira dos Santos	0	20	4	0
20	Cinzas	Manoel de Melo Rego	Na Fazenda	----------	0	9	2	1
21	Limoeiro	Cap. Francisco Cardozo mais 3 sócios	----------	Escravo Estevão	0	17	6	2
22	Santa Cruz	Tte. Joaquim José	Curitiba	Um Escravo	3	4	2	0
23	----------	Rodrigo Felix Martins	Na Fazenda	----------	6	10	5	1
24	São Tomé Tte. Joaquim José	Curitiba	Escravo Tomé	1/2	1 e 1/2	2	2	
25	Barra	Tte. Jeremias de Lemos	Na Fazenda	----------	6	9	2	1
26	Montenegro	Cap. Francisco Xavier Pinto	Curitiba	José Teixeira	1	8	2	2
27	Piraí	Cap. Francisco Carneiro Lobo	Na Fazenda	----------	0	3	5	3
28	São Lourenço	Cap. Francisco Xavier Pinto	Curitiba	Antonio Teixeira	3	5	2	1
29	Tacamã	Herdeiros	----------	José Rodrigues Orta da Silva	3	7	0	0

FONTE: BOTELHO, fonso. **Relação das fazendas e sítios de Curitiba**. Documento 1056-1057. In: IGHEP (cópia fotostástica do original do AHUL). Adaptação de R. V., Roderjan

ANEXO PARTE 1, ITEM 2.1
COMERCIANTES QUE ASSINARAM
A REPRESENTAÇÃO DE 1803

- *Angelo Custódio de Sampaio.* Um dos primeiros exportadores de madeira, betas e cordoalhas de Paranaguá. Possuía uma barca que fazia o serviço de cabotagem entre Paranaguá e o Rio de Janeiro desde antes de 1796. Sua filha Onistarda Maria do Rosario se casaria em 3 de outubro de 1815 com o Capitão João de Souza Dias NEGRÃO, comerciante e proprietário de engenho de erva-mate. O Capitão NEGRÃO era português, foi camarista em Paranaguá e Comissário de Polícia em Curitiba. (NEGRÃO, v.2, p.182, 183, 242).
- *Antonio Francisco.* Pode ser Antonio Francisco Mendonça. Emigrou para o Brasil em fins do século XVIII, foi homem abastado, comerciante e possuía intensa lavoura no litoral. Incluído entre os paranaguenses de principal nobreza, serviu nos cargos de governança da vila. (NEGRÃO, V6, 273). Seu neto Bernardo José de Carvalho seria o pai da Viscondessa de Mauá. (NEGRÃO, v.6, p.275).
- *Antonio José Alves.* Seria Capitão-Mor de Antonina. Filho do também Capitão-Mor de Antonina, Manoel José Alves, natural da freguesia de São Salvador da Fonte Boa. Estabelecido em Paranaguá, onde possuiu um estaleiro naval como "*carpinteiro da ribeira e armador*" conseguiu bens de fortuna e cargos de governança. (NEGRÃO,v.5, p.269, 270, 278).
- *Francisco Ferreira de Oliveira.* Natural dos Açores. Foi Sargento-Mor, faleceu em 1822. Sua filha Maria Joaquina da Trindade foi a segunda mulher de Manuel Francisco Correia (o Velho) e Joaquina Maria da Ascensão, a terceira. (NEGRÃO, v.3, p.273, 305).

- *Francisco Gonçalves Cordeiro*. 1759-1811. Filho do Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, tabelião e escrivão de Paranaguá em 1731. Gaspar era casado com Catharina de Sene (um dos casais mais importantes do Paraná setecentista). Francisco era neto do Capitão Pedro de Moraes Monforte, presente na criação da vila de Curitiba em 1693. Francisco casou-se com Dorothea Luiza Monteiro de Mattos, filha do Capitão-Mor de Paranaguá, Antonio Ferreira Mathoso. Possuíam grandes terras no Paraná, com plantio de cana, arroz, mandioca, café e outros produtos cultivados por mais de 60 escravos africanos. Para os serviços das fazendas possuíam dois grandes veleiros. Francisco, como Capitão de Milícias, participou da campanha catarinense de 1777 e foi Coronel Comandante do Regimento de 2 ª linha de Paranaguá de 1801 a 1811. Recebeu o Hábito de Christo em 1808. (NEGRÃO. v.3, p.135; v.4, p.130, 190, 191).
- *Francisco Gonçalves Rocha*. Seria Sargento-Mor do Regimento de Ordenanças de Paranaguá. Um dos chefes do movimento de propaganda separatista de Paranaguá, em 1821, durante o juramento da Constituição Portuguesa. (NEGRÃO, v.5, p.209-211).
- *Francisco Leite de Moraes*. Natural do Porto, norte de Portugal. Casado com Maria Úrsula Peregrina de Assunção, filha de Anna Gonçalves Cordeiro com o Tenente Antonio dos Santos Pinheiro, que também era português e foi escrivão e tabelião em Paranaguá e Curitiba. Anna era filha do Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes com Catharina de Senne (ver acima). Francisco Leite de Moraes se mudaria para São Francisco do Sul, Santa Catarina, onde seria Juiz de Órfãos em 1809. Faleceu em 1817. Francisco foi considerado o mentor intelectual das mobilizações dos comerciantes de Paranaguá contrárias ao Capitão-General Antonio José de França e Horta. (NEGRÃO, v.4, p.132, 157, 171; WESTPHALEN, 1974, p.142; NASCIMENTO, inédito, p.38).

- *João Vieira dos Santos*. Português, imigrara para o Brasil com o seu irmão Antonio Vieira dos Santos, autor de importantes obras sobre o litoral paranaense, considerado o "*pai*" da historiografia paranaense. (NEGRÃO, v.3, p.32).
- *José de Araujo França*. Pode ser o filho de Custodio Martins de Araujo, Sargento-Mor do Regimento de Ordenanças de Paranaguá, com a sua esposa Córdula Rodrigues de França. (NEGRÃO, v.3, p.537-538).
- *José Carneiro dos Santos*. Português, natural da região de Braga. Foi Capitão-Mor de Paranaguá nomeado por patente de 1766. Casou-se com Maria Angélica Gomes de França. (NEGRÃO, v.3, p.401-402).
- *José de Moraes*. Pode ser o Tenente José Gonçalves de Moraes, filho do Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes e irmão de Francisco Gonçalves Cordeiro (ver acima). A filha de José Gonçalves Moraes, Anna Gonçalves de Moraes, se casaria com Floriano Bento Vianna. Floriano possuía engenho de arroz, mandioca e aguardente em Tremomó, além de um engenho de serra na baía das Laranjeiras. Seria Capitão do Regimento de Milícias. Notabilizou-se por ter veiculado uma moção pela emancipação da Comarca, durante o juramento da Constituição Portuguesa de 1821. (NEGRÃO, v.4, p.198 e v.5, p.208, 219).
- *José Rodrigues Branco*. Natural da região de Braga em Portugal. Casou-se com Gertrudes Ferreira de Oliveira Bueno, filha do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto, negociante. Francisco foi Presidente da Câmara de Curitiba, proprietário de fazendas no interior do Paraná e proprietário de uma casa de sobrado junto à Alfândega de Santos, onde possuía negócios. Francisco Xavier Pinto se casara com Rita Ferreira Bueno, filha do Sargento-Mor João Ferreira de Oliveira, português, importante negociante em Santos. (NEGRÃO, v.4, p.317-318, 360).

- *Manuel Antonio da Costa.* Sargento-Mor. Casou-se com Catharina Rosa Monteiro de Mattos, filha de Francisco Gonçalves Cordeiro (ver acima). (NEGRÃO, v.4, p.198).
- *Manuel Antonio Pereira.* 1782-1857. Foi Capitão-Mor de Paranaguá. Português de nascimento, foi uma das maiores fortunas do Paraná (ver item 1.2.2).
- *Ricardo Carneiro dos Santos.* Filho de José Carneiro dos Santos, Capitão-Mor de Paranaguá em 1766 (ver acima). (NEGRÃO, v.4, p.307).
- *Ricardo de Souza Pinto.* Capitão-Mor, faleceu em 1819. (NEGRÃO, v.6, p.143, 152).
- *Thomaz de Souza.* Natural do Rio de Janeiro, casado com Pascoa de Figueiredo, natural da Colônia do Sacramento. (NEGRÃO, V2, 547). Um outro Capitão Thomaz de Souza e Silva, natural de Paranaguá também foi assinalado no início do século XIX. (NEGRÃO, v.6, p.151). Anexo

ANEXO PARTE 1, ITEM 2.2
PRINCIPAIS PROPRIETÁRIOS NEGOCIANTES
EM 1850 (VIEIRA DOS SANTOS, 1952, p.298-301)

- Tenente-Coronel *Manoel Francisco Correia*. Negociante de grosso trato. Era o maior proprietário urbano de Paranaguá, sendo possuidor de uma chácara no rocio e de 58 prédios urbanos, dos quais 12 sobrados. Proprietário de duas grandes fazendas com engenhos de arroz, aguardente e mandioca. Possuía uma olaria. Senhor de mais de 50 escravos e de várias embarcações utilizadas em seus empreendimentos mercantis.
- Comendador *Manoel Antonio Guimarães*. Futuro Visconde de Nácar. Negociante de grosso trato. Proprietário de diversos imóveis urbanos e sobrados em Paranaguá. Dono de uma chácara na Ilha da Cotinga com bons prédios. Possuía fazendas agrícolas com engenhos de arroz e mandioca. Senhor de mais de 50 escravos. Sócio e dono de diversos barcos. A sua casa comercial fundada em 1830, atravessaria o século, sendo exportadora de erva-mate, arroz e outros produtos. Seria o maior comerciante de Paranaguá até quase o fim do século. Também era importador de mercadorias nacionais e estrangeiras, originárias do Rio de Janeiro, do Prata e da Europa. Em 1881, 30 anos depois do relato de Vieira dos Santos, a então firma Visconde de Nácar e Filho, comercializava cerca de 25 % do total da erva-mate paranaense exportada para o Prata. (WESTPHALEN, 1974, p.145-149).
- Comendador *Joaquim Américo Guimarães*. Irmão, por parte de pai, de Manoel Antonio Guimarães, o futuro Visconde de Nácar. Negociante de grosso trato. Matriculado na Junta do Comércio do Rio de Janeiro. Consignatário de várias embarcações. Proprietário de vários imóveis urbanos.

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- Comendador *Manoel Francisco Correia Junior*. Negociante. Proprietário de 3 sobrados em Paranaguá e 10 casas em Morretes e Porto de Cima. Possuía dois engenhos de soque de erva-mate e mais de 30 escravos.
- Capitão-Mor *Manoel Antonio Pereira*. Negociante. Proprietário de casas de sobrado, 22 casas térreas e de uma grande casa de trapiche. Possuía uma chácara no rocio, uma fazenda na Boa Vista com uma légua de sesmaria, a fazenda das Palmeiras com engenho de arroz, cana e mandioca, contando com olarias e até uma capela entre outras construções. Possuiu diversas embarcações. Senhor de mais de 60 escravos.
- Sargento-Mor *Antonio Pereira da Costa*. Negociante e consignatário. Proprietário de prédios urbanos em Paranaguá.
- *Manoel Leocádio de Oliveira*. Negociante e interessado na Casa Comercial de D. Isahias de Elias, dono de barcos e propriedades.
- Vieira dos Santos também inclui como negociantes a José Francisco Correia, Ricardo Gonçalves Cordeiro, Manoel José Correia, José Francisco Barroso, José Leandro da Costa e as viúvas dos falecidos negociantes Capitão Joaquim Antonio Guimarães e Antonio José Pereira.

ANEXO PARTE 1, ITEM 2.3

LISTA[1] DOS EMPRESÁRIOS QUE ASSINARAM A FUNDAÇÃO DA ACP - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ EM 1890 (CARNEIRO, 1981, p.12,13)

- *Ildefonso Pereira Correia.* Barão do Serro Azul. Era o principal empresário do Paraná na época. Neto de Manoel Antonio Pereira e de Manoel Francisco Correia, integrante da representação de 1803 e dos apontamentos de 1850. Nasceu em 1849. Comerciante e proprietário de engenhos de erva-mate, inclusive do moderno estabelecimento fabril Tibagi, montado em Curitiba em 1878 com aperfeiçoamentos produtivos e tecnológicos significantes. Possuiu uma serraria a vapor em Piraquara e a Impressora Paranaense. Criou o Banco Mercantil e Industrial do Paraná e participou da criação do Clube Curitibano. Maior exportador paranaense de erva-mate na década de 80. Presidente da Câmara de Curitiba, Deputado Provincial, Vice-Presidente da Província. Membro do Partido Conservador. Fuzilado em 1894 após a retomada de Curitiba pelos florianistas. (COSTA, 1981; VARGAS, 1973).
- *Antonio de Barros.* Natural de Portugal. Guarda-Livros, Camarista Municipal e Tesoureiro da Câmara de Curitiba. Comendador. (NEGRÃO, v.2, p.259 e v.3, p.292).
- *Amazonas de Araújo Marcondes.* Nasceu em Palmas, em 1847. Tropeiro, comerciante, criou a linha de navegação fluvial no Rio Iguaçu, com barcas a

[1]Não conseguimos identificar: Alfredo Eugênio, Alfredo Haisler, Casemiro de Souza Lobo, Coelho Filho, Constantino Pereira da Cunha, Fortunato Pereira da Cunha, Francisco de Paula Brito, José Praxedes Rabello Bastos, Luís José da Cunha, Luís de Mattos, Manoel de Miranda Rosa, Narciso B. de Azevedo, Queiroz e Cunha.

vapor ligando Porto Amazonas com o Porto União da Vitória. Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Palmeira. Governou União da Vitória por vários anos. Deputado Estadual. Foi membro do Partido Liberal e federalista em 1894. (NEGRÃO, v.3, p.454).

- *Antônio Rodrigues da Costa.* (NEGRÃO, v.1, p.227, v.3, p.357).
- *Ascânio Miró.* Importante industrial da erva-mate. Filho do Comendador Manoel Miró e neto do Visconde de Nácar. (NEGRÃO, v.3, p.196).
- *Augusto Ernesto de Figueiredo.* Era bisneto de Floriano Bento Viana e de Anna Gonçalves de Moraes. Comerciante em Curitiba. (NEGRÃO, v.5, p.216).
- *Bento Munhoz da Rocha.* Importante industrial, Coronel. Filho do português Manoel Martins da Rocha e de Maria Licia Munhoz. (NEGRÃO, v.1, p.246-255). Bento foi o pai do Presidente do Paraná Caetano Munhoz da Rocha e avô do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.
- *Ciro Velloso.* Baiano. Estabeleceu-se com casa comercial em 1871. Foi representante geral das loterias do Estado. (NEGRÃO, v.3, p.256).
- *David Antonio da Silva Carneiro.* Nasceu em Iguape, São Paulo em 1853. Cedo se transferiu para o Paraná. Indicado Coletor da Mesa de Rendas de Antonina, em função do seu parente, o Padre José Alves Carneiro, que ali morreu em 1850. Ligado às atividades da erva-mate. Foi funcionário e depois estabeleceu sociedade com o Barão do Serro Azul. Com a morte deste, assume e reorganiza o empreendimento ervateiro em questão, criando a David Carneiro & Cia. em 1894. (CARNEIRO, 1938, p.11-13; NEWTON CARNEIRO, 1965, p.7-13; CARNEIRO, 1981, p.89-93). A firma David Carneiro apresentava pelo censo industrial de 1907 um valor de produção de 1.219 mil réis, estando em 75° lugar na ordem relativa ao valor de produção no Brasil. Empregava 70 trabalhadores. (Dean - IGCB - Fausto, 1989, p.302).

- *Domingos Antônio da Cunha.* (NEGRÃO, v.2, p.554, v.5, p.149).
- *Druzina.* Foi Cônsul da Alemanha.
- *Eduardo Augusto de Vasconcelos Chaves.* Nasceu na Paraíba em 1854. Comerciante, deputado estadual, coronel da Guarda Nacional. Faleceu em 1896. Seu filho Gastão Chaves seria engenheiro e empresário, montando firmas de eletricidade e aquecedores. (NICOLAS, 1984, p.219; CHAVES, 1994, p.225).
- *Fernando Hürlimann.* Suíço. Seria um dos sócios da Fábrica Paranaense de Fósforos de Segurança. No recenseamento industrial de 1907, esta empresa apresentava um valor de produção da ordem de 4.800 mil réis, o que a colocava como a décima primeira firma em valor de produção no Brasil. Empregava cerca de 800 trabalhadores. (CHAVES, 1995, p.239), (Dean, HGCB-Fausto, 1989, p.260).
- *Guilherme Leite.* Nasceu em 1855 no Recife. Republicano histórico. Foi o primeiro presidente do Clube republicano de Paranaguá. Foi sócio de várias firmas. Era agente da Companhia Frigorífica e Pastoril Brasileira. (NEGRÃO, v.3, p.120).
- *J. Alves de Araújo.* Joaquim Alves de Araújo, comendador, coronel, casado com Ignácia Santos, filha dos Barões dos Campos Gerais. (NEGRÃO, v.3, p.80). Joaquim era filho do Capitão Hyppolito José Alves e neto do Capitão-Mor de Antonina Manoel José Alves.
- *J. Celestino* e Filhos. José Celestino de Oliveira. Nasceu em Morretes em 1837. Ervateiro, vereador em Morretes, deputado provincial no Paraná. Mudou-se para Joinville, sendo vereador em Joinville e deputado provincial em Santa Catarina. (NEGRÃO, v.1, p.228; PIAZZA, 1994, p.505).
- José Jucundino ?, pode ser Secundino, de Oliveira. Ervateiro. (NEGRÃO, v.1, p.216).

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- *João Lourenço Taborda Ribas*. Nasceu em 1854. Capitalista, negociante em Curitiba, camarista municipal, juiz distrital e deputado estadual. (NEGRÃO, v2, p.159).
- *João Moreira do Couto*. Português. Negociante e proprietário do Grande Hotel de Curitiba. (NEGRÃO, v.3, p.214).
- *João Rebello Gonçalves*. Negociante e funcionário federal. Maçom. (NEGRÃO, v.5, p.83).
- *João Tobias Pinto Rebello*. Nasceu em 1844. Capitalista, deputado estadual, presidente da Câmara Municipal de Curitiba. (NEGRÃO, v.5, p.78 e v.2, p.164).
- *Joaquim José Belarmino Bittencourt*. Foi presidente da Câmara de Curitiba e deputado provincial. Em 1887 foi nomeado por Carta Imperial Tabelião do Público Judicial e Notas da Capital. Foi industrial da erva-mate. (NEGRÃO, v.5, p.25 e v.2, p.522).
- *Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva*. Nascido em Campinas em 1853, trabalhou na Corte na Casa Importadora Faria e Companhia, onde foi gerente. Transferiu-se para Campinas para trabalhar na Casa Pingurra, empório de louças e cristais. Casou-se com Maria Belém Silva Bueno, de tradicional família paranaense e paulista. Joaquim foi republicano histórico do Manifesto de 1870. Vereador em Campinas. Com outros capitalistas funda a Companhia Paraná Industrial, dedicada à exploração dos pinhais do Paraná, para onde se mudara. Propagandista republicano e abolicionista, passa a membro da comissão diretora do Partido Republicano com a proclamação da República. Nomeado vice-presidente do Paraná em abril de 1890, logo assumiria a Presidência do Paraná por várias vezes, tendo assumido o exercício do cargo em 28-7-1890, 3-11-1890, 29-11-1891, 23-7-1907 e 23-2-1908. Em 1892 foi Presidente da Junta Comercial do Estado do Paraná. Consegue a instalação de uma filial do Banco União em Curitiba,

sendo o seu gerente e acionista, naquele que foi um dos primeiros estabelecimentos de crédito ali inaugurado. Foi diretor da Companhia Ferro-Carril Curitibana. Por indicação, foi coronel da Guarda Nacional. Em 1900 foi eleito para a Câmara de Curitiba, cabendo-lhe a Presidência e a Prefeitura. Chefe da Comissão de Colonização de 1907. Joaquim também foi o fundador da primeira fábrica de fósforos de Curitiba e uma de cal. Igualmente exerceu outros cargos públicos como secretário de Agricultura e coletor das Rendas Estaduais. Faleceu em 1917. (CHAVES, Vargas, 1987, p.75-78; CHAVES, 1990).

- *José Carvalho de Oliveira*. Coronel, nascido em 1859, filho do português João Carvalho de Oliveira. José era casado com Júlia Fernandes Loureiro. (NEGRÃO, v.5, p.31).
- *José Fernandes Loureiro*. Português. Importante comerciante e abastado capitalista de Curitiba, presidente da Câmara de Curitiba. (NEGRÃO, v.5, p.23-79).
- *José Hauer*. Natural da Silésia, na Alemanha. Veio de Joinville para Curitiba em 1863. Era seleiro e trabalhador braçal. A partir de seu trabalho na sua selaria e com a vinda de outros parentes, passa a se dedicar ao comércio, especialmente de ferragens na antiga Rua Fechada, Rua José Bonifácio. Tornaram-se proprietário de imóveis e terras em Curitiba. Em 1898 tornou-se concessionário do serviço de iluminação de Curitiba, dedicando-se a energia elétrica. (CHAVES, 1994, p.131; MARTINS, 1944, p.107).
- *José Ribeiro de Macedo*. Nasceu em Porto de Cima em 1840. Grande ervateiro. Membro do Partido Conservador, presidente da Câmara Municipal de Porto de Cima, deputado provincial, vice-presidente da Província do Paraná. Recebeu a Comenda da Ordem da Rosa em 1872. Presidente do Centro dos Industriais de Erva-mate e da Associação Comercial do Paraná. Faleceu em 1917. (NEGRÃO, v.2, p.290).

- *José Rodrigues de Almeida*. Português. Casado com Gertrudes da Silva Almeida, bisneta de Anna Gonçalves Cordeiro. Capitalista. Sua filha, Madalena de Almeida, foi casada com o Alferes Angelo Mendes de Sampaio, morto em ação na Campanha contra Canudos, no sertão da Bahia. Seu filho, Plínio Rodrigues de Almeida, casou-se com Dagmar de Barros, filha do Comendador Antonio de Barros, também presente nesta lista. (NEGRÃO, v.1, p.349, v.2, p.259, v.4, p.165).
- *Lufrido Costa*. Gaúcho. Foi comerciante em Porto de Cima, depois se mudou para Curitiba. Novamente se transferiu para Ponta Grossa, onde era industrial ervateiro. Deputado estadual constituinte de 1892. (NICOLAS, 1984, p.512).
- *Manoel Miró Júnior*. Industrial de erva-mate. Deputado Estadual e membro da Junta Comercial. Filho do Comendador Manoel Miró, neto do Visconde de Nácar. (NEGRÃO, v.3, p.194).
- *Matias Taborda Ribas*. Batizado em 1833. Importante industrial da erva-mate. Comendador da Ordem da Rosa. Deputado provincial. Casou-se com Balbina Munhoz. Faleceu em 1891. Era filho do capitão Ricardo José Taborda Ribas, grande latifundiário e pecuarista no Paraná. (NEGRÃO, v.2, p.247).
- *Manoel Martins de Abreu*. Comerciante em Curitiba. Presidente da Junta Comercial de Curitiba. Provedor da Santa Casa de Misericórdia. (NEGRÃO, v.4, p.395-396, v.5, p.81). Sua filha, Olivia Braga de Abreu, seria casada com o filho do coronel Nicolau Mader, o futuro Senador Othon Mader.
- *Maurício Sinke*. Ervateiro, foi um dos primeiros a instalar um engenho de erva em Joinville. (S. THIAGO, 1988, p.24).
- *Roberto Hauer*. Parente de José Hauer (ver acima).
- *Santos* e Irmãos. Seria Cândido José dos Santos ? Pai de Epaminondas Santos, presidente da Associação Comercial do Paraná de 1946/1958.

- *Serafim Ferreira de Oliveira e Silva.* Bisneto do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto. (NEGRÃO, v.1, p.423-424).
- *Vitor Ferreira do Amaral e Silva.* Nasceu na Lapa em 1862. Doutorou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1884. Republicano e abolicionista. Deputado estadual constituinte de 1892. Superintendente geral do Ensino Público, diretor geral da Instrução Pública do Estado do Paraná em 1900, diretor do Ginásio Paranaense. Um dos fundadores e primeiro Reitor da Universidade do Paraná em 1912. (NEGRÃO, v.1, p.362).
- *Vitorino José Correia.* Coronel. (NEGRÃO, v.5, p.258).
- *Zacarias de Paula Xavier.* Nasceu em Campo Largo em 1854. Comerciante de erva-mate, industrial do setor de cerâmica e de louças, do qual foi um dos pioneiros no Brasil. Coronel, possuía vastos latifúndios no interior. (NEGRÃO, v.1, p.484, v.2, p.345).

ANEXO PARTE 1, ITEM 3
LEGISLAÇÃO IMPERIAL SOBRE
INOVAÇÕES INDUSTRIAIS NA ERVA-MATE

ACTOS DO PODER
DECRETO N.º 5894 DE 3 DE ABRIL DE 1875

Concede privilégio por 10 anos, a Antonio Ricardo dos Santos-Filho, para fabricar e vender uma máquina, de sua invenção, destinada a cortar erva-mate.

Atendendo ao que me requereu Antonio Ricardo Santos Filho e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, hei por bem conceder-lhe privilégio por 10 anos para fabricar e vender uma máquina, de sua invenção, destinada a cortar erva-mate.

José Fernandes da Costa Pereira Junior, do meu conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faças executar. Palácio do Rio de Janeiro, em três de Abril de mil oitocentos setenta e cinco, quinquagésimo quarto da Indepedência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Fernandes da Costa Pereira Junior.

DECRETO N.º 7180 DE 1 DE MARÇO DE 1879

Concede privilégio a Francisco Camargo Pinto para o aparelho de erva mate e surrões de sua invenção.

Atendendo ao que me requereu Francisco de Camargo Pinto, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, hei

por bem conceder-lhe privilégio por cinco anos para fabricar e vender o aparelho compressor de erva mate e os surrões de sua invenção, segundo o desenho e a descrição que apresentou e ficam arquivados.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, do Meu Conselho, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 1 de Março de 1879, 58.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de sua Magestade o Imperador.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.

DECRETO N.° 7324 DE 5 DE JULHO DE 1879

Concede privilégio a Antonio Camargo Pinto para o separador mecânico de sua invenção.

Atendendo ao que Me requereu Antonio Camargo Pinto, e tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, hei por bem conceder-lhe privilégio por cinco anos para fabricar e vender o peneiro ou separador mecânico, que declara ter inventado especialmente com o fim de beneficiar a ervas mate, segundo a descrição e o desenho depositado no Arquivo Público em 7 de Maio último.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, do Meu Conselho, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas, assim o tenha entendido e faça executar, Palácio do Rio de Janeiro em 5 de Julho de 1879, 58.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú.

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

DECRETO N.º 7876 DE 3 DE NOVEMBRO DE 1880

Concede privilégio a Georges Ving para o aparelho de sua invenção destinado a esmagar e eleborar erva mate.

Atendendo ao que me requereu Georges Ving, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, soberania e Fazenda Nacional, hei por bem conceder-lhe privilégio por dez anos, para o aparelho que diz ter inventado, destinado a esmagar e elaborar a erva mate, segundo a descrição e desenho que apresentou e ficam arquivados.

Manoel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado e Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido executar. Palácio do Rio de Janeiro em 3 de Novembro de 1880, 59.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Buarque de Macedo.

DECRETO N.º 7888 DE 9 DE NOVEMBRO DE 1880.

Concedo privilégio a Francisco de Camargo Pinto para machina de sua invenção, destinada a moer mate.

Atendendo ao que me requereu Francisco de Camargo Pinto, e tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, hei por bem conceder-lhe privilégio, por 10 anos, para a máquina de sua invenção, destinada a moer mate, segundo a descrição e desenho que depositou no Arquivo Público, com a clausula de que sem o exame prévio da referida máquina não será efetivo o privilégio, cessando a patente nos casos previstos no art. 10 da Lei de 28 de Agosto de 1830.

Manuel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1880, 59.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Buarque de Macedo.

DECRETO N.º 7889 DE 9 DE NOVEMBRO DE 1880

Concede privilégio a Francisco de Camargo Pinto para a máquina de sua invenção, destinada a abanar mate.

Atendendo ao que me requereu Francisco de Camargo Pinto, e tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, hei por bem conceder-lhe pprivilégio, por dez anos, para a máquina de sua invenção, destinada a abanar erva mate, segundo a descrição, e desenho, que depositou no Arquivo Público, com a clausula de que sem exame prévio da referida máquina, não será efetivo o privilégio, cessando a patente nos casos previstos no art. 10 da Lei de 28 de Agosto de 1830.

Manuel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, miunistro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1880, 59.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Buarque de Macedo.

DECRETO N.º 7890 DE 9 DE NOVEMBRO DE 1880

Concede privilégio a Francisco de Camargo Pinto, e tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Naciona, hei por bem conceder-lhe privilégio, por dez anos, para o sistema de sua invenção, destinado a colher e preparar mate, no qual são empregados aparelhos também de sua invenção, segundo a descrição que depositou no Arquivo Público, e com a clausula de quem sem o exame prévio do dito sistema e aparelhos não será efetivo o privilégio, cessando a patente nos casos previstos no art. 10 da Lei de 28 de Agosto de 1830.

Manoel Buarque de Macedo, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1880, 59.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Buarque de Macedo.

DECRETO N.º 8417 DE 11 DE FEVEREIRO DE 1882

Concede privilégio a Francisco de Camargo Pinto, e tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, hei por bem conceder-lhe privilégio, por 10 anos, para o sistema de sua invenção e destinada a murchar e secar erva mate sem o calor do fogo, segundo a descrição que deposita no Arquivo Público; com a clausula de que sem o exame prévio do referido sistema não será efetivo o privilégio, cessando a patente nos casos previstos no art. 10 da Lei de 28 de Agosto de 1880.

Manoel Alves de Araujo, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 11 de fevereiro de 1882, 61.o da Indepedência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves de Araujo.

DECRETO N.º 8481 DE 15 ABRIL DE 1882

Concede privilégio a Martel Vicente Porto Sucessores para o processo de sua invenção, destinado à fabricação do extracto de erva mate.

Atendendo ao que me requereu Martel Vicente Porto Sucessores, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, hei por bem conceder-lhe privilégio por 10 anos para o processo de sua invenção, destinado à fabricação do extracto líquido de erva mate, segundo a descrição que depositou no Arquivo Público, com a clausula de que sem o exame prévio do referido processo não será efetivo o privilégio, cessando a patente nos casos previstos no art. 10 da Lei de 28 de Agosto de 1882, 61.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Manoel Alves de Araujo.

DECRETO N.º 9014 DE 15 DE SETEMBRO DE 1883

Prorroga o prazo do privilégio concedido a Francisco de Camargo Pinto para os separadores mecânicos.

Atendendo ao que me requereu Francisco de Camargo Pinto, e de conformidade com o parecer do Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, hei por bem Prorogar por mais cinco anos o prazo do privilégio que, por Decreto n. 7324 de 5 de Julho de 1879, lhe foi concedido para os separadores mecânicos de sua invenção, aplicados ao fabrico de mate.

Afonso Augusto Moreira Penna, do meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 15 de Setembro de 1883, 62.o da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Magestade.

Afonso Augusto Moreira Penna.

ANEXO PARTE 1, ITEM 4
RELAÇÃO DOS DONOS DE TROPAS QUE PASSARAM PELO REGISTRO DO RIO NEGRO - 1830-1853

Relação dos donos de tropas que passaram pelo registro do Rio Negro, 1830-1853 (desta relação não consta o nome de todos os tropeiros que passaram pelo Rio Negro, devido a documentação estar incompleta). Fonte: (LAVALLE, 1974, anexos).

- Nome: Alexandre da Rocha Ferreira, Alexandrina Moreira Oliveira, Alexandre José da Motta, Américo Aires do Amaral, Américo Leme, Américo Pedroso Ribas, Antonio Alves de Carvalho, Antonio Antunes dea Costa, Antonio Antunes Xavier, Antonio Caetano de Oliveira (Capitão), Antonio Campolim de Almeida, Antonio da Silva Furtado, Antonio de Araújo Novaes, Antonio da Paula Xavier, Antonio de Souza Bueno, Antonio Dias Baptista, Antonio de Amaral Gurgel, Antonio dos Santos Pacheco (Major), Antonio Ferreira da Silva, Antonio Ferreira Mello, Antonio Francisco de Bueno, Antonio Francisco de Mattos, Antonio Gomes de Campos, Antonio Gonçalves Xavier, Antonio José Antunes, Antonio José Correia, Antonio José Coelho, Antonio José de Morais, Antonio José Pereira Branco (Alferes), Antonio José Pereira Branco Jr., Antonio José Pereira Branco Sobrinho, Antonio Joaquim de Àlmeida, Antonio Joaquim de Jesus, Antonio Leme da Silva, Antonio Lima de Cordova (Tenente), Antonio Lopes de Oliveira, Antonio Manoel Ferreira, Antonio Moreira Nenê, Antonio Moreira Paes (Alferes), Antonio Moreira Pires da Fonseca, Antonio Moreira de Souza, Antonio Moreira Vieira, Antonio Novaes Coutinho (Capitão), Antonio Pereira Borges (Alferes), Antonio Portella da Silva,

Antonio Rodrigues Duarte Ribas (Padre), Balduino de Almeida Taques (Capitão), Barão de Mogi Mirim, Belarmino José Nogueira, Benedito José de Paula, Benedito Lemes do Padro, Benedito Lopes Vieira, Benedito Mariano Ribas, Bento Borges do Amaral e Castro, Bento da Rocha Ribeiro, Bento José Labre, Bento Manoel de Almeida Paes, Bento Manoel Ferreira, Bento Manoel Vieira, Bento Maria Pugas, Bernardo da Cunha Vasconcellos, Candido Francisco Lemes, Caetano Antonio Teixeira, Caetano José de Carvalho, Camillo José Vieira, Carlos José de Oliveira (Tenente), Carlos Monteiro de Barros (último tropeiro que registrou suas tropas no Rio Negro, em 8 de dezembro de 1853), Claudino Roiz Penteado, Clementino dos Santos Pacheco, Damaso Antunes de Lima, Damaso de Meira Collasso, Daniel Julio Ribeiro, David Antonio Xavier da Silva, David dos Santos Pacheco, Diogo Bicudo, Diogo Narciso Bello, Domingos Cordeiro Mattoso, Domingos de Siqueira Cortes, Domingos Ferreira Pinto Jr, Domingos Francisco Gil, Domingos José de Medeiros, Domingos Soares da rosa, Duarte Munis Fogaça, Eduardo José de Almeida, Elias Barros de Almeida, Elias de Almeida Bueno, Elias Pereira de Mello, Emigdio José da Silva, Evaristo Coelho de Avilla, Feliciano José Cavalheiro, Felisbino Joaquim de Amarante, Fermiano Antonio Mattos, Fidelis José de Morais (Padre), Fidelis Nepomuceno Prates Jr., Fidencio Dias de Oliveira, Firmino José Xavier da Silva, Florêncio Correia Pupo (Capitão), Fortunato José de Camargo, Francisco Alves Ribeiro do Amaral, Francisco Antonio de Mattos, Francisco Borges do Amaral e Castro, Francisco Borges Pereira, Francisco de Assis Soares, Francisco Caetano de Oliveira, Francisco das Chagas do Amaral Fontoura, Francisco da Cunha Caldeira, Francisco da Silva Baptista, Francisco de Assis Ribas, Francisco de Paula Carneiro, Francisco de Paula e Silva Gomes, Francisco de Paula Vieira, Francisco de Paula Xavier,

Francisco Ferreira Braga, Franciscos Ignácio de Almeida, Francisco Ignácio Ferreira, Francisco Ignácio Taques, Francisco José de Almeida (Capitão), Francisco José de Oliveira Lemos, Francisco Lourenço de Britto, Francisco Lucas Carneiro, Francisco Marcondes de Quadros, Francisco Marques de Almeida (Capitão), Frederico Martins de Araújo, Francisco Moreira Jardim, Francisco Munis de Moura, Francisco Teixeira Coelho, Francisco Theresio Porto, Francisco Vieira Machado, Gabriel Aires de Aguiar, Generoso Martins de Arruda, Geremias Alves Carneiro, Gregório Ferreira Maciel (Major), Henrique Ferreira de Barros, Henrique Vieira Gonçalvez, Hermógenes Carneiro Lobo, Ignácio Correia César, Ignácio Xavier Pedroso, Ildefonso Mendes Malheiros, Irineo Gonçalvez Guimaraens, Isahias Ribeiro de Andrade, Izabel Maria Fernandes, Jesuino de Mattos, Jesuino Manoel da Silva, João Alves da Rocha, João Antonio Alves Rabello, João Baptista de Oliveira, João Chabaribes (Dom.), João Cardoso, João Cordeiro de Oliveira, João Correia Leite, João Gonçalves Padilha, João da Silva Machado (Tenente Coronel), João da Silva Motta, João da Silva Resende, João de Abreu e Sá (Padre), João de Deos Baptista, João Ferreira Amado, João Florindo Cavalheiro, João José dos Santos (Alferes), João Manoel de Siqueira Azevedo, João Manoel de Siqueira e Souza, João Manoel da Silva Braga, João Mariano Pimentel, João Nepomuceno Pinto Bandeira (Tenente), João Pereira de Andrade, João Raimundo da Silva, João Silveira de Miranda, João Venâncio Lemes, João Vicente Fernandes, João Zemesten de la Pusse (Dom.), Joaquim Antonio Mendes, Joaquim Antonio Cardoso, Joaquim Antonio da Cruz Bastos, Joaquim de Almeida Faria, Joaquim de Almeida Leite, Joaquim de Sá Souto Maior (Padre), Joaquim Ferreira de Mello, Joaquim Ferreira Pinto, Joaquim Francisco dos Santos, Joaquim Gonçalves dos Santos, Joaquim Gonçalves Prestes, Joaquim Ignácio da Costa Mello,

Joaquim Ignácio Silveira da Motta (Dr.), Joaquim José Correia (Capitão), Joaquim José Marques de Souza, Joasquim José Ribeiro do Amaral, Joaquim Marcelino Novais, Joaquim Martins de Mello, Joaquim Pacheco da Silva Rezende, Joaquim Sutil, Joaquim Theodoro Leite Penteado, Joaquim Vieira Gonçalves, José Antonio de Azevedo, José Antonio de Oliveira, José Antunes de Oliveira, José Antunes Vieira, José Ayres da Rocha, José Baptista Dinis, José Barreto do Amaral Fontoura, José Bernardino Botelho de Carvalho (Capitão), José Bernardino Vieira, José Borges de Almeida Taques, José Borges Vieira, José Bicudo de Oliveira, José Caetano de Oliveira (Alferes), José da Silva Motta, José de Almeida Leme (Tenente Coronel), José de Andrade Pereira (Major), José de Souza Bueno, José Elias de Carvalho, José Ferreira Braga, José Ferreira Bueno, José Ferreira Maciel, José Ferreira Chaxim, José Florentino de Sá Bitancort, José Francisco Correia (Capitão), José Francisco da Rosa, José Francisco de Oliveira, José Francisco Rodrigues, José Ignácio da Cruz, José Joaquim Chaves, José Joaquim de Mello, José Joaquim Machado, José Joaquim de Oliveira (Tenente), José Joaquim Pedroso, José Joaqim Pereira, José Luís Teixeira (Tenente Coronel), José Manoel de Oliveira Libório (Padre), José Manoel Fortes, José Maria de Camargo, José Maria Padilha, José Mendes de Araújo, José Moreira Branco (Alferes), José Pacheco de Carvalho, José Prudencio Marcondes, José Ribeiro da Fonseca Leme, José Rodrigues de Morais, José Soares de Farias, José Teixeira da Cruz, José Thomas e Silva (Alferes), Justo Gonçalves Pereira, Lauriano José Ramos, Leonardo José Teixeira, Lúcio Alves de Castro (Tenente), Luciano Ferreira de Paula, Luciano Ribeiro de Sant'Ana, Luís Antonio da Rocha, Luís Ayres do Nascimento, Luís José do Nascimento, Luís José de Oliveira Franco, Luzia Francisca de Jesus, Manoel Antonio da Cunha, Manoel Antonio de Morais, Manoel Antonio Machado e

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Silva, Manoel Bento de Almeida, Manoel Bernardes de Quadros, Manoel Caetano do Amaral, Manoel Carvalho Leitão (Capitão), Manoel da Cruz carneiro, Manoel de Lemos, Manoel de Miró, Manoel de Mesquita (Tenente), Manoel de Pinho Soares Mourão, Manoel Ferreira de Almeida, Manoel Ferreira Pinto, Manoel Ferreira Ribas, Manoel José Braga, Manoel José Correia da Câmara, Manoel José Prestes, Manoel Lemes Machado, Manoel Martins Carneiro, Manoel Martins de Araújo, Manoel Moreira Paes, Manoel Pereira Bueno, Manoel Pereira Porto, Manoel Ponciano da Rosa, Manoel Prestes de Almeida, Manoel Teixeira Freitas, Manoel Vieira de Morais, Maria Eduarda Alves da Rocha, Mariano José de Oliveira, Mathias Carneiro Mendes de Sá (Padre), Mathias Gonçalves Guimaraens (Capitão), Martin Gabriel de Mello, Miguel de Paula Xavier, Miguel de Paula Xavier Bueno, Paulino Ayres de Aguirra (Ajudante), Pedro Antonio Xavier, Pedro Manoel de Aguirra, Pedro Ramos, Pedro Ribeiro Nardes, Pedro Tibiriçã Carneiro, Pocidonio Ribeiro de San'Ana, Pocidonio de Souza Vargas, Policarpo César de Oliveira Branco, Rafael de Oliveira Lemes, Rafael Gomes da Silva (Padre), Rafael Tobias de Aguiar (Coronel), Raimundo Fagundes Bittencourt, Ricardo Rodrigues, Romão Pereira Guimaraens, Salvador Antunes, Salvador Baptista Ribeiro, Salvador de Oliveira, Serafim Abel de Freitas, Severino José Gomes, Silvério Carneiro Lobo, Theodoro Ferreira de Souza, Thomas Palhares de Andrade (Tenente), Tiburcio Pinto Carneiro, Tristão Carneiro Lobo, Tristão Gonçalves de Araújo, Ubaldino Ribeiro de Sant'Ana, Valentiniano José de Lima, Valeriano Francisco de Souza, Venâncio José Ribeiro, Vicente de Moraes Pinto, Vicente de Oliveira Lacerda, Vicente José de Oliveira, Vicente Lopes Machado, Vicente Ruiz, Victor Antonio Moreira, Vital Ribeiro de Ávila, Victoriano Alves de Araújo, Zeferino Manoel de Almeida.

ANEXO PARTE 1, ITEM 4 (CONTINUAÇÃO)

Relação de fiadores[2] do imposto do Registro do Rio Negro (1830-1854) que estão citados na Genealogia Paranaense de Francisco NEGRÃO.

FIADOR	CITAÇÕES NA *GENEALOGIA PARANAENSE* (VOLUME/PÁGINA)
Antonio de Paula Xavier	I - 238 (4-1), 480 (5-1). II – 346 (6-12), 618 (5-11). IV – 566 (2-5), 579 (1-5).
Antonio dos Santos Pacheco	IV - 415 (4-1), 421 (2-5), 549 (1-1).
Balduino de Almeida Taques (Capitão)	II- 393 (5-9),V – 143 (4-6), 171 (2-3), 183 (3-3), 186 (2-&).
Candido Marcondes Carneiro	III- 448 (5-14).
Custódio Teixeira da Cruz	I- 313 (6-2), II – 587 (3-8), VI – 302 (3-1).
David Antonio Xavier da Silva	VI- 337 (1-2), 341 (2).
David dos Santos Pacheco	III- 70 (6-2), IV – 413 (3-2), 415 (5-7), 417 (4-10), 422 (2-7).
Elias Rodrigues de Almeida	IV- 386.
Eugênio Westphalen	I- 428 (7-3), 441 (8-6), 478 (7-1), III – 469 (5-1 e 6-3), 517 (5-1), 526 (6-2), 530 (8-1), 534 (7-1), IV – 477 (3-1).
Fidelis Nepomuceno Prates Jr	V-139 (3-4).
Fortunato José Camargo	III, 594.
Francisco de Assis Ribas	I- 416 (6-1), II – 368 (6-2), 368 (6-1), 377 (7-6), 385 (5-3 e 6-1), 386 (7-7), V – 153 (1-7).
Francisco de Paula Lima Bueno	I- 472 (5-1), IV – 319 (1-1 e (1º), VI – 310 (2-40.
Francisco Teixeira Cunha	I- 424 (6-4), 436 (6-5), IV – 390 (2-12), 351 (3-3), 554 (3-5).
Gregório Teixeira Maciel (Major)	I- 433 (6-1), II – 533 (3-3), 583 (4-6), III – 626 (6-1), 636, 583 (4-6), IV – 431 (3-3), 553 (3-1), 615 (3-2), V – 127 (2-3).
Hermógenes Carneiro Lobo	III - 463, (5-6), 616 (3-1).

continua

[2]Fiadores que não constam na Genealogia Paranaense: Américo José Lemos. Anacleto Dias Baptista (Padre). Antonio Alves de Castro (Capitão). Antonio de Almeida Leite Penteado (Capitão). Antonio José de Almeida (Alferes). Antonio Novaes Coutinho (Capitão). Bento da Rocha Ribeiro. Carlos José de Oliveira(Tenente). Carlos José Sant'Ana. Domingos Ferreira Pinto. Felipe Henrique. Florêncio José Lemes. Fortunato de Paula Carneiro. Francisco Alves Ribeiro do Amaral. Francisco Bicudo de Almeida. Francisco de Chagas do Amaral Fontoura. Franisco de Paula Machado. Francisco Ignácio de Almeida. Francisco Ignácio Ferreira. Francisco José Pedroso. Francisco Marques de Almeida (Capitão).Francisco Xavier de Assis(Tenente).Henrique Vieira Gonçalves. Jacinto José de Oliveira (Tenente). Jerônimo José Vieira. João Antonio de Mattos. João Lino da Silva (Padre). João Vieira da Silva Gonçalves. José Moreira Branco (Alferes).José Rodrigues Gulart. José Simões Pinto. Leonardo Schultz. Luciano Antonio de Mello. Luis Antonio Rocha. Manoel Antonio de Oliveira. Manoel Bernardes de Quadros. Manoel Pereira Porto. Melchior Ribeiro de Sant'Ana. Miguel Joaquim Vieira. Pedro da Silveira Garcia. Thomaz José Munis (Capitão).

FIADOR	CITAÇÕES NA *GENEALOGIA PARANAENSE* (VOLUME/PÁGINA)
João Baptista de Oliveira Ribas	II- 403 (4-1), 418 (5-6), III – 449 (4-8), 519 (5-1), IV – 173 (5-6).
João Baptista Ribeiro	I- 570 (6-1), 576 (5-10), II – 459 (6-11), V – 31 (2-5)
João da Silva Machado	V- 94 (2-3), 96, 98, 99, 105, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 127, 135 (2-3), 137 (2-3), VI – 425.
João de Paulo Xavier	I- 473 (5-3), 480 (6-7).
João Manoel da Silva Braga	I- 247 (6-1), 249 (6-5), 401 (7-1), 478 (7-2), III, 437 (5-1), 438 (6-1), 556 (6-10), IV, 391 (1-4), 415 (3-4), 549 (4-2).
José Maria Padilha	II- 438 (5-10), III, 577 (3-4).
José Pacheco de Carvalho	IV- 413 (3-4), 422 (2-6).
José Teixeira Pinto	III- 595, (5-4).
Lourenço da Silva Resende (Tenente)	III- 561, (5-3), 562 (3-4); IV – 476 (1-4), 551 (1-5).
Manuel Antonio da Cunha	I-247 (6-1), 478 (7-2), III- 437(5-1), IV 317 (4-1), 387, V, 122(2-3), 127, 134 (2-3), 136(2-3).
Manoel da Cruz Carneiro	I, 399 (6-2), 401 (6-5), III – 82 (6-9), 438 (6-1), 500 (6-7), 519 (5-1), V – 180 (1-4).
Manoel Gonçalves de Aguiar	III- 71 (6-2), 516 (4-13), IV – 398
Manoel Martins de Araújo	I- 345 (4-3), 354 (5-8), III – 471 (4-1 e 5-1), 472 (7-3), 475 (6-1 e 6-11), 519 (5-1), 543 (6-6), 544 (7-4), IV – 419 (4-8), 443 (4-7), VI – 284 (1-6), 29 (1-1).
Miguel da Rocha Ferreira Carvalhais	II- 396 (7-2), V – 174 (3-2).
Miguel de Paula Xavier:	I- 435 (6-3), 476 (5-10), 479 (7-3), III, 528 (6-5), IV – 554 (3-3), VI – 31 (6-1).
Miguel de Paula Xavier Bueno	IV- 317 (1-8), 336 (1-8).
Tobias Pinto Rebello	I- 935 (5-3), II – 117 (4-3), 155 (6-3), 156 (7-9), 164 (4-3), 285 (5-4), III, 371 (7-2), IV – 158 (4-3), V – 77 (2-6), 78, 85 (2-7).
Tristão Carneiro Lobo	III- 595 (5-3).
Vitor Antonio Moreira	I- 424, (6-1).

ANEXO PARTE 1, ITEM 5
BACHARÉIS QUE VIERAM PARA O PARANÁ

- *Agostinho Ermelino de Leão*. Nasceu em 28 de agosto de 1797, em Salvador, na Bahia. Filho do Inspetor de Alfândega, Miguel José Bernardino de Leão e de Maria da Espectação Alvares de Leão (da família Alvares Caramurú). Sua família pertencia a antigos troncos da classe dominante baiana, confundindo-se com a formação do Nordeste. Realizou estudos primários e preparatórios em Salvador. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1823, recebeu o grau de doutor em 1824. Retornou a Bahia e passou para o Rio de Janeiro à espera de uma nomeação para um cargo vago. Em 1825 foi o primeiro Juiz de Fora de Paranaguá. Em 1826, obtém licença do Imperador D. Pedro I para realizar um matrimônio combinado com Maria Clara Pereira, filha do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira. Em 1827 foi transferido para instalar a comarca de Jacobina no sertão da Bahia. Logo depois retorna ao Paraná para ser o Juiz de Direito da Comarca de Paranaguá e Curitiba. É um dos defensores da legalidade durante a Farroupilha e a Revolta de Sorocaba. Depois da emancipação do Paraná foi transferido para a Relação do Maranhão. É novamente transferido para a Relação do Recife, onde falece em 16 de janeiro de 1863, como presidente daquele tribunal. O conselheiro e desembargador Agostinho Leão era irmão de Messias Lopes de Leão e cunhado de José Ignácio Pires de Carvalho, ambos conselheiros e ministros do Supremo Tribunal. Era também primo do conselheiro Policarpo Lopes de Leão, ex-presidente das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Agostinho Ermelino de Leão teve do seu casamento o seu filho homônimo, que será o tronco da família Leão no

Paraná, ligada à atividade da erva-mate (CARNEIRO, 1963, p.293, 299-300; LEÃO, 1926, p.25-28).

Seu filho já representa a síntese entre o magistrado baiano e as camadas superiores locais, mas segue um padrão de carreira da elite estatal nacional.

- *Agostinho Ermelino de Leão* (o segundo). Nasceu em Paranaguá, em 25 de março de 1834. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1857. Casou com a sua prima Maria Bárbara Correia (filha de Manuel Francisco Correia Júnior e de Francisca Pereira- filha do último Capitão-Mor de Paranaguá- Manuel Antônio Pereira). Foi Juiz Municipal em Olinda, Pernambuco. Juiz de Direito em Caçapava do Sul e Santa Maria no Rio Grande do Sul. De 1865 até 1886 foi Juiz em Curitiba, na sua província natal. Também foi Chefe de Polícia e exerceu durante várias vezes como vice-presidente, por curtos períodos, o governo da província do Paraná. Fundou com o doutor Muricy, o Museu Paranaense, e participou da fundação do Teatro S. Theodoro (hoje Guaíra), do Clube Literário Curitibano, da Sociedade de Aclimação Paranaense, da Sociedade Dramática Melpomene e de outros empreendimentos literários e recreativos em Curitiba. Chefiou as comissões organizadoras da comitiva do Paraná nas exposições de Filadélfia, Viena, Paris e na Antropológica do Rio de Janeiro, quando o próprio Imperador teria declarado que "*O Paraná marcha na vanguarda do progresso*". Em 1886, foi transferido e promovido a Desembargador da Relação da Bahia, e depois nomeado vice-presidente daquela província. Em 1888 foi para a Relação de São Paulo. Com a República, chegou a ser aproveitado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, mas logo foi dispensado pelo golpe de Estado que derrubou o Governo de Américo Brasiliense. Aposentado, retorna para Curitiba e trabalha com seguros. Participa da diretoria do Museu Paranaense e constrói a capela de Nossa Senhora da Glória. Faleceu em Curitiba a 28 de junho de 1901. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e Oficial da Ordem da Rosa. Filhos do seu casamento:

- Maria Francisca de Leão. 3ª esposa do Coronel Joaquim Antonio Guimarães (filho do Visconde de Nácar).
- Maria Clara de Leão. Casada com seu primo Dr. Cândido de Leão.
- Maria Bárbara de Leão. 2.ª esposa do Coronel Joaquim Antonio Guimarães (filho do Visconde de Nácar).
- Maria Dolores de Leão. Casada com o Comendador Francisco Fasce Fontana (atividades ligadas à erva-mate). Em segundas núpcias com o Dr. Bernardo Augusto da Veiga (também empresário do mate).
- Agostinho Ermelino de Leão Júnior. Industrial e empresário da erva-mate. Fundador da firma Leão Júnior. Casado com Maria Clara de Abreu.
- Dr. Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932). Intelectual e escritor paranaense. Casado com Deocleciana da Rocha.
- Ildefonso Leão de Leão. Casado com Maria Leocádia Cysneiros. (CARNEIRO, 1994, p.173-177; LEÃO, 1926, p.28-30).

▪ *Justiniano de Mello e Silva.* Nasceu em 1853 em Laranjeiras, Sergipe. Veio para o Paraná como Secretário da Presidência, durante o período de Lamenha Lins, em 1876. Jornalista, polemista, Professor do Instituto Paranaense, Deputado Provincial. Com a República foi Diretor Geral da Instrução Pública. (NICOLAS, 1984, 130). Seria o bisavô do Governador (1991-1994) e Senador, Roberto Requião de Mello e Silva. Aliás, seu outro bisavô, Luís Antônio Requião, foi Coletor de Rendas em Curitiba e também era de origem nordestina, natural da Bahia. (NEGRÃO, V6, 120).

▪ *Antonio Candido Ferreira de Abreu.* Filho do Dr. José Matias Ferreira de Abreu, nascido em São Paulo, formado em 1845, passou a advogar em Paranaguá. Casou-se com Maria Candida Guimarães (filha do futuro Visconde de Nácar). Foi o primeiro deputado geral do Paraná após a emancipação. Foi procurador fiscal da Tesouraria em 1861. Foi Juiz de Morretes e instalou as comarcas de Antonina em 1871 e a da Lapa em 1872.

Faleceu em 29 de março de 1876, quando era juiz de direito em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Era vinculado ao Partido Conservador. Do seu consórcio, teve nove filhos:

- Marechal doutor Alberto Ferreira de Abreu. Foi comandante do Distrito Militar e deputado federal.
- Dr. Cândido Ferreira de Abreu. Foi prefeito de Curitiba, secretário de Estado e senador, sua filha única Zahira, casou com o filho de Vicente Machado, governador do Paraná.
- Maria Candida de Abreu. Casada com seu primo Márcio Ferreira de Abreu.
- Elisa Ferreira de Abreu.
- Helena Ferreira de Abreu. Casada com o Dr. Manoel Francisco Ferreira Correia, foi diretor do Serviço do Povoamento do Solo.
- Maria Ferreira de Abreu.
- Maria Clara de Abreu. Casada com Agostinho Ermelino de Leão Júnior, industrial da erva-mate.
- Maria de Assumpção Miró. Casada com seu primo, Ascanio Miró. Industrial da erva-mate.
- Augusta de Abreu. Casada com Luiz Carneiro da Silva Braga. (CARNEIRO, 1963, p.453; LEÃO, 1926, p.75-76-288).

- *José Mathias Ferreira de Abreu.* Como o seu irmão, Antonio Candido, era nascido e formado bacharel em ciências jurídicas e sociais em São Paulo. Exercera a advocacia em Paranaguá e igualmente casara com uma filha do Visconde de Nácar - Joaquina Correia Guimarães. Redator na imprensa paulista. Inspetor na Estrada do Itupava, Superintendente da Arrecadação das Rendas Gerais, Delegado de Polícia, suplente de juiz municipal, deputado provincial e deputado geral antes da emancipação, 1849-1853. Ajudou a criar o Serviço de Estatística. Faleceu em Paranaguá a 7 de junho de 1869. Teve de seu casamento:

- Coronel Arthur Ferreira de Abreu. Foi senador. Casado com Maria da Luz Santos.
- Múcio Ferreira de Abreu. Funcionário público casado com sua prima Maria Candida.
- Elfrida Ferreira de Abreu. Casada com o coronel Elysio Pereira Alves.
- Maria Clara de Abreu. Casada com o comendador Manoel do Rosário Correia.
- Pórcia de Abreu. Casada com seu tio, Major Claro Américo Guimarães (filho do Visconde de Nácar). Empresário da erva-mate. Foi segundo vice-presidente, tendo interinamente exercido o Governo do Estado em 1915. (LEÃO, 1926, p.1062-63; CARNEIRO e VARGAS: 1995, p.267-69).

▪ Outro bacharel formado em Direito em São Paulo e influente na política do Paraná foi *Laurindo Abelardo de Brito*. Nasceu em Montevidéu, Uruguai, em 1827. O seu pai, o tenente Manoel José de Brito, lá estava a serviço, durante a Guerra da Cisplatina. Com a morte de seu pai, seu padrasto seria o Conselheiro e Barão Ramalho, que o influenciou como jurisconsulto. Formou-se em Direito em 1851. Dedicou-se à advocacia na então 5ª Comarca. Casou-se com Agueda Joaquina do Canto e Silva, filha de Manoel Ignácio do Canto e Silva, um dos maiores proprietários de terras do Paraná Provincial. Laurindo foi Promotor em Curitiba, em 1852. Foi seis vezes deputado provincial e duas vezes deputado geral. Foi inspetor do Tesouro Provincial, deputado geral e presidente da Província de São Paulo, naquela que foi considerada uma das melhores gestões durante a era imperial. (1879-1881). Investiu na educação, reabrindo a Escola Normal, preocupou-se com a fundação de escolas agrícolas. Incentivou uma política ferroviária expansionista e fundou a Seção de Bombeiros de São Paulo. Foi Conselheiro da Coroa. Foi um líder abolicionista e liberal. Faleceu em 2 de abril de 1885 (CARNEIRO, 1963, p.454-455; RODRIGUES ALVES, 1986, p.98-99).

- *Sérgio Francisco de Souza Castro.* Nasceu em Iguape, São Paulo, em 10 de agosto de 1841. Era filho do Comendador da Ordem da Rosa, Joaquim de Souza Castro, que ocupou cargos públicos em Iguape e Curitiba. Pelo lado materno também pertencia a famílias tradicionais. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo. Foi nomeado pelo presidente em exercício da Província do Paraná, Manoel Antonio Ferreira, para a Secretaria de Polícia e para a Promotoria de Resíduos e Capelas. Com a gestão de Manoel Alves de Araújo é nomeado inspetor geral da Instrução Pública. Milita na imprensa ligada ao Partido Liberal. Casou-se em 1863 com Francisca Gonçalves dos Santos (filha do coronel Manoel Gonçalves dos Santos). Eleito deputado geral em 1876, não teve reconhecido o seu mandato pela Comissão de Poderes da Assembléia Geral, dominada em 1877 pelo Partido Conservador. Com as denúncias de fraudes, várias urnas foram anuladas, modificando-se o resultado da eleição e dando vitória ao conservadores. Com a mudança da situação nacional e provincial em 1878, Sérgio de Souza Castro foi eleito deputado geral para a 17ª Legislatura. Depois foi deputado provincial. Com a proclamação da República é novamente deputado, presidente da Constituinte Republicana do Paraná em 1892. Foi Chefe de Polícia e dedicou-se à advocacia em Curitiba. Faleceu no dia 10 de maio de 1921. (VARGAS e CHAVES, 1987).
- *Joaquim Ignácio Silveira da Motta.* Nascido na Bahia em 1818, filho do desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Formou-se em medicina na Alemanha. Vindo para o Paraná, então ainda Comarca de São Paulo, casou-se com Maria Theolinda da Conceição, da família Sá Ribas (filha de Lourenço Pinto de Sá Ribas, de uma poderosa família de Curitiba). Ligou-se ao Partido Conservador. Foi eleito deputado à Assembléia Provincial de São Paulo e depois da emancipação, a do Paraná. Foi Delegado de Polícia de Curitiba em 1851, quando ocorreram os distúrbios eleitorais em São José do

Pinhais. Foi diretor da Instrução Pública em 1858. Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1891.Entre os seus filhos, destaca-se:

- *Joaquim Ignácio Silveira da Motta*. Nasceu em Curitiba, em 24 de agosto de 1884. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1865. Foi juiz municipal na Lapa (1873), juiz em Curitiba (1874), juiz de direito da comarca de São José dos Pinhais (1878). Transferido em 1888 para Vitória, Espírito Santo. Chefe de Polícia no Paraná em 1889. Em 1890 é nomeado Juiz de Direito em Curitiba e em 1891 entra para o Supremo Tribunal de Justiça do Paraná. Faleceu em 1903. (LEÃO, 1926, p.1019-1022; NEGRÃO, v.2, p.473-481).

Os Médicos Vindos para o Paraná

- *José Candido da Silva Muricy*. Nascido a 31 de dezembro de 1827, em Salvador, Bahia. Era filho de Joaquim Inácio Pereira da Silva, que participou da luta pela Independência. Foi um dos exaltados que trocou de nome com a Independência. Casou-se com Iria Narciza Ferreira da Luz, filha do Major Vicente Ferreira da Luz, proprietário de engenho de erva-mate em Curitiba. Formou-se doutor em medicina em 1852. Chegou em Curitiba a 8 de novembro de 1853 como médico militar concursado, um pouco antes que o primeiro presidente da Província do Paraná, o também baiano Zacarias de Góes Vasconcelos. Foi indicado como vacinador da Província em 1854. Prestou assistência médica no planalto e no litoral. Em 1858 foi transferido para Mato Grosso. Retornou para Curitiba em 1860. Casou-se. Foi deputado provincial de 1864 até 1869. Atuou como médico da Santa Casa, da qual foi um dos seus criadores e grande estimulador, conseguindo com apoio da maçonaria construir uma nova sede. O doutor Muricy era conhecido pelos seus serviços como grande benemérito. Foi um dos fundadores do Museu Paranaense e outras agremiações culturais. Foi Oficial da Ordem de Rosa. Foi agraciado com comendas pelos governos de Portugal e da Alemanha, por serviços prestados a seus nacionais. Escreveu Notícias sobre o Paraná. Faleceu no dia 22 de março de 1879, sendo sua morte motivo de elevada consternação pública geral em Curitiba è na Província. (CARNEIRO, 1963, p.489-494). Dr. Muricy é um nome de uma rua central de Curitiba. (LEÃO, 1926, p.1041-1042-43). Filhos:

- Josephine Candida. Casada com o marechal Chefe do Serviço Sanitário do Exército, Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque. Como o Dr. Muricy era médico baiano e foi o seu continuador.

- Tenente-Coronel José Candido da Silva Muricy. Foi comandante da Força Pública do Paraná durante a República. Pai do general de Exército Antonio Carlos Muricy, famoso nos acontecimentos de 1964 e do escritor José Candido de Andrade Muricy.
- Coronel João Candido da Silva Muricy.
- Julia. Casada com o médico sergipano, mas criado e formado na Bahia, Dr. Arthur de Almeida Sebrão, médico naval (ANDRADE MURICY, 1976, p.97).
- Jaime Muricy.
- Joaquim.

Também eram médicos baianos o Dr. Trajano Reis (médico do exército), Joaquim Dias da Rocha, Laurentino Azambuja (Andrade Muricy: 1976, 97), (TOURINHO, 1986, p.123).

Joaquim Dias da Rocha foi deputado geral pelo Paraná através do Partido Conservador (LEÃO, 1926, p.1005-1006).

Antonio Candido de Leão. Médico baiano, filho do conselheiro Messias Lopes de Leão, ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Doutorou-se em medicina em 1885. Casou com sua prima Maria Clara de Leão. Foi diretor da Higiene do Estado. (LEÃO, 1926, p.76).

Engenheiros que Vieram para o Paraná

- *Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan* nasceu a 12 de maio de 1812, em Niterói, Rio de Janeiro. Filho do Marechal Conde de Beaurepeaire. Seus padrinhos foram D. Pedro I e Dona Carlota Joaquina. Assentou praça em 1819, com sete anos. Cursou a Imperial Academia Militar. Tenente em 1835. Depois entraria para o Imperial Corpo de Engenheiros. Convidado para vir

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

para o Paraná em 1853 por Zacarias de Góes. Foi Secretário de Obras da Província para atender às necessidades de engenharia da sua implantação. Fez estudos sobre as vias de comunicação entre o planalto e a marinha, considerando a Graciosa a mais viável, da qual iniciou as obras. Deputado provincial no Paraná. Foi nomeado vice-presidente da Província em 1855 e exerceu a sua presidência durante alguns meses, entre 1855 e 1856. Beaurepaire viajou por quase todo o país no decorrer de sua carreira. Foi promovido a Brigadeiro em 1864 e tenente-general em 1880. Chegaria a marechal. Foi ministro da Guerra em 1864/65, quando acompanhou o Imperador até Uruguaiana, durante a Guerra do Paraguai. Foi presidente do Pará em 1856 e da Paraíba em 1857. Comendador da Ordem de Cristo, Grã Cruz de Avis e da Rosa. Era Visconde com Grandeza. Era membro do supremo Tribunal Militar no fim de sua vida. Faleceu em 10 de junho de 1894. Escreveu vária obras de geografia e história. (CARNEIRO, 1994, p.89-93). (Dicionário, 1991, p.416).

- *Francisco Antonio Monteiro Tourinho.* Nascido em Niterói a 8 de agosto de 1837. Cursou a Escola Central no Rio de Janeiro e esteve na Praia Vermelha, onde em 1861 sai como Alferes-aluno e com o diploma de engenheiro militar. Foi, em 1865, nomeado engenheiro fiscal das obras de construção da Estrada D. Francisca, ligando Joinville ao planalto em Santa Catarina. Transferido em 1867 para o Paraná, supervisionaria o fim das obras na Estrada da Graciosa. Casou-se em 1870 com Maria Leocádia Alves, prima dos Alves de Araújo de Antonina. Concluiu a Graciosa em 1873 e iniciou o trecho inicial da estrada de Mato Grosso, entre Curitiba, Campo Largo e Palmeira. Foi também responsável por várias outras obras em Curitiba e no Paraná (Quartel do 3° Corpo de Cavalaria Ligeira, pontes). Foi fiscal das colônias militares nos setores do Chopim e do Chapecó. Faleceu a 22 de maio de 1885. (TOURINHO, 1986, p.3-622).

Filhos:

- *Mário Monteiro Tourinho*. (Antonina 1871- Curitiba 1964). Seguiu a carreira militar chegando até general de Divisão. Serviu com o coronel Gomes Carneiro no cerco da Lapa em 1893-4 durante a Revolução Federalista. Foi comandante da Força Militar do Estado. Após a Revolução de 1930 foi o Chefe de Governo Provisório do Estado do Paraná e depois o primeiro Interventor até o fim de 1931.
- *Plínio Alves Monteiro Tourinho*: (Curitiba, 1882-1950). Seguiu a carreira de engenheiro militar como o seu pai. Participou da Campanha do Contestado. Foi o líder militar da Revolução de 1930 no Paraná, tendo tido importante papel na sublevação no Paraná e na ocupação de Santa Catarina. Foi posteriormente deputado Federal. (Dicionário, 1991, p.519). Um dos seus filhos e neto do primeiro Tourinho foi o General Luiz Carlos Pereira Tourinho, escritor e organizador cultural paranaense. Foi deputado federal, presidente do Instituto de Engenharia e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Faleceu em 1998.
- *Antonio* Rebouças *Filho*. Nasceu no Rio de Janeiro em 1839. Seguiu a carreira de engenheiro militar. Esteve se aperfeiçoando na Europa, Grã-Bretanha. Veio em 1864 para o Paraná como engenheiro chefe da construção da Estrada da Graciosa. Sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ajudou a organizar a representação do Paraná na Exposição de 1866, preparatória da Exposição Universal de Paris. Gostaria de ter ido para a Guerra do Paraguai, como seu irmão André; não conseguindo, demite-se do Exército em novembro de 1866. Em 1869 explorava o interior do Estado, com vistas ao projeto da Estrada de Ferro Paraná-Mato Grosso. Foi o fundador da Companhia Florestal Paranaense, instalada na beira da Estrada da Graciosa, serra acima. Seria a primeira indústria madeireira de pinho moderna no Paraná movida a vapor. Era

uma sociedade com André Rebouças, Mauá, Conde de Estrela e outros capitalistas do Rio de Janeiro. Foi a primeira sociedade anônima do Paraná. Pretendeu Antonio Rebouças construir uma ferrovia entre Antonina e Curitiba. Em 1870 formula um pedido de concessão que não frutificará devido à forte oposição das famílias dominantes de Paranaguá, os Correia e os Guimarães, que lhe moveram intensa oposição. Rebouças ajuda a introduzir barricas de pinho como embalagem para a erva-mate ao invés dos tradicionais surrões. A morte prematura de Antônio Rebouças em 1874 interromperá seus projetos. (CARNEIRO, [s.d.], p.144-47), (Dicionário, 1991, p.397-98; VERISSIMO, 1939, p.127-157).

Vários outros engenheiros trabalharam no Paraná durante o período provincial.

O Barão de Capanema organiza a instalação do telégrafo em Curitiba, em 1870-71, possuía uma chácara na cidade. (CARNEIRO, 1963, p.518). Teixeira Soares também passaria pelo Paraná. Engenheiros estrangeiros colaborariam com obras no Paraná: Gottlieb Wieland, Ferruci, Kelus,etc.

A relação entre os engenheiros e a classe dominante regional também pode ser percebida pela empreitada para a construção de obras públicas. Um exemplo é a lista de empreiteiros que receberam para os trabalhos de engenharia da Graciosa e de outras obras públicas, projetados por engenheiros como Beaurepaire-Rohan,Vilalva e outros. Foram empreiteiros os seguintes quadros dominantes locais: Antonio de Sá Camargo, David dos Santos Pacheco, Domingos Inácio de Araújo, Manuel Antonio Ferreira, Vicente Ferreira da Luz, Mariano de Almeida Torres, Francisco Pinto de Azevedo Portugal, Francisco Ferreira da Rocha Loures, José Caetano de Oliveira, Antonio Caetano de Oliveira, Manoel de Oliveira Franco, João de Oliveira Franco, entre outros. No litoral, Hipólito José Alves, José Antonio Pereira Alves, Antonio Alves de Araújo, Manoel Gonçalves Marques etc. (CARNEIRO, 1963, p.515-517).

ANEXO PARTE 1, ITEM 6
A BURGUESIA IMIGRANTE DO PARANÁ

Analisaremos o perfil de alguns dos principais agentes da burguesia imigrante no Paraná, para o período estudado.[1]

- *Miguel Muller.* Natural da Prússia. Filho de Felipe Muller, um dos pioneiros alemães do Rio Negro, de 1829. Miguel, também conhecido por "Miguel Alemão" era ferreiro. Após anos de intensa labuta com a sua ferraria, tornou-se um dos grandes proprietários urbanos de Curitiba. Seu filho, o Tenente Nicolau Muller, da Guarda Nacional de Curitiba e Voluntário da Pátria, morreu em ação em Tuiuti. Quando o Imperador Dom Pedro II esteve em Curitiba, fez questão de visitar o velho ferreiro. (NEGRÃO, v.6, p.435).
- *Gottlieb Mueller* (1843-1902). Nasceu em 8 de janeiro de 1843 no Cantão de Argovia, Suíça. Possuía educação secundária e aprimorados conhecimentos técnicos como ferreiro e serralheiro. Em 1868 emigrou para o Brasil. Casou-se com Ana Maria Baumer, em Joinville, SC, em 1869. Veio para Curitiba com uma bigorna e um fole de mão, onde estabeleceu o seu negócio em 1878, estrategicamente localizado na parte norte da cidade, nas proximidades das saídas para as Estradas do Assungui e da Graciosa. O pequeno estabelecimento vai se transformar em uma grande indústria metalúrgica, com o crescimento da produção e a incorporação dos lotes adjacentes. A empresa Mueller atendia os serviços de ferreiro de carroças, fazia pequenos utensílios domésticos, máquinas agrícolas e até produzia ferramentas e equipamentos mais desenvolvidos para a

[1]Uma boa descrição das atividades econômicas dos alemães em Curitiba nos é oferecida por *Toiro Passante. III - Tempo de República Velha* (Tourinho: 1990, 177-179).

indústria do mate, chegando inclusive a exportá-los para a Argentina. O contínuo progresso da empresa chegaria à incorporação de toda uma quadra como sede industrial. Em 1940, a produção chegou a 2.000 toneladas anuais, e o número de técnicos e operários especializados, era de mais de 300. A maior parte dos operários da Compahia eram alemães. Havia um programa interno de assistência social através de uma "Caixa Mútua". Também existia um serviço de aprendizado técnico mantido pela fábrica. A área construída da indústria Mueller compreendia 13.000 m² na sua sede original. Em 1975, a fábrica foi transferida para outras sedes e o espaço original se tornou o *shopping* Mueller, no centro de Curitiba. A produção passou do bronze, ao ferro, ao aço e ao ferro gusa. Gottlieb teve oito filhos, que continuaram a sua obra na fundição Marumbi. Em 1883, naturalizou- se brasileiro. Alistou- se eleitor, e em 1885, foi nomeado suplente de Delegado de Polícia. Em 1889, era capitão da Guarda Nacional. Pertencia à Igreja Evangélica e a diferentes associações de alemães em Curitiba. Faleceu em 10 de julho de 1902. (CARNEIRO, [s.d.], p.175-76; CHAVES, 1995, p.85-89; TOURINHO, 1990, p.175-177).

- *José Hauer.* Nasceu em Neualtsmanndorf, próximo a Breslau, Silésia, em 1840. Em 1863 emigrou para a Colônia Dona Francisca. Pouco depois estabeleceu- se em Curitiba com uma selaria. Passou a se dedicar ao comércio de ferragens, fazendas, armarinhos. Enriqueceu conjuntamente com outros membros da família Hauer, que igualmente vieram da Europa. Dedicou-se à construção de sobrados e outros investimentos na cidade. Os Hauer também adquiriram uma grande extensão de terra no sul da cidade, da estrada velha de São José dos Pinhais até o Portão. Participou do financiamento da empresa de navegação e da primeira Usina de Luz Elétrica para Curitiba. Construiu o Teatro Hauer, um estabelecimento para sessões de cinema. (CHAVES, 1995, p.129-135; TOURINHO, 1990, p.182-183).

- *Florian Essenfelder.* Nascido em 1855 em Friedland, Prússia. Grande interessado na música. De aprendiz, passou a mestre na fábrica de pianos Bechstein. Casou- se com Maria Amelte, nascida em Konigsberg. Emigrou para Buenos Aires. Em 1898 apresentou o primeiro piano de cauda construído na América do Sul, sendo premiado com o Grand Prix da Exposição Nacional da Argentina, entregue pelo General Julio Rocca. Florian vai em seguida para Rio Grande, no Rio Grande do Sul, em 1902. Posteriormente (1907), mudou-se para o Paraná, vindo para Curitiba à procura de madeiras nobres para a manufatura de pianos. Na cidade, no Alto da Glória, montou uma grande fábrica, onde aperfeiçou e criou pianos comerciais de qualidade. Os seus filhos e descendentes continuam a sua obra. (CHAVES, 1995, p.55-59; TOURINHO, 1990, p.173-175).
- *Paulo Groetzner.* Descendente de alemães nascido em São Paulo, veio para o Paraná em 1912. Estabeleceu a grande Fábrica Lucinda no arrabalde do Juvevê. Esta foi uma das mais modernas indústrias de então, criada em Curitiba. Como não havia ligações elétricas na área, a própria fábrica possuía um conjunto de baterias. As suas máquinas a vapor eram das mais completas e modernas. Já havia um controle de rigorosa higiene no processo de produção dos gêneros alimentícios que lá eram processados. A fábrica Lucinda oferecia uma linha de bolachas, biscoitos, massas e confeitos em geral, com sofisticadas linhas de armazéns de insumos até modernas embalagens. Os seus produtos eram muito conceituados e as sua instalações "*ciclópicas*" muito impressionavam os seus contemporâneos, como a face da moderna indústria em Curitiba. (CHAVES, 1995, p.43-45).
- *Fernando Hürlimann.* Negociante de origem suíça estabelecido em Curitiba. Juntamente com seu sócio Jorge Eisenbach, criaram e registraram na Junta Comercial a Fábrica Paranaense de Fósforos de Segurança em Curitiba em

1895/96. Em 1912, Hürlimann monta sociedade com o alemão Francisco Hösse, sendo o primeiro o "sócio capitalista" e o segundo o "sócio industrial". De acordo com o Censo Industrial do Brasil de 1907, a firma de Hürlimann era a 11.ª maior firma manufatureira do Brasil em valor da produção. A firma possuía um capital de 3.000 (mil Reis); 800 trabalhadores, 85 cavalos-vapor e 4.800 (mil réis) como valor de produção. A firma foi arrendada em 1904 à multinacional "Fiat Lux", controlada pela Compahia Sueca Swedisch Match. A fábrica fundada em 1895 por Hürlimann e Eisenbach foi ampliada e modernizada. Ainda hoje (1995) é considerada a maior fábrica da Fiat Lux e a maior indústria de fósforos em produção do mundo. A tecnologia foi basicamente nacional, beneficiada pelas abundantes madeiras existentes no Paraná. (CHAVES, 1995, p.236-245; DEAN, 1989, p.260).

Se muitos dos alemães chegaram através de Rio Negro e da Colônia Dona Francisca, muitos italianos reimigraram de Morretes, no litoral paranaense.

- *Guiseppe Todeschini*. Natural de Arcole, Verona, na Itália. Imigrou em 1877 para o Paraná. Esteve primeiramente em Anhaia-Morretes. Casou-se em 1878 com Domênica Cemim. Após uma curta estadia na marinha, mudou- se para Curitiba, onde trabalhou durante sete anos na construção de casas de madeira para os imigrantes das Colônias Muricy e Imbituva. Em 1885, começa a fabricar macarrão em uma antiga chácara na Água Verde; no início apenas com uma prensa manual, e depois movida a animal, o negócio prosperou. Logo a fábrica se amplia e se moderniza, passando a produzir massas alimentícias em geral e outros produtos alimentares que receberam vários prêmios em exposições nacionais e internacionais no século XX. Guiseppe Todeschini faleceu em 1922, mas seus descendentes continuaram o negócio (Guiseppe teve onze filhos). Em 1995, a fábrica mudou de lugar e

já está na 4.ª geração da família, empregando mais de 1.000 trabalhadores. (CHAVES, 1995, p.29-40)

- *Pedro Zagonel.* Nasceu em Curitiba, em 3 de novembro de 1885. Filho do imigrante Maximino Zagonel, natural do Tirol Italiano, que chegou em Curitiba no mesmo ano. Pedro começou a trabalhar cedo na estrada de ferro Curitiba- Paranaguá, depois como operário, na serraria de seu tio materno, João Bettega, na Colônia Nova Tirol, em Piraquara. Mudou- se para Fazenda Rio Grande, então em Mandirituba, para se tornar empreiteiro de uma fábrica de cabos de vassoura, ainda com seu tio. Em 1914 entra em uma sociedade com João Gregório Barbosa, rico fazendeiro e proprietário de uma grande área de Pinhais. Em 1924, Pedro funda a sua própria empresa madeireira,"Irmãos Zagonel", que viria a se expandir para o interior do Paraná e para o Brasil. Pedro Zagonel além de ser grande empresário do setor madeireiro destacou-se na vida religiosa de Curitiba e como criador de estilos, como o veraneio na Praia de Leste. Faleceu em 1963. (CHAVES, 1995, p.23-26)
- *João Bettega.* Nasceu em Trento, na Itália. Migrou para o Brasil em 1877. Em 1896 instalou a indústria J. Bettega na Colônia Novo Tirol de Piraquara. Em 1912, transferiu- se para a Fazenda Rio Grande, com negócios ligados ao setor madeireiro (caixas, cabos de vassoura, artefatos de madeira). Posteriormente, montou atividades em várias localidades no Paraná, exportando madeiras e produtos para outros estados e para o Prata. Faleceu em 1951. Seus filhos continuaram os negócios. Seu filho Lídio Paulo Bettega, foi Presidente da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) durante 4 gestões, de 1958 a 1968. (CHAVES,1995, p.93- 95).
- *Emílio Romani.* Nasceu na Toscana em 1869. Migrou jovem para Curitiba, na época da construção da Estrada de Ferro. Estabeleceu em 1891 um armazém de

secos e molhados e armarinhos no centro de Curitiba: a empresa prosperou no comércio de alimentos e na indústria alimentícia. Atuou no processamento e comercialização dos produtos Diana (o nome da sua neta), com açúcar, café, arroz e sal. (CHAVES, 1995, p.161-170).

- *Giovani Malucelli.* Emigrou para o Brasil em 1877 e após um ano de Brasil, faleceu de maleita, em Alexandra, na marinha, onde se instalara com a família de oito filhos. A sua mulher, Margarida, prosseguiu na educação dos filhos. Com a construção da estrada de ferro, os mais velhos encontraram empregos relativamente bem pagos. Com um sentido econômico bem desenvolvido, na base da poupança, o Clã Malucelli investiu na agricultura, no comércio e na indústria. Os Malucelli comprariam o decadente Engenho Central de Morretes e o fariam ativo novamente. O filho mais velho, Marcos Malucelli, seria considerado o imigrante italiano mais rico de todos os localizados em Morretes. Foi Vereador e Presidente da Câmara, cargo que exerceu até sua morte em 1927. (BORGES,1990, p.34-40).

Carlos Trombini, nascido em Cremona, na Itália, chegou ao Brasil em 1877, estabelecendo-se na Colônia Alexandra, depois indo para a Colônia América em Morretes. Dedicou-se à agricultura e tentou o comércio em Curitiba. Não conseguindo resultados, voltou para Morretes. Teve quatro filhos. O seu filho Olympio Trombini, trabalharia com a organização de pedreiras e a construção civil em Morretes e Antonina. Era fornecedor de pedras e paralelepípedos para a Prefeitura de Curitiba. Posteriormente, veio a dedicar-se ao comércio em geral, também sendo gerente de cinemas em Morretes e Paranaguá. Era politicamente ativo na Sociedade Beneficente e Recreativa dos Operários. Foi prefeito de Morretes, por ser de confiança do interventor, Manuel Ribas. Militou no PSD (Partido Social Democrático). Um filho de Olympio – Mirtillo, nascido em 1919, em Morretes, empregou-se como auxiliar de escritório na fábrica local de papel. Foi transferido para abrir um escritório

de compra e venda de papéis em Curitiba. Com a sua visão empresarial, abriu em 1914 uma pequena firma de comércio de papéis e representações. Esta foi a origem do Grupo Industrial Trombini, que em 1990 seria responsável por cerca de 10% do mercado nacional de embalagens de papelão ondulado e sacos de papel. (BORGES, 1990, p.91-96).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

ANEXO PARTE 2, ITEM 2.1
DEPUTADOS PROVINCIAIS NA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

O Lastro da Terra. A Presença da Força da Grande Propriedade

- *Manoel Ignácio do Canto e Silva.* Brigadeiro. Nasceu em Jaguariaíva em 1809. Filho de Manoel José do Canto e Ana Luiza da Silva. Era neto de José Felix da Silva, senhor da fazenda Fortaleza. Um dos maiores latifundiários do Paraná. Na sua infância, Manoel escapou de um ataque dos índios se escondendo em uma pilha de espigas de milho. Foi diretor geral dos Índios da Província. Comandante Superior da Guarda Nacional de Castro e Guarapuava. Agraciado com o Hábito de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa por serviços prestados durante a Guerra do Paraguai. Fez parte da lista tríplice do Senado na vaga do Barão de Antonina, quando Manoel Francisco Correia foi indicado. Faleceu em Castro em 1885. (CARNEIRO: [s.d.], p.62-66; _____, 1963, p.157), (NICOLAS, 1984, p.70).
- *Manoel de Oliveira Franco.* Brigadeiro. Nasceu em Curitiba em 1825. Casou-se com Escolástica Joaquina, filha do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas,[1] um dos maiores proprietários de terras da região de Curitiba. Manoel de Oliveira Franco foi diretor geral dos Índios da Província em 1871. Foi Juiz de Paz e de Órfãos, vereador e presidente da Câmara de Curitiba. Cavaleiro da Ordem de Cristo. Proprietário de um engenho de erva-mate. Faleceu em 1875. Membro do Partido Conservador. (NEGRÃO, v.2, p.444, 462-463).

[1] O Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas foi presidente da Câmara de Curitiba e deputado provincial por São Paulo, antes da emancipação. Era neto do Doutor Lourenço Ribeiro de Andrade, Capitão-Mor de Curitiba em meados do século XVIII.

- *Manoel Antonio Ferreira.* Nasceu em Curitiba em 1805. Casou-se com Florinda Maurícia, filha de Lourenço Pinto de Sá Ribas (ver nota 1), um dos maiores proprietários de terras da região de Curitiba. Coletor Geral de Curitiba em 1855. Deputado Provincial. Vice-Presidente da província, quando assume a Presidência em 1863, sendo o primeiro paranaense a ocupar tal posição. Comandante Superior da Guarda-Nacional de Curitiba em 1863. Proprietário da Fazenda do Boqueirão, no Xaxim, em Curitiba. Membro do Partido Conservador. Faleceu em 1885. (NEGRÃO, V2,460), (CARNEIRO, 1963, p.254-256).
- *Manoel Gonçalves de Moraes Roseira.* Bisneto do Capitão Pedro de Moraes Monforte, presente como autor na ata da criação da Justiça da Vila de Curitiba, em 1693. Neto do Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes, Tabelião do Público Judicial e Notas, Escrivão de Órfãos, das execuções e almotaçaria da Vila de Paranaguá, em 1731. Manoel, nasceu em São José dos Pinhais, ao redor de 1800. Grande proprietário em São José (Estância da Roseira) e em Curitiba. Vendeu um de seus imóveis para o Governo da Província instalar a Assembléia Provincial. Fez parte da lista tríplice para a escolha do primeiro senador do Paraná. Tesoureiro Geral de Curitiba em 1855. Vice-Presidente da Província. (NEGRÃO, v1, p,547, v.4,130; Carneiro, 1963, p.287).

O Litoral e a Erva-mate

- *Manoel Antonio Guimarães-Visconde de Nácar.* Nasceu em Paranaguá em 15 de fevereiro de 1813. Foi o maior exportador e comerciante de erva-mate do Paraná. Possuía a maior casa importadora de Paranaguá. Proprietário de fazendas no litoral com engenhos de arroz e mandioca. Grande proprietário de escravos. Possuía diversos imóveis urbanos. Armador naval com vários barcos

de sua posse. Vereador e presidente da Câmara de Paranaguá, delegado de Polícia. Deputado Provincial por São Paulo em 1851. Foi agraciado com o hábito da Ordem de Cristo, da Rosa e Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Barão de Nácar em 1876 e Visconde em 1880. Vice-Presidente da Província do Paraná, tendo exercido a presidência em 1873 e1877. Deputado geral em 1888. Chefe do Partido Conservador.

- Casou-se em 1833 com Maria Clara Correia, filha de Manoel Francisco Correia. Tiveram os filhos: Joaquim (casou-se 3 vezes) casou-se com Leocádia Pereira Correia, com Maria Bárbara de Leão e com Maria Francisca de Leão; Joaquina casou-se com José Mathias Ferreira de Abreu; Maria Cândida casou-se com Antonio Candido Ferreira de Abreu; Manoel Antonio Filho casou-se com Bárbara de Alencar; Delphica casou-se com José Mathias Gonçalves Guimarães, Manoel Ricardo Carneiro; Hermínia casou-se com Manoel Miró Filho, Alice casou-se com Manoel Euphrásio Correia e Claro casou-se com Pórcia de Abreu. De seu 2° casamento em 1850 com sua segunda esposa Rosa Correia: Thalia casou-se com Manoel Francisco Correia, João Guilherme casou-se com Clotilde Miró, Elvira casou-se com Afonso Pereira Correia e Lavínia casou-se com Manoel Miró Júnior. (Dicionário, 1991, p.205-206).
- *Modesto Gonçalves Cordeiro.* Proprietário de engenho de erva-mate. Deputado Provincial. Figurou na primeira lista tríplice do Senado. Foi agraciado com a Comenda da Ordem da Rosa. Chefe do Partido Conservador em Morretes e Porto de Cima. Foi comandante superior da Guarda Nacional do Litoral. Casou-se em 1818 com Justina Rodrigues França, filha de Antonio Ricardo dos Santos, o Velho. Seu primeiro filho foi Ricardo Gonçalves Cordeiro casou-se com Ana Antonia, filha do Capitão-Mor de Paranaguá – Manoel Antonio Pereira. Modesto Gonçalves Cordeiro era tio de Manoel Antonio Guimarães, pelo lado de sua mãe. (NEGRÃO, v.3, p.202).

- *Manoel Gonçalves Marques*. Nasceu em Paranaguá. Recebeu a Comenda da Ordem de Cristo e a da Rosa. Proprietário de engenho de erva-mate. Deputado provincial. Sucedeu a Modesto na liderança conservadora em Morretes e Porto de Cima após a morte deste último. Tenente-coronel, Chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional de Paranaguá. Faleceu em 1880. (NICOLAS, 1984, p.69). De acordo com David Carneiro (1963, p.158), teria nascido em Guaratuba.
- *Manoel Leocádio de Oliveira*. Capitalista, comissário e comerciante de erva-mate. (WESTPHALEN,1974,p.147-149). Casou-se com Ana Maria Purificação, filha de Lourenço Pinto de Sá Ribas (ver nota 1).

Tropeirismo e Pecuária nos Campos Gerais.

- *David dos Santos Pacheco- Barão dos Campos Gerais*. Nasceu em 28 de junho de 1810 na Vila do Príncipe (Lapa). Iniciou-se no comércio do tropeirismo com o seu padrinho, João da Silva Machado, Barão de Antonina. Enriqueceu com o tropeirismo, a partir de várias sociedades feitas no seu comércio, além disso, possuía grandes propriedades associadas com o tropeirismo que lhe ofereceu amplo prestígio. Vereador e Presidente da Câmara do Príncipe. Deputado Provincial e Comandante Superior da Guarda Nacional. Foi Vice-Presidente da Província do Paraná. Organizou e equipou uma força de 150 homens para a Guerra do Paraguai. Recebeu o Imperador em sua residência quando de sua visita de 1880 e alforriou todos os escravos de suas três fazendas no Paraná e em Passo Fundo. Barão em 1880. Liderança do Partido Liberal.

  Casou-se com Ana Francisca de Carvalho. Tiveram: Maria Coleta casou-se com Manoel Alves de Araújo (ver item 3). Ignácia casou-se com Joaquim Alves de Araújo (grupo familiar dos Araújo). Faleceu em 1893. (Dicionário, 1991, p.328-329; WESTPHALEN, 1995).

Tropeirismo e Pecuária em Guarapuava

- Antonio de Sá Camargo-Visconde de Guarapuava. Nasceu em Tamanduá em 1808. Neto materno dos fundadores de Palmeira. Jovem passa a morar em Guarapuava,"administrando as fazendas de gado formadas por seu pai que tomara parte da expedição de conquista dos Campos de Guarapuava". Vereador na primeira Câmara eleita em Guarapuava. Deputado provincial. Comandante Superior da Guarda Nacional. Benemérito social de Guarapuava. Barão em 1870 e Visconde em 1880. Vice-Presidente da Província do Paraná. Casou-se com Zeferina Marcondes de Sá, filha do Barão do Tibagi. Chefe do Partido Liberal em Guarapuava. Faleceu em 1896. (NEGRÃO, v.1, p.346).

Experiência Política e Sertanismo

- *Joaquim José Pinto Bandeira.* Nasceu em torno de 1790 em Curitiba, filho do português Antonio José Pinto Bandeira e de Maria Domingues de Jesus (família Marques dos Santos). Deputado provincial na primeira Assembléia Legislativa de São Paulo em 1835. Agraciado com o Hábito de Oficial da Ordem da Rosa em 1854. Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Curitiba, São José e Lapa. Participou de vários episódios da história política da região. Notável sertanista, explorou os Rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, abrindo novos caminhos pelas suas terras. Solucionou o conflito entre os pioneiros dos Campos de Palmas conjuntamente com o Doutor Carrão. Sendo do Partido Liberal, manteve-se do lado da ordem durante os acontecimentos de 1842. Comandante da Guarda Nacional. Faleceu em 1858. (NEGRÃO, v.1, p.520-521; CARNEIRO, 1963, p.281-283.

Bacharéis. A Nova Elite Política do Império

- *Francisco José Correia.* O decano dos bacharéis. Nasceu em 1807, entre o ramo dos Correias da Lapa. Era neto de Francisco Teixeira Coelho, primeiro Capitão-Mor da Lapa. Formado em Direito por Coimbra. Deputado provincial. Faleceu em 1869. (NEGRÃO, v.4, p.379).
- *José Lourenço de Sá Ribas.* Nasceu em Curitiba em 1820. Companheiro de turma de Jesuíno Marcondes. Filho de Lourenço Pinto de Sá Ribas, Capitão-Mor e grande proprietário em Curitiba. Deputado provincial.
- *José Matias Gonçalves Guimarães.* Nasceu em Curitiba em 1823, filho de Matias Gonçalves Guimarães e neto de Manoel Gonçalves Guimarães. Bacharel em Direito pelo Recife (Carneiro: 1963, 455). Casou-se com Delphica Guimarães, sua prima distante, filha de Manoel Antonio Guimarães. (NEGRÃO, v.5, p.151). Desentendeu-se com Zacarias de Góes e Vasconcelos. Faleceu em 1867.
- *Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.* Nasceu em 1827 (ver item 3). Carreira política paradigmática. Grande líder do Partido Liberal do Paraná. Padrão bem-sucedido da representação política de sua geração da classe dominante no segundo reinado.
- *Manoel Francisco Correia.* Nasceu em 1831. A carreira política mais bem-sucedida de um paranaense na burocràcia do Império (ver item 4). Único paranaense admitido no Conselho de Estado, o mais reservado fórum do Estado Imperial. Destaque do Partido Conservador no Paraná.

ANEXO PARTE 2, ITEM 2.2
DEPUTADOS PROVINCIAIS NA
ÚLTIMA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL -1888

- *Amazonas de Araújo Marcondes*. Grande proprietário, comerciante e empresário da navegação fluvial no Rio Iguaçu. Pertencia à família Pimpão, de destacados latifundiários nos campos do Terceiro Planalto, especialmente em Palmas. Membro do Partido Liberal. Governou União da Vitória por mais de trinta anos. (NEGRÃO, v.3, p.454-460).
- *Antonio Alves de Araújo*. Grande ervateiro. Foi presidente em exercício da Província do Paraná.
- *Antonio Francisco de Correia Bittencourt*. Nasceu em Antonina em 1834. Importante comerciante e abastado capitalista. Vereador em Curitiba. Seria deputado estadual.
- *Antonio Joaquim Ribeiro*. Pároco de Votuverava, vigário geral forense, vigário de Curitiba.
- *Antonio Ricardo do Nascimento*. Comerciante e industrial abastado. Camarista e presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Ervateiro.
- *Antonio Ricardo dos Santos Filho*. Coronel. Coletor das Rendas Estaduais em Rio Negro. Filho do grande industrial da erva-mate de mesmo nome. (NEGRÃO, v.3, p.132).
- *Arthur Ferreira de Abreu*. Camarista e Juiz de Paz em Paranaguá. Neto do Visconde de Nácar. Seria senador na República. (NEGRÃO, v.3, p.170).
- *Brazílio Ferreira da Luz*. Médico formado no Rio de Janeiro em 1895, com atuação no Corpo Médico Militar. Na República, seria deputado federal e senador.

- *Coriolano Silveira da Motta.* Filho do desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Professor do Liceu Paranaense. Jornalista. Monarquista convicto.
- *Domingos Antonio Xavier*
- *Generoso Marques dos Santos.* Bacharel em Direito. Chefe do Partido Liberal paranaense no final do Império. Continuaria em posição de destaque na República, sendo governador e senador até 1926.
- *Ildefonso Pereira Correia.* O Barão do Serro Azul. Maior exportador paranaense de erva-mate na década de 80. Membro do Partido Conservador. Fuzilado em 1894, durante a retomada de Curitiba pelos florianistas.
- *João Manoel Ribeiro Vianna.* Comerciante em Antonina. Era neto, pelo lado materno, de José Borges de Macedo, primeiro prefeito de Curitiba, em 1835. O Comendador João Manoel Ribeiro Vianna casou-se com Maria Miró (NEGRÃO, v.5, p.55, 70).
- *João de Menezes Dória.* Médico. Seria um dos líderes federalistas do Paraná na Revolução de 1893/94. Seria deputado federal, na época da Coligação de 1908.
- *José Antonio de Camargo Araújo.* Padre. Um dos seus descendentes, Luiz Romaguera Netto, descreveu a sua vida pessoal e o seu romance no livro "*Gertrudes e o Padre Camargo*".
- *José de Freitas Saldanha.* Grande proprietário e pecuarista em Guarapuava, onde foi vereador e presidente da Câmara. Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Guarapuava.
- *Luís Antonio Xavier.* Seria prefeito de Curitiba e deputado federal com a República.
- *Luiz Manoel Agner.* Maneco Padeiro. Alemão. Ervateiro. Organizou batalhões federalistas durante a crise de 1893/4. Coronel. Casado com Maria dos Anjos Gonçalves Cordeiro. (NEGRÃO, v.3, p,249).

- *Manoel Alves de Araújo*. Foi deputado geral, ministro e presidente em exercício da Província do Paraná.
- *Pedro Ferreira Maciel*. Pai do coronel Ottoni Maciel, político de destaque da República Velha.
- *Theotonio Marcondes de Albuquerque*. Chefe político em Castro. Seria deputado estadual.
- *Tertuliano Teixeira de Freitas*.
- *Tristão Cardoso de Menezes*.
- *Vicente Machado da Silva*. Bacharel em Direito. Seria a maior liderança política republicana dos primeiros anos do novo regime no Paraná.

ANEXO PARTE 2, ITEM 3
DEPUTADOS GERAIS DO PARANÁ

9.ª Legislatura (1853-1856):

- *Antonio Candido Ferreira de Abreu.* Filho do Sargento-Mor José Mathias Ferreira de Abreu. Paulista. Bacharel em Direito pela Academia de São Paulo. Foi Juiz Municipal, Procurador da Fazenda, Juiz de Direito de Morretes, da Lapa e de Antonina, cuja Comarca instalou. Faleceu como Juiz de Direito da Comarca de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, em 1876. Lá trabalhava contra o movimento dos *Muckers*. Através do casamento, integra-se com o grupo familiar dos Guimarães e Correia (segundo descrição relatada no item 1.5) Era genro de Manoel Antonio Guimarães, o Visconde de Nácar. (NEGRÃO, v.3, p.176, Título Rodrigues de França).

10.ª Legislatura (1857-1860):

- *Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá*[2]. Nasceu em Palmeira a 1 de junho de 1827. Filho de José Caetano de Oliveira-Barão do Tibagi e de Querubina Rosa Marcondes de Sá-Viscondessa do Tibagi. Bacharel em Direito por Olinda em 1849. Deputado provincial, deputado geral, ministro e secretário de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1864-5, vice-presidente e presidente da Província do Paraná. Grande chefe do Partido Liberal. De formação cosmopolita, faleceu em Genebra em 1905. Casou-se com Domitila Alves de Araújo (grupo familiar dos Araújo). (NEGRÃO, v.1, p.374, Título Carrasco dos Reis).

---

[2]Sobre Jesuíno, existe o interessante livro de seu filho Moysés Marcondes - *Pae e Patrono*, a respeito da biografia e do cenário social e político em que Jesuíno viveu. (Marcondes: s/d).

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

O Decreto Legislativo n.° 1082 de 22.8.1860 estabeleceu dois deputados por província no mínimo. (COSTA PORTO, 1989, p.134)

11.ª Legislatura (1861-1863):

- *Zacarias de Góes e Vasconcelos*. Baiano. Foi eleito por ter sido o primeiro presidente da Província do Paraná em 1853. Figura de primeira grandeza na política do Império. Segue o padrão nacional da representação política do Segundo Reinado. Renunciou em 24 de maio para ser ministro. (VARGAS, 1977).
- *Joaquim Ignácio Silveira da Motta*. Médico baiano. Formou-se na Alemanha. Foi diretor geral da Instrução Pública. Vice-Presidente do Paraná. Casou-se com Maria Theolinda da Conceição (grupo familiar Sá Ribas). Foi ligado ao Partido Conservador. Delegado de Polícia em Curitiba em 1851, deputado provincial por São Paulo (antes da emancipação), (mais informações, item 1.5). (NEGRÃO, v.2,473, Título Rodrigues Seixas).

12.ª Legislatura (1864-1866):

- *Jesuíno Marcondes*, indicado Ministro.
- *Laurindo Abelardo de Britto*. Nasceu em Montevidéu em 1827, quando o seu pai se encontrava a serviço, no fim da guerra Cisplatina. Bacharel em Direito por São Paulo em 1851. Promotor no Paraná em 1852. Deputado provincial por várias vezes a partir de 1857. Deputado geral. Inspetor da Instrução Pública. Transferiu-se para São Paulo em 1878. Inspetor do Tesouro Provincial, Deputado geral e presidente da Província de São Paulo de 1879 a 1881. Conselheiro da Coroa. (Rodrigues Alves: 1986, 98-99). Casou-se com Águeda Joaquina do Canto e Silva, filha de Manoel Ignácio do Canto e Silva, um dos maiores proprietários de terras do Paraná (conforme itens 1.1 e 2.2). Faleceu em 1885.

13.ª Legislatura (1867-1868):

- *Laurindo Abelardo de* Britto.
- *Jesuíno Marcondes de* Oliveira *e Sá.*

14.ª Legislatura (1869-1872):

- *Manoel Francisco Correia.* Ver no item 4, senadores.
- *Joaquim Dias da Rocha.* Médico baiano. Foi Diretor da Instrução Pública. Destacou-se durante a epidemia de febre amarela em Antonina. Membro do Partido Conservador (ver parte1, item 5). Pai do poeta Dias da Rocha Filho.

15.ª Legislatura (1873-1875):

- *Manoel Francisco Correia.*
- *Manoel Euphrásio Correia.* Nasceu em Paranaguá em 16 de agosto de 1839, filho de Manoel Francisco Correia. Bacharel em Direito por São Paulo, após ter também estudado em Recife, "*sob as vistas de Agostinho Ermelino de Leão*", então presidente da Relação. Delegado de Polícia, promotor público, suplente de Juiz Municipal, inspetor da Tesouraria Provincial de Santa Catarina e Chefe de Polícia. Deputado provincial. Casou-se em primeiras núpcias com Maria Ermelina Pereira, neta do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira. Em segundas núpcias com Alice Guimarães, filha do Visconde de Nácar. Devido ao seu genro, foi feroz opositor do Gabinete Rio Branco e da Lei do Ventre Livre. Faleceu em 4 de fevereiro de 1888 quando ocupava a presidência de Pernambuco. Escreveu "Justificação do Partido Conservador do Paraná". (LEÃO, 1926, p.1193-1197; NEGRÃO, v.3, p.323-337, Título Rodrigues de França.).

16.ª Legislatura (1876-1877):

- *Manoel Francisco* Correia.
- Manoel Euphrásio Correia.

17.ª Legislatura (1878-1881):

- *Manoel Alves de Araújo*. Nasceu em Morretes a 19 de março de 1832, de acordo com Chaves e Vargas (ou 10/6/1840, de acordo com NEGRÃO). Filho de Hipólito Alves de Araújo. Bacharel em Direito por São Paulo em 1861. Promotor Público de Paranaguá. Deputado provincial. Vice-presidente da Província do Paraná. Presidente da Câmara dos Deputados. Ministro da Agricultura em 1882. Conselheiro. Liderança do Partido Liberal. Casou-se com Maria Coleta, filha do Barão dos Campos Gerais. (Dicionário, 1991, p.25; NEGRÃO, v.3, p.70, Título Rodrigues de França).
- *Sérgio Francisco de Souza Castro*. Nasceu em Iguape, São Paulo, em 10 de agosto de 1831. Bacharel em Direito por São Paulo em 1852. Foi Inspetor da Instrução Pública. Jornalista. Deputado Provincial. Membro do Partido Liberal. Com a República foi presidente da Constituinte do Paraná e Chefe de Polícia em 1892. Faleceu a 10 de maio de 1921. Uma de suas bisnetas, Cely Elizabety Júlia Monteiro de Carvalho seria a primeira esposa de Fernando Collor de Mello. (Chaves, Vargas: 1987). (NEGRÃO, V4,123, Título Moraes Cordeiro).

18.ª Legislatura (1882-1884):

- *Manoel Alves de Araújo*. Eleito pelo segundo distrito.
- *Generoso Marques dos Santos*. Eleito pelo primeiro distrito. Nasceu em Curitiba em 13 de janeiro de 1844. Bacharel em Direito por São Paulo em 1865. Inspetor da Instrução Pública. Deputado provincial. Vereador e presidente da Câmara de Curitiba. Após a República foi senador e Constituinte em 1891. Primeiro presidente eleito do Estado do Paraná. Deputado estadual. Senador da República de 1909 a 1926. Faleceu em 8 de março de 1928. (Ver item 4.6)

19.ª Legislatura (1885-1886):

- *Manoel Alves de Araújo.* Eleito pelo segundo distrito.
- *Manoel Euphrásio Correia.* Eleito pelo primeiro distrito.

20.ª Legislatura (1886-1889):

- *Manoel Alves de Araújo.* Eleito pelo segundo distrito.
- *Manoel Euphrásio Correia.* Eleito pelo primeiro distrito. Faleceu em 4 de fevereiro de 1888. Substituído pelo seu sogro, o Visconde de Nácar, que tomou posse em 25 de maio de 1888.

ANEXO PARTE 2, ITEM 4
SENADO IMPERIAL

JOÃO DA SILVA MACHADO - BARÃO DE ANTONINA. (1782-1875)

Nasceu em Taquari, Rio Grande do Sul, em 1782. De origens modestas, trabalhou como feitor nos Campos Gerais, tornando-se tropeiro e comerciante de animais. Aproximou-se da política e foi vereador na Lapa e presidente da Câmara. Era encarregado da manutenção de um trecho do Caminho do Viamão, o caminho das tropas entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Contribuiu para a imigração de alemães no Rio Negro, a primeira experiência de colonização não-ibérica no Paraná. Combateu as ameaças farroupilhas no planalto catarinense. Chefe de Legião e Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Curitiba. Tentou organizar uma sociedade de apoio à erva-mate baseada em ações, sem sucesso. Organizou expedições exploradoras dos sertões desconhecidos; a partir de seus resultados, apresentou comunicações ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com as suas atividades econômicas formou grande fortuna e adquiriu extensas terras e fazendas.

Casou-se com Ubaldina do Paraíso Guimarães, filha de Manuel Gonçalves Guimarães e Maria Madalena Lima, bisneta de Domingos Cardoso de Lima, Sargento-Mor e possuidor de minas de ouro em Morretes. Silva Machado teve cinco filhas: Maria Antonia da Silva, casada com Mariano José da Cunha Ramos.Francisca, casada com Joaquim da Silva Prado. Balbina, casada com Luiz Pereira de Campos Vergueiro. Ana, casada com Fidelis Nepomuceno Prates. Inocência, casada com Fidêncio Nepomuceno Prates.

A participação de Silva Machado na conjuntura de 1842 foi decisiva. Foi o líder da legalidade Imperial na então Comarca. Articulando com o presidente da Província de São Paulo, Costa Carvalho e com Caxias, conseguiu Silva Machado as simpatias da Corte para si e para a Comarca.

Em 1821 foi eleitor na Paróquia de Curitiba para a Constituinte portuguesa. Suplente do primeiro e membro efetivo do segundo Conselho de Governo da Província de São Paulo (1830-1833). Deputado Provincial por São Paulo (1835-1843). Vice-presidente de São Paulo em 1837-1838. Barão em 1843. Com Grandeza em 1860. Cavaleiro da Ordem de Cristo, Oficial da Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem da Rosa. Foi o primeiro Senador do Paraná em 1854. Faleceu em 19 de março de 1875. (NEGRÃO, v.5, p.94-139, Título Cardoso de Lima; Dicionário, 1991, p.273-274).

MANUEL FRANCISCO CORREIA. (1831-1905)

Nasceu em Paranaguá em 1.° de novembro de 1831. Membro da família Correia. Seu pai era Manuel Francisco Correia Junior. Sua mãe era Francisca Antonia Pereira. Seu avô-materno era Manuel Antonio Pereira, último Capitão-Mor de Paranaguá. Estudou no Colégio Pedro II. Bacharel em Direito pela Academia de São Paulo em 1854. Deputado geral de 1868 a 1876. Foi presidente da Província de Pernambuco em 1862. Presidente da Câmara dos Deputados. Ministro dos Negócios estrangeiros em 1871-1873. Membro permanente do Conselho de Estado. Oficial administrativo do Ministério da Fazenda e chefe de seção no ministério do Império. Serviu em vários gabinetes ministeriais. Como chefe da repartição de Estatística, dirigiu o primeiro recenseamento do Império. Na República foi presidente do Tribunal de Contas e diretor do Loyd Brasileiro. (Tavares de Lyra: 1978, 319-320).

Típico representante de um paradigma de carreira burocrática do Segundo Reinado. (NEGRÃO, v.3, p.277-287, Título Rodrigues de França; Dicionário, 1991, 103-104).

ANEXO PARTE 2, ITEM 5
TÍTULOS DE NOBREZA

Os titulares paranaenses foram oito, durante o Segundo Reinado:

- *Barão de Antonina* - João da Silva Machado. Recebeu o título em 11/9/1843. Barão com grandeza em 13/8/1860. Recebeu o baronato em função da sua posição durante a Revolta de 1842. Grande proprietário rural e negociante de tropas. Posteriormente, seria o primeiro Senador do Paraná.
- *Barão do Tibagi* - José Caetano de Oliveira. Recebeu o título em 4/8/1858. Tropeiro casado com Querubina Rosa Marcondes de Sá, Viscondessa do Tibagi, em 31/8 1880, quando o seu marido já tinha falecido. Ela era filha de Manoel José de Araújo e de Ana Maria Conceição de Sá, grandes latifundiários e fundadores de Palmeira. Os Tibagi eram pais de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, grande chefe do Partido Liberal.
- *Barão e Visconde de Nácar* - Manoel Antonio Guimarães. Recebeu o título de Barão em 21/7/1876 e o de Visconde em 31/8 /1880. Um dos maiores negociantes ervateiros do litoral. Chefe do Partido Conservador. Hospedou o Imperador em 1880 no seu solar de Paranaguá.
- *Barão e Visconde de Guarapuava* - Antonio de Sá Camargo. Recebeu o título de Barão em 14/71870 e o de Visconde em 31/8/1880. Filho do Tenente Antonio Joaquim de Camargo e de Matilde Umbelina da Glória - filha de Manoel José de Araújo e de Ana Maria Conceição de Sá, fundadores de Palmeira. O Visconde de Guarapuava era grande proprietário rural e tropeiro.
- *Barão dos Campos Gerais* - David dos Santos Pacheco. Recebeu o título em 31/8/1880. Tropeiro e grande proprietário rural. Hospedou o Imperador em sua visita de 1880, quando libertou os seus escravos. Sogro de Manoel Alves de Araújo. Colaborou com o esforço de guerra contra o Paraguai.

- *Barão de Monte Carmelo* - Bonifácio José Batista. Recebeu o título em 20/11/1886. Nasceu em 1827. Tropeiro. Casou-se com Ana Luísa Novaes do Canto e Silva, filha de Manoel Inácio do Canto e Silva, um dos maiores latifundiários do Paraná. Bonifácio foi presidente da Câmara de Castro, deputado provincial em 1858-59. Com a morte de sua sogra, recebeu a fazenda Monte Alegre com 63.000 alqueires e 4.000 reses. Em 1866 comprou dos Carmelitas a fazenda Capão Alto com 2.000 cabeças de gado. Dedicou-se ao comércio de gado e montou haras. Comandante Superior da Guarda Nacional. Auxiliou na criação de bibliotecas em Castro e em Curitiba. Quando o seu cunhado Laurindo Abelardo de Brito assumiu a Presidência de São Paulo, Bonifácio adquiriu um solar na capital paulista. Seus filhos se relacionaram com os Prates e com os descendentes do Barão de Antonina. Colaborou com a Revolução Federalista utilizando as suas posses. Faleceu em São Paulo em 21/4/1897. (Carneiro: s/d, 74-75)
- *Barão de Guaraúna* - Domingos Ferreira Pinto. Recebeu o seu título em 31/8/1880. Nasceu em 1820. Proprietário rural e tropeiro. Major da Guarda Nacional. Em 1880 hospeda o Imperador, quando de sua estada na região de Ponta Grossa. Na presença de Dom Pedro II, liberta os seus escravos. Mesmo com a oposição dos assessores do Imperador, seu nome foi incluído no pacote de comendas concedidas após a visita Imperial. (Carneiro: s/d, 76-77). Faleceu em 1891.
- *Barão do Serro Azul* - Ildefonso Pereira Correia. O maior exportador de erva-mate do Paraná no fim do Império. Recebeu o título em 8/8/1888.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ANEXO PARTE 2, ITEM 7
GUARDA NACIONAL EM 1855

7.1 O COMANDO DA GUARDA NACIONAL DO PARANÁ EM 1855. (CARNEIRO, 1995, p.79-200)

Um decreto Imperial de 5.2.1855 nomeava os comandantes da Guarda Nacional da Província do Paraná:

- Comandante Superior de Curitiba, São José dos Pinhais e Lapa: Coronel *José Joaquim Pinto Bandeira.*
- Comandante Superior de Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaratuba: Coronel *Modesto Gonçalves Cordeiro.*
- Comandante Superior de Castro e Guarapuava: Coronel *Manoel Inácio do Canto e Silva.*

Os três Comandantes Superiores da Guarda Nacional também participaram da primeira Assembléia Provincial. Eram conhecidas lideranças das suas regiões e pessoas abastadas em suas atividades econômicas, como já visto no item 2.1.

Como Chefes do Estado-Maior dos Comandos:

- Curitiba: Tenente-Coronel *José* Matias *Gonçalves Guimarães*. Bacharel em Direito. Participou da primeira Assembléia Provincial.
- Paranaguá: Tenente-Coronel *Manoel* Gonçalves *Marques*. Ervateiro em Morretes. Participou da primeira Assembléia Provincial.
- Castro: Tenente-Coronel *Fidélis* Napomuceno *Prates*. O Doutor *Feliciano* e não Fidélis, como constava no decreto, era filho do Comendador Fidélis

Prates, que se mudara do Rio Grande do Sul para São Paulo, onde acumularia fortuna com o comércio de café em Santos. Feliciano cursara engenharia na França. Casou-se com Mécia Maria Conceição Canto e Silva, irmã de Manoel Inácio do Canto e Silva, abastado fazendeiro em Castro. Juiz suplente em 1857. Faleceu em 1869.

Comandantes de Corpos:

- 1.° Corpo de Cavalaria: Tenente-Coronel *Caetano José Munhoz*. Ervateiro em Curitiba.
- 1.° Corpo de Infantaria: *Manoel Antonio Ferreira*. Deputado na primeira Assembléia Provincial.
- 2.° Batalhão de Infantaria: Tenente-Coronel *Manoel Leocádio de Oliveira*. Deputado na primeira Assembléia Provincial.
- 3.° Batalhão de Infantaria: Tenente-Coronel *Cipriano Custódio de Araújo*.
- 4.° Batalhão de Infantaria: Tenente-Coronel *Antonio Alves de Araújo*. Ervateiro em Antonina.
- 5.° Batalhão de Infantaria: Tenente-Coronel *Francisco Gonçalves Cordeiro Gomes*. Possuía engenhos de arroz e aguardente em Antonina. Neto de Francisco Gonçalves Cordeiro.

Como vista, a inter-relação entre os principais comandantes da Guarda Nacional de 1855 e o poder político regional era tão grande a ponto de quase todos os seus personagens centrais terem integrado a composição da primeira Assembléia Provincial. Dos comandantes da Guarda Nacional em 1855, apenas dois não foram deputados provinciais naquela conjuntura:

- *Caetano José Munhoz*: Foi um dos primeiros a montar um engenho de mate em Curitiba em cerca de 1834 (teria sido o segundo, de acordo com Newton Carneiro, o primeiro teria sido montado por Fidelis da Silva Carrão

associado com o Tenente José Inácio de Loyola). O seu Engenho da Glória deu nome ao bairro em que se localizava e só foi vendido quase meio século depois. (N. Carneiro: 1965, 26). Também foi um dos primeiros a montar uma grande fábrica movida a vapor no local. O engenho, mesmo sendo a vapor, funcionava com escravos negros. Um incêndio no local, em 1876, traria sérias dificuldades financeiras para o Coronel Caetano, que logo depois faleceria (LEÃO, 1926, p.246-248).

- *Antonio Alves de Araújo*. Nasceu em Morretes em 1830. Ervateiro. Casou-se com sua prima Maria Luísa de Araújo, dama não muito formosa, mas "*senhora de grandes cabedais e dona de quase toda a Vila de Antonina e, em Morretes, de muitas terras adjacentes*" (Carneiro: 1994, 331) Casou-se a segunda vez com Francisca Pereira Correia, muitos anos mais nova que ele. Antônio Alves de Araújo teve uma das maiores fortunas da Província. Um dos chefes do Partido Liberal. Hospedou Dom Pedro II e comitiva quando de sua visita a Antonina. Viajou pela Europa, Egito e Terra Santa, havendo estado em Jerusalém. Seria deputado provincial (1856-1857) e presidente da Assembléia Provincial. Como vice-presidente da Província, teve várias vezes o exercício do seu governo em 1883 e 1885. Faleceu em 1888 na Palmeira. Irmão de Manoel Alves de Araújo e cunhado de Jesuíno Marcondes. (NEGRÃO, v.3,68; CARNEIRO, [s.d.], p.100).

ANEXO PARTE 2, ITEM 8

INTELECTUAIS "PARANISTAS"

- *Ermelino Agostinho de Leão* era membro de uma tradicional família de tribunos, filho do desembargador Agostinho de Leão e Maria Bárbara Correia (de uma importante família de políticos ervateiros). Ermelino foi *diretor* do Museu Paranaense, diretor do Arquivo Público do Estado e deputado estadual. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP), fundado em 1900. Participou de comissões de limites defendendo a posição paranaense, das quais deixaria trabalhos escritos. Ainda dirigiu o Instituto Curitibano e o Ginásio Paranaense. Escreveu pequenas obras sobre a história do Paraná, mas a sua grande obra foi o *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*, de seis volumes e um anexo, concluído em 1924.(Dicionário, 1991, p.247).
- *Francisco NEGRÃO* foi grande pesquisador de arquivos e documentos históricos originais. Funcionário público e membro do IHGEP. *Publica* o boletim do Archivo Municipal de Curitiba, do qual foi diretor de 1906 a 1932. O Boletim contempla as Atas da Câmara Municipal de Curitiba do século XVII até o século XIX. Publicou 62 números. Escreveu a *Genealogia Paranaense* em seis grossos volumes, listando as origens familiares das linhagens paranaenses. Neste monumento demográfico da classe dominante paranaense, visualiza-se o quem é quem dos grupos superiores paranaenses, assim como as suas estruturas de parentesco. Obra fundamental para a compreensão da identidade da classe dominante, organizada a partir do modelo da *Genealogia Paulistana*, de Silva Leme. Para a sua introdução, escreveu a *Memória Histórica Paranaense*, que, ao lado das *Efemérides*

Paranaenses, são de 1925. NEGRÃO também foi membro da Academia Paranaense de Letras e do Centro de Letras do Paraná. (Dicionário, 1991, p.309-310).

- *Alfredo Romário Martins* começou a trabalhar cedo como tipógrafo do *Dezenove de Dezembro*. Jornalista e funcionário público, esteve envolvido na pesquisa de documentos favoráveis ao Paraná nas questões de *limites* com Santa Catarina. Romário foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Foi deputado estadual por oito vezes, de 1904 a 1928. Foi redator-chefe d'A República, órgão oficial do Partido Republicano Paranaense. Criou a bandeira e o brasão do Estado, o brasão e as armas da cidade de Curitiba e propôs o dia 29 de março de 1693 como a data de fundação de Curitiba. Ecologista e apaixonado pela erva-mate, criou o projeto do Código Florestal de Erva-Mate, de Caça e Pesca e da criação de reservas indígenas. Escreveu três edições do seu livro *História do Paraná*, obra ampliada e considerada clássica. Também escreveu sobre vários assuntos ligados à história, à população, aos limites, ao folclore, à natureza, à agricultura e à educação do Paraná. Romário foi casado com Benedita de Menezes Alves Martins, da importante família de descendentes de Francisco Xavier Pinto, Sargento-Mor e negociante. (NEGRÃO, v.4, p.317, 320).

ANEXO PARTE 3, ITEM 4
PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Dos Presidentes da Província do Paraná:

- nove eram do Rio de Janeiro (incluída a Corte) - Luís Francisco da Câmara Leal, José Francisco Cardoso, José Joaquim do Carmo,Carlos Augusto Ferraz de Abreu, Carlos de Carvalho, Visconde de Taunay, Beaurepaire Rohan, Venâncio Lisboa, Luiz Alves Leite de Oliveira Belo;
- seis eram baianos - Zacarias de Góes e Vasconcelos, Francisco Liberato de Matos, Antonio Luís Afonso de Carvalho, Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, Sancho de Barros Pimentel;
- cinco eram paulistas - Teofilo Ribeiro de Rezende, José Antonio Vaz de Carvalhaes, Vicente Pires da Mota, José Cardoso de Araújo Abranches, Brasílio Machado de Oliveira;
- cinco eram mineiros - Antonio Barbosa Gomes Nogueira, José Feliciano Horta de Araujo, Joaquim Bento de Oliveira Junior, José Cesário de Miranda Ribeiro, Balbino Candido da Cunha;
- dois eram pernambucanos - Sebastião Gonçalves da Silva, Adolfo Lamenha Lins;
- um era de Mato Grosso - André Augusto de Pádua Fleury;
- um do Piauí - Polidoro César Burlamaque;
- um nascido em Coimbra - Antonio Augusto da Fonseca;
- onze paranaenses - Três efetivos, João José Pedrosa, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. Oito como vice - presidentes, Manoel Antonio Ferreira, Manoel Alves de Araujo, Manoel

Antonio Guimarães, Antonio Alves de Araujo, Agostinho Ermelino de Leão, Antonio Ricardo dos Santos, Ildefonso Pereira Correia, Joaquim José Alves.

Dos 41 presidentes: 32 eram bacharéis, 5 eram comerciantes (Nácar, Comendador Araujo, Antonio Ricardo dos Santos, Joaquim Alves e Serro Azul - todos paranaenses), 2 militares (Taunay e Rohan), 1 médico (Balbino Candido da Cunha), 1 padre (também bacharel, Vicente Pires da Mota) e um funcionário provincial com alto cargo na Guarda Nacional (Manoel Antonio Ferreira).

Quanto ao perfil dos Presidentes de Província naturais do Paraná, todos eram vinculados às famílias históricas escravocratas da região. Dos ainda não analisados, temos:

- *João José Pedrosa.* Nasceu em Curitiba em 1845. Estudou no Liceu Paranaense. Bacharel em Direito por São Paulo em 1865. Procurador Fiscal do Tesouro da Fazenda Provincial. Deputado provincial no Paraná em 1867. Vereador em 1874 e presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Presidente da Província de Mato Grosso em 1878. Em 1880 foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional de Curitiba. Presidente da Província do Paraná em 1880, sendo o primeiro paranaense a governar efetivamente a sua terra. Presidente da Província do Pará em 1882. Faleceu em Belém do Pará, no exercício presidencial, em 1882, de febre tífica. Destacado membro do Partido Liberal. (NEGRÃO, V1-586, V6-75,201). O Doutor Pedrosa era filho do português Joaquim José Pedrosa. Pelo lado materno, era descendente de Baltazar Carrasco dos Reis e do Capitão-Mor de Paranaguá João Francisco Laynes.
- *Joaquim de Almeida Faria Sobrinho.* Filho do Padre Inácio de Almeida Faria e Sousa, nasceu na Lapa em 1847. Bacharel em Direito por São Paulo em 1868. Promotor Público em Curitiba em 1869. Juiz de Direito em São José dos Pinhais. Inspetor da Instrução Pública. Deputado Provincial.

Presidente da Província do Paraná. Seria Auditor de Guerra na República. Membro do Partido Conservador. Casou-se com Joaquina da Silva Pereira, neta do Capitão Lourenço Pinto de Sá Ribas. Faleceu em 1893 (NEGRÃO, v.2 p.447; Carneiro, 1994, p.372).

- *Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.* Chefe do Partido Liberal do Paraná. (Ver item 2.2).

Os vice-presidentes eram constituídos pelas lideranças locais. Alguns chegaram a assumir o exercício da Presidência. São eles:

- *Manoel Antonio Ferreira.* Grande proprietário em Curitiba. (Ver item 2.2).
- *Manoel Alves de Araújo.* Bacharel com carreira política. (Ver item 2.3).
- *Manoel Antonio Guimarães*, Visconde de Nácar. Grande negociante de erva-mate.(Ver item 2.2).
- *Antonio Alves de Araújo.* Ervateiro. (Ver item 1.2).
- *Agostinho Ermelino de Leão.*(Ver item 1.5).
- *Antonio Ricardo dos Santos.* Nasceu em 1819. Neto do Capitão Manoel Lourenço Pontes e bisneto materno do Sargento-Mor Domingos Cardoso de Lima, possuidor de minas de ouro em Morretes. Antonio Ricardo dos Santos era importante ervateiro, foi proprietário de vários engenhos de erva-mate. Em 1878 construiu o Engenho Iguaçu no Rio Barigüi. Vereador e Juiz Ordinário em Morretes. Deputado Provincial. Fundou com Adolfo Lamenha Lins o Engenho Central de Morretes, baseado em cana-de-açúcar. Teve haras em Curitiba, no Bairro Alto, as primeiras do Paraná. Hospedou a Princesa Isabel e o Conde D'Eu, quando de sua visita em 1887. O seu apelido era *Dodoca.* Comendador. Membro do Partido Conservador. (CARNEIRO, [s.d.], p.117; _____, 1994, p.397; NEGRÃO, v.3, p.130).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

- *Ildefonso Pereira Correia*, o Barão do Serro Azul. Grande negociante ervateiro.(Ver item 1.2).
- *Joaquim José Alves*. Nasceu em Antonina em 1834. Pertencia à família Alves, parente dos Alves de Araújo. Neto do Capitão-Mor Manoel José Alves. Comendador da Ordem da Rosa, Deputado Provincial. Ervateiro. Tenente Coronel da Guarda Nacional. Teria participado do Engenho Central de Morretes, ou vendido o Sítio Grande, para a sua instalação. Casou-se com Guilhermina Miró. (CARNEIRO, 1994, p.437-439; (SANTOS, 1995, p.131).

ANEXO PARTE 3, ITEM 5.1
PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PARANÁ PROVINCIAL

Criação Legislativa do Paraná

- Lei n.1 de 26/7/1854. Fixa a capital provincial na cidade de Curitiba.
- Lei n.2 de 26/7/1854. Divide a província em 3 comarcas, Capital, Paranaguá e Castro.
- Lei n.3 de 1/8/1854. Marca o dia da reunião da Assembléia Legislativa Provincial e o da eleição dos deputados.
- Lei n.4 de 1/8/1854. Estabelece os impostos denominados dos animais no Registro do Rio Negro.
- Lei n.5 de 1/8/1854. Eleva a categoria de freguesia a capela curada de Guaraqueçaba.
- Lei n.6 de 4/8/1854. Marca o subsídio dos membros da Assembléia Legislativa Provincial para a legislatura de 1856-1857.
- Lei n.7 de 10/8/1854. Autoriza o governo a organizar uma companhia de força policial.
- Lei n.8 de 10/8/1854. Revoga as disposições relativas a guarda policial, criada pelo decreto n.7 de 25/6/1834, sobre proposta do Conselho Geral da Província de São Paulo.
- Lei n.9 de 12/8/1854. Autoriza o governo a mandar fazer a Estrada da Graciosa entre Antonina e a Capital.
- Lei n.10 de 21/8/1854. Manda arrecadar pelas barreiras o imposto sobre barril de líquido de qualquer espécie e peça de pano de algodão.
- Decreto n.11 de 30/8/1854. Posturas da Câmara Municipal da Vila de Morretes.
- Decreto n.12 de 30/8/1854. Sobre a fábrica da Vila de Morretes.
- Decreto n.13 de 4/9/1854. Posturas da Câmara Municipal da Vila de São José dos Pinhais.
- Decreto n.14 de 5/9/1854. Posturas da Câmara Municipal da Vila de Antonina.
- Decreto n.15 de 5/9/1854. Posturas da Câmara Municipal da Capital.

- Decreto n.16 de 5/9/1854. Posturas da Câmara Municipal de Guarapuava.
- Lei n.17 de 14/9/1854. Sobre ensino primário e secundário da Província.
- Lei n.18 de 18/9/1854. Fixa a receita e despesa das Câmaras Municipais da Província para o ano financeiro de 1854-1855.
- Lei n.19 de 18/9/1854. Fixa a receita e despesa da Província para o ano financeiro de 1854-1855.
- Lei n.20 de 28/2/1855. Manda continuar em vigor a Lei Provincial n.7 de 10/8/1854, acerca da força policial.
- Lei n.21 de 28/2/1855. Eleva a categoria de freguesia a capela curada de N. S. dos Remédios do Iguaçu.
- Lei n.22 de 28/2/1855. Eleva a categoria de freguesia a capela curada do S. Bom Jesus de Palmas.
- Decreto n.23 de 28/2/1855. Revoga o artigo único das Posturas de Guaratuba, aprovadas em 19/10/1854.
- Decreto n.24 de 1/3/1855. Posturas da Câmara Municipal da Vila de Morretes.
- Decreto n.25 de 1/3/1855. Posturas da Câmara Municipal da Vila do Príncipe.
- Lei n.26 de 10/3/1855. Sobre a Colonia Tereza.
- Decreto n.27 de 14/3/1855. Posturas da Câmara Municipal da Vila de Castro.
- Lei n.28 de 20/3/1855. Autoriza o governo a criação de uma seara (cultura de trigo) normal.
- Lei n.29 de 21/3/1855. Autoriza o governo a promover a emigração de estrangeiros.
- Lei n.30 de 7/4/1855. Eleva a categoria de freguesia a capela curada de N. S. do Amparo de Votuverava.
- Lei n.31 de 7/4/1855. Extingue a cadeira de latim e francês da cidade de Paranaguá.
- Lei n.32 de 7/4/1855. Eleva a categoria de freguesia a povoação de Porto de Cima.
- Lei n.33 de 7/4/1855. Cria um Arquivo Público anexo a Secretaria do Governo.
- Lei n.34 de 7/4/1855. Eleva a categoria de Vila a freguesia de Ponta Grossa, no Município de Castro.
- Lei n.35 de 7/4/1855. Fixa a receita e despesa das Câmaras Municipais.
- Lei n.36 de 7/4/1855. Fixa a receita e despesa da Província para o exercício de 1855-1856.
- Lei n.37 de 9/4/1855. Autoriza o Presidente da Província a confirmar os estatutos e compromissos das irmandades.

Regulamentos e Deliberações

- Portaria de 20/12/1853. Determina que fique a cargo da Tesouraria de Fazenda a gestão dos dinheiros provinciais.
- Portaria de 12/1/1854. Organiza provisoriamente a Secretaria do Governo.
- Portaria de 25/1/1854. Cria uma segunda cadeira de 1as letras do sexo masculino na capital.
- Regulamento de 12/4/1854. Regula os trabalhos da Secretaria do Governo.
- Ofício a Câmara Municipal da capital de 10/4/1854. Estabelece a maneira porque se deve distribuir entre os municípios da capital, Castro, Guarapuava e São José dos Pinhais o produto do imposto de 10 réis em arroba de mate.
- Portaria de 1/6/1854. Cria uma segunda cadeira de 1as letras do sexo feminino na cidade de Paranaguá.
- Portaria de 10/6/1854. Cria na Vila de São José dos Pinhais uma agência do Correio.
- Portaria de 10/6/1854. Regula os emolumentos que se devem cobrar na Tesouraria de Fazenda.
- Portaria de 10/6/1854. Marca os ordenados dos empregados do registo do Rio Negro.
- Regulamento de 10/8/1854. Regula a cobrança dos direitos relativos a passagem de animais no registo de Rio Negro.
- Portaria de 5/10/1854. Eleva ao número de vinte os districtos de instrução pública.
- Regulamento de 5/10/1854. Sobre a décima urbana.
- Regulamento de 5/12/1854. Sobre a companhia de força policial.
- Regulamento de 6/12/1854. Sobre a erva-mate.
- Regulamento de 14/12/1854. Sobre casas de leilão.
- Regulamento de 14/12/1854. Regula o imposto sobre reses.
- Regulamento de 14/12/1854. Regula o imposto sobre casas que venderem aguardente.
- Regulamento de 14/12/1854. Sobre depósitos judiciais de dinheiro, metais, pedras preciosas,ações ou letras mercantis.
- Portaria de 31/12/1854. Marca o ordenado de quinhentos réis, para a 2a cadeira de 1as letras do sexo feminino na capital.
- Lei - Decretada pela Assembléia Legislativa e sancionada pela Presidência da Província.

- Decreto - Proposto pela esfera local e decreto da Assembléia Legislativa.
- Portaria, Regulamento e Ofício - Medidas da Presidência da Província.
- Total - 37 Leis e Decretos e 17 Regulamentos, Portarias e Ofícios.
- LEI N.° 19, DE 18 DE SETEMBRO DE 1854: sobre a erva-mate.
- REGULAMENTO DE 06, DE DEZEMBRO DE 1854: sobre o fabrico de erva-mate
- LEI N.° 30, DE 12 DE MARÇO DE 1857: prêmio a invenção de uma máquina para o fabrico de erva-mate.
- LEI N.° 58, DE 09 DE MARÇO DE 1857: concessão de prêmios aos inventores de uma máquina para a erva-mate.
- LEI N.° 87, DE 14 DE ABRIL DE 1862: marca tempo para colheita e medidas para acautelar a falsificação.
- LEI N.° 216, DE 30 DE MARÇO DE 1870: imposto sobre a erva-mate.
- LEI N.° 232, DE 13 DE ABRIL DE 1870: imposto sobre a erva-mate.
- LEI N.° 248, DE 22 DE ABRIL DE 1870: revoga a Lei n.° 19, de setembro de 1854 e o regulamento de 06 de dezembro de 1854 sobre a falsificação da erva-mate.
- DECRETO N.° 251, DE 22 DE ABRIL DE 1870: aplicação de produtos dos impostos sobre a erva-mate.
- DECRETO N.° 276, DE 12 DE ABRIL DE 1871: divisão do produto do imposto sobre a erva-mate.
- DECRETO N.° 291, DE 15 DE ABRIL DE 1871: imposto sobre a erva-mate.
- LEI N.° 326, DE 12 DE ABRIL DE 1872: restaura o regulamento de 06 de dezembro de 1854.
- LEI N.° 349, DE 08 DE ABRIL DE 1873: eleva a multa de que trata o regulamento de 06 de dezembro de 1854.
- DECRETO N.° 365, DE 19 DE ABRIL DE 1873: imposto sobre a erva-mate.
- LEI N.° 429, DE 24 DE ABRIL DE 1875: determina o tempo de fabrico da erva-mate.
- LEI N.° 437, DE 10 DE MARÇO DE 1875: prêmio para quem apresentar uma máquina para o fabrico do mate.
- DECRETO N.° 449, DE 29 DE MARÇO DE 1876: põe em arrendamento os ervais do município de Rio Negro.
- DECRETO N.° 465, DE 15 DE ABRIL DE 1876: imposto sobre a erva-mate.
- REGULAMENTO DE 20 DE ABRIL DE 1876: sobre o fabrico de erva-mate.
- LEI N.° 473, DE 05 DE MARÇO DE 1877: isenção de imposto do art. 31,(1, do

Decreto n.° 407, de 14 de abril de 1874 a erva-mate beneficiada que tiver pago igual imposto em Porto de Cima.

- LEI N.° 526, DE 16 DE JULHO DE 1879: isenção de imposto.
- LEI N.° 634, DE 18 DE MARÇO DE 1881: imposto sobre a erva-mate.
- LEI N.° 638, DE 22 DE MARÇO DE 1881: determina época do corte.
- LEI N.° 710, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1882: divisão do produto de imposto sobre a erva-mate.
- ATO N.° 388, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1882: regulamento das coletorias provinciais.
- LEI N.° 810, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1885: estabelece direito sobre a erva-mate que se exporta.
- LEI N.° 868, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1886: concede a Votuverava o produto do imposto de 10 réis por arroba de erva-mate.
- LEI N.° 966, DE 02 DE NOVEMBRO DE 1889: imposto sobre a erva-mate.

A seguir, apresentamos o quadro das diretrizes das políticas públicas (VANALI, 1995, anexos).

DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITO POR ANA CRISTINA VANALI (VANALI, 1995, ANEXOS)

DISCRIMINAÇÃO	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ERVATEIRA (TAXA TRIBUTÁRIA)	MECANISMOS DE FOMENTO À PRODUÇÃO	CONTROLE DE QUALIDADE DO PRODUTO COMERCIALIZADO	PESQUISA TECNOLÓGICA NO SETOR ERVATEIRO	MEDIDAS PUNITIVAS	DIFUSÃO DO CONSUMO DO MATE	SANCIONADO POR (C) Conservador (L) Liberal
LEI n.19 DE 18/09/1853	Imposto Provincial 8% não manufaturado. 4% com benefício	Autoriza governo criar inspeção sobre a falsificação e impor multas					Zacarias de Góes e Vasconcellos (C)
Regulamento de 06/12/1854			- a colheita: fevereiro a agosto - falsificação -secagem - acondicionamento		- multa de 50 a 100.000 réis a comprar. O dobro a quem encomendar.		Zacarias de Góes e Vasconcellos (C)
Lei n. 30 de 12/03/1854			- prêmio de até 6.000.000 réis para máquina que avantaje método atual				José Afonso Vaz de Carvalhaes (C)
Lei n. 58 de 09/03/1859			concessão de prêmio aos inventores de uma máquina para o fabrico do mate				Luis Francisco da Câmara Leal (C)
Lei n. 87 de 14/04/ 1862			- colheita: 1 de janeiro à 15 de setembro - falsificação	- Quantia de até 500.000 réis para estudo do fabrico e acondicionamento	- multa de 10 a 100.000 réis		Antonio Barbosa Gomes Nogueira (L)
Lei n. 216 de 30/03/1870	- imposto municipal : 10 rs/@ , coletado por Antonina para construção de ponte .						Antonio Luiz Afonso Carvalho (C)
Lei n. 248 de 22/04/1870		- revoga autorização da Lei n. 19 de 1853 e Regulamento de 06/12/1854					Antonio Luiz Afonso de Carvalho (C)

continua

DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITO POR ANA CRISTINA VANALI (VANALI, 1995, ANEXOS)

continuação

DISCRIMINAÇÃO	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ERVATEIRA (TAXA TRIBUTÁRIA)	MECANISMOS DE FOMENTO À PRODUÇÃO	CONTROLE DE QUALIDADE DO PRODUTO COMERCIALIZADO	PESQUISA TECNOLÓGICA NO SETOR ERVATEIRO	MEDIDAS PUNITIVAS	DIFUSÃO DO CONSUMO DO MATE	SANCIONADO POR (C) Conservador (L) Liberal
Decreto n. 291 de 15/04/1871	- dispõe sobre a divisão e destino do produto do imposto municipal						Venâncio Lisboa (C)
Decreto n. 326 de 12/04/1872		- restaura o Regulamento de 06/12/1854, ampliando pela Lei n. 87 de 1862 .					Venâncio Lisboa (C)
Lei n. 349 de 08/04/1873					-multa : 80 a 200.000 réis		Manoel Antonio Guimarães (C)
Lei n. 429 de 24/04/1875		- criação de frentes municipais para executar o regulamento	- colheita: 15 de fevereiro a 30 de setembro, de 3 em 3 anos. - secagem -falsificação				Frederico José de C. de Abranches (C)
Lei n. 437 de 10/05/1875				-privilégio a máquina para reduzir despesas de benefício			Adolpho Lamenha Lins (C)
Decreto n.449 de 29/03/1876		- arrendamento de ervais					Adolpho Lamenha Lins (C)
Regulamento de 20/04/1876		-fiscalização -apreensão	- Colheita: 15 de fevereiro a 30 de setembro, de 3 em 3 anos -secagem -acondicionamento - falsificação				Adolpho Lamenha Lins (C)

continua

DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEITO POR ANA CRISTINA VANALI (VANALI, 1995, ANEXOS)

conclusão

DISCRIMINAÇÃO	ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ERVATEIRA (TAXA TRIBUTÁRIA)	MECANISMOS DE FOMENTO À PRODUÇÃO	CONTROLE DE QUALIDADE DO PRODUTO COMERCIALIZADO	PESQUISA TECNOLÓGICA NO SETOR ERVATEIRO	MEDIDAS PUNITIVAS	DIFUSÃO DO CONSUMO DO MATE	SANCIONADO POR (C) Conservador (L) Liberal
Lei n. 526 de 16/07/1879				isenta de imposto a erva-mate despachada para a Europa e EUA			
Lei n. 634 de 18/03/1881	-imposto municipal: 10rs/@ -dispõe sobre a distribuição do produto desse imposto sobre as municipalidades						João José Pedrosa (L)
Lei n. 638 de 22/03/1881			-colheita : 1 de janeiro até 30 de setembro				João José Pedrosa (L)
Lei n. 710 de 28/11/1882	-distribuição do imposto municipal						Carlos Augusto de Carvalho (L)
Lei n. 810 de 03/11/1885	-imposto provincial:200.000 rs/@ a erva cancheada. Isenta a beneficiada .	- comissão de três negociantes exportadore spara a fiscalização					Alfredo D'Escragnolle Taunay (C)
Lei n. 832 de 30/11/1885	-imposto municipal : 10 rs/@ , cobrado por Paranaguá e Antonina para aplicação nos portos.						Alfredo D'Escragnolle Taunay (C)
Lei n. 868 de 17/12/1887	-distribuição do impoosto municipal						Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (C)
Lei n. 838 de 23/03/1887	-imposto provincial: 10rs/@ arrecadados nos portos de embarque	- criação de uma Associação Comercial para a propaganda, composta por exportadores				- produto do imposto para a conquista de novos mercados	Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (C)
Lei n.996 de 02/11/1889	-dispõe sobre a distribuição do imposto municipal						Jesuíno Marcondes (L)

DESPESAS E RECEITAS DA PROVÍNCIA DO PARANA EM 1889

Despesa. Total: Rs 885:513$000

1) Assembléia Provincial
   Subsídio a 24 membros 14:400$000
   Ajuda de custo aos mesmos 1:300$000
   Secretaria 11:560$000
2) Secretaria do Governo 26:754$000
3) Administração e arrecadação das rendas
   Tesouro Provincial 68:990$000
4) Culto Público 2:400$000
5) Força Pública 62:590$740
6) Presos Pobres 13:686$400
7) Instrução Pública
   Diretoria e Instrução Secundária 18:400$000
   Instrução Primária 105:956$000
8) Obras Públicas
   Diretoria 8:500$000
   Obras 127:665$000
9) Passadores de Balsas e Canoas 900$000
10) Auxílios e Subvenções 34:280$000
11 Pessoal Inativo 26:303$532
12 Imposto Municipal
   Subsídio as Câmaras Municipais 5:200$000
13 Diversos
   Serviços de Imigração 5:000$000
   Serviços de Catequese
14 Eventuais 15:000$000
15 Movimentos de Fundos
   Juros por adiantamentos de receita 7:000$000
16 Iluminação pública da capital e interna da cadeia 17:460$000
17 Conservação de estradas e passadores de balsas e canoas 96:938$000
18 Dívida fundada e novo empréstimo a contrair 223:728$000

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Receita Provincial. Total de 885:513$000

1) Imposto de dízimo 139:000$000
2) Idem de líquidos espirituosos 39:500$000
3) Idem de heranças e legados 18:000$000
4) Idem de monte partível de heranças 27:000$000
5) Idem de leilões e casas de moda 300$000
6) Idem de pólvora e armas de fogo a 10$000 por casa 2:500$000
7) Idem de arrematações judiciais 820$000
8) Idem de animais 40:500$000
9) Idem de gado vacum exportado 26:000$000
10) Idem 1$500 sobre cada saco de 60 kilos de arroz pilado importado 1:200$000
11) Idem 2$000 sobre cada saco de 80 litros de arroz com casca exportado $
12) Idem de 35 rs. sobre cada kilo de açúcar refinado importado 220$000
13) Idem de 100 rs. sobre cada kilo de cera em velas importada 700$000
14) Idem sobre lombilhos, seus pertences e sola importados 1:600$000
15) Idem de emolumentos 10:000$000
16) Idem de adicional ao imposto de indústrias e profissões 49:310$000
17) Idem de selo de patentes da guarda nacional 8:000$000
18) Idem de 3% sobre gêneros de consumo 100:000$000
19) Idem de 10 rs. sobre cada 15 kilos de erva-mate 10:000$000
20) Idem de aguardente importada para consumo 4:800$000
21) Idem de 10% adicional sobre os impostos acima 47:495$000
22) Imposto de gado para consumo 35:000$000
23) Idem de 5$000 por cabeça de gado 50$000
24) Idem de premios de depósitos 10$000
25) Cobrança da dívida ativa 8:760$000
26) Idem de multas diversas 3:650$000
27) Idem de juros de letras vencidas 40$000
28) Imposto de bens do evento 200$000
29) Cobrança da receita eventual 4:000$000
30) Idem de indenizações e reposições 100$000
31) Imposto da lei n.10, de 21/8/54 5:200$000
32) Cobrança da dívida colonial 5:000$000
33) Subsídio do Governo Geral para catequese $

34) Imposto de 20 rs. sobre kilo de charque,carnes secas,salgadas e em conservas importadas 3:000$000
35) Idem de 90$ sobre pipa de álcool importado 2:700$000
36) Idem de 10% sobre todos os vencimentos de empregados provinciais, inclusive o subsídio dos deputados e exclusive a força policial 21:300$000
37) Idem de 9% adicional sobre os impostos de importação arrecadados pela alfândega e mesa de rendas, exceto a roupa feita de algodão exclusivamente, de que se pagará 30% e os preparados de fumo, de que se pagará 50% 62:000$000
38) Idem de 10% de importação sobre roupa feita de algodão exclusivamente e 50% sobre preparados de fumo, entrados por cabotagem 2:000$000
39) Idem de 5 rs. sobre litro de sal importado 20:000$000
40) Idem de 300 rs. por metro cúbico de madeira exportada, sendo isentos ripas e varas 2:200$000
41) Idem de 100$000 sobre mascates de fazendas e jóias 2:000$000
42) Idem de trânsito na estrada de ferro 60:000$000

Com aplicação especial

43) Imposto predial 22:000$000
44) Idem de 2% sobre demandas 2:000$000
45) Arrecadação das barreiras do interior 75:888$000
46) Idem Idem do litoral 21:000$000

ANEXO PARTE 4, ITEM 2

PRINCIPAIS "CORONÉIS"DA REPÚBLICA VELHA NO PARANÁ

CHEFES LOCAIS

MUNICÍPIO/POSIÇÃO	CHEFE POLÍTICO	ATIVIDADE AGRÁRIA
Jaguariaíva	Eurides Cunha	Fazenda Samambaia
Jaguariaíva/Prefeito	Capistrano Cunha	Estância Nova
Jaguariaíva/Presidente da Câmara de Vereadores	José da Silva Ribas, irmão do Major Armando da Silva Ribas	Fazenda do Lageado
Piraí do Sul/Prefeito	Coronel Ernesto Marcondes Carneiro	Fazenda Conquista
Castro	Coronel Antonio Rolim de Moura	
Castro	Major VespasianoCarneiro de Mello	
Conchas/Coletor Estadual	Cipriano Gomes da Silveira	
Ipiranga	Coronel João Ribeiro de Freitas	
Ipiranga	Hildebrando Alves de Araújo	Atacadista e exportador de erva-mate
Imbituva/Prefeito	Benedito Perretti	Exportação de erva-mate
Imbituva/Presidente da Câmara de Vereadores	Francisco Canziani	Exportação de erva-mate
Tibagi/Prefeito	Coronel Frederico Mascarenhas Martins	
Tibagi	Família Taques	
Tibagi/Comissário de Terras	Leopoldo Mercer	
Ponta Grossa/Prefeitura	Coronel Brasilio Ribas	Fazendeiro
Ponta Grossa/Presidente da Câmara Municipal	Coronel Victor Antonio Baptista	
Ponta Grossa	Elyseu de Campos Mello	Madeireiro
Ponta Grossa	Coronel Lyzandro Alves de Araújo	Grande fazendeiro, ervateiro, madeireiro
Palmeira/Prefeitura	Coronel Domingos Teodorico de Freitas	Ervateiro
Palmeira	Coronel Roberto Glasser	Fazenda Cancela
Teixeira Soares	Manoel Azevedo Macedo	Madeireiro
Teixeira Soares/Prefeito	Capitão João NEGRÃO Jr.	
Irati	Major Paulo dos Santos Xisto	
Irati	Emílio Gomes	Industrial
Rebouças/Presidente do Diretório do PRPr	Major Antonio Franco Sobrinho	Fazenda São Sebastião do Putinga, Serrarias Santa Isabel e Santo Antonio
Rebouças	Capitão Lourenço Mourão	Fazendas Conceição e Rebouças
Mallet	Admar de Sá	Atacadista de secos e molhados
União da Vitória	Coronel Amazonas de Araújo Marcondes	Grande fazendeiro. Empresário da navegação a vapor no Rio Iguaçu
Rio Negro	Nicolau Bley	
Lapa/Prefeito	Dr.Eduardo dos Santos Lima	
São Mateus	Coronel Paulino Vaz da Silva	
São João do Triunfo	Coronel Manoel Ferreira de Andrade	Fazendeiro, ervateiro
Araucária/Prefeito	Bertolino Pizzato	Madeireiro
Araucária/Presidente da Câmara	Pedro Nolasco Pizzato	Madeireiro
Campo Largo/Prefeito	Coronel César Torres	
São José dos Pinhais/Prefeito	Coronel João José Massaneiro	
Deodoro (Piraquara)	Antonio Meirelles Sobrinho	Ervateiro, proprietário de empresa de eletricidade madeireiro
Paranaguá	Coronel José Gonçalves Lobo	
Guarapuava	Dr. Romualdo Baraúna	

FONTE: TOURINHO, 1990, p.430-431; CAPRI & OLIVERO, 1923

ANEXO PARTE 4, ITEM 3.1
PERFIL DOS GOVERNADORES E DOS PRESIDENTES DO PARANÁ REPUBLICANO

- *Generoso Marques dos Santos*. Nasceu em Curitiba em 1844. Filho reconhecido do tenente coronel Miguel Marques dos Santos, grande proprietário no Palmital, em Curitiba. Bacharel em Direito por São Paulo em 1865. Casou-se com Ana Joaquina de Paula, filha do coronel Benedicto Enéas de Paula, grande proprietário e coronel da Guarda Nacional de Curitiba, deputado provincial e um dos chefes do Partido Liberal em Curitiba. Generoso era grande orador e jornalista com capacidade de liderança. Em 1866 foi inspetor geral da Instrução Pública. De 1878 a 1881 foi procurador fiscal da Tesouraria de Fazenda. Professor do Instituto Paranaense. Em 1880 foi vereador e presidente da Câmara de Curitiba. Deputado provincial nos seguintes períodos, 1866-67, 68-69, 82-83, 84-85, 86-87, 88-89, na última vez, foi presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. Deputado geral de 1882-1884 e novamente eleito em 1889. Membro do Partido Liberal. Com a República foi eleito senador constituinte em 1890. Deputado estadual constituinte e presidente da primeira Constituinte do Paraná, a de 4/7/91, que teve vida curta. Presidente do Paraná eleito pela Assembléia Legislativa. Chefe da União Republicana. Destituído por Floriano Peixoto, quando de sua chegada ao poder, em 29/11/1891. Com a sua agremiação partidária, boicota as eleições para a nova Assembléia. Federalista na crise de 1894, razão que o levou ao exílio em Buenos Aires. Retornando ao Paraná, elegeu-se deputado estadual pela oposição em 1897-98, 99,1900,1906,1908,1910, 1912. Com a Coligação de 1908 é eleito vice-presidente do Estado do Paraná. Senador de 1909 até 1926. Faleceu em 1928. (NEGRÃO, V1,504 e V2,119) e (NICOLAS, 1984). Descendente de Baltazar Carrasco dos Reis.

- *Francisco Xavier da Silva.* Nasceu em Castro em 1838. Neto do fazendeiro português de mesmo nome visitado por Saint-Hilaire em sua visita a Comarca de Curitiba em 1820. O viajante francês achou a Fazenda de Caxambu, ao norte dos Campos Gerais, bem organizada e produtiva. Na ocasião de sua estada, o Sr. Xavier da Silva não estava, mas foi bem atendido por um capataz escravo que cuidava da propriedade e dos outros escravos. (SAINT-HILAIRE, 1978, p.38-39). Formou-se em Direito por São Paulo em 1860. Vereador e Presidente da Câmara de Castro. Deputado Provincial. Senador. (CARNEIRO e VARGAS, 1994, p.103-105).
- *Vicente Machado da Silva Lima.* Nasceu em Castro em 1860. Filho do capitão José Machado da Silva Lima. Sua mãe era Anna Guilhermina Laynes Pinheiro, filha do comerciante e dos principais homens da vila e governança de Paranaguá, Vicente Ferrer Pinheiro. Era formado em Direito por São Paulo em 1881. Abolicionista. Promotor Público de Curitiba em 1881. Secretário do Governo em 1882. Professor do Instituto Paranaense. Juiz Municipal em Ponta Grossa em 1883. Deputado provincial em 1886 e 1888, como dissidente do Partido Liberal. Em 1888 declarou-se republicano na Assembléia Provincial. Com a proclamação da República, torna-se Chefe de Polícia, presidente da Câmara de Curitiba e Superintendente da Instrução Pública do Paraná. Deputado Constituinte Estadual nas duas vezes, em 1891 e 1892. Vice-governador do Estado, assumindo o poder na crise federalista de 1893/94. Senador em 1895. Eleito Presidente do Estado em 1903. Faleceu de câncer em 1907, aos 46 anos (NEGRÃO, V1, 267-276 e V6, 66). Descendente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis. Pelo lado materno, descende do Capitão-Mor João Francisco Laynes de Paranaguá, grande proprietário em Porto de Cima e em Piraquara (LEÃO, 1929, p.965).

- *José Pereira dos Santos Andrade*. Filho natural e reconhecido do comendador Antonio Ricardo dos Santos (*Dodóca*). Nasceu em 1842 em Paranaguá. Formado em Direito pelo Recife em 1875. Promotor Público em Antonina. Deputado provincial. Pertenceu ao Partido Conservador. Senador Constituinte de 1891. Comandou o 7° Batalhão da Guarda Nacional durante a Revolução Federalista, do lado florianista. Presidente do Paraná em 1896. Trabalhou com o seu pai, que era grande ervateiro e comerciante. (NEGRÃO, v.3-130 e v.4-81, p.150). Logo após concluir o seu governo faleceu em 1900, em sua chácara no Barigüi. Descendente de João Rodrigues de França, Capitão-Mor de Paranaguá em 1707 e também descendente do Provedor Manoel de Lemos Conde, descobridor das minas de Paranaguá, com patente de 1674.
- *João Cândido Ferreira*. Nasceu na Fazenda Taboão, Lapa, em 1864. Formado em Medicina no Rio de Janeiro em 1888. Prefeito Municipal da Lapa (1892-1896), inclusive durante a Revolução Federalista, quando era médico no sítio daquela localidade. Deputado estadual. Deputado federal. Vice-presidente do Estado com Vicente Machado na presidência. Com a doença e o afastamento desse, assume o exercício do poder. Tenta permanecer no poder, no que foi impedido pela Coligação de 1908, quando os antigos adversários pica-paus e maragatos criariam o Partido Republicano Paranaense. Professor da Universidade do Paraná. João Cândido faleceu em 1948. Descendente de Baltazar Carrasco dos Reis. (NEGRÃO, v., p.433).
- *Carlos Cavalcanti de Albuquerque*. Nasceu no Rio de Janeiro em 1864. Seu pai foi o Major Inocêncio José Cavalcanti de Albuquerque, morto em ação na Guerra do Paraguai. Carlos estudou na Escola de Cadetes de Porto Alegre e seguiu a carreira de engenheiro militar, estudando na Praia Vermelha. Oficial de gabinete do governador provisório Inocêncio Serzedello Correia,

em 1890. Casou-se com Francisca, irmã de Caetano Munhoz da Rocha. Seu filho, o tenente Leo Cavalcanti de Albuquerque, se casou com Sarah, filha de Vicente Machado. Deputado constituinte estadual de 1892. Deputado federal em 1900, 1903, 1909. Em 1910 renunciou ao seu mandato de deputado federal, protestando contra a política ferroviária federal, que supostamente favoreceria Santa Catarina. Presidente do Paraná em 1912. Durante a sua gestão aconteceu a guerra camponesa do Contestado. Senador em 1921, permanecendo no Senado até a revolução de 1930. Faleceu em 1935. (NEGRÃO, v.1, p.240; CARNEIRO e VARGAS, 1994, p.155).

- *Afonso Alves de Camargo*. Nasceu em Guarapuava em 1873. Formado em Direito por São Paulo em 1894. Promotor Público em Curitiba durante o período federalista, lado do qual era simpatizante. Deputado estadual pela oposição em 1898, 1900. Ainda, em 1908, 1912 e em 1914, quando foi presidente do Congresso Estadual. Vice-presidente do Estado (1908-1912) e (1912-1916). Presidente do Estado em 1916. Deputado Federal em 1921, 1° vice-presidente da Câmara dos Deputados. Senador. Presidente eleito novamente em 1928, sendo deposto pela Revolução de 1930. Professor de Direito na Universidade do Paraná. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Advogado de coronéis e do magnata Percival Farquhar, da *Brazil Railway* e da *Lumber*, durante a guerra do Contestado. Camargo intermediou diversos negócios de terras (Queiroz: 1966,73, 75, 77,181). Criou o Banco do Estado do Paraná e a Bolsa de Títulos e Valores. Faleceu em 1954. (NEGRÃO, v.1, p.450). Descendente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis.
- *Caetano Munhoz da Rocha*. Nasceu em Antonina em 1879. Formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1902. Criou uma companhia comercial com o seu irmão em 1905. Deputado estadual em 1904, 1906,

1908, 1910, 1912, 1914 e 1916, quando foi presidente do Congresso. Prefeito Municipal de Paranaguá em 1908-1912. Reeleito para o período seguinte, renunciou em 1915. Vice-presidente do Estado em 1916-1920 e secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Presidente do Estado 1920-1924 e reeleito em 1924-1928. No período de Getúlio Vargas, assumiu a Presidência do Departamento Administrativo do Estado. Católico convicto. Faleceu em 1944. (NEGRÃO, v.1, p.246), (CARNEIRO e VARGAS, 1994, v.167-169). Descendente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis.

ANEXO PARTE 4, ITEM 3.2.1
CONSTITUINTE ESTADUAL DE 1892

- Presidente: *Sérgio Francisco de Souza Castro*. Natural de Iguape em São Paulo, onde nasceu em 1840. Faleceu em Curitiba em 1921. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1861. Secretário de Polícia da Província do Paraná, oficial da Secretaria do Governo, diretor geral da Instrução Pública. Deputado Provincial, sendo presidente da Assembléia. Deputado geral. Membro do Partido Liberal. Com a República seria deputado estadual constituinte e Chefe de Polícia do Estado do Paraná. (NEGRÃO, v.4, p.81, 123). Descendente de Manoel de Lemos Conde, provedor das Minas de Paranaguá em 1674.
- Primeiro Secretário: *João Manoel Ribeiro Vianna*. Nasceu em Curitiba em 1853. Filho do comendador Bernardo José Ribeiro Vianna, natural de Vianna. Neto pela parte materna de José Borges de Macedo, primeiro prefeito de Curitiba em 1833. Comerciante de erva-mate e arroz. Vereador e presidente da Câmara de Antonina, onde foi vice-cônsul da Argentina e do Uruguai. Coronel da Guarda Nacional. Deputado provincial. Casou-se com Catharina Alves Miró, neta de Manoel José Alves, Capitão-Mor de Antonina. (NEGRÃO, v.5, p.276), (NICOLAS, 1984, p.152).
- Segundo Secretário: *Ernesto de Campos Lima*. Coronel. Casado com Maria Augusta Franco Lima, filha do comendador Antonio Martins Franco. A mãe de Maria Augusta era Escolastica Joaquina, sobrinha do Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, presente na primeira Assembléia Provincial do Paraná em 1854. (NEGRÃO, v.4, p.576).

- *Agostinho Leandro da Costa*. Foi o fundador de um dos primeiro jornais proletários no Paraná e no Brasil, o "*Operário Livre*", de 1891. Seria mulato. (CARNEIRO, 1965, p.99-101).
- *Alberto José Gonçalves*. Nasceu em Palmeira em 1859. Estudou no Liceu Paranaense e no Seminário episcopal de São Paulo. Vigário de Curitiba, participando da construção da nova matriz. Vigário Geral forense. Deputado provincial e estadual. Senador da República. Indicado bispo em 1908 de Ribeirão Preto, São Paulo. Faleceu em 1945. (NEGRÃO, v.5, p.82). Neto do Capitão Tobias Pinto Rebello através de sua filha natural Constança.
- *Albino José da Silva*. Nasceu em Paranaguá em 1850. De origens modestas, ficou órfão cedo. Era irmão de João Manoel Marques da Silva, Voluntário da Pátria, morto em ação na Guerra do Paraguai. Foi jornalista, abolicionista, professor e republicano histórico. (NICOLAS, 1984, p.180; NEGRÃO, v.6, p.165).
- *Arthur Ferreira de Abreu*. Neto do Visconde de Nácar. Foi camarista e presidente da Câmara de Paranaguá. Chegou a senador da República. Coronel honorário do exército. (NEGRÃO, v.3, p.170).
- *Arthur de Almeida Sebrão*. Nasceu na Bahia em 1859. Médico do exército transferido para o Paraná. (NICOLAS, 1984, p.182).
- *Carlos Cavalcanti de Albuquerque*. Ver item 2.1.1.
- *Carlos* Meissner.
- *Francisco de Almeida Torres*. Filho do comendador Mariano de Almeida Torres, um dos mais abastados capitalistas da Província (NEGRÃO, V3, 420). Francisco se formou engenheiro civil. Possuía uma grande serraria a vapor em Pinhais. Seria deputado federal. (NICOLAS, 1977, P.49).
- *João das Chagas Pereira*. Casado com Anna de Almeida Faria, irmã de Maria Eufrazia (avó materna do futuro governador Ney Braga), irmã do Dr.Alcebiades de Almeida Faria (Desembargador do Tribunal de Justiça do

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Paraná). Bisnetos do Coronel Luciano Carneiro Lobo (ver item 1.1). (NEGRÃO, v.3, p.595, 599).

- *Joaquim Alfredo Garcia* Terra.
- *Joaquim Pereira de Macedo.* Nasceu em Porto de Cima em 1858. Ervateiro. Comandante da Guarda Nacional de Curitiba. Prefeito Municipal de Curitiba. Montou o primeiro moinho de trigo do Estado. (NEGRÃO, v.2, p.342). Família Macedo.
- *Joaquim José Pedrosa.* Nasceu em Curitiba em 1847. Jornalista, republicano e abolicionista. Prefeito de Curitiba. Irmão do Doutor João José Pedrosa, o primeiro paranaense a ser presidente da Província do Paraná. (NEGRÃO, v.1, p.586; NICOLAS, 1977, p.185).
- *Jerônimo Cabral Pereira do Amaral.* Nasceu em 1865 em Natal, Rio Grande do Norte. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. Juiz Municipal em Curitiba. Juiz de Direito em Ponta Grossa. (NICOLAS, 1977, p.188).
- *José Correia de Freitas.* Nasceu em 1856 em São Francisco do Sul. Jornalista. Capitão. Irmão do grande propagandista republicano, Manoel Correia Defreitas. (NEGRÃO, v.3, p.392).
- *José Gonçalves de Moraes.* Nasceu em Morretes em 1849. Jornalista, professor, comerciante. Foi tabelião e presidente da Câmara de Morretes. Deputado provincial. Era casado com Carmella, sobrinha de Antonio Ricardo dos Santos, que foi vice-presidente da Província. (NICOLAS, 1977, p.152; NEGRÃO,v.3, p.127).
- *Leôncio Correia.* Nasceu em Paranaguá em 1865. Republicano e abolicionista. Jornalista, escritor, professor. Seria deputado federal. Sobrinho do senador Manoel Francisco Correia e do Barão do Serro Azul, Ildefonso Correia. (NEGRÃO, v.3, p.297).

- *Luiz Braga de Carvalho*. Comerciante de Curitiba. Neto do comendador Manoel Antonio da Cunha, prefeito da Lapa em 1835. Descendente de Francisco Teixeira Coelho, primeiro Capitão-Mor da Lapa. (NEGRÃO, v.4, p.391, v.5, p.80).
- *Manoel de Alencar Guimarães*. Neto do Visconde de Nácar. Nasceu em Buenos Aires em 1865. Bacharel em Direito pelo Recife. Juiz Municipal e Chefe de Polícia em Curitiba em 1889, pelo governo provincial e pela junta de governo provisório. Seria deputado federal e senador. Faleceu em 1940. (NICOLAS, 1977, p.202; NEGRÃO, v.3, p.183).
- *Manoel José de Faria e Albuquerque*. Militar, comandou a Escola Militar de Porto Alegre. (NEGRÃO, v.2, p.239).
- *Ottoni Ferreira Maciel*. Nasceu em 1870 na Palmeira. Filho do Coronel Pedro Ferreira Maciel, deputado provincial em 1887. Ottoni seguiu a carreira política do pai. Florianista na crise de 1893. Presidente da Câmara Municipal de Palmeira. Deputado estadual. Seria deputado federal. Era vice-presidente na chapa de João Cândido Ferreira, renunciando no célebre episódio da Coligação de 1908. Em 1919 participa da dissidência do Partido Republicano Paranaense. Organizou a Revolução de 1930 no sul do Paraná. Um dos principais chefes da Aliança Liberal de 1929/30 no Paraná. Membro do Conselho do Estado no governo de Manoel Ribas. Jornalista, participou de vários jornais. Escreveu o livro "*Bastidores Políticos*", sobre a política paranaense da República Velha. Coronel: (NEGRÃO, v.1, p.431, v.2, p.558).
- *Randolpho Pereira Serzedello*. Nasceu no Rio de Janeiro. médico. Veio para o Paraná em 1890 por convite de seu primo, o então Major Inocêncio Serzedelo Correia, governador provisório do Paraná.(NICOLAS, 1984, p.193).
- *Vicente Machado da Silva Lima*. Ver item 2.1.1.

- *Victor Ferreira do Amaral e Silva.* Fundador e primeiro Reitor da Universidade do Paraná. Participou da fundação da Associação Comercial do Paraná. (NEGRÃO, v.1, p.426). Ver item 1.2.
- *Zacharias de Paula Xavier.* Empresário do setor de louças. Participou da Fundação da Associação Comercial do Paraná. (NEGRÃO, v.2, p.345). Ver item 1.2.
- *Lufrido Costa.* Nasceu em São José do Norte, Rio Grande do Sul. Veio para o Paraná em 1881. Residiu em Porto de Cima e Curitiba. Comerciante. Em 1909 se mudou para Ponta Grossa para se dedicar à erva-mate. (NICOLAS, 1984, p.512). Major. (NEGRÃO, v.1, p.258)

Deputados Estaduais. 1926-1927

- *Abílio Peixoto da Silva.* Nasceu em 1882 na Bahia. Doutor em Direito. Promotor, professor, jornalista e advogado em Castro. Seria Diretor do Departamento do Interior e Justiça, Diretor do Departamento de Municipalidades, Procurador Geral da Fazenda Estadual, Secretário da Justiça e Fazenda. Faleceu em 1949. (NICOLAS, 1984, p.382).
- *Alcidino Gonzaga Pereira.* Nasceu em Paranaguá em 1894. Filho do Coronel Alcides Pereira. Alcidino era padre. Estudou na Universidade Gregoriana em Roma. Doutor em Filosofia. Em 1921 foi eleito com o apoio de Caetano Munhoz da Rocha, pois morava fora do Estado. Foi reeleito. Faleceu em 1932, quando era pro-pároco da Igreja São João Batista, no Rio de Janeiro. (NICOLAS, 1984, p.367; NEGRÃO, v.5, p.250).
- *Alfredo Romário Martins.* Nasceu em 1874 em Curitiba. Trabalhou como tipógrafo no *Dezenove de Dezembro*, n'*A República* e no *Quinze de Novembro*. Funcionário Público em diversos órgãos. Homem de letras e

jornalista. Escreveu diversos livros sobre o Paraná em seus aspectos históricos, ecológicos, econômicos, demográficos e culturais. Foi deputado estadual diversas vezes. Ver item 2.8.

- *Alfredo Xavier de Almeida.* Nasceu em Rio Negro em 1873. Tabelião de Notas em Rio Negro. Camarista e Presidente da Câmara dessa localidade. Ervateiro. Criador de gado e de cavalos de raça. Sogro de Afonso Camargo. Faleceu em Rio Negro em 1927. (NICOLAS, 1984, 345), (NEGRÃO, v.1, p.247 e v.4, p.333).
- *Antônio Diniz de Faro Sobral.* Nasceu em 1893 em Rosário do Caetê, Sergipe. Bacharel em Direito. Foi Juiz em várias localidades do interior do Paraná. Seria fazendeiro em Londrina.
- *Cézar Torres.* Filho do Coronel José de Almeida Torres. Nasceu em Campo Largo em 1871. Farmacêutico. Prefeito de Campo Largo de 1916 até 1930. Substituindo o seu pai, assumiu a Presidência do Diretório do Partido Republicano Paranaense. Coronel da Guarda Nacional. (NICOLAS, 1984, p.517-518).
- *Dídio Iratym Affonso da Costa.* Nasceu em Guarapuava em 1881. Oficial da Marinha de Guerra, chegando a Almirante. Prefeito de Paranaguá. Escritor de temas navais e históricos.
- *Domingos Soriano da Costa.* Coronel. (NEGRÃO, v.2, p.179).
- *Eliseu de Campos Mello.* Nasceu em São Manoel, São Paulo. Bacharel em Direito por São Paulo. Fundador do Diário dos Campos Gerais em Ponta Grossa. Juiz de Direito em Imbituva. Camarista e Prefeito de Ponta Grossa. Fazendeiro, industrial de erva-mate e de madeira. (NICOLAS, 1984, p.294).
- *Ernani Nogueira Zani.* (NEGRÃO, v.1, p.248).
- *Feliciano Ribeiro.* Nasceu em Piraquara em 1874. Delegado de Polícia em Curitiba. Prefeito de Campina Grande. Diretor da Caixa Econômica do

Paraná. Presidiu a Cooperativa dos Produtores de Mate. Coronel. (NICOLAS, 1984, p.320-321).

- *Francisco Fido Fontana*. Nasceu em Curitiba em 1883. Filho de Francisco Fasce Fontana. Grande industrial da erva-mate. "Presidente do *Graciosa Country Club*". Presidente da Associação Comercial do Paraná. Pioneiro do automobilismo e da radiofonia. (NICOLAS, 1984, p.378-379). Casou-se com Iphigenia Correia, filha do Barão do Serro Azul. (NEGRÃO, v.3, p.303).
- *Frederico Mascarenhas Martins*. Prefeito de Tibagi. (NEGRÃO, v.3, p.472).
- *Guilhermino Baêta de Faria*. Nasceu em 1876 em Queluz, Minas Gerais. Cursou a Escola Militar e era engenheiro militar. Participou de projetos de engenharia no interior do Paraná, como na Comissão de Linha Telegráficas do Iguaçu. Professor da Universidade do Paraná. Foi um dos pioneiros da indústria do papel e da cafeicultura no norte do Paraná. (NICOLAS, 1984, p.359-361).
- *Gustavo Lessa de* Souza.
- *Hildebrando Cézar de Souza Araújo*. Coronel. Industrial e importador. (NEGRÃO, v.5, p.281).
- *Hugo de Barros*. Nasceu em 1883 no Rio de Janeiro. Filho do Desembargador João Antonio de Barros. Hugo pertenceu à primeira turma de bacharéis formados pela Universidade do Paraná. Funcionário público federal.
- *João da Silva Sampaio*. Nasceu na Lapa em 1864. Comerciante e proprietário da Gráfica que imprimia o jornal "*A República*". Coronel. (NICOLAS, 1984, p.304). Deputado estadual várias vezes.
- *José dos Santos* Ribas.
- *José Pinto Rebello Júnior*. Nasceu em 1888 em Curitiba. Foi Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Cunhado de Afonso Camargo. (NEGRÃO, v.1, p.450).

- *José Kemnitz Moreira* Lima.
- *Leônidas do Amaral Ferreira.* Nasceu na Lapa em 1893. Médico pela Faculdade do Rio de Janeiro. Professor da Universidade do Paraná. Casado com Odah, filha de Caetano Munhoz da Rocha. (NEGRÃO, v.3, p.156).
- *Lysandro Alves de Araújo.* Coronel. Fazendeiro e industrial em Ponta Grossa. (NEGRÃO, v.3, p.85).
- *Manoel de Oliveira Franco.* Nasceu em Curitiba em 1894. Bacharel em Direito por São Paulo. Promotor público, inspetor escolar e jornalista em Ponta Grossa. Secretário da Justiça e da Fazenda do Paraná. Deputado estadual desde 1922. Elaborou e redatoriou a Constituição Estadual de 1927. Em 1925 fundou com Artur Martins Franco, Leovigildo Barbosa Ferraz e João de Oliveira Franco o jornal "*O Estado do Paraná*". Foi presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Paraná. Professor Catedrático da Universidade do Paraná. (NICOLAS, 1984, p.370-372; NEGRÃO, v.2, p.469-470).
- *Nicéphoro Modesto Falarz.* Nasceu em 1893 em Santo Inácio. Professor da Escola Normal e do Ginásio Paranaense. Um dos primeiros descendentes de poloneses na política paranaense. (NICOLAS, 1984, p.379).
- *Piragibe de Araújo.* Nasceu em 1896 em Palmas, Paraná. Médico pela Faculdade do Rio de Janeiro. Secretário de Saúde. Prefeito de Clevelândia. Jornalista. Durante o Estado Novo foi chefe da Divisão de Saúde do Território do Iguaçu. (NICOLAS, 1984, p.385-386; NEGRÃO, v.2, p.598).
- *Pretextato Pennafort Taborda Ribas.* Camarista em Curitiba. Comerciante. Com o seu irmão Joaquim Ignácio Brasil fundou a firma Taborda & Irmão. Acionistas da Companhia Telefônica de Curitiba e Ponta Grossa. Proprietários do Cine Central Park. Importadores e Exportadores em geral. Construíram vários prédios em Curitiba. Diletante em assuntos de economia. Foi o primeiro

Presidente do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Faleceu em 1937 em São Paulo. (NICOLAS, 1984, p.387-388).

- *Romualdo Antônio Baraúna.* Nasceu em 1872 em Santo Amaro, Bahia. Engenheiro Agrônomo pela Escola Agrícola da Bahia. Jornalista em Guarapuava. Prefeito de Guarapuava 1921-1924. Comissário de Terras na Comarca de Guarapuava. Fiscal da Estrada de Ferro Oeste do Paraná. Fazia Parte do IHEGPR. (NICOLAS, 1984, p.298-299). Foi o Presidente da Comissão Executiva da reforma Constitucional. Era casado com Maria de Jesus Alves de Camargo, irmã de Afonso Alves de Camargo. (NEGRÃO, v.1, p.451).
- *Teófilo Soares Gomes.* Nasceu em Antonina em 1854. Administrador da Mesa de Rendas e prefeito de Antonina. Industrial abastado. Estava preso na cadeia de Paranaguá, quando foi libertado pelos federalistas que o nomearam governador provisório. Autor de Teatro. Chefe da Comissão de Colonização do Paraná. Inspetor Geral das Rendas do Estado. Coronel. (NEGRÃO, v.3, p.72).

ANEXO PARTE 4, ITEM 4

DEPUTADOS FEDERAIS DO PARANÁ DE 1891-1930

1.ª Legislatura 1891-1893.

- *Bellarmino Augusto Mendonça Lobo*. Nasceu em Barra Mansa, Rio de Janeiro. Participou com bravura da Guerra do Paraguai. Após a guerra, formou-se engenheiro militar. Chefe encarregado da fundação de Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Fiscal dos serviços de navegação nos rios Iguaçu e Negro. Depois da Constituinte, serve em vários outros postos no país. Ministro do Supremo Tribunal Militar. Faleceu em 1913. (NICOLAS, 1977, p.39).
- *Eduardo Mendes Gonçalves*. Natural do Paraná. Republicano histórico, participou da criação do Clube Republicano de Curitiba. Criou o jornal "*A República*". Engenheiro civil formado pela Politécnica do Rio de Janeiro. Camarista e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Casou-se com Julieta Ramos Gonçalves (Título Cardoso de Lima). Faleceu em 1911. (NEGRÃO, v.5, p.70, 72), (NICOLAS, 1977, p.45).
- *Fernando Machado Simas*. Nasceu em 1851 em Paranaguá. Cursou farmácia no Rio de Janeiro. Republicano histórico e abolicionista. Participou da primeira diretoria do Clube Republicano de Paranaguá, fundado em 1887. Redator do "*Livre Paraná*". Casou-sè com Helena Gutierrez, neta do Tenente Coronel Manoel Francisco Correia. Faleceu em 1916. (NICOLAS, 1977, p.41). (NEGRÃO, v.3, p.319 e v.5, p.247).
- *Marciano Augusto Botelho de Magalhães*. Nasceu no Rio de Janeiro em 1848. Participou da Guerra do Paraguai. Militar com serviço em vários postos e missões militares no Brasil. (NICOLAS, 1977, p.43).

2.ª Legislatura 1894-1896.

- *Bento José Lamenha Lins*. Nasceu em Recife em 1866. Bacharel em Direito pelo Recife em 1886. Filho de Adolpho de Lamenha Lins, presidente da Província do Paraná. Promotor Público em Ponta Grossa, Juiz Municipal em Antonina, Chefe de Polícia do Paraná. Seria secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública com Vicente Machado e também secretário de Finanças com Xavier da Silva. Vice-Presidente do Paraná. Casou-se com Helena de Loyola, viúva de Vicente Machado. (NICOLAS, 1977, p.47; NEGRÃO, v.1, p.222).
- *Brazílio Ferreira da Luz*. Nasceu em Curitiba em 1858. Médico Militar. Foi deputado provincial em 1887 pelo Partido Conservador. Seria deputado federal e senador. Dirigiu "*A República*". Faleceu em 1940. (NICOLAS, 1977, p.53; NEGRÃO, v.1, p.207).
- *Francisco de Almeida Torres*. Nasceu em Curitiba em 1848. Filho do Comendador Mariano de Almeida Torres, uma das grandes fortunas do Paraná provincial. Engenheiro Civil formado no Rio de Janeiro. Possuía uma olaria e grande serraria a vapor em Pinhais. Republicano histórico. (NICOLAS, 1977, p.49).
- *Manoel de Alencar Guimarães*. Nasceu em Buenos Aires em 1865. Neto do Visconde de Nácar. Seu pai, Manoel Antonio Guimarães Filho, dedicava-se a negócios no Rio da Prata e era cônsul brasileiro. Bacharel em Direito pelo Recife em 1886. Promotor Público em Ponta Grossa e em Nazaré, em Pernambuco. Juiz Municipal em Curitiba. Chefe de Polícia, nomeado pela Junta de governo provisório de 1891. Deputado estadual e senador. Faleceu em 1940. (NEGRÃO, v.3, p.183).

3.ª Legislatura 1897-1899

- *Brazílio Ferreira da Luz* (ver legislatura anterior)
- *Bento José Lamenha Lins* (ver legislatura anterior)
- *Leôncio Correia* (ver deputados estaduais constituintes)
- *Manoel de Alencar Guimarães* (ver legislatura anterior)

4.ª Legislatura 1900-1902

- *Bento José Lamenha* Lins (ver legislatura anterior)
- *Carlos Cavalcanti de* Albuquerque (ver presidentes do Paraná)
- *João Candido Ferreira.* Médico, prefeito da Lapa em 1894. (NEGRÃO v.1, p.433) vice-presidente de Vicente Machado. (ver presidentes do Paraná)
- *Manoel de Alencar Guimarães.* (ver legislatura anterior)

5.ª Legislatura 1903-1905

- *Bento José Lamenha Lins* (renunciou)
- *Candido Ferreira de Abreu.* Engenheiro Civil, urbanista no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Neto do Visconde de Nácar (NEGRÃO, v., p.178). Prefeito de Curitiba. Senador. (Ver item 5)
- *Carlos Cavalcanti de* Albuquerque (ver chefes do executivo)
- *Manoel de Alencar* Guimarães. (ver legislatura anterior)
- *Antonio Augusto de* Carvalho *Chaves.* Eleito em 1904. Nasceu em 1875 em Macaíba, no Rio Grande do Norte. Bacharel em Direito por São Paulo em 1895. Promotor Público em Ribeirão Preto (SP). Foi secretário da Fazenda e de Justiça do Paraná. Depois de 1930, foi membro e presidente do Conselho Administrativo do Estado. Diretor da Ordem dos Advogados do Paraná. Membro do Instituto Histórico. Sua filha Walkiria casou-se com David Silveira da Motta. Sócio de uma firma de produtos elétricos em 1922. Faleceu em 1949. (NICOLAS, 1977, p.62), (NEGRÃO, v.2, p.481; CHAVES, 1995, p.226).

6.ª Legislatura 1906-1908

- *Antonio A. de Carvalho Chaves* (ver legislatura anterior)
- *Manoel de Alencar Guimarães* (ver legislatura anterior)
- *Vitor Ferreira do Amaral e Silva.* (Ver item 3.1)
- *João Menezes Doria.* Nasceu em Curitiba em 1861. Filho do Dr. Luiz da Silva Doria e de Adelina de Menezes Doria. Médico formado no Rio de Janeiro. Um dos principais líderes federalistas em 1893/94. Preso no Rio, fugiu da Fortaleza da Laje. Também fugiu de um cerco da polícia no Teatro Guaíra. Um dos grandes articuladores da invasão federalista ao Paraná, organizador de importantes apoios locais para as tropas federalistas. Comandou como coronel um numeroso batalhão de voluntários. Governador na ocupação federalista do Paraná em 1894. Exilou-se na Argentina com a derrota do movimento. Deputado estadual. Em 1912, ajudou a fundar a Cruz Vermelha no Paraná. (NICOLAS, 1977, p.63-64).

7.ª Legislatura 1909-1911

- *Antonio Augusto Carvalho Chaves* (ver legislatura anterior)
- *Bento José Lamenha Lins* (ver legislatura anterior)
- *Carlos Cavalcanti de Albuquerque* (ver legislatura anterior)
- *Manoel Correia Defreitas.* Nasceu em Paranaguá em 1853. Republicano histórico e acentuado propagandista. Representou o Paraná e Santa Catarina nos Congressos Republicanos de 1888 e 1889. Participou dos acontecimentos do 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro. Participou da criação da União Republicana no Paraná em 1890. Deputado estadual constituinte da primeira legislatura dominada pela referida legenda. Vice-governador do Paraná na época da renúncia de Deodoro. Possuía idéias socialmente avançadas e grande capacidade de comunicação política. (NEGRÃO, v.3, p.375-392).

8.ª Legislatura 1912-1914

- *Antonio Augusto de Carvalho Chaves*(ver legislatura anterior)
- *Bento José Lamenha Lins* (ver legislatura anterior)
- *Manoel Correia Defreitas*(ver legislatura anterior)
- *Luiz Antonio Xavier*. Nasceu em Curitiba em 1856. Tabelião de Notas. Inspetor Geral do Tesouro do Estado. Secretário de Finanças. Foi o primeiro prefeito de Curitiba eleito pelo voto direto. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Deputado estadual. Presidente da Assembléia Legislativa. Coronel. Faleceu em 1933. (NICOLAS, 1977, p.71; NEGRÃO, v.6, p.208). Renunciou, sendo substituído por Souza e Silva.
- *Luiz Bartholomeu de Souza e Silva*. Nasceu em Rio Preto, Minas Gerais, em 1864. Estudou no Caraça. Cursou a Escola Militar da Praia Vermelha. Militar e jornalista. No início da República foi secretário do Governo no Paraná. Faleceu em 1932. (NICOLAS, 1977, 69).

9.ª Legislatura 1915-1917.

- *Luiz Antonio Xavier* (ver legislatura anterior)
- *Luiz Bartholomeu de Souza e Silva* (ver legislatura anterior)
- *Alberto Ferreira de Abreu*. Nasceu em 1853 em Paranaguá. Neto do Visconde de Nácar e filho de Antonio Candido Ferreira de Abreu, o primeiro deputado geral do Paraná em 1854. Alberto era engenheiro militar. Diretor das Obras Militares da Província do Paraná e de Santa Catarina. Deputado estadual. Diretor das Colônias Militares do Chopim e Chapecó. Comandante do Distrito Militar de São Paulo e do Paraná. Diretor do Arsenal de Guerra da Bahia. Diretor da Intendência de Guerra no Rio. Marechal. Casou-se em Belém do Pará com Maria Lina Lins de Souza. Seu filho Alberto casou-se com a sua prima Maria José de Alencar Guimarães, filha do Senador Manoel de Alencar Guimarães. (NEGRÃO, v.3, p.177).

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- *João David Pernetta*. Nasceu em Curitiba em 1874. Estudou no Colégio Pedro II. Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Florianista na crise de 1894. Trabalhou em uma estrada de ferro no Espírito Santo. Comissário de Terras de São José da Boa Vista. Engenheiro da Prefeitura de Curitiba. Vereador em Curitiba em 1908. Deputado estadual. Professor de engenharia da Universidade do Paraná. Fundador do Centro de Propaganda Positivista do Estado do Paraná. Casou-se com Laura Beltrão, neta de Guilhermina Correia, de tradicional família de políticos. (NICOLAS, 1977, p.73-75), (NEGRÃO, v.3, p.317).

10.ª Legislatura 1918-1920.

- *Luiz Antonio Xavier* (ver legislatura anterior)
- *Luiz Bartolomeu Souza e Silva* (ver legislatura anterior)
- *João David Pernetta* (ver legislatura anterior)
- *Ottoni Ferreira Maciel* (ver deputados constituintes estaduais de 1892)

11.ª Legislatura 1921-1923.

- *Afonso Alves de Camargo* (ver os presidentes do Paraná)
- *Luiz B. Souza e Silva* (ver legislatura anterior)
- *Lindolpho Pessoa da Cruz Marques*. Nasceu em Bananeiras, na Paraíba, em 1882. Bacharel em Direito pelo Recife em 1900. Promotor Público de São José da Boa Vista, norte do Paraná. Promotor Público em Curitiba. Chefe de Polícia no governo de Affonso Camargo em 1916. Juiz de Direito em Guarapuava, Palmas e Curitiba. Professor Catedrático de Direito Constitucional da Universidade do Paraná. Deputado estadual. Casou-se com Celmira Pinto Rebello, irmã de Etelvina, esposa de Affonso Camargo. (NEGRÃO, v.2, p.150).

- *Plínio Gonçalves Marques*. Nasceu em Antonina em 1883. Filho do coronel e capitalista João Eugênio Gonçalves Marques. Médico formado no Rio de Janeiro. Sócio da importante firma industrial João Eugênio & Cia. (NEGRÃO, v.2, p.256 e v.3, p.106).

12.ª Legislatura 1924-1926.

- *Lindolpho Pessoa da Cruz Marques* (ver legislatura anterior)
- *Plínio Gonçalves Marques* (ver legislatura anterior)
- *Arthur Martins Franco*. Nasceu em Campo Largo em 1876. Filho do Capitão Evaristo Martins Franco, grande proprietário de terras no Cajurú e Santa Bárbara, Curitiba. Bisneto do coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o conquistador dos Campos de Guarapuava em 1810. Arthur era engenheiro formado pela Politécnica de São Paulo. Engenheiro em Curitiba. Comissário de terras. Secretário da Fazenda em 1912. Deputado estadual. Professor Catedrático da Universidade do Paraná. Presidente do Círculo de Estudos Bandeirantes, membro do Instituto Histórico e diretor do Museu Paranaense. Casou-se com Leonor, filha do coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. (NICOLAS, 1977, p.89), (NEGRÃO, v.4, p.341). Título Xavier Pinto. Elaborou a sua genealogia - Arvores de Costado, 1941, p.157).
- *Eurides Cunha*. Nasceu em 1872 em Itaqui do Campo Largo, Paraná. Bacharel em Direito por São Paulo em 1894. Deputado estadual. Grande fazendeiro e pecuarista. Vereador, prèsidente da Câmara e prefeito de Jaguariaíva. Vice-presidente do Paraná em 1919. Foi prefeito de Curitiba de 1928 até o movimento de 1930. Possuía uma grande chácara no bairro do Portão em Curitiba. Faleceu em 1955. (NICOLAS, 1977, p.87), (CARNEIRO e VARGAS, 1994, p.269).

13.ª Legislatura 1927-1929

- *Arthur Martins Franco* (ver legislatura anterior)
- *Eurides Cunha* (ver legislatura anterior)
- *Lindolpho Pessoa da Cruz* Marques (ver legislatura anterior)
- *Plínio Gonçalves Marques* (ver legislatura anterior)

14.ª Legislatura 1930

- *Arthur Martins Franco* (ver *legislatura* anterior)
- *Lindolpho Pessoa Cruz Marques* (*ver* legislatura anterior)
- *Plínio Gonçalves Marques* (ver *legislatura* anterior)
- *João Moreira Garcez*. Nasceu em *Curitiba* em 1885. Engenheiro civil pela Politécnica de São Paulo. Trabalhou na Mogiana de São Paulo. Diretor de Obras Públicas do Paraná em 1912. Secretário da Fazenda e Obras Públicas em 1914-20. Foi prefeito de Curitiba de 1920-28 e 1938-40. Diretor Presidente da Estrada de Ferro Rio Grande-São Paulo, 1923-28. Professor da Universidade do Paraná. Membro e presidente do Instituto Histórico e do Instituto de Engenharia do Paraná. Casou-se com Leonor Silveira da Motta. Faleceu em 1957. (NICOLAS, 1977, 91-92), (NEGRÃO, v.2, p.478 e v.5, p.74). Título Cardoso de Lima.

ANEXO PARTE 4, ITEM 5

SENADORES DO PARANÁ DE 1891-1930

1.º Mandato - 1890-1891 Constituinte, 1891-1893 Ordinário

- 9 anos - *Ubaldino do Amaral Fontoura*. Nasceu na Lapa em 1842. Bacharel em Direito por São Paulo em 1867. Advogou em Sorocaba e no Rio de Janeiro. Republicano histórico e abolicionista. Presente na Convenção de Itú em 1873. Senador Constituinte republicano pelo Paraná. Ministro do Supremo Tribunal Federal. Diretor do Banco da República. Presidente da Intendência Municipal (Prefeito) do Rio de Janeiro. Presidente do Banco do Brasil. Jurisconsulto internacional, membro do Tribunal de Haia. Escritor. Livre-pensador. Faleceu em 1920, (NICOLAS, [s.d.], p.10-11). O seu currículo parece impressionar, no entanto manteve posições instáveis. O seu perfil é mais de um republicano histórico que atravessa a República Velha como um político fora do seu ambiente. (Vargas, 1976).
- 6 anos - *José Pereira dos* Santos *Andrade* (Ver item 4.3)
- 3 anos - *Generoso Marques dos* Santos (Ver item 4.3)

2.º Mandato - 1894-1896

- 9 anos -*Vicente Machado* (Ver item 4.3)
- 6 anos - *Ubaldino do Amaral* Fontoura. Renunciou para ser ministro do Supremo Tribunal Federal, substituído por Arthur Ferreira de Abreu.
- Ferreira de Abreu Nasceu em Paranaguá. Vereador e Presidente da Câmara de Paranaguá. Deputado Provincial. Coronel. Neto do Visconde de Nacar. (NEGRÃO, v.3, p.170). Faleceu em 1900.
- 3 anos - *José Pereira dos Santos* Andrade. Renunciou em 1895 para ser governador do Paraná, substituído pelo padre Alberto José Gonçalves

3.º Mandato - 1897-1899

- 9 anos - *Alberto José Gonçalves*. Padre, bispo (Ver item 4.41)
- 6 anos - *Vicente Machado da Silva* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Arthur Ferreira de Abreu*. Renunciou em 11 de maio de 1897, entrando Joaquim Rezende de Lacerda.
- Lacerda nasceu na Lapa em 1845. Coronel. Comerciante. Organizou e comandou as tropas locais da Lapa durante o cerco federalista de 1894. Estava entre os que se renderam após a morte de Gomes Carneiro. (NEGRÃO, v.1, p.545 e v.2, p.443).

4.º Mandato - 1900-1902

- 9 anos - *Brazílio Ferreira da Luz* (Ver item 4.5.)
- 6 anos - *Alberto José Gonçalves* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Vicente Machado da Silva* (ver legislatura anterior)

5.º Mandato - 1903-1905

- 9 anos - *Vicente Machado da* Silva. Renuncia para ser Presidente do Estado, substituído por Francisco Xavier da Silva (Ver item 4.5.)
- 6 anos - *Brazílio* Ferreira *da Luz* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Alberto José Gonçalves* (ver legislatura anterior)

6.º Mandato - 1906-1908

- 9 anos - *Candido Ferreira de Abreu*. Neto do Visconde de Nácar. Engenheiro Civil. Esteve na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Diretor de Obras Públicas no Rio de Janeiro e no Paraná. Engenheiro auxiliar na construção de Belo Horizonte. Prefeito Municipal de Curitiba por duas vezes. Sua filha única, Zahyra, casou-se com Antonio, filho de Vicente Machado. (NEGRÃO, v.3, p.178).

- 6 anos - *Francisco Xavier da Silva*. Renuncia para assumir a Presidência do Estado, entra *Manoel de Alencar Guimarães*. Neto do Visconde de Nácar. Advogado. Ver item 4.5.
- 3 anos - *Brazílio Ferreira da Luz* (ver legislatura anterior)

7.° Mandato - 1910-1912

- 9 anos - *Generoso Marques dos Santos* (Ver item 4.3.)
- 6 anos - *Candido Ferreira de Abreu* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Manoel de Alencar* Guimarães (ver legislatura anterior)

8.° Mandato - 1912-1914

- 9 anos - *Manoel de Alencar Guimarães* (ver legislatura anterior)
- 6 anos - *Generoso Marques dos* Santos (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Candido Ferreira de* Abreu. Assumiu a Prefeitura de Curitiba, entrando Francisco Xavier da Silva (ver legislatura anterior).

9.° Mandato - 1915-1917

- 9 anos - *Francisco Xavier da Silva* (ver legislatura anterior)
- 6 anos - *Manoel de Alencar Guimarães* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Generoso Marques dos Santos* (ver legislatura anterior)

10.° Mandato - 1918-1920

- 9 anos - *Generoso Marques dos Santos* (ver legislatura anterior)
- 6 anos - *Francisco Xavier da Silva* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Manoel de Alencar Guimarães* (ver legislatura anterior)

11.° Mandato - 1921-1923

- 9 anos - *Carlos Cavalcanti de* Albuquerque (Ver item 4.3)
- 6 anos - *Generoso Marques dos Santos* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Francisco Xavier da Silva*. Faleceu em 1922, sendo substituído por *Afonso Camargo* (Ver item 4.3)

12.° Mandato - 1924-1926

- 9 anos - *Afonso Camargo* (ver legislatura anterior)
- 6 anos - *Carlos Cavalcanti de* Albuquerque (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Generoso Marques dos Santos* (ver legislatura anterior)

13.° Mandato - 1927-1929

- 9 anos - *Luiz de Albuquerque* Maranhão. Nasceu em São Paulo em 1878. Bacharel em Direito por São Paulo em 1896. Juiz Municipal em Campo Largo e em Curitiba. Chefe de Polícia. Juiz de Direito em várias localidades do Paraná. Desembargador do Tribunal de Justiça. Casou-se com Alayde Rocha Kuster, filha de Balbina Munhoz da Rocha e prima de Caetano Munhoz da Rocha. (NEGRÃO, v.1, p.259).
- 6 anos - *Afonso Camargo* (ver legislatura anterior)
- 3 anos - *Carlos Cavalcanti de Albuquerque* (ver legislatura anterior)

14.° Mandato - 1929-1930

- 9 anos - *Carlos Cavalcanti de* Albuquerque (ver legislatura anterior)
- 6 anos - *Marins Alves de* Camargo. Nasceu em 1882 em Guarapuava. Irmão de Affonso Alves de Camargo. Bacharel em Direito por São Paulo em 1903. Trabalhava na banca de advocacia do irmão. Promotor Público em Curitiba. Fundou o Ginásio Curitibano. Foi secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, e secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Um dos fundadores e Professor da Universidade do Paraná. Deputado estadual. Membro do Conselho Administrativo do Estado. Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Foi presidente do Diretório do Partido Republicano Paranaense. (NICOLAS, [s.d.], p.29-30).
- 3 anos - *Luiz de Albuquerque* Maranhão (ver legislatura anterior)

ANEXO PARTE 4, ITEM 6

TÍTULOS DE FRANCISCO NEGRÃO

NA *GENEALOGIA PARANAENSE*

- Título Carrasco dos Reis (Volume 1). É a longa descendência de Baltazar Carrasco dos Reis, bandeirante paulista (SILVA LEME, 1905, v.6, p.470), um dos primeiros sesmeiros de Curitiba. Os seus filhos e netos casam-se com os outros títulos pioneiros do Paraná, principalmente com os descendentes do Capitão Povoador Mateus Leme. Participam da governança local. Representa uma das colunas centrais das famílias poderosas do planalto em quase trezentos anos de dominação política.
- Título Rodrigues Seixas (Volume 2). Parte do português João Rodrigues Seixas, primeiro escrivão da Câmara de Curitiba. Seus filhos e netos também se casam com os outros "homens bons" pioneiros da implantação de Curitiba e do Paraná.
- Título Rodrigues de França (Volume 3). É a família do Capitão-Mor (1707-1715) de Paranaguá, João Rodrigues de França e sua longa descendência. Ele foi morador de Santos e possuía minas de ouro em Arassatuba e fazendas de criação nos Campos Gerais. É o tronco da elite do litoral.
- Título Laras (Volume 4, 3-76). Parte do Capitão-Mor e Capitão Povoador de Paranaguá. Gabriel de Lara, a primeira autoridade do Paraná no século XVII. Não é tão frondoso em importância como os três primeiros volumes. Em 1640, Gabriel de Lara já estaria em Paranaguá.
- Título Moraes Cordeiro (Volume 4, 76-201). Iniciou-se com o Provedor Manoel de Lemos Conde, natural de Borba, mas proveniente de São Paulo, onde foi vereador e almotacé em 1656. Manoel de Lemos Conde foi o descobridor das minas de Paranaguá. Provedor das minas de ouro de Paranaguá por patente de 1674. Boa parte dos descendentes do título Rodrigues de França é comum com este título, no seu capítulo 4, os descendentes do casamento do capitão Gaspar Gonçalves de Moraes com Catharina de Sene.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- Título Mateus Leme (Volume 4, 203-220). Membro de família de "nobreza provada". Originário de São Paulo. Capitão Povoador de Curitiba. Sesmeiro pioneiro na região do Rio Barigüi, em Curitiba. Primeira autoridade de Curitiba. Boa parte de seus descendentes está no título Carrasco dos Reis.
- Título Teixeira de Azevedo (Volume 4, 221-314). Tem início no Provedor Gaspar Teixeira de Azevedo, português da freguesia de Baião, Porto. Tesoureiro dos Donativos em Santos, em 1675. Capitão-Mor de Paranaguá em 1690. Muitos dos descendentes deste título residiram em São Paulo, como o historiador Frei Gaspar da Madre de Deus.
- Título Xavier Pinto (Volume 4, 315-370). Parte da família do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto. Era natural de Portugal, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo. Residiu em Santos, onde se casou com Rita Ferreira Bueno, descendente dos Buenos de São Paulo. Francisco Xavier Pinto nasceu em torno de 1732 e era importante negociante e proprietário em Curitiba e em Santos. Foi da governança de Curitiba.
- Título Teixeira Coelho (Volume 4, 371-396). É a descendência de Francisco Teixeira Coelho, primeiro Capitão-Mor da Lapa após a sua ereção em vila, em 1806. Como seria de esperar, cobre as famílias da Lapa. Corrêa, Cunha, Braga.
- Título Pereira Braga (Volume 4, 397-558). Abrange a família do capitão João Pereira Braga, natural de Braga, em Portugal. Foi Administrador da Fazenda dos Campos Gerais em 1729. Proprietário nos Campos Gerais. Também cobre famílias da Lapa. Principais famílias: Pacheco, Westphalen, Lacerda.
- Título Oliveira Cardoso (Volume 4, 559-614). Teve origem no tenente coronel Manoel Teixeira de Oliveira Cardoso, natural do Porto. Casou-se em Lages, em 1789, com Anna Maria do Sacramento. Principais famílias: Oliveira Franco, Braga.
- Título Corrêa de Bittencourt (Volume 5, 5-36). Inicia-se com José Corrêa de Bittencourt, casado com Rosa Mariana. Naturais da Ilha da Graciosa, Açores. Chegou no Paraná em torno do começo do século XIX.
- Título Cardoso de Lima (Volume 5, 37-155). É a descendência do Sargento-Mor Domingos Cardoso de Lima, natural de São Verissimo de Paranhos, Bispado do Porto. Chegou no Paraná em meados do século XVIII. Possuidor de minas de ouro em Morretes e Anhaia. Possuía grandes cabedais. Tinha uma

banda de música composta de escravos que triunfalmente o acompanhavam quando ia de Morretes a Paranaguá. Vereador em Paranaguá. Foi indicado em 1765 para ser Capitão-Mor de Paranaguá, conjuntamente com o seu genro, Manoel Nunes de Lima, sendo o último o escolhido. Principais famílias: Gonçalves Cordeiro, Ricardo dos Santos, Miró, Loyola, Pinto Rebello, Garcez, Borges de Macedo, Gonçalves, Guimarães, Pinheiro Machado. O Título Cardoso de Lima é uma das matrizes centrais da formação da classe dominante do Paraná.

- Título Taques (Volume 5, 157-194). No Paraná, tem origem no capitão Ignácio Taques de Almeida. Procedem de São Paulo. Concentram-se basicamente na região de Castro, Ponta Grossa e Tibagi.
- Título Oliveira Vianna (Volume 5, 195-225). Origina-se do casal de portugueses Felix Bento Vianna e sua Mulher Antonia de Oliveira Vianna, que vieram das ilhas portuguesas por volta de 1780.
- Título Góes Siqueira (Volume 5, 227-268). Ramo que vem de São Paulo. Este título por ser muito antigo foi apresentado de maneira fragmentada por NEGRÃO. O ramo Siqueira Cortes apresenta famílias muito antigas e presentes na fundação de Curitiba.
- Título Alves (Volume 5, 267-396). Formado pelo Capitão-Mor de Antonina, Manoel José Alves. Ele era natural da freguesia de São Salvador da Fonte Boa. Nasceu em 1762 e conseguiu boa fortuna no Paraná, chegando a montar um estaleiro em Antonina. Principais famílias: Alves de Araújo, Souza Araújo, Tourinho.
- Título Marques da Cunha (Volume 5, 397-412). Começa com a vinda de José Marques da Cunha e Maria Joaquina Aleluia para o Paraná, vindos de Lisboa, antes de 1810. Dedicaram-se ao comércio.
- Título Azevedo da Silveira (Volume 5, 413-433). Começa com o português Manoel Azevedo da Silveira.
- Título Macedo (Volume 6, 5-61). Resulta do casamento de João Correia da Fonseca com Catarina de Macedo Baldraga em meados do século XVIII. Os Macedos estão presentes em quase todos os títulos pioneiros já apresentados. Os ramos mais destacados foram os Borges da Macedo e Ribeiro de Macedo.

- Título Laynes (Volume 6, 63-96). Tem origem no casamento do Capitão-Mor de Paranaguá João Francisco Laynes com Maria Cursino de Brito e Silva. Ele era natural de Granada e ela era filha do mestre de campo Diogo Pinto do Rego. Destacam-se os descendentes: Francisco Ferrer Pinheiro, exportador de erva-mate, deputado provincial, escrivão e tesoureiro da Casa de Troco de Paranaguá; Carlos Pinheiro Guimarães, desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná; Vicente Machado, presidente do Paraná; João José Pedrosa, presidente da Província do Paraná.
- Título Morocine Borba (Volume 6, 97-108). Começa com a vinda do Capitão Vicente Antonio Rodrigues Borba para o Paraná, por volta de 1830. Veterano da Guerra Cisplatina. Casado com a uruguaia Joana Hilária Morocine. Principal destaque para os Borba de Tibagi.
- Título Martins Lopes (Volume 6, 109-128). É o resultado da vinda do tipógrafo Candido Martins Lopes para o Paraná em 1854, para criar imprensa paranaense. Foi um arranjo entre o primeiro presidente do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos com Lopes, que possuía uma pequena tipografia no Rio de Janeiro e se transferiu para Curitiba, com o intuito de publicar "*O Dezenove de Dezembro*", primeiro jornal do Paraná. Principais famílias: Requião.
- Título Brandão de Proença (Volume 6, 129-142). Começa com o professor João Batista de Brandão Proença.
- Título Simas (Volume 6, 137-142).Teve origem na vinda do major Manoel Ignacio de Simas para o Brasil entre 1820/30. Naturais da Ilha do Pico. Açores. Portugal.
- Título Souza Pinto (Volume 6, 143-153). Teve origem na vinda do capitão Manuel de Souza Pinto para o Paraná, em meados do século XVIII. Era natural de São Miguel, Braga, Portugal.
- Título Rodrigues Vianna (Volume 6, 155-160). Começa com a vinda do português João Rodrigues Vianna para o Paraná no século XIX.
- Título Gonçalves Marques (Volume 6, 161-180). Começa com a vinda de João Gonçalves Marques para o Paraná, no começo do século XIX. Procedente de Aveiro, Portugal. Destaque para Albino José da Silva, republicano histórico.

- Título Marques de Jesus (Volume 6, 181-188). Teve origem com o português de Vila da Feira, Manoel Marque de Jesus. Veio no início do século XIX. Destaque para o coronel Manoel Gonçalves Marques, deputado provincial na primeira Assembléia do Paraná, em 1854.
- Título Silva Pereira (Volume 6, 189-220). Principia com o capitão Joaquim da Silva Pereira, natural de Iguape. Veio no início do século XIX. O capitão do Exército João Gualberto Gomes de Sá Filho era casado com Leonor Brito, pertencente a esse título. O capitão Gualberto foi morto na Guerra do Contestado, no combate do Irani, em 1912.
- Título Santos (Volume 6, 221-232). Origina-se com Manoel Antonio dos Santos, natural de Santa Catarina. Estabeleceram-se no século XVIII. Dedicaram-se à erva-mate. Família Pereira da Costa e Mader.
- Título Nascimento de Farias (Volume 6, 233-240). Teve origem com a vinda de José Henrique de Faria, gaúcho, para o Paraná em princípios do século XIX. José Henrique era tropeiro.
- Título Maravalhas (Volume 6, 241-245).
- Título Pereiras (Volume 6, 247-272). É a família do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira. Natural da freguesia de Ribeiros, Comarca de Guimarães, Portugal. Veio para Paranaguá em 1796. Era negociante abastado. Seus descendentes casam-se com algumas das melhores famílias do litoral e do planalto (Correia, Leão, Chopiteia, Lacerda Pinto, Alves, Gonçalves Cordeiro etc), (Costa: 1988).
- Título Mendonça (Volume 6, 273-281). Começa com Antonio Francisco de Mendonça. Natural da Ilha do Faial, Açores, Portugal. Emigrou em fins do século XVIII. Era da principal nobreza e da governança de Paranaguá, sendo homem abastado.
- Título Pereira Branco (Volume 6, 283-289). Teve origem com o Tenente Antonio José Pereira Branco, natural de São Paulo. Foi um dos fundadores de Ponta Grossa. Casou-se com Balbina Iria de Guimarães, filha de Manoel Gonçalves Guimarães.
- Título Freitas de Saldanha (Volume 6, 291-298).Começa com o Capitão José de Freitas Saldanha, natural da Vila de Conde, Barcelos, Portugal. Veio para o Paraná no final do século XVIII.

- Título Alvares de Araújo (Volume 6, 299-321). Começa com o Capitão Gabriel Alvares de Araújo, natural de Ponte de Lima, Portugal. Teria vindo para o Paraná no final do século XVII. Foi da governança da vila.
- Título Soares da Costa (Volume 6, 323-334). Manoel Soares da Costa, açoriano que veio para Santa Catarina e cuja família viria para Antonina por volta de 1839, escapando da Guerra dos Farrapos. Estabeleceram lavoura e carpintaria naquela localidade com os seus escravos. Sua netas casaram-se com Ermelino Agostinho Leão, com o Coronel e comerciante Francisco Marçallo da Lapa e com o empresário da erva-mate David Antonio da Silva Carneiro.
- Título Xavier da Silva (Volume 6, 335-347). Teve origem com Francisco Xavier da Silva, natural de Portugal. Era fazendeiro no norte dos Campos Gerais no início do século XIX. St-Hilaire elogiou a sua Fazenda Caxambu, quando de sua visita ao Paraná. Avô do presidente e senador do Paraná Francisco Xavier da Silva.
- Título Falcão Bastos (Volume 6, 349-353). Começa com o Alferes Antonio Falcão Bastos.
- Título Moreira da Rocha (Volume 6, 355-369). Teve origem no português Francisco Antonio Moreira. Proprietário de terras em São José dos Pinhais, inventariadas em 1778 e 1790. A verdadeira linha masculina das famílias de João Alves Rocha Loures e de Afonso Alves de Camargo.
- Título Gonçalves dos Santos (Volume 6, 371-378). Começa com Joaquim Gonçalves dos Santos, natural de Portugal. Estabeleceu-se no primeiro quarto do século XIX em Curitiba.
- Títulos Pletz, Muller, Kalckmann, Bley (Volume 6, 372-509).

Famílias Históricas do Paraná

- Nome, procedência/período de estruturação. Título de vinculação.
- *Alves de Araújo*. Alves, São Salvador da Fonte Boa-Portugal/fins do século XVIII. Araújo, Famelicão-Braga-Portugal/virada do século XVIII/XIX, V3-63. Os Alves de Araújo têm como gênese o casamento de Maria Rosa de Araújo em 1833 com Hypólito José Alves, filho do Capitão-Mor de Antonina Manoel José Alves. Os Alves de Araújo tiveram o seu apogeu

UNICAMP BIBLIOTECA CENTRAL

durante a Província. Antonio Alves de Araújo foi deputado provincial, presidente da Assembléia e vice-presidente do Paraná em exercício. Manoel Alves de Araújo foi deputado, ministro de Estado e casou-se com Maria, filha dos Barões dos Campos Gerais. Domitilla Alves de Araújo casou-se com Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, deputado, ministro, chefe do Partido Liberal do Paraná. Lysandro Alves de Araújo era deputado estadual em 1926. (NEGRÃO, V3,68-86 e V1,394). Título Rodrigues de França. Título Alves.

- *Bittencourt,* Açores-Portugal/início do século XIX.Tiveram importância política os gêmeos: brigadeiro Manoel José da Cunha Bittencourt, deputado provincial e diretor geral dos Índios e o também brigadeiro José Correa de Bittencourt, deputado provincial e diretor geral dos Índios. O coronel Joaquim José Bellarmino de Bittencourt foi presidente da Câmara de Curitiba, deputado provincial e em 1887 foi nomeado, por Carta Imperial, Tabelião do Público Judicial e Notas da Capital. O escritor Temístocles Linhares vincula-se a esta família pela sua mãe, Cecília de Bittencourt. (NEGRÃO, V5, 5-36). Título Corrêa de Bittencourt.

- *Borba*, São Paulo/1830. Originou-se do Capitão Vicente Antonio Rodrigues Borba, veterano das lutas na Cisplatina. Destaque para o coronel Telêmaco Borba, chefe político de Tibagi, prefeito, deputado provincial e estadual. Sertanista e escritor. Guataçara Borba Carneiro, deputado estadual, secretário de Justiça e governador do Paraná em exercício provisório. Ainda, o escritor, secretário de justiça, deputado estadual e deputado federal Túlio Vargas. O governador Moisés Lupion casou-se com Hermínia Borba Rolim, neta do coronel Telêmaco Borba. Título Morocine Borba.

- *Braga,* Lapa/meados do século XIX. O primeiro Braga dessa família que identificamos no Paraná foi o tenente-coronel João Manoel da Silva Braga (NEGRÃO, V4, 391), negociante na Lapa. Era casado com Francisca Luiza da Cunha, filha do comendador Manoel Antonio da Cunha, português, grande negociante e tropeiro na Lapa. Manoel Antonio, por sua vez, era casado com Joaquina Teixeira Coelho, filha do primeiro Capitão-Mor da Lapa, Francisco Teixeira Coelho, natural de Portugal. Do casamento de João Manoel da Silva Braga com Francisca Luiza da Cunha houve a Manoel Antonio da Silva Braga, por sua vez casado com Victoria de Lacerda. Dos filhos desse casamento nasceram, em uma óbvia sucessão de poder político, o pai do futuro governador Ney Braga, Antonio de Lacerda Braga. Também

são filhos de Manoel Antonio da Silva Braga com Victoria de Lacerda, Maria de Lacerda Braga, mãe do deputado estadual Fabiano Braga Cortes e do presidente do Banestado (1971), Caetano Braga Cortes (pelo lado Cortes, são filhos de Napoleão de Siqueira Cortes, descendente de Gabriel de Lara, Capitão Povoador de Paranaguá em 1648). Ainda é filha de Manoel Antonio e de Vitoria, Sílvia de Lacerda Braga, terceira esposa do presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha. Título Rodrigues de França (NEGRÃO, V3,557,600 e V4,67). Um outro João Antonio da Silva Braga, português, nascido em São Pedro de Maximino, Arcebispado de Braga, também se estabeleceu na Lapa. (NEGRÃO, V4, 585). Pode ser parente do primeiro. Do segundo, descendem o cônego João Evangelista Braga, o professor Nivaldo Braga e o desembargador Marino Brandão Braga. Em 1979, três Bragas ocupavam os três poderes do Paraná. Ney Braga como governador, Fabiano Braga Cortes como presidente da Assembléia Legislativa e Marino Brandão Braga como presidente do Tribunal de Justiça. Título Rodrigues de França. Título Oliveira Cardoso.

- *Camargo*, Sorocaba-São Paulo/início do século XIX. O tronco paranaense dos Camargo começa com o Tenente Antonio Joaquim de Camargo que se casou em 1807 em Sorocaba com Mathilde Umbelina da Glória (NEGRÃO, V1-317). Deste casamento nasceu Antonio de Sá Camargo - Visconde de Guarapuava e o padre José Antonio de Camargo Araújo, deputado provincial. (NEGRÃO,V1, 346-353). Com quebra de varonia está o presidente e senador do Paraná Afonso Camargo e seu irmão, o senador Marins Alves Camargo. A família continua com Afonso Camargo Neto, que foi senador, ministro e deputado no final do século XX, candidato à presidência da República em 1989.V1-450. Título Carrasco dos Reis. Título Moreira da Rocha.

- *Carneiro*, Iguape-São Paulo/meados do século XIX. (NEGRÃO,V3-552. V1-197/221). David Carneiro, ervateiro, e seus filhos os escritores David Carneiro e Newton Carneiro. Presença na Associação Comercial do Paraná. Título Soares da Costa.

- *Cavalcanti de Albuquerque*, Rio de Janeiro/final do século XIX. No Paraná, encontram-se o presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque (NEGRÃO, V1-240) casado com Francisca Munhoz. Também o desembargador Eudoro Cavalcanti de Albuquerque (NEGRÃO,V1-453) casado com Amasilia, irmã de Afonso Camargo. Título Carrasco dos Reis.

- *Corrêa* (da Lapa), São Pedro de César, Entre o Douro e o Minho/início do século XIX. Começa com o Capitão de Ordenanças José Francisco Corrêa, casado com Maria da Conceição Coelho, filha de Francisco Teixeira Coelho, primeiro Capitão-Mor da Lapa. Dentre os seus filhos, apontamos: Dr. Francisco José Corrêa, formado em Direito em Coimbra, deputado provincial na primeira Assembléia do Paraná. Padre Damazo José Corrêa, foi vigário de Castro por mais de 40 anos. Dr. José Francisco Corrêa, formado em medicina em uma das primeiras turmas da Faculdade do Rio de Janeiro. Dr. Salvador José Corrêa Coelho, bacharel em Direito por São Paulo, escreveu "*Passeio à Minha Terra*". Na terceira geração, destaque para o Coronel Antonio José Corrêa (Tóta), ervateiro, Prefeito de Rio Negro, deputado estadual (1908), coletor das rendas do Estado em Paranaguá, Antonina e Foz do Iguaçu. (NEGRÃO, V4, 369-384). (Nicolas: 1984, 289).
- *Correia* (do litoral), Beira-Portugal/fins do século XVIII. Esta família teve importância central na Província. Iniciou-se com o tenente-coronel Manoel Francisco Correia, o Velho. Esta é a família do senador imperial e ministro Manoel Francisco Correia, do deputado Euphrásio Correia, do presidente de Santa Catarina, Francisco Ferreira Correia (NEGRÃO,V3-287), do Barão do Serro Azul-Ildefonso Pereira Correia, da pintora Iria Correia e do jovem Euphrásio Correia, republicano exaltado, morto no combate da Armação, em Niterói, durante a Revolta da Armada. Família ligada à economia ervateira. Casamentos com os Guimarães, Leão, Fontana, Gutierrez Beltrão, Simas. (NEGRÃO, V3-273-339). Título Rodrigues de França.
- *Ferreira da Luz* (*Santos Pinheiro*), Setubal-Portugal/meados do século XVIII. A origem masculina provém do tenente Antonio dos Santos Pinheiro, Escrivão da Ouvidoria de Paranaguá e Tabelião. Foi Tabelião de Curitiba de 1788 a 1805. O Tenente Antonio era natural de Chaves, em Setubal, casando-se com Anna Gonçalves Cordeiro, filha do capitão Gaspar Gonçalves de Moraes com Catharina de Senne, importante casal da Capitania. Da família Ferreira da Luz se destacaram: Iria, esposa do doutor Muricy e do desembargador Luiz Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque e o senador Brasílio Ferreira da Luz. Título Carrasco dos Reis. Descendentes de Mateus Leme. (NEGRÃO, V1-164-207, V4-157).
- *Ferreira de Abreu*, São Paulo/1840. Os Ferreira de Abreu entraram para as famílias históricas com os casamentos dos irmãos José Mathias e Antonio

Candido Ferreira de Abreu com as filhas do Visconde de Nácar. (V3-170-176 -178). Destaque para o senador Arthur Ferreira de Abreu, o marechal Alberto Ferreira de Abreu e o prefeito de Curitiba, deputado e senador Cândido Ferreira de Abreu. Título Rodrigues de França.

- *Ferreira do Amaral*, Ferreira, Portugal, mediação via Santos-SP/meados do século XVIII. O nome Ferreira resulta do casamento do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto com Rita Ferreira Bueno, filha do Sargento-Mor João Ferreira de Oliveira com Maria Bueno. (NEGRÃO, V1-423). Já o nome Amaral, vem de Júlia Moreira do Amaral e Silva, neta do major Atanagildo Pinto Martins, descobridor do Campos de Palmas em 1818, com sua mulher Maria do Amaral Gurgel, natural de São Paulo, passando para Cruz Alta, no Rio Grande. (NEGRÃO, V1-424). Representam esta família o Doutor Vitor Ferreira do Amaral, deputado e primeiro Reitor da Universidade do Paraná. Pelos Ferreira, o Dr. João Cândido Ferreira, deputado federal e presidente do Paraná. (NEGRÃO, V1-433). Título Carrasco dos Reis.

- *Garcez*, Penafiel-Portugal/meados do século XIX. O primeiro a chegar ao Paraná foi Manoel Moreira Garcez, natural de Penafiel, em Portugal. Seu filho João Moreira Garcez, natural de Castro, foi o avô do Doutor João Moreira Garcez, prefeito de Curitiba, casado com Leonor Silveira da Motta, filha do desembargador Joaquim Ignacio.(NEGRÃO, V5-72). Título Cardoso de Lima.

- *Guimarães*, Portugal/meados do século XVIII. Grupo que tem origem a partir do português Manoel Gonçalves Guimarães, coronel, grande empreendedor no final do século XVIII. Grande proprietário de terras, assinou o auto de ereção da Vila de Castro em 1789. Tropeiro, contratador dos impostos do Porto de Cima e do Rio Negro, minerador no Tibagi, motivo pelo qual foi preso pela Coroa por não ter pago quintos de imposto, enviado preso para Portugal, depois retorna ao Paraná. Faleceu em 1816. (NEGRÃO, V5-86). Casou-se com Maria Magdalena de Lima, filha do Capitão-Mor de Paranaguá, em 1766, Manoel Nunes de Lima, neta do Sargento-Mor Domingos Cardoso de Lima, possuidor de minas de ouro em Assungui e no Anhaia. (NEGRÃO, V5-38). o Sargento-Mor possuía uma banda de música completa, formada com seus escravos, que pomposamente anunciavam a sua visita em Paranaguá (NEGRÃO, V5-38). Manoel Gonçalves Guimarães teve vários filhos. A sua filha Anna Ubaldina de

Guimarães e Silva casou-se com João da Silva Machado, Barão de Antonina, primeiro Senador do Paraná. Ainda teve Manoel Gonçalves Guimarães, o filho natural Joaquim Antonio Guimarães, pai do Visconde de Nácar-Manoel Antonio Guimarães com Mariana Luiza Soares. (NEGRÃO, V5-154). Família dos Senadores Flávio Carvalho Guimarães (1947) e Alô Ticoulat Guimarães (1955). Arcésio Guimarães (1933) e Noel Lobo Guimarães (1966) foram presidentes da ACP. Algacyr Guimarães foi presidente do Banestado (1968) e conselheiro do Tribunal de Contas. Plauto Miró Guimarães foi deputado estadual (1994-1998). (Título Cardoso de Lima. Pelo Visconde de Nácar, título Rodrigues de França).

- *Lacerda*, Porto-Portugal/meados do século XIX. O primeiro Lacerda desta família foi o capitão Manoel José Correa de Lacerda, natural da Freguesia de S. Ildefonso, no Porto. (NEGRÃO, V3-545). Os mais conhecidos Lacerda foram o Coronel e Senador Joaquim Rezende Correa de Lacerda, um dos defensores da Lapa em 1894, e Flávio Suplicy de Lacerda, Reitor da Universidade Federal do Paraná e ministro da Educação depois do golpe de 1964. Título Rodrigues de França.

- *Leão,* Bahia/1825. Começou com a vinda do Magistrado baiano, Dr. Agostinho Ermelino de Leão para Paranaguá, onde contrai matrimônio com Maria Clara Pereira, filha do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antônio Pereira. Família de magistrados e escritores, com o desembargador Agostinho Ermelino de Leão e Ermelino Agostinho de Leão. Os Leão fundaram a Companhia Mate Leão. (NEGRÃO, V3-287-296). Título Rodrigues de França.

- *Loyola*. O primeiro que conseguimos identificar foi o tenente Ignacio José de Loyola e Silva, nascido em 1819 (NEGRÃO, V3-113). O tenente Ignacio era casado com Maria da Luz Paraíso, filha do Sargento-Mor Antonio Ricardo dos Santos. A família Loyola e Silva estava vinculada com as atividades ervateiras. Os Loyola casaram-se com várias famílias ligadas à erva-mate, ou de importância, como os Ferreira da Luz, Oliveira, Machado da Silva Lima, Macedo, Pinto Rebello. (NEGRÃO, V1-215, V2-308, V3-114-231).

- *Macedo*, São Paulo/meados do século XVIII. A família Macedo, no Paraná, já é reconhecida a partir do casamento de Catharina de Macedo Baldraga com João Correa da Fonseca, havendo a Maria Corrêa de Macedo, natural de Paranaguá,

que por sua vez se casaria com Bento Ribeiro Guimarães, natural de Famelicão-Portugal, falecido em Antonina em 1776. Da sua filha Catarina Ribeiro de Macedo casada com Manoel Ribeiro Callado, nasceria Manoel Ribeiro de Macedo-o Velho (NEGRÃO, V2-267), nascido em Cananéia, em 1804. Era ervateiro no litoral e membro do Partido Conservador. Foi preso por ordens de Zacarias de Góes e Vasconcellos, em um caso polêmico de corrupção (NEGRÃO, V2-286). Outro filho do casal Bento Ribeiro Guimarães-Maria Corrêa de Macedo foi Cyrino Borges de Macedo, pai, por sua vez, de José Borges de Macedo, batizado em 1791, primeiro prefeito de Curitiba em 1835, membro do Partido Liberal; também foi preso uma vez e remetido para fora da região (Macedo: 1967, 52).Cyrino também era o pai de Maria Antonia Borges de Macedo, esposa do coronel Balduino de Almeida Taques. (Mercer: 1988, 24-26). Presença constante na Prefeitura de Curitiba. Foram prefeitos: Joaquim Pereira de Macedo (1908-1912 e 1930-1932), Oscar Borges de Macedo e Ribas (1938) e João Macedo Souza (períodos de 1945-1947). Se da família Macedo foi o primeiro prefeito de Curitiba, também foi o do Tricentenário de sua fundação, em 1993, na presença de Rafael Greca de Macedo. Os Macedo têm forte presença no judiciário paranaense com seis desembargadores. Foram presidentes do Banestado e escritores na Academia Paranaense de Letras. Muito forte a participação desta família na Associação Comercial do Paraná. Um Reitor da Universidade do Paraná, João Ribeiro de Macedo Filho. Título Rodrigues Seixas. Descendentes de Baltazar Carrasco dos Reis pelo ramo Ribeiro de Macedo. Título Macedo. (NEGRÃO, v6, p.5-61).

- *Machado da Silva Lima*, Mogi das Cruzes-São Paulo/meados do século XVIII. A família originou-se do casamento de Agostinho Machado de Lima com Maria Cardoso Pazes, ele era filho de Manoel Machado de Lima com Ursula da Cunha Pinto, de Mogi das Cruzes. Destacaram-se o Doutor José Machado Pinheiro Lima, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo e o Dr. Vicente Machado da Silva Lima, político paranaense do início da República Velha, senador e presidente do Paraná. (NEGRÃO,v.1, p.263-267). Título Carrasco dos Reis.
- *Marcondes de Oliveira*, Oliveira, Sorocaba-São Paulo/início do século XIX. É a Família de José Caetano de Oliveira, Barão do Tibagi. De início modesto como tropeiro nascido em Sorocaba, casou-se com Cherubina Rosa Marcondes de Sá, filha do tenente Manoel José de Araújo com Anna Maria

da Conceição, fundadores da localidade de Palmeira, nos Campos Gerais (NEGRÃO, V1-342-358-374). O principal membro foi o conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, deputado geral, presidente da Província e ministro do Império.

- *Marques dos Santos*, Marques, Viseu-Portugal/fins do século XVIII. Teve origem em Francisco Marques Lameira, natural de Vizeu, casado com Josepha dos Santos. Generoso Marques dos Santos, Governador do Paraná, era filho natural, mas reconhecido do tenente-coronel Miguel Marques dos Santos. (NEGRÃO,v.1 p.486-504, v.2, p.119). Título Carrasco dos Reis.
- *Mercer*, Inglaterra/1870. Começa com a vinda dos irmãos ingleses Frederick e Herbert Harrison Mercer para o Brasil e posteriormente para a região de Tibagi. (MERCER,1988, p.107). A partir daí, misturam-se com as principais famílias da região, Taques, Macedo, Ribas, Bittencourt. Edmundo Mercer Jr. foi desembargador.
- *Miró*, Catalunha-Espanha/1815. Manoel Miró, natural da Catalunha, casou-se em 1818 com Escolástica Maria de Freitas (NEGRÃO, v.5, p.46), iniciando o ramo paranaense dos Miró. Dedicando-se à erva-mate, esta família entrelaçou-se com as grandes famílias ervateiras do litoral, como a Guimarães. Título Cardoso de Lima.
- *Munhoz*, Cadiz-Espanha/fins do século XVIII. O primeiro Munhoz no Paraná foi Bento Antonio Munhoz, que emigrara da Espanha, com sua mulher Michelina Assumpção. Seu filho, o tenente Florencio José Munhoz, natural de Paranaguá, casou-se com Luiza Licia de Lima, descendente de Mateus Leme e de Baltazar Carrasco dos Reis (NEGRÃO, v.1, p.235), sendo os pais do tenente-coronel Caetano José Munhoz, nascido em Paranaguá em 1817. Era grande ervateiro e foi um dos pioneiros na introdução do vapor no beneficiamento do mate. Casou-se com Francisca de Assis de Oliveira (Franco). Sua neta Francisca casou-se com Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do Paraná em 1912. Seu outro neto foi o Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná em 1920. Bento Munhoz da Rocha Neto, filho de Caetano, igualmente foi governador do Paraná e ainda ministro de Estado. Outro membro da família foi José Munhoz de Mello, prefeito de Londrina e deputado federal constituinte de 1946. Laertes Munhoz foi deputado estadual. Em 1953, três Munhoz ocupavam as chefias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Paraná. (NEGRÃO, v.1, p.235-263). Descendentes de Mateus Leme. Título Carrasco dos Reis.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

- *Muricy*, Bahia/1850. Teve origem com a vinda do oficial médico-militar Dr. José Candido da Silva Muricy, que se casou com Iria Narciza Ferreira da Luz (NEGRÃO, v.1, p.165). Seus netos foram o escritor José Candido de Andrade Muricy e o general Antonio Carlos Muricy. Descendentes de Mateus Leme e Título Carrasco dos Reis.

- *Negrão*, Aveiro-Portugal/1814. Começou com a vinda do Capitão João de Souza Dias Negrão – o Velho, de Portugal, de onde nascera em Fermelã, bispado de Aveiro. (NEGRÃO, v.2. p.182). Casou-se com Rita Maria Lustoza de Andrade em 1828.Foram ervateiros. Avós do genealogista Francisco Negrão. Título Rodrigues de Seixas.

- Oliveira, São Francisco do Sul-Santa Catarina/início do século XVIII (grupo norte catarinense). Este possivelmente é o grupo familiar mais antigo em linha masculina no Paraná e em Santa Catarina, presente desde o período colonial. Estudamos este grupo em um artigo anterior (Oliveira: 1995). Esta unidade familiar serviu como inspiração para o conceito de família histórica (Ternes: 1994, 96). Apesar de ser um grupo catarinense, está repleto de personagens "paranaenses" como Mateus Leme, Manoel de Lemos Conde e Amaro de Miranda Coutinho, sesmeiro em Paranaguá em 1718 e 1743, (Ritter: 1980, 224-225). Os Oliveira resultam do casamento de Manoel Gomes Galhardo com Vicência de Oliveira, no início do século XVIII. Manoel Gomes Galhardo era senhor da sesmaria de Areias e construiu a Câmara de São Francisco do Sul em 1722, obedecendo a instruções do Ouvidor Pardinho. Destacam-se Salvador Gomes de Oliveira,vereador, Juiz Ordinário, recebeu uma sesmaria em pleno século XIX, em 1805. Procópio Gomes de Oliveira, prefeito de Joinville em 1906. O escritor Crispim Mira era filho de Rosa Gomes de Oliveira. Carlos Gomes de Oliveira foi deputado federal constituinte em 1933, quando introduziu um artigo determinando que o ensino primário deveria ser ministrado em língua portuguesa. Também foi presidente do Instituto Nacional do Matę, senador (1950-58), e presidente do Senado Federal, quando empossou Juscelino Kubitschek de Oliveira. Do ramo Nóbrega de Oliveira, Plácido Olympio Oliveira foi prefeito de Joinville, interventor de Santa Catarina e deputado federal. Rodrigo de Oliveira Lobo foi senador em 1955. Há conexões com os descendentes de Antonio de Oliveira Cercal, Capitão-Mor de São Francisco do Sul em 1724. Conexões com quase todos os Capitães-Mores de São Francisco do Sul. Foram governadores de Santa Catarina os seguintes políticos casados com mulheres pertencentes a este grupo de parentela: Abdon Batista em 1889 e

1906 (casado com Tereza Nóbrega de Oliveira) e Pedro Ivo Figueiredo de Campos em 1986-1990 (casado com Marisa, filha do senador Rodrigo de Oliveira Lobo). O que leva a pensar que o Contestado entre Santa Catarina e o Paraná foi uma disputa entre "primos", com as mesmas origens vicentistas. Descendentes de Mateus Leme e de Manoel de Lemos Conde. (Nascimento: ind., títulos Gomes de Oliveira e Oliveira Cercal), (Oliveira: 1995, 89-111).

- *Oliveira Franco*, Braga-Portugal/virada do século XVIII para o século XIX. Surgiu com o Ajudante de milícias e boticário João Gonçalves Franco, natural da Vila Nova de Covas, Braga, Portugal, que se casou em 1807 com Escolastica Angelica Bernardina (NEGRÃO, v.4, p.559-576-607). O seu filho Manoel de Oliveira Franco foi diretor geral dos Índios, o que lhe dava a honra de Brigadeiro, sendo deputado na primeira Assembléia Provincial do Paraná. Casou-se com Escolastica Joaquina de Sá Ribas (NEGRÃO, v.1, p.461). Destaque para os seguintes parlamentares desta família: Manoel de Oliveira Franco, deputado estadual e artífice da Constituição Paranaense de 1927. Deputado federal (1955) Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. Senador Adolpho de Oliveira Franco (1963) e o deputado federal (1977) pela ARENA, Adolfo de Oliveira Franco Filho. Título Oliveira Cardoso e Rodrigues Seixas. Descendentes de Mateus Leme e descendentes naturais de João Rodrigues de França.

- *Pacheco*, Ponte de Lima-Portugal/meados do século XVIII. Teve origem com José dos Santos Pacheco Lima, natural de Ponte de Lima, Portugal. Foi feitor do pouso da Lapa, tendo sido preso em 1777, por não ter conseguido reunir provisões para as tropas que avançariam para deter a invasão castelhana no sul. (NEGRÃO,V4-411). Sua filha Gertrudes foi casada com Francisco Teixeira Coelho, português, natural de S. Miguel-Bastos, o primeiro Capitão-Mor da Lapa. Grande destaque para David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais. (NEGRÃO, v.4, p.412-422). Título Pereira Braga.

- *Pimpão*, início do século XIX. Entraram na genealogia paranaense com o casamento de Maria Josepha de França com Francisco Ignacio de Araújo - o Pimpão. (NEGRÃO, v., p.451; LEÃO, 1926, p.1564). Os Pimpão foram grandes proprietários nos Campos do terceiro planalto, especialmente na região de Palmas. Um dos filhos do Pimpão foi o coronel Amazonas de Araújo Marcondes. Título Rodrigues de França.

- *Pinto Bandeira*, São Mamede-Portugal, mediação via Parnaíba-SP/fins do século XVIII. Descendem do Capitão Antonio José Pinto Bandeira, natural de São Mamede. Recebeu a sesmaria do Putunan em 1805.(NEGRÃO, v.1, p.504). Pai do explorador, coronel Joaquim José Pinto Bandeira, presidente da primeira Assembléia Provincial do Paraná. (NEGRÃO, V1-520). Título Carrasco dos Reis.
- *Pinto Rebello*, Viseu-Portugal/virada do século XVIII para o século XIX. O primeiro foi o capitão Nicolau Pinto Rebello - o Velho, natural de Viseu em Portugal, falecido em Curitiba em 1836. V5-67. Casou-se com Lourença Floriana de Lima, filha do Capitão-Mor de Paranaguá em 1766, Manoel Nunes de Lima. Maria Floriana de Lima, filha do Capitão Nicolau, casou-se com José Borges de Macedo (NEGRÃO, v.5, p.68), primeiro prefeito de Curitiba com a reforma de 1833. Um dos bisnetos de José Borges de Macedo foi João Moreira Garcez, igualmente prefeito de Curitiba na República Velha. Dom Alberto José Gonçalves, senador, em 1895 e Bispo de Ribeirão Preto em 1909, era neto do capitão Nicolau, ainda que filho natural do capitão Tobias Rebello. (NEGRÃO, V5-78). José Pinto Rebello Júnior, deputado estadual em 1926. Membros da família Pinto Rebello casaram-se com várias famílias igualmente importantes como os Macedo, Taborda Ribas e outros. Título Cardoso de Lima.
- (*Requião* de) *Mello e Silva*, nordeste do Brasil/segunda metade do século XIX. É a família do Prefeito de Curitiba, governador e senador Roberto Requião de Mello e Silva. Tem origem na elite estatal nacional vinda para o Paraná na Província. Justiniano de Mello e Silva foi secretário da Presidência de Lamenha Lins em 1876. Natural de Laranjeiras, Sergipe. Seu filho foi o coronel Wallace de Mello e Silva, camarista em Curitiba e deputado estadual em 1930. Seu neto foi Wallace Thadeu de Mello e Silva, Prefeito de Curitiba em 1951. Roberto é o bisneto; seu irmão Maurício também foi deputado federal (1994-1998). Luiz Antonio Requião, o primeiro desse nome no Paraná, foi Coletor de Rendas em Curitiba no século XIX e era originário da Bahia. (NEGRÃO, v.6, p.120).
- *Ribas*, Braga-Portugal/início do século XVIII. O Capitão Miguel Rodrigues Ribas, nascido em 1694 em Vila Franca de Vianna, Arcebispado de Braga e falecido em Curitiba em 1774, começou esta família ao se casar com Maria Rodrigues de Andrade. (NEGRÃO,v.2, p.367). Seu filho Lourenço Ribeiro de Andrade foi Capitão-Mor de Curitiba por volta de 1751, licenciado pela Universidade de Coimbra (NEGRÃO, v.2, p.444; LEÃO, 1926, p.1168) e

seu neto Antonio Ribeiro de Andrade também foi Capitão-Mor de Curitiba (NEGRÃO, v.2, p.537). José Lourenço de Sá Ribas foi deputado provincial na primeira Assembléia paranaense de 1854. Manoel Ferreira Ribas, Chefe do executivo paranaense, de 1932-1945 (NEGRÃO, v.2, p.250). Pretextato Taborda Ribas, deputado estadual em 1926 e primeiro presidente do Banco do Estado do Paraná-Banestado em 1928. Pretextato Taborda Ribas Neto seria o presidente do Tribunal Regional do Trabalho em Curitiba (1997). Título Rodrigues Seixas. Os Ribas, uma vez que os Andrade seriam Ribas em linha masculina, ocupam o poder no Paraná em períodos autoritários, como na época pombalina e durante a era Vargas. Boas relações políticas com o Morgado de Mateus, governador de São Paulo indicado por Pombal e Getúlio Vargas foram centrais para o sucesso político desta família.

- *Rocha Loures*, Loures-Portugal/meados do século XVIII. Este nome deveu-se ao casamento do capitão Antonio João da Costa, natural de S. Maria de Loures, com Maria da Rocha de Jesus, bisneta de Mateus Leme. (NEGRÃO, V4-211). Do primeiro casal nasceria João da Rocha Loures. Os Rocha Loures que alcançam o século XX apresentam várias quebras de varonia, como na linha do Dr. João Alves da Rocha Loures, desembargador e centro de um livro genealógico sobre a família em questão. Seu irmão Josino Alves da Rocha Loures foi deputado federal em 1955. Também merece destaque o Brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, que recebeu este título por ter sido diretor geral dos Índios em 1864. Título Mateus Leme. Título Moreira da Rocha.

- *Santos*, Caminha - Portugal/meados do século XVIII. Esta família começa com o capitão Manoel Lourenço Pontes, casado com Maria Francisca Cardoso de Lima, de Cananéia. Ela era filha do Sargento-Mór Domingos Cardoso de Lima, homem bom e proprietário de minas no Paraná. O primeiro foi o pai de Antônio Ricardo dos Santos, que com o seu filho homônimo, foram das mais importantes famílias do litoral. O segundo Antonio Ricardo dos Santos era grande comerciante ervateiro e pai de José Pereira dos Santos Andrade, governador e senador na República Velha. Descendentes de João Rodrigues de França e Domingos Cardoso de Lima. (NEGRÃO, V3-111-130 e V4-150).

- *Silveira da Motta*, Bahia/1840. A origem da família Silveira da Motta está ligada à vinda do Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta para o Paraná. Originário da Bahia e formado em medicina na Alemanha, o Dr. Joaquim

casou-se com Maria Theolinda da Conceição Ribas em 1842. Ocupou uma cadeira de deputado provincial e geral pelo Paraná. Seus filhos Joaquim Ignácio e Eusébio Silveira da Motta foram desembargadores do Tribunal de Justiça no período republicano. Coriolano Silveira da Motta seria deputado provincial em 1888. (NEGRÃO V2-473-508). Título Rodrigues Seixas.

- *Simas*, Açores, Portugal/meados do século XIX. Principia com a vinda do major Manoel Ignacio de Simas para Santa Catarina, mudando-se depois para Paranaguá. Destaque para o republicano Fernando Machado Simas, eleito deputado federal constituinte de 1891 e para o seu filho, o desembargador Hugo Simas, um dos patronos da Faculdade de Direito do Paraná. Título Simas. Título Rodrigues de França.

- *Siqueira Cortes*, São Paulo/final do século XVII. A genealogia desse grupo está incompleta. Presente na criação de Curitiba. Destaque para o sertanista e um dos descobridores dos campos de Palmas, coronel Pedro de Siqueira Cortes. Título Góes de Siqueira e título Rodrigues de França.

- *Sotto-Maior*, Portugal/final do século XVIII. Principia com o coronel Ignácio de Sá Sotto-Maior, natural de S. Martinho de Gandara, termo de Ponte de Lima-Braga. Casou-se em 1785 com Anna Maria Ferreira Bueno (NEGRÃO,V4-353). Destaque para o escritor Sebastião Paraná Sotto-Maior, filho reconhecido (NEGRÃO, V4-357) e Olímpio Sotto-Maior Neto, procurador geral do Estado do Paraná em 1996. Título Xavier Pinto.

- *Taques*, São Paulo/início do século XVIII. Teve origem no capitão Ignacio Taques de Almeida, que se casou em Curitiba com Margarida da Silva Leme. V5-157, V1-287. Posteriormente se casou em Quartelá, Tibagi, com Anna Luiza de Quadros. Pertenceu a este ramo o coronel Balduino de Almeida Taques, grande proprietário em Tibagi, Comandante da Guarda Nacional de Castro durante a crise de 1842. Batizado em 1778, faleceu em 1865. Casou-se com Maria Antonia Borges de Macedo. Mercer, 25-28. Também houve outro Balduino de Almeida Taques, com quebra de linha masculina, prefeito de Ponta Grossa e deputado da Constituinte do Paraná de 1892. (NEGRÃO, V5-186).

- *Tourinho*, Rio de Janeiro/1867. Começou com a vinda do engenheiro militar Francisco Antonio Monteiro Tourinho para o Paraná, a serviço da construção da estrada da Graciosa em 1867. Atuou em importantes obras de engenharia no Paraná. (NEGRÃO, V5-298). Do seu casamento com Maria Leocadia

Alves, nasceu o general Mario Alves Monteiro Tourinho (NEGRÃO, V5-310), Chefe do Governo Provisório e interventor no Paraná após a Revolução de 1930. Casou-se com Osminda Pinto Rebello. O irmão mais novo de Mario foi o tenente-coronel Plinio Alves Monteiro Tourinho (NEGRÃO,V5-356), Comandante militar revolucionário no Paraná e chefe da Revolução de 1930 no Estado. Do seu casamento com Esther Pereira, descendente de Manoel Antonio Pereira, o último Capitão-Mor de Paranaguá, nasceria dentre outros, o general, deputado federal e professor Luiz Carlos Pereira Tourinho, escritor e presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense na década de 1980 e 1990.

A chegada dos primeiros estrangeiros e a sua aceitação e incorporação nas famílias históricas.

Com a Independência do Brasil começa a imigração alemã. É o início de um processo de ingresso dos imigrantes e seus descendentes nas posições superiores da sociedade paranaense. Um exemplo pioneiro desse fenômeno são as famílias Westphalen e Virmond. Podemos observar a inflexão na constituição da classe dominante com a aculturação, assimilação e reprodução das estruturas sociais brasileiras por parte dos imigrantes. Um dos primeiros comportamentos apreendidos é a organização familiar copiada da velha classe dominante luso-brasileira.

- *Virmond*, Colonia-Alemanha/1830. Frederico Guilherme Virmond, médico, natural de Colonia, na Alemanha. Emigrou para o Brasil em 1818, primeiramente se estabeleceu no Rio de Janeiro e depois veio para a Lapa. Seus descendentes se casaram entre as famílias principais da Lapa. (NEGRÃO, V2-165).
- *Westphalen*, Berlim-Alemanha/1830. Eugenio Westphalen, farmacêutico, natural de Berlim, na Alemanha. Emigrou para o Brasil em 1825, primeiramente se estabeleceu no Rio de Janeiro e depois veio para a Lapa. Seus descendentes se casaram entre as famílias principais da Lapa. Destaque para o desembargador Emygdio Westphalen, do Tribunal de Justiça do Paraná e federalista em 1894. (NEGRÃO,V3-517-527). Título Rodrigues de França.

ANEXO PARTE 5, ITEM 1

PODER EXECUTIVO

Paranaenses que foram Ministros de Estado (até 1964)

- *Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.* Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Gabinete Francisco José Furtado. 1865. Título Carrasco dos Reis.
- *Manuel Francisco Correia.* Ministro dos Negócios Estrangeiros. Ministério do Gabinete Rio Branco.1871. Título Rodrigues de França.
- *Manuel Alves de Araújo.* Ministro de Estado da Agricultura, Comércio e Indústria, Viação e Obras Públicas. Gabinete Martinho Silva Campos. 1882. Título Rodrigues de França.
- *Bento Munhoz da Rocha Neto.* Ministro da Agricultura do Governo João Café Filho. 1954. Título Carrasco dos Reis.
- *Aramys Taborda Athayde.* Ministro da Saúde. Governo de João Café Filho. Título Rodrigues Seixas e Rodrigues de França. O Dr. Athayde era casado com Zorah Munhoz da Rocha. Título Carrasco dos Reis.
- *Amaury de Oliveira e Silva.* Ministro do Trabalho. Governo João Goulart. Período interrompido devido ao golpe de 31/3/1964. Foi exilado em 1964. Não pertencia às famílias tradicionais.
- *Ney Amintas de Barros Braga.* Ministro da Agricultura do Governo Castello Branco. 1964. Título Rodrigues de França e Teixeira Coelho.
- *Flávio Suplicy de Lacerda.* Ministro da Educação e Cultura. Governo Castello Branco. 1964. Título Rodrigues de França.

Paranaenses na Presidência da Província

- *João José Pedrosa* Presidente. Título Carrasco dos Reis.
- *Joaquim de Almeida Faria Sobrinho* ". Título Rodrigues Seixas.
- *Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá* ".Título Carrasco dos Reis.
- *Manoel Antonio Ferreira* Vice-Presidente. Título Carrasco dos Reis.
- *Manoel Alves de Araujo* ". Título Rodrigues de França.
- *Manoel Antonio Guimarães* ". Título Rodrigues de França.
- *Antonio Alves de Araujo* ". Título Rodrigues de França.
- *Agostinho Ermelino de Leão* ".Título Rodrigues de França.
- *Antonio Ricardo dos Santos* ". Título Rodrigues de França.
- *Ildefonso Pereira Correia* ". Título Rodrigues de França.
- *Joaquim José Alves* ". Título Alves[3].**anexo**

[3]Embora a sua descendência remeta ao Capitão-Mor de Antonina, Manoel José Alves, nascido em Portugal, em 1762. A esposa de Joaquim José Alves, Guilhermina Miró, pertence ao título Cardoso de Lima. (NEGRÃO, v.5, p.53, 272).

Os Governadores e Presidentes do Paraná Republicano

- Para o período republicano, se contarmos os chefes do poder executivo efetivos, excluindo-se os períodos revolucionários e os interinos, teremos:
- *Generoso Marques dos Santos*. 1891. Título Baltazar Carrasco dos Reis (filho natural reconhecido). V1-504, V2-119.
- *Francisco Xavier da Silva*. 1892-1896, 1900-1904, 1908-1912. Mesmo não pertencendo a um título histórico relacionado com a formação do Paraná, era neto de um grande fazendeiro dos Campos Gerais, no início do século XIX. Título Xavier da Silva. V6-342.
- *Vicente Machado da Silva Lima*. 1893-1894, 1904-1907. Título Carrasco dos Reis. V1-267.
- *José Pereira dos Santos Andrade*. 1896-1900. Título Rodrigues de França. V3-150, V4-130 (filho natural reconhecido).
- *João Candido Ferreira*. 1904, 1905, 1906, 1907. Título Carrasco dos Reis. V1-433.
- *Carlos Cavalcanti de Albuquerque*. 1912-1916. Por casamento, relações com o título Carrasco dos Reis. V1-240.
- *Afonso Alves de Camargo*. 1916-1920-1928-1930.Título Carrasco dos Reis. V1-450.
- *Caetano Munhoz da Rocha*. 1920-1924, 1924-1928. Título Carrasco dos Reis. V1-246.
- *Mario Alves Monteiro Tourinho*. 1930-1931. Por casamento, título Rodrigues Seixas e Carrasco dos Reis. Título Alves. V2-147, V5-310.
- *Manoel Ribas*. 1932-1945. Título Rodrigues Seixas e Carrasco dos Reis. V2-250.
- *Clotário de Macedo Portugal*. 1945-1946. Título Rodrigues Seixas. V2-330.
- *Brasil Pinheiro Machado*. 1946. Título Cardoso de Lima. V5-153.
- *Mário Gomes da Silva*.1946-1947. Baiano. Militar nomeado para realizar as eleições de 1947.
- *Moysés Wille Lupion de Tróia*. 1947-1951, 1956-1961. Empresário, filho de um imigrante espanhol. Casou com Hermínia Borba Rolim, neta do Coronel

Telêmaco Borba. Título Morocine Borba. A família Lupion vincula-se com parentescos com os Ribas e com os Fruet.

- *Bento Munhoz da Rocha Neto*. 1951-1955. Título Carrasco dos Reis. V1-248.
- *Adolpho de Oliveira Franco*. 1955. Título Rodrigues Seixas. V2-471.
- *Ney Aminthas de Barros Braga*. 1961-1965, 1979-1982. Título Rodrigues de França e Teixeira Coelho. V3-557.
- *Algacyr Guimarães*. 1965-1966. Título Rodrigues de França. V3-185.
- *Paulo Cruz Pimentel*. 1966-1971. Paulista. Casou-se com Yvonne Lunardelli, neta do "Rei do Café", Geremia Lunardelli, grande proprietário de terras no Norte do Paraná.
- *Haroldo Leon Peres*. 1971. Carioca. Eleito deputado estadual e federal pelo norte do Paraná. Indicação de Brasília para o governo do Estado. Sem apoio regional, foi destituído.
- *Pedro Viriato Parigot de Souza*. 1971-1973. Título Rodrigues de França. V3-241.
- *Emilio Hoffmann Gomes*. 1973-1975. Neto do Coronel Emílio Batista Gomes, primeiro prefeito de Irati, Paraná, em 1907. (Orreda: 1974, 86, 171). Uma filha do Coronel Emílio, Eulézia Gomes, era casada com Júlio Ignácio Rocha (Título Rodrigues Seixas, V2,227). Outra filha do coronel Emílio, Esther Gomes, era casada com Lauro Guimarães Villela (Título Cardoso de Lima, V5,148).
- *Jayme Canet Junior*. 1975-1979. Paulista. Cafeicultor e pecuarista.
- *José Hosken de Novaes*. 1982. Mineiro. Prefeito de Londrina.
- *José Richa*. 1983-1986. Fluminense. Prefeito de Londrina.
- *João Elisio Ferraz de Campos*. 1986. Paranaense. Diretor do Grupo Bamerindus. Filho de Edi Pereira (Título Moraes Cordeiro, V4,167).
- *Alvaro Fernandes Dias*. 1987-1991. Paulista. Origens políticas no Norte do Paraná.
- *Roberto Requião de Mello e Silva*. 1991-1994. Roberto é filho de Wallace Thadeu de Mello e Silva, prefeito de Curitiba em 1951. Neto do Coronel Wallace de Mello e Silva, natural de Laranjeiras, Sergipe. O coronel Wallace

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

foi camarista em Curitiba e deputado estadual (1930-1931). A família Requião, no Paraná, começa com a vinda do baiano Luiz Antonio Requião, em meados do século XIX. Foi Coletor das Rendas em Curitiba. Também os Mello e Silva são de origem nordestina. Originam-se da vinda para o Paraná de Justiniano de Mello e Silva, natural de Laranjeiras, Sergipe. Veio como secretário da Presidência de Lamenha Lins em 1876. (Gymnásio Paranaense: 1929, 14-15) (NEGRÃO, V6-120). Título Martins Lopes.

- *Mario Pereira*. 1994. Catarinense. Neto materno de Ernesto Meyer, irmão do Dr. Jorge Hermano Meyer, prefeito de Curitiba em 1896. Título Carrasco dos Reis. V1-542.
- *Jayme Lerner*. 1995. Filho de judeus poloneses. No entanto, no momento em que escrevemos, janeiro de 1997, o Estado-Maior intelectual desse governo é composto por: Rafael Greca de Macedo/secretário de Planejamento (Título Rodrigues de Seixas, Rodrigues de França, Carrasco dos Reis, Macedo). Manoel Valdomiro de Macedo é o avô paterno de Rafael Valdomiro Greca de Macedo. (V2-312, V3-233). Eduardo Rocha Virmond/Secretário de Cultura (Título Carrasco dos Reis, Rodrigues de Seixas, Cardoso de Lima, Macedo), (V2-177, V3-232, V5-152) e Alexandre Gutierrez Beltrão/Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (apesar de Beltrão ser de origem pernambucana e Gutierrez de origem uruguaia, ambos chegados no Paraná no fim do século XIX, Alexandre é bisneto do Barão do Serro Azul (Título Rodrigues de França, V3-291).

Prefeitos de Curitiba. 1893-1993. (IPPUC)

- *Cândido Ferreira de Abreu.* 1893-1894, 1913-1916. Engenheiro. Trabalhou nas obras de Belo Horizonte. Deputado e senador. Neto do Visconde de Nácar. Título Rodrigues de França. V3-178.
- *Guilherme Xavier de Miranda.* 1894. Industrial da erva-mate e da madeira. Casado com Analia Agner em primeiras núpcias e com Maria Thereza de Bittencourt em segunda núpcias. Ambas pertencentes ao título Rodrigues de França. V3-253 e 351.
- *Cyro Persiano Veloso.* 1895. Pai do escritor Dario Veloso. Título Rodrigues de França. V3-256.
- *Jorge Hermano Meyer.* 1896. Título Carrasco dos Reis e Pereira Braga. V1-542, V4-433.
- *Cícero Gonçalves Marques.* 1896-1897 e 1898-1900. Industrial da erva-mate. Filho do coronel Manoel Gonçalves Marques. Casado com Hernestina Marques. Título Rodrigues de França. V3-540. Título Marques de Jesus. V6-183.
- *Ignacio de Paula França.* 1897. Coronel, abastado industrial. Título Rodrigues Seixas. V2-263. Seu filho Aristides de França casou-se com Maria da Graça Fonseca Macedo, V2-154. A sua outra filha, Noemia de França, casou-se com Benigno Augusto Lima, sobrinho de Vicente Machado. V1-265.
- *Arthur de Souza Ferreira.* 1900. Título Xavier Pinto. V4-349. Título Cardoso de Lima. V5-76.
- *Luiz Antonio Xavier.* 1900-1905, 1905-1906, 1906-1908. Título Silva Pereira. V6-208. Foi deputado federal.
- *Antonio Rodrigues da Costa.* 1905. Casado com Rachel Silveira da Costa. Título Carrasco dos Reis e Rodrigues de França. V1-227 e V3-357.
- *Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva.* 1906. Paulista. Empresário. Presente na criação da Associação Comercial do Paraná. Sua filha Alice casou-se com o também empresário David da Silva Carneiro. V3-553. Sua filha Leonor casou-se com Artur Martins Franco. Título Xavier Pinto. V4-341. Seu filho Alberto

casou-se com a filha do deputado Sérgio de Souza Castro, Beatriz de Souza Castro. Seus descendentes comporiam o Monteiro, do grupo financeiro e industrial Monteiro Aranha. (Chaves e Vargas: 1987, 75, 180-183).

- *Joaquim Pereira de Macedo*. 1908-1912, 1930-1932. Industrial da erva-mate. Título Rodrigues Seixas. V2-343. Foi deputado estadual constituinte.
- *João Antonio Xavier*. 1912-1913, 1917-1920. Coronel. Irmão do Também coronel e prefeito de Curitiba Luiz Antonio Xavier. Título Silva Pereira.V6-208.
- *Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos*. 1916-1917. Pernambucano. Federalista. Casado com Elvira Branco dos Santos. Título Xavier Pinto. V4-363. Título Alves. V5-279.
- *Percy Withers*. 1920. Casado com Julietta de Barros, filha do comendador Antonio de Barros. Título Rodrigues de França. V3-59.
- *João Moreira Garcez*. 1920-1928, 1938-1940. Engenheiro Civil. Deputado Federal. Bisneto do primeiro prefeito de Curitiba (1835-1838, brecha do Ato Adicional, logo revogada) José Borges de Macedo. Título Cardoso de Lima. V5-74.
- Francisco de Paula Guimarães. Camarista e deputado estadual. Professor. Casado com Maria Júlia de Barros. Título Rodrigues Seixas. V2-466.
- *Eurides Cunha*. 1928-1930. Filho do coronel Domingos Antonio da Cunha, casado em primeiras núpcias com Balbina Guimarães. V5-149. Título Cardoso de Lima. Eurides era Bacharel em Direito. Foi deputado federal. A sua irmã Debora da Cunha, era casada com o tenente-coronel João Ferreira Maciel. V1-554. Título Carrasco dos Reis.
- *Avelino Lopes*. 1932.
- *Jorge Lothario Meissner*. 1932-1937.
- *Aluízio França*. 1937. Médico. Casado com Jandyra de Almeida. Título Xavier Pinto. V4-334.
- *Nicolau Mader Júnior*. Filho do coronel Nicolau Mader, importante ervateiro. Título Santos. V6-223. Título Bley. V6-492. Hugo Mader, seu irmão, casou-se com Maria da Luz Ferreira de Abreu. Título Rodrigues de França. V3-162. Seu outro irmão, Othon Mader, seria senador e era casado com Olivia de Abreu. Título Xavier Pinto. V4-396.

- *Carlos Heller*. 1937-1938. Casado com Julieta de Sá Pereira? Título Silva Pereira. V6-199.
- *Oscar Borges de Macedo Ribas*.1938. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná. Título Rodrigues Seixas e Título Cardoso de Lima. V2-371, V5-52. Casado com Nadyr Junqueira. Título Moraes Cordeiro. V4-177.
- *Angelo Lopes*. 1938, 1947. Casado com Joaquina Silva. Título Silva Pereira. V6-213.
- *Hostilio de Souza Araújo*. Bacharel em Direito por São Paulo. 1938. Título Alves. V5-295.
- *Rozaldo de Mello Leitão*. 1940-1943.
- *Arnaldo Isidoro Beckert*. 1941.
- *Alexandre Beltrão*. 1943-1945, 1945-1946. Catarinense. Engenheiro civil. Filho do Pernambucano Francisco da Cunha Machado Beltrão, que foi Juiz em Curitiba e desembargador em Santa Catarina. Alexandre era casado com Zilda Fontana, neta do Barão do Serro Azul. Título Rodrigues de França. V3-291, 319.
- *João Macedo de Souza*. 1945, 1946, 1947. Engenheiro Civil. Título Rodrigues Seixas. V2-310.
- *Alô Ticoulat Guimarães*. 1945. Médico. Bisneto do Visconde de Nácar. Título Rodrigues de França e título Rodrigues Seixas. V2-520,V3-188.
- *Algacyr Munhoz Mader*. 1946. Engenheiro Civil. Filho de Jordão Mader, industrial de erva-mate, casado com Maria Munhoz. Título Carrasco dos Reis. V1-255. Algacir casou com Iva Guimarães. Título Rodrigues de França. V3-156.
- *Raul de Azevedo Macedo*. 1946. Engenheiro Civil. Título Rodrigues Seixas. V2- 338, V5-29.
- *João Kracik Neto*. 1947.
- *Ney Leprevost*. 1948-1949.
- *Antenor Pamphilo dos Santos*. 1948. Título Rodrigues Seixas. V2-346.
- *Lineu Ferreira do Amaral*. 1949, 1950. Engenheiro Civil. Título Carrasco dos Reis. V1-428.

- *Amâncio Moro*. 1951.
- *Ernani Santiago de Oliveira*. 1950, 1951. Título Rodrigues Seixas. V2-374. Neto paterno de Maria Rufina Borges de Macedo.
- *Wallace Tadeu de Mello e Silva*. 1951. Filho do coronel Wallace de Mello e Silva (camarista em Curitiba e deputado estadual), nascido em Laranjeiras, Sergipe. Veio para o Paraná com o seu pai, José Justiniano de Mello e Silva, secretário de Governo de Lamenha Lins em 1876.
- *Erasto Gaertner*. 1951,1952, 1953. Médico. Deputado estadual e federal. Secretário da Fazenda.
- *Mario Afonso Alves de Camargo*. 1952. Filho de Afonso Alves de Camargo. Título Carrasco dos Reis.
- *Milton Anselmo da Silva*. 1953.
- *José Luiz Guerra Rego*. 1953. Alagoano.
- *Augusto Toaldo Tulio*. 1954.
- *Ney Amintas de Barros Braga*.1954-1958. O primeiro eleito pelo voto direto. Título Rodrigues de França e Teixeira Coelho. V3-557.
- *Elias Karam*. 1958.
- *Edmundo Leining Saporski*. 1958.
- *Iberê de Mattos*. 1958-1962. General. Casado com Enoê Pereira Tourinho, descendente do último Capitão-Mor de Paranaguá (Costa: 1988, 207-209). Filha do coronel Plínio Alves Tourinho. V5 - 391.
- *Erondi Silvério*. 1961, 1962.
- *Ivo Arzua Pereira*. 1962-1967. A mãe do Prefeito Ivo Arzua, Maria Emília Arzua, era irmã do industrial Militão Arzua, casado com Etelvina da Cunha. Título Teixeira Coelho. V4-389.
- *Omar Sabbag*. 1967-1970. Engenheiro.
- *Jaime Lerner*. 1971-1975, 1979-1983, 1989-1992. Arquiteto.
- *Saul Raiz*. 1975-1979. Engenheiro.
- *Maurício Fruet*.1983-1986.

- *Roberto Requião de Mello e Silva*. 1986-1989. Filho do prefeito de Curitiba, Wallace de Mello e Silva.
- *Rafael Greca de Macedo*. 1993. Título Rodrigues Seixas. Descendente de Baltazar Carrasco dos Reis e de João Rodrigues de França. V2-312, V3-233.
- *Cássio Taniguchi*. 1997. Engenheiro. Fez carreira técnica como integrante do grupo de Jaime Lerner. Filho de imigrantes japoneses do interior de São Paulo. O Chefe de Gabinete da Prefeitura de Curitiba é Fabiano Braga Cortes Júnior, descendente de Gabriel de Lara, primeira autoridade política da Capitania e Capitão Povoador de Paranaguá no século XVII (V4-66-67). Título Laras e Rodrigues de França. Família Braga (V3-557).

Secretaria da Justiça do Paraná

Analisaremos a composição da Secretaria de Justiça do Paraná, desde 1892 até 1975. (SEJU, PACHECO, 1977).

- 1892/*João Ferreira Leite*. Seu filho Francisco se casa no título Rodrigues Seixas, com Alzira de Athayde. (NEGRÃO,V2, 163).
- 1892/*Jerônimo Cabral Pereira do Amaral*. A sua filha Corina se casa no título Moraes Cordeiro com Joel Valdemiro de Oliveira Portes (NEGRÃO, V4,146).
- 1893/*Luiz Antonio Xavier*. Título Silva Pereira. (NEGRÃO, V6, 208).
- 1893/*Caetano Alberto Munhoz*. Família Munhoz.
- 1896/*Antonio Augusto de Carvalho Chaves*. Sua filha Walkiria casou-se com David Silveira da Motta no título Rodrigues Seixas. (NEGRÃO, V2,480).
- 1900/*Octávio Ferreira do Amaral*. Família Ferreira do Amaral.
- 1904/*Bento José Lamenha Lins*. Casado com Helena de Loyola. Família Loyola
- 1908/*Luiz Antonio Xavier*.
- 1912/*Marins Alves de Camargo*. Irmão do Presidente Afonso Camargo. Família Camargo.
- 1913/*Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos*. Pernambucano. Casado com Elvira Branco dos Santos. Título Xavier Pinto e Alves. (NEGRÃO, V4,363 e V5, 279).

- 1916/*Enéas Marques dos Santos*. Filho do presidente Generoso Marques dos Santos. Família Marques dos Santos.
- 1919/*Manuel de Oliveira Franco*. Família Oliveira Franco.
- 1920/*Marins Alves de Camargo* (ver 1912).
- 1923/*Alcides Munhoz*. Família Munhoz.
- 1926/*José Pinto Rebello Júnior*. Família Pinto Rebello.
- 1930/*João Ribeiro de Macedo Filho*. Família Macedo.
- 1930/*João Pernetta*. Casado com Laura Beltrão, neta de Guilhermina Correia. Família Correia. (NEGRÃO V3, 311).
- 1932/*Clotário de Macedo Portugal*. Família Macedo.
- 1932/*Catão Mena Barreto Monclaro*. Casado com Zélia Vieira de Castro, filha de Julieta Silveira da Motta. Família Silveira da Motta. (NEGRÃO, V2, 478).
- 1933/*Francisco Martins Franco*. Casado com Maria Rosa de Miranda.Título Rodrigues França. (NEGRÃO, V3, 352).
- 1933/*Eurípedes Garcez do Nascimento*. (Gonçalves Cordeiro do Nascimento). Título Rodrigues de França. (NEGRÃO, V3,230).
- 1937/*Oscar Borges de Macedo Ribas*. Família Macedo e Ribas. (NEGRÃO,V2-371).
- 1937/*Omar Gonçalves da Motta*.
- 1939/*Manoel Lacerda Pinto*. Família Lacerda. (NEGRÃO,V3, 553).
- 1941/*Fernando Flores*. Gaúcho.
- 1945/*Oscar Martins Gomes*. Título Gonçalves Marques. (NEGRÃO, V6,175).
- 1946/*Oscar Borges de Macedo Ribas* (ver ano de 1937).
- 1946/*Fernando Flores* (ver ano de 1941).
- 1947/*João Teophilo Gomy Júnior*. Casado com Annita de Macedo. (NEGRÃO, V2-372). Famílias Ribas e Macedo.
- 1949/*Raul Vaz*. Paulista.
- 1950/*Hostílio Cesar de Souza Araujo*. Título Alves. (NEGRÃO, V5, 295).
- 1951/*Roberto Barrozo*. Carioca.

- 1951/*Aramis Athayde*. Sua mãe era da Família Taborda Ribas.(NEGRÃO, V3-217, V2-164).
- 1953/*Laertes de Macedo Munhoz*. Família Macedo e Munhoz.
- 1953/*Renato Gurgel do Amaral Valente*. Filho do desembargador Benvindo Gurgel do Amaral Valente.
- 1955/*Fernando Flores*.Ver 1941.
- 1956/*Alô Ticoulat Guimarães*. Família Guimarães.
- 1957/*Guataçara Borba Carneiro*. Casado com Matilde Mercer. (NEGRÃO, V2-394). Família Borba.
- 1958/*Alcides Pereira Júnior*. Título Góes de Siqueira, com ascendentes no Paraná do século XVII. (NEGRÃO, V5, 250).
- 1959/*Antonio Lustosa de Oliveira*. Não conseguimos identificá-lo diretamente, mas a sua família está ligada a grupos importantes de Palmas (Lustosa Danguy, NEGRÃO, V3, 619).
- 1960/*José Colombino Grassano*. Mineiro.
- 1960/*Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*. Família Oliveira Franco.
- 1960/*Felipe Silveira Bittencourt*. Gaúcho.
- 1961/*Rubens Requião*. (NEGRÃO, V6, 121).
- 1962/*Afonso Alves de Camargo Neto*. Família Camargo.
- 1962/*Júlio Farah*.
- 1964/*Gaspar Peixoto Costa*. General, gaúcho, encarregado de facilitar a implantação do regime militar no Paraná. Casado com Belmair. Título Rodrigues França (NEGRÃO, V3,14).
- 1964/*Lauro Rego Barros*. Bisneto de Cândido Lopes, o introdutor da imprensa no Paraná em 1854. Título Carrasco dos Reis. (NEGRÃO, V1, 283).
- 1965/*Plauto Miró Guimarães*. Famílias Miró e Guimarães.
- 1966/*José Munhoz de Mello*. Família Munhoz.
- 1966/*João de Mattos Leão*.
- 1969/*Lauro Fabrício de Melo Pinto*.

- 1971/*Ruy Ferraz de Carvalho*.Mineiro.
- 1971/*Mario Faraco*.
- 1973/*Octávio Cesário Pereira Júnior*. Catarinense.
- 1974/*Zacharias Emiliano Seleme*.
- 1975/*Túlio Vargas*. Família Borba.

PODER LEGISLATIVO

Senado do Paraná. 1854-1979

- *João da Silva Machado*. Barão de Antonina. Casado com Anna Ubaldina de Guimarães. Título Cardoso de Lima.
- *Manuel Francisco Correia*. Família Correia. Título Rodrigues de França.
- *Ubaldino do Amaral Fontoura*. Nasceu na Lapa, filho de um tropeiro que não pertencera aos quadros dominantes.
- *José Pereira dos Santos Andrade*. Título Rodrigues de França e Cardoso de Lima.
- *Generoso Marques dos Santos*. Título Carrasco dos Reis.
- *Vicente Machado*. Título Carrasco dos Reis.
- *Arthur Ferreira de Abreu*. Título Rodrigues de França.
- *Alberto José Gonçalves*. Título Cardoso de Lima.
- *Brazílio Ferreira da Luz*. Título Carrasco dos Reis.
- *Francisco Xavier da Silva*. Neto de um fazendeiro português dos Campos Gerais.
- *Candido Ferreira de Abreu*. Título Rodrigues de França.
- *Manoel de Alencar Guimarães*. Título Rodrigues de França.
- *Carlos Cavalcanti de Albuquerque*. Por casamento, título Carrasco dos Reis.
- *Afonso Camargo*. Título Carrasco dos Reis.
- *Luiz de Albuquerque Maranhão*. Por casamento, título Carrasco dos Reis.
- *Marins Camargo*. Título Carrasco dos Reis.
- *Flávio Carvalho Guimarães*. 1933. 1946. Título Cardoso de Lima.
- *Arthur Ferreira dos Santos*. 1933. 1946. Filho do Bacharel pernambucano Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, juiz e prefeito de Curitiba. Título Xavier da Silva e Título Alves.(NEGRÃO V4,363 e V5,279).

- *Roberto Glasser*. 1933. 1946. Gaúcho.
- *Othon Mäder*. 1951. Filho do Coronel Nicolau Mader. Título Bley. Casou com Olivia de Abreu. Título Teixeira Coelho. V6 e V4-396.
- *Alô Ticoulat Guimarães*. 1955. Título Rodrigues Seixas e Rodrigues de França.
- *Gaspar Duarte Vellozo*. 1956.
- *Moysés Lupion*. 1955. Filho de um imigrante espanhol. Casou-se com Hermínia Borba Rolim, neta do coronel Telêmaco Borba, chefe político em Tibagi.
- *Abilon de Souza Naves*.1959. Nasceu em Uberaba, Minas Gerais.
- *Nelson Maculan*.Nasceu em Santana do Parnaíba, São Paulo. Cafeicultor no Norte do Paraná.
- *Amaury de Oliveira e Silva*. 1963.
- *Adolpho de Oliveira Franco*. 1963. Título Rodrigues Seixas.
- *Rubens de Mello Braga*. 1963. Título Laynes. V6, 68.
- *Ney Aminthas de Barros Braga*. 1967. Título Rodrigues de França e Teixeira Coelho.
- *Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho*. 1971. Título Rodrigues de França.
- *João Mattos Leão*. 1971. Filho do prefeito de Guarapuava José Mattos Leão.
- *Octávio Cesário Pereira Júnior*. Nasceu em Itajaí, Santa Catarina. Parente do governador Mário Pereira.
- *Francisco Leite Chaves*. 1975. Nasceu em Itaporanga, Paraíba.
- *Afonso Alves de Camargo Neto*. 1979. Título Carrasco dos Reis.
- *José Richa*. Fluminense. 1979. Carreira política no Norte do Paraná.

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Paraná. 1891-1981[4]

- *José Alfredo Correia de Oliveira*. Baiano.
- *Emygdio Westphalen*. Título Rodrigues de França. V3-527
- *Joaquim Ignacio Silveira da Motta Junior*. Título Rodrigues Seixas. V2-474
- *Conrado Caetano Erichsen*. Título Rodrigues de França. V3-479
- *Augusto Lobo de Moura*. Casou com Adilia, filha do capitão F.P.de Azevedo Portugal Filho, Título Xavier Pinto, V4-349. Sua filha Adelia casou-se com Leonidas Franco Fernandes de Barros. Título Rodrigues Seixas. V2-469.
- *Bento Fernandes de Barros*. Cearense. c/c Joaquina de Oliveira Franco. Título Rodrigues Seixas. V2-465.
- *Luiz Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque*. Baiano. Casou com Iria Ferreira da Luz. Título Carrasco dos Reis.V1-194
- *João Antonio de Barros Junior*. Carioca.
- *Euclides Francisco de Moura*.Nasceu em Iguape, São Paulo. Sua filha Elisa casou-se com Raul Cezar Plaisant. Título Xavier Pinto, V4-369. Seu filho Francisco casou-se com Joana Borba, Título Morocine Borba. V6-105.
- *Benjamim Americo de Freitas Pessoa*. Paraibano. Casou com Maria Constança Faria, filha do presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. Título Rodrigues Seixas.V2-448.
- *Francisco Itaciano Teixeira*. Pernambucano. Sua filha Itacelina casou-se com Damazo Corrêa Bittencourt. Título Corrêa de Bittencourt. V5-29.
- *Joaquim Antonio de Oliveira Portes*. Casou-se com Ambosina Machado. Título Moraes Cordeiro.V4-146

---

[4]As biografias resumidas dos desembargadores encontram-se no livro, "*História do Poder Judiciário no Paraná*". (Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte: 1982).

- *Benvindo Gurgel do Amaral Valente*. Cearense. Sua filha Maria do Carmo casou-se com Afonso Pereira de Camargo. Título Rodrigues de França. V3-67.
- *Olavo Graciliano de Mattos*. Paraense.Casou-se com Elvira Pletz. Título Rodrigues Seixas. V2-595.
- *Euclides Bevilaqua*. Cearense.
- *Felinto Manoel Teixeira*. Maranhense.
- *João Baptista da Costa Carvalho*. Sergipano. Sua filha Constança casou-se com Ildefonso Correia do Serro Azul, filho do Barão do Serro Azul. Título Rodrigues de França. V3-303.
- *Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho*. Pernambucano.
- *Eusébio Silveira da Motta*. Título Rodrigues Seixas. V2-481
- *José Henrique de Santa Ritta*. Título Rodrigues de França.V3-64
- *Joaquim Ignacio Dantas Ribeiro*. Potiguar.
- *Luís Albuquerque Maranhão*. Casou com Alayde Rocha Kuster. Título Carrasco dos Reis. V1-259.
- *Sallustio Lamenha Lins de Souza*. Pernambucano. Parente do presidente de Província Adolfo Lamenha Lins.
- *Clotario de Azevedo Macedo Portugal*. Título Rodrigues Seixas e Macedo. V2-330.
- *Carlos Pinheiro Guimarães*. Título Laynes. V6-69.
- *Alcebiades de Almeida Faria*. Título Rodrigues Seixas e Rodrigues França. V3-599, V2-362.
- *Antonio Martins Franco*. Casado com Helvidia D'Arc Munhoz. Título Xavier Pinto e Carrasco dos Reis. V1-242, V4-343.
- *Eudoro Cavalcanti de Albuqerque*. Pernambucano. Casou com Amasilia, irmã de Afonso Camargo. Título Carrasco dos Reis. V1-453.
- *Artur da Silva Leme*. Casou-se com Sarah Nogueira. Título Rodrigues de França. V1-224.
- *Octavio Ferreira do Amaral e Silva*. Título Carrasco dos Reis. V1-430.

- *João José Arruda Junior*. Pernambucano. Casou com Maria Virmond de Arruda. Título Carrasco dos Reis. V1-409.
- *Isaías Bevilaqua*. Pernambucano.
- *Hugo Gutierrez Simas*. Título Rodrigues de França. V3-321.
- *Julio Abelardo Teixeira*. Maranhense.
- *Leonel Pessoa da Cruz Marques*. Paraibano. Irmão de Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, casado com Celmira Pinto Rebello, cunhada de Afonso Camargo. Título Carrasco dos Reis.V2-150.
- *Antonio Leopoldo dos Santos*. Título Carrasco dos Reis. V1-203.
- *Antonio Rodrigues de Paula*. Paranaense.
- *Cid Campelo*. Piauiense.Casou com Fulvia Saporiti. Título Rodrigues de França. V3-630.
- *Manoel Lacerda Pinto*. Título Rodrigues de França. V3-553.
- *Aristoxenes Correa de Bittencourt*. Título Corrêa de Bittencourt.V5-28.
- *Edson Nobre Lacerda*. Sergipano. Casou com Maria Camargo.
- *Francisco da Cunha Pereira*. Casou com Júlia do Amaral Ferreira, filha do Presidente João Cândido Ferreira. Título Carrasco dos Reis. V1-430.
- *Antonio Gomes Junior*. Casou com Evanira, sobrinha de Afonso Alves de Camargo. Título Carrasco dos Reis.V1-449.
- *Eduardo Xavier da Veiga*. Carioca.
- *José Munhoz de Mello*. Título Carrasco dos Reis. V1-252.
- *Ernani Guarita Cartaxo*. Paraibano. Veio para o Paraná com poucos anos de vida. Filho do serventuário da Fazenda José Joaquim do Couto Cartaxo. Seu irmão Alcebiades Guarita Cartaxo casou-se com Carmen Pereira, filha de Francisca Munhoz. Título Carrasco dos Reis.
- *Aluísio Garcia da Costa Barros*. Pernambucano.
- *Antonio Franco Ferreira da Costa*. Título Xavier Pinto. V4-343. Casou com Maria Macedo.
- *Aprígio Paulo de Carvalho Cordeiro*. Paraense.

- *Segismundo Gradowski.* Casou com Mercedes do Nascimento.Título Rodrigues de França.V3-125.
- *João Alves da Rocha Loures.* Título Carrasco dos Reis e Rodrigues de França. V1-463, V3-622.
- *Artur da Cruz Galvão do Rio Apa.* Carioca.
- *Lauro Sodré Lopes.* Neto de Cândido Martins Lopes, o criador da imprensa no Paraná. Título Carrasco dos Reis. V1-284.
- *Joaquim Penido Monteiro.* Mineiro. Casou-se com Olindina Amazonas de Araujo Marcondes, filha do Coronel Amazonas de Araújo Marcondes.Título Rodrigues de França. V3-461.
- *Oscar Carvalho e Silva.* Alagoano.
- *Lauro Fabrício de Mello Pinto.* Paranaense.
- *James Macedo Portugal.* Título Rodrigues de Seixas. V2-330.
- *Edmundo Mercer Junior.* Título Rodrigues de Seixas. V2-394.
- *Joaquim Ferreira Guimarães.* Sua irmã Francisca de Paula se casou com Domingos Ferreira Maciel. Título Rodrigues de Seixas. V2-583.
- *Augusto Guimarães Cortes.* Título Laras. Descendente de Gabriel de Lara, Capitão-Mor, Ouvidor e Alcaide-Mor da Capitania de Paranaguá em 1660. V4- 8,68.
- *Francisco de Paula Xavier Filho.* Sua irmã, Maria Augusta de Paula Xavier, casou-se com Antonio Correa de Lacerda. Título Rodrigues de França. V3-348.
- *José Pacheco Junior.*
- *Jairo Campos.* Goiano.
- *Isidoro João Brzezinski.*
- *Alceste Ribas de Macedo.* Título Rodrigues Seixas. V2-334.
- *Alcino de Carvalho e Souza.* Paraibano.
- *James Pinto de Azevedo Portugal.* Título Rodrigues Seixas. V2-309.
- *Joaquim de Oliveira Sobrinho.*

- *Ernani Almeida de Abreu.* Título Moraes Cordeiro. V4-169.
- *Alberto de Carvalho Seixas.* Amazonense.
- *Henrique Nogueira Dorfmund.* Casou com Luiza Erichsen Pereira. Título Carrasco dos Reis. V1-400.
- *Heliantho Guimarães Camargo.* Título Carrasco dos Reis. V1-440.
- *Eurico Pereira de Macedo.* Título Rodrigues Seixas. V2-345.
- *José Carlos Ribeiro Ribas.* Gaúcho.
- *Ariel Ferreira do Amaral e Silva.* Título Carrasco dos Reis. V1-430.
- *Athos Moraes de Castro Vellozo.*Título Rodrigues de França. V3-269.
- *Arthur Heraclio Gomes Filho.* Título Góes Siqueira.
- *Marçal Justen.* V6-330.
- *Julio Ribeiro de Campos.* Título Corrêa de Bittencourt. V5-22.
- *Mariano Bueno Brandão Braga.* Título Oliveira Cardoso. V4-599.
- *Miguel Thomaz Pessoa.* Título Teixeira Coelho. V4-394.
- *Vátel Gonçalves Pereira.* Título Taques. V5-189.
- *Ismael Dorneles de Freitas.*
- *Ossian França.* Título Rodrigues de França. V3-453.
- *Ary Florencio Guimarães.* Título Carrasco dos Reis. V1-443.
- *Murilo Eurico Cordeiro Roncaglio.*
- *Zeferino Mozzato Krukoski.*
- *Aran Machado.* Carioca.
- *Aurélio Feijó.* Carioca, filho de imigrantes galegos espanhóis.
- *Armando Jorge de Oliveira Carneiro.* Título Carrasco dos Reis, Rodrigues de França, Góes de Siqueira. V1-216, V3-153, V5-265.
- *Acyr Saldanha de Loyola.* Título Carrasco dos Reis, Rodrigues de França, Cardoso de Lima. V1-219, V3-118, V5-63.
- *Ronald Accioly Rodrigues da Costa.* Título Rodrigues de França. V3-417.
- *Alceu Conceição Machado.* Casado com Cilene Rodrigues da Costa.

- *José Said Zanlute*. Nasceu em Corumbá, Mato Grosso do Sul.
- *Luiz Renato Pedroso*. Título Rodrigues Seixas. V2-425.
- *Jorge Andriguetto*. Título Rodrigues de França. V3-213.
- *Mario Lopes dos Santos*.
- *Claudio Nunes do Nascimento*.
- *Jayme Munhoz Gonçalves*. Título Carrasco dos Reis. V1-251
- *Szcepan Maximiliano Stasiak*. Gaúcho.
- *Haroldo da Costa Pinto*. Pode ser dos Costa Pinto do litoral, título Laynes? V6-74/80?
- *Clementino Schiavon Puppi*. Casado com Maria Kuster. Título Carrasco dos Reis. V1-259.
- *José Lemos Filho*. Casado com Maria da Luz Ribas. A família Ribas têm várias Maria da Luz. Título Rodrigues Seixas?
- *Plinio Cachuba*.
- *Sílvio Romero Stadler de Souza*.
- *Ildefonso Marques*. Neto de Generoso Marques dos Santos. Título Carrasco dos Reis, V1-410.
- *Abrahão Miguel*.
- *Eros Nascimento Gradowski*. Título Rodrigues França. V3-125.
- *Lauro Lima Lopes*. Título Rodrigues Seixas. V2-455.
- *João Cid de Macedo Portugal*.Título Rodrigues Seixas. V2-338.

EMPRESARIADO

Associação Comercial do Paraná. Galeria dos Presidentes. 1890-1975 (Carneiro, 1981)

- *Ildefonso Pereira Correia*, Barão do Serro Azul, 1890/1893. Título Rodrigues de França.
- *José Ribeiro de Macedo*, 1893/1895, 1913/1917. Título Rodrigues de Seixas.
- *João Ribeiro de Macedo*, 1899/1901. Título Rodrigues de Seixas.
- *Zacarias de Paula Xavier*,1895/1897,1901/1909,1917/1919. Título Carrasco dos Reis. V1-484. Casou com Joaquina de Macedo. Título Rodrigues Seixas. V2-345.
- *David Antonio da Silva Carneiro*, 1897/1899.Nasceu em Iguape. Seu filho de mesmo nome, casou-se com Alice Monteiro, filha do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. A sua filha, Maria Augusta, casou-se com José Guilherme Loyola. Título Carrasco dos Reis. V1-221.
- *João Pamphilo de Assunção*, 1909/1913, 1927/1931. Casou com Maria Amélia de Barros Mota. Título Rodrigues de Seixas. V2-467. Era filho do Coronel Manoel Euphrásio D'Assunção. Comandante do Corpo de Polícia do Paraná de 1857 até 1881. (Bardelli: 1941, 9).
- *João Guilherme Guimarães*, 1919/1923. Título Rodrigues de França. V1-199.
- *David Antonio da Silva Carneiro*, 1923/1927. Seu filho David Carneiro Júnior casou-se com Marília Suplicy de Lacerda. Título Rodrigues de França. V3-552. Sua filha Josephina casou-se com José Cândido da Silva Muricy. Título Carrasco dos Reis. V1-197.
- *Rivadávia de Macedo*, 1931/1933, 1939/1946. Título Rodrigues de Seixas. V2-153.
- *Arcésio Guimarães*, 1933/1937. Título Rodrigues de França. V3-195.
- *João Vianna Seiler*, 1937/1939. Título Moraes Cordeiro. V4-180. Casou com Semiramis de Macedo. Título Rodrigues Seixas. V2-311.
- *Francisco Fido Fontana*, 1946.Título Rodrigues de França. Genro do Barão do Serro Azul.

- *Epaminondas Santos*, 1946/1958. Título Carrasco dos Reis. V1,572.
- *Ivo Leão*. Título Rodrigues de França. V3-292.
- *Adolpho Machado*, 1959/1962.
- *Oscar Schrappe Sobrinho*, 1962/1966.
- *Noel Lobo Guimarães*, 1966/1972. Título Rodrigues de França. V3-195.
- *João Chalbaud Biscaia*, 1972/1976. Título Carrasco dos Reis. V1-574.
- *Carlos Alberto Pereira Oliveira*, 1976. Título Rodrigues Seixas. V2-154.

Federação das Indústrias do Estado do Paraná. FIEP

Presidentes da FIEP. 1944-1968

- *Heitor Stockler de França*. Presidente de 1944 a 1958. Empresário do setor de indústrias gráficas. Casou-se com Brazilia Taborda Ribas. (V2-160). Título Rodrigues Seixas. Seu filho Ildefonso se casou com Maria da Luz Pereira, descendente do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira, negociante no início do século XIX. Título Pereira.
- *Lídio Paulo Bettega*. Presidente de 1958 a 1968. Começou com uma indústria madeireira, diversificando suas atividades comerciais depois. Casado com Semiramis Seiler, filha do Presidente da Associação Comercial do Paraná, João Viana Seiler e de Semiramis de Macedo. Título Rodrigues de Seixas e Cardoso de Lima. V2-311 e V4-180.

Banestado. Banco do Estado do Paraná[5]

- *Pretextato Pennafort Taborda Ribas*. 15/10/28- 7/1/30. Título Rodrigues Seixas. V2-161.
- *Paulo Martins Ribeiro* (Interino). 7/1/30-20/1/30.
- *Gustavo A. de Carvalho*.20/1/30-24/11/30.

---

[5]Galeria dos Presidentes. 1928-1979. (Vargas: 1996).

- *Manoel José Gonçalves*. 28/3/31-16/6/31. Título Cardoso de Lima.V5-84. Irmão do senador e bispo Dom José Gonçalves.
- *Bertholdo Hauer* 25/11/30- 28/3/31, 4/3/32-23/2/35, 5/8/35-2/3/36. Família de comerciantes Hauer.
- *David Antonio da Silva Carneiro* 1/7/31-4/3/32. Escritor. Casado com Marília Suplicy de Lacerda. Título Rodrigues de França. V3-552. Filho do empresário do mesmo nome e neto do empresário também homônimo e neto materno do empresário coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva.
- *Ivo Abreu de Leão* 23/2/35- 5/8/35. Título Rodrigues de França. V3-293.
- *Rivadavia de Macedo* 2/3/36-23/3/48. Título Rodrigues Seixas. V2-153.
- *Arcesio Correia de Lima* 23/3/48-24/2/51. Título Rodrigues Seixas. V2-259. Genro do comendador Antonio de Barros.
- *Anísio Hermógenes Bartolomei* 26/2/51-8/3/51.
- *Francisco de Paula Soares Neto* 8/3/51-19/1/53, 30/5/55-15/2/56. Foi tenente revolucionário no Paraná em 1930.
- *Felizardo Gomes da Costa* 19/1/53-30/5/55. Título Moraes Cordeiro. V4-195.
- *Eugênio José de Souza* 13/10/54-18/5/55.
- *Bertino Martins de Miranda* 18/5/55-30/5/55.
- *Joaquim de Almeida Peixoto* 15/2/56-9/9/58.
- *Heitor Lamounier* 9/9/58-20/4/60.
- *Affonso de Rosa* 28/4/60-20/2/61.
- *Máximo João Kopp* 28/2/61-15/2/66.
- *Jayme Canet Júnior* 15/2/66-26/8/66.
- *Júlio Manfredini Júnior* 26/8/66-6/6/68.
- *Algacyr Guimarães* 6/6/68-17/3/71. Título Rodrigues de França.V3-185.
- *Caetano Braga Cortes* 9/2/71-18/3/71. Título Laras. V4-67.
- *Ewaldo Vita* 18/3/71-14/8/73.
- *Afonso Alves de Camargo Neto* 14/8/73-1/4/74, 19/3/75-10/9/75. Título Carrasco dos Reis. V1-451.

- *Celso da Costa Sabóia* 1/4/74-19/3/75, 23/3/77-19/7/79. Título Bley. V6-479.
- *Emílio Hoffmann Gomes* 10/9/75-23/3/77.

Conselho Administrativo de Estado. (Fim do Estado Novo)

- Presidente: *Antonio Augusto Carvalho Chaves*. Paraibano. Sua filha Walkiria casou-se com David Silveira da Motta. Título Rodrigues Seixas. V2-481.
- *Alô Guimarães*. Bisneto do Visconde de Nácar. Título Rodrigues de França. V3-188. Título Rodrigues Seixas. V2-520.
- *Caio Graccho Machado de Lima*. Filho de Vicente Machado, Presidente do Paraná. Título Carrasco dos Reis. V1-276.
- *Hostílio César de Souza Araújo*. Título Alves. V5-295. anexo

Tribunal de Contas[6]. 1947

- *Raul Vaz*. Paulista.
- *Raul Viana*.
- *Caio Graccho Machado Lima*. Título Carrasco dos Reis. V1-276.
- *Brasil Pinheiro Machado*. Título Rodrigues Seixas. V2-439.
- *Daniel Borges dos Reis*. Paulista.
- *Eugênio José de Souza*. Casou-se com Laura Régis Pereira de Souza, Bisneta do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira. Título Pereira. V5-257.
- *Lauro Rego Barros*. Título Carrasco dos Reis. V1-283.
- *Algacyr Guimarães*. Bisneto do Visconde de Nácar. Título Rodrigues de França. V3-185.
- *Nacim Bacilla Neto*.

---

[6]Tribunal de Contas do Estado do Paraná. 47 anos de História. 1947-1994. (Tribunal de Contas do Estado do Paraná: 1994).

- *Leonidas Hey de Oliveira.*
- *José Isfer.*
- *Antonio Ferreira Rüppel.* Título Rodrigues Seixas. V2-438.
- *Rafael Iatauro.* Paulista.
- *João Féder.*
- *Armando Queiroz de Moraes.* Paulista.
- *Candido Manuel Martins de Oliveira.* Filho do deputado estadual Cândido Machado de Oliveira Netto. (Nicolas: 1984, 475).
- *João Olivir Gabardo.*
- *João Candido Ferreira da Cunha Pereira.* Filho do desembargador Francisco Cunha Pereira. Título Rodrigues Seixas. V2-430.
- *Nestor Baptista.*
- *Quiélse Crisóstomo da Silva.*
- *Artagão de Mattos Leão.* Parente do senador João de Mattos Leão e do prefeito de Guarapuava José de Mattos Leão. anexo

Academia Paranaense de Letras

Um resumo das biografias e das principais obras escritas de cada autor pode ser encontrado no livro "*Academia Paranaense de Letras*" (1936-1995).

Cadeira n.° 1

- Patrono: Antonio Vieira dos Santos. Título Rodrigues de França. V3-32.
- Fundador: José Francisco da Rocha Pombo
- 1° Ocupante: Valfrido Piloto.

Cadeira n.° 2

- Patrono: Candido Martins Lopes. Título Martins Lopes. V6-109/128.
- Fundador: Sebastião Paraná de Sá Sotto-Maior. Título Xavier Pinto. V4-357.
- 1° Ocupante: Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. Título Rodrigues Seixas.V2-332.

Cadeira n.° 3

- Patrono: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.Título Carrasco dos Reis. V1-374.
- Fundador: Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá. Título Carrasco dos Reis.V1-397
- 1° Ocupante: Flávio Carvalho Guimarães. Título Cardoso de Lima.V5-152.

Cadeira n.° 4

- Patrono: José Candido Muricy. Título Carrasco dos Reis.V1-165
- Fundador: José Candido da Silva Muricy. V1-196.
- 1.o Ocupante: José Candido de Andrade Muricy.Título Carrasco dos Reis. V1-198.

Cadeira n.° 5

- Patrono: Fernando Amaro de Miranda.
- Fundador: Manoel de Azevedo da Silveira Netto. Título Azevedo da Silveira.V5-416.
- 1° Ocupante: Tasso Azevedo da Silveira. Título Azevedo da Silveira. V5-424.

Cadeira n.° 6

- Patrono: Manoel Francisco Correia Neto. Título Rodrigues de França. V3-277.
- Fundador: Nestor Vitor dos Santos.
- 1° Ocupante: Ulysses Falcão Vieira. Título Corrêa de Bittencourt. V5-32.

Cadeira n.° 7

- Patrono: Bento Fernandes de Barros. Título Rodrigues Seixas. V2-465.
- Fundador: Pamphilo D'Assumpção. Título Rodrigues Seixas. V2-467.
- 1° Ocupante: Oscar Martins Gomes. Título Gonçalves Marques. V6-175.

Cadeira n.° 8

- Patrono: Francisco Antonio Monteiro Tourinho. Título Alves. V5-298
- Fundador: Jayme Ballão. Título Rodrigues Seixas. V2-225.
- 1° Ocupante: Ildefonso Serro Azul. Título Rodrigues de França. V3-300.

Cadeira n.° 9

- Patrono: Manoel Euphrásio Correia. Título Rodrigues de França. V3-323.
- Fundador: Leôncio Correia. Título Rodrigues de França. V3-297.
- 1° Ocupante: Vasco José Taborda Ribas. Título Rodrigues Seixas. V2-162.

Cadeira n.° 10

- Patrono: Telêmaco Augusto Morocines Borba. Título Morocine Borba. V6-100.
- Fundador: Ermelino de Leão. Título Rodrigues Seixas. V3-293.
- 1° Ocupante: Francisco de NEGRÃO. Título Rodrigues Seixas. V2-203.

Cadeira n.° 11

- Patrono: Alfredo Caetano Munhoz. Título Carrasco dos Reis. V1-238.
- Fundador: Alcides Munhoz. Título Carrasco dos Reis. V1-242.
- 1° Ocupante: Laertes de Macedo Munhoz. Título Carrasco dos Reis. V1-244

Cadeira n.° 12

- Patrono: Ubaldino do Amaral Fontoura.
- Fundador: Euclides da Motta Bandeira e Silva. Título Carrasco dos Reis. V1-514.
- 1° Ocupante: José de Sá Nunes. Título Rodrigues de França. V3-467.

Cadeira n.° 13

- Patrono: Generoso Marques dos Santos. Título Carrasco dos Reis. V1-504, V2-119.
- Fundador: Enéas Marques. Título Carrasco dos Reis. (Filho de Generoso Marques). V2-119.
- 1° Ocupante: Manoel de Oliveira Franco Sobrinho.Título Rodrigues de Seixas.V2-470.

Cadeira n.° 14

- Patrono: José Bernardino Bormann.
- Fundador: Dídio Iratim Afonso da Costa. Título Rodrigues Seixas. V2-450.
- 1° Ocupante: Júlio Estrella Moreira.

Cadeira n.° 15

- Patrono: João José Pedrosa. Título Carrasco dos Reis. V1-586.
- Fundador: Clemente Ritz. Título Pletz. V6-409.
- 1° Ocupante: Virgílio Moreira.

Cadeira n.° 16

- Patrono: Brasílio Itiberê da Cunha. Família de origem gaúcha que veio para Paranaguá no século XIX. Alguns dos Itiberê da Cunha casaram-se nos títulos Carrasco dos Reis e Rodrigues de França. V1-278, V3-425. Não foi o caso do diplomata Brasílio Itiberê da Cunha.
- Fundador: Paulo D'Assumpção. Irmão do Dr. João Pamphilo de Assunção, casado com Maria Amélia de Barros.Título Rodrigues Seixas. Ambos eram filhos do coronel Manoel Euphrásio D'Assunção, comandante do Corpo de Polícia do Paraná de 1857 até 1881. (Bardelli: 1941, 9).
- 1° Ocupante: Benedito Nicolau dos Santos.

Cadeira n.° 17

- Patrono: Eusébio Silveira da Motta. Título Rodrigues Seixas. V2-481.
- Fundador: Dario Persiano de Castro Vellozo. Título Rodrigues de França. V3-255.
- 1° Ocupante: Dicesar Plaisant. Título Rodrigues de França. V3-189

Cadeira n.° 18

- Patrono: Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. Título Rodrigues Seixas. V2-447.
- Fundador: Hyppolyto Pacheco Alves D'Araújo. Título Rodrigues Seixas. V3-71.
- 1° Ocupante: Manoel de Lacerda Pinto.Título Rodrigues de França. V3-553.

Cadeira n.° 19

- Patrono: José Gonçalves de Moraes. Título Moraes Cordeiro e título Rodrigues de França. V4-198, V3-127.

- Fundador: José Gelbecke.
- 1° Ocupante: Arildo José de Albuquerque. Gaúcho. Veio para o Paraná "*em razão das relações de família mantidas com o Interventor Manuel Ribas*" (APL: 1995, 122).

Cadeira n.° 20

- Patrono: Albino José da Silva. Título Gonçalves Marques. V6-165. Pai dos abaixo colocados:
- Fundador: José Niepce da Silva. Título Laynes. V6-70.
- 1° Ocupante: Ciro Silva. Título Rodrigues Seixas. V2-513.

Cadeira n.° 21

- Patrono: João Evangelista Braga. Título Oliveira Cardoso.V4-585.
- Fundador. Leônidas Moura de Loyola. Título Carrasco dos Reis. V1-225.
- 1° Ocupante. Milton Carneiro. Título Rodrigues de França. V3-193.

Cadeira n.° 22

- Patrono: Manoel Vicente Montepoliciano da Silva.
- Fundador: Alberto José Gonçalves. Título Cardoso de Lima. V5-82.
- 1° Ocupante: Carlos Stellfeld. Título Macedo, título Kalckmann.V6-31, 459.

Cadeira n.° 23

- Patrono: Fernando Machado Simas. Título Rodrigues de França. V3-319.
- Fundador: Ernesto Luiz de Oliveira.
- 1° Ocupante: Hugo Gutierrez Simas. Título Rodrigues de Seixas. V3-321.

Cadeira n.° 24

- Patrono: Luiz França.
- Fundador: Serafim França. Título Moraes Cordeiro. V4-177.
- 1° Ocupante: Assad Amadeu.

Cadeira n.° 25

- Patrono: Vicente Machado da Silva Lima. Título Carrasco dos Reis.V1- 267.
- Fundador: João Candido Ferreira. Título Carrasco dos Reis. V1-433.
- 1° Ocupante: Bento Munhoz da Rocha Neto. Título Carrasco dos Reis. V1-248.

Cadeira n.° 26

- Patrono: Joaquim Dias da Rocha Filho.
- Fundador: Francisco Heráclito Ferreira Leite. Título Rodrigues Seixas, Título Rodrigues de França. V2-163, V3-217.
- 1° Ocupante: Wilson da Silva Bóia.

Cadeira n.° 27.

- Patrono: Domingos do Nascimento: Sua filha Helena do Nascimento casou-se com David dos Santos Pacheco. Título Pereira Braga. V4-417.
- Fundador: Omar Gonçalves da Motta.
- 1° Ocupante: Noel Nascimento.

Cadeira n.° 28

- Patrono: Francisco Carvalho de Oliveira. Título Carrasco dos Reis. V1-570, V2-619.
- Fundador: João Baptista Carvalho de Oliveira. Título Carrasco dos Reis. V1-571.
- 1° Ocupante: Leonardo Henke.

Cadeira n.° 29

- Patrono: Leônidas Fernandes de Barros. Título Rodrigues de Seixas. V2-469.
- Fundador: Adolpho Jansen Werneck de Capistrano.
- 1° Ocupante: Alcindo Lima.

Cadeira n.° 30

- Patrono: Emiliano David Pernetta.
- Fundador: José Henrique de Santa Ritta. Título Rodrigues de França. V3-64.
- 1° Ocupante: Octávio de Sá Barreto.

Cadeira n.º 31

- Patrono: Emílio Correia de Menezes.
- Fundador: Helvídio da Silva Pereira. Título Rodrigues Seixas. V2-456.
- 1° Ocupante: Lauro Grein Filho. V6-416.

Cadeira n.º 32

- Patrono: Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior.
- Fundador: Alceu Chichorro.
- 1° Ocupante: Emílio Leão de Mattos Sounis. Título Rodrigues Seixas. V2-596.

Cadeira n.º 33

- Patrono: Nestor Pereira de Castro. Título Alves, título Silva Pereira, título Pereiras. V5-395, V6-205,271,321.
- Fundador: Samuel César de Oliveira.
- 1° Ocupante: Alfredo Romário Martins. Título Xavier Pinto. V4-320.

Cadeira n.º 34.

- Patrono: Júlio David Pernetta. Título Laynes. V5-79.
- Fundador: João David Pernetta. Título Rodrigues de França.V3-317.
- 1° Ocupante: Raul Rodrigues Gomes. Título Rodrigues Seixas.V2-230.

Cadeira n.º 35

- Patrono: Nilo Cairo da Silva. Título Rodrigues Seixas. V2-454.
- Fundador: José Pereira de Macedo. Título Rodrigues Seixas. V2-343.
- 1° Ocupante: Mario Braga de Abreu. Título Teixeira Coelho. V4-396.

Cadeira n.º 36

- Patrono: Ricardo Pereira de Lemos. Título Santos e título Taques.V6-231, V5-187.
- Fundador: Heitor Stockler de França. Título Rodrigues de Seixas. V2-160.
- 1° Ocupante: Appolo Taborda França. Título Rodrigues de França. V2-160.

Cadeira n.° 37

- Patrono: Ismael Alves Pereira Martins.
- Fundador: Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior.
- 1° Ocupante: José Augusto Gumy.

Cadeira n.° 38

- Patrono: Reynaldino Antônio Scharffenberg de Quadros.
- Fundador: Durval Borges de Macedo. Título Macedo. V6-40.

Cadeira n.° 39

- Patrono: Aristides de Paula França. Título Rodrigues Seixas. V2-263.
- Fundador: José Antônio Fernandes Cadilhe.
- 1° Ocupante: José Farani Mansur Guérios.

Cadeira n.° 40

- Patrono: Cícero Marcondes França. Título Rodrigues de França. V2-453.
- Fundador: Generoso Borges.
- 1° Ocupante: Angelo Guarinello.

O Poder das Armas. Viver, lutar e morrer na tradição. Pequena seleção de paranaenses combatentes

O jornalista Antonio Torres entrevistara o cineasta Glauber Rocha em 1964 e deste escutou um episódio saboroso: "Glauber contou que, naquele primeiro ano de golpe militar, fora obrigado a exibir Deus e o Diabo (na Terra do Sol) para um grupo de oficiais militares para obter a liberação da fita. Numa fala do cangaceiro Corisco – "Homem, nessa terra, só tem validade quando pega nas armas para mudar o destino. Não é com rosário, não, Satanás. É no rifle, no punhal" –, um major alagoano bateu-lhe no ombro: "Pode botar este filme, cabra. É um filme de macho" (Jornal do Brasil: 27/12/1997, caderno B).

- Capitão *Francisco de Lemos Mathozo Mouratto*. Fundador da Ermida de Nossa Senhora das Mercês da Ilha da Cotinga e da Capela de São Benedito de Paranaguá. Procurador do Conselho de Paranaguá, em 1656. Faleceu em 1701, de acordo com uma inscrição tumular na atual Igreja de São Benedito. Teria lutado contra o Quilombo dos Palmares. Título Moraes Cordeiro. (NEGRÃO, v.4, p.111).

- Sargento-Mor *José de Miranda Coutinho*. Nasceu em Paranaguá. Neto de Amaro de Miranda Coutinho, natural do Rio de Janeiro, recebeu duas sesmarias no litoral do Paraná em 1718 e 1743. Amaro era cristão-novo refugiado da inquisição do Rio de Janeiro, parente de Antonio José da Silva, o judeu. José de Miranda Coutinho era filho do Capitão Miguel de Miranda Coutinho, casado em Curitiba, com Isabel da Silva de Carvalho. Isabel era das principais famílias de Curitiba, bisneta de Mateus Leme - Capitão Povoador de Curitiba. José de Miranda Coutinho lutou na Colônia do Sacramento durante o cerco de 1762. Em 1771 José de Miranda Coutinho era Vereador em São Francisco do Sul, Santa Catarina. A participação da Colônia do Sacramento nas vilas do sul do Brasil é relativamente importante. Ao levar a guerra para o estuário do Prata, a Coroa portuguesa garantiu a estruturação do Brasil Meridional. (Nascimento: inédito, Título Miranda Coutinho), (VARNHAGEN, 1978, 223; COSTA PEREIRA, 1984, p.169; FERREIRA DA SILVA, 1995).

- Tenente- Coronel *Diogo Pinto de Azevedo Portugal*. Nasceu em Portugal por volta de 1752. Praça em Santos em 1772. No ano seguinte participa como cabo agregado da Companhia do tenente Cândido Xavier de Almeida que seguiu para Guarapuava. Participa de campanhas no sul contra os espanhóis. Capitão de Infantaria da Legião de Voluntários Reais, comanda destacamento na região de Lages, cenário de banditismo e de correrias indígenas. Sargento-Mor em 1797 no Regimento de Cavalaria de Curitiba. Casou-se em segundas núpcias com Rita Ferreira de Oliveira Bueno, das principais famílias da Capitania de São Paulo, filha do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto. A Carta Régia de 1808 promovia a guerra para a anexação dos campos de Guarapuava infestados de kaingangs. Alvará de 1809 o indicava Comandante da Real Expedição de Conquista de Guarapuava. Comandante das tropas em Guarapuava até o ano de 1816. Faleceu em Castro em 1820. Conhecido por seu rigor e autoridade na condução dos negócios da Coroa. Possuía grandes fazendas em Castro e em

Guarapuava. (Dicionário H. B. do Pr., 1991, p.385-386; AZEVEDO MACEDO, 1995; NEGRÃO, v.4, p.338-339). Título Xavier Pinto.

- Tenente *Manoel Ricardo Carneiro*. Genro do Visconde de Nácar. Participou em 1850 do combate contra o cruzador britânico Cormoran. Em junho de 1850, no auge da pressão britânica contra o tráfico de escravos, a embarcação citada penetrou na baía de Paranaguá e apreendeu três barcos locais que supostamente se dedicariam ao tráfico de escravos. Pensava que os rebocaria para fora impunemente. Um grupo de locais resolveu se vingar do acontecido. Ocupando a velha fortaleza colonial de Nossa Senhora dos Prazeres, na barra de saída da Ilha do Mel, passaram fogo nos invasores. Mesmo com a esmagadora vantagem técnica para o moderno barco britânico, o fogo dos brasileiros avariou as embarcações que os britânicos rebocavam e conseguiram atingir o cruzador em alguns pontos, com baixas e um morto inglês. Os locais não sofreram danos na velha fortaleza e não tiveram ferimentos, senão um homem que chamuscou o seu rosto ao lidar com canhões do século XVIII. Tal acontecimento teria apressado a elaboração da Lei Eusébio de Queiroz, em setembro de 1850. O tenente Manoel Ricardo Carneiro seria comendador e presidente da Câmara de Paranaguá, em 1880. Quando da visita do Imperador Dom Pedro II ao Paraná, naquele ano, o fato foi relembrado. O incidente do Cormoran coloca a questão de que Paranaguá participaria do tráfico negreiro, e que algumas das fortunas locais, como a do Visconde de Nácar, poderiam ter parte de sua formação vinculada com o tráfico, o que sempre foi veementemente negado pelos Guimarães. (CARNEIRO, 1950 e 1963, p.228; GUIMARÃES, 1973, p.81; NEGRÃO, v.3, p.187,418).
- Major *Clementino dos Santos Pacheco*. Foi assaltado e morto pelos índios no embate de Três Serros, ocorrido em 1856, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul. (NEGRÃO, v.4, p.421). Título Pereira Braga.
- Tenente *Fidêncio Leme do Prado*. Nasceu em Curitiba, em 1844. Assentou praça voluntariamente em 1865. Incluído na 4ª Companhia do 27° Corpo de Voluntários da Pátria. Combateu em julho de 1866 no desembarque do Rio Paraná, na primeira ocupação do território paraguaio. Participou da marcha para Tuiuti. Combateu em Lomas Valentinas, Angustura, Peribebuy e Nieguassú. Membro da força de ocupação de Assunção, em 1869. No Palácio abandonado do ditador Lopez, recuperou uma das bandeiras nacionais utilizadas como tapete pelos paraguaios. A bandeira teria sido

retirada do vapor brasileiro Marquês de Olinda, quando se destinava ao Mato Grosso e foi apresado pelos paraguaios, sendo a causa do início da Guerra. O tenente Fidêncio Leme do Prado sobreviveu aos cinco anos de guerra. Em 1922, entregou a bandeira para o Jornal do Commercio, sendo encaminhada para o Diretor do Museu Histórico, o senhor Gustavo Barroso. Título Carrasco dos Reis. (NEGRÃO, v.1, p.522-525).

- *Eufrásio Correia.* Estudante da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Republicano exaltado. Alistou-se no Batalhão Acadêmico durante a Revolta da Armada. Em fevereiro de 1894 comandava uma peça de artilharia na ponta da Armação, em Niterói. Sofreu intenso bombardeio por parte da armada revoltada. Na madrugada do dia 9 de fevereiro, sob intenso ataque e desembarque dos marinheiros, desenvolveu-se violento combate corpo-a-corpo na sua posição, e ele foi morto trucidado a golpes de machadinha e sabres de abordagem pelos fuzileiros de Saldanha da Gama. Tinha vinte anos incompletos. (CARNEIRO, 1963, p.227). Era filho do Dr. Manoel Euphrásio Correia, um dos chefes do Partido Conservador no Paraná. Parente de outro Correia, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, que também morreria de forma violenta três meses depois. Fuzilado pelos florianistas, após a retomada do Paraná. Título Rodrigues de França. (NEGRÃO, v.3, p.338).
- Coronel *Candido Dulcídio Pereira.* Nasceu em Curitiba em 1864. Militar. Comandante do Corpo de Polícia do Paraná. Morto no cerco da Lapa, em fevereiro de 1894, quando comandava um importante destacamento de paranaenses florianistas. (NEGRÃO, v.6, p.112-117).
- Alferes *Angelo Mendes de Almeida Sampaio.* Nasceu em Palmeiras, Paraná, em 1875. Oficial do exército. Lutou contra a Revolta da Armada no Rio de Janeiro em 1893. Dos mais exaltados florianistas. Seguiu com o 39° de Infantaria - sediado em Curitiba, para Canudos, sertão da Bahia. Morto em ação nas trincheiras centrais do reduto, combatendo os seguidores de Antonio Conselheiro. Título Carrasco dos Reis. (NEGRÃO, v.1, p.349; Carneiro, 1963, p.179-182).
- Coronel *João Gualberto Gomes de Sá Filho.* Nascido em Recife, Pernambuco, em 1874. Casado com a paranaense Leonor Brito (NEGRÃO, título Silva Pereira, V6-191). O coronel João Gualberto era o Comandante da Força Pública do Paraná. Em outubro de 1912 morreu em combate contra os camponeses do Contestado, na emboscada do Irani.

- Capitão *Leônidas Marques dos Santos.* Oficial do Exército. Morto nas operações contra os revoltosos paulistas nas cercanias de Catanduvas, oeste do Paraná, em 1925. Ponto de partida da Coluna Prestes. Representava o Governo do Estado do Paraná nas questões fundiárias no sudoeste. Era casado com Maria Mercedes, filha do desembargador Augusto Lobo de Moura. Título Carrasco dos Reis. (NEGRÃO, v.1, p.144; FERREIRA, 1996, p.221).
- Coronel *Plínio Alves Tourinho.* Nasceu em Curitiba, em 1882. Engenheiro Militar. Participou da Campanha do Contestado. Como major do Exército, comandou a Revolução de 1930 no Paraná. As forças paranaenses tiveram um importante papel ao abrir o caminho para os contingentes revolucionários gaúchos no isolamento de São Paulo e na derrota dos núcleos contrários em Santa Catarina. Título Alves. (NEGRÃO, v.5, p.356-391).
- Capitão *Augusto Scherer Ferreira de Abreu.* Participou da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Título Rodrigues de França. (NEGRÃO, V3-160). (Rodrigues: 1954, 167,189). Recebeu as seguintes medalhas: Campanha, Guerra, Militar de Prata, Bronze Star, Croce al Valore Militare.
- General de Exército *Antonio Carlos Muricy.* Nasceu em Curitiba em 6 de junho de 1906. Filho do tenente-coronel José Candido da Silva Muricy. Estudou no Colégio Militar de Barbacena e no do Rio de Janeiro. Ingressou em 1923 na Escola Militar de Realengo. Lutou em 1932 contra os constitucionalistas no Vale do Paraíba. Curso de Comando e Estado-Maior no Fort Leavenworth (EUA), 1944. Cursou a Escola Superior de Guerra. Chefe do Estado-Maior do III Exército na crise de 1961, quando era contra a posse de João Goulart, motivo que o levou a sair do Rio Grande do Sul. Em maio de 1963, quando servia em Natal-RN, foi chamado por Leonel Brizola, que passava pela cidade, de *gorila* e *golpista* durante um almoço com o Embaixador Lincoln Gordon. Tal fato ampliou a crise político-militar contra o governo de João Goulart. Participou da vanguarda do golpe de 31 de março de 1964, comandando o destacamento Tiradentes na investida das tropas de Minas Gerais contra o Rio de Janeiro. Indicado comandante da 7ª. RM. no Recife depois do golpe. Orgulhava-se de ter liquidado com as Ligas Camponesas da região. Cotado para a Presidência da República em 1969. Pertencia à linha dura do alto comando do Exército na ditadura militar. Título Carrasco dos Reis. Também era descendente de Mateus Leme. (NEGRÃO, v.1, p.198; Dicionário FGV, 1984, p.2350-2352).

ANEXO PARTE 5, ITEM 2

ESTUDO DE CASO DE GENEALOGIA E POLÍTICA NO PARANÁ

Esta seção segue a análise sócio-econômica e política da Genealogia Paranaense de Francisco NEGRÃO. Alguns termos estão resumidos e o número final refere-se a paginação do título equivalente na obra citada. Abreviações: D-desconhecido, c/c casou com, n-nasceu, m-morto em.

Por exemplo - X é o genearca de uma estrutura de parentesco. X.1 é o primeiro filho, X.1.1 é o primeiro neto. X.2.1 é o primeiro neto do segundo filho. X.1.1.1.1.1.1 corresponde à sexta geração de X, e assim por diante.

O Grupo de Baltazar Carrasco dos Reis

- Balthazar Carrasco dos Reis (BCR), natural de São Paulo, bandeirante com entradas no sertão de onde aprisionara muitos índios. Participou da bandeira de Antonio Domingues que em 1648 esteve no território paranaense. Recebeu uma sesmaria nas redondezas do Barigüi, Curitiba, em 29/06/1661. Presente na criação da vila e no seu estabelecimento institucional em 1693. Faleceu com testamento em 1697. 155. Arquivo Público do Paraná, Peças do Inventário do Capitão Povoador Baltazar Carrasco dos Reis. (1986). (Silva Leme: 1905, 470).

BCR.2 Gaspar Carrasco dos Reis. Alferes, homem abastado e da governança de Curitiba. c/c Anna da Silva Leme, neta de Matheus Martins Leme. 157.

BCR.2.1 Izabel Antunes da Silva. n1698. c/c Salvador de Albuquerque, primeiro juiz de órfãos trienal de Curitiba após a reorganização administrativa de 1735. 158.

BCR.2.2 Antonio da Silva Leme, pertenceu a governança de Curitiba. 159.

BCR.2.7 Francisco Xavier dos Reis. Capitão, lutou na Colônia do Sacramento. 162

BCR.2.8 Balthazar Velloso e Silva. m1785 com 88 anos. c/c Antonia de Souza Valle, de Paranaguá, filha do Sargento-mor Manoel do Valle Porto, fundador da freguesia do Pilar da Graciosa (Antonina). 163.

BCR.2.8.7 José Nery de S. Maria c/c Maria do Ó do Nascimento.164.

BCR.2.8.7.6 Iria Maria dos Prazeres c/c MLC.4.1.5.3 Polydoro José dos Santos. 164.

Família Ferreira da Luz

BCR.2.8.7.6.1 Vicente Ferreira da Luz. n1812 em Antonina. m1880 em Curitiba. Major, ervateiro. c/c Florencia do Amaral Luz. 165.

BCR.2.8.7.6.1.1 Vicente Polydoro Ferreira. Tenente, morto na campanha do Paraguai. 165.

Família Muricy

BCR.2.8.7.6.1.2 Iria Narciza Ferreira da Luz. c/c José Candido da Silva Muricy. n1827 em Salvador, Bahia. m1879 em Curitiba. Médico militar transferido para Curitiba no início da Província. Deputado Provincial eleito em 1863. Um dos criadores da Santa Casa de Curitiba. 165-194. Iria casaria em segundas núpcias com Luiz Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque. Baiano. Bacharel em Direito pelo Recife em 1877. Juiz de Direito no Paraná. Desembargador no Paraná.

BCR.2.8.7.6.1.2.1 Josephina c/c Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque. General, médico, chefe do Serviço Sanitário do Exército. 194.

BCR.2.8.7.6.1.2.2 José Candido da Silva Muricy. n1863 em Curitiba. Engenheiro militar, participou da campanha contra os federalistas em 1893. Deputado Estadual em 1895. Sócio fundador do I.H.G.E.P. c/c Hecilda Santos Andrade, filha de José Pereira dos Santos Andrade, Governador do Paraná. c/c segundas núpcias Josephina Costa Carneiro, filha de David Antonio da Silva Carneiro, ervateiro. 196.

BCR.2.8.7.6.1.2.2.1 José Candido de Andrade Muricy. n1895 nos arredores do Barigüi em Curitiba. Crítico literário, bacharel em Direito pelo Rio de Janeiro em 1919.198.

BCR.2.8.7.6.1.2.2.3 Antonio Carlos Muricy. General de Exército. Destacado papel político na conjuntura de 1964.

BCR.2.8.7.6.1.2.3 João Candido da Silva Muricy. n 1865 em Curitiba. Coronel, Comissário de Terras, Comandante do Regimento de Segurança pública do Paraná. 199.

BCR.2.8.7.6.1.5 Julia da Luz Santos. c/c Horácio Ricardo dos Santos. Industrial e capitalista. 201.

BCR.2.8.7.6.1.5.1.3 Antonio Leopoldo dos Santos. n. em 1895. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná. Promotor Público e Juiz Municipal. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 203.

BCR.2.8.7.6.1.5.3 Sarah da Luz Santos. n1875 em Buenos Ayres. c/c Luiz Romagueira. n1860 no Rio de Janeiro, filho de espanhóis. Comerciante, madeireiro. 205.

BCR.2.8.7.6.1.5.3.3 Maria Luiza Romagueira. c/c James Portugal de Macedo. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná em 1957. 205.

BCR.2.8.7.6.1.7 Brasílio Ferreira da Luz. n1858 em Curitiba. Médico formado no Rio de Janeiro, Deputado Provincial em 1877 pelo Partido Conservador, Deputado Estadual em 1893, florianista durante a Revolução Federalista. Deputado Federal e Senador. Coronel Médico do Exército. c/c Maria Pereira de Souza Barros, filha do Barão da Vista Alegre. 207.

BCR.2.8.7.6.1.8 Florencia. c/c Laurentino Azambuja. Diretor da Escola Parthenon Paranaense. Médico do Exército. 208.

BCR.2.8.7.6.1.9 José Ferreira da Luz. Coronel, tabelião em Curitiba. 209.

Família Loyola

BCR.2.8.7.6.3 Benedicta dos Prazeres. c/c João de Loyola e Silva. Capitão. 215.

BCR.2.8.7.6.3.1 Vicente Ferreira de Loyola. Industrial. c/c Luiza do Nascimento, filha de Manoel Ricardo do Nascimento. 215.

BCR.2.8.7.6.3.1.2 Guilhermina de Loyola. c/c Amazonas de Araújo Marcondes, Coronel, chefe político em União da Vitória. m1924.

BCR.2.8.7.6.3.2 Agostinho Ferreira de Loyola. Major, florianista em 1893. Empregado do serviço de fiscalização das rendas do Estado. 218.

BCR.2.8.7.6.3.3 Joaquim Antonio de Loyola. Coronel, ervateiro, coletor das rendas estaduais em Curitiba, chefe político em Antonina. 219.

BCR.2.8.7.6.3.3.1 Lauro do Brasil Loyola. Comerciante, Prefeito de Antonina, Deputado Estadual.

BCR.2.8.7.6.3.3.2 José Guilherme de Loyola. Médico, Deputado Estadual 1902 e 1906.c/c Maria Augusta, filha de David Antonio Carneiro, ervateiro. 221.

BCR.2.8.7.6.3.3.3 Helena de Loyola. c/c Vicente Machado da Silva Lima, Governador do Paraná. c/c 2npcias Bento Lamenha Lins, político. 221.

BCR.2.8.7.6.3.3.3.3 Sarah Machado. c/c Léo Cavalcanti, filho do General Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Paraná. 222.

BCR.2.8.7.6.3.6 Maria Benedicta de Loyola. c/c José Celestino de Oliveira. 228.

BCR.2.8.7.6.3.6.2 José Celestino de Oliveira Jr.Diretor e Redator Chefe do Diário da Tarde. 229.

BCR.2.8.7.6.3.6.4 Brasílio Celestino de Oliveira.Major. c/c Maria José de Oliveira, filha de José Antonio de Oliveira, Coronel, comerciante em São Francisco do Sul. 232.

BCR.2.8.7.6.3.6.6 Vitor Celestino de Oliveira. Capitão. c/c Rita Gomes de Oliveira, filha de João Gomes de Oliveira, grande proprietário em Joinville. 232.

BCR.2.8.8 Agostinho da Silva Valle. Arrematante do contrato da arrecadação das passagens e cargas dos portos do rio do Cubatão e dos rios situados entre este rio e o de São Francisco, em 1785.Proprietário de terras em Piraquara e São José. c/c Maria Angela de Lima, filha do Alferes José Nabo de Medeiros. 234.

Família Munhoz

BCR.2.8.8.10 Luiza Licia de Lima. c/c Florencio José Munhoz, Tenente, natural de Paranaguá. Proprietário de um campo de criação de gado no Itinga. 235.

BCR.2.8.8.10.1 Caetano José Munhoz. Tenente Coronel. n1817 em Paranaguá. Ervateiro. c/c Francisca da Assis de Oliveira (Franco).

BCR.2.8.8.10.1.1 Alfredo Caetano Munhoz. Comendador da Ordem da Rosa, escritor, introdutor do espiritismo, maçon, Inspetor da Tesouraria de Fazenda do Paraná. n1845 m1921. 238.

BCR.2.8.8.10.1.1.1 Francisca Munhoz. c/c Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Paraná.240.

BCR.2.8.8.10.1.1.1.2 Léo Cavalcanti de Albuquerque. Tenente. c/c Sarah Machado, filha do Governador Vicente Machado. 240.

BCR.2.8.8.10.1.1.6 Helvidia D'Arc. c/c Antonio Martins Franco.n em 1885 em Campo Largo, f.1968. Bacharel em Direito por São Paulo em 1909. Promotor Público de Imbituva. Oficial de Gabinete de dos Presidentes Carlos Cavalcanti e de Afonso Camargo. Juiz Municipal e de Direito. Desembargador, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e do Tribunal Eleitoral (HPJPR, 158).

BCR.2.8.8.10.1.1.7 Caetano José Munhoz. Capitão do Exército, faleceu na campanha do Contestado. 242.

BCR.2.8.8.10.1.2 Caetano Alberto Munhoz. n1847 em Curitiba, m1908. Carreira burocrática. Secretário do Interior e Justiça. Delegado Fiscal do Tesouro Nacional. 242.

BCR.2.8.8.10.1.2.1 Alcides Munhoz. Coronel, oficial da Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria, Diretor Geral. Escritor, membro do I.H.G.E.P, do Centro de Letras e da Academia Paranaense de Letras, sendo presidente. Casou-se com Iphigenia de Macedo, filha do Coronel Manoel Ribeiro de Macedo Júnior. 243.

BCR.2.8.8.10.1.2.1.1 Laertes de Macedo Munhoz. n1900 em Curitiba. Bacharel em Direito. Professor da Universidade do Paraná. Promotor Público e Advogado Geral do Estado. Deputado Estadual em 1935,1947 e 1950. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná em 1854. (NICOLAS, 1984, 421).

BCR.2.8.8.10.1.5 Maria Leocadia Munhoz. c/c Bento Munhoz da Rocha, Coronel, industrial. 246.

BCR.2.8.8.10.1.5.1 Caetano Munhoz da Rocha. n1879 em Antonina. Médico formado no Rio de Janeiro. Formou a firma comercial Munhoz da Rocha & Irmão. Deputado Esdtadual em 1904 - 1917, quando foi Presidente do Congresso. Prefeito de Paranaguá em 1908 e 1912. Vice-Presidente do Estado em 1916-1920. Secretário da Fazenda. Presidente do Estado do Paraná de 1920-1924 e reeleito em 1924-1928. c/c Olga Souza, 2np Domitilla Almeida e 3np Sylvia Braga. 246.

BCR.2.8.8.10.1.5.1.2 Bento Munhoz da Rocha Netto. Deputado Federal Constituinte de 1946. Governador do Paraná. Ministro da Agricultura.

BCR.2.8.8.10.1.5.5 Hilda. c/c Homero do Amaral, filho de Victor Ferreira do Amaral.249.

BCR.2.8.8.10.1.7 João Alberto Munhoz. Tenente-Coronel, Diretor da Secretaria do Interior. 251.

BCR.2.8.8.10.1.7.5 Carmem Munhoz. c/c Joaquim Góes de Mello. 252.

BCR.2.8.8.10.1.7.5.1 José Munhoz de Mello. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, Desembargador do Tribunal de Justiça. Prefeito Municipal de Londrina em 1945. Deputado Federal na Constituinte de 1946.

BCR.2.8.8.10.1.15 Maria Munhoz. c/c Jordão Mader, ervateiro. 254.

BCR.2.8.8.10.2 Maria Licia Munhoz. c/c Manoel Martins da Rocha, português. 255.

BCR.2.8.8.10.2.1 Bento Munhoz da Rocha. c/c Maria Leocádia. 256.

BCR.2.8.8.10.2.5 Balbina Munhoz da Rocha. c/c Antonio Carlos Kuster, industrial. 259.

BCR.2.8.8.10.2.5.3 Alayde. c/c Luiz de Albuquerque Maranhão. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Senador.

Família Machado da Silva Lima.

BCR.2.8.8.11 Maria Camilla de Lima. c/c João Machado da Silva Lima, Capitão.

BCR.2.8.8.11.1 José Machado da Silva Lima. n1822, Capitão.

BCR.2.8.8.11.1.1 José Machado Pinheiro Lima. Bacharel em direito, ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo.

BCR.2.8.8.11.1.3 Benigno Augusto Pinheiro Lima. Coronel, Coletor das Rendas, Deputado Estadual. Chefe político em Antonina. 264.

BCR.2.8.8.11.1.4 Vicente Machado da Silva Lima. n1850 em Castro. Bacharel em Direito em São Paulo, Promotor Público em 1881, Secretário de Governo em 1882. Juiz Municipal em Ponta Grossa. Deputado Provincial. Com a República foi Chefe de Polícia, Presidente da Câmara de Curitiba, Constituinte Estadual, Vice-Governador com exercício na revolução federalista, Senador, Presidente do Paraná. Grande liderança política. Faleceu em 1907 com apenas 46 anos. 267.

BCR.2.8.8.11.1.4.1 Caio Graccho Machado Lima. Advogado, redator diretor do jornal O Dia.

BCR.2.8.8.11.1.4.2 Antonio Jorge da Silva Lima. Advogado, c/c Zayra de Abreu. 276.

BCR.2.8.8.11.2 Joaquina Maria da Cunha. c/c Jacintho Manoel da Cunha, Maestro. 277.

BCR.2.8.8.11.2.5 Guilhermina da Cunha. c/c Arthur Martins Lopes, Major, filho de Candido Martins Lopes que veio do Rio de Janeiro e seria o primeiro tipógrafo a editar o "Dezenove de Dezembro", o primeiro jornal do Paraná que surgiu com a emancipação de São Paulo. 280.

BCR.2.8.8.11.4 Agostinho Machado da Silva Lima. Vigário de Curitiba, m1882.284.

BCR.5 Maria Paes. c/c Manoel Soares, nascido em Lisboa, presente na fundação da Vila em 1693, da qual serviria em sua governança. Recebeu uma sesmaria no Butiatuba. 308.

BCR.5.1 Gonçalo Soares Paes. Capitão, homem da governança de Curitiba, Tabelião de notas em 1722. Em 1727 e 1728 foi Procurador do Conselho, Almotacel, Juiz Ordinário e de Órfãos.309.

BCR.5.2 Domingos Soares Paes.Capitão, natural de Paranaguá. c/c Maria Leite da Silva. 310

BCR.5.2.3 Maria Paes de Jesus. c/c João Antunes Maciel, Coronel, Provedor dos Reais Quintos de Cuiabá, participou da Guerra dos Emboabas, foi Juiz Ordinário em São João Del Rei.

BCR.5.2.4 Francisca Soares Paes. c/c Luiz Castanho de Almeida. 314.

BCR.5.2.4.3. Marianna de Siqueira e Moraes. c/c 1761 Francisco de Camargo Pontes. 316

BCR.5.2.4.3.9 Antonio Joaquim de Camargo. Tenente, c/c1807 BCR.5.3.4.9.3.5 Mathilde Umbelina da Glória, filha de Manoel José de Araujo. 317.

BCR.5.3 Maria Soares Paes. c/c Antonio Rodrigues Seixas, Capitão, da governança de Curitiba. 337.

BCR.5.3.4 Manoel Rodrigues Seixas. n1704 em Curitiba, m1785. c/c Izabel Martins Valença.

BCR.5.3.4.9 Maria Soares Rodrigues Paes. c/c Francisco de Araujo Monteiro. 341.

BCR.5.3.4.9.3 Anna Maria da Conceição. c/c Manoel José de Araujo, natural de Minas Gerais e neto de portugueses. Tenente, fundador da Palmeira, a partir de uma doação feita pelo próprio para a freguesia. Grande proprietário rural com atividades pecuárias, pastoris e tropeiras. 342.

Família Camargo

BCR.5.3.4.9.3.5 Mathilde Umbelina da Glória. c/c Antonio Joaquim de Camargo, Tenente, natural de São Paulo.

BCR.5.3.4.9.3.5.1 Antonio de Sá Camargo. Visconde de Guarapuava. Coronel, Deputado Provincial. 346.

BCR.5.3.4.9.3.5.2.1.6 Angelo Mendes de Almeida Sampaio. Alferes do Exército, morto na campanha de Canudos. 349.

BCR.5.3.4.9.3.5.3 Francisco de Paula Camargo. Importante descendência em BCR.5.6.2.4.4.1 Rita Rosa de França, adiante.

Família Marcondes de Oliveira

BCR.5.3.4.9.3.10 Cherubina Rosa Marcondes de Sá. n1794 na Fazenda da Palmeira. Casou em 1794 na Capela de Tamanduá com José Caetano de Oliveira. Barão e Viscondessa do Tibagi. 358.

BCR.5.3.4.9.3.10.1 Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. n1827, m 1905. Grande chefe político do Partido Liberal do Paraná, Deputado, Ministro, Presidente da Província do Paraná. c/c JRF.2.1.7.1.2.4 Domitilla Alves de Araújo.374-394.

BCR.5.3.4.9.3.10.1.3 Moysés Marcondes de Oliveira e Sá. Médico e escritor.397.

BCR.5.6 Joanna Gracia das Neves ou Soares. n1695 em Curitiba, c/c Sebastião dos Santos Pereira, Capitão, português do Vizeu. Exerceu cargos na Vila. 419.

BCR.5.6.2 Maria Paes dos Santos. c/c Miguel Gonçalves de Lima, português da região de Braga. Homem abastado, possuía terras de criação em Ambrósios, pertenceu a governança de Curitiba. Ordenou 3 filhos na carreira eclesiástica. 420.

BCR.5.6.2.1 Manoel da Cruz Lima. Cônego, n1741 em Curitiba. Progenitor do Padre Diogo Antonio Feijó, Regente do Império.420.

BCR.5.6.2.1.1 Diogo Antonio Feijó.

BCR.5.6.2.2 João Gonçalves de Lima. Padre, n1764. Suplente do Conselho de São Paulo em 1826. Participou do Governo Provisório de São Paulo em 1823. Sacerdote em Guarapuava, sobre a qual escreveu uma memória publicada em 1842 pela Revista do IHB. 420.

BCR.5.6.2.3 Francisco das Chagas Lima. Padre,n1757. Vigário em Guarapuava, catequista dos índios da região. 421.

BCR.5.6.2.4 José dos Santos Lima. n1762, c/c Gertrudes Maria do Rosário. 423.

Família Ferreira

BCR.5.6.2.4.1 Maria Helena do Nascimento. c/c João Ferreira de Oliveira Bueno. Filho do Sargento-Mor Francisco Xavier Pinto, homem abastado. 423.

BCR.5.6.2.4.1.2 José Ferreira Bueno. c/c Ignacia Maria da Silva. 424.

BCR.5.6.2.4.1.2.1 Serafim Ferreira de Oliveira e Silva. Capitão, c/c Júlia Moreira do Amaral e Silva, neta de Atanagildo Pinto Martins, explorador dos Campos de Palmas.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.2 Vitor Ferreira do Amaral e Silva. Médico, fundador da Universidade do Paraná, sendo o seu primeiro Reitor. Deputado Constituinte Estadual. Deputado Federal. 426.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.4 Josefa do Amaral Ferreira. c/c João Candido Ferreira, Presidente do Paraná.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.4.1 Leonidas do Amaral Ferreira. Médico, c/c Odah Cecilia Munhoz da Rocha, filha de Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Paraná.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.4.6 Julia do Amaral Ferreira. c/c Francisco da Cunha Pereira,natural de Minas Gerais, advogado, Desembargador do Tribunal de Justiça. 430.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.4.6 Francisco da Cunha Pereira Filho. Advogado, proprietário da Rede Paranaense de Televisão (filiada a Rede Globo) e do jornal Gazeta do Povo. Maior grupo de mídia do Paraná no final do século XX.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.5 Octavio Ferreira do Amaral e Silva. n1869, bacharel em Direito, propagandista da república, Deputado Estadual em 1893, Secretário do Interior e Justiça em 1900, Juiz, professor de Direito. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 430.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.7 Maria da Glória Amaral. c/c Ottoni Ferreira Maciel, Coronel, Presidente da Câmara da Palmeira, Deputado Estadual, membro do Diretório Central do Partido Republicano Paranaense. 431.

BCR.5.6.2.4.1.2.1.8 Joaquim Ferreira do Amaral e Silva. Engenheiro, Prefeito Municipal do Rio Negro. c/c Elvira dos Santos, filha de Antonio Ricardo dos Santos. 432.

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

BCR.5.6.2.4.1.4 Francisco Ferreira Bueno. c/c Maria da Silva.

BCR.5.6.2.4.1.4.1 João Candido Ferreira. Alferes. c/c Anna Leocadia Maciel. 433.

BCR.5.6.2.4.1.4.1.1 João Cândido Ferreira. n1864, Médico formado no Rio de Janeiro, Prefeito Municipal da Lapa de 1892 a 1896. Deputado Estadual, Deputado Federal, Vice-Presidente do Paraná e Presidente do Paraná, renunciando devido a uma articulação contrária que formaria a coligação reunindo os antigos pica-paus e maragatos. 433. c/c BCR.5.6.2.4.1.2.1.4 Josefa Ferreira do Amaral, lá a descendência.

BCR.5.6.2.4.1.5 Francisca das Chagas Bueno. c/c Francisco Manoel Guimarães.

BCR.5.6.2.4.1.5.1 Simão Simplício Guimarães c/c Rosa de Paula Lima Xavier.

BCR.5.6.2.4.1.5.1.1 Ambrosina Rosa Guimarães. c/c Francisco Alves Guimarães. De uma família de tradição liberal, que até contaria com " Mártires da carnificina de São José dos Pinhais " Bacharel em Direito por São Paulo em 1867. Inspetor da Tesouraria Provincial, Diretor da Instrução Pública, Deputado Provincial, Promotor e Juiz de Direito na Lapa. 437-439.

BCR.5.6.2.4.2 José Reginato de Lima. Tabelião de Notas em 1832 e exerceu os cargos da governança de Curitiba. 445.

BCR.5.6.2.4.4 Rosa Alexandrina de Lima. c/c Simão José Gonçalves de Andrade, Capitão. 445.

BCR.5.6.2.4.4.1 Rita Rosa de França. c/c BCR.5.3.4.9.3.5.3 Francisco de Paula Camargo, Capitão. 446.

BCR.5.6.2.4.4.1.5 Francisca de Paula França. c/c Pedro Alves da Rocha Loures. 449.

Família Alves de Camargo

BCR.5.6.2.4.4.1.5.3 Affonso Alves de Camargo. Bàcharel em Direito por São Paulo, Promotor Público em Curitiba no governo revolucionário de 1894, Deputado Estadual, Vice-Presidente do Estado, Presidente do Estado, Deputado Federal, Senador. 450.

BCR.5.6.2.4.4.1.5.3.5.1 Affonso Alves de Camargo Neto. n 1929. Engenheiro Civil. Fundador da CODEPAR. Secretário do Interior e Justiça em 1961-63. Deputado Federal. Senador. Ministro dos Transportes.

BCR.5.6.2.4.4.1.5.7 Marins Alves de Camargo. Bacharel em Direito por São Paulo, um dos fundadores do Gymnasio Curitybano, Secretário de Estado, Deputado Estadual, Vice-Presidente do Estado. Senador. 452.

BCR.5.6.2.5 Anna Maria dos Santos. c/c Manoel José Barbosa. 457.

BCR.5.6.2.5.5 Joanna Maria de Lima. c/c Antonio da Rocha Loures, Capitão. 458.

BCR.5.6.2.5.5.1 Maria Francisca da Rocha. c/c João Carvalho de Assunção. 458.

BCR.5.6.2.5.5.1.1 Gertrudes Maria de Andrade. c/c Francisco Alves Cardoso. 459.

BCR.5.6.2.5.5.1.1.1 Pedro Alves da Rocha Loures. c/c Francisca de Paula França. 459.

BCR.5.6.2.5.5.1.1.1.3 Affonso Alves de Camargo também BCR.5.6.2.4.4.1.5.3.

BCR.5.6.2.5.5.3 Francisco Ferreira da Rocha Loures. Brigadeiro, sertanista, Diretor Geral dos Índios do Paraná. 467.

BCR.5.6.2.7.1.1.1.1.3 Benedicta De Menezes Alves Martins. c/c Alfredo Romário Martins. Grande escritor e historiador paranaense. Ver item 2.8.

BCR.5.6.2.7.1.1.10.4.1 Francisco Therezio Porto. Engenheiro, diretor do serviço de colonização russa, engenheiro das obras públicas e Deputado Provincial. 478.

BCR.5.6.2.7.1.1.10.4.4 Joaquina de Paula Xavier. c/c Emygdio Westphalen. Bacharel em Direito por São Paulo em 1867. Promotor, Juiz, Desembargador. 479.

BCR.5.6.2.7.1.1.11.5 Zacharias de Paula Xavier. Empresário do setor de louças em Campo Largo. Presidente da Associação Comercial do Paraná. 484.

BCR.5.6.3 Josepha dos Santos. c/c Francisco Marques Lameira, português, natural do Vizeu. 486.

BCR.5.6.3.2 Gertrudes Maria Marques. c/c Manoel Joaquim de Jesus. 487.

BCR.5.6.3.2.2 Maria Joaquina de Jesus. c/c Luiz Gomes da Silva. 502.

BCR.5.6.3.2.2.1 Francisco de Paula e Silva Gomes. n1802, m1857. Capitão, propagandista da emancipação do Paraná. Tropeiro, escreveu artigos apoiando a separação da Comarca de Curitiba no Jornal do Commercio. 502

BCR.5.6.3.2 Gertrudes Maria Marques. c/c segundas núpcias Joaquim dos Anjos Pereira.487.

Família Marques dos Santos

BCR.5.6.3.2.8 Miguel Marques dos Santos. Tenente-Coronel,chefe liberal, possuía terras no Palmital em Curitiba. 504. Bacharel em Direito por São Paulo, Deputado Provincial, Deputado Geral Senador Constituinte em 1890, Governador do Paraná. Deputado Estadual pela oposição, Vice-Presidente e Senador até 1926. Jornalista. c/c Ana Joaquina de Paula Santos, filha de Benedito Enéas de Paula, capitalista, homem abastado, Coronel, Deputado Provincial, Presidente da Câmara de Curitiba, chefe liberal. V2-119.

BCR.5.6.3.2.8.1 Generoso Marques dos Santos. Filho natural e reconhecido de Miguel Marques dos Santos. Generoso foi Deputado Provincial, Deputado Estadual, Deputado Geral, Presidente do Estado do Paraná, Senador. V2-119.

BCR.5.6.3.3 Maria Marques dos Santos. c/c Simão João Domingues. 504.

BCR.5.6.3.3.2 Maria Domingues de Jesus. c/c Antonio José Pinto Bandeira, Capitão, natural de São Mamede. Recebeu a sesmaria de Purunan. 505.

BCR.5.6.3.3.2.2.4.1 Diamiro Ferreira da Motta Bandeira. Lutou na Guerra do Paraguai. 517.

BCR.5.6.3.3.2.3 Joaquim José Pinto Bandeira. Coronel, Deputado da primeira Assembléia Provincial do Paraná, sendo seu Presidente. Participara também da primeira Assembléia Provincial de São Paulo em 1835. Sertanista. 520.

BCR.5.6.3.3.2.4.2.2 Fidencio Leme do Prado. Tenente, lutou no Paraguai.522.

BCR.5.9 Izabel Soares. n1684, f1760. c/c João Ribeiro do Valle, português de São Mamede do Valongo, foi da governança da Vila e possuía terras e sesmarias. 532.

BCR.5.9.1 Maria do Valle. n1705, f1774. c/c Antonio Rodrigues de Andrade, filho de Lourenço de Andrade com Izabel Rodrigues Seixas. Pessoas de destaque da governança de Curitiba. 533.

BCR.5.9.1.1 Izabel Maria de Andrade. c/c Antonio Martins de Lustoza. 534V1, V2-100. VOLUME 2.

BCR.5.9.1.1.1 Ignacio Lustoza de Andrade. Sargento-Mor, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Juiz Ordinário. c/c Maria Catharina de Moraes Cordeiro. 101

BCR.5.9.1.1.1.3.1.2 Manoel Antonio de Andrade Filho. Major.

BCR.5.9.1.1.1.3.1.3 Maria da Luz Andrade. c/c Francisco Ribeiro Macedo, ver adiante.

BCR.5.9.1.1.1.3.1.7 Julia de Andrade. c/c Augusto Lobo de Moura, Desembargador do

Tribunal de Justiça do Paraná. 144.

BCR.5.9.1.1.1.3.1.7.2 Maria Mercedes. c/c Leonidas Marques dos Santos, Capitão, morto em 1925 em Catanduvas, durante as operações militares contra os revolucionários de São Paulo. 144.

BCR.5.9.1.1.1.3.1.8 Brasilia. c/c Augusto Gonçalves dos Santos, filho do capitalista Coronel Manoel Gonçalves dos Santos, Vereador Presidente da Câmara de Curitiba e Juiz de Paz. 145.

Família Pinto Rebello

BCR.5.9.1.1.1.3.2 Nicolau Pinto Rebello. n1835.Comerciante e industrial, foi Vereador, Presidente da Câmara de Curitiba, Juiz de Paz. 146.

BCR.5.9.1.1.1.3.2.2 Leopoldina Pinto Rebello. c/c Mario Alves Monteiro Tourinho, n1871, m1964, filho do Capitão Francisco Antonio Monteiro Tourinho. General, participou do cerco da Lapa e da campanha do Contestado. Engenheiro militar. Chefe do Governo Provisório e primeiro Interventor Federal no Paraná com a Revolução de 1930, da qual foi indicado comandante das forças revolucionárias.

BCR.5.9.1.1.1.3.3 José Pinto Rebello. n1839, m1918. Industrial e capitalista. Camarista e Presidente da Câmara de Curitiba. 149.

BCR.5.9.1.1.1.3.3.5 Etelvina. c/c BCR.5.6.2.4.4.1.5.3 Affonso Alves de Camargo. Presidente do Paraná. 149.

BCR.5.9.1.1.1.3.3.9 Celmira. c/c Lindolpho Pessoa Cruz Marques, natural da Paraíba, bacharel em Direito no Recife. Juiz em várias localidades no Paraná. Chefe de Polícia no governo de Affonso Camargo. Deputado Federal. Professor de Direito. 150.

BCR.5.9.1.1.1.3.4 Ubaldina. c/c Manoel Ribeiro de Macedo Jr. 152.

BCR.5.9.1.1.1.3.4.2.1.5 Carlos Alberto Pereira de Oliveira. n1915. Médico. Comerciante. Presidente da Associação Comercial do Paraná em 1977. 154. (ACP, 152).

BCR.5.9.1.1.1.3.4.3 Virgília de Macedo. c/c BCR.5.9.1.1.1.3.7 João Tobias Pinto Rebello, Coronel, capitalista, Presidente da Câmara de Curitiba, Tio de Virgília.

BCR.5.9.1.1.1.3.4.3.3 Anibal Pinto Rebello. c/c Stella Marcondes, filha do Coronel Amazonas de Araujo Marcondes.

Ramo da família Ribas

BCR.5.9.1.1.1.3.6.2.5 Brasília Taborda Ribas. c/c Heitor Stockler França. n1888 em Palmeira.Comerciante, escritor, proprietário do estabelecimento de artes gráficas "Livraria Mundial". Presidente do Sindicato das das Indústrias Gráficas. Fundador e Primeiro Presidente da FIEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - 1944-1958.

BCR.5.9.1.1.1.3.6.6 Pretextato Pennaforte Taborda Ribas. n1868, negociante, capitalista e industrial. Camarista em Curitiba e Deputado Estadual. c/c Julia de Andrade Ribas, filha de José Pereira dos Santos Andrade, Governador do Paraná. 161.

BCR.5.9.1.1.1.3.9.8 Paulina Virmond. c/c Olivio Carnasciali, negociante, industrial, Deputado Estadual. 178.

BCR.5.9.1.1.1.5.1.5 Sebastião de Sant'Anna Lobo. Negociante e capitalista. Deputado Estadual. c/c Josephina Pereira da Costa, neta do último Capitão-Mor de Paranaguá, Manoel Antonio Pereira. 180.

Família Negrão

BCR.5.9.1.1.1.6 Rita Maria Lustoza de Andrade. n1807, m1870. c/c João de Souza Dias Negrão, Capitão, português da região de Aveiro. Negociante, ervateiro.

BCR.5.9.1.1.1.6.1 João de Souza Dias Negrão. Capitão, Coletor na Lapa, Secretário da Instrução Pública, Oficial da Secretaria do Governo da Província, Administrador da barreira do Itararé e da Graciosa, Tabelião de Notas, Deputado Provincial. c/c Maria Francisca da Luz. Membro do Partido Conservador.184.

BCR.5.9.1.1.1.6.1.1 Francisco de Paula Dias Negrão. Autor da Genealogia Paranaense. 203.

BCR.5.9.1.1.1.6.2 Ricardo de Souza Dias Negrão. Major,Camarista em Morretes, Deputado Provincial, ervateiro, membro do Partido Conservador. 214.

BCR.5.9.1.1.1.6.3.2.4 Maria Luiza da Rocha. c/c Jayme Ballão, n1869. Bacharel em Direito no Rio de Janeiro em 1923. Escritor, Deputado Estadual, redator-secretário d'A República, órgão do Partido Republicano Paranaense. Escrivão do 2' Cartório de Títulos e Hipotecas de Curitiba. 225.

BCR.5.9.1.1.1.6.8 Antonio Ricardo de Souza Dias NEGRÃO. n1846. m1912. Major, membro do Partido Conservador, Juiz de Paz, Comissário de Polícia de Curitiba,

Contador dos Correios do Paraná, Administrador da Barreira do Timbutuva, Escrivão de Órfãos, Deputado Provincial. Monarquista convicto. 237.

BCR.5.9.1.1.1.6.9 Manoel de Souza Dias NEGRÃO. Major, membro do Partido Conservador, Secretario de diversas repartições, Deputado Provincial. 238.

BCR.5.9.1.1.1.7 Francisca Joaquina de Andrade. c/c Ricardo José Taborda Ribas, Capitão, possuía propriedades em Curitiba e muitas terras de criação de gado. Foi recrutado para servir na fronteira sul até 1809. m1840. 246.

BCR.5.9.1.1.1.7.4 Mathias Taborda Ribas. batizado em 1833. m1891. Comendador da Ordem da Rosa, ervateiro, Deputado Provincial. 247.

BCR.5.9.1.1.1.7.5 Lourenço Taborda Ribas de Andrade. b1835. m1878. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Deputado Provincial.

BCR.5.9.1.1.1.8 Ricardo Lustoza de Andrade. Tenente-Coronel, Oficial da Ordem do Cruzeiro, Cavaleiro da de Cristo, provedor de irmandades religiosas. c/c Francisca das Chagas Carrão, irmã do Conselheiro Carrão, Doutor em Direito, Diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, Deputado Geral por São Paulo, Ministro da Fazenda em 1865, Senador e Presidente da Província de São Paulo para onde se mudara. Ermelino de Leão V3-998, Rodrigues Alves 85. 248.

BCR.5.9.1.1.1.8.1 Francisca Leocádia Lustoza de Andrade. c/c Manoel Ferreira Ribas, natural de Castro, descendente dos fundadores de Pitanguy-Ponta Grossa. Brigadeiro, Deputado Provincial, Diretor Geral dos Índios. 249.

BCR.5.9.1.1.1.8.1.2 Augusto Lustoza de Andrade Ribas. Comendador, Presidente da Câmara de Ponta Grossa, Deputado Provincial. c/c Pureza Maria da Conceição Branco de Carvalho. 249.

BCR.5.9.1.1.1.8.1.2.1 Manoel Ferreira Ribas. 250. Em 1897 mudou-se para Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Organizou a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do RS, Prefeito de Santa Maria em 1927, Interventor Federal no Paraná e Governador de 1932 até 1945.

BCR.5.9.1.1.1.8.1.3 João Batista Lustoza Ribas de Andrade. Deputado Provincial. 251.

BCR.5.9.1.1.1.8.1.4.1 Maria Christina Lustoza Ribas. c/c Ernesto Guimarães Villela, Coronel, capitalista, chefe político em Ponta Grossa, Prefeito de Ponta Grossa, Deputado Estadual e Vice-Presidente do Paraná. 253.

BCR.5.9.1.1.1.8.2 Antonio Ricardo Lustoza de Andrade. n1823.m1884. Secretario do Governo da Província, Tesoureiro Geral de Fazenda, Deputado Provincial, colaborou com os jornais do Paraná e escreveu uma monografia sobre o plantio do trigo. Tenente-Coronel. c/c Gabriela Franco (Oliveira Franco).253.

BCR.5.9.1.1.1.8.2.1 João Lustoza de Andrade. Capitalista e proprietário em Curitiba. Vereador e Presidente da Câmara, Juiz de Paz. Membro do Partido Liberal. 254.

BCR.5.9.1.1.1.8.2.2.3 Maria Henriqueta de Carvalho. c/c Plinio Gonçalves Marques, médico, Deputado Federal pelo Paraná. 256.

BCR.5.9.1.1.1.8.2.3 Gabriela Lustoza de Andrade. c/c Benedicto Pereira da Silva Carrão, Capitão, Escrivão do Registro Civil de Curitiba, proprietário da Gazeta Paranaense, órgão do Partido Conservador Paranaense. Deputado Provincial e Estadual. Comissário de Polícia. 257.

BCR.5.9.1.1.1.8.2.4 Maria da Conceição Lustoza. c/c Caetano Alberto Munhoz, Secretário do Interior do Governo do Estado. 258.

BCR.5.9.1.1.1.9 Anna Maria de Jesus Lustoza de Andrade. c/c José Luiz Pereira, Tenente. 261.

BCR.5.9.1.1.1.9.3.5.1 Iphigenia de França. c/c 2asnpc BCR.5.9.1.1.1.9.4.9 Manoel Ribeiro de Macedo. 262.

BCR.5.9.1.1.1.9.3.7 Ignacio de Paula França. Coronel, industrial, Tesoureiro da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Curitiba, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba. 263.

Família Macedo

BCR.5.9.1.1.1.9.3.8 Benedicta França de Macedo. c/c BCR.5.9.1.1.1.9.4.9 Manoel Ribeiro de Macedo.

BCR.5.9.1.1.1.9.3.8.1 Iphigenia de Macedo Munhoz. c/c BCR.2.8.8.10.1.2 Alcides Munhoz, Secretario Geral de Estado, jornalista, escritor. 264.

BCR.5.9.1.1.1.9.3.8.2 Joaquina de Macedo Lopes. c/c Francisco das Chagas Lopes, neto de Candido Martins Lopes, o introdutor da imprensa no Paraná. 266.

BCR.5.9.1.1.1.9.4 Francisca de Paula Pereira de Macedo. n1825. c/c Manoel Ribeiro de Macedo. n1804. m1879. Natural de Cananéia, SP, Capitão, ervateiro, Administrador da

Barreira do Itupava. Foi preso durante a gestão de Zacarias de Góes e Vasconcelos em uma controversa acusação de corrupção. 267.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1 A Manoel Ribeiro de Macedo JR.. m1866. Filho do primeiro casamento de Manoel Ribeiro de Macedo com Leocadia Lourença das Dores. 153-279.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1A.1 Tobias de Macedo. Capitalista e negociante. c/c Rosa Fonseca.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1A.1.1 José Fonseca de Macedo. c/c Esther Guimarães, filha de Claro Américo Guimarães.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1A.1.2 Tobias de Macedo Jr. c/c Dolores de Leão.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1A.1.4 Rivadavia Fonseca de Macedo. n1892. Engenheiro, Presidente da Associação Comercial do Paraná em 1932, Presidente do Banco do Estado do Paraná. Viabilizou a venda da Fazenda Monte Alegre ao Grupo Klabin. c/c Alice Vauthier, aparentada com Manoel Ribas, Interventor no Paraná.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1 José Ribeiro de Macedo. n1840 em Porto de Cima. Comendador, ervateiro, comerciante, Presidente da Câmara de Porto de Cima, Deputado Provincial, membro do Partido Conservador, Presidente do Centro de Industriais de erva-mate, Presidente da Associação Comercial. c/c Laurinda Rosa de Loyola. 290.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1.3 José Ribeiro de Macedo Jr. Ervateiro, gerente da Firma Macedo & Cia. Deputado Estadual, Coronel. c/c sua prima Clotelvina Portugal de Macedo. 309.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1.3.D James Pinto de Azevedo Portugal. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, Promotor, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. c/c Alice de Macedo Portugal. 309.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1.3.D.1 Clotário de Macedo Portugal Neto. n1937 em Curitiba. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1962. Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça em 1996.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1.8 Semiramis de Macedo. c/c João Vianna Seiler, industrial, Presidente da Associação Comercial do Paraná. Presidente do Coritiba. 311.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.1.11.2.1 Rafael Greca de Macedo. Deputado Estadual. Prefeito de Curitiba (1992-1996). 312.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.3 Antonio Ribeiro de Macedo. n1843 em Porto de Cima, Coronel, ervateiro, Presidente da Câmara de Porto de Cima, Deputado Provincial, Provedor da Santa Casa de Antonina, Prefeito de Antonina, maçom. c/c Sylvia Loyola.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.4 Anna Rosa de Macedo. c/c Jayme Pinto de Azevedo Portugal, Coronel, filho de Francisco Pinto de Azevedo Portugal, conquistador de Guarapuava.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.4.1 Clotilde de Azevedo Portugal. c/c seu primo Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.4.1.4 James Portugal Macedo. n1901 em Campo Largo, bacharel em Direito pela Universidade do Paraná. Procurador, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. c/c Maria Luiza Romaguera, filha de Luiz dos Santos Romaguera, industrial, comerciante de madeiras. 330.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.4.4 Clotario de Azevedo Macedo Portugal. n1881 em Campo Largo. Bacharel em Direito, Promotor, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Professor de Direito na Universidade do Paraná. 330.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.4.4.4 João Cid de Macedo Portugal. n1916. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça. (HPJ227).

BCR.5.9.1.1.1.9.4.6 João Ribeiro de Macedo. Coronel, ervateiro, fundador de Teixeira Soares. Presidente da Associação Comercial. 331.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.6.1 Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. Bacharel em Direito por São Paulo, professor da Universidade do Paraná, escritor. c/c Clotilde Portugal de Azevedo, sua prima. 332.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.6.3 Flavio de Azevedo Macedo. Comerciante em Curitiba. c/c Francisca Ribas.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.6.3.6 Alceste Ribas de Macedo. n1914. Bacharel em Direito, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Aposentado compulsoriamente pelos poderes ditatoriais em 1973.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.6.4 Manoel de Azevedo Macedo. Ervateiro, Prefeito de Teixeira Soares. 335.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.6.7 João Ribeiro de Azevedo Macedo. Bacharel em Direito por São Paulo, Delegado de polícia em Curitiba, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná. Reitor da Universidade do Paraná. Colaborou com um grupo de empresários para a formação do Sindicato de Madeiras do Brasil, do qual se tornou consultor. c/c Francisca Adelaide de Macedo. 336.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.7 Agostinho Ribeiro de Macedo n1852. Coronel, ervateiro, Prefeito de Campo Largo. 338.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.10 Joaquim Pereira de Macedo. Coronel, Comandante da Guarda Nacional de Curitiba, Deputado Estadual, Vice-Governador, Prefeito Municipal de Curitiba. 342.

BCR.5.9.1.1.1.9.4.10.1 José Pereira de Macedo. Médico. Professor da Universidade do Paraná. Membro da Academia Paranaense de Letras. 343

BCR.5.9.1.1.1.9.4.10.11 Eurico Pereira de Macedo. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. (HPJ192).

BCR.5.9.1.1.1.9.4.12 Joaquina de Macedo. c/c Zacarias de Paula Xavier, Coronel, criou uma das primeiras fábricas de louças no Brasil. Presidente da Associação Comercial do Paraná. 345.

BCR.5.9.1.1.1.9.6 Maria Rosa de Moraes Roseira. c/c Manoel Gonçalves de Moraes Roseira, Comendador, Deputado Provincial da primeira Assembléia Paranaense. 349.

BCR.5.9.1.2.1.7.2.4 Anna de Jesus Saldanha. c/c Ernesto Dias Larangeira, Juiz de Direito em Guarapuava e Desembargador da Relação da Bahia. 356.

BCR.5.9.1.2.1.7.2.5 Antonio de Freitas Saldanha. Major do 47 o Corpo de Voluntários da Pátria. Morto no hospital de sangue de Lomas Valentinas em 25/12/1868.

BCR.5.9.1.2.1.7.2.7 José de Freitas Saldanha. n1841. Abastado negociante em Guarapuava, fazendeiro e proprietário. Vereador, Presidente da Câmara, Deputado Provincial, membro do Partido Liberal. Coronel Comandante da Guarda Nacional em Guarapuava. 357.

BCR.5.9.1.2.1.7.2.7.10 Odilla Saldanha de Faria. c/c Alcebiades de Almeida Faria, Bacharel em Direito pelo Recife, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Corregedor Geral do Estado. 362 V2. VOLUME 1.

BCR.5.9.2 Escolástica Soares do Valle. n1708. m1783. c/c Simão Gonçalves de Andrade, natural da Madeira. 536 V1.

BCR.5.9.2.1.2.2.1.5.4 Antonio Pereira da Silva e Oliveira. n1840 na Lapa, Coronel, chefe político em Santa Catarina, Presidente do Estado de Santa Catarina. 543.

BCR.5.9.2.1.3.1 Manoel Gonçalves de Moraes Roseira. Neto de Gaspar Gonçalves de Moraes e Catharina de Senne. Comendador, proprietário da fazenda Roseira em São José. Fez parte da lista tríplice para a escolha Senatorial em 1854. Deputado Provincial na primeira Assembléia Legislativa paranaense. Tesoureiro Geral de Curitiba em 1855. 547.

BCR.5.9.2.2.1 Francisco José de França. m1810. Vigário de Curitiba e de Lages.

BCR.5.9.2.2.5 Simão José Gonçalves de Andrade. Capitão, Juiz Almotacé quando foi preso. 550.

BCR.5.9.2.2.6 Maria Caetana de Jesus. c/c Antonio José Ferreira. 552.

BCR.5.9.2.2.6.1 Manoel Antonio Ferreira. Coronel, Deputado Provincial, Presidente da Província. c/c Florinda Maurícia de Sá Ribas. 553.

BCR.6.4.5.1.6.3.6.2 João Chalbaud Biscaia. Presidente da Associação Comercial do Paraná em 1972. 574. (ACP, 149).

BCR.7 Maria das Neves. c/c Guilherme Dias Cortes, natural de Parnaiba. Procedeu a medição do rocio da Vila de Curitiba em 1/5/1693. Da governança da Vila. Possuía uma sesmaria nos Campos Gerais. 580.

BCR.7.1 Zacarias Dias Cortes. Minerador no Arraial Grande. Explorador e Sertanista. 582.

BCR.7.2 Pedro Dias Cortes. n1684. Capitão, pertenceu a governança de Curitiba, Procurador do Conselho da Câmara, recebeu uma sesmaria nas Furnas Grandes. 585.

BCR.7.2.1.2.2.5.1.2 João José Pedrosa. Bacharel em Direito. Primeiro paranaense a governar a Província do Paraná.

BCR.7.2.1.2.2.5.1.3 Thomazia Pedrosa. c/c Izias Augusto Alves, Escrivão de Órfãos, proprietário de Cartório.

BCR.8 Domingas Antunes Cortes. c/c José Teixeira de Azevedo, Capitão, pertencente a governança de Curitiba. 595.

BCR.8.1 José Palhano de Azevedo. Construtor da Câmara de Curitiba em 1721. 596.

O GRUPO DE JOÃO RODRIGUES SEIXAS

João Rodrigues Seixas. Natural de Vianna em Portugal, foi um dos primeiros povoadores de Curitiba. Ao ser criada a justiça e o governo da Vila, foi o primeiro Escrivão da Câmara.

JRS.1 Antonio Rodrigues Seixas. n1670 em Cananéia, SP. Veio cedo para Curitiba, Capitão, Juiz Ordinário e de Órfãos em Curitiba. Possuía terras em Campo Magro, Sambaqui e Cubatão. c/c Maria Soares Paes, filha de Manoel Soares, primeiro Juiz

Ordinário de Curitiba, com Maria Paes,filha de BCR. 92.

JRS.2 Izabel Rodrigues Seixas. m1744. c/c Lourenço de Andrada, português da região de Vizeu, homem da governança de Curitiba. 98.

JRS.2.1 Antonio Rodrigues de Andrade. n1699 em Curitiba, m1769. c/c Maria do Valle, bisneta de Balthazar Carrasco dos Reis. 99.

JRS.2.1.1 Izabel Maria de Andrade. n1736 em Curitiba, m1788. c/c Antonio Martins Lustoza, Tenente. A genealogia de BCR.5.9.1.1 Izabel Maria de Andrade já foi apresentada anteriormente.

Família Ribas

JRS.2.2 Maria Rodrigues de Andrade. n1706, m1730. c/c Miguel Rodrigues Ribas, Capitão, natural da Vila Franca de Vianna. Foi da governança de Curitiba. 367.

JRS.2.2.2 Miguel Ribeiro Ribas. n1722, m1795. Capitão, foi da governança de Curitiba, sendo inclusive Juiz de Órfãos. c/c Clara Maria Domingues de Moraes. 367.

JRS.2.2.2.1.1.2.2.2 Brasilio Ribas. n1870 em Ponta Grossa, Coronel, Presidente da Câmara de Ponta Grossa, Prefeito de Ponta Grossa. Administrou o município durante 16 anos. Deputado Estadual. Abastado proprietário e fazendeiro em Ponta Grossa, na qual estava próxima a sua fazenda da Lagoa Dourada em Desvio Ribas, contando como parte as atrações de Vila Velha, Furnas e a Lagoa Dourada. 375.

JRS.2.2.2.1.1.2.10.4 Ozorio Guimarães. n1870. Engenheiro Civil, engenheiro da Câmara de Curitiba e da Secretaria de Obras. Deputado Estadual. Sócio de importante fábrica de tecidos em Ponta Grossa, sendo um dos proprietários da Usina de Eletricidade da região. Presidente da câmara Municipal de Ponta Grossa. 384.

JRS.2.2.2.1.1.4 Manoel Ferreira Ribas. Brigadeiro, administrador dos índios. Camarista de Ponta Grossa. Deputado Provincial.

JRS.2.2.2.1.1.6.1 Francisco dos Santos Ribas. Voluntário na Guerra do Paraguai, onde morreu em combate. 392.

JRS.2.2.2.1.1.9 Manoella Ribas. c/c José Borges de Almeida Taques, Capitão, filho do Coronel Balduino de Almeida Taques com Maria Antonia Borges de Macedo. 393.

JRS.2.2.2.1.1.9.1 Júlio Taques. Capitão, Coletor Federal em Tibagi.

Família Mercer

JRS.2.2.2.1.1.9.2.1.2 Laurentina Bittencourt Mercer. c/c Edmundo Mercer. Camarista, Prefeito e Juiz de Direito suplente em Tibagi. Comissário de Terras em Tibagi. 394.

JRS.2.2.2.1.1.9.2.1.2.1 Mathilde. c/c Guataçara Borba Carneiro, n1899, m1979. Neto de Telêmaco Borba. Guataçara foi Delegado de Polícia, Prefeito de Tibagi, Deputado Estadual, Presidente da Assembléia Legislativa, Secretário de Estado, Governador substituto. 394.

JRS.2.2.2.1.1.9.2.1.2.5 Edmundo Mercer Jr. n1908, m1974. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná, Delegado de Polícia, Promotor, Prefeito de Tibagi, Procurador Geral do Estado, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, Professor de Direito. 394 (HPJ178).

JRS.2.2.2.1.1.9.2.6 Vicentina Taques. c/c Eusébio Borba, filho do Coronel Telemaco Borba. 398.

JRS.2.2.2.5.6.1 Joaquim Mariano de Sá Ribas. n1835, m1908. Major, Promotor Público em Guarapuava. 403.

JRS.2.2.2.5.6.1.4.1 Ignez de Paula Marcondes. c/c Olegário Ribas de Paula Marcondes. n1883. Negociante em Curitiba com casas de fumo e salões de bilhar. Diretor Tesoureiro da Câmara Municipal. 406.

JRS.2.2.2.5.6.1.6 Serafim de Oliveira Ribas. n1871 em Guarapuava. Proprietário de uma serraria a vapor com diversos equipamentos em Guarapuava. Proprietário do Jornal- O Guayra. Abastado proprietário de terras. 408.

JRS.2.2.2.5.7.6.5 Antonio de Oliveira Ribas. Prefeito Municipal de Palmeira.

JRS.2.2.2.5.10 Francisca de Paula de Oliveira Ribas. c/c José Ferreira Pinto de Azevedo Portugal, filho do Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

JRS.2.2.2.5.10.1.2 Luiz Ignacio de Oliveira Cercal. Tabelião em Campo Largo, Escrivão do Segundo Cartório do Civel e Comércio de Curitiba.

JRS.2.2.2.5.11Anna Maria de Oliveira Ribas. c/c Antonio Antunes da Costa, importante estancieiro no Rio Grande do Sul. 439.

JRS.2.2.2.5.11.6. Antonio Antunes Ribas. n1844, m1904. Esteve na Guerra do Paraguai. Bacharel em Direito por São Paulo. Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. 439.

JRS.2.2.3 Lourenço Ribeiro de Andrade. n1724, m1799. Estudou em Coimbra, sendo licenciado em torno de 1747. Capitão-Mor de Curitiba por volta de 1751. Participou das expedições a Tibagi e Guarapuava em 1769. Suas boas relações com Afonso Botelho tornaram a sua família protegida por Dom Luiz Antonio de Souza, Capitão-General, Governador de São Paulo. c/c Izabel Cardoso de Moraes. 444. Leão 1168.

Família Pinto de Sá Ribas.

JRS.2.2.3.1 Anna Maria do Espírito Santo Ribas. c/c João Antonio Pinto, da governança de Curitiba. 446.

JRS.2.2.3.1.1 Lourenço Pinto de Sá Ribas. Capitão, Presidente da Câmara de Curitiba, Deputado Provincial em São Paulo, antes da emancipação. 446.

JRS.2.2.3.1.1.1 José Lourenço de Sá Ribas. Bacharel em Direito. Deputado Provincial, estando presente na primeira Assembléia paranaense. 446.

JRS.2.2.3.1.1.7 Constança de Bertholina Ribas. n1829. c/c Francisco da Silva Pereira, Coronel.

JRS.2.2.3.1.1.7.1 Joaquina da Silva Pereira. c/c Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Presidente da Província do Paraná. 447.

JRS.2.2.3.1.1.7.1.1 Maria Constança de Faria. c/c Benjamim Américo de Freitas Pessoa, bacharel em Direito pelo Recife, Promotor, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Deputado Estadual. 448, (HPJ148).

JRS.2.2.3.1.1.7.1.3 Raul de Almeida Faria. Bacharel em Direito, Promotor Público, redator-chefe do jornal " a Tribuna ". Poeta e escritor. 449.

JRS.2.2.3.1.1.7.1.11 Olivia de Almeida Faria. c/c Didio Iratym Affonso da Costa, oficial da marinha, escritor. 451.

JRS.2.2.3.1.1.7.3 Leonidia da Silva Pereira. c/c Coronel Caetano Alberto Munhoz. 451.

JRS.2.2.3.1.1.7.4 Amélia da Silva Pereira. c/c Jesuíno da Silva Lopes, proprietário do " Dezenove de Dezembro ", primeiro jornal do Paraná, criado por seu pai. Foi gerente das oficinas da Impressora Paranaense, diretor da " a República " e Tesoureiro da Delegacia Fiscal de Curitiba. 452.

JRS.2.2.3.1.1.7.4.6 Leonor Lopes da Silva. n1885, m1924. c/c Nilo Cairo da Silva, médico, um dos fundadores da Universidade do Paraná. 454.

JRS.2.2.3.1.1.8 Florinda Maurícia de Sá Ribas. c/c BCR.5.9.2.2.6.1 Manoel Antonio Ferreira, Coronel, político. 461.

Família Oliveira Franco

JRS.2.2.3.1.1.9 Escolastica Joaquina de Sá Ribas. c/c Manoel de Oliveira Franco, m1875. Brigadeiro, Presidente da Câmara de Curitiba, Deputado Provincial, Diretor Geral dos Índios da Província do Paraná, membro do Partido Conservador. 461.

JRS.2.2.3.1.1.9.1 Escolastica Franco de Bittencourt. c/c José Correia de Bittencourt, Brigadeiro, Administrador dos Correios do Paraná. 463.

JRS.2.2.3.1.1.9.1.1 João Gualberto de Bittencourt. Prefeito de Colombo. 464.

JRS.2.2.3.1.1.9.1.5.1 Ercilia Coelho de Paiva. c/c 2npc Caio Gracho Machado Lima, filho de Vicente Machado. Deputado Estadual. 465.

JRS.2.2.3.1.1.9.2 Joaquina de Oliveira Franco. c/c Bento Fernandes de Barros, natural de Fortaleza, CE. Bacharel em Direito por Olinda em 1853. Chefe de Polícia no Paraná, Juiz, Inspetor do Tesouro Provincial, Deputado Provincial, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 465.

JRS.2.2.3.1.1.9.2.2 Maria Júlia de Barros Guimarães. c/c Francisco de Paula Guimarães, Deputado Estadual, Diretor do Colégio Santa Júlia.

JRS.2.2.3.1.1.9.2.3 Maria Amélia de Barros, pintora. c/c Joaquim Ignacio Silveira da Motta Jr. c/c 2npc João Pamphilo de Assunção n1868, Bacharel em Direito por São Paulo, onde receberia o título de Doutor e passaria em concurso para professor da Cátedra de Economia Política, Ciências das Finanças, Direito Administrativo e Ciências da Administração. Professor de Direito da Universidade do Paraná, consultor jurídico do Estado, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná. Presidente da Associação Comercial do Paraná, construindo o seu novo edifício em 1909. 467. (PHACP94).

JRS.2.2.3.1.1.9.5 Adolpho Ribas de Oliveira Franco. c/c Anna Rosa Garcez.

JRS.2.2.3.1.1.9.5.1 Manoel de Oliveira Franco. Bacharel em Direito por São Paulo em 1906. Professor de Direito da Universidade do Paraná, Promotor, Secretário de Estado, Deputado Estadual. redator com o seu irmão João Franco do " O Estado do Paraná ". 469.

JRS.2.2.3.1.1.9.5.3 Theodorico de Oliveira Franco. Bacharel em Direito, alto funcionário do Estado. 470.

JRS.2.2.3.1.1.9.5.3.1 Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. Bacharel em Direito. Professor de Direito da Universidade do Paraná. Deputado Federal em 1951 e 1954. 470.

JRS.2.2.3.1.1.9.5.4 João de Oliveira Franco. Bacharel em Direito pelo Rio de Janeiro em 1912. Promotor, Delegado do Departamento Nacional de Ensino. Um dos fundadores do jornal " O Estado do Paraná ". c/c Hilda Faro, filha do Marechal reformado do exército Antonio Netto de Oliveira da Silva Faro. 470.

JRS.2.2.3.1.1.9.5.4.2 Adolpho de Oliveira Franco. n. em Ponta Grossa em 1915. Bacharel em Direito pelo Rio de Janeiro. Presidente da OAB/Paraná. Presidiu a UDN do Paraná. Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Presidente do Banco Comercial do Paraná. Membro da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. Governador eleito pela Assembléia Legislativa para um mandato tampão de dez meses entre 1/5/1955 e 31/11956. Senador em 1962. (NICOLAS, s/d, 41-42).

JRS.2.2.3.1.1.9.5.4.2.1 Adolpho de Oliveira Franco Filho. Deputado Federal pela ARENA (1979-1983).

Família Silveira da Motta

JRS.2.2.3.1.1.11 Maria Theolinda da Conceição Ribas. Em 1842 c/c Joaquim Ignácio Silveira da Motta, natural da Bahia. Médico formado na Alemanha, Deputado Provincial ainda por São Paulo, Vice-Presidente do Paraná, Diretor Geral da Instrução Pública, Deputado Geral. 473.

JRS.2.2.3.1.1.11.1 Joaquim Ignácio Silveira da Motta. Bacharel em Direito por São Paulo em 1865. Deputado Provincial, Juiz, Chefe de Polícia, Vice-Presidente do Estado do Paraná em 1891, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 474.

JRS.2.2.3.1.1.11.1.7 Leonor da Motta. c/c João Moreira Garcez, n1885, filho abastado do comerciante Teophilo Moreira Garcez. Formado em engenharia em 1910 no Rio de Janeiro, Engenheiro Diretor de Obras e Viação do Estado, Prefeito Municipal de Curitiba. Professor da Universidade do Paraná, Presidente do I.H.G.E.P., Diretor representante da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande e Paraná.479.

JRS.2.2.3.1.1.11.4 Eusébio Silveira da Motta.n1847. Bacharel em Direito, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Professor de filosofia e escritor, participante do Instituto Néo-Pitagórico. 481.

JRS.2.2.3.1.1.11.1.6 Coriolano Silveira da Motta. Professor e jornalista, monarquista. 507.

JRS.2.2.3.5.1 Anna Maria de Sá Ribas. Em 1805 c/c Manoel Mendes Leitão, m1859, Comendador. Fazendeiro abastado, pecuarista. Possuía casas em Curitiba, terras no Rio Verde, Barra, casas em São José dos Pinhais, fazendas de criação em Águas Belas, com casas, gado e benfeitorias ; Fazendas: do Capucú e Santo Amaro em Castro ; Alegre e Campestre em Ponta Grossa com mais de 2000 cabeças de gado vacum, cavalar e lanígero e 31 escravos. 509.

JRS.2.2.3.5.1.1 Mathias Carneiro Mendes de Sá. Reverendo. 510.

JRS.2.2.3.5.1.8.2.9 Placidia Mendes Silva. c/c Cyro Silva, Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná em 1923, escritor, jornalista, fundador do Escolar e do Guayra, jornal de livre pensamento, abolicionista e de propaganda republicana. Administrador das Capatazias da Alfândega de Paranaguá e Deputado Estadual a constituinte republicana. 513.

JRS.2.2.3.5.1.13 Joaquim Antonio Mendes. Vítima das lutas de 1852 em São José dos Pinhais. 518.

Ramo da família Guimarães

JRS.2.2.3.5.4 Libania Maurícia de Sá. Em 1812 c/c Mathias Gonçalves Guimarães, Capitão, filho de Manoel Gonçalves Guimarães.518.

JRS.2.2.3.5.4.3 José Mathias Gonçalves Guimarães. Bacharel em Direito, Deputado Provincial, estando presente na primeira Assembléia paranaense. c/c Delphica Guimarães, filha do Visconde de Nácar. O pai de José Mathias era cunhado do Barão de Antonina, c/c sua irmã Ana Ubaldina. 519.

JRS.2.2.3.5.4.3.1 Theodorico Gonçalves Guimarães. n1859, m1923. General reformado do exército.

JRS.2.2.3.5.4.3.1.1 Acyr Guimarães. Jornalista, redator-chefe da Gazeta do Povo. 519.

JRS.2.2.3.5.4.3.1.3 Adyr Guimarães. Em 1923, enquanto era Capitão do Exército, fez e primeiro "raid" entre O Rio de Janeiro e Curitiba. 519.

JRS.2.2.3.5.4.3.1.5 Alô Guimarães.Senador da república.520.

JRS.2.2.3.5.4.3.6 Eugênia Guimarães. c/c Alcebiades Cesar Plaisant, Major reformado do exército, escritor, membro do CLP e do IHGEP. 520.

Ramo da família Taborda Ribas.

JRS.2.2.3.6 Manoel José de Borba Ribas. Vulgo Nano Taborda, Capitão, grande proprietário e fazendeiro na Freguesia do Iguaçú e do Tatuquara. Mandou prender uma vez o Almotacé Simão José Gonçalves de Andrade. Taborda possuía má fama, sendo assassinado em uma emboscada em 1831. 524.

JRS.2.2.3.6.5.1 Engrácio Ortiz Taborda Ribas. n1830 em Triunfo, RS, m1912 em Porto Alegre. Propagandista da república, amigo de Júlio de Castilhos. Comerciante e industrial em Porto Alegre, tendo fundado uma fábrica de chitas. 532.

JRS.2.2.3.6.5.1.2 Gomercindo Taborda Ribas. Bacharel em Direito, Promotor, Juiz, Deputado Federal no Rio Grande do Sul, Desembargador do Tribunal do RS. 534.

JRS.2.2.3.7 Antonio Ribeiro de Andrade. Batismo em 1762. m1829. Capitão-Mor de Curitiba. Recepcionou Saint-Hilaire em sua visita a Curitiba. Estimulou o plantio de trigo.

JRS.2.3 Agostinho Ribeiro de Andrade. n1709, m 1767.

JRS.2.3.5 José de Andrade. Capitão. Recebeu como sesmaria duas léguas de Campos em Papagaios Novos em 1779. 547.

JRS.2.3.5.1 Maria Joaquina da Cruz Lima. c/c Antonio Xavier Ferreira, Alferes, mestre de primeiras letras em Curitiba. 548.

JRS.2.3.5.1.1 Ildefonso Xavier Ferreira. Cônego, lente de Teologia da Academia de Direito de São Paulo. Secretário do Cabido paulista, Promotor do Bispado, Membro das Comissões do Conselho Geral do Governo em 1828, Inspetor da Instrução Pública, Juiz de Paz, Vereador e Deputado Provincial. 548.

JRS.2.3.5.1.2 Antonio Xavier da Cruz Lima. Insigne flautista.

JRS.2.3.9.1.3.6 Ottoni Ferreira Maciel. Coronel, autor de Bastidores Políticos. 558.

JRS.2.3.9.1.4.2 João Candido Ferreira. Médico, Prefeito da Lapa em 1892,Deputado Estadual e Federal. Vice-Presidente e Presidente eleito do Paraná, não assumindo em virtude das manobras da Coligação de 1908. 564.

JRS.2.3.9.1.5 Leocádia Ferreira. c/c João Pacheco dos Santos Lima, Coronel, Deputado Estadual, assassinado em Canoinhas em 1905.

O GRUPO DE JOÃO RODRIGUES DE FRANÇA

- João Rodrigues de França. Capitão-Mor de Paranaguá de 1707 até seu falecimento em 1715. Descendente de ilustre família paulista. Possuía fazendas de criação nos Campos Gerais e nos de Curitiba e São José. Possuía as minas de ouro de Arassatuba em São José, de onde retirara muito ouro. Por possuir grandes cabedais, formou seis dos seus filhos na carreira eclesiástica, dos quais um se formou em Coimbra. c/c Francisca Pinheiro. 3.

JRF.1 Joanna Rodrigues de França. Em 1721 c/c Manoel Gonçalves da Cruz, Capitão, possuía uma sesmaria de três léguas nos Campos Gerais. c/c em terceiras npc com o Doutor Antonio dos Santos Soares, natural de Portugal, Juiz de Fora em Olivença e em Santos, Ouvidor e Corregedor em Paranaguá de 1730 até 1734. Foi Intendente dos quintos de ouro e superintendente das terras minerais.

JRF 1.1 Antonia da Cruz França. Herdeira dos campos de criação de gado em Curitiba, deixou como bens em 1770, após o seu falecimento sem filhos, as fazendas dos Papagaios, de Butucuara, dos Porcos, do Lago, do Palmital e de Santa Cruz, além de várias sesmarias e propriedades em Santos. c/c Manoel dos Santos Lobato, natural de Portugal, Juiz de Fora na Vila de Torrão, Juiz Ordinário e de Órfãos em Santos, Ouvidor e Corregedor em Paranaguá. c/c segundas npc com Francisco José Monteiro de Castro. Sargento-Mor, Comandante das expedições a Guarapuava e Tibagi em 1769. 5.

JRF.2 Maria de Ascenção. c/c Francisco Rodrigues Coutinho, Capitão, negociante, faleceu em um naufrágio, quando voltava com mercadorias do Rio de Janeiro. c/c segundas npc com André Gonçalves Pinheiro, Capitão-Mor de Paranaguá em 1722, Provedor dos Reais Quintos de ouro da fundição de Paranaguá. Mestre de Campo da milícia, assinou os provimentos do Ouvidor Pardinho em 1721. 7.

JRF.2.1 Josepha Rodrigues de França. Filha do primeiro casamento de JRF.2. Josepha faleceu em 1762. c/c Francisco da Silva Freire, Capitão, possuía terras em Piraquara. Neto por parte paterna do Capitão-Mor e Governador da Capitania de Paranaguá, Francisco da Silva Magalhães. Francisco da Silva Freire era sobrinho e único herdeiro de Catharina da Silva Passos, que se casara com o Capitão Manoel Gonçalves Carreiro e deixaram um sobrado e cinco casas em Paranaguá, ouro, prata e 60 escravos, uma vez que os tios possuíram as minas de Canguiry e Uvaporanduva Houve uma disputa com os Jesuítas sobre o espólio da Tia. 8.

JRF.2.1.7 Euphrosina da Silva Freire. n1740, m1827. c/c Raymundo José Sanabio, natural de Angra. Foi ferido gravemente em 1802, quando escravos amotinados tentaram matá-lo. 31.

JRF.2.1.7.1 Anna Gonçalves Cordeiro. n1764, m 1824. c/c João Ferreira de Oliveira, natural dos Açores, Tenente, faleceu em Paranaguá em 1809 de febre amarela. 32.

JRF.2.1.7.1.1 Maria Ferreira de Oliveira. n1787, m 1840. c/c Antonio Vieira dos Santos, natural do Porto, ervateiro, o primeiro historiador do Paraná.32. Ver item 2.8.

JRF.2.1.7.1.1.1.3 João Ferreira de Oliveira. Capitão, lavrador, ervateiro, produtor de farinha de mandioca e aguardente, Agente Fiscal dos Impostos de Consumo. c/c Amelia Gomes, filha de Manoel Cordeiro Gomes. 51.

JRF.2.1.7.1.1.1.4 Frederico Ferreira de Oliveira. n1849. Almirante reformado. 54.

JRF.2.1.7.1.1.1.4.1 Armando de Castro Oliveira. Médico. c/c Alice de Bittencourt, filha do Marechal Carlos Machado de Bittencourt, morto no Arsenal de Guerra quando da tentativa de assassinato do Presidente Prudente de Moraes. 54.

JRF.2.1.7.1.1.1.5 Virgílio Ferreira de Oliveira. n1845. Voluntário na Guerra contra o Paraguai, lá morrendo como Alferes. 55.

JRF.2.1.7.1.2 Domitila da Silva Freire. n1790, m1814. c/c Antonio José de Araujo, filho de portugueses, n1791, m1851. Comendador, Oficial da Ordem da Rosa, foi abastado personagem do litoral paranaense. 62.

JRF.2.1.7.1.2.1 Anna Luiza de Araujo. n1810, m1844. c/c José Antonio de Araujo, seu tio. Alferes. c/c segundas núpcias com Antonio Pereira da Costa, Sargento-Mor, filho do Capitão-Mor de Paranaguá Manoel Antonio Pereira. 63.

JRF.2.1.7.1.2.1.1 Rosa Augusta de Araujo. c/c José Antonio Pereira Alves, Coronel, comerciante em Paranaguá, proprietário de importante fábrica de velas e sabão. Chefe do Partido Liberal. 63.

JRF.2.1.7.1.2.1.1.1.2 José Henrique de Santa Rita. n1872 em Paranaguá. Bacharel em Direito pelo Rio de Janeiro, Procurador, Juiz, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Escritor, membro do CLP, APL e do IHGEP. 64.

JRF.2.1.7.1.2.1.1.2 Ernestina Pereira Alves. Em 1881 c/c Affonso de Camargo Penteado, Coronel, negociante, capitalista. 66.

JRF.2.1.7.1.2.1.1.2.3 Affonso Pereira de Camargo. Oficial da Marinha, c/c Maria do Carmo Gurgel Valente, filha do Desembargador Bemvindo do Amaral Valente. 66.

Família Alves de Araújo.

JRF.2.1.7.1.2.3 Maria Rosa de Araujo. n1812. c/c Hyppolito José Alves, filho do Capitão-Mor de Antonina Manoel José Alves, possuidor de grandes cabedais e prestígio político no litoral.

JRF.2.1.7.1.2.3.1 Antonio Alves de Araujo. Coronel, Comendador das Ordens da Rosa e de Cristo, Deputado Provincial e Presidente da Assembléia Legislativa Provincial, Vice-Presidente da Província do Paraná, tendo a administrado algumas vezes. Ervateiro. Chefe do Partido Liberal. c/c sua prima Maria Luiza Araujo. c/c 2npc com Francisca, filha de Manoel Francisco Correia Jr. 69.

JRF.2.1.7.1.2.3.1.3 Moysés Correia Alves de Araujo. Gerente do Diário da Tarde de Curitiba. 69.

JRF.2.1.7.1.2.3.1.4 Maria Rosa de Araujo Castro. c/c Mario Sérgio de Souza Castro. 69.

JRF.2.1.7.1.2.3.2 Manoel Alves de Araujo. n1838/ Morrete, m1908 Rio de Janeiro. Bacharel em Direito por São Paulo em 1859. Deputado Provincial, Deputado Geral, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1881. Presidente da Província de Pernambuco. Membro do Partido Liberal. c/c Maria Coleta dos Santos Araujo, filha de David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais. 70.

JRF.2.1.7.1.2.3.2.2 David Pacheco Alves de Araujo. Coronel, importante fazendeiro na Lapa. Estudou engenharia na Filadelfia - EUA. 71.

JRF.2.1.7.1.2.3.2.3 Hyppolito Pacheco Alves de Araujo. Bacharel em Direito por São Paulo. Diplomata. Embaixador. 71.

JRF.2.1.7.1.2.3 Hyppolita Alves de Araujo. c/c Fanor Cumplido, natural do Uruguai. comerciante e exportador de erva-mate. 72.

JRF.2.1.7.1.2.3.2.5 Heitor Soares Gomes. Engenheiro civil, Deputado Estadual, Camarista e Prefeito de Antonina, onde manteve intensa lavoura. 72.

JRF.2.1.7.1.2.4 Domitila Alves de Araujo. c/c BCR.5.3.4.9.3.10.1 Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Deputado Geral, Ministro, Presidente do Paraná, chefe político do Partido Liberal do Paraná. 74.

JRF.2.1.7.1.2.5 Maria Rosa de Araujo. c/c Francisco Marques Leal Pancada, industrial, possuía importantes propriedades em Antonina. 78.

JRF.2.1.7.1.2.7 Joaquim Alves de Araujo. Coronel, Comendador. c/c Ignácia Santos Araujo, filha de David dos Santos Pacheco, Barão dos Campos Gerais. 80.

JRF.2.1.7.1.2.7.2 Maria Rosa de Araujo. c/c Francisco Heráclito dos Santos, importante industrial, sócio da fábrica de biscoitos e conservas Leal Santos & Cia do Rio Grande do Sul. 80.

JRF.2.1.7.1.2.7.3 Hortencia de Araujo. c/c Dr. Balbino Carneiro de Mendonça,fuzilado em 20/5/1894. 81.

JRF.2.1.7.1.2.8 Hyppolito Alves de Araujo. Comendador, Coronel da Guarda Nacional, Deputado Provincial, Brigadeiro. 81.

JRF.2.1.7.1.2.9 Henrique Alves de Araujo. n1850Antonina, m1915. Comendador. c/c Cherubina Marcondes, neta dos Barões do Tibagi. 82.

JRF.2.1.7.1.2.9.1 Maria Rosa de Araujo Soares. c/c Teophilo Soares Gomes, Administrador da Mesa de Rendas de Antonina no fim do Império. Prefeito de Antonina, Chefe da Fiscalização da Arrecadação Geral do Estado, Deputado Estadual e Comandante Superior da Guarda Nacional na República. Chefe federalista. Teatrólogo. 82.

JRF.2.1.7.1.9.2 Maria da Luz Alves de Araujo. c/c João Evangelista Espíndola. Médico formado no Rio de Janeiro em 1885. Jornalista em Paranaguá. Deputado Estadual. Professor da Universidade do Paraná.83.

JRF.2.1.7.1.9.5 Lysandro Alves de Araujo. Coronel, fazendeiro e industrial em Ponta Grossa, Deputado Estadual. 85.

JRF.2.1.7.2 Maria da Luz. m1802Morretes com 38 anos. c/c Capitão Manoel Gonçalves Cordeiro do Nascimento, filho do Capitão Gaspar Gonçalves de Moraes com Catharina de Senne. 86.

JRF.2.1.7.2.4 Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento. m1847Paranaguá. c/c Maria Josepha de França, filha do Tenente-Coronel Manoel Francisco Correia. 86.

JRF.2.1.7.2.4.8 Bento Gonçalves Cordeiro. Chefe político em Morretes, onde possuía importante lavoura e foi Presidente da Câmara. Deputado Estadual. 99.

JRF.2.1.7.2.4.8.2 Arsenio Gonçalves Cordeiro. Coronel, Prefeito Municipal de Morretes, Deputado Estadual. 100.

JRF.2.1.7.2.4.11.1 Josephina de Lacerda Marques. c/c João Eugenio Gonçalves Marques, Presidente da Câmara de Paranaguá, Deputado Estadual. Concessionário da Empresa de bondes de Paranaguá, um dos primeiros exportadores de madeira do Paraná. 105.

JRF.2.1.7.2.4.11.1.2 Plínio Gonçalves Marques. Médico formado no Rio de Janeiro. Deputado Estadual, Deputado Federal. Sócio da Firma industrial João Eugenio & Cia. c/c Maria Henriqueta Lustoza de Carvalho, filha do capitalista Manoel Pereira Leite de Carvalho. 106.

JRF.2.1.7.2.5 Maria da Luz Paraíso. c/c Antonio Ricardo dos Santos, Sargento-Mor, neto do Sargento-Mor Domingos Cardoso de Lima, possuidor das minas de ouro de Penajoia em Morretes. Depois da lavra do ouro no Açungui, se estabeleceu no Rio do Pinto em Morretes, onde desfrutava de uma situação abastada. 111

JRF.2.1.7.2.5.1.1.3 Elvira Pinho de Souza. c/c Antonio Luiz Fagundes de Souza, natural do Mato Grosso, Major reformado do exército. Participou da Campanha de Canudos, onde foi ferido. 113.

JRF.2.1.7.2.5.3 Manoel Ricardo do Nascimento. c/c Maria Caetana de França do Nascimento. 116.

JRF.2.1.7.2.5.3.3 Maria Luiza do Nascimento. c/c Vicente Ferreira de Loyola, ervateiro. 117.

JRF.2.1.7.2.5.3.4.2 Etelvina do Nascimento. c/c Maurício Sink, Coronel, propagandista da República. Deputado Estadual. 119.

JRF.2.1.7.2.5.3.4.4.3 Hilda Correia Leite. c/c Zenon Pereira Leite, n1889, filho do Coronel Guilherme José Leite, natural de Pernambuco, comerciante, primeiro Presidente do Clube Republicano de Paranaguá. 120.

JRF.2.1.7.2.5.3.4.6 Carlina da Silva Correia Requião. c/c Annibal Requião, proprietário de oficinas tipográficas e da Livraria Econômica, neto de Candido Martins Lopes. 122.

JRF.2.1.7.2.5.3.5 Antonio Ricardo do Nascimento. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba no Império, Deputado Provincial, negociante, fiscal da Câmara Municipal junto a Companhia de Bondes Elétricos. c/c Hermancia Borges de Macedo Guimarães. Em 2as npc Maria Rosalina Caiut. 124.

JRF.2.1.7.2.5.3.5.8 Mercedes do Nascimento. c/c Segismundo Gradowsky. n 1897 em Tomás Coelho. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná. Delegado de Polícia em Rio Negro. Juiz de Direito. Desembargador pelo Tribunal de Justiça.(HPJP, 173). 125.

JRF.2.1.7.2.5.3.5.8.D Eros Nascimento Gradowsky. n em Curitiba em 1926. Bacharel em Direito pela Universidade do Brasil em 1950. Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná. Desembargador em 1979 do Tribunal de Justiça do Paraná. Professor da UFPR. (HPJP, 223).

JRF.2.1.7.2.5.4 Antonio Ricardo dos Santos. n1819, m1888. Grande ervateiro, Deputado Provincial, Vice-Presidente da Província do Paraná, um dos chefes do Partido Conservador. 130.

JRF.2.1.7.2.5.4.1 José Pereira dos Santos Andrade. Filho natural e reconhecido. Senador. Governador do Paraná 1896-1900. (NEGRÃO, V4, 150).

JRF.2.1.7.2.5.6.3 Francisca dos Santos Rebello. c/c José Pinto Rebello, Coronel, capitalista, ervateiro.

JRF.2.1.7.2.5.6.3.6 Etelvina Pinto Rebello. c/c Affonso Alves de Camargo, Presidente do Paraná. 155.

JRF.2.1.7.2.5.6.3.9 Celmira Pinto Rebello.1912 c/c Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, Bacharel em Direito, Chefe de Polícia, Juiz, Deputado Federal. 156.

JRF.2.1.7.2.5.6.5.1 Lauro do Brasil Loyola. Tenente-Coronel, comerciante, Prefeito Municipal de Antonina, Deputado Estadual. 158.

JRF.2.1.7.2.5.6.5.2 José Guilherme de Loyola. Médico, Deputado Estadual, Diretor do Serviço Sanitário do Estado. 158.

JRF.2.1.7.2.5.6.5.4 Helena de Loyola. c/c Vicente Machado da Silva Lima, Político de grande prestígio. c/c2 Bento Lamenha Lins. 159.

JRF.2.1.7.2.5.6.9 Maria da Luz. c/c Arthur Ferreira de Abreu, Senador da República. 160.

JRF.2.1.7.2.5.6.9.4 Ascanio Ferreira de Abreu. Diretor da Penitenciária do Estado.161.

JRF.2.1.7.2.6 Anna Maria da Luz. c/c Joaquim Antonio Guimarães, Capitão. 164.

Ramo da família Guimarães.

JRF.2.1.7.2.6.1 Manoel Antonio Guimarães. n1813, m1893.Visconde de Nácar. Negociante, ervateiro, Chefe do Partido Conservador, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Deputado Provincial, Deputado Geral. 164.

JRF.2.1.7.2.6.1.2 Joaquina Guimarães. c/c José Mathias Ferreira de Abreu, natural de São Paulo, bacharel em Direito. Deputado Provincial, Deputado Geral. 166.

JRF.2.1.7.2.6.1.2.2 Arthur Ferreira de Abreu. Coronel, Presidente da Câmara de Paranaguá, Senador. 170.

JRF.2.1.7.2.6.1.3 Maria Candida Guimarães. c/c Antonio Candido Ferreira de Abreu, bacharel em Direito, Juiz, Deputado Provincial e Deputado Geral. Em 1875 atuou na Comarca de São Leopoldo no júri contra a revolta dos Muckers. 176.

JRF.2.1.7.2.6.1.3.1 Alberto Ferreira de Abreu. n1853Paranaguá. Marechal do Exército, Engenheiro Militar, Deputado Federal, Diretor das Colônias Militares de Chopim e Chapecó. 177.

JRF.2.1.7.2.6.1.3.1.1 Altevir Ferreira de Abreu. Industrial, Diretor Presidente do Banco de Curitiba. 177.

JRF.2.1.7.2.6.1.3.2 Candido Ferreira de Abreu. Engenheiro Civil, participou da construção de Belo Horizonte. Prefeito Municipal de Curitiba, Deputado Federal e Senador. 178.

JRF.2.1.7.2.6.1.4 Manoel Antonio Guimarães Filho. c/c Bárbara de Alencar, filha do Senador do Império José Martiniano de Alencar. 181.

JRF.2.1.7.2.6.1.4.4 Manoel de Alencar Guimarães. Advogado, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador. 183.

JRF.2.1.7.2.6.1.5 Delphica. c/c José Mathias Gonçalves Guimarães, Bacharel em Direito, Deputado Provincial.

JRF.2.1.7.2.6.1.5.1.5 Alô Guimarães. Médico pela Universidade do Paraná. Prefeito de Curitiba. Secretário de Justiça. Senador em 1955. (NICOLAS, s/d, 35-36). 188.

JRF.2.1.7.2.6.1.7 Irmina Guimarães. c/c Manoel Miró, Comendador, ervateiro. 193.

JRF.2.1.7.2.6.1.7.1 Manoel Miró Jr, industrial de erva-mate, Deputado Estadual e membro da Junta Comercial. 194.

JRF.2.1.7.2.6.1.7.6 Joaquim Miró. n1870. Bacharel em Direito, Deputado Estadual, Consultor Jurídico do Estado e Procurador Fiscal do Estado. 197.

JRF.2.1.7.2.6.1.8 Alice Guimarães. c/c Manoel Euphrasio Correia, Deputado Geral, Presidente da Província de Pernambuco. 198.

JRF.2.1.7.2.6.1.12 Thalia Guimarães, filha do segundo casamento de Nacar com Rosa Correia. c/c Manoel Francisco Correia. 199.

JRF.2.1.7.2.6.1.14 João Guilherme Guimarães. n1857, m1927. Foi sócio de seu pai na firma comercial Visconde de Nacar & Filho. Presidente da Câmara de Paranaguá e seu Prefeito. Comandante Superior da Guarda Nacional. Presidente da Associação Comercial do Paraná. Presidente do Clube Literário de Paranaguá. Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá. 200. c/c Clotilde Miró Guimarães, sua sobrinha. 199.

JRF.2.1.7.2.7 Modesto Gonçalves Cordeiro. Chefe do Partido Conservador do litoral. Deputado Provincial, Coronel Comandante da Guarda Nacional, integrante da lista

tríplice do primeiro Senador. c/c Justina Rodrigues da Trindade, filha do Sargento-Mor Antonio Ricardo dos Santos. 202.

JRF.2.1.7.2.7.1 Ricardo Gonçalves Cordeiro. Major. c/c Anna Antonia Pereira, filha do Capitão-Mor Manoel Antonio Pereira. 203.

JRF.2.1.7.2.7.2 Firmino Gonçalves Cordeiro. Tenente-Coronel. c/c Anna de Moraes Roseira. 205.

JRF.2.1.7.2.7.8.1 Modesto Polydoro. Major,Tesoureiro da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional de Curitiba. Suicidou-se em 1904 em função de um desfalque de que não cometera. 222.

JRF.2.1.7.2.8.3.11.1.1 Rafael Greca de Macedo. Deputado Estadual. Prefeito de Curitiba em 1992-1996. 233.

JRF.2.1.7.2.9 Francisca Esmeria da Luz França. c/c1825 Antonio Luiz Pereira, Capitão. 238.

JRF.2.1.7.2.9.5 Balbina da Luz Pereira e Souza. n1833. c/c Joaquim Antonio dos Santos Souza, n1818Antonina, Coronel, Comendador, Cavaleiro da Ordem de Cristo por serviços prestados durante a Guerra do Paraguai,Tabelião de Morretes, construtor da Capela do Senhor do Bom Jesus do Serro Lindo de Arraial Queimado, abriu estradas na região do Ribeira, advogado provisionado, Promotor Público em Apiaí. Grande proprietário de terras na Varginha e São Luiz no Arraial Queimado. 238.

JRF.2.1.7.2.9.5.2 Pedro Viriato de Souza. Major, serventuário público graduado da Secretaria Geral do Estado. c/c Helena Parigot. 241.

JRF.2.1.7.2.9.5.2.1 Luiz Parigot de Souza. Médico formado pela Academia de Medicina da Universidade do Paraná. c/c Aline Cordeiro de Souza. 241.

JRF.2.1.7.2.9.5.2.1.1 Pedro Parigot de Souza. Engenheiro, Professor da Universidade do Paraná. Governador do Paraná em 1971 em função do impedimento do titular Haroldo Leon Peres. 241.

JRF.2.1.7.2.11.4 Maria dos Anjos Agner. c/c Luiz Manoel Agner, alemão, Coronel, participou do lado federalista na revolução de 1894. 249.

JRF.2.1.7.2.11.4.9 Analia Agner de Miranda. c/c Guilherme Xavier de Miranda, importante capitalista e industrial. 253.

JRF.2.1.7.2.11.5.8.1.1 Escolastica de Moraes Velloso. c/c1893 Dario Persiano de Castro Velloso, natural do Rio de Janeiro, literato, lente do Ginásio Paranaense, fundou diversos

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

jornais revistas e o Instituto Néo-Pitagórico em Curitiba. Dario era filho de Cyro Persiano de Almeida Velloso, natural da Bahia, comerciante, participou da Guerra do Paraguai, foi Prefeito de Curitiba e fundou o Correio Municipal. 256.

JRF.2.1.7.4 Euphrosina da Silva Freire. m1844. c/c Francisco Ferreira de Oliveira, natural do Pico, Açores, Sargento-Mór, m1822. 271.

Família Correia

JRF.2.1.7.4.2 Maria Joaquina da Trindade. c/c Manoel Francisco Correia, natural da Vila de Feira, Beira, Portugal. Sargento-Mor, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. 273.

JRF.2.1.7.4.2.1 Manoel Francisco Correia Junior. n1809, m1857. Chefe da Guarda Nacional do litoral, Membro da Imperial Ordem de Cristo, Coletor das Rendas Gerais. c/c Francisca Antonia Pereira, filha do Capitão-Mor Manoel Antonio Pereira. 277.

JRF.2.1.7.4.2.1.1 Manoel Francisco Correia. Estudou no Colégio Dom Pedro II, bacharel em Direito, Chefe da Seção da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, Secretario do Governo da Província do Rio de Janeiro, Presidente da Província de Pernambuco, Deputado Geral, Presidente da Câmara dos Deputados em 1871, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senador do Império, Membro do Conselho de Estado. Com a República foi Presidente do Tribunal de Contas. Diretor Presidente do Lloyd brasileiro. Vice-Presidente do Instituto Histórico Brasileiro. c/c Marianna Ribeiro de Almeida Correia, natural do Rio de Janeiro. 277.

JRF.2.1.7.4.2.1.1.1 Marianna Correia. c/c Joaquim Galdino Pimentel, Lente da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Moço Fidalgo da Casa Imperial, foi Presidente da Província de Mato Grosso. 285.

JRF.2.1.7.4.2.1.1.3 Manoel Francisco Correia Junior. Engenheiro. Participou da construção de várias ferrovias, faleceu em decorrência de um acidente na construção da estrada de ferro em Itabira do Campo. Deputado Provincial c/c Thalia Guimarães, filha do Visconde de Nácar. 285.

JRF.2.1.7.4.2.1.4 Maria Bárbara Correia. n1835. c/c Agostinho Ermelino de Leão, n1834Paranaguá, m 1901Curitiba, bacharel em Direito pelo Recife, Juiz em Caçapava e Santa Maria no Rio Grande do Sul e em Curitiba. Vice-Presidente da Província do Paraná, tendo assumido vária vezes. Chefe de Polícia do Paraná. Fundou com Muricy o Museu

Paranaense, Foi um dos criadores do Teatro São Teodoro, do Clube Curitibano e de outras sociedades culturais. Desembargador da Relação da Bahia. Vice-Presidente da Bahia. Em 1888 foi transferido para a Relação de São Paulo. Fundador da Capela de Nossa Senhora da Glória. Agostinho Ermelino Leão era filho do Desembargador Agostinho Ermelino Leão, natural da Bahia, com Maria Clara Pereira, filha do Capitão-Mor Manoel Antonio Pereira. 287.

JRF.2.1.7.4.2.1.4.4 Maria das Dores de Leão. c/c Francisco Face Fontana, grande ervateiro, iniciador do Passei Público. Maria c/c2npc Bernardo Augusto da Veiga. 291.

JRF.2.1.7.4.2.1.4.4.1 Francisco Fido Fontana. Industrial ervateiro. c/c Iphigenia Correia, filha do Barão do Serro Azul. 291.

JRF.2.1.7.4.2.1.4.4.1.1 Zilda. c/c Alexandre Gutierrez Beltrão.

JRF.2.1.7.4.2.1.4.4.1.1.1 Alexandre Fontana Beltrão. Engenheiro. Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná no governo de Jaime Lerner, 1995-96.

JRF.2.1.7.4.2.1.4.5 Agostinho Ermelino de Leão. Capitalista e industrial. c/c Maria Clara de Abreu, sua prima. 292.

JRF.2.1.7.4.2.1.4.6 Ermelino Agostinho de Leão. Bacharel em Direito, escritor, historiador. 293.

JRF.2.1.7.4.2.1.8 João Ferreira Correia. n1838. c/c Carolina Pereira Correia. 297.

JRF.2.1.7.4.2.1.8.1 João Ferreira Correia. Comerciante. c/c Georgina da Fonseca Correia, filha do Tenente-Coronel Francisco de Paula Fonseca, Comandante da Polícia da Província do Paraná. 297.

JRF.2.1.7.4.2.1.8.2 Leoncio Correia. n1865. Deputado Estadual, Deputado Federal, Diretor Geral da Instrução Pública do Paraná, jornalista, escritor. Abolicionista e republicano. 297.

JRF.2.1.7.4.2.1.8.3 Narcinda Correia Lobo. c/c José Gonçalves Lobo, republicano histórico, fez parte da primeira diretoria do Clube Republicano de Paranaguá. Prefeito Municipal de Paranaguá, Deputado Estadual, comerciante, Despachante Geral da Alfândega de Paranaguá, Tabelião de Público, Judicial e Notas em Paranaguá. 298.

JRF.2.1.7.4.2.1.11 Ildefonso Pereira Correia. Barão do Serro Azul. n1845Paranaguá, m1894. Grande comerciante ervateiro, montou a Impressora Paranaense, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Deputado Provincial pelo Partido Conservador. Fuzilado pelos florianistas em 1894. 300.

JRF.2.1.7.4.5 Joaquina Maria da Ascenção. c/c1815 Manoel Francisco Correia, o velho, sendo a sua terceira mulher. 305.

JRF.2.1.7.4.5.1 Joaquim Candido Correia. c/c Damiana Vieira do Nascimento. O casamento se realizou no Rio de Janeiro.

JRF.2.1.7.4.5.1.1 Tacito Correia. Juiz de Direito do Tibagi. Promotor Público. 306.

JRF.2.1.7.4.5.1.1.2 Iria Correia. Pintora.

JRF.2.1.7.4.5.2.3 Presciliano da Silva Correia. Negociante em Paranaguá, Presidente da Câmara Municipal e Deputado Provincial. Durante o movimento de 1894 foi Delegado de Polícia durante o governo federalista. Fuzilado no km65 da Estrada de ferro em maio de 1894. 307.

JRF.2.1.7.4.5.3 Maria Clara. c/c Manoel Antonio Guimarães, Visconde de Nácar.310.

JRF.2.1.7.4.5.8 Guilhermina Correia. n1837Paranaguá, m1926Curitiba. c/c Alexandre Gutierrez, uruguaio, Cônsul da República do Uruguai. 311.

JRF.2.1.7.4.5.8.5 Rosa Gutierrez Beltrão. n1858Montevidéu, m1920Curitiba. c/c Francisco da Cunha Machado Beltrão, n1845Pernambuco, bacharel em Direito, Juiz em Curitiba e no litoral paranaense, Juiz em Itajaí/SC, Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, aposentado em 1897, Deputado estadual no Paraná em 1899,1901, Presidente do Congresso Estadual. 315.

JRF.2.1.7.4.5.8.5.2 Francisco Gutierrez Beltrão. n1875Paranaguá. Engenheiro Civil, Secretário dos Negócios de Obras Públicas, Juiz Comissário de Terras, Deputado estadual. 316.

JRF.2.1.7.4.5.8.5.4 Laura Beltrão. c/c João David Pernetta, Engenheiro Civil, Deputado Estadual, Deputado Federal, Lente Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. 317.

JRF.2.1.7.4.5.8.5.17 Alexandre Gutierrez Beltrão. Engenheiro. c/c Zilda Fontana, neta do Barão do Serro Azul. 319.

JRF.2.1.7.4.5.8.7 Helena Gutierrez Simas. n1861Montevidéu. c/c Fernando Machado de Simas, Farmacêutico formado em 1874 no Rio de Janeiro. Sobrinho do Coronel Fernando Machado, morto em ação na Passagem de Itororó, durante a Guerra do Paraguai. Fernando Simas foi abolicionista e republicano histórico. Deputado Constituinte Federal pelo Paraná. Posteriormente se mudou para o Rio de Janeiro, dedicando-se à botânica. 319.

JRF.2.1.7.4.5.8.7.2 Hugo Gutierrez Simas. n1883Paranaguá. Bacharel em Direito. Promotor, Procurador. Foi um dos fundadores da Universidade do Paraná. Desembargador. (HPJP, 162). 321.

JRF.2.1.7.4.5.9 Manoel Euphrasio Correia. n1839Paranaguá, m1888Pernambuco. Bacharel em Direito. Membro do Partido Conservador. Chefe de Polícia de Santa Catarina, Deputado Provincial e Geral pelo Paraná. Presidente da Província de Pernambuco. c/c Maria Ermelina Correia e 2npc c/c Alice Guimarães Correia, sua sobrinha, filha do Visconde de Nácar. 323.

JRF.2.1.7.4.5.9.3 Euphrasio Correia. n1874, do primeiro matrimônio do seu pai. Acadêmico de Direito. Morto em ação, em 9 de fevereiro de 1894, no combate da Armação, em Niterói. Republicano e florianista ardoroso. Defendia uma bateria contra o assalto dos marinheiros de Saldanha da Gama, durante o episódio da Revolta da Armada na Baía de Guanabara. 338.

JRF.2.1.7.5 Basilio José Machado. Proprietário de engenhos de mandioca, cana, café, arroz. Possuía grande escravatura. Sargento-Mor. 339.

JRF.2.1.7.5.2.4 João Baptista de Oliveira. Vigário da Palmeira, Ponta Grossa e de Antonina. 348.

JRF.2.1.7.5.3.1.2 Candida de Bittencourt Cruz. c/c José Ricardo da Cruz, Tenente-Coronel honorário do exército, por serviços de campanha durante a Guerra do Paraguai, foi Comandante da Fortaleza da Barra de Paranaguá e Tesoureiro do Correio. 349.

JRF.2.1.7.5.3.4 Modesto Gonçalves Bittencourt. Coronel, Coletor da Capital durante o Império. 351.

JRF.2.1.7.5.3.4.3 Maria Thereza. c/c Guilherme Xavier de Miranda, n1844, m1920, Vereador e Presidente da Câmara de Curitiba, importante industrial e capitalista. Foi a sua segunda mulher. 351.

JRF.2.2.1.10.2 Emília Maria do Rosário. c/c1808 Antonio José Leite Bastos, natural da Vila de Bastos, Portugal. Capitão de Ordenanças de Paranaguá, foi assassinado por um dos seus escravos. 373.

JRF.2.2.1.10.2.2.6 Manoel Correia Defreitas. Republicano histórico, grande propagandista republicano, representante do Paraná e de Santa Catarina em Congressos Republicanos - 1888 e 1889. Participou dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro. Fundou a União Republicana e foi Deputado Constituinte Estadual no Paraná. Deputado Federal. 375.

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

JRF.2.2.1.10.2.3 Antonio José Leite Bastos. Capitão, faleceu no Paraguai por causa de ferimentos de combate. 394.

JRF.2.2.2.1.7.1 Lourenço Justiniano Ferreira Bello. Vigário de Campo Largo, Deputado Provincial 1858-1869. 398.

JRF.2.2.2.1.7.2 João Batista Ferreira Bello. Vigário de São José dos Pinhais, Deputado Provincial. 398.

JRF.2.2.5.2.1.1 Manoel Leocadio de Oliveira. Negociante citado por Vieira dos Santos. 400.

JRF.2.2.7 Euzebio Gomes da Silva. Filho do segundo casamento de Francisca Pinheiro. Euzebio c/c Anna Maria Laynes, filha do Capitão-Mor João Francisco Laynes. 401.

JRF.2.2.8 Maria Angelica Gomes de França. m1811. c/c José Carneiro dos Santos, Capitão-Mor de Paranaguá, nomeado por patente de 1766. Era natural da freguesia de Carneiro, Arcebispado de Braga. 402.

JRF.2.2.8.1 Ricardo Carneiro dos Santos. Tenente-Coronel. c/c Josepha de Souza Guimarães, filha do Capitão-Mor de Cananéia, Alexandre de Souza Guimarães. 402..

JRF.2.2.8.1.2 Maria Ricarda Carneiro dos Santos. c/c Leandro José da Costa, natural de Porto Alegre, RS. Negociante. 402.

JRF.2.2.8.1.2.1 José Leandro da Costa. Major. Negociante. 402.

JRF.2.2.8.1.2.5.1 Júlia Maria da Costa. Poetisa. 403.

JRF.2.2.8.1.2.6.1 Joaquim Guilherme da Silva. Coronel, republicano histórico, membro do Clube Republicano de Paranaguá.Coletor de rendas Estaduais em Paranaguá. 416.

JRF.2.2.8.1.2.6.3 Thereza da Silva Rodrigues da Costa. c/c Francisco Accioly Rodrigues da Costa, bacharel em Direito, Prefeito de Paranaguá. Escritor e Jornalista. 417.

JRF.2.2.8.1.3 José Ricardo Carneiro. Tenente. 418.

JRF.2.2.8.1.3.1 Manoel Ricardo Carneiro. Comendador, Inspetor do Tesouro Provincial do Paraná, Diretor da Biblioteca Pública de Curitiba, Tesoureiro da Alfândega de Santos. c/c Lúcia Guimarães e posteriormente com Delphica Guimarães, filhas do Visconde de Nácar. 418.

JRF.2.2.8.1.3.1.1 Manoel Guimarães Carneiro. Engenheiro Civil,Superintendente das Estradas de ferro do Paraná. Diretor do Serviço de Águas e Esgotos em Curitiba, do qual foi o principal acionista. 190.

JRF.2.2.8.1.3.1.3.1 Dinah Vianna Brasil. c/c Vital Brasil, grande cientista brasileiro. 192.

JRF.2.2.8.1.7.5.3 Maria dos Anjos. c/c José Antonio Malheiros e em segundas núpcias com Joaquim Ventura de Almeida Torres, capitalista e industrial ervateiro. Deputado Estadual, Presidente da Câmara de Curitiba. 420.

JRF.2.2.8.2.3.2 Maria Elisa da Cunha. c/c João Manoel da Cunha, natural do Rio Grande do Sul.Foi Deputado Provincial, Inspetor Geral da Instrução Pública e músico, especialidade que legou aos seus filhos, os Itiberê da Cunha. 423.

JRF.2.2.8.3.9.6 Amazonas de Araujo Marcondes. n1847Palmas. Coronel, Chefe político liberal de União da Vitória. Organizou a navegação a vapor no Rio Iguaçu. 454.

JRF.2.2.8.3.9.7 Manoel Ignacio de Araujo Pimpão. Grande fazendeiro em Palmas, Coronel. 462.

JRF.2.2.8.3.11.7 João Martins de Araujo França. Chefe político em Tibagi, grande proprietário rural. 479.

JRF.2.2.8.3.11.7.1 Etelvina Martins Erichsen. c/c1872 Conrado Caetano Erichsen, bacharel em Direito, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 479.

JRF.2.2.8.3.12 Josepha Joaquina Pinheiro de França. c/c1810 Domingos Ignacio de Araujo, a quem o Governo de São Paulo confiou tarefas na ocupação dos Campos de Palmas. 488.

JRF.2.2.8.3.12.1.1 Ambrosina Martins de Albuquerque. c/c Jorge Marcondes de Albuquerque, filho do Capitão do Exército Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque, Deputado Provincial em 1864. 489.

JRF.2.2.8.3.12.5 Maria de Jesus. c/c Antonio José Xavier de Faria e Albuquerque.497.

JRF.2.2.8.3.12.5.1 Jorge Marcondes de Albuquerque. Chefe político em Castro, Deputado Estadual. 497.

JRF.2.2.8.3.12.5.2 Theotonio Marcondes de Albuquerque. Deputado Estadual. 497.

JRF.2.2.8.3.12.6.2 Hermenegildo Alves Marcondes, Capitão, grande proprietário, dono das fazendas São João e Concórdia em Guarapuava e Pintada no Porto da União. 507.

JRF.2.2.8.3.12.9 Manoel Marcondes de Sá. Deputado Provincial. 512.

JRF.2.2.8.3.13 Maria da Conceição. c/c José Francisco Correia, Médico pela Academia do Rio de Janeiro, neto de Francisco Teixeira Coelho, primeiro Capitão-Mor da Lapa. 514.

JRF.2.2.8.3.13.1.5 Emygdio Westphalen. Bacharel em Direito, Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 527.

JRF.2.2.8.4 João Carneiro dos Santos. Padre, Vigário de Paranaguá. Dono de importante fazenda em Piassaguera, com 60 escravos e 15 mil pés de café. Em 1823 assinou o acto de Juramento das bases da primeira Constituição brasileira. 535.

JRF.2.2.8.4.1 Manoel Luiziano de Noris. m1850Paranaguá. Filho natural de João Carneiro dos Santos, proprietário da Fazenda Santa Cruz. Com mais de 60 escravos, plantava café, possuindo engenhos de soque de arroz, mandioca e cana. 403, Vieira dos Santos, 300.

JRF.2.3 Maria Pinheiro de França. c/c Damião Carvalho da Cunha, m1756, Sargento-Mor, Provedor dos Reais Quintos da Casa da Fundição de Paranaguá. Possuidor de grandes cabedais. 535.

JRF.2.4 Anna Pinheiro de França. c/c Antonio Gomes Setúbal. Português, Mestre de Campo. 536.

JRF.2.4.1 Maria Gomes Setubal. n1747, m1830. c/c Antonio Rodrigues de Carvalho, Capitão, natural de Trás os Montes, Portugal. 536.

JRF.2.4.1.6 Antonio Rodrigues de Carvalho. m1845. Vigário de Morretes. Teria sido indicado como representante do Clero na Conjura Separatista de 1821. 536.

JRF.2.5 Maria do Ó França. c/c José da Costa Rezende, m1776, natural de São Miguel dos Açores. 537.

JRF.2.5.1 Joaquim da Costa Rezende. Cônego, Vigário de Antonina e depois da Sé de São Paulo, onde faleceu em 1817.

JRF.2.5.2 Cordula Rodrigues de França. Escreveu uma carta a seu filho José Martins de Araujo, sobre a Conjura Separatista de 1821. c/c Custodio Martins de Araujo, natural da região de Braga, Sargento-Mor. 537.

JRF.2.5.2.2 Joaquim Martins de Araujo. Padre. 537.

JRF.2.5.2.3 Manoel de Araujo França. Tenente, Patrão-Mor da Barra de Paranaguá, Vereador em Paranaguá em 1812.

JRF.2.5.2.4 João Martins de Araujo França. m1829. Padre. Assinou em 23/3/1823 o Ato de Juramento as bases da Constituição Brasileira, conjuntamente com a nobreza, clero e povo da vila no Senado da Câmara de Paranaguá. 538.

JRF.2.5.2.5 José Martins de Araujo. m1836Curitiba. c/c Catharina Leoniza. 538.

JRF.2.5.2.5.1 Leopoldina Leoniza de França. c/c 1841 João Gonçalves Marques, Capitão. 538.

JRF.2.5.2.5.4 Herminia Leopoldina Marques. c/c Nicolau Pinto Rebello, Coronel. 539.

JRF.2.5.2.5.1.6 Fernando Martins Marques. Capitão, proprietário de importante fábrica de café em Curitiba. 539.

JRF.2.5.2.5.1.6.1 Pedro Lagos Marques. Jornalista. Trabalhou no Comércio e no Estado do Paraná. Secretário da Corregedoria de Justiça do Paraná. 539.

JRF.2.5.2.5.1.6.9 Hernestina Marques. c/c Cicero Gonçalves Marques, filho do Coronel Manoel Gonçalves Marques com Rita de Loyola. Cicero também foi Coronel, político de prestígio em Porto de Cima, deputado estadual, Prefeito Municipal de Curitiba. Ervateiro. 540.

JRF.2.5.2.7 Maria Clara de Araujo França. c/c Manoel Francisco Correia, de quem foi sua primeira mulher. 542.

JRF.2.5.2.7.1 Maria Josepha de França. c/c Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento. 542.

JRF.2.5.3.1.2 Joaquim Pereira de Rezende. Major, m1868. c/c Rita Joaquina Guimarães, irmã paterna do Visconde de Nácar. 543.

Família Lacerda

JRF.2.5.3.1.2.2 Leocádia Pereira Rezende. n1829. c/c Manoel José Corrêa de Lacerda, natural da região do Porto, Portugal, Capitão.

JRF.2.5.3.1.2.2.1 Joaquim Rezende Corrêa de Lacerda. Coronel, participou da defesa da Lapa em 1894, comandando tropas locais. 545.

JRF.2.5.3.1.2.2.3.12 Flávio Suplicy de Lacerda. Reitor da Universidade do Paraná. Ministro da Educação durante a ditadura militar. 552.

JRF.2.5.3.1.2.2.4.8 Manoel de Lacerda Pinto. n1893Lapa. Bacharel em Direito por São Paulo. Deputado Federal em 1934. Procurador Geral do Estado. Desembargador. Escritor. (HPJP, 166). c/c Esther Suplicy de Lacerda, sua prima. 553.

JRF.2.5.3.1.2.2.3.13 Marilia Suplicy de Lacerda. c/c David Carneiro Junior.

JRF.2.5.3.1.2.2.10.4.1 Ney Braga. Importante político do Paraná no século XX. Governador do Paraná e Ministro de Estado.

BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO C...

JRF.2.5.3.1.2.2.10.8 Sylvia de Lacerda Braga. c/c Caetano Munhoz da Rocha, de quem foi a terceira mulher. 557.

JRF.2.11 José Rodrigues de França. Padre. 564.

JRF.2.12 João Rodrigues de França. Padre. 564.

JRF.3 Nicolau Rodrigues de França. Padre. Pertenceu a Companhia de Jesus, assistente do Colégio de Jesuítas de Paranaguá. 564.

JRF.4 Ignacio Rodrigues de França. Padre da Companhia de Jesus, como seu irmão Nicolau, foi assistente no Colégio de Paranaguá. 564.

JRF.5 João Rodrigues de França. Padre. 564.

JRF.6 Júlio Rodrigues de França. Padre. 564.

JRF.7 Lucas Rodrigues de França. Padre, Vigário da Vara em Curitiba, grande proprietário de terras. 564.

JRF.8 José Rodrigues de França. Clérigo Secular formado em Coimbra, Capelão da Igreja da Conceição do Tamanduá, Vigário em Santos. Possuía propriedades e escravatura nos Campos Gerais. 565.

JRF.9 Christovão Pinheiro de França. Sargento-Mor. 566.

JRF.10 Custodia Rodrigues França. Filha natural de JRF com Maria da Conceição, provavelmente ilegítima, assim como JRF.11 e JRF.12, mas reconhecidos pela família. 567. c/c Manoel da Costa Filgueira, natural da freguesia da Barca, Arcebispado de Braga. Foram moradores do Canguiri, onde tinham importantes fazendas de criação de gado e lavoura. Possuíam lavras de ouro. 568.

JRF.10.4 Bruno da Costa Filgueira. n1738. Vivia de mineração, comandou a quarta expedição enviada ao sertão pelo Tenente-Coronel Afonso Botelho de Sampaio em 1769. 573.

JRF.11.1.2.4.5 Leocadio Gonçalves Padilha. Major, Vereador da primeira Câmara Municipal de Campo Largo, instalada em 1871, na qual foi Advogado e Promotor Público. 578.

JRF.11.1.2.4.8 Maria do Nascimento Padilha Soares. c/c Francisco Soares Pinto, Capitão, bisneto de José Antonio da Costa, doador do terreno onde se acha a cidade de Campo Largo. 583.

JRF.11.1.2.4.8.1 José de Salles Pinto. Capitão, Promotor Público, Prefeito Municipal de Campo Largo 1908-1916. Coletor das Rendas Federais.

JRF.11.2 Josepha Rodrigues Gonçalves. c/c Manoel da Rocha Carvalhaes, natural do Porto, possuíram terras em Paranaguá e nos Campos Gerais. Manoel foi Juiz Ordinário e de Órfãos. 591.

JRF.11.2.5 Quitéria Rodrigues da Rocha. n1733. 1752c/c Francisco Carneiro Lobo, Capitão, participou das expedições a Guarapuava em 1772. 591.

JRF.11.2.5.3 Luciano Carneiro Lobo. Capitão-Mor de Jaguariaíva, grande proprietário nos Campos Gerais. c/c Izabel Branco e Silva, filha do Ouvidor de Paranaguá, Dr. Manoel Lopes Branco e Silva, também era grande proprietário nos Campos Gerais. Fundaram a freguesia do Senhor Bom Jesus de Jaguariaíva com doações de suas terras, que constituiriam o patrimônio do quadro urbano do município. Durante a Guerra do Paraguai, formaram a Guarda Nacional local, que era mantida as suas expensas. 593.

JRF.11.2.5.3.8.10.1 Alcebiades de Almeida Faria. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 599.

JRF.11.4.3.1 Pedro de Siqueira Cortes. Coronel, Comandante da Guarda Nacional de Guarapuava, um dos descobridores dos Campos de Palmas no final dos anos 30, do século passado. 614.

JRF.11.4.3.4.1.7 Maximiliana Ferreira de Siqueira. c/c João Ferreira dos Santos, fazendeiro em Palmas, partidário dos federalistas, degolado em 1894 durante a Revolução Federalista. 621.

JRF.11.4.3.4.1.7.1.4 João Alves da Rocha Loures. Bacharel em Direito no Rio de Janeiro. Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. 622.

JRF.11.4.3.4.7 Domingos Ferreira Maciel. n1830, m1888. Deputado Provincial em 1885. 635.

JRF.11.4.3.4.8 Pedro Ferreira Maciel. n1832, m1898. Deputado Provincial de 1887-1889. 636.

JRF.11.4.3.4.8.6 Ottoni Ferreira Maciel. n1870. Coronel. Escreveu o livro Bastidores Políticos. c/c Maria da Glória Amaral. 638.

JRF.11.4.3.4.9 Maria Izabel do Belém de Almeida. c/c José Joaquim de Almeida, um dos fundadores de Palmas, cabendo-lhe um grande latifúndio. 638.

JRF.11.9 Helena Rodrigues Coutinho. m1747. c/c Manoel Rodrigues da Motta, português da São Gonçalo do Amarante. Tabelião em Curitiba, Escrivão da Bula da Santa Cruzada, Capitão da Expedição de 1728 que abriu o caminho para Laguna, Superintendente do Registro de gado, Protetor da Capela de Nossa Senhora do Terço, Tenente-Coronel. Grande proprietário rural, possuía as sesmarias de Tocunduva, Taquary e Tibagi. 646.

Siglas

HPJ - História do Poder Judiciário no Paraná.

ACP - Associação Comercial do Paraná (CARNEIRO, 1981).

ANEXO DA CONCLUSÃO
GENEALOGIAS DA CLASSE DOMINANTE
ATRAVÉS DOS SÉCULOS E DOS MODOS DE PRODUÇÃO

A genealogia nos conta várias histórias fabulosas. Uma começa com Antonio Rodrigues de Alvarenga, natural de Lamego, foi um dos primeiros povoadores da vila de São Vicente, a primeira vila criada no Brasil, fundada por Martim Afonso de Sousa em 1532. Depois se mudaria para São Paulo, onde foi senhor proprietário, por mercê do donatário, do ofício de tabelião do judicial e notas de São Paulo, onde faleceu com testamento em 1614. De seu casamento com Anna Ribeiro, natural do Porto, houve dentre outros a Maria Rodrigues de Alvarenga. Os bisnetos de Antonio Rodrigues de Alvarenga, o capitão Estevão Ribeiro de Alvarenga, Antonio Pedroso de Alvarenga, o padre-mestre Fr. Luiz dos Anjos e o padre-mestre Fr. João da Luz, naturais de São Paulo, solicitaram uma carta de confirmação do brasão de armas, por serem os mesmos descendentes de Antonio Rodrigues de Alvarenga, fidalgo de geração. As armas e nobreza da ilustre família dos Alvarengas, tão conhecida no Reino, proporcionavam privilégios e honras que o tempo não poderia consumir. Suas liberdades e foros foram concedidos a tais famílias e gerações pelos senhores Reis, sendo que o tempo não poderia apagá-los. A petição apresentada ao corregedor do cível da corte de Lisboa foi encaminhada a sete testemunhas de todo crédito, fora de suspeita e as mais delas cavaleiros do hábito de Cristo, naturais de Lamego. O resultado mostrou que os justificantes eram descendentes da ilustre família dos Alvarengas e Costa, "*cristãos velhos*", *sem raça de mouro, judeu ou outra "infecta nação*". As sentenças do processo e as suas custas estavam datadas de 2 de junho de 1681. A sentença foi assinada e publicada pelo corregedor, passada pela chancelaria e vista por Francisco de Moraes Coutinho, escrivão das gerações. A intenção era e seria "*a de se*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

honrar aos vassalos, ainda aqueles que mais remotos vivem, para que se não extingam as nobrezas e fidalguias que seus avós adquiriram e alcançaram, assim como todas as honras, liberdades e isenções que a estas famílias lhes competem". O processo foi registrado na Câmara de São Paulo em 17 de abril de 1683. (NEGRÃO, 1928, V4, p.78-81), (SILVA LEME, 1904, V5, p.214-215).

Uma das filhas de Antonio Rodrigues de Alvarenga, a já referida Maria Rodrigues de Alvarenga, casou-se com Manoel Mourato Coelho, falecido com testamento em 1646. Deste casamento nasceu Anna Mourato, que se casou com Valentim Cordeiro, natural da Vila de Espinhel, havendo a Anna Cordeiro Mattoso Mourato. Esta Ana era casada com o Provedor Manoel de Lemos Conde, vereador e almotacé em São Paulo em 1656. Foi o descobridor de minas em Paranaguá, com a sua família e os seus escravos, recebendo o título de Provedor das Minas de Paranaguá em 1674. Conflitando com outros poderosos que não pagavam os quintos e porque o ouro era pouco, foi preso e se suicidou na prisão em 1681. Um famoso representante da Coroa, o Ouvidor Pardinho, se referiria a abusos cometidos por Manoel de Lemos Conde.

Um dos filhos de Manoel de Lemos Conde com Anna Cordeiro Mattoso Mourato foi o capitão Francisco de Lemos Mathozo Mourato. Foi o fundador da ermida de Nossa Senhora das Mercês da Ilha da Cotinga e da Capela de São Benedito em Paranaguá, na qual se vê de uma inscrição tumular que o capitão Francisco faleceu em 1701. Das atividades do Capitão, figura a posição de Procurador do Conselho local e, de maneira emblemática, o genealogista Silva Leme o dá como participando da conquista do Quilombo dos Palmares, nas atuais terras alagoanas. (Negrão: 1926, V4, 110-111). Seu irmão, o também capitão Antonio de Lemos Conde Mouratto, pertenceu à governança de Paranaguá e também participou da fundação da ermida da Ilha da Cotinga e da capela de São Benedito, onde está a sua lápide funerária, marcando a sua data de falecimento em 1721. O Capitão Antonio casou-se com Joanna do Canto e Castro, havendo o tenente José Morato do Canto, natural de Paranaguá, Escrivão da Ouvidoria e Tabelião Público, Judicial e de Notas. Casou-se com

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Anna Maria do Espírito Santo. Tiveram como filho o Capitão Joaquim Pereira do Canto, natural de Iguape, casado com Francisca das Chagas Alvim, descendente do genealogista Pedro Taques. Havendo Maria Justina do Canto, casada com o Comendador Tenente-Coronel Joaquim de Souza Castro, Juiz de Paz, e Delegado de Polícia em Iguape. Pais do Doutor Sérgio Francisco de Souza Castro, nascido em Iguape em 1831, Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, deputado provincial, deputado geral ao tempo do Império e presidente da Constituição Republicana de 1892 no Paraná. Casou-se com Francisca Gonçalves dos Santos e em segundas núpcias com Hortência Jansen de Aguiar Almeida, uma dama do Maranhão, que conhecera em uma noite de gala, quando o Imperador Dom Pedro II estava presente, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. A sua filha Beatriz de Souza Castro, por sua vez, casou-se com Alberto Monteiro de Carvalho e Silva, filho do Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, um dos típicos representantes da nova burguesia brasileira do começo da República, chegando inclusive a ser presidente em exercício do Paraná. Beatriz de Souza Castro se casaria em segundas núpcias com Olavo Egydio de Souza Aranha, do qual não teria filhos, mas foi um dos pilares da fundação do poderoso grupo empresarial Monteiro-Aranha. Joaquim Monteiro de Carvalho foi o segundo filho do primeiro casamento de Beatriz. Joaquim formou-se em engenharia pela Politécnica de Zurique e se tornou diretor-presidente do Conselho de Administração do Grupo Monteiro Aranha S. A.. Casou-se com Eva Bergljot Bugge. A sua filha, Cely Elizabeth Júlia Monteiro de Carvalho, foi a primeira esposa de Fernando Collor de Mello, político de Alagoas, que foi presidente da República, eleito em votação direta em 1989. (CHAVES e VARGAS, 1987, p.169-183).